

ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANALISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.

Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 39.346.861/0350-38

NIRE: 35300566564

Avenida das Nações Unidas, nº 12.995

21º Andar, Brooklin Paulista

CEP 04578-000, São Paulo, São Paulo

[*] Ações Ordinárias

Valor da Oferta: R\$[*]

Código ISIN: [*]

Código de negociação das Ações na B3: [*]

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[*] e R\$[*] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A Cencosud Brasil Comercial S.A. ("Companhia"), em conjunto com o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America" ou "Agente Estabilizador"), o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o J.P. Morgan e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta", estão realizando uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer onus ou gravames, de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta").

A Oferta consistirá na distribuição pública primária de, inicialmente, [*] novas Ações a serem emitidas pela Companhia, a ser realizada na Repúblia Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e da Resolução CVM 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada, com o Ofício-Circular 01/2021/CVM/SRE, de 05 de março de 2021 ("Ofício-Circular CVM/SRE"), com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente vigente, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Código ANBIMA" e "ANBIMA", respectivamente), e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar segmento especial de listagem do Novo Mercado e negociação de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. – Brasil, Balcão ("B3" e "Novo Mercado") e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais ("Instituições Consorciadas") e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta".

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., pelo BofA Securities, Inc., pelo J.P. Morgan Securities LLC, pelo Bradesco Securities, Inc. e pelo Santander Investment Securities Inc. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o Placement Facilitation Agreement, a ser celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"): (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente, para investidores institucionais qualificados ("qualified institutional buyers"), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado ("Securities Act"), editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos ("SEC"); e (ii) nos demais países, que não são Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (non-U.S. persons), nos termos do Regulation S ("Regulamento S"), editado pela SEC no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii) acima, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no Securities Act e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e/ou pela CVM nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), ou da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada ("Resolução CMN 4.373"), e da Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ("Resolução CVM 13"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, nos termos da Instrução CVM 400, a Companhia, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas U.S. persons, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do Securities Act.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Cencosud Brasil Comercial S.A. ("Anúncio de Início"), a quantidade de Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Suplementares (conforme definido abaixo), poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até [*] ações ordinárias de emissão da Companhia a serem por ela emitidas, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de Bookbuilding ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), ou seja, em até [*] ações ordinárias de emissão de ofertas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto Preliminar), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("Opcão de Ações Suplementares"). As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta de forma individual e não solidária, em regime de Garantia Firme de Liquidação a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Colocação e no item 4 abaixo. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, bem como da Lei 4.131, da Resolução CMN 4.373 e da Resolução CVM 13.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto Preliminar) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, ou preço que será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding ("Preço por Ação").

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽²⁾⁽³⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾
Preço por Ação.....	[*]	[*]
Oferta.....	[*]	[*]
Total da Oferta.....	[*]	[*]

⁽¹⁾ Com base no Preço de R\$[*], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

⁽³⁾ Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.

⁽⁴⁾ Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto Preliminar.

A submissão do pedido de registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM pela Companhia, a sua adesão e admissão ao Novo Mercado, bem como a reforma do seu estatuto social ("Estatuto Social"), de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado") e a realização da Oferta, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como os termos e condições da Oferta foram aprovadas em assembleias gerais extraordinárias de acionistas da Companhia, realizadas em 27 de agosto de 2021, cuja atas serão devidamente registradas perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), no prazo legal, bem como devidamente publicadas no jornal "Folha de São Paulo" e no Diário Oficial da União ("DOU").

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e devidamente publicada no "Folha de São Paulo" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOU no dia útil subsequente.

Exceto pelo registro na CVM, a Companhia e os Coordenadores da Oferta não registraram e não realizarão nenhum registro da Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

É admissível o recebimento de reservas, a partir de [*] de 2021, para subscrição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do período de distribuição.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

A Oferta está sujeita a prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 01 de setembro de 2021.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição das Ações. Ao decidir subscrever e integralizar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 20 e 93, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO PRELIMINAR E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NA PÁGINA 571, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.



Coordenadores da Oferta



Agente Estabilizador



A data deste Prospecto Preliminar é [*] de 2021.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	5
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	6
SUMÁRIO DA COMPANHIA	9
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES	24
SUMÁRIO DA OFERTA	26
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	44
Composição do capital social.....	44
Principais acionistas e Administradores	45
Características Gerais da Oferta.....	46
Descrição da Oferta	46
Aprovações societárias	47
Preço por Ação.....	48
Ações em Circulação (<i>Free Float</i>) após a Oferta	48
Quantidade, montante e recursos líquidos	48
Custos de Distribuição	50
Instituições Participantes da Oferta	53
Público Alvo.....	53
Cronograma Estimado da Oferta	54
Procedimento da Oferta	55
Oferta de Varejo	56
Oferta Institucional	63
Prazos da Oferta	65
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional.....	65
Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta	67
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação.....	68
Estabilização dos Preços das Ações	69
Violações das Normas de Conduta.....	70
Direitos, vantagens e restrições das Ações	70
Negociação das Ações na B3	71
Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de <i>Lock-up</i>)	72
Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações	72
Formador de Mercado.....	72
Inadequação da Oferta	72
Condições a que a Oferta esteja submetida	72
Informações adicionais	73
Companhia	73
Coordenadores da Oferta	73
Instituições Consorciadas	74
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta	74
Instituições Consorciadas	75
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA	78
Coordenador Líder	78
Bank of America	79
J.P Morgan	80
Bradesco BBI	81
Santander	82
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA	85

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder	85
Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America	86
Relacionamento entre a Companhia e o J.P Morgan	87
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI	88
Relacionamento entre a Companhia e o Santander	91
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES.....	93
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	104
CAPITALIZAÇÃO	105
DILUIÇÃO	106
ANEXOS	109
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA.....	113
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA.....	133
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA	139
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	145
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	149
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020	155
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018	231
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480	549

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto Preliminar, “Companhia”, “Cencosud” ou “nós” se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Cencosud Brasil Comercial S.A., suas controladas, subsidiárias e filiais na data deste Prospecto Preliminar. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto Preliminar, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 26 deste Prospecto Preliminar.

Administração	Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Agente Estabilizador ou Bank of America	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
CAGR	Taxa Composta de Crescimento Anual (<i>Compound Annual Growth Rate</i>).
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.
CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Companhia ou Cencosud	Cencosud Brasil Comercial S.A.
Cencosud Internacional SpA	Cencosud Internacional SpA.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto Preliminar não havia sido instalado.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria Estatutária	A diretoria estatutária da Companhia.
DOU	Diário Oficial da União.
Dólar, dólar, dólares ou US\$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA	O EBITDA (<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 561.]
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, conforme alterada, e anexo a este Prospecto Preliminar.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB – <i>International Accounting Standards Board</i> (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.

Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
IPO	Oferta pública inicial de distribuição de ações.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular nº 1/2021 - CVM/SRE, divulgado em 1º de março de 2021.
PIB	Produto Interno Bruto.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R\$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do <i>Securities Act</i> .
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no segmento Novo Mercado da B3.
Regulamento S	<i>Regulation S</i> do <i>Securities Act</i> de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Resolução CMN 4.373	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada.
Resolução CVM 13	Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.

Resolução CVM 27	Resolução CVM nº 27, de 8 de abril de 2021.
Resolução CVM 30	Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021.
Resolução CVM 35	Resolução CVM nº 35, de 26 de maio de 2021.
Resolução CVM 44	Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	<i>Securities Act</i> de 1933, conforme alterado, dos Estados Unidos.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Cencosud Brasil Comercial S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 39.346.861/0350-38, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE nº 35300566564.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria “A” perante a CVM, cujo requerimento foi apresentado à CVM em 01 de setembro de 2021.
Sede	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 21º Andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-000.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, CEP 04578-000. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Emílio Nunes de Carvalho. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (21) 99814-6776 e o seu endereço eletrônico é ri@cencosud.com.br .
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código “[•]”, a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOU e no jornal “Folha de São Paulo”.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
Website	http://www.ri.cencosud.com.br
	As informações constantes no website da Companhia não são parte integrante deste Prospecto Preliminar e não estão a ele incorporadas por referência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto Preliminar contém considerações sobre estimativas e declarações da Companhia relativas aos planos, expectativas sobre eventos para futuros, estratégias, tendências financeiras que afetam suas atividades, bem como declarações relativas a outras informações, principalmente nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, nas páginas 20 e 93, respectivamente, deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência da Companhia a partir das páginas 571, 671 e 747, respectivamente, deste Prospecto Preliminar, constituem estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não são indicativas ou constituem garantias de resultados futuros.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. As estimativas e perspectivas sobre o futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto Preliminar, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem. Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia da COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares), particularmente no Brasil e na medida em que tais fatores continuem a causar severos, frequentes e negativos efeitos macroeconômicos, aumentando assim muitos dos outros riscos descritos na seção “4.1. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 571;
- o impacto da pandemia de COVID-19 nas condições e econômicas e dos negócios no Brasil e mundialmente e quaisquer medidas restritivas impostas por autoridades governamentais para combater o surto;
- o impacto contínuo da COVID-19 sobre a demanda de clientes, bem como sobre os nossos resultados operacionais, situação financeira e fluxos de caixa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e exercícios sociais futuros;
- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia de COVID-19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;
- capacidade da Companhia de obter financiamento para seus projetos e planos de expansão;
- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento, incluindo a abertura e desenvolvimento das atuais e futuras lojas, bem como a identificação de novas localidades para novas unidades;
- os efeitos da crise financeira e econômica no Brasil;
- alterações na conjuntura socioeconômica, política e de negócios do Brasil, incluindo, exemplificativamente, inflação, flutuações das taxas de juros, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez nos mercados doméstico de crédito, financeiro e de capitais;

- flutuações nas taxas de câmbio, especificamente com relação ao Real perante o Dólar, que sofreu volatilidade significativa desde o início da pandemia de COVID-19;
- um novo rebaixamento da classificação de crédito do Brasil;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório, assim como modificações em leis e regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alteração no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos, incluindo os que envolvem questões fiscais e trabalhistas que onerem o custo da estrutura da Companhia;
- crises políticas, acontecimentos e a percepção de risco relacionados com as investigações de anticorrupção envolvendo companhias abertas e empresas estatais brasileiras de vários setores, empresários e políticos, e o impacto de tais investigações na economia e no cenário político brasileiros como um todo, incluindo-se relações cada vez mais turbulentas e conflitos internos dentro da administração do presidente Jair Bolsonaro, bem como políticas e possíveis mudanças para endereçar tais questões ou ainda, reformas econômicas e fiscais em resposta aos efeitos em curso da COVID-19, as quais possam afetar negativamente as perspectivas de crescimento da economia brasileira como um todo;
- capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória, acompanhando as mudanças nas preferências dos consumidores e demandas pelos produtos que vendemos;
- capacidade da Companhia de manter as operações das suas lojas nos locais onde atualmente opera;
- nossa capacidade de implementar com sucesso nossa estratégia de e-commerce e se adaptar às demandas digitais de nossos clientes;
- nossa capacidade de nos proteger contra incidentes de segurança cibernética;
- nossa capacidade de proteger dados pessoais e cumprir a legislação de privacidade de dados;
- processos judiciais e administrativos e investigações, avaliações e inquéritos governamentais dos quais somos ou podemos nos tornarmos parte;
- o impacto de legislações e regulamentações relacionadas aos nossos negócios que possam entrar em vigor futuramente, inclusive com respeito às leis trabalhistas, ao setor de varejo e, conforme aplicável, aos produtos e serviços que oferecemos;
- instabilidade política no país e a percepção dos riscos em relação à corrupção e a outras investigações em curso, o que incentiva relações turbulentas e lutas internas dentro da administração do Presidente Bolsonaro, bem como políticas e possíveis mudanças para tratar dessas questões ou de outra forma, incluindo reformas econômicas e fiscais e respostas aos efeitos contínuos da pandemia COVID-19, qualquer um dos quais pode afetar negativamente as perspectivas de crescimento da economia brasileira como um todo;
- eventos de surtos de doenças e pandemias, tal como o surto do COVID-19 no Brasil e no mundo;
- natureza competitiva do varejo brasileiro nos setores em que atuamos;
- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, portanto aumentando muito dos outros riscos descritos na seção de Fatores de Risco do Formulário de Referência; e

- outros fatores de risco discutidos nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” deste Prospecto, nas páginas 20 e 93, respectivamente, deste Prospecto Preliminar, bem como na seção “4. Fatores de Risco” e “5. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos” do Formulário de Referência da Companhia, a partir das páginas 571 e 634, respectivamente, deste Prospecto Preliminar.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “deverá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro.

As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto Preliminar podem vir a não se concretizar.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da sua capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO PRELIMINAR A PARTIR DA PÁGINA 549, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Apresentamos a seguir um sumário dos nossos negócios, incluindo nossas informações operacionais e financeiras, nossas vantagens competitivas e estratégias de negócio. Este sumário é apenas um resumo das nossas informações, não contendo todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento em nossas Ações. Informações completas sobre nós estão em nosso Formulário de Referência e nas nossas demonstrações financeiras incorporadas por referência a este Prospecto. Leia este Prospecto e o nosso Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO EM INVESTIR EM NOSSAS AÇÕES, O INVESTIDOR DEVE LER, CUIDADOSAMENTE, TODO ESTE PROSPECTO, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS SEÇÕES “CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO”, “PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, CONSTANTES NAS PÁGINAS 6, 20 E 93 DESTE PROSPECTO, ALÉM DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, A PARTIR DA PÁGINA 549, ENFATIZANDO AS SEÇÕES “3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS”, “4. FATORES DE RISCO”, “5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS” E “10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES”, BEM COMO NOSSAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS A PARTIR DA PÁGINA 155 E NOSSAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS A PARTIR DA PÁGINA 231, PARA UM ENTENDIMENTO MAIS DETALHADO DOS NOSSOS NEGÓCIOS E DA OFERTA PROPRIAMENTE DITA. RECOMENDA-SE AOS INVESTIDORES INTERESSADOS QUE CONTATEM SEUS CONSULTORES JURÍDICOS E FINANCEIROS ANTES DE INVESTIR NAS AÇÕES.

Visão geral

Somos o quarto maior grupo varejista alimentar no Brasil em termos de venda¹ com uma posição de liderança em estados das regiões Nordeste, Sudeste e Centro Oeste, em termos de receita de vendas, consolidando as operações no país do grupo chileno controlado pela Cencosud S.A. no Brasil. O Grupo Cencosud é uma das maiores redes varejistas da América Latina² com quase 60 anos de história, presença em cinco países do continente latino americano, a saber Chile, Argentina, Brasil, Colômbia e Peru, e que contou com US\$14 bilhões³ de vendas em 2020.

Nossas operações têm como foco a venda de bens de consumo e itens de primeira necessidade tanto para consumidores finais quanto para revenda. Nossas redes de lojas atuam no comércio de alimentos e não-alimentos, presentes em 8 estados brasileiros por meio de 339 lojas⁴ em 30 de junho de 2021. Tendo como propósito “Paixão por servir você, do seu jeito”, nossa operação é composta por uma plataforma omnicanal de vendas que inclui lojas físicas, meios digitais próprios (aplicativos ou “apps”) e de terceiros (parcerias “last-mile”⁵). Operamos por meio de marcas regionais consolidadas, conhecidas e reconhecidas pela população local, em dois segmentos, varejo e atacado, conforme melhor detalhado abaixo.

Temos mais de 10 anos de história no varejo brasileiro, nos quais construímos uma ampla rede de lojas através de uma estratégia de “buy-and-build” iniciada em 2007 com a aquisição das bandeiras das redes de supermercados e hipermercados GBarbosa, com 84 lojas, e Mercantil Rodrigues, com 1 loja no momento da aquisição, que possuem forte atuação no Nordeste. Nos anos seguintes, outras aquisições foram realizadas, ampliando a nossa atuação no Nordeste e expandindo nossa presença para o Sudeste e Centro-Oeste. No ano de 2010 adquirimos as bandeiras das redes de supermercados e hipermercados Perini, com 8 lojas, e Bretas, com 74 lojas. Esse histórico demonstra a habilidade do Grupo Cencosud em crescer e conseguir integrar negócios de uma forma rápida e eficiente, propiciando maior poder de negociação em decorrência de maior volume de compras e também pela criação de sinergias operacionais e administrativas.

Em 2012 adquirimos a bandeira Prezunic, com 31 lojas. Em 31 de março de 2021, abrimos nossa primeira loja SPID35 (loja de conveniência) no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, com foco especial em conveniência, proximidade e inovação, além de atendimento 100% digital. Com o propósito de atender aos clientes que precisam fazer compras rápidas, a bandeira SPID35 foi projetada para entregar produtos de conveniência de supermercados na porta da casa dos clientes em 35 minutos.

Operamos com os segmentos de varejo e atacado e dentro deles com os seguintes formatos:

- (i) Varejo – Hipermercados, supermercados e serviços complementares, como farmácias, postos de combustíveis, delicatessen, eletroshow e SPID35 (loja de conveniência); e
- (ii) Atacado (“Atacarejo” ou “Cash & Carry”⁶).

Além das lojas físicas, também comercializamos produtos por meio de canais digitais através de aplicativos (“apps”) próprios e de terceiros, os quais são abastecidos a partir de nossas lojas de varejo e atacado.

¹ De acordo com Ranking ABRAS 2021. Considera Assaí e GPA dentro do mesmo grupo empresarial

² De acordo com Informações Internas (considerando faturamento do grupo Casino Latam, Grupo Carrefour, Cencosud e Falabella).

³ De acordo com Relatório Financeiro de nossa controladora no Chile.

⁴ 165 Hiper/supermercados, 139 eletroshows, farmácias, postos de combustíveis, e delicatessens e 1 SPID35 (loja de conveniência)

⁵ Referente ao serviço de transporte da mercadoria das lojas da Companhia para o cliente. É a etapa final do processo logístico de entrega dos pedidos realizados por meio de aplicativos.

⁶ O Cash & Carry, conceito apelidado no Brasil como “atacarejo”, é principalmente composta pela venda de produtos alimentares para consumidores finais, mercado transformador (restaurantes, hotéis, lanchonetes, etc.) e pequenos e médios varejistas do setor de serviços de alimentação que buscam preços baixos e grande volume de compras. Importante ressaltar que não se destina apenas a pequenas empresas, como varejistas independentes e operadores de serviços alimentares de consumo, mas também serve às necessidades dos consumidores individuais e das famílias brasileiras.

Nossa operação de varejo é atualmente composta pelas bandeiras GBarbosa, que atua em cinco estados do Nordeste, Prezunic que atua no Rio de Janeiro, Bretas que atua em Minas Gerais e Goiás e Perini que atua na Bahia, com lojas em formato hipermercados e supermercados. Além disso, também operamos em serviços complementares, com o formato de eletroshow no GBarbosa, o qual conta com lojas especializadas nas vendas de eletro eletrônico, domésticos, bazar e outros produtos não alimentares, farmácias GBarbosa, postos de combustíveis Bretas, *delicatessens* e cafés Perini, além do recém-lançado SPID35.

Em 30 de junho de 2021, nossa operação de atacado era composta pela bandeira Mercantil Rodrigues e Bretas, que atua na Bahia, Sergipe, Minas Gerais e Goiás. Até essa data, a Companhia operava 34 lojas de atacado, sendo 26 lojas da bandeira Bretas, que foram convertidas do segmento de varejo para o segmento de atacado.

A tabela a seguir apresenta alguns outros dados de nossos segmentos e formatos assim como a logomarca de cada bandeira:

	VAREJO (Super, Hiper e Outros ¹)	ATACADO	SPID35
Marcas			
% Total da Rec. Líquida		16%	n.a.
Número de Lojas	304 ¹	34 ³	1
Margem Bruta	22,5%	17,7%	n.a.
Área Média de Vendas (m ²)	1.425	3.194	100
# SKUs	14.000 15.400 ² 12.000 ² 10.500 ²	9.000 9.000	1.500
Lançado Recentemente			

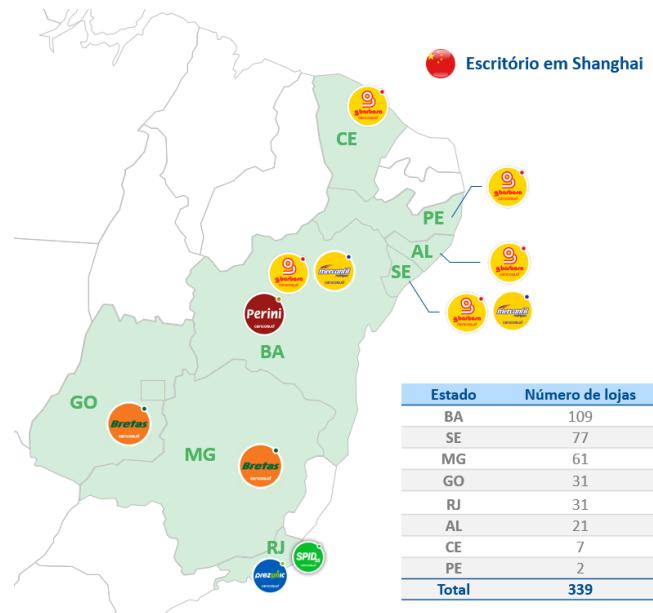
Fonte: Companhia, 2º Trimestre de 2021

⁽¹⁾ Inclui 139 farmácias, postos de gasolina, *delicatessen* e eletroshow

⁽²⁾ Não inclui os SKUs de outros formatos complementares

⁽³⁾ Migração de 18 lojas Bretas para o segmento de atacado no 2º trimestre de 2021

Estamos presentes em 73 cidades distribuídas em 8 dos estados do país, a saber, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, Alagoas, Ceará e Pernambuco, atingindo cerca de 85 milhões de habitantes. Com 339 lojas que contam com mais de 520 mil m² de área de venda, apoiadas por nove centros de distribuição, realizamos mais de 11 milhões de vendas por mês, em média. Apresentamos abaixo a localização das nossas lojas físicas em 30 de junho de 2021:



O Grupo Cencosud possui um escritório em Shanghai que tem como função principal o desenvolvimento de relacionamento com fornecedores chineses, principalmente para produtos de vestuário, bazar e eletro para todos os países em que opera, incluindo o Brasil.

Nossa operação no Brasil tem um sistema logístico integrado que possibilita abastecimento eficiente e manutenção dos padrões de qualidade. Com nove centros de distribuição estrategicamente localizados nas regiões em que atuamos, somos capazes de abastecer nossas lojas de maneira rápida e eficiente. Apresentamos abaixo a localização dos nossos centros de distribuição em 30 de junho de 2021, assim como a proporção entre frota privada e terceirizada:



Atuamos também no segmento de serviços financeiros, cuja oferta é realizada por meio de um acordo operacional com o Banco Bradesco S.A. através do nosso Cartão Cencosud, que, em 30 de junho de 2021, contava com 283 mil usuários ativos⁷ e um portfólio de crédito de até 180 dias de mais de R\$588 milhões.

Para complementar as nossas atividades varejistas principais, maximizamos o potencial da nossa plataforma omnicanal através dos nossos canais digitais e da gestão de relacionamento com o cliente por meio de um sistema integrado (“CRM”), que identifica o cliente e a partir daí permite verificar histórico de compras, preferências de consumo, para que seja possível aumentar a fidelização e prover descontos exclusivos, entre outras coisas. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Cencosud consolidado no Chile obteve um faturamento bruto de vendas online de US\$1,2 bilhão, com 4,6 milhões de pedidos registrados e uma base de 2,5 milhões de clientes. Esse nível de alcance de vendas no Grupo Cencosud é fruto do investimento, aprendizado e desenvolvimento de melhores soluções aos clientes e na forma de operar a plataforma omnicanal, conhecimento esse que está sendo trazido para a Companhia. Considerando que o Grupo Cencosud já tem esse *know-how*, o tempo para expansão e implementação é menor, o que deve possibilitar a elevação dos patamares de vendas no Brasil.

Essa influência contribui com a expertise necessária na área de *e-commerce*, principalmente no setor de vendas de produtos alimentares. Nesse sentido, estamos aumentando os nossos ganhos de escala para implementar a estratégia de vendas de *e-commerce*, com foco em *e-grocery*, ou seja, entrega de compras via entregadores próprios ou via serviços de *last mile*, como *Rappi* e *Cornershop*, para satisfazer a demanda dos nossos clientes. Esta estratégia é baseada em quatro pilares: (i) prestar um ótimo serviço (DNA Cencosud); (ii) desenvolver conhecimento operacional; (iii) *time to Market* ou entrega rápida; e (iv) atendimento direto ao cliente.

Contamos com uma solução para compras online por meio de uma plataforma estruturada de *e-commerce* para alimentos, um sistema de logística que permite uma prestação de serviço de qualidade, um parceiro transacional (*Rappi*) e um parceiro global e estratégico (*Cornershop*). Ambos são intermediários entre os clientes e o comerciante, por meio dos quais o cliente acessa o aplicativo do parceiro no *smartphone*, seleciona as marcas da Cencosud, realiza a compra, e os *shoppers*⁸ do parceiro vão até nossa loja mais próxima, efetivam a compra e entregam aos clientes. Com o aprimoramento da nossa plataforma de CRM, por meio da ampliação da base de clientes, a parceria com fornecedores para oferecer descontos exclusivos, a fidelização do cliente com a distribuição de pontos e a criação de clubes de ofertas para os fidelizados, pretendemos ampliar nosso conhecimento acerca dos nossos clientes por meio do seu comportamento de compra, o que pode nos permitir construir um relacionamento cada vez mais próximo, proporcionando experiências personalizadas, conteúdo e benefícios relevantes.

⁷ Usuário ativo é aquele que teve compra registrada no cartão de crédito no último mês.

⁸ Shopper é o profissional que irá realizar as compras na loja e entregá-las na casa do cliente.

Apresentamos abaixo um destaque das principais informações financeiras e operacionais consolidadas da Companhia:

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Lojas #	339	346	340	347	346
SSS ⁹ (%)	0,9%	4,5%	8,5%	0,2%	1,1%
Receita Líquida	4.024.236	3.980.478	8.408.932	7.804.389	7.694.888
Lucro Bruto	877.507	931.382	1.970.622	1.643.572	1.607.918
Margem Bruta (%)	21,8%	23,4%	23,4%	21,1%	20,9%
EBITDA	275.686	266.923	612.106	284.794	-92.194
Margem EBITDA (%)	6,9%	6,7%	7,3%	3,6%	-1,2%
Endividamento de Curto Prazo	0	0	0	0	129.434
Endividamento de Longo Prazo	0	0	0	0	643.582
Patrimônio Líquido	2.743.496	3.108.443	3.311.216	2.828.132	2.743.496

Nossos segmentos

Nossas operações estão divididas nos seguintes segmentos de negócios, por meio das seguintes bandeiras:



Varejo (Hipermercados, supermercados e serviços complementares)

I. Varejo (Hipermercados e Supermercados)



Nossa operação de hipermercados e supermercados consiste na venda de alimentos e não-alimentos nas bandeiras Prezunic, GBarbosa, Perini e Bretas, que contam com 165 lojas e se beneficiam de uma combinação de bandeiras com grande reconhecimento regional e presença estratégica em grandes áreas urbanas nos estados de Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Goiás. Nossas lojas oferecem uma experiência completa aos clientes, incluindo serviços como açougue, peixaria e padaria. Além das lojas físicas, nosso segmento de Varejo também atua por meio de canais digitais próprios e de terceiros.

Na bandeira Prezunic, temos o objetivo de abastecer o comércio local com produtos de qualidade e ser referência em perecíveis. Com foco na busca de resultados, a saber metas de vendas, EBITDA e geração de caixa, preocupamo-nos com as pessoas que fazem a nossa marca, sejam clientes, colaboradores ou fornecedores. A bandeira Prezunic já integrou o ranking Great Place to Work por 10 vezes, ocupando a terceira posição em 2019 dentre as empresas de grande porte do Rio de Janeiro que são referência em ambiente de trabalho¹⁰.

⁹ SSS significa *same store sales*, ou vendas nas mesmas lojas, trazendo a variação percentual das vendas que existiam há um ano nas mesmas lojas.

¹⁰ Ranking Great Place to Work (GPTW)

Já a bandeira GBarbosa acredita ser uma das maiores varejistas do Nordeste¹¹ e a marca figura como um dos principais no *Top of Mind*¹², tendo a proposta de oferecer soluções completas para os clientes. A rede nordestina busca oferecer um portfólio completo para atender às comunidades onde atua. Parte do sucesso da bandeira GBarbosa vem de uma estratégia de marketing completa e direta, que coloca a empresa como maior investidora na mídia televisiva no Nordeste¹³ e a única varejista no Nordeste que faz, em média, 5 campanhas publicitárias por ano¹⁴.

A bandeira Perini, por sua vez, se destaca pela qualidade dos seus produtos e serviços. A proposta de valor da bandeira é transmitida e percebida pelo cliente, que em Salvador vê Perini como a marca nº1 *Top of Mind* na categoria *Delicatessen e Padaria*¹⁵. O reconhecimento é refletido na oferta de produtos nas lojas, que inclui itens de fabricação própria, além de grandes marcas nacionais e importadas.

A bandeira Bretas é referência no varejo alimentar em Minas Gerais e Goiás, tendo mais de 19,3% de *market share*¹⁶ nas regiões em 30 de junho de 2021. A bandeira, que está presente em quase 40 cidades, valoriza a oferta de produtos regionais, o que ajuda a criar uma conexão com o cliente local. Dentre os produtos oferecidos na rede Bretas, destacam-se os do açougue, que representaram mais de 15% da receita líquida da marca no período seis meses findo em 30 de junho de 2021, e os produtos de marca própria Bretas, que conta com cerca de 350 SKUs (*Stock Keeping Unit*) e teve participação em torno de 4,9% da receita líquida no mesmo período.

A tabela a seguir apresenta alguns outros dados de nossas bandeiras de varejo, assim como a logomarca de cada bandeira:

		 + 	
Presença geográfica			
RJ		CE, AL, SE, BA, PE	MG & GO
Market share (June YTD)	8.7%	17.3%¹	19.3%
# de lojas	30	81	54
Ticket médio (R\$)	101.7	91.0	55.2
Vendas / m² (R\$ '000)	2.7	1.1	0.6
SSS (1S2021)	5.5%	(4.7%)	1.3%

¹ Market share referente somente a CE, AL, SE e BA

Data base: 2º trimestre de 2021

¹¹ De acordo com apurações internas em comparação com os concorrentes locais.

¹² Segundo levantamento realizados Mkt Consult, a GBarbosa ficou em 6º lugar no Top of Mind 2020.

¹³ Segundo informações advindas de relatórios mensais de Monitoramento de Mídia do IBOPE (Videotrack), comparando com os concorrentes diretos de hiper e supermercados além dos atacados. Consideramos o total das inserções do período de todos os veículos da praça, e partimos do pressuposto que todos os players têm a mesma tabela de preço que o GBarbosa. Os resultados indicam a liderança nas praças onde atuamos consistentemente pelo menos nos últimos 4 anos.

¹⁴ Em 2020 tivemos 5 campanhas registradas na SECAP (Caixa Econômica Federal) com mecânica de participação e premiações de grande porte e de distintos tipos (somente para GBarbosa).

¹⁵ De acordo com o Relatório TOP OF MIND – Bahia - categoria Delicatessem/padaria - Empresa MKTConsult http://www.mktconsult.com.br/wp-content/uploads/2020/02/Vencedores-Top-of-Mind-2019_anuncio.pdf

¹⁶ De acordo com Nielsen, <https://nielseniq.com/global/pt/>.

II. Varejo (Serviços Complementares):



No varejo, além das operações de hipermercados e supermercados, temos presença em outros formatos, por meio de serviços complementares. Nessa categoria temos os electroshows e farmácias no GBarbosa, postos de combustíveis no Bretas, *delicatessens* e cafés na Perini, além da loja SPID35. Tais negócios desempenham um papel fundamental para o nosso ecossistema, uma vez que são caracterizados por alta recorrência de compras, ajudando na fidelização e retenção do cliente.

A tabela a seguir apresenta alguns outros dados de nossos serviços complementares às bandeiras de varejo, assim como a logomarca de cada bandeira:

2T21	Electroshow 	Farmácias 	Postos de gasolina 	Delicatessen
Lojas	76	45	12	6
Clientes (lojas/mês)	505	2.872	15.040	6.022
Caixas por loja	2	2	2	3
# SKUs	800	5.500	5	150
				1.500

Data base: 30 de junho de 2021

Com uma presença regional marcante e 76 lojas distribuídas entre Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, as lojas electroshow têm modelo com excelentes margens, grande capilaridade, baixo custo de implantação e potencial para expansão. As lojas têm área média de 150m², e são especializadas nas vendas de eletroeletrônicos e eletrodomésticos, além de outros produtos de bazar e não alimentares, o formato se destaca nos mercados nos quais atua, concretizando a nossa posição como empresa com operação ampla.

O electroshow se apresenta também como uma oportunidade para alavancar nossos serviços financeiros, por meio do Cartão Cencosud, uma vez que a compra de produtos eletroeletrônicos e eletrodomésticos é uma das principais fontes de utilização do cartão de crédito, em razão da possibilidade de parcelamento. As farmácias GBarbosa e postos de combustíveis Bretas se colocam como negócios de proximidade, que trazem ainda mais a marca Cencosud para o dia a dia do cliente, aumentando o leque de oportunidades para nos relacionarmos com a população dessas regiões. Nos postos de combustíveis Bretas fizemos parceria estratégica com a Raízen, e sua bandeira Shell, para comercialização dos combustíveis e embandeiramento dos postos com a marca Shell.

A nossa mais nova marca, SPID35, se propõe a oferecer soluções para as necessidades imediatas dos clientes e prestar um serviço rápido e de qualidade. O nome SPID35 surgiu da intenção de que os pedidos dos clientes seriam atendidos e entregues em até 35 minutos. A marca, que surgiu em um contexto 100% digital, é uma iniciativa do Grupo Cencosud e está presente em outros países, mas busca manter aspectos de regionalidade para se adaptar às necessidades do cliente de cada lugar. No Brasil, a primeira loja física SPID35 está localizada no Rio de Janeiro.

Apresentamos abaixo evolutivo de informações sobre nossas vendas do segmento de Varejo (Hipermercados, Supermercados, e Serviços Complementares):

<i>(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)</i>	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Lojas #	305	338	332	339	338
SSS ¹⁷ (%)	0,6%	4,5%	8,7%	0,1%	0,9%
Receita Líquida	3.517.272	3.681.889	7.793.053	7.222.961	7.122.009
EBITDA Varejo	246.908	256.752	588.564	271.336	-89.618
Margem EBITDA Varejo (%)	7,0%	7,0%	7,6%	3,8%	-1,3%

Nota: Em 2021 houve a migração de 26 lojas de Bretas para o formato atacado.

Atacado (“Atacarejo” ou “Cash & Carry”):

A operação consiste na venda majoritária de alimentos e outras commodities mesmo que não alimentares, como por exemplo produtos para higiene pessoal, para consumidores finais, revendedores e fornecedores do setor de serviços alimentares que buscam preços baixos e grande volume de compras.

Em 30 de junho de 2021, as operações de atacado da Companhia eram representadas pelas bandeiras Mercantil Rodrigues e Bretas. Vale ressaltar que, desde o primeiro trimestre de 2021, a empresa iniciou a conversão das operações de varejo sob a bandeira Bretas em operações de atacado. Assim, a Companhia passou a contar com mais 26 lojas com operações de para atacado, totalizando 34 lojas ao final de junho.



O Mercantil Rodrigues conta com 8 lojas, sendo 7 lojas no estado da Bahia e uma em Sergipe. A bandeira Bretas conta com 26 lojas em regiões metropolitanas do estado de Minas Gerais e Goiás. Nossas lojas Mercantil possuem uma média de 4,5 mil m² e nossas lojas Bretas uma média de 2,8 mil m².

¹⁷ SSS significa same store sales, ou vendas nas mesmas lojas, trazendo a variação percentual das vendas que existiam há um ano nas mesmas lojas.

Com início das operações na Bahia há 60 anos, o Mercantil Rodrigues é um dos primeiros nomes no *Cash & Carry* no estado, com proposta de valor focada em uma diferenciação de preços e *mix* de produtos. O sucesso do Mercantil Rodrigues é reflexo da forte presença que tem na vida do cliente, tendo visita de mais de 15 mil clientes por dia, distribuídos em suas oito lojas.

		
Presença geográfica		
BA & SE	GO+MG	
Market share regional	5,2%	19,3%
# de lojas	8	26
Ticket médio (R\$)	161,3	81,0
% de B2B e B2C (2020)	23% / 77%	20% / 80%
Vendas medias / m ² (R\$ '000)	1,4	0,9
SSS (2020)	0,9%	6,5%

Data base: 30 de junho de 2021

Apresentamos abaixo evolutivo de informações sobre nossas vendas do segmento de atacado (“Atacarejo” ou “Cash & Carry”):

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Lojas #	34	8	8	8	8
SSS ¹⁸ (%)	3,1%	5,0%	5,9%	1,5%	4,6%
Receita Líquida	507.112	298.602	615.892	581.487	572.883
EBITDA Atacado	28.778	10.170	23.542	13.457	-2.575
Margem EBITDA Atacado (%)	5,7%	3,4%	3,8%	2,3%	0,4%

Nota: Em 2021 houve a migração de 26 lojas de Bretas para o formato atacado.

Nossos pontos fortes

Acreditamos que os seguintes pontos fortes nos diferenciam dos nossos concorrentes e contribuem para nosso sucesso:

Plataforma omnicanal integrada e de alta escala com liderança regional e altos níveis de reconhecimento nos mercados do Nordeste e Sudeste brasileiro

Somos o quarto maior grupo varejista alimentar brasileiro em termos de venda¹⁹ atuando por meio de seis marcas com forte reconhecimento nos mercados dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e Rio de Janeiro. Nossas atividades comerciais são executadas por meio de uma ampla rede de lojas incluindo formatos de hipermercados, supermercados e atacado, totalizando 339 lojas em 30 de junho de 2021. Além de presença física, nossas operações contam com canais de vendas digitais tanto proprietários quanto de terceiros. Nossas operações são respaldadas por uma infraestrutura de logística e distribuição integrada às nossas lojas. Nesta data, contamos com nove centros de distribuição nos estados de Bahia, Goiás, Minas Gerais, Sergipe, Ceará e Rio de Janeiro que garantem um abastecimento eficaz de toda nossa rede de lojas. Nossas marcas possuem em média 12,3% de market share²⁰, e figuram entre as empresas como *top of mind* para a maioria dos nossos consumidores²¹. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, contávamos com 340 lojas que juntas totalizaram mais de R\$ 8,4 bilhões em vendas líquidas.

Expertise em aquisições e integrações de novas bandeiras combinadas com um histórico de sucesso de abertura de novas lojas

Nossa história no mercado brasileiro foi construída através de aquisições de marcas fortes com amplo reconhecimento regional, combinados com uma forte capacidade de promover rápidas e eficientes integrações na nossa rede. O Grupo Cencosud entrou no Brasil em 2007 com a aquisição das bandeiras GBarbosa e Mercantil Rodrigues. Nos anos seguintes outras aquisições foram realizadas, ampliando a atuação no Nordeste e expandindo nossa presença para o Sudeste e Centro-Oeste, com as aquisições das bandeiras Perini, Bretas, e Prezuníc. Em 2021, abrimos nossa primeira loja SPID³⁵, com foco especial em conveniência, proximidade e inovação, com atendimento 100% digital. Nossas aquisições nos permitiram ampliar nossa rede de lojas e formatos e expandir para novos estados do Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. Acreditamos que tal crescimento, acompanhado da abertura de novas lojas, tem respaldo no nosso conhecimento sobre o mercado, as características e os hábitos de consumo em diferentes estados.

¹⁸ SSS significa *same store sales*, ou vendas nas mesmas lojas, trazendo a variação percentual das vendas que existiam há um ano nas mesmas lojas.

¹⁹ De acordo com Ranking ABRAS 2021. Considera Assai e GPA dentro do mesmo grupo empresarial

²⁰ Média dos market shares das marcas Prezuníc, GBarbosa, Mercantil Rodrigues e Bretas.

²¹ As marcas GBarbosa e Perini figuram como a marca *top of mind* #1 nos mercados onde atuam.

Abaixo um quadro que demonstra de forma geral as expansões por aquisição e orgânicas realizadas desde o ingresso no Brasil:

# lojas	Out/07	Nov/07	Jul/10	Nov/10	Jan/12	Total
Hiper / Super	41	1	4	64	31	141
Outros formatos	43	0	4	10	0	57
Total na aquisição	84	1	8	74	31	198
Hiper / Super	78	-	3	54	30	165
Outros formatos	121	-	6	12	1	140
Varejo	199	-	9	66	31	305
Atacado	-	8	-	26	-	34
Total Cencosud	199	8	9	92	31	339

Data base: 30 de junho de 2021

Ecosystema de vendas omnicanal com fortes capacidades de e-commerce e CRM

Estamos construindo uma plataforma omnicanal robusta por meio da qual ofereceremos aos nossos clientes serviços e produtos a um menor custo. Esta plataforma nos permite atender às demandas da nossa base de clientes, bem como identificar seus hábitos de compra, que estão em constante e rápida evolução. No desenvolvimento do nosso ecosystema de vendas, sempre consideramos os seguintes pilares: prestar um ótimo serviço, desenvolver nosso conhecimento operacional, agilizar o *time to market* e atender os clientes diretamente. Nossas iniciativas digitais, caracterizadas por manter um diálogo constante com os nossos clientes, têm sido uma vantagem competitiva para consolidar sua fidelização.

Nossa operação de e-grocery começou em setembro de 2020 e em março de 2021 deu mais um passo importante com a abertura de uma loja, no Rio de Janeiro, da nossa bandeira SPID35. Ela atualmente inclui aproximadamente 10 mil SKUs online e tem um tíquete médio de R\$ 320. Também estabelecemos operações de *last mile* em parceria com a Rappi e a Cornershop; lançadas em fevereiro de 2019 e agosto de 2020, respectivamente. Nossas operações de *last mile* com a Rappi e Cornershop oferecem aproximadamente 7.000 e 9.000 SKUs online, e tíquetes médios de R\$ 110 e R\$ 211, respectivamente.

Temos uma plataforma de CRM que nos permitiu aumentar a compreensão acerca dos nossos clientes por meio do seu comportamento de compra. Com o objetivo de promover um relacionamento mais próximo e duradouro com a nossa ferramenta de CRM e aplicativos de compras online, oferecemos uma experiência personalizada ao nosso cliente, que inclui benefícios financeiros e ofertas customizadas com base em seus perfis de compra mapeados.

Existe o potencial para todas as nossas lojas implementarem e aumentarem a penetração do comércio eletrônico, assim como a potencialização do marketing digital por meio da mídia social. Isto é um fator importante que ajuda a produzir maiores retornos para o ecosystema de vendas.

Abaixo alguns dados de nossas plataformas digitais:

	E-grocery		SPID35		Cornershop		Rappi
Plataforma Digital para soluções e-commerce em Alimentos	Rápido entrega de produtos	Global e parceria estratégica	Parceria Transacional				
% da Receita Mesmas Lojas	3,6%	100%	1,5%	0,7%			
% da Receita Total	0,9%	-	0,5%	0,2%			
Lojas Abertas	32	1	43	45			
SKUs	~11,5k	~1,5k	~10,0k	~9,0k			

Data base: 30 de junho de 2021

Diversas alavancas de geração de valor, com potencial de expansão de margens

Temos passado por um processo de transformação nos últimos anos, buscando melhorias operacionais e de margem. As principais iniciativas implementadas são categorizadas entre iniciativas de *backoffice* e de *frontoffice*. Dentre as de *backoffice*, destacam-se a implementação de diversas melhorias de processos administrativos, entre eles a implementação do Centro de Serviços Compartilhados que centraliza a realização de tarefas administrativas, o Projeto Simplifique que trouxe mais facilidade e agilidade para realização de atividades comerciais e de logística, a automatização e robotização de diversas atividades administrativas, a assinatura eletrônica de documentos, a consolidação da rede logística de centros de distribuição e a integração de todas as áreas de negócio pelo sistema ERP SAP, único à Cencosud, além das pesquisas para avaliar a qualidade do trabalho interno pelo NPSI. Já às iniciativas de *front-office* envolveram a implementação de diversas melhorias de processos operacionais nas lojas, como a polivalência entre as funções de caixa e repositor de produtos, melhorando o atendimento aos clientes nos caixas, o cofre inteligente reduzindo trabalhos manuais e gerando mais eficiência, o Pricefy para automatização de impressão de etiquetas e cartazes, o CRM lançado em 2020, a pesquisa de Cliente Oculto, as avaliações NPS e outras diversas iniciativas que focam no cliente. A nossa evolução constante possibilitou um aumento de 0,2% para 8,5% de SSS entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2020. A soma das nossas iniciativas busca alcançar um elevado nível de vendas e margem, fundamentando nossa estrutura para expansão nos próximos anos.

Soluções financeiras altamente complementares



Por meio de uma parceria com o Banco Bradescard S.A. (subsidiária do Banco Bradesco S.A.), oferecemos aos nossos consumidores soluções financeiras como o nosso cartão próprio, o Cartão Cencosud, assim como crédito ao consumidor e seguros para produtos. Nosso segmento de Soluções Financeiras auxilia as nossas operações de varejo oferecendo maior conveniência nas formas de pagamento, além de ofertas competitivas em crédito e descontos em produtos. Em 30 de junho de 2021, tínhamos aproximadamente 283 mil contas de cartões de crédito ativas²² e um limite global de R\$1,8 bilhão.

Nossa parceria de soluções financeiras opera de forma integrada com nossos segmentos de varejo e atacado com o objetivo de fidelizar ainda mais o nosso cliente. Estamos focados no desenvolvimento dessas soluções para fortalecer e impulsionar o nosso crescimento.

Abaixo, de uma forma macro, nossa visão geral, produtos ofertados e estratégia:



Equipe de gestão altamente qualificada com alinhamento estratégico com os acionistas, que contribuem significativamente com sua experiência no setor de varejo no Brasil e no Chile

A nossa atual controladora, Cencosud S.A., nos proporciona uma referência internacional para as nossas operações, inclusive na digitalização do varejo alimentar, o apoio com contratos de compra globais e desenvolvimento de novas tecnologias para o varejo. O Grupo Cencosud, no Chile, possui experiência internacional de varejo, por atuar em cinco países na região da América Latina, e contribui adequadamente para a estratégia das melhores práticas do setor, buscando, em conjunto com a administração da Companhia no Brasil, atingir os melhores resultados. Nossos executivos também possuem vasta experiência nos setores de varejo e consumo no Brasil: por exemplo, a diretoria apresenta, em média, mais de 21 anos de experiência no varejo. Prezamos por um alto padrão de governança corporativa, com auditorias independentes, auditoria interna, área de gerenciamento de riscos, área de revisão de processos, área de controle da LGPD, entre outros controles. Ademais, 100% dos nossos colaboradores participam do programa de *profit share*, alinhando as metas individuais às metas da Companhia, e o bônus final de cada funcionário depende em 60% da performance da Companhia e 40% de performance individual.

²² Entende-se por contas ativas aquelas contas que tenham sido utilizadas pelo menos uma vez em um período de 30 dias.

Equipe de gestão alinhada aos princípios de ESG (siglas em inglês para Ambiental, Social e Governança), com foco em iniciativas voltadas para o meio ambiente e a comunidade

Alinhados aos princípios de ESG (*Environmental, Social and Governance*, em inglês), temos um compromisso com o meio ambiente, que é refletido nos processos internos de redução de lixo, venda de sacolas retornáveis, instalação de luzes LED e balcões plug-in nas lojas, e compra de energia de fonte renovável no mercado livre. Até 2025, temos a intenção de que todos os ovos da nossa marca Cencosud Brasil sejam de origem orgânica, e que até 2028 todos os ovos vendidos em nossas lojas, tanto da nossa marca quanto de outras marcas, sejam também de origem orgânica.

Possuímos também um compromisso com a comunidade: (i) por meio do nosso Instituto GBarbosa oferecemos palestras, cursos e oficinas sobre prevenção de doenças, alimentação e hábitos saudáveis, atividades físicas, artesanato e arteterapia, cuidados com a beleza e gastronomia, e (ii) por meio do programa estabelecido de doação de alimentos, que doou 95.000 quilogramas de comida no ano de 2020.

Nossa estratégia

Com o objetivo de continuar consolidando nossas bandeiras nos setores de varejo e atacado, temos como prioridade:

Continuar os programas de renovação e revitalização de lojas a fim de aumentar a rentabilidade e as vendas nas mesmas lojas

Nossa matriz no Chile anunciou, em 14 de janeiro de 2021, seu plano de investimentos (CAPEX) para 2021 a 2023 de US\$ 1.800 milhões, destes US\$ 180 milhões serão investidos na Companhia para reforma e modernização de 100% das lojas, além de uma parcela de investimentos em logística, TI e desenvolvimento de canais de vendas digitais. Tais investimentos já foram iniciados no próprio primeiro trimestre de 2021.

Em 30 de junho de 2021, 26 lojas de supermercado tiveram suas operações convertidas para o atacado, nos estados de Minas Gerais e Goiás, visando atender os clientes desse segmento, aumentar as vendas e nossa rentabilidade.

Desenvolvimento adicional da nossa plataforma de e-commerce e do nosso modelo omnicanal

Estamos focados na integração da nossa rede física de lojas e plataforma de e-commerce, oferecendo unidades de negócios interconectadas e complementares para facilitar a experiência de compra e consolidar a fidelidade de nosso cliente às nossas marcas. Com a inclusão em nosso aplicativo dos serviços financeiros oferecidos em parceria com o Banco Bradescard S.A., disponibilizamos aos nossos clientes mais funcionalidades em uma mesma plataforma, além de ampliar a análise da base de dados, a qual nos apoia para gerar mais relevância para nossos clientes.

Temos uma variedade de formatos digitais com os quais conseguimos coletar informações de hábitos de compra dos nossos clientes, sempre observando a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"). Nossa base de clientes cadastrados em nossa plataforma digital atingiu em 2020, com menos de 1 ano de operação, 1,6 milhões de clientes. Pretendemos seguir expandindo as nossas atividades online para complementar a nossa ampla oferta de serviços, potencializar a integração de nossas plataformas e oferecer um serviço omnicanal cada vez mais abrangente aos nossos clientes.

Foco na excelência operacional

A eficiência operacional é fundamental para o sucesso das nossas operações. Estamos sempre atentos às oportunidades de sinergia nas negociações com fornecedores para mais de uma bandeira, reduzindo custos operacionais e garantindo a oferta dos produtos para o nosso cliente. Nossa cultura corporativa é focada em resultados e somos cada vez mais seletivos nos nossos investimentos, sempre atentos às oportunidades de aprimorar nossos processos e o aproveitamento de nossas economias de escala.

Atendimento diferenciado aos clientes

Acreditamos oferecer um atendimento diferenciado e de grande atenção a nossos clientes, prezando pela transparência, confiança e respeito nas relações com clientes, colaboradores e fornecedores. O nosso propósito é "Paixão por servir você, do seu jeito".

Por meio do Cartão Cencosud os clientes têm acesso a descontos exclusivos, condições de pagamento diferenciadas e diversos serviços, como por exemplo seguros de proteção à perda de renda, furto ou roubo do cartão, que auxiliam no processo de quitação de débitos em fatura, além de indenizações por morte ou invalidez, proteção para furto, roubo e danos acidentais em aparelhos celulares e assistência odontológica e parcelamento de faturas.

Além disso, buscamos oferecer experiências de compra diferenciadas aos clientes, como por exemplo filas únicas para agilizar os caixas, balcão resfriado de granel, linha de produtos importados exclusivos e atendimento diferenciado no setor de carnes.

Acreditamos que nosso modelo de negócio, atrelado à satisfação dos nossos clientes, é uma combinação estratégica de qualidade com eficiência.

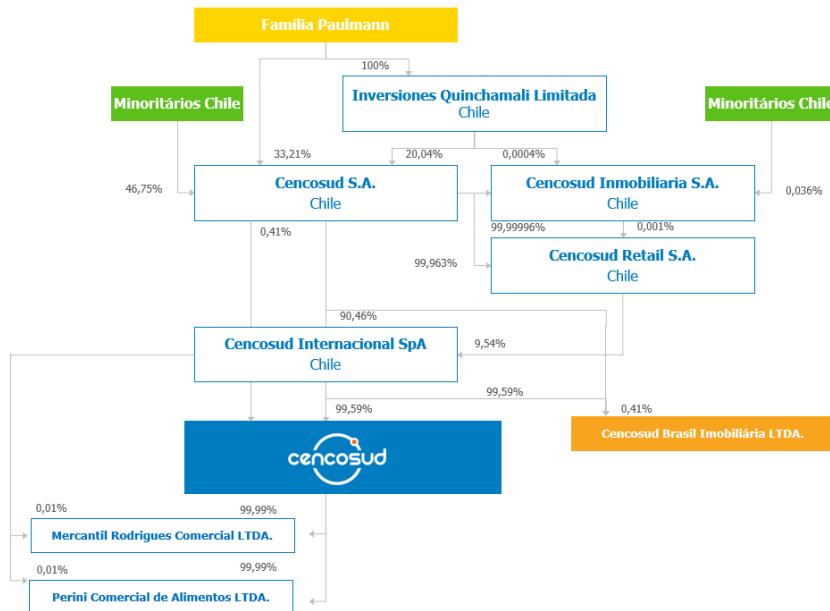
Expansão de serviços financeiros na plataforma

Buscamos continuar com o *roll-out* dos nossos serviços financeiros oferecidos por meio da parceria com o Banco Bradescard S.A. através do Cartão Cencosud para agregar valor aos nossos clientes por meio de melhores condições de pagamento. Este segmento oferece uma variedade de soluções de pagamento, ofertas de crédito e descontos em produtos, potencializando as vendas e aumentando da satisfação e fidelização do nosso cliente.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à nossa Companhia, negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira individual ou combinada. Para mais informações veja os itens “4.1 Fatores de Risco” e “4.2 Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 571.

Organograma Societário Simplificado



Não haverá alteração de controle na Companhia após a realização da Oferta.

Informações Adicionais

Nosso escritório administrativo está localizado na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 21º Andar, Brooklin Paulista, CEP - 04578-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O telefone do nosso Departamento de Relações com Investidores é +55 (11) 4377-9403. Nosso endereço na rede mundial de computadores é www.ri.cencosud.com.br e o e-mail para contato é ri@cencosud.com.br. As informações constantes em nosso website não integram esse Prospecto e não são a ele anexadas ou incorporadas por referência.

Impactos da Pandemia de COVID-19

Para maiores informações acerca do impacto na Companhia decorrente da pandemia do COVID-19, vide item 10.9 do Formulário de Referência da Companhia.

Principais Fatores de Riscos

Abaixo estão listados os cinco principais fatores de risco que nos afetam, nos termos do artigo 40, § 3º, inciso IV da Instrução CVM 400. Para informações sobre os fatores de risco aos quais estamos expostos, veja a seção “[Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”], na página 93 deste Prospecto, e os itens “4.1 Fatores de Risco” e “4.2 Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 571 deste Prospecto:

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia do COVID-19 afetará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente nossos negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar a operar nossos negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como as provocadas pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia do COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia do COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo das localidades em que nós operamos, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para controlar a propagação da doença, como o isolamento social e consequente restrição à circulação, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

Algumas atividades da Companhia, por não serem consideradas essenciais pelas autoridades governamentais, tiveram que ser fechadas. Tais atividades correspondem às lojas de eletrodomésticos (eletroshow), as quais ficaram fechadas, em sua maioria, durante determinados períodos da pandemia, incluindo o mês de março de 2021. Outras atividades foram afetadas negativamente em razão de restrições à maneira como a Companhia conduzia seus negócios, principalmente devido à restrição no horário de funcionamento e abertura de lojas, além da restrição de vendas de itens considerados não essenciais, como por exemplo, eletroeletrônicos, bazar, utilidades do lar, bebidas alcoólicas entre outros. Na data deste Formulário de Referência, algumas lojas da Companhia na região metropolitana de Salvador estão funcionando com restrições de horários. Os postos de gasolina também foram afetados negativamente devido à reduzida necessidade de abastecimento de veículos em geral.

Adicionalmente, as medidas implementadas pelas autoridades para mitigar a expansão do COVID-19 impactaram de forma adversa a circulação de consumidores pelas nossas lojas físicas que permaneceram abertas durante a pandemia do COVID-19, bem como alteraram o padrão de consumo dos clientes e levaram a Companhia a alocar recursos para adaptação das lojas às novas medidas impostas. A Companhia não pode garantir que não haverá novos fechamentos de seus estabelecimentos ou restrições no modo de operação de seus estabelecimentos (incluindo a redução do horário de funcionamento e a limitação na circulação de pessoas) em razão da pandemia do COVID-19.

Adicionalmente, nossos escritórios administrativos e outras instalações, incluindo nossa sede, funcionam parcialmente, uma vez que a Companhia vem praticando uma política de teletrabalho para seus empregados administrativos, seja ele remoto, home office ou híbrido para cerca de 50% dos seus empregados. Essa política pode afetar nossa produtividade, ocasionar eventuais erros e atrasos nas nossas operações, bem como causar outras interrupções nos negócios. O trabalho remoto também pode aumentar nossos riscos operacionais, incluindo, mas não limitado a riscos de cibersegurança, sendo tais riscos potencializados pela extensão do período em que tal prática for adotada, o que pode prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios. A Companhia não pode garantir que as medidas preventivas adotadas serão suficientes para evitar que os empregados sejam contaminados pelo COVID-19 e há risco de eventual contaminação pelos empregados ser reconhecida como doença ocupacional, o que poderia resultar em responsabilização nas esferas judiciais e administrativas. Além disso, como resultado da desaceleração econômica no Brasil, nossos clientes e fornecedores podem renegociar acordos existentes, com possíveis aumentos de inadimplência, o que pode nos forçar a manter parte de nossos ativos sem ocupação e, portanto, afetar adversamente nossos resultados de operações e nossa condição financeira.

A pandemia do COVID-19 pode, também, causar perturbações materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ciberataques, absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia do COVID-19, nossas operações podem ser adversamente afetadas.

Além disso, nos últimos meses, novas variantes potencialmente mais transmissíveis do COVID-19 foram identificadas, o que, dentre outros fatores, levou a um aumento na quantidade de internações hospitalares e mortes no Brasil. Ainda, estados e cidades brasileiras estão retomando medidas restritivas, tais como proibição de atividades não essenciais e *lockdown*. Ademais, o plano de vacinação que vem sendo adotado pelos governos federal e estaduais do Brasil ainda segue em ritmo lento e com baixo número absoluto de pessoas vacinadas, se comparado proporcionalmente aos demais países. A Companhia não pode garantir que tais fatores não impactarão suas condições financeiras e operacionais.

Mesmo após a eventual diminuição do surto do COVID-19, pode ocorrer uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, que pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes e fornecedores.

Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação do COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto do COVID-19 é incerto. O alcance total do impacto da pandemia do COVID-19 sobre nossos negócios e resultados operacionais depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia do COVID-19, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras.

Por fim, o impacto da pandemia do COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de ampliar a quantidade de lojas físicas.

O nosso crescimento está ligado à nossa capacidade de abrir novas lojas, desenvolver as lojas existentes, bem como identificar e aproveitar oportunidades de inaugurar e operar novas lojas com sucesso. Nossa capacidade de inaugurar e operar novas lojas com êxito depende de inúmeros fatores, muitos dos quais estão além de nosso controle. Entre esses fatores se incluem nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, o que envolve reunir e analisar dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para nossos produtos nos locais escolhidos, bem como a negociação de contratos de locação em termos aceitáveis, e a construção de obras sem atrasos significativos, interrupções ou aumento de custos.

Além disso, estamos suscetíveis a riscos de performance, qualidade de produto e condição financeira das empresas de construção contratadas. Como exemplo, a capacidade das empresas de construção contratadas de prestar serviços e fornecer recursos essenciais, adequada e pontualmente, aos nossos projetos imobiliários pode ser afetada se eles estiverem enfrentando restrições financeiras ou de redução da atividade econômica em geral, entre outros fatores. Não temos como garantir que não iremos nos deparar com interrupções em seus serviços no futuro ou que conseguiremos substituir, em tempo hábil, tais empresas que não conseguirem atender às nossas necessidades, o que poderá afetar negativamente a execução oportuna e bem-sucedida dos nossos projetos e, consequentemente, nossos resultados operacionais e condição financeira. Adicionalmente, há risco de falta de materiais e / ou incremento significativo dos custos necessários para a conclusão de tais projetos.

A abertura de novas lojas também requer a manutenção de um nível crescente de estoques a um custo aceitável para atender à sua demanda, bem como a contratação, o treinamento e a retenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente em nível gerencial. Caso não sejamos capazes de administrar fatores e incertezas relacionados ao sucesso na abertura de novas lojas, incluindo os impactos da pandemia do COVID-19, nossos negócios e o resultado de nossas operações poderão ser negativamente afetados.

Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e operação das nossas unidades e centros de distribuição.

Dependemos de diversos cadastros e registros perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal. A Companhia também enfrenta riscos relativos às licenças para instalação e operação das lojas e dos centros de distribuição, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros ("AVCB"), Alvarás de Licença de Uso e Funcionamento ("ALUF"), licenças ambientais, outorgas para uso de recursos hídricos, alvarás sanitários, Autorização de Funcionamento de Empresa perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA" e "ANVISA", respectivamente), registro perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"), registro perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento, registro perante Conselhos Profissionais, entre outros.

Por atuarmos em um setor sujeito a legislação e regulação e caracterizado pela necessidade de frequente interação com autoridades governamentais, alterações nas regulamentações aplicáveis às nossas atividades e produtos, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de Licenças de nossos estabelecimentos e/ou produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem nos afetar de modo adverso e relevante. Estamos sujeitos, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades em nossos estabelecimentos para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

A Companhia não pode garantir que possui todas as licenças e autorizações necessárias para a continuidade de suas atividades. Além disso, as licenças possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, o que a Companhia tampouco pode garantir que conseguirá fazer. As dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, incluindo em razão do cenário de pandemia do COVID-19, que pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para obtenção e renovação das licenças, potencializam o risco de a Companhia não conseguir obter todas as licenças necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva.

A não obtenção ou a não renovação das nossas Licenças por quaisquer motivos, incluindo dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, poderá, caso a caso (i) resultar em autos de infração, (ii) nos sujeitar ao pagamento de multas, (iii) nos impedir de abrir e operar as lojas e os centros de distribuição, (iv) resultar na interdição ou fechamento das nossas lojas e nossos centros de distribuição, (v) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (vi) resultar na aplicação de outras penalidades, tais como advertência e apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual e municipal); e (vii) nos expor, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais, o que pode afetar substancialmente e adversamente nossa estratégia de negócios.

Portanto, os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser material e adversamente afetados se a Companhia não conseguir obter ou renovar todas as licenças e autorizações necessárias para suas atividades e operações.

Para informações sobre as autoridades governamentais competentes e regulamentações aplicáveis, ver seção 7.5 deste Formulário de Referência.

Dependemos do sistema de transportes rodoviário e infraestrutura das cidades em que estão localizados nossos centros de distribuição para a entrega das mercadorias e seremos adversamente afetados caso haja interrupção ou suspensão das atividades de qualquer desses centros de distribuição.

A distribuição de mercadorias parte dos nossos nove centros de distribuição, localizados nos municípios de Nossa Senhora do Socorro/SE, Maracanaú/CE, Camaçari/BA, Salvador/BA, Goiânia/GO, Rio de Janeiro/RJ, Simões Filho/BA e dois em Ribeirão das Neves/MG ("Centros de Distribuição"). O sistema de transporte rodoviário e infraestrutura no País está em desenvolvimento e necessita de melhorias para que possa funcionar de maneira eficiente e atender os nossos negócios. Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde os Centros de Distribuição da Companhia estão localizados, resultantes de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves (tais como a paralisação de caminhoneiros de maio de 2018), restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a do COVID-19) ou outras causas inesperadas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias e ocasionar queda em nossas vendas, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

Caso a operação dos nossos Centros de Distribuição seja interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, ou caso a capacidade de distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, problemas sanitários, acidentes, greves ou questões trabalhistas, podemos enfrentar desabastecimento de produtos em nossas lojas o que, por sua vez, afetará adversamente nossas vendas e acarretará aumentos significativos de custos relacionados à reabertura ou substituição dos Centros de Distribuição.

Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento inclui a abertura de novas lojas, além da expansão das vendas por meios digitais (e-commerce), o que pode demandar uma expansão na capacidade dos nossos Centros de Distribuição ou até mesmo o estabelecimento de novos centros de distribuição, especialmente devido à necessidade de abastecimento de lojas físicas e para atendimento das demandas de compras via e-commerce. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou não consigamos expandir ou integrar centros de distribuição ou adaptar os serviços de operadores logísticos existentes ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um impacto adverso em nossas vendas, nossos resultados operacionais e na nossa estratégia de crescimento.

Ademais, quaisquer alterações ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que nós ou os nossos fornecedores usem para entregar produtos nas lojas ou Centros de Distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que vendemos em nossas lojas e afetar negativamente nossas operações.

Podemos não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências e preferências de consumo dos nossos clientes.

Competimos com outras empresas do setor de varejo em relação a preço, qualidade, experiência de compra, promoções, localização e disposição das lojas. As preferências dos consumidores e as tendências de consumo são voláteis e tendem a mudar rapidamente, com o surgimento de novos produtos, tendências e demandas que influenciam fortemente o gosto dos consumidores. O sucesso das vendas depende da habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências de consumo, bem como às potenciais mudanças nas preferências dos nossos clientes. Se os produtos disponíveis nas nossas lojas físicas e digitais não forem capazes de atender aos gostos e preferências dos clientes, isso pode acarretar uma diminuição significativa nas vendas. Qualquer falha em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência de consumo pode afetar negativamente a aceitação de mercadorias pelos clientes, o que pode causar o excesso de estoque de determinados produtos, impactando adversamente nosso negócio, imagem, rentabilidade, resultado operacional e a situação financeira.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto Preliminar, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

Cencosud Brasil Comercial S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº 12.995 21º Andar, Brooklin Paulista
CEP 04578-000, São Paulo, São Paulo
At.: Sr. Emílio Nunes de Carvalho
Tel.: +55 (21) 99814-6776
<http://www.ri.cencosud.com.br>

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
Fax: +55 (11) 3708-8107
www.itau.com.br/itaubba-pt/

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
<http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>

Banco J.P. Morgan S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares
CEP 04538-905
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: 55 (11) 4950-3700
www.jpmorgan.com.br/country/br/pt/jpmorgan

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Claudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
<https://www.bradescobbi.com.br>

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, 24º andar
CEP 04543-011
At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Tel.: 55 (11) 3553-3489
<https://www.santander.com.br>

Consultores Legais Locais da Companhia

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447 CEP 01403-001, São Paulo, SP
At.: Sr. Jean Marcel Arakawa e Sr. Caio Cossermelli
Tel.: +55 (11) 3147-7600 / +55 (11) 3147-8622
www.mattosfilho.com.br

Consultores Legais Externos da Companhia

Milbank LLP
Av. Brigadeiro Faria Lima, 4100, 5º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Fabiana Sakai
Tel: +55 (11) 3927 7781
<https://www.milbank.com>

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
<p>Lobo de Rizzo Advogados Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 12º andar CEP 04538-132, São Paulo, SP At.: Sra. Maria Costa Neves Machado e Sra. Mariana Assef Tel.: +55 (11) 3702-7053 / +55 (11) 3702-7331 wwwldr.com.br</p>	<p>Shearman & Sterling LLP Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 17º andar CEP 04538-132, São Paulo, SP At.: Sr. Stuart Fleischmann / Sra. Roberta Cherman Tel.: +55 (11) 3702-2200 www.shearman.com</p>
Auditores Independentes da Companhia	
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Av. Tancredo Neves, nº 2539 - Caminho das Árvores CEP 41820-021, Salvador, BA At.: Vinicius Rego Tel.: +55 (11) 3319-1900 www.pwc.com.br	

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto Preliminar a partir da página 145.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto Preliminar, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 20 e 93, respectivamente, deste Prospecto Preliminar e na seção “4. Fatores de Risco” do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto Preliminar, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Suplementares, a ser por ela emitidas na proporção indicada na página 33 deste Prospecto Preliminar, que poderá ser acrescido à Oferta nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas para atender eventual excesso de demanda que seja verificado quando da fixação do Preço por Ação.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (Free Float)	Antes da realização da Oferta, não há ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, considerando ou não a colocação das Ações Adicionais e as Ações Suplementares, [•]% das ações ordinárias de emissão da Companhia estará em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social” na página 44 deste Prospecto Preliminar.

Ações Suplementares	Montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia correspondentes a até 15% da quantidade de Ações inicialmente ofertada, a ser por ela emitidas, na proporção indicada na página 48 deste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até trinta dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta durante o prazo para exercício da Opção de Ações Suplementares. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Agente Estabilizador ou Bank of America	O Bank of America, agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc., BofA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC, Bradesco Securities, Inc. e Santander Investment Securities Inc, considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser divulgado após a distribuição das Ações, em até seis meses contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 74 deste Prospecto Preliminar, informando o resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, a ser divulgado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 74 deste Prospecto Preliminar, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.

Anúncio de Retificação

Anúncio a ser imediatamente divulgado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor quando da sua decisão de investimento, disponibilizados nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 74 deste Prospecto Preliminar.

Aprovações Societárias

A submissão do pedido de registro de companhia aberta categoria “A” perante a CVM pela Companhia, a sua adesão e admissão ao Novo Mercado, bem como a reforma do seu Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado e a realização da Oferta, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como os termos e condições da Oferta foram aprovadas em assembleias gerais extraordinárias de acionistas da Companhia, realizada em 27 de agosto de 2021, cuja atas se encontram sob registro perante a JUCESP, no prazo legal, bem como devidamente publicadas no jornal “Folha de São Paulo” e no DOU.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e devidamente publicada no jornal “Folha de São Paulo” na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOU, no dia útil subsequente.

Atividade de Estabilização

Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até trinta dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Aviso ao Mercado

Aviso divulgado em [•] de [•] de 2021, a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2021, com a identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta e informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 74 deste Prospecto Preliminar.

Bank of America

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Bradesco BBI

Banco Bradesco BBI S.A.

Capital Social

Em 30 de junho de 2021, o capital social da Companhia era de R\$2.717.228.506,96, totalmente subscrito e integralizado, representado por 6.801.464.243 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Contrato de Colocação

Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Cencosud Brasil Comercial S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.

Contrato de Colocação Internacional

Placement Facilitation Agreement, a ser celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.

Contrato de Empréstimo

Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias da Cencosud Brasil Comercial S.A., a ser celebrado entre a Cencosud Internacional SpA, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, a Corretora e a B3, na condição de interveniente anuente.

Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Cencosud Brasil Comercial S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa a ser celebrado entre a Companhia e a B3, o qual entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
Contrato de Prestação de Serviços	Contrato de prestação de serviços a ser celebrado, entre a Companhia e a B3.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Bank of America, o J.P. Morgan, o Bradesco BBI e o Santander, considerados em conjunto.
Corretora	Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta” na página 54 deste Prospecto Preliminar.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando eventuais Ações Adicionais) que deverá ser realizada dentro do prazo de até dois dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até dois dias úteis contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta (considerando as Ações Adicionais e Ações Suplementares) serão destinados para: (i) realização de potenciais operações de fusões e aquisições (M&A); (ii) abertura de novas lojas e reforma de lojas já existentes; e (iii) realização de investimentos para alavancar o e-commerce e a plataforma de CRM e logística.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 113 deste Prospecto Preliminar e na seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência.

Distribuição Parcial

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição da totalidade das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do imposto sobre operações financeiras (“IOF/Câmbio”) e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta”, na página 97 deste Prospecto Preliminar.

Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa

Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sob o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1. do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia”, na página 97 deste Prospecto Preliminar.

Faixa Indicativa

A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[•] e R\$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.

Fatores de Risco

Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 20 e 93 deste Prospecto Preliminar, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar as Ações que tenham sido subscritas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concedido o registro da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações objeto de garantia firme de liquidação efetivamente subscritas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre: (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente subscritas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência que tratam sobre “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir da página 93 deste Prospecto Preliminar, incluindo o item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência.

Instituições Consorciadas

Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.

Instituições Participantes da Oferta

Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.

Instrumentos de *Lock-up*

Acordos contendo restrições à venda de Valores Mobiliários de *Lock-up* pelos Administradores e alguns dos acionistas da Companhia nos termos do Contrato de Colocação Internacional, e o Contrato de Colocação Internacional no que se refere às restrições à venda de Valores Mobiliários de *Lock-up* assumidas pela Companhia.

Investidores Estrangeiros

Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos, investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii) acima, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução CMN 4.373, e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131, sem a necessidade, portanto, de solicitação de obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

Investidores Institucionais

Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em todos os casos, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), nos termos da Resolução CVM 30, bem como os Investidores Estrangeiros.

Investidores Não Institucionais

Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizaram Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00, nos termos da Resolução CVM 30.

Investidores Não Institucionais <i>Lock-Up</i>	Investidores Não Institucionais que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> , de forma direta, durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo ou durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, com o <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo.
Investidores Não Institucionais <i>Lock-Up</i> 90 dias	Investidores Não Institucionais que realizarem seus pedidos de forma direta ou indireta e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-Up</i> da Oferta de Varejo 90 dias.
Investidores Não Institucionais <i>Lock-Up</i> 45 dias	Investidores Não Institucionais que realizarem seus pedidos de forma direta ou indireta e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-Up</i> da Oferta de Varejo 45 dias.
Investidores Não Institucionais Sem <i>Lock-Up</i>	Investidores Não Institucionais que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , de forma direta, durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo ou durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, com o <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
<i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo 90 dias	Período de 90 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, no qual os Investidores de Não Institucionais <i>Lock-up</i> que optarem expressamente por ele em seus respectivos Pedidos de Reserva não oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> .
<i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo 45 dias	Período de 45 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, no qual os Investidores de Não Institucionais <i>Lock-up</i> que optarem expressamente por ele em seus respectivos Pedidos de Reserva não oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> .
<i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo	<i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo 90 dias em conjunto com o <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo 45 dias.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início sob o código “[•]”.

Oferta	A distribuição pública primária de, inicialmente, [•] Ações, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM, nos termos da Resolução CMN 4.373, e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.
Oferta de Varejo	Montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% do total das Ações (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) a ser destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.
Oferta de Varejo <i>Lock-Up</i>	Oferta destinada a Investidores Não Institucionais <i>Lock-Up</i> .
Oferta de Varejo <i>Lock-Up</i> 90 dias	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública com alocação prioritária de até 6% do total das Ações aos Investidores Não Institucionais que realizarem seus pedidos de forma direta ou indireta e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-Up</i> da Oferta de Varejo 90 dias, sendo que os Investidores Não Institucionais <i>Lock-Up</i> 90 dias terão prioridade de alocação sobre os Não Institucionais <i>Lock-Up</i> 45 dias e os Investidores Não Institucionais Sem <i>Lock-up</i> . Dessa forma, caso haja demanda de Investidores Não Institucionais Lock-up 90 dias: (i) de até 6% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 6% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta de Varejo <i>Lock-Up</i> 45 dias	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública com alocação prioritária de até 3% do total das Ações, aos Investidores Não Institucionais que realizarem seus pedidos de forma direta ou indireta e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-Up</i> da Oferta de Varejo 45 dias, sendo que os Investidores Não Institucionais <i>Lock-Up</i> 45 dias terão prioridade de alocação sobre os Investidores Não Institucionais Sem <i>Lock-up</i> . Dessa forma, caso haja demanda de Investidores Não Institucionais Lock-up 45 dias: (i) de até 3% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 3% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*

No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública com alocação prioritária de até 1% do total das Ações aos Investidores Não Institucionais que realizarem seus pedidos de forma direta ou indireta e que não se comprometerem, em seus respectivos Pedido de Reserva, com qualquer tipo de *lock-up*, sendo que os Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up* terão prioridade de alocação sobre os Investidores Institucionais. Dessa forma, caso haja demanda de Investidores Não Institucionais Sem *Lock-Up*: (i) de até 1% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 1% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Oferta Institucional

Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.

Offering Memoranda

O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.

Opção de Ações Suplementares

Opção outorgada no Contrato de Colocação pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta.

Pedido de Reserva

Formulário específico celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, por Investidores Não Institucionais, inclusive os que sejam Pessoas Vinculadas.

Período de Colocação

Prazo de até dois dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, que se iniciará em [•] de [•] de 2021 e se encerrará em [•] de [•] de 2021, para efetuar a colocação das Ações.

Período de Reserva

Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.

Período de Reserva para Pessoas Vinculadas

Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, data esta que antecedeu em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.

Pessoas Vinculadas

Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução CVM 35: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros, e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Prazo de Distribuição

Prazo para distribuição das Ações que se encerrará: (i) em até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa. O preço de subscrição por Ação será fixado após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junta a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não serão cancelados. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado Secundário. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 97 deste Prospecto Preliminar. Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” deste Prospecto Preliminar, nas páginas 93 e 20 deste Prospecto Preliminar, bem como os itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Cencosud Brasil Comercial S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações de Emissão da Cencosud Brasil Comercial S.A., incluindo o Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo.
Prospectos	Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Público Alvo da Oferta	Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais.
Rateio Oferta de Varejo <i>Lock-Up</i> 90 dias	Caso o total de Ações da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> 90 dias objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais <i>Lock-up</i> 90 dias: (a) seja igual ou inferior a 6% do total de Ações, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais <i>Lock-up</i> 90 dias, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Não Institucionais <i>Lock-up</i> 45 dias, aos Investidores Não Institucionais Sem <i>Lock-up</i> ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda 6% do total de Ações, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Oferta de Varejo <i>Lock-Up</i> 45 dias	Caso o total de Ações da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> 45 dias objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais <i>Lock-up</i> 45 dias: (a) seja igual ou inferior a 3% do total de Ações, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais <i>Lock-up</i> 45 dias, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Não Institucionais Sem <i>Lock-up</i> ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda 3% do total de Ações, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Oferta de Varejo Sem <i>Lock-Up</i>	Caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais Sem <i>Lock-up</i> : (a) seja igual ou inferior a 1% do total de Ações da Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais Sem <i>Lock-up</i> , de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i> , será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Registro da Oferta

O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 01 de setembro de 2021, estando a presente Oferta sujeita a prévio registro na CVM.

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” na página 56 deste Prospecto Preliminar.

Resolução de Conflitos

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei do Mercado de Capitais, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

**Restrição à Venda de Ações
(*Lock-up*)**

Durante o período que se inicia na data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional ou dos demais Instrumentos de *Lock-up*, conforme aplicável, e que termina 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a Companhia, os Administradores e determinados acionistas da Companhia, exceto mediante prévio consentimento por escrito de cada um dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, e observados os termos específicos e as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e nos demais Instrumentos de *Lock-up* conforme aplicáveis, estarão obrigados a não adotar, direta ou indiretamente, qualquer uma das seguintes ações com relação a qualquer um dos Valores Mobiliários de *Lock-up* ou quaisquer outros valores mobiliários, conversíveis ou permutáveis ou exercíveis por Valores Mobiliários de *Lock-up*: (i) oferecer, vender, emitir, contratar a venda, onerar, emprestar, conceder qualquer opção, direito ou garantia de compra ou venda, realizar qualquer *short sale*, ou de outra forma emprestar, dispor, ou conceder direitos em relação a quaisquer Valores Mobiliários de *Lock-up*; (ii) celebrar qualquer *swap* ou qualquer outra transação ou negócio que transfira, no todo ou em parte, quaisquer das consequências econômicas da propriedade de Valores Mobiliários de *Lock-up*, independentemente se tais transações ou negócios (ou os instrumentos previstos no âmbito de tais transações ou negócios) tenham que ser liquidados por meio da entrega de Valores Mobiliários de *Lock-up*, em dinheiro ou de outra forma; (iii) realizar qualquer operação de *hedging* ou outra transação ou negócio estruturado para, ou que poderia se esperar de forma razoável que leve a, ou resulte na, emissão, venda, empréstimo, oneração ou outra forma de disposição (seja por seu titular ou não) de quaisquer Valores Mobiliários de *Lock-up* ou transferência, total ou parcial, direta ou indireta de quaisquer das consequências econômicas da titularidade de Valores Mobiliários de *Lock-up*, incluindo, mas não a tanto se limitando, qualquer opção de compra ou venda, *short sale*, compra, venda ou concessão de qualquer direito em relação a qualquer um dos Valores Mobiliários de *Lock-up* ou quaisquer outros títulos ou valores mobiliários que incluem os, estão relacionados aos ou derivam parcela significativa de seu valor dos Valores Mobiliários de *Lock-up*, independentemente se tais transações ou negócios (ou os intrumentos previstos no âmbito de tais transações ou negócios) tenham que ser liquidados por meio da entrega de Valores Mobiliários de *Lock-up*, em dinheiro ou de outra forma; (iv) registrar ou submeter a registro, ou fazer com que seja registrado ou submetido a registro, incluindo de forma confidencial, prospectus ou outros documentos registrando ou ofertando quaisquer Valores Mobiliários de *Lock-up* nos termos do *Securities Act* e das leis brasileiras; ou (v) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer uma das transações ou de praticar qualquer uma das ações descritas nos itens (i) a (iv) acima.

Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	O valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00, nos termos da Resolução CVM 30, aplicável aos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo.
Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 por Investidor Não Institucional.
Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo	O valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00 por Investidor Não Institucional.
Valores Mobiliários de <i>Lock-up</i>	Qualquer das ações de emissão da Companhia ou quaisquer outros direitos, títulos ou valores mobiliários conversíveis em, permutáveis por, ou exercíveis por, qualquer ação de emissão da Companhia, que direta ou indiretamente sejam ou venham a ser emitidos por ou de titularidade das partes sujeitas à Restrição à Venda de Ações (<i>Lock-up</i>).
Valor Total da Oferta	R\$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do capital social

Na data deste Prospecto Preliminar, o capital social da Companhia é de R\$2.717.228.506,96, totalmente subscrito e integralizado, representado por 6.801.464.243 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de 6.801.464.243 ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾
Ações ordinárias	6.801.464.243	2.717.228.506,96	[•]	[•]
Total	6.801.464.243	2.717.228.506,96	[•]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾
Ações ordinárias	6.801.464.243	2.717.228.506,96	[•]	[•]
Total	6.801.464.243	2.717.228.506,96	[•]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Suplementares, mas sem considerar a colocação das Ações Adicionais, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾
Ações ordinárias	6.801.464.243	2.717.228.506,96	[•]	[•]
Total	6.801.464.243	2.717.228.506,96	[•]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾
Ações ordinárias	6.801.464.243	2.717.228.506,96	[•]	[•]
Total	6.801.464.243	2.717.228.506,96	[•]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Principais acionistas e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia pelos membros Administração, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias ⁽¹⁾	%	Ações Ordinárias	%
Cencosud Internacional SpA.....	6.773.578.240	99,59	[•]	[•]
Outros.....	27.886.003	0,41	[•]	[•]
Total	6.801.464.243	100,00	[•]	100,00

⁽¹⁾ Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 777 deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias ⁽¹⁾	%	Ações Ordinárias	%
Cencosud Internacional SpA.....	6.773.578.240	99,59	[•]	[•]
Outros.....	27.886.003	0,41	[•]	[•]
Total.....	6.801.464.243	100,00	[•]	100,00

⁽¹⁾ Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 777 deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias ⁽¹⁾	%	Ações Ordinárias	%
Cencosud Internacional SpA.....	6.773.578.240	99,59	[•]	[•]
Outros.....	27.886.003	0,41	[•]	[•]
Total.....	6.801.464.243	100,00	[•]	100,00

⁽¹⁾ Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 777 deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias ⁽¹⁾	%	Ações Ordinárias	%
Cencosud Internacional SpA.....	6.773.578.240	99,59	[•]	[•]
Outros.....	27.886.003	0,41	[•]	[•]
Total.....	6.801.464.243	100,00	[•]	100,00

⁽¹⁾ Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 777 deste Prospecto Preliminar.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição primária de, inicialmente, [•] novas Ações, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução CMN 4.373, da Resolução CVM 13, ou da Lei 4.131, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

Exceto pelo registro a ser concedido pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, nos termos da Instrução CVM 400, a Companhia, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas U.S. persons, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia a serem por ela emitidas, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia a serem por ela emitidas, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, conforme o caso, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até trinta dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta durante o prazo para exercício da Opção de Ações Suplementares.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de Garantia Firme de Liquidação.

Aprovações societárias

A submissão do pedido de registro de companhia aberta categoria “A” perante a CVM pela Companhia, a sua adesão e admissão ao Novo Mercado, bem como a reforma do seu Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado e a realização da Oferta, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como os termos e condições da Oferta foram aprovadas em assembleias gerais extraordinárias de acionistas da Companhia, realizada em 27 de agosto de 2021, cuja atas serão devidamente registradas perante a JUCESP, no prazo legal, bem foram devidamente publicadas no jornal “Folha de São Paulo” e no DOU.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e devidamente publicada no jornal “Folha de São Paulo” na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOU, no dia útil subsequente.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, o qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada as condições de eficácia descritas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço no Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações, a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Antes da realização da Oferta, não há ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, considerando ou não a colocação das Ações Adicionais e as Ações Suplementares, [•]% das ações ordinárias de emissão da Companhia estará em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção “Informações Sobre a Oferta – Composição do Capital Social”, na página 44 deste Prospecto Preliminar.

Quantidade, montante e recursos líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações emitidas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação ⁽¹⁾ (R\$)	Montante (R\$)	Comissões e Despesas (R\$)	Recursos Líquidos ⁽²⁾⁽³⁾ (R\$)
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[•] e R\$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

⁽²⁾ Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

⁽³⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação ⁽¹⁾ (R\$)	Montante (R\$)	Comissões e Despesas (R\$)	Recursos Líquidos ⁽²⁾⁽³⁾ (R\$)
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[•] e R\$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

⁽²⁾ Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

⁽³⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação ⁽¹⁾ (R\$)	Montante (R\$)	Comissões e Despesas (R\$)	Recursos Líquidos ⁽²⁾⁽³⁾ (R\$)
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[•] e R\$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

⁽²⁾ Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

⁽³⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação ⁽¹⁾ (R\$)	Montante (R\$)	Comissões e Despesas (R\$)	Recursos Líquidos ⁽²⁾⁽³⁾ (R\$)
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[•] e R\$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

⁽²⁾ Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

⁽³⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Custos	Valor ⁽¹⁾ (R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta ⁽⁸⁾	Valor por Ação (R\$)	% em Relação ao Preço por Ação ⁽¹⁾ [•]%
		[•]%		
Comissão de Coordenação ⁽²⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Colocação ⁽³⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Garantia Firme ⁽⁴⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Remuneração de Incentivo ⁽⁵⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Auditores	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Advogados e Consultores ⁽⁶⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outras despesas da Oferta ⁽⁷⁾⁽⁸⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Despesas⁽⁹⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões e Despesas	[•]	[•]%	[•]	[•]%

(1) Com base no Preço por Ação de R\$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[•] e R\$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) A Comissão de Coordenação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da remuneração base, que corresponde ao percentual de [•]% aplicado sobre o produto resultante da multiplicação: (i) da quantidade total de Ações colocadas; e (ii) pelo Preço por Ação ("Remuneração Base")

(3) A Comissão de Colocação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

(4) A Comissão de Garantia Firme, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

(5) [A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% do produto da colocação da Oferta (que consiste: (i) na soma do produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, pelo Preço por Ação; somada (ii) ao produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações Suplementares efetivamente colocadas pelo Preço opor Ação). A Comissão de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia, tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.]

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(8) Incluídos os custos estimados com traduções e *printer* e outros.

(9) Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Custos	Valor ⁽¹⁾ (R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta ⁽⁸⁾	Valor por Ação (R\$)	% em Relação ao Preço por Ação ⁽¹⁾ [•]%
		[•]%		
Comissão de Coordenação ⁽²⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Colocação ⁽³⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Garantia Firme ⁽⁴⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Remuneração de Incentivo ⁽⁵⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Auditores	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Advogados e Consultores ⁽⁶⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outras despesas da Oferta ⁽⁷⁾⁽⁸⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Despesas⁽⁹⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões e Despesas	[•]	[•]%	[•]	[•]%

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[•] e R\$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

⁽²⁾ A Comissão de Coordenação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da remuneração base, que corresponde ao percentual de [•]% aplicado sobre o produto resultante da multiplicação: (i) da quantidade total de Ações colocadas; e (ii) pelo Preço por Ação (“**Remuneração Base**”).

⁽³⁾ A Comissão de Colocação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

⁽⁴⁾ A Comissão de Garantia Firme, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

⁽⁵⁾ [A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% do produto da colocação da Oferta (que consiste: (i) na soma do produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, pelo Preço por Ação; somada (ii) ao produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações Suplementares efetivamente colocadas pelo Preço por Ação). A Comissão de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia, tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.]

⁽⁶⁾ Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

⁽⁷⁾ Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

⁽⁸⁾ Incluídos os custos estimados com traduções e *printer* e outros.

⁽⁹⁾ Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares:

Custos	Valor ⁽¹⁾ (R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta ⁽⁸⁾	Valor por Ação (R\$)	% em Relação ao Preço por Ação ⁽¹⁾ [•]%
		[•]%		
Comissão de Coordenação ⁽²⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Colocação ⁽³⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Garantia Firme ⁽⁴⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Remuneração de Incentivo ⁽⁵⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Auditores	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Advogados e Consultores ⁽⁶⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outras despesas da Oferta ⁽⁷⁾⁽⁸⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Despesas⁽⁹⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões e Despesas	[•]	[•]%	[•]	[•]%

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[•] e R\$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

⁽²⁾ A Comissão de Coordenação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da remuneração base, que corresponde ao percentual de [•]% aplicado sobre o produto resultante da multiplicação: (i) da quantidade total de Ações colocadas; e (ii) pelo Preço por Ação (“**Remuneração Base**”).

⁽³⁾ A Comissão de Colocação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

⁽⁴⁾ A Comissão de Garantia Firme, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

⁽⁵⁾ [A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% do produto da colocação da Oferta (que consiste: (i) na soma do produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, pelo Preço por Ação; somada (ii) ao produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações Suplementares efetivamente colocadas pelo Preço por Ação). A Comissão de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia, tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.]

⁽⁶⁾ Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

⁽⁷⁾ Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

⁽⁸⁾ Incluídos os custos estimados com traduções e *printer* e outros.

⁽⁹⁾ Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

Custos	Valor ⁽¹⁾ (R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta ⁽⁸⁾	Valor por Ação (R\$)	% em Relação ao Preço por Ação ⁽¹⁾
		[•]%		
Comissão de Coordenação ⁽²⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Colocação ⁽³⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Garantia Firme ⁽⁴⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Remuneração de Incentivo ⁽⁵⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Auditores	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Advogados e Consultores ⁽⁶⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outras despesas da Oferta ⁽⁷⁾⁽⁸⁾	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Despesas	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões e Despesas	[•]	[•]%	[•]	[•]%

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[•] e R\$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

⁽²⁾ A Comissão de Coordenação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da remuneração base, que corresponde ao percentual de [•]% aplicado sobre o produto resultante da multiplicação: (i) da quantidade total de Ações colocadas; e (ii) pelo Preço por Ação ("Remuneração Base").

⁽³⁾ A Comissão de Colocação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

⁽⁴⁾ A Comissão de Garantia Firme, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

⁽⁵⁾ [A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% do produto da colocação da Oferta (que consiste: (i) na soma do produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações efetivamente colocadas, pelo Preço por Ação; somada (ii) ao produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações Suplementares efetivamente colocadas pelo Preço por Ação). A Comissão de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia, tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.]

⁽⁶⁾ Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

⁽⁷⁾ Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

⁽⁸⁾ Incluídos os custos estimados com traduções e *printer* e outros.

Não há outra remuneração devida pela Companhia às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelos Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia, para participar da colocação das Ações.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data ⁽¹⁾
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	01/09/2021
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar	[•]/[•]/2021
3.	Início das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) ⁽²⁾ Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	[•]/[•]/2021
4.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•]/[•]/2021
5.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•]/[•]/2021
6.	Encerramento do Período de Reserva	[•]/[•]/2021
7.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•]/[•]/2021
8.	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização deste Prospecto Definitivo	[•]/[•]/2021
9.	Início de negociação das Ações no Novo Mercado	[•]/[•]/2021
10.	Data de Liquidação	[•]/[•]/2021
11.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•]/[•]/2021
12.	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares	[•]/[•]/2021
13.	Data de Encerramento do Lock-Up da Oferta de Varejo 90 dias	[•]/[•]/2021
14.	Data de Encerramento do Lock-up da Oferta de Varejo 45 Dias	[•]/[•]/2021
15.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	[•]/[•]/2021

⁽¹⁾ Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

⁽²⁾ A Companhia e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data deste Prospecto Preliminar e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado, para subscrição das Ações que somente serão confirmadas pelo subscritor por meio do pagamento do valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer Anúncios de Retificação serão informados por meio de divulgação de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Para informações sobre “Procedimento de Distribuição na Oferta”, “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Inadequação da Oferta” nas páginas 55, 67 e 72 deste Prospecto Preliminar.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações de forma individual e não solidária, em regime de Garantia Firme de Liquidação (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e da Instrução CVM 400, na proporção e até os respectivos limites individuais previstos no Contrato de Colocação por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma Oferta de Varejo destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) uma oferta destinada a Investidores Institucionais (“**Oferta Institucional**”), conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com expressa anuência expressa da Companhia, elaborarão plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Agentes de Colocação Internacional (que em nenhuma hipótese poderão ser consideradas no plano de distribuição para alocação de Investidores Não Institucionais), observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM nº 30, de 26 de maio de 2021 (“**Resolução CVM 30**”); (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o art. 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Institucionais e Investidores Não Institucionais, conforme definidos abaixo:

- (i) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam considerados investidores qualificados e/ou Investidores Institucionais, nos termos da regulamentação da CVM, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, no âmbito da Oferta de Varejo (conforme definida abaixo), observados o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo (“**Investidores Não Institucionais**”); e
- (ii) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, incluindo instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, que apresentem intenções específicas e globais de investimentos, companhias seguradas, sociedades de capitalização, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em todos os casos residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (“**Investidores Institucionais Locais**”), assim definidos nos termos da Resolução CVM 30, bem como os Investidores Estrangeiros (sendo estes, quando referidos em conjunto com os Investidores Institucionais Locais, “**Investidores Institucionais**”, inexistindo, em qualquer dos casos, valores mínimos e máximos de investimento).

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução CVM 35 serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros, e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição da totalidade das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta”, na página 97 deste Prospecto Preliminar.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de formulário específico destinado à subscrição de Ações, em caráter irrevogável e irretratável, no âmbito da Oferta de Varejo junto a uma única Instituição Consorciada, durante o período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive (“**Período de Reserva**”), ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, terminando em data que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (“**Período de Reserva para Pessoas Vinculadas**”), observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados, em caso de excesso de demanda superior a um terço da quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

No contexto da Oferta de Varejo e considerando o esforço mínimo de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, caso haja demanda e a critério dos Coordenadores da Oferta, as proporções de, no mínimo, 10% e, no máximo de 20% do total das Ações (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), a critério dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, serão destinadas, prioritariamente, à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado neste item:

- (a) o montante de até 6% do total das Ações será alocado prioritariamente aos Investidores Não Institucionais que realizarem seus pedidos de forma direta ou indireta e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-Up* da Oferta de Varejo 90 dias (conforme definido abaixo) (“**Investidores Não Institucionais Lock-Up 90 dias**”), sendo que os Investidores Não Institucionais *Lock-Up* 90 dias terão prioridade de alocação sobre os Não Institucionais *Lock-Up* 45 dias e os Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up*. Dessa forma, caso haja demanda de Investidores Não Institucionais *Lock-up* 90 dias: (i) de até 6% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 6% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio (“**Oferta de Varejo Lock-up 90 dias**”);
- (b) Após a alocação dos Investidores Não Institucionais *Lock-up* 90 dias, o montante de até 3% do total das Ações será alocado prioritariamente aos Investidores Não Institucionais que realizarem seus pedidos de forma direta ou indireta e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-Up* da Oferta de Varejo 45 dias (conforme definido abaixo) (“**Investidores Não Institucionais Lock-Up 45 dias**” e, em conjunto com Investidores Não Institucionais *Lock-up* 90 dias, “**Investidores Não Institucionais Lock-up**”), sendo que os Investidores Não Institucionais *Lock-Up* 45 dias terão prioridade de alocação sobre os Não Institucionais Sem *Lock-up*. Dessa forma, caso haja demanda de Investidores Não Institucionais *Lock-up* 45 dias: (i) de até 3% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 3% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio (“**Oferta de Varejo Lock-up 45 dias**” e, em conjunto com Oferta de Varejo *Lock-up* 90 dias, “**Oferta de Varejo Lock-Up**”); e

(c) Após a alocação dos Investidores Não Institucionais *Lock-up* 90 dias e dos Investidores Não Institucionais *Lock-up* 45 dias, o montante de até 1% do total das Ações será alocado aos Investidores Não Institucionais que realizarem seus pedidos de forma direta ou indireta e que não se comprometerem, em seus respectivos Pedido de Reserva, com qualquer tipo de *lock-up* (“**Investidores Não Institucionais Sem Lock-up**”), sendo que os Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up* terão prioridade de alocação sobre os Investidores Institucionais. Dessa forma, caso haja demanda de Investidores Não Institucionais Sem *Lock-Up*: (i) de até 1% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 1% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio (“**Oferta de Varejo Sem Lock-up**” e, em conjunto com a Oferta de Varejo Lock-up, “**Oferta de Varejo**”).

No contexto da Oferta de Varejo, deverão ser observados: (i) o valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 por Investidor Não Institucional (“**Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo**”); e (ii) o valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00 por Investidor Não Institucional (“**Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo**”). Os Investidores Não Institucionais, a seu exclusivo critério, poderão aderir simultaneamente a mais de uma das modalidades da Oferta de Varejo indicadas nos itens (a) e (b) do item 5, devendo, para tanto, indicar e discriminá-los em seus respectivos Pedidos de Reserva os valores a serem alocados em cada modalidade de Oferta de Varejo desejada, com uma única Instituição Consorciada.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que: (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, sobretudo os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 20 e 93, respectivamente, desde Prospecto Preliminar, bem como o item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá: (a) a abertura ou atualização de conta e/ou de cadastro; e/ou (b) a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada. Os Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva deverão ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes deste Prospecto Preliminar.

Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do procedimento de *bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do preço por ação.

Procedimento da Oferta de Varejo. Os Investidores Não Institucionais deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

- (i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos incisos (iii), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (xiii), (xiv) e (xv) e no item “Violações das Normas de Conduta” abaixo;

- (ii) os Investidores Não Institucionais que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com respectivo o *Lock-up* escolhido, seja o *Lock-up* da Oferta de Varejo 90 dias ou o *Lock-up* da Oferta de Varejo 45 dias (conforme definidos abaixo), sob pena de ser considerado um Investidor Não Institucional Sem *Lock-up* e não participar da Oferta de Varejo *Lock-up*;
- (iii) os Investidores Não Institucionais que decidirem participar diretamente da Oferta de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Não Institucional, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;
- (iv) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais titulares de conta nela aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedidos de Reserva que: (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência anexado a ele, especialmente as seções “Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 20 e 93, respectivamente, deste Prospecto Preliminar, bem como o item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;
- (v) os Investidores Não Institucionais deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada, observado ainda o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo;
- (vi) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas, será vedada a colocação de Ações aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

- (vii) caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* 90 dias objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais *Lock-up* 90 dias: (a) seja igual ou inferior a 6% do total de Ações, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais *Lock-up* 90 dias, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Não Institucionais *Lock-up* 45 dias, aos Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda 6% do total de Ações, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio Oferta de Varejo Lock-up**”). Caso haja Rateio Oferta de Varejo *Lock-up* 90 dias, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (viii) caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* 45 dias objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais *Lock-up* 45 dias: (a) seja igual ou inferior a 3% do total de Ações, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais *Lock-up* 45 dias, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo *Lock-up* 45 dias, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio Oferta de Varejo Lock-up 45 dias**” e, em conjunto com Rateio Oferta de Varejo *Lock-up* 90 dias, “**Rateio Oferta de Varejo Lock-up**”). Caso haja Rateio Oferta de Varejo *Lock-up* 45 dias, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (ix) caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior a 1% de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio Oferta de Varejo Sem Lock-up**”). Caso haja Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (x) até às 16h do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Não Institucional pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do respectivo rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

- (xi) até às 10h da Data de Liquidação, cada Investidor Não Institucional que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no inciso (x) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, caso o Investidor Não Institucional não tenha estipulado um preço máximo por Ação como condição de eficácia, do Preço por Ação multiplicado pelo número de Ações a ele alocadas, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor Não Institucional;
- (xii) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor Não Institucional que tenha realizado Pedido de Reserva de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no inciso (xi) acima;
- (xiii) caso: (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400; e/ou (d) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa (conforme definido abaixo), sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, o Investidor Não Institucional poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva: (1) até às 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até às 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor Não Institucional for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre o Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa e a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Não Institucional não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva, será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (xi) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(xiv) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (xi) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta; e

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e do caput do artigo 2º, da Resolução CVM nº 27, de 8 de abril de 2021 (“Resolução CVM 27”), o Pedido de Reserva será o documento por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta de Varejo, bem como subscrever e integralizar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a aquisição das Ações pelos Investidores de Varejo será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição.

Lock-up da Oferta de Varejo 90 dias

Os Investidores Não Institucionais *Lock-up* que desejarem participar da Oferta de Varejo *Lock-up* 90 dias não poderão, pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* (“***Lock-up da Oferta de Varejo 90 dias***”). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo *Lock-up* 90 dias, cada Investidor Não Institucional *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo 90 dias. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo 90 dias, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Lock-up da Oferta de Varejo 45 dias

Os Investidores Não Institucionais Lock-up que desejarem participar da Oferta de Varejo Lock up 45 dias, não poderão, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo Lock-up 45 dias (“***Lock-up da Oferta de Varejo 45 dias***” e, em conjunto com Lock-Up da Oferta de Varejo 90 dias, “***Lock-up da Oferta de Varejo***”). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Lock-up 45 dias, cada Investidor Não Institucional Lock-up da Oferta de Varejo Lock-up 45 dias, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do Lock-up da Oferta de Varejo 45 dias. Não obstante o Lock-up da Oferta de Varejo 45 dias, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

CASO O PREÇO DE MERCADO DAS AÇÕES VENHA A CAIR E/OU OS INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS LOCK-UP POR QUAISQUER MOTIVOS VENHAM A PRECISAR DE LIQUIDEZ DURANTE O PERÍODO DE LOCK-UP DA OFERTA DE VAREJO APLICÁVEL E TENDO EM VISTA A IMPOSSIBILIDADE DAS AÇÕES DA OFERTA DE VAREJO SEREM TRANSFERIDAS, EMPRESTADAS, ONERADAS, DADAS EM GARANTIA OU PERMUTADAS, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, TAIS RESTRIÇÕES PODERÃO CAUSAR-LHES PERDAS. PARA MAIS INFORMAÇÕES, VEJA A SEÇÃO “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES – OS INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS LOCK-UP, DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERIR, EMPRESTAR, ONERAR, DAR EM GARANTIA OU PERMUTAR, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, A TOTALIDADE DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA DE SUA TITULARIDADE APÓS A LIQUIDAÇÃO DA OFERTA, PODERÃO INCORRER EM PERDAS EM DETERMINADAS SITUAÇÕES”, DESTE PROSPECTO PRELIMINAR.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, até o limite estabelecido, as Ações remanescentes são destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone, a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A subscrição das Ações será formalizada, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação de boletim de subscrição e/ou documento de aceitação da Oferta, nos termos do artigo 2º, parágrafo primeiro, da Resolução CVM 27. No caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição de Ações deverá ser formalizada mediante o preenchimento e entrega, por tal Investidor Institucional ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento, do termo de aceitação da Oferta (“**Termo de Aceitação**”), o qual foi previamente submetido para análise da CVM, contem (i) as condições de subscrição e de integralização das Ações, (ii) esclarecimento de que não será admitida a distribuição parcial da Oferta, (iii) esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta, e (iv) declaração de que obteve cópia dos Prospectos.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos no artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais bem como na Lei 4.131 na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento automaticamente canceladas.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para (i) proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma parcela significativa da Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto.

A participação dos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 97 deste Prospecto Preliminar.

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até dois dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o segundo dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

O início da Oferta ocorrerá mediante a divulgação do Anúncio de Início em conformidade com os artigos 52 e 54-A da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a divulgação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de Garantia Firme de Liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção “Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação”, na página 68 deste Prospecto Preliminar.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações, bem como de suas respectivas garantias firmes, está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais e confirmação negativas (negative assurance letters) pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta e Agentes de Colocação Internacional, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia e seus Administradores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia assumiu a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obriga a Companhia a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações adicionais, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil”, na página 98 deste Prospecto Preliminar.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 74 deste Prospecto Preliminar.

Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta

Caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado considerando um preço por Ação que seja o resultante da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante da aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta serão imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes na seção “Informações Adicionais” a partir da página 73 deste Prospecto Preliminar, mesmos meios utilizados para divulgação do Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta enviada pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) resilição do Contrato de Colocação; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a divulgação do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto Preliminar, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, a celebração e o cumprimento das condições suspensivas previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações inicialmente ofertadas e das Ações Adicionais (sem considerar as Ações Suplementares) em mercado de balcão não organizado, em regime de Garantia Firme de Liquidação, prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual (%)
Coordenador Líder.....	[•]	[•]
Bank of America.....	[•]	[•]
J.P. Morgan	[•]	[•]
Bradesco BBI.....	[•]	[•]
Santander	[•]	[•]
Total.....	[•]	100,00

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar as Ações da Oferta e as Ações Adicionais que tenham sido subscritas, porém não integralizadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, forem concedidos os registros da Oferta e de companhia aberta pela CVM, assinados e cumpridas as condições suspensivas do Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações da Oferta e as Ações Adicionais, objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas por investidores não sejam totalmente integralizadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre: (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas e integralizadas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Estabilização dos Preços das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até trinta dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de divulgação do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” a partir da página 73 deste Prospecto Preliminar.

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item deverá informar, imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

- (a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;
- (b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo Conselho de Administração;
- (c) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início;

- (d) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no referido capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;
- (f) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado a(os) acionista(s) controlador(es) (*tag along*);
- (h) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública para aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou seu(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores; e
- (i) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência.

Negociação das Ações na B3

A Companhia e a B3 celebrarão oportunamente o “*Contrato de Participação no Novo Mercado*”, data na qual referido contrato entrará em vigor, aderindo ao Novo Mercado, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.

A partir do dia útil seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão negociadas no segmento Novo Mercado da B3, sob o código “[•]”.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência, sobretudo nos itens “12.12 – Outras Informações que a Companhia Julgue Relevantes”, “5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos”, “12. Assembleia Geral e Administração”, “13. Remuneração dos Administradores”, “16. Transações com Partes Relacionadas”, “20. Política de Negociação de Valores Mobiliários” e “21. Política de Divulgação de Informações”. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, sobretudo nos itens “3. Informações Financeiras Selecionadas”, “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência.

Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)

A Companhia, seus administradores e determinados acionistas se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, conforme aplicável, a celebrar acordos de restrição à venda dos Valores Mobiliários de *Lock-up*, por meio dos quais, observadas as exceções e os termos e condições previstos no Contrato de Colocação Internacional e nos demais Instrumentos de *Lock-up*, concordarão em, dentre outras restrições, não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer Valores Mobiliários de *Lock-up*.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações de emissão da Companhia. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o fator de risco “A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” na página 96 deste Prospecto Preliminar.

Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é Itaú Corretora de Valores S.A.

Formador de Mercado

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, no entanto, não houve contratação de formador de mercado.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações adicionais

A aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia”, a partir das páginas 93 e 20, respectivamente, bem como a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

Companhia

Cencosud Brasil Comercial S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº12.995 21º Andar, Brooklin Paulista,
CEP 04578-000, São Paulo, São Paulo
At.: Emílio Nunes de Carvalho
Tel.: +55 (21) 99814-6776
<http://www.ri.cencosud.com.br> (neste website, clicar em Documentos da Oferta)

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata G. Dominguez
Tel.: + 55 (11) 3708-8000
<http://www.itau.com.br/itaubbapt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste website, clicar em “Cencosud Brasil Comercial S.A.” e, posteriormente, clicar em “2021” e, em seguida, em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)”, por fim em “Prospecto Preliminar”).

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: (11) 2188-4000
<http://www.merrilllynch-brasil.com.br> (neste website, no item “Prospectos” clicar no item “Cencosud Brasil Comercial S.A.” e, então, clicar em “Prospecto Preliminar”).

Banco J.P. Morgan S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares
CEP 04538-905
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: +55 (11) 4950-3700
<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/cencosud> (neste website, clicar em “Prospecto Preliminar”).

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Juscelino Kubitscheck, 1309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste website, clicar em “IPO Cenconsud Brasil Comercial S.A.” e, posteriormente, clicar em “Prospecto Preliminar”).

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
<https://www.santander.com.br/prospectos/> (neste website, acessar o link “Ofertas em andamento”, posteriormente identificar “IPO Cencosud” e clicar em “Prospecto Preliminar”).

Instituições Consorciadas

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e websites:

- (i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br, neste website acessar “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primária”, clicar no item “Ações”, depois, na tabela “Oferta Inicial (IPO)”, clicar em “Volume em R\$” e, então, acessar o link referente ao “Cencosud Brasil Comercial S.A.”, e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e
- (ii) B3, situada na Praça Antônio Prado, nº 48, 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/ – neste website acessar “Ofertas em andamento”, depois clicar em “Empresas”, depois clicar em “Cencosud Brasil Comercial S.A.” e posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3.

Companhia

Cencosud Brasil Comercial S.A.

<http://www.ri.cencosud.com.br> (neste website, clicar em Documentos da Oferta).

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.

<http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste website, clicar em “Cencosud Brasil Comercial S.A.”, depois em “2021” e, a seguir, em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, em seguida, clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

<http://www.merrilllynch-brasil.com.br> (neste website, no item “Prospectos” clicar no item “Cencosud Brasil Comercial S.A.” e, então, clicar no título do documento correspondente).

Banco J.P. Morgan S.A.

<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/cencosud> (neste website, clicar no título do anúncio, aviso ou do documento desejado).

Banco Bradesco BBI S.A.

<https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx> (neste website, clicar em “IPO Cencosud Brasil Comercial S.A.” e, posteriormente, clicar no título do documento correspondente).

Banco Santander (Brasil) S.A.

<https://www.santander.com.br/prospectos/> (neste website, acessar o link “Ofertas em andamento”, posteriormente identificar “IPO Cencosud” e clicar no título do documento correspondente).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e websites: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste website acessar em “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Secundárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Secundárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, acessar o link referente ao “Cencosud Brasil Comercial S.A.” e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Definitivo disponível); e (ii) **B3**, situada na Praça Antônio Prado, nº 48, 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/ – neste website acessar “Empresas”, depois clicar em “Cencosud Brasil Comercial S.A.”, posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

Este Prospecto Preliminar não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelo registro da Oferta na CVM, a Companhia e os Coordenadores da Oferta não registraram e não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. Qualquer informação aqui contida não deverá ser levada, transmitida, divulgada, distribuída ou disseminada nos Estados Unidos.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 01 de setembro de 2021.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. A oferta não é destinada a investidores que busquem retorno de curto prazo e/ou necessitem de liquidez em seus investimentos.

“O Prospecto Definitivo estará oportunamente à disposição dos investidores nos endereços acima indicados”.

“A Oferta será registrada na ANBIMA em atendimento ao disposto no código ANBIMA”.

LEIA O PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES “SUMÁRIO DA COMPANHIA - PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES” DO PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO “4. FATORES DE RISCO” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E À SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 30 de setembro de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R\$1,6 trilhão e uma carteira de crédito de R\$689 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting, hedge, crédito e câmbio*.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Finaciadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2019 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US\$18,8 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 45 transações em 2019 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US\$8,5 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R\$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US\$4 bilhões em 2015, US\$8 bilhões em 2016 e US\$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US\$8 bilhões.

Bank of America

O Bank of America está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 660 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 67 milhões de clientes a partir de suas mais de 4.400 agências, mais de 16.100 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 36 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, bonds e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

J.P Morgan

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US\$2,7 trilhões, em 31 de dezembro de 2019, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet.

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60 atuando em diversas áreas. A área de Investment Banking oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias e financeiras, emissões de títulos de dívida e emissões de ações, no mercado local e internacional, entre outros; a área de Local Markets, Sales & Trading oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais e de Private Banking; a Corretora oferece serviços de intermediação em contratos futuros, opções, ações e empréstimo de valores mobiliários para clientes institucionais e de Private Banking; a área de Equities oferece produtos de equities em geral, tais como operações de derivativos; a área de Treasury Services oferece serviços de conta corrente, pagamento e recebimento, e investimentos em renda fixa; a área de Trade and Loan Products oferece produtos de trade, garantias bancárias e financiamentos; a área de Direct Custody and Clearing oferece serviços de custódia a investidores não residentes; e as áreas de Asset Management e Wealth Management oferecem serviços de gestão de recursos, sendo que esta última também concede crédito e assessoria os clientes pessoas físicas de alta renda em seus investimentos.

Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (Global Equity e Equity Linked). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas no mercado de ações, as quais totalizam um recorde de dezoito prêmios da revista IFR desde 2007.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o “Best Equity House in Latin America”. Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio “Best M&A House in Latin America” e, em 2009, o prêmio “Best Investment Bank in Latin America”, ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios “Best Investment Bank in Latin America”, concedido pela Latin Finance, e “Best M&A House in Mexico”, “Best M&A House in Chile”, “Best Debt House in Brazil” e “Best Investment Bank in Chile”, concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como “Best Investment Bank in Latin America”, assim como “Best M&A House”, ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de “Best Equity House in Latin America” pela Euromoney e “Best Investment Bank in Latin America” pela Latin Finance. Em 2016, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de “Best Investment Bank in Latin America” e, em 2017, “Bond House of Year in Latin America” pela Latin Finance. A equipe de Equity Sales da América Latina do J.P. Morgan foi eleita pelo Institutional Investor número 1 em quatro dos últimos cinco anos, em 2015, 2016, 2018 e 2019.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações de oferta de ações, como as ofertas de Marfrig, Unidas, Intermédica, XP Inc., Aliansce Sonae, Magazine Luiza, Banco do Brasil, Vivara, Banco Inter, Movida, Petrobras Distribuidora, IFS, Cencosud Shoppings, Neoenergia, Intermédica, Totvs, Stone, MercadoLibre, Localiza, Unidas, Intermédica, Stone, Falabella, Mall Plaza, Intermédica, Globant, Central Puerto, PagSeguro (“Latin America Equity Issue” em 2018, segundo a IFR), Burger King Brasil, Nexa Resoucers, Camil, Magazine Luiza, Supervielle, Atacadão (“IPO of the Year” em 2017, segundo a Latin Finance), IRB-Brasil Resseguros, Biotoscana, Instituto Hermes Pardini, Azul, CCR, Lojas Americanas, Alupar, BR Malls, Jose Cuervo, Lenova (“Follow-on of the Year” em 2017, segundo a Latin Finance), Nemak, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, America Movil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2019, US\$2,849 bilhões em ações em 4.496 transações, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de equity research do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio “#1 Equity Research Team in Latin America” em 2009, 2010, 2011, 2014, 2015 e 2017 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios “Bank of the Year” (2008, 2017 e 2018), “Equity House of the Year” (2008, 2009 e 2016), “Americas Equity House of the Year” (2016), “Bond House of the Year” (2008, 2019), “Derivatives House of the Year” (2008), “Loan House of the Year” (2012 e 2017), “Securitization House of the Year” (2008 e 2010), “Leveraged Loan House of the Year” (2008), “Leveraged Finance House of the Year” (2008), “High-Yield Bond House of the Year” (2012), “Financial Bond House of the Year” (2009), “Latin America Bond House of the Year” (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio “Best Investment Bank” da revista Global Finance nos anos de 2010, 2013, 2015, 2018 e 2019. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como “Best Equity Bank” em 2018 e 2019.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2021 os prêmios “*Best Equity Bank and Best Debt Bank*” da América Latina e “*Best Investment Bank*” no Brasil, pela Global Finance.

- Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (*Initial Public Offerings*) e *Follow-ons* que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.
- O Bradesco BBI apresentou presença significativa no mercado de capitais brasileiro no primeiro trimestre de 2021, tendo participado em 9 ofertas, no montante de R\$17 bilhões.
- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o primeiro trimestre com grande destaque em renda fixa. Participou de 19 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$33 bilhões originados. No primeiro trimestre do ano de 2021, o Bradesco BBI assessorou 7 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R\$25 bilhões.
- No primeiro trimestre do ano de 2021, o Bradesco BBI assessorou 7 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R\$25 bilhões.

- O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Conta com uma rede de 3.816 agências, 4.300 unidades dedicadas exclusivamente à realização de negócios e relacionamento com clientes (“PAs” – postos de atendimento), 877 Postos de Atendimento Eletrônico (“PAEs”) e 40.835 unidades Bradesco Expresso (correspondentes bancários), além de milhares de equipamentos de autoatendimento.

Santander

O Banco Santander (Brasil) S.A. (**Santander**) é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857 (“Santander Espanha”). O Santander e/ou seu conglomerado econômico (“Grupo Santander”) possui, atualmente, cerca de €1,52 trilhão em ativos, 12 mil agências e milhares de clientes em diversos países. O Santander desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou presença no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc. Adicionalmente, atua no financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 15 países do continente e nos Estados Unidos.

Em 2020, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €5,1 bilhões no mundo, dos quais 63% nas Américas e 30% no Brasil. Na América Latina, em 2020, o Santander Brasil possuía mais de 2,1 mil agências e cerca de 45 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e o Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander passou a ter presença em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

O Santander oferece aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (Global Transaction Banking), mercados de crédito (Credit Markets), finanças corporativas (Corporate Finance), ações (Equities), taxas (Rates), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de Equities, o Santander atua na estruturação de operações na América Latina, contando com equipe de Equity Research, Equity Sales e Equity Capital Markets.

A área de Equity Research do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em Sales & Trading, o Grupo Santander possui equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio do Coordenador Contratado.

Em 2020, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 27,9 milhões de clientes ativos, 3.564 agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e cerca de 36,7 mil caixas eletrônicos próprios e compartilhados, além de um total de ativos que supera R\$1,0 trilhão e patrimônio líquido de, aproximadamente, R\$76,9 bilhões. O Santander, no Brasil, em 2020, possui uma participação de aproximadamente 30% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no Mundo, além de representar cerca de 50% no resultado do Grupo Santander na América.

A área de Equity Capital Markets do Santander participou como *bookrunner* em diversas ofertas públicas de valores mobiliários no Brasil nos últimos anos.

Em 2015, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta de *follow-on* da Telefônica Brasil S.A. e atuou como coordenador na oferta de *follow-on* da General Shopping Brasil S.A.

Em 2016, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e na oferta de *follow-on* da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como coordenador na oferta de *follow-on* da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e na oferta de *follow-on* da Fras-le S.A. Além disto, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Energisa S.A.

Em 2017, o Santander atuou como coordenador no *follow-on* da Alupar S.A. e no *follow-on* do Banco Santander (Brasil) S.A., como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais de Movida Participações S.A., Azul S.A., Atacadão S.A., Ômega Geração S.A. Camil Alimentos S.A. e Petrobras Distribuidora S.A., e nas ofertas de *follow-on* da CCR S.A., Lojas Americanas S.A., BR MALLS Participações S.A., BR Properties S.A., Azul S.A., Magazine Luiza S.A., Rumo S.A., International Meal Company Alimentação S.A. e Restoque S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Eneva S.A.

Em 2019, o Santander atuou como coordenador nas ofertas de *follow-on* da CPFL Energia S.A., Light S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. O Santander também atuou como *bookrunner* nas ofertas de *follow-on* da Eneva S.A., Tecnisa S.A., Petrobras Distribuidora S.A., Hapvida Participações e Investimentos S.A., Movida Participações S.A., Banco Inter S.A., Banco PAN S.A., Omega Geração S.A., Magazine Luiza S.A., BR Properties S.A., Aliansce Sonae Shopping Centers S.A. e Notre Dame Intermédica Participações S.A., e na oferta pública inicial da C&A Modas S.A.

Em 2020, o Santander atuou como coordenador nas ofertas públicas iniciais da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., da Empreendimentos Pague Menos S.A., da Pet Center Comércio e Participações S.A., da Hidrovias do Brasil S.A., da Sequoia Logística e Transportes S.A., da Track & Field Co S.A. e da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. e nas ofertas de *follow-on* do Grupo SBF S.A., da Via Varejo S.A., do Banco BTG Pactual S.A., do Banco Inter S.A., do BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. e da Anima Holding S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais do Grupo Mateus S.A. e da Rede D'Or São Luiz S.A. e nas ofertas de *follow-on* da Cogna Educação S.A., das Lojas Americanas S.A. e da Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Em 2021, o Santander atuou como coordenador nas ofertas públicas iniciais da MPM Corpóreos S.A., da INTELBRAS S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, da Jalles Machado S.A., da Focus Energia Holding Participações S.A., da SMARTFIT Escola de Ginástica e Dança S.A., da Armac Locação, Logística e Serviços S.A., da Brisonet Participações S.A., da Clear Sale S.A. e da Kora Saúde Participações S.A. e nas ofertas de follow-on da Light S.A., do Banco BTG Pactual S.A., da Petro Rio S.A., da Sequoia Logística e Transportes S.A., da Lojas Renner S.A., do Banco BTG Pactual S.A., do Grupo de Moda SOMA S.A. e do Magazine Luiza S.A. Além disso, atuou como bookrunner nas ofertas públicas iniciais da HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A., da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., da Eletromidia S.A., da CSN Mineração S.A., da Raízen S.A. e da Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. e na oferta de follow-on da Diagnósticos da América S.A.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico mantém relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e/ou com sociedades do seu conglomerado financeiro, conforme descrito a seguir:

- 1 (uma) operação de risco sacado, contratada pela Companhia em 04 de junho de 2019, com prazo de vencimento interminado, no valor total de R\$77.605.462,52, com taxa efetiva de 0,30974 a.m.. A operação não conta com qualquer garantia.
- 7 (sete) cartas de crédito emitidas em favor da Companhia, cujo saldo total em aberto é R\$1.393.747,69, e que foram contratadas entre abril de 2020 e agosto de 2021, com vencimentos entre dezembro de 2021 e junho de 2022, e taxa efetiva de 3,00% a.a. Tais operações não contam com garantias.
- 1 (uma) Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida pela Companhia em 1 de janeiro de 2020 no valor total de R\$360.000,00, com taxa efetiva de 99% do CDI a.a. e vencimento em 1 de fevereiro de 2022. A operação não conta com qualquer garantia.

Além do relacionamento relativo à Oferta e o descrito acima, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e suas controladas poderão vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A Companhia e suas sociedades controladas detém, ou poderão vir a deter no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*) O Coordenador Líder ou sociedade de seu conglomerado financeiro podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto Preliminar.

Ademais, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 50 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com o Bank of America e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do Bank of America no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bank of America e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Bank of America e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 50 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bank of America ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bank of America poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações. [Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bank of America poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.]

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Bank of America como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia e sociedades controladas pela Companhia não possuem qualquer outro relacionamento com o J.P. Morgan e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos e realizar operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O J.P. Morgan e/ou sociedades do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou sociedades do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia (inclusive Ações), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro nele referenciado; (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta, decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou sociedades do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o J.P. Morgan e/ou sociedades do seu grupo econômico podem adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção [“Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”], na página 101 deste Prospecto.

Ademais, nos 12 meses antecedentes ao protocolo do pedido de registro da Oferta, o J.P. Morgan e/ou sociedades do seu grupo econômico (i) não realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades; (ii) não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia; e (iii) não participaram de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item [“Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”] na página 50 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial relevante com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico descrito a seguir:

- 1 (um) convênio de cessão de crédito para realização de operações “antecipação a fornecedores”, no valor de R\$800.000.000,00, contratado pela Companhia, com saldo devedor atual de R\$292.546.261,00, prazo médio de 77 dias e taxa de 0,65% a.a. A operação não conta com qualquer garantia e possui vencimento em 17/11/2021, com renovação junto com as demais linhas de crédito do grupo;

- 1 (um) convênio de cessão de crédito para realização de operações de “antecipação a fornecedores”, no valor de R\$50.000.000,00, contratado pela Mercantil Rodrigues Comercial Ltda., com saldo devedor atual de R\$26.067.761,00, prazo médio de 77 dias e taxa de 0,65% a.a. A operação não conta com qualquer garantia e possui vencimento em 17/11/2021, com renovação junto com as demais linhas de crédito do grupo;
- 1 (um) convênio de cessão de crédito para realização de operações de “antecipação a fornecedores,” no valor de R\$50.000.000,00, contratado pela Perini Comercial de Alimentos Ltda., com saldo devedor atual de R\$1.127.495,00, prazo médio de 77 dias e taxa de 0,65% a.a. A operação não conta com qualquer garantia e possui vencimento em 17/11/2021, com renovação junto com as demais linhas de crédito do grupo;
- 1 (um) limite intraday contratado para amparar eventuais gaps de caixa intradia, no valor de R\$92.000.000,00, contratado pela Companhia, com prazo máximo de 1 dia. A operação não conta com qualquer garantia e possui vencimento em 17/11/2021, com renovação junto com as demais linhas de crédito do grupo;
- 1 (um) limite intraday contratado para amparar eventuais gaps de caixa intradia, no valor de R\$5.000.000,00, contratado pela Mercantil Rodrigues Comercial Ltda., com prazo máximo de 1 dia. A operação não conta com qualquer garantia e possui vencimento em 17/11/2021, com renovação junto com as demais linhas de crédito do grupo;
- 1 (um) limite intraday contratado para amparar eventuais gaps de caixa intradia, no valor de R\$3.000.000,00, contratado pela Perini Comercial de Alimentos Ltda., com prazo máximo de 1 dia. A operação não conta com qualquer garantia e possui vencimento em 17/11/2021, com renovação junto com as demais linhas de crédito do grupo;
- Prestação de serviço de folha de pagamento, contratado em maio de 2021, com vencimento em maio de 2023, contando com 15.264 mil funcionários cadastrados no serviço prestado. A operação não conta com qualquer garantia e possui vencimento em maio de 2023.
- Operações de crédito consignado aos funcionários do grupo econômico da Companhia, no valor de R\$15.243.000,00, contratado pela Cencosud Brasil Comercial e Mercantil Rodrigues Comercial Ltda., com prazo médio de 31 meses e taxa de 2,77%. A operação não conta com qualquer garantia e o empréstimo tem prazo máximo de contratação em 36 meses. O saldo devedor na data deste Prospecto era de R\$15.243.000,00;
- 1 (uma) Joint Venture constituída entre o Banco Bradesco S.A. e Grupo Cencosud na emissão dos cartões private label e co-branded. Essa operação teve sua renovação no ano de 2007, com vencimento em 2027. Tal operação não conta com nenhuma garantia;
- Prestação de seguro saúde, com a utilização de saldo médio mensal de R\$603.323,30. Essa operação foi contratada em 01/08/2011, com vencimento em 01/08/2021, sendo renovável anualmente, contando com 1.069 funcionários. Tal operação não conta com nenhuma garantia. O Bradesco BBI faz jus à uma remuneração equivalente a 4,34% sobre o valor mensal.
- Prestação de seguro dental, com a utilização de saldo médio mensal de R\$4.701,00. Essa operação foi contratada em 01/12/2019, com vencimento em 01/12/2021, sendo renovável anualmente, contando com 67 funcionários. Tal operação não conta com nenhuma garantia. O Bradesco BBI faz jus à uma remuneração equivalente a 16% sobre o valor mensal;
- Prestação de serviços de fornecimento de tickets de “vale transporte” aos funcionários da Companhia, com a utilização de saldo médio mensal de R\$1.266.666,67 e emissão de 12 mil cartões. Tal operação não conta com nenhuma garantia. O Bradesco BBI faz jus à uma remuneração equivalente a 2,20% sobre o valor mensal, a ser pago diretamente pela operadora do cartão;

- Prestação de serviço de recolhimento de numerário via cofre inteligente para 10 lojas do grupo econômico da Companhia, contratado em (são variadas de acordo com a loja), com vencimento indeterminado e taxa de 0,19%. A operação não conta com qualquer garantia;
- Prestação de serviço de adquirência via Cielo, saldo médio mensal estimado de R\$333.333.333,33. A operação não conta com qualquer garantia, taxa de juros ou remuneração aplicada;
- 1 (um) limite conta garantida contratado para amparar eventuais gaps de caixa, no valor de R\$46.500.000,00, contratado pela Companhia Cencosud Brasil Comercial Ltda., com prazo de 119 dias. A operação não conta com qualquer garantia e possui vencimento em 28/10/2021, com renovação junto com as demais linhas de crédito do grupo.

Além do relacionamento relativo à Oferta e o descrito acima, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 50 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Santander

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial relevante com o Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico descrito a seguir:

- Operações de *Confirming* contratadas pela Companhia que, em 26 de agosto de 2021, somam um valor total de R\$19.983.881,60, com prazo médio de 40 dias, taxa final entre 0,45% e 0,60% a.m. Esse convênio não possui garantias nem data de vencimento definida.
- Operações de *Confirming* contratadas pela Mercantil Rodrigues Comercial Ltda. que, em 26 de agosto de 2021, somam um valor total de R\$1.993.560,80, com prazo médio de 42 dias, taxa final entre 0,45% e 0,60% a.m. e aval da Companhia. Esse convênio não possui garantias nem data de vencimento definida.
- Operações de *Confirming* contratadas pela Perini Comercial de Alimentos Ltda. que, em 26 de agosto de 2021, somam um valor total de R\$30.230,20, com prazo médio de 100 dias, taxa final entre 0,45% e 0,60% a.m. e aval da Companhia. Esse convênio não possui garantias nem data de vencimento definida.
- Prestação de serviço de Recolhimento de Numerários para 142 lojas do grupo econômico da Companhia, contratadas em maio de 2020, sem prazo de vencimento determinado, com volume de aproximadamente R\$2.000.000.000,00 por ano e taxa entre 0,07% e 0,09% sobre o volume. A operação não conta com garantias.
- Prestação de serviço de processamento mensal de folha de pagamento, contratado em 2016, com vencimento em 2023, contando com aproximadamente 6 mil funcionários cadastrados no serviço prestado, não existindo taxas para o grupo nem qualquer garantia.

Além do relacionamento relativo à Oferta e o descrito acima, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Santander e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Santander e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 50 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Santander ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Santander poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Santander como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto Preliminar, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” na página 20 deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 571 deste Prospecto Preliminar, e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto Preliminar.

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderá afetar a Companhia de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou “afetará a Companhia adversamente” ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, contido na página 571 deste Prospecto Preliminar.

A pandemia do Coronavírus (COVID-19) e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções na fabricação de produtos e crises na cadeia internacional de suprimentos, afetando fundamentalmente as operações das empresas do setor de varejo, incluindo as nossas. Além disso, o surto mundial pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os nossos negócios, resultados e o valor de nossas ações.

O recente surto global de COVID-19 pode ter impactos de longo alcance – desde o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. O surto de COVID-19 ameaça a fabricação de produtos e a interrupção da cadeia de suprimento global para empresas do setor de varejo. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, como é o nosso caso, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, ter sua receita reduzida.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo podem adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. Como consequência da adoção dessas medidas nas localidades em que operamos, teríamos uma redução do consumo dos produtos por nós oferecidos e até mesmo o fechamento de lojas, o que pode impactar de forma significativa os nossos resultados.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como o COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020.

Além disso, nos últimos meses, surgiram novas variantes do COVID-19. Ainda, estados e cidades brasileiras estão retomando medidas restritivas, tais como proibição de atividades não essenciais e *lockdown*. Ademais, o plano de vacinação que vem sendo adotado pelos governos federal e estaduais do Brasil ainda segue em ritmo lento e com baixo número absoluto de pessoas vacinadas, se comparado aos demais países. A Companhia não pode garantir que tais fatores não impactarão suas condições financeiras e operacionais.

As nossas ações podem apresentar uma maior volatilidade, impactando os nossos investidores de maneira negativa. Não podemos garantir que a cotação das ações de nossa emissão não atingirá patamares inferiores aos mínimos verificados durante a disseminação da atual pandemia do COVID-19.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de poder dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e financiamento de operações no futuro e em termos aceitáveis.

As ações de emissão da Companhia nunca foram negociadas em bolsa de valores e, portanto, um mercado ativo e líquido poderá não se desenvolver ou, se desenvolvido, pode não se manter, e a cotação das ações de emissão da Companhia pode ser adversamente afetada em seguida à Oferta. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

Antes da Oferta, as ações de emissão da Companhia não eram negociadas em bolsa de valores. Um mercado ativo e líquido de negociação para as ações de emissão da Companhia pode não se desenvolver ou, se for desenvolvido, pode não conseguir se manter.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Em 31 de março de 2020, a capitalização bursátil de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R\$3,1 trilhões e a média de negociações diárias era de, aproximadamente, R\$36 bilhões, segundo dados da própria B3. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 33,9% do volume total de ações negociadas na B3 durante o período de três meses terminado em 31 de março de 2020, enquanto que a New York Stock Exchange, nos Estados Unidos, teve uma capitalização bursátil de aproximadamente US\$16,8 trilhões em 31 de março de 2020, com média do volume diário de negociação de aproximadamente US\$251 bilhões durante o período de três meses terminado em 31 de março de 2020.

Portanto, o tamanho, liquidez, concentração e potencial volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderão se transformar em obstáculos para os investidores de ações de emissão da Companhia que desejarem vender as ações, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no mercado das ações de emissão da Companhia. Na hipótese de as ações em negociação da Companhia não se transformarem e permanecerem como um mercado ativo e líquido de negociação, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas no Brasil e/ou em outros mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia.

Durante o período que se inicia na data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional ou dos demais Instrumentos de Lock-up, conforme aplicável, e que termina 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a Companhia, os Administradores e determinados acionistas da Companhia, exceto mediante prévio consentimento por escrito de cada um dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, e observados os termos específicos e as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e nos demais Instrumentos de Lock-up, conforme aplicáveis, estarão obrigados a não adotar, direta ou indiretamente, qualquer uma das seguintes ações com relação a qualquer um dos Valores Mobiliários de Lock-up ou quaisquer outros valores mobiliários, conversíveis ou permutáveis ou exercíveis por Valores Mobiliários de Lock-up: (i) oferecer, vender, emitir, contratar a venda, onerar, emprestar, conceder qualquer opção, direito ou garantia de compra ou venda, realizar qualquer *short sale*, ou de outra forma emprestar, dispor, ou conceder direitos em relação a quaisquer Valores Mobiliários de Lock-up; (ii) celebrar qualquer swap ou qualquer outra transação ou negócio que transfira, no todo ou em parte, quaisquer das consequências econômicas da propriedade de Valores Mobiliários de Lock-up, independentemente se tais transações ou negócios (ou os instrumentos previstos no âmbito de tais transações ou negócios) tenham que ser liquidados por meio da entrega de Valores Mobiliários de Lock-up, em dinheiro ou de outra forma; (iii) realizar qualquer operação de hedging ou outra transação ou negócio estruturado para, ou que poderia se esperar de forma razoável que leve a, ou resulte na, emissão, venda, empréstimo, oneração ou outra forma de disposição (seja por seu titular ou não) de quaisquer Valores Mobiliários de Lock-up ou transferência, total ou parcial, direta ou indireta, de quaisquer das consequências econômicas da titularidade de Valores Mobiliários de Lock-up, incluindo, mas não a tanto se limitando, qualquer opção de compra ou venda, *short sale*, compra, venda ou concessão de qualquer direito em relação a qualquer um dos Valores Mobiliários de Lock-up ou quaisquer outros títulos ou valores mobiliários que incluem os, estão relacionados aos ou derivam parcela significativa de seu valor dos Valores Mobiliários de Lock-up, independentemente se tais transações ou negócios (ou os instrumentos previstos no âmbito de tais transações ou negócios) tenham que ser liquidados por meio da entrega de Valores Mobiliários de Lock-up, em dinheiro ou de outra forma; (iv) registrar ou submeter a registro, ou fazer com que seja registrado ou submetido a registro, incluindo de forma confidencial, prospectus ou outros documentos registrando ou ofertando quaisquer Valores Mobiliários de Lock-up nos termos do *Securities Act* e das leis brasileiras; ou (v) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer uma das transações ou de praticar qualquer uma das ações descritas nos itens (i) a (iv) acima.

A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, inclusive novas ações ordinárias, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de valores mobiliários, inclusive ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição pública de ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

A ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, e assim afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impacto adverso no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações não sejam integralmente subscritas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta” na página 67 deste Prospecto Preliminar.

Investidores que adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiriram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento de [•]%. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 106 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia também presta diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia e seus negócios.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado de seus valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e, em determinado grau, de outros países da América Latina e de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações, de forma a impactar, mesmo que indiretamente, a Companhia.

Acontecimentos ou uma conjuntura econômica adversa em outros países emergentes e da América Latina por vezes acarretam saída significativa de recursos do Brasil e a diminuição do volume de moeda estrangeira investida no País. Por exemplo, em 2001, após uma recessão prolongada, seguida por instabilidade política, a Argentina anunciou que deixaria de proceder ao pagamento de sua dívida pública. A crise econômica na Argentina afetou negativamente a percepção dos investidores em valores mobiliários brasileiros por vários anos. Crises econômicas ou políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes podem afetar de maneira significativa a percepção dos riscos inerentes ao investimento na região, inclusive no Brasil.

A economia brasileira também é afetada pela conjuntura econômica e condições de mercados internacionais em geral, especialmente pela conjuntura econômica e condições de mercado existentes nos Estados Unidos. Eventos recentes, como por exemplo, a retirada das tropas americanas do Afeganistão, no Oriente Médio, após 20 anos de ocupação, e o consequente processo de retomada do poder pelo Talibã (movimento fundamentalista e nacionalista islâmico) poderá ter um impacto adverso no mercado de valores mobiliários internacional e eventualmente na economia brasileira.

Adicionalmente, os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanas, assim como ocorrido em 2008, quando o mercado nacional foi fortemente afetado pelo desempenho do mercado de capitais norte-americano. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de emissão da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

A crise econômica e política no Brasil pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, operações e condição financeira.

O ambiente político no Brasil influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras.

Nos últimos anos, os mercados brasileiros enfrentaram um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com os escândalos de corrupção, os quais continuam sendo investigados pelo Ministério Pùblico Federal nas Operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield, Eficiência, dentre outras, e ao impacto dos escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo e Executivo, bem como altos executivos de grandes empresas foram presos ou estão sendo processados ou investigados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes que envolvem o pagamento de propina.

O dinheiro recebido por políticos a título de propina teria sido usado para financiar campanhas políticas de partidos políticos atuais e de governos anteriores e para enriquecer os beneficiários do regime de troca de favores. Como resultado, diversos políticos, incluindo ministros, senadores, representantes federais e executivos das principais empresas estatais, foram demitidos ou presos e outros políticos e empregados públicos eleitos estão sendo investigados por supostas condutas antiéticas e ilegais identificadas durante a Operação Lava Jato. Não se pode garantir que qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, esteja vinculada a nós, seja empregado, diretor, conselheiro, fornecedor, prestador de serviços ou subcontratado não está ou não estará envolvida na Operação Lava Jato ou em investigações similares, o que poderia afetar negativamente a nossa imagem e reputação.

O resultado das investigações em curso é incerto, mas já houve impacto negativo na imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como na economia brasileira. Não podemos prever se as investigações resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra empregados do governo no futuro. Além disso, não podemos prever o resultado dessas investigações, nem seus efeitos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os nossos negócios.

O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra empregados e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Adicionalmente, durante o mês de abril de 2020, o Presidente da República se envolveu em discussões políticas que culminaram na exoneração do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e do pedido de exoneração do então Ministro da Justiça, Sergio Moro. Mencionados ex-Ministros eram considerados nomes fortes do atual Governo Federal e as ocasiões em que as alterações ministeriais ocorreram provocaram ainda mais instabilidade na economia brasileira e no mercado de capitais. Não podemos garantir que o desenrolar desses eventos terá o condão de provocar impactos adversos adicionais à situação político-econômica do Brasil. Além disso, não podemos garantir que outros eventos políticos não provocarão ainda mais instabilidade na economia brasileira, no mercado de capitais e na cotação de nossas ações.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo uma potencial abertura de processo de *impeachment*, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios.

Recentemente, diversos procedimentos de *impeachment* foram protocolados em relação ao gerenciamento da resposta à pandemia da COVID-19 pelo referido presidente. Ademais, em fevereiro de 2021, Bolsonaro substituiu o presidente da Petrobrás por um general do Exército. Tal medida sugere uma agenda mais intervencionista por parte do governo e tiveram um efeito adverso no mercado de capitais brasileiro.

Em 14 de abril de 2021, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito (“CPI”), para apurar desvios de recursos destinados ao combate dos efeitos da COVID-19. Contando com apoio e expedição de medida cautelar pelo ministro do STF, Luís Roberto Barroso, para que fossem tomadas todas as providências necessárias para sua criação e instalação, a CPI tem o propósito de investigar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas no começo do ano.

Quaisquer consequências de tais investigações, incluindo um potencial abertura de processo de *impeachment*, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no país, inclusive nos negócios da Companhia.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal recentemente anulou as condenações criminais relacionadas à Operação Lava Jato e restaurou os direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que podem permitir sua participação como candidato na próxima eleição presidencial.

Desta forma, a Companhia não pode estimar o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos brasileiros e globais em seus negócios. Além disso, instabilidades econômicas e políticas podem levar a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros, o que também pode afetar adversamente a Companhia, assim como os seus valores mobiliários. Qualquer instabilidade econômica continuada e incerteza política também podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada. Para maiores informações, veja a seção “Violações de Norma de Conduta” na página 70 deste Prospecto Preliminar.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço e a liquidez das Ações.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a data de envio do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até o envio do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelos acionistas controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (sem considerar as Ações Suplementares), os acionistas controladores serão titulares de, ao menos, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, os atuais acionistas controladores, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuarão capazes de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

[A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.

Por meio do Contrato de Colocação, a Companhia arcará com as comissões da Oferta, de acordo com suas respectivas participações na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento das despesas relacionadas à Oferta. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 50 deste Prospecto Preliminar.]

Os Investidores da Oferta de Varejo Lock-up 90 dias ou da Oferta de Varejo Lock-up 45 dias, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* 90 dias e da Oferta de Varejo *Lock-up* 45 dias se comprometeram, durante o período de 90 e 45 dias, conforme o caso, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores Não Institucionais da Oferta de Varejo *Lock-up* 90 dias e da Oferta de Varejo *Lock-up* 45 por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo *Lock-up* 90 dias e do *Lock-up* da Oferta de Varejo *Lock-up* 45 aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* 90 dias e da Oferta de Varejo *Lock-up* 45 serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Considerando-se um Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, os recursos líquidos a serem captados na Oferta são estimados em aproximadamente R\$[•], considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta, sendo R\$[•] correspondente à Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas estimadas da Oferta, vide a seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 50 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta de acordo com seu plano de negócios para: (i) potenciais operações de fusões e aquisições (M&A); (ii) abertura de novas lojas e reforma de lojas já existentes; e (iii) investimentos para alavancar o e-commerce e a plataforma de CRM e logística.

A tabela abaixo resume os percentuais da destinação dos recursos líquidos provenientes da Oferta:

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos	Valor Estimado Líquido ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$ mil)
Potenciais operações de fusões e aquisições (M&A)	[50%]	[•]
Abertura de novas lojas e reforma de lojas já existentes.....	[35%]	[•]
Investimentos para alavancar o e-commerce e a plataforma de CRM e logística	[15%]	[•]
Total	[100%]	[•]

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta em nossa situação patrimonial, vide a seção “Capitalização”, na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no preço de R\$[•] por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria um aumento (redução) de R\$[•] nos recursos líquidos advindos da Oferta, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia e sua estrutura de capital em 30 de junho de 2021 e indicam: (i) a posição naquela data; e (ii) os valores ajustados para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta, no valor de R\$[•], com base no Preço por Ação de R\$[•] após a dedução das comissões e despesas estimadas.

As informações abaixo, referentes à coluna “Efetivo”, foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, revisadas pelos Auditores Independentes, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas, bem como as seções 3 e 10 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar.

<i>Em milhões de reais</i>	30 de junho de 2021	
	Efetivo	Ajustado ⁽¹⁾
Financiamentos e empréstimos (circulante)	0,0	0,0
Financiamentos e empréstimos (não circulante).....	0,0	0,0
Patrimônio líquido.....	2.743,5	[•]
Capital Social	2.717,2	[•]
Reserva de capital	0,0	0,0
Capitalização Total⁽²⁾.....	2.743,5	[•]

⁽¹⁾ Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta, calculado com base no Preço por Ação, com a destinação de R\$[•] para a conta de reserva de capital e R\$[•] para o capital social.

⁽²⁾ Capitalização total corresponde à soma total de empréstimos e financiamentos, mútuos com partes relacionadas e o patrimônio líquido nas datas indicadas.

Além do aumento de capital social descrito acima, não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 30 de junho de 2021.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no preço de R\$[•] por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria um aumento (redução) de R\$[•] no nosso patrimônio líquido, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta. O valor do nosso patrimônio líquido após a conclusão da Oferta, está sujeito a alterações do Preço por Ação, que somente será conhecido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de junho de 2021, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$2.743,5 milhões e o valor patrimonial por ação ordinária de sua emissão, na mesma data, era de R\$0,40. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de junho de 2021.

Considerando a subscrição de [•] Ações no âmbito da Oferta pelo Preço por Ação de R\$[•], e após a dedução das comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em [•] seria de R\$[•], representando um valor de R\$[•] por ação de emissão da Companhia. Isso representaria um aumento imediato do valor patrimonial por Ação correspondente a R\$[•] por ação para os acionistas existentes, e uma diluição imediata do valor patrimonial por ação de emissão da Companhia de R\$[•] para os novos investidores, subscritores de Ações no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 50 deste Prospecto Preliminar.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de junho de 2021 e considerando os impactos da realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

	Em R\$, exceto %
Preço por Ação ⁽¹⁾	R\$[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2021	R\$0,40
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2021 ajustado para refletir a Oferta.....	R\$[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 30 de junho de 2021 para os atuais acionistas	R\$[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores ⁽²⁾	R\$[•]
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta ⁽³⁾	[•]%

⁽¹⁾ Calculado com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

⁽²⁾ Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

⁽³⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para mais informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, vide página 39 deste Prospecto Preliminar.

Um acréscimo ou redução de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R\$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R\$[•] por Ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

Na data deste Prospecto, a Companhia não possui plano de outorga de opções de compra de ações.

Histórico do preço pago por Administradores e acionista controlador em subscrições de ações da Companhia nos últimos cinco anos

O quadro abaixo apresenta informações sobre os aumentos de capital da Companhia nos últimos cinco anos, subscritos integralmente pelo acionista controlador e pelos administradores da Companhia:

Data	Natureza da operação	Tipo de Ação	Quantidade de Ações	Valor Pago (R\$)	Valor Pago por Ação (R\$)
28/03/2018	Aumento de capital	Ordinária	164.925.000	164.925.000,00	1
23/09/2019	Aumento de capital	Ordinária	1.124.405.100	1.124.405.100,00	1

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL

CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.

CNPJ/ME nº 39.346.861/0350-38

NIRE 35300566564

Capítulo I - Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Prazo de Duração

Artigo 1º. A Companhia denomina-se **Cencosud Brasil Comercial S.A.**, e será regida pelo presente Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente) e pela legislação aplicável às sociedades anônimas.

Parágrafo Primeiro - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado (“Novo Mercado”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo - Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto Social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 21º Andar, Brooklin Paulista, CEP - 04578-000 e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia, em território nacional ou internacional.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades:

- A. exploração de atividades e/ou prestação de serviços relacionadas ao comércio, no varejo ou atacado, de produtos alimentícios em geral, industrializados ou não, no ramo de minimercados, supermercados, hipermercados, magazines e lojas de conveniência, em seus estabelecimentos ou através de catálogos, por televisão, telefone, internet ou outros meios de comunicação;
- B. exploração de atividades e/ou prestação de serviços relacionadas ao comércio, no varejo ou atacado, de produtos industrializados ou não, incluindo mas não se limitando a tecidos, artigos de armário, bazar, vestuário, calçado, cama, mesa e banho, artigos de couro e viagem, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, fumo e tabacaria, produtos químicos, saneantes, domissanitários, veterinários, ferragens e ferramentas, instrumentos e gravações musicais, máquinas e filmes fotográficos, podendo inclusive promover sua revelação, eletro e eletrônicos, artigos de limpeza e higiene pessoal, artigos de uso pessoal e doméstico, panelas, livros e papelaria, artigos de jardinagem, bicicleta e mobilete;
- C. exploração de atividades e prestação de serviços relacionadas ao comércio no varejo ou atacado de dispensa de medicamentos, produtos farmacêuticos em suas embalagens

- originais, incluindo cosméticos, perfumaria e artigos de higiene e cuidados pessoais através de seus estabelecimentos (farmácias e/ou centros de distribuição) ou via catálogos, por televisão, telefone, internet ou outros meios de comunicação, conforme legislação pertinente;
- D. comércio no varejo de eletrodomésticos, tais como, mas não se limitando a aparelhos e equipamentos de áudio e vídeo, câmeras filmadoras, fotográficas, linha branca em geral, ar condicionados, equipamentos de informática, tablets, computadores e periféricos (impressora, mouse, teclado, drives, pen drives, etc.), equipamentos, peças e acessórios de informática e telecomunicação, inclusive telefone celular;
 - E. comércio, no varejo ou atacado, de combustíveis, lubrificantes, gás liquefeito de petróleo, gás natural veicular, pneus, peças e acessórios para veículos automotores e prestação de serviços de lavagem, lubrificação e borracharia de veículos;
 - F. atividades de panificação, pastelaria e rotisseria, incluindo fabricação, processamento e comércio, no varejo ou atacado, de produtos alimentícios em geral, de origem animal ou vegetal, inclusive massas, sucos, doces, conservas em geral, de produtos de panificação industrial, incluindo, mas não se limitando, a bolos, pães, tortas, farinha de rosca e produtos de panificação congelados;
 - G. lanchonetes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas;
 - H. intermediação para fornecimento de refeições ou alimentos e ingredientes necessários ao seu preparo, emissão e administração de tíquetes refeição, bilhetes ou cupons, inclusive mediante convênios;
 - I. exploração de atividades e prestação de serviços de correspondente bancário, através de serviços de recebimentos, pagamentos e outras atividades decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos com bancos, na forma da legislação em vigor;
 - J. atividades imobiliárias em geral, inclusive a locação e sublocação de bens móveis e imóveis, e a operação, administração e exploração de shopping centers;
 - K. exploração de estacionamento para veículos, por curta duração;
 - L. prestação de serviços de carga e descarga, transporte e armazenamento de cargas;
 - M. importação e exportação de insumos ou bens necessários ao exercício de sua atividade social, incluindo, mas não se limitando, a importação de bebidas alcoólicas e não alcoólicas; e
 - N. a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

Parágrafo Primeiro - O objeto social da matriz e filiais está determinado abaixo, de acordo com o tipo de atividade explorada por cada um dos estabelecimentos.

- A. MATRIZ: exercerá as atividades discriminadas nos itens A, B, I, J, M, N, deste Artigo 3º acima.
- B. CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO: exercerão as atividades discriminadas nos itens A, B, I, K,

- L, M, deste Artigo 3º acima.
- C. ESCRITÓRIOS: exercerão as atividades discriminadas nos itens A, B, I, M, deste Artigo 3º acima.
 - D. HIPER E SUPERMERCADOS: exercerão as atividades discriminadas nos itens A, B, F, G, H, I, K, L, deste Artigo 3º acima.
 - E. MINIMERCADOS: exercerão as atividades discriminadas nos itens A, B, F, G, H, I, K, L, deste Artigo 3º acima.
 - F. LOJAS DE CONVENIÊNCIA: exercerão as atividades discriminadas nos itens A, B, F, G, H, I, K, L, deste Artigo 3º acima.
 - G. FARMÁCIAS: exercerão as atividades discriminadas nos itens C, I, deste Artigo 3º acima.
 - H. POSTOS DE COMBUSTÍVEL: exercerão as atividades discriminadas nos itens E, I, K e poderão exercer concomitantemente as atividades A, B, F, G, L, deste Artigo 3º acima.
 - I. ELETROSHOWS: exercerão as atividades discriminadas nos itens D, I, K e poderão exercer concomitantemente as atividades A, B, F, G, L, deste Artigo 3º acima.
 - J. CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS: exercerá as atividades discriminadas nos itens A, B, H, I, K, L, M, deste Artigo 3º acima.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá desenvolver atividades complementares ou acessórias àquelas indicadas no *caput* do Artigo 3º acima, bem como deter participações societárias e outros valores mobiliários em outras sociedades, no País ou no exterior.

Artigo 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

Capítulo II - Capital Social

Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$2.717.228.506,96 (dois bilhões, setecentos e dezessete milhões, duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e seis reais e noventa e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, e dividido em 6.801.464,243 (seis bilhões, oitocentos e um milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação dará direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo - É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

Parágrafo Terceiro - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Artigo 6º. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da

Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 6.801.464,243 (seis bilhões, oitocentos e um milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e três) ações ordinárias.

Parágrafo Primeiro - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro - O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

Artigo 7º. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, observadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis

Capítulo III - Das Assembleias Gerais

Artigo 8º. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia, que reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia assim o exigir.

Parágrafo Primeiro - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, em qualquer caso conforme procedimentos descritos na legislação aplicável.

Parágrafo Segundo - As reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas observando-se os prazos e procedimentos previstos na Lei das Sociedades por Ações e as disposições deste Estatuto. .

Parágrafo Terceiro - As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações emitidas com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quarto - A Assembleia Geral que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

Parágrafo Quinto - As deliberações das Assembleias Gerais de acionistas, ressalvados os casos previstos em disposição cogente de lei, serão todas tomadas pela maioria absoluta dos acionistas titulares de ações presentes nas Assembleias, não se computando os votos em branco. Todo acionista poderá participar e votar à distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

Parágrafo Sexto - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

Artigo 9º. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por pessoa indicada pelos acionistas, por maioria de votos. O presidente da Assembleia Geral nomeará um dos indivíduos presentes para atuar na qualidade de secretário.

Artigo 10. Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social:

- (a) alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Artigo 6º do presente estatuto;
- (b) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (c) eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver;
- (d) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (e) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
- (f) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
- (g) fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;
- (h) autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social;

- (i) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- (j) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;
- (k) aprovar planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias; e
- (l) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

Capítulo IV - Da Administração da Companhia

Artigo 11. A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, respeitadas as competências e atribuições legais e estatutárias de cada um desses órgãos.

Parágrafo Primeiro - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo - A posse dos administradores e dos membros do conselho fiscal, efetivos e suplementares, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 37 abaixo.

Seção I - Do Conselho de Administração

Artigo 12. O Conselho de Administração é composto por 7 (sete) membros todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo Segundo - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Artigo 13. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-presidente eleitos na primeira reunião Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro - O Presidente do Conselho de Administração, em suas ausências e ou

impedimentos temporários nas reuniões do Conselho de Administração, será substituído, temporariamente, pelo Vice-presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva do cargo do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, observado o disposto no Artigo 13 acima, e completará o mandato do conselheiro substituído. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

Parágrafo Terceiro - Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

Artigo 14. Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, 4 (quatro) vezes por ano, após o final de cada trimestre, e extraordinárias sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de seu Presidente ou, um conselheiro por ele nomeado como procurador, inclusive nos casos de ausência e/ou impedimento deste, observado o prazo mínimo de antecedência de 3 (três) dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo Primeiro - Das reuniões será lavrada ata em livro próprio, a qual será publicada nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação aplicável.

Parágrafo Segundo - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 15. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Parágrafo Primeiro - Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer conselheiro poderá indicar outro conselheiro para representá-lo em uma reunião, via procuração.

Parágrafo Segundo - Uma vez instaladas, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, em sua ausência, por outro conselheiro indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O presidente da reunião convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 16. Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a

Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 17. O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando diretrizes, objetivos básicos, plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle;
- (b) eleger e destituir os diretores da Companhia, assim como determinar organograma de cargos, suas funções e remuneração;
- (c) indicar para a Diretoria os administradores a serem eleitos nas sociedades controladas, coligadas ou investidas, bem como deliberar sobre a sua destituição;
- (d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas controladas e coligadas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas;
- (e) estabelecer a distribuição da remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os administradores, observado o disposto no Artigo 11 do presente Estatuto;
- (f) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme Artigo 6º deste Estatuto Social;
- (g) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
- (h) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;
- (i) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- (j) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (k) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (l) aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme Artigo 34 abaixo;
- (m) escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

- (n) autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas sociedades controladas;
- (o) convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;
- (p) aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;
- (q) aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia que possuam valores envolvidos superiores a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), quando classificadas como operação no curso normal dos negócios, em termos à política específica, ou que possuam valores envolvidos superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), quando não forem classificadas como operação no curso normal dos negócios;
- (r) avaliar o desempenho do Diretor Presidente e apreciar as avaliações de desempenho dos demais membros da Diretoria, bem como estruturar um plano de sucessão com relação ao Diretor Presidente e avaliar e supervisionar os planos de sucessão de membros da Diretoria;
- (s) aprovar a venda, hipoteca ou compromissos relativos a bens móveis, imóveis, inclusive ações/quotas das companhias controladas ou coligadas, bem como a cessão ou promessa de cessão de direitos à aquisição dos mesmos, quando os seus valores superem R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ato, estipulando prazos e demais condições;
- (t) contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da Companhia e de suas coligadas, controladas e subsidiárias em valor superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) por ato;
- (u) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;
- (v) aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem

- negociadas;
- (w) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;
- (x) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo - abaixo; e
- (y) aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração poderá alterar os limites e abrangência estabelecidos para práticas de atos dos diretores em casos específicos ou por tempo que julgar conveniente.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento.

Seção II - Da Diretoria

Artigo 18. A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, será constituída de, no mínimo, 2 (dois) membros, e, no máximo 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Comercial e os demais diretores sem designação específica. Todos os diretores serão residentes no país e terão mandato fixado em 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro - Os diretores, salvo caso de destituição, ou deliberação em contrário do Conselho de Administração, permanecerão em seu cargo até a nomeação dos substitutos.

Parágrafo Segundo - Qualquer diretor poderá ser destituído a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Parágrafo Quarto - Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo Quinto - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, e caso este não tenha indicado um substituto, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro e de Relação com Investidores. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, será convocada em até 30 dias reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo.

Parágrafo Sexto - No caso de vacância no cargo dos demais Diretores, será convocada reunião do Conselho de Administração para preenchimento do cargo em caráter definitivo até o término do mandato do respectivo cargo antes vacante, sendo admitida a reeleição. Até a realização da referida reunião do Conselho de Administração, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor

Presidente, dentre um dos Diretores, o qual acumulará mais de uma função.

Artigo 19. A Diretoria reunir-se-á, na sede social da Companhia, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por quaisquer dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de Diretores.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores.

Parágrafo Segundo - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, o qual deverá designar o secretário de cada reunião.

Parágrafo Terceiro - Os Diretores poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, aplicando-se, mutatis mutandis e conforme aplicáveis, as disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração. O Diretor que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer Diretor poderá indicar outro Diretor para representá-lo em uma reunião, via procuraçao.

Parágrafo Quarto - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 20. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e orçamento de capital aprovados pelos acionistas, competindo-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- (a) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;
- (b) assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos deste Estatuto Social;
- (c) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
- (d) aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com subsidiárias integrais ou controladas da Companhia (sociedades em que a Companhia detenha, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um de participação no capital social);
- (e) abrir e encerrar filiais, agências ou sucursais, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto Social e em lei. Os Diretores devem abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - As atribuições previstas nos itens (c), (d) e (e) acima deverão ser

deliberadas no âmbito das Reuniões da Diretoria, observadas as formalidades descritas no Artigo 19 acima.

Artigo 21. Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

- (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;
- (b) zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;
- (c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (d) fazer elaborar as demonstrações financeiras e as informações financeiras trimestrais da Companhia;
- (e) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; e
- (f) definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto Social “ad referendum” do Conselho de Administração.

Artigo 22. Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

- (a) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;
- (b) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando pela saúde econômica e financeira;
- (c) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia;
- (d) responsabilizar-se pela contabilização necessária e demonstrações contábeis e financeiras da Companhia, junto com suas respectivas divisões, como fazer elaborar as demonstrações financeiras e as informações financeiras trimestrais da Companhia;
- (e) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;
- (f) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e
- (g) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

Artigo 23. Compete ao Diretor Comercial:

- (a) elaborar o planejamento comercial da Companhia;
- (b) supervisionar as atividades de compra de produtos;
- (c) adotar uma política de preços competitivos;
- (d) estabelecer sortimento de produtos em consonância com as exigências do mercado;
- (e) coordenar as operações de lojas;
- (f) supervisionar as atividades promocionais;
- (g) estabelecer políticas de vendas;
- (h) gerir os produtos de marca própria e as importações; e
- (i) zelar pela satisfação e fidelização dos clientes da Companhia.

Artigo 24. Os Diretores sem designação específica terá as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência de o Diretor Presidente fixar-lhe outras atribuições não conflitantes.

Capítulo V - Da Representação da Companhia

Artigo 25. A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

- (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto;
- (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído;
- (iii) por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos; e
- (iv) por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, neste caso exclusivamente para a prática de atos específicos.

Parágrafo Primeiro - As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e salvo aquelas previstas no parágrafo segundo deste artigo, terão período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano.

Parágrafo Segundo - As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas.

Parágrafo Terceiro - Os poderes para comprar, vender, hipotecar ou, por qualquer outro modo alienar ou gravar os bens imóveis da Companhia, devem sempre ser exercidos por 2 (dois) Diretores em conjunto ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador com poderes especiais.

Artigo 26. A Companhia poderá ser representada por um único Diretor ou procurador na prática dos seguintes atos: (a) assinatura de correspondências e demais expedientes que não crie obrigações para a Companhia; (b) representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; (c) representação da Companhia perante os Sindicatos, Associações de Classe e Justiça do Trabalho, para a admissão ou demissão de empregados e para acordos trabalhistas; (d)

representação da Companhia em assembleias gerais e reuniões de sócios de sociedades da qual participe como sócia ou acionista; (e) representação da Companhia em atividades relacionadas com o despacho aduaneiro; (f) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, Receita Federal do Brasil em todas as regiões fiscais, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, Juntas Comerciais Estaduais, Serviço Notarial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e outras da mesma natureza.

Artigo 27. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos sócios, administradores, procuradores ou funcionários que a envolverem em negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo nos casos específicos em que haja autorização expressa do Conselho de Administração.

Capítulo VI - Do Conselho Fiscal

Artigo 28. A Companhia terá um Conselho Fiscal, que funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo admitida a reeleição e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pelos demais Conselheiros Fiscais na primeira reunião após sua instalação.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo Quarto - Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros Fiscais.

Artigo 29. Quando instalado, o Conselho Fiscal deverá reunir-se para definir seu regimento interno, nos termos da lei e do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros Fiscais presentes, na forma que for fixada em seu Regimento interno.

Capítulo VII - Alienação de Controle e Saída do Novo Mercado

Artigo 30. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo

por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 31. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Capítulo VIII - Exercício Social e Destinação dos Lucros

Artigo 32. O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Parágrafo Primeiro - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo Quarto - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo Quinto - A Companhia e os Administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia.

Artigo 33. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

Parágrafo Primeiro - Após as deduções mencionadas neste Artigo, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do

remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo - O lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas neste Artigo, terá a seguinte destinação:

- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no Parágrafo Terceiro - deste artigo;
- (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 3º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) uma parcela correspondente a até 100% do saldo remanescente, após as destinações indicadas nos incisos (i) a (iii) acima, será destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos e Expansão", cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o seu saldo somado às demais reservas de lucros, exceto as reservas de contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia;
- (vi) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (vii) o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.

Parágrafo Terceiro - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

Parágrafo Quarto - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Artigo 34. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, ad

referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social

Parágrafo Primeiro - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo Segundo - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 35. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 36. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Capítulo IX - Cláusula Arbitral

Artigo 37. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Capítulo X - Disposições Finais

Artigo 38. A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

Artigo 39. A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil

ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 40. Observado o disposto no artigo 45 da Lei das S.A., o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 41. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, quando houver, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada.

Artigo 42. Os casos omissos relativos à interpretação deste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 43. As disposições contidas nos parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 1º, no parágrafo Primeiro do Artigo 11, nos parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 12, inciso "w" do Artigo 17, no Artigo 30, no Artigo 31 e no Artigo 37 somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

* * * *

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.

CNPJ/ME 39.346.861/0350-38

NIRE 35300566564

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2021**

I. Data, Horário e Local: Aos 27 dias do mês de agosto de 2021, às 10h00 horas, na sede social da **Cencosud Brasil Comercial S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas nº 12.995, 21º Andar, Edifício Plaza Centenário, CEP 04578-000, Brooklin.

II. Convocação: Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), em decorrência da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

III. Mesa: Sebastian Dario Los – Presidente; e Emílio Nunes de Carvalho – Secretário.

IV. Ordem do Dia: (i) a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); (ii) a submissão do pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), e pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; e (iii) a realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente).

V. Deliberações: Após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas:

- (i) a submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- (ii) a submissão à B3 do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado e do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

Em decorrência das deliberações constantes da presente ata, de forma a adaptar o Estatuto Social às cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado e à regulamentação aplicável às companhias abertas, os acionistas da Companhia irão se reunir, em ato subsequente, para deliberar a aprovação da reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, bem como a eleição dos membros de seu Conselho de Administração.

- (iii) a aprovação da realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. (os “Coordenadores da Oferta”), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (SEC), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933 e outros regulamentos aplicáveis, e nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-US persons*), de acordo com o Regulamento S.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do “Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia”, a quantidade inicial de ações poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base (“Ações Suplementares”), conforme opção a ser outorgada pela Companhia, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

Com exceção das Ações Suplementares, as Ações serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

VI. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Os acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do Art. 130 da Lei das S.A. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. São Paulo, 27 de agosto de 2021. (a.a.) Mesa: Sebastian Dario Los – Presidente; e Emílio Nunes de Carvalho – Secretário. Acionistas presentes: Cencosud Internacional SpA (representada por Sebastian Dario Los e Emílio Nunes de Carvalho) e Cencosud S.A. (representada por Sebastian Dario Los e Emílio Nunes de Carvalho).

São Paulo, 27 de agosto de 2021

A presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.

Mesa:

SEBASTIAN DARIO
LOS:86143040567

Assinado de forma digital por
SEBASTIAN DARIO
LOS:86143040567
Dados: 2021.08.30 12:07:11 -03'00'

Sebastian Dario Los

Presidente

EMILIO NUNES DE
CARVALHO:12509871803

Assinado de forma digital por
EMILIO NUNES DE
CARVALHO:12509871803
Dados: 2021.08.30 09:42:12 -03'00'

Emílio Nunes de Carvalho

Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE
APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.

CNPJ/ME nº 39.346.861/0350-38

NIRE 35300566564

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2021**

Data, Hora e Local: Realizada em [•] de [•] de 2021, às [•] horas, realizada através de videoconferência, nos termos do item 7.1.6. do Regimento Interno do Comitê de Administração do Cencosud Brasil Comercial S.A. ("Companhia").

Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: (i) Heike Paulman Koepfer; (ii) Matías German Videla Sola; (iii) Felipe Tullio Longo; (iv) Eduardo Peñailillo Henríquez; (v) Júlio Moura Neto; (vi) Reynaldo Awad Saad; e (vii) Fernando de Castro Rodrigues.

Mesa: Presidida pelo Sebastian Dario Los, e secretariada por Emilio Nunes de Carvalho, indicados, nos termos do parágrafo segundo do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, pela Presidente do Conselho de Administração (Sra. Heike Paulman Koepfer).

Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior; **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e no artigo 6º, parágrafo segundo do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a aprovação sobre os direitos relacionados às novas ações; **(iv)** a aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; **(v)** a homologação do aumento de capital social da Companhia; **(vi)** a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta; e **(viii)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas.

Deliberações: Após análise e discussão da ordem do dia, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) aprovar, no âmbito da Oferta, a fixação do preço de emissão de R\$[•] por Ação objeto da Oferta ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o

disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Ações no contexto da Oferta;

- (ii) aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$[●] ([●]), o qual passará de R\$ 2.717.228.506,96 (dois bilhões, setecentos e dezessete milhões, duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e seis reais e noventa e seis centavos) para R\$[●] ([●]), mediante a emissão de [●] ([●]) novas ações ordinárias, cada uma no valor de R\$[●] ([●]), que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de 6.801.464,243 (seis bilhões, oitocentos e um milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e três) ações ordinárias para [●] ([●]) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia;
- (iii) aprovar, ainda, que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item (ii) acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;
- (iv) aprovar o prospecto definitivo e o *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta;
- (v) homologar, em razão da deliberação tomada no item (ii) acima, o aumento do capital da Companhia no montante de R\$ [●] ([●]) mediante a emissão de [●] ([●]) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;
- (vi) autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Cencosud Brasil Comercial S.A.;" (ii) o "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Cencosud Brasil Comercial S.A.;" (iii) o *Placement Facilitation Agreement*; e (iv) o Contrato de Prestação de Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos; e
- (vii) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata, assinada por todos os presentes. Presidente Sebastian Dario Los; Secretário Emilio Nunes de Carvalho. Membros do Conselho de Administração: (i) Heike Paulman Koepfer, (ii) Matías German Videla Sola; (iii) Felipe Tullio Longo; (iv) Eduardo Peñailillo Henríquez; (v) Júlio Moura Neto; (vi) Reynaldo Awad Saad; e (vii) Fernando de Castro Rodrigues.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

Mesa:

SEBASTIAN DARIO LOS

Presidente

EMILIO NUNES DE CARVALHO

Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº12.995, 21º Andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 39.346.861/0350-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de sua emissão ("Ações"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America" ou "Agente Estabilizador"), pelo Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o J.P. Morgan e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em dezembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão do Cencosud Brasil Comercial S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;
- (D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia e suas controladas, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado;
- (E) foram disponibilizados pela Companhia todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e



(F) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

(G) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos.

A Companhia **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as leis e as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e ao “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários”, atualmente em vigor, bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no “Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações que possam razoavelmente relevantes.

São Paulo – SP, [●] de [●] de 2021.

CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO
CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO DA CVM Nº 400

O **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão do **CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.** ("**Ações**" e "**Companhia**", respectivamente), identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Cencosud Brasil Comercial S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, sob coordenação do Coordenador Líder, do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**" ou "**Agente Estabilizador**"), o Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**") e do **Banco Santander (Brasil) S.A.** ("**Santander**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o J.P. Morgan e o Bradesco BBI, os "**Coordenadores da Oferta**") ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em agosto de 2021, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão do Cencosud Brasil Comercial S.A. ("**Prospecto Definitivo**" e, quando em conjunto com o Prospecto Preliminar, "**Prospectos**");
- (C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes, qual seja, a PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, dentre eles, a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, (i) com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e; (ii) com as informações financeiras intermediárias consolidadas

da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 e de 2020;

(D) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e suas controladas, os quais a Companhia confirma ter disponibilizado;

(F) a Companhia confirma ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, como o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia, os Coordenadores da Oferta e os respectivos assessores legais, em conjunto participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficiente, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no "Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTES AO
PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E O PERÍODO DE SEIS MESES
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Cencosud Brasil
Comercial S.A. e suas
controladas**

**Informações Trimestrais (ITR) em
30 de junho de 2021**

**e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**



Relatório da Administração / Comentário do Desempenho - 2021

São Paulo, 27 de Agosto de 2021. A Cencosud Brasil Comercial S.A anuncia seus resultados referentes ao 2º trimestre de 2021 (2T20). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 30 de junho de 2021 e 2020 comparativos, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – Geral (NBC TG) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estes demonstrativos são apresentados em Reais, e todas as taxas de crescimento, a menos que seja afirmado o contrário, referem se ao mesmo período de 2021.

Cencosud Brasil Comercial S.A.

Apresentação

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Cencosud Brasil Comercial S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2021. Este relatório é parte integrante das Demonstrações Financeiras da Companhia, que seguem as normas contábeis internacionais (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

Cencosud Brasil Comercial S.A. – 2T21 e 1º Semestre de 2021

Destaques

(R\$ milhões)	Consolidado (1)			Varejo (2)			Atacado (3)		
	2T21	2T20	Δ %	2T21	2T20	Δ %	2T21	2T20	Δ %
Receita Bruta	2.277	2.292	-0,6%	1.910	2.113	-9,6%	368	178	106,5%
Receita Líquida	2.032	2.034	-0,1%	1.705	1.878	-9,2%	327	155	110,6%
Lucro Bruto	441	475	-7,1%	384	453	-15,3% -1,6	58	22	157,7%
% Margem Bruta	21,7%	23,4%	-1,6 p.p.	22,5%	24,1%	p.p.	17,7%	14,4%	3,2 p.p.
Desp. com Vendas	(258)	(248)	3,9%	(225)	(234)	-3,9% -0,7	(32)	(13)	139,6%
% da Receita Líquida	-12,7%	-12,2%	-0,5 p.p.	-13,2%	-12,5%	p.p.	-9,8%	-8,6%	-1,2 p.p.
Desp. Gerais e Adm.	(108)	(181)	-40,3%	(85)	(171)	-49,9%	(23)	(10)	117,4%
% da Receita Líquida	-5,3%	-8,9%	3,6 p.p.	-5,0%	-9,1%	4,1 p.p.	-6,9%	-6,7%	-0,2 p.p.
EBITDA (4)	136	168	-18,9%	120	162	-25,9% -1,6	16	6	173,1%
% Margem EBITDA	6,7%	8,3%	-1,6 p.p.	7,0%	8,6%	p.p.	5,0%	3,8%	1,1 p.p.
Lucro Líquido - Controlador	39	(30)	229,4%						
% Margem Líquida	1,9%	-1,5%	3,4 p.p.						

(1) Consolidado considera os resultados das operações da Cencosud Brasil Comercial S.A., Mercantil Rodrigues e Perini; (2) Considera os resultados das operações das Bandeiras GBarbosa, Bretas, Prezunic e Perini; (3) Considera os resultados da Bandeira Mercantil Rodrigues e lojas Bretas Atacado
(4) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

Comentários 2T21 comparado ao 2T20

Consolidado

- Receita bruta com pequena redução de 0,6% totalizando R\$ 2,3 bilhões;
- Receita líquida totalizou R\$ 2,0 bilhões em linha período anterior;
- Vendas mesmas lojas de -0,9%;
- Margem Bruta atingiu 21,7%, com queda da margem em 1,6p.p.;
- EBITDA alcançou R\$ 136 milhões com margem de 6,7% versus 8,3%;
- Resultado líquido de R\$ 39 milhões com uma melhora de 229,4%.

Varejo

- Receita bruta com queda de 9,6% totalizando R\$ 1,9 bilhão;
- Receita líquida de R\$ 1,7 bilhão com queda de 9,2%;
- Vendas mesmas lojas de -2,1%;
- Margem Bruta atingiu 22,5% com retração de 1,6 p.p.;
- EBITDA alcançou R\$ 120 milhões com margem de 7,0% contra 8,6%.

Atacado

- Crescimento da receita bruta em 106,5% totalizando R\$ 368 milhões;
- Aumento da receita líquida em 110,6% totalizando R\$ 327 milhões;
- Vendas mesmas lojas de +5,9%;
- Margem Bruta atingiu 17,7%, com aumento da margem em 3,2 p.p.
- EBITDA alcançou R\$ 16 milhões com margem de 5,0% contra 3,8%.

(R\$ milhões)	Consolidado (1)			Varejo (2)			Atacado (3)		
	1S21	1S20	Δ %	1S21	1S20	Δ %	1S21	1S20	Δ %
Receita Bruta	4.499	4.467	0,7%	3.934	4.126	-4,7%	566	341	65,7%
Receita Líquida	4.024	3.980	1,1%	3.517	3.682	-4,5%	507	299	69,8%
Lucro Bruto	878	931	-5,8%	787	889	11,5%	90	42	115,6%
% Margem Bruta	21,8%	23,4%	-1,6 p.p.	22,4%	24,2%	-1,8 p.p.	17,8%	14,0%	3,8 p.p.
Desp. com Vendas	(520)	(503)	3,5%	(470)	(476)	-1,3% -0,4	(50)	(26)	92,6%
% da Receita Líquida	-12,9%	-12,6%	-0,3 p.p.	-13,4%	-12,9%	p.p.	-9,9%	-8,8%	-1,2 p.p.
Desp. Gerais e Adm.	(241)	(372)	-35,0%	(209)	(354)	40,8% 3,7	(32)	(18)	78,0%
% da Receita Líquida	-6,0%	-9,3%	3,3 p.p.	-6,0%	-9,6%	p.p.	-6,3%	-6,0%	-0,3 p.p.
EBITDA (4)	276	267	3,3%	247	257	-3,8%	29	10	183,0%
% Margem EBITDA	6,9%	6,7%	0,1 p.p.	7,0%	7,0%	p.p.	5,7%	3,4%	2,3 p.p.
Lucro Líquido -									
Controlador	8	(70)	110,9%						
% Margem Líquida	0,2%	-1,7%	1,9 p.p.						

(1) Consolidado considera os resultados das operações da Cencosud Brasil Comercial S.A., Mercantil Rodrigues e Perini; (2) Considera os resultados das operações das Bandeiras GBarbosa, Bretas, Prezunic e Perini; (3) Considera os resultados da Bandeira Mercantil Rodrigues e lojas Bretas Atacado (4) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

Comentários 1S21 comparado ao 1S20

Consolidado

- Receita bruta com aumento de 0,7% totalizando R\$ 4,5 bilhões;
- Receita líquida totalizou R\$ 4,0 bilhões com crescimento de 1,1%;
- Vendas mesmas lojas de +0,9%;
- Margem Bruta atingiu 21,8%, com queda da margem em 1,5p.p.;
- EBITDA alcançou R\$ 276 milhões com margem de 6,9% versus 6,7%;
- Resultado líquido de R\$ 8 milhões com uma melhora de 110,9%.

Varejo

- Receita bruta com queda de 4,7% totalizando R\$ 3,9 bilhões;
- Receita líquida de R\$ 3,5 bilhão com queda de 4,5%;
- Vendas mesmas lojas de +0,6%;
- Margem Bruta atingiu 22,4% com retração de 1,7 p.p.;
- EBITDA alcançou R\$ 247 milhões com margem de 7,0% em linha trimestre anterior.

Atacado

- Crescimento da receita bruta em 65,7% totalizando R\$ 566 milhões;
- Aumento da receita líquida em 69,8% totalizando R\$ 507 milhões;
- Vendas mesmas lojas de +3,1%;
- Margem Bruta atingiu 17,8%, com aumento da margem em 3,8 p.p.
- EBITDA alcançou R\$ 29 milhões com margem de 5,7% contra 3,4%.

Mensagem da Administração

A Cencosud Brasil encerrou o primeiro semestre de 2021 com relevantes conquistas na sua operação, mesmo diante de um período desafiador que se estendeu desde março de 2020 com os efeitos da pandemia pela Covid-19. A aceleração da pandemia retornou ao final do ano passado e, juntamente com a redução do auxílio emergencial, continuaram a impactar a economia do país nesse ano. Neste cenário, o contexto operacional do setor varejista não foi muito diferente do apresentado no trimestre anterior, com reduções nos horários de funcionamento e com restrições para os horários de abertura e fechamento de lojas, além da forte base de comparação devido ao forte desempenho do 2T20.

Diante desse cenário, a Cencosud foi capaz de manter sua **receita líquida** do 2T21 praticamente em linha com o mesmo período atingindo R\$ 2,0 bilhões, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No trimestre as vendas mesmas lojas tiveram uma pequena retração de -0,9% quando comparado ao 2T20 (+7,0%).

Continuamos avançando com nossas iniciativas digitais via nossos aplicativos E-grocery e parcerias com Cornershop, Rappi, e mais recentemente com o lançamento do Spid35, nova Bandeira com venda 100% digital.

A **receita líquida no Varejo** alcançou R\$ 1,7 bilhão no 2T21, com queda de 9,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A queda está relacionada com a migração de 18 lojas da Bandeira Bretas de Varejo para Atacado, tirando esse efeito, nas vendas mesmas lojas a queda foi de 2,1%. A principal razão dessa variação deveu-se a forte base de comparação, com grande corrida aos supermercados para armazenamento de alimentos em 2020. No segmento não alimentício (principalmente para produtos de eletro), também observamos uma queda devida a redução no auxílio emergencial. Finalmente, medidas restritivas continuaram no 2T21, onde houve fechamento de lojas em finais de semana, bem como redução nos horários de funcionamento.

A **receita líquida do Atacado** atingiu R\$ 327 milhões no 2T21, com crescimento de 110,6% sobre o mesmo período do ano anterior. Esse aumento está relacionado com a migração de 18 lojas da Bandeira Bretas de Varejo para Atacado, tirando esse efeito, nas vendas mesmas lojas o aumento foi de 5,9%, desempenho bem positivo, com lojas reformadas e remodeladas, mais sortimento de produtos e com boas ofertas para os clientes.

O **Lucro Bruto** no 2T21 foi de R\$ 441 milhões comparativamente a R\$ 475 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 34 milhões. No mesmo período, margem bruta foi de 21,7% contra 23,3% no 2T20. Essa redução é atribuída principalmente ao esforço feito para sustentar as vendas em cenário competitivo e econômico complexo.

As **Despesas com Vendas** no 2T21 foram de R\$ 260 milhões comparativamente a R\$ 245 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 15 milhões em razão de maiores gastos em propaganda e marketing para sustentar vendas. Como percentual da receita, No 2T21 as despesas com vendas representaram 12,8% contra 12,0% no 2T20.

As **Despesas Gerais e Administrativas** no 2T21 foram de R\$ 55 milhões comparativamente a R\$ 65 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 10 milhões decorrente da forte gestão de gastos e busca continua por eficiência nos processos. As despesas representaram uma melhora com percentual da receita atingindo 2,7% da receita líquida contra 3,2% no 2T20.

As **Outras (despesas) receitas**, líquidas no 2T21 foi de R\$ 11 milhões comparativamente a R\$ 6 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 5 milhões. Esse aumento decorre de melhorias na atividade de cartões de créditos com menores provisões de perdas pela redução na inadimplência.

O **Ebitda** atingiu R\$ 136 milhões 2T21 contra R\$ 167 milhões no 2T20. A **margem Ebitda** foi de 6,7% contra 8,2% no mesmo período do ano anterior. A desaceleração deveu-se principalmente pela redução no lucro bruto e aumento de gastos com propaganda e marketing para sustentar as vendas, parcialmente compensado pela boa gestão nas outras despesas.

O **Resultado Financeiro, líquido** no 2T21 foi de R\$ 52 milhões, o que representou um aumento de apenas R\$ 2 milhões sobre o mesmo período do ano anterior. Esse aumento foi decorrente do aumento da SELIC que impacta a antecipação de recebíveis de cartões de crédito.

O **Lucro líquido** no 2T21 foi de R\$ 39 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$ 30 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de 229,4% e a margem líquida foi de 1,9% no 2T21 contra -1,5% no 2T20. Tal melhora está relacionada com a revisão de vidas úteis de ativos permanentes que impactou em redução da despesa de depreciação em 2021 em R\$ 40,7 milhões, o reconhecimento de créditos de imposto de renda diferido ativo decorrente de amortização de ágio no montante de R\$ 18 milhões além da redução em despesas.

Por último mas não menos importante, a companhia continua com seu foco na gestão do capital do giro, otimizando cada vez seu ciclo de caixa, afim de suportar a expansão de nosso negócio, bem como com aumento do nível de investimentos, principalmente quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Expansão no Digital

Seguindo nosso projeto da expansão no Digital, ampliamos no primeiro semestre para 32 lojas com serviço de vendas on-line, via nosso e-Grocery, assim como as parcerias junto a Cornershop, em 43 lojas, e Rappi, em 45 lojas. A seguir destacamos demais iniciativas no período:

- Atingimos mais de 3 milhões de downloads em nossos Apps, ampliando o nível de vendas identificadas para 49% em menos de um ano;
- Lançamento em maio do Clube Prezunic, ampliando a fidelização e engajamento de nossos clientes através de benefícios exclusivos;
- Spid35 criado em março, apresenta desempenho em linha com o planejado. Os planos de expansão incluem lojas no modelo dark store e gray store (físico e on-line) no Rio de Janeiro e, também, para outras cidades onde a Cencosud já atua.
- Lojas Bretas Rondon Pacheco (MG) e Laranjeiras (GO) contam agora com o novo serviço de “Compre e Retire”, que consiste em realizar a compra online e retirá-la na loja. Esta é a primeira operação e queremos expandir este formato para todas as lojas.

Plano de Crescimento Acelerado

O plano de crescimento do nosso negócio segue acelerado e já se beneficia do programa de investimento anunciado ao final do ano. Dessa forma, destacamos as principais evoluções no ano:

- 9 lojas (3 GBarbosa e 6 Prezunic) já estão passando pelo processo de reforma e modernização, onde nossa meta é atingir 100% até 2023.
- Conversão das lojas Bretas para o formato Atacado, totalizando 26 lojas migradas nos estados de Minas Gerais (14 lojas) e Goiás (12 lojas), sendo 18 realizadas somente no segundo trimestre;

Principais Destaques das nossas marcas

Com o objeto de fidelizar nossos clientes e oferecer cada vez mais opções de produtos, a Cencosud está ampliando o porftólio de marcas próprias:

- **Prezunic:** ampliação nas categorias de bebidas e hortifrúti, passando a contar com 185 produtos, além do relançamento da marca, que passou por reformulação de embalagens, produtos e posicionamento.
- **GBarbosa:** lançamento de 100 produtos nas categorias de mercearia, bebidas, hipel e perecíveis. O plano prevê a chegada de 200 novos produtos até o final do ano.
- **Bretas:** lançamento de 35 sku's, com mais 32 sku's em fase final de testes e desenvolvimento de embalagens.

A importância do Meio Ambiente, Social, e Governança

A Cencosud cada vez mais tem buscado avançar em sua política de Sustentabilidade através das constantes iniciativas no que refere ao meio ambiente, social e governança. Segue abaixo os principais destaques:

- **Gestão quebra de mercadorias:** economia de R\$ 8 milhões e **Logística de reversa** com venda 5.352 ton. de papelão reciclável
- **Sacolas Recicláveis:** 442 mil sacolas vendidas
- **Energia Renovável:** 97.158 MWh comprada no Mercado livre
- **Lâmpadas LED:** já atingimos 37% na instalação em diversas lojas
- **Display nos Refrigerados:** 93% Plugins e 43% das portas com fechamento de vidro
- **Projeto de Vida:** Conteúdo sobre longevidade nas redes sociais com 626 mil de visualizações ao final de junho
- **Doação de Alimentos:** R\$ 54 mil doados no 1S21 pelo troco solidário
- **Contratação de PcDs:** Cota legal cumprida em todo Brasil com 1.109 empregados
- **Contratação 50+:** aumento em 16% número de empregados
Contratação Jovem Aprendiz: 538 jovens ao final de junho

Conciliação do EBITDA com o Lucro Líquido

<i>(Em milhões de reais)</i>	Consolidado		Consolidado	
	2T21	2T20	1S 2021	1S 2020
EBITDA	136	168	276	267
Margem EBITDA	6,7%	8,3%	6,9%	6,7%
<i>(Em milhões de reais)</i>	Consolidado		Consolidado	
	2T21	2T20	1S 2021	1S 2020
Resultado líquido do exercício	39	(30)	8	(70)
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	4	(32)	(36)	(37)
(+) Resultado financeiro, líquido	(52)	(50)	(94)	(91)
(+) Depreciação e amortização	(49)	(115)	(138)	(208)
EBITDA	136	168	276	267
Receita operacional líquida	2.032	2.034	4.024	3.980
Margem EBITDA	6,7%	8,3%	6,9%	6,7%

Evolutivo da Representatividade de Venda Líquidas por Segmento

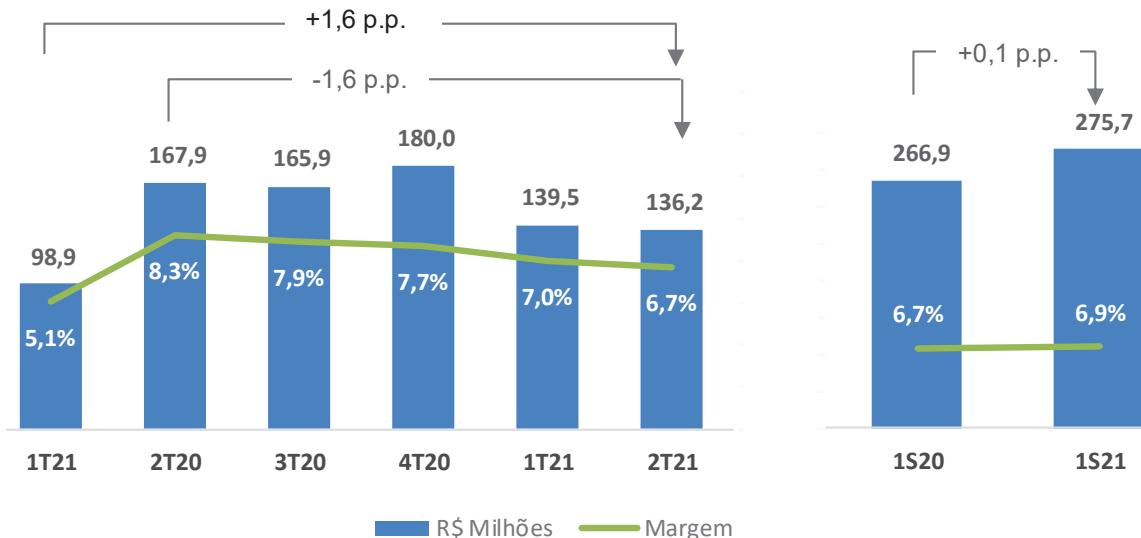
Receita Líquida (R\$ milhões)	1T21		2T21		1S21	
	Vendas Totais	% Total Lojas	Vendas Totais	% Total Lojas	Vendas Totais	% Total Lojas
Varejo	1.849	92,8%	1.705	83,9%	3.517	87,4%
Atacado	143	7,2%	327	16,1%	507	12,6%
Total	1.992	100,0%	2.032	100,0%	4.024	100,0%

Desempenho de Vendas Consolidado e por Formato

Receita Líquida (R\$ milhões)	2T21 / 2T20 %			1S21 / 1S20 %		
	Vendas Totais	% Total Lojas	% Mesmas Lojas (1)	Vendas Totais	% Total Lojas	% Mesmas Lojas (1)
Varejo	1.705	-9,2%	-2,1%	3.517	-4,5%	0,6%
Atacado	327	110,6%	5,9%	507	69,8%	3,1%
Consolidado	2.032	-0,1%	-0,9%	4.024	1,1%	0,9%

(1) Para o cálculo do crescimento mesmas lojas, foi considerado venda das lojas migradas para Atacado, ajustando também em 2020 para efeito de comparabilidade.

Evolução da rentabilidade – EBITDA



Outras Receitas e Despesas Operacionais

(R\$ milhões)	Consolidado			Consolidado		
	2T21	2T20	Δ %	1S21	1S20	Δ %
Apropriação de Receita Diferida	1	1	0,0%	3	3	0,0%
Resultado de Acordo Operacional	6	3	80,4%	14	6	121,1%
Variação Cambial	3	(1)	-397,4%	0	(6)	-102,1%
Outras Receitas, Líquidas	1	2	-55,4%	5	(1)	-787,7%
Total	11	6	82,9%	22	2	1083,0%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido no 2T21 foi negativo em R\$ 52 milhões, com uma redução de R\$ 2 milhões sobre o mesmo período do ano anterior. Com percentual da receita líquida representou 2,5% (2,4% no 2T20).

(R\$ milhões)	Consolidado					
	2T21	2T20	Δ %	1S21	1S20	Δ %
Receitas financeiras						
Receitas financeiras de depósitos bancários de curto prazo	1	1	44,2%	2	2	33,1%
Outras receitas financeiras	0	-	0,0%	0	0	200,0%
Receitas financeiras	1	1	44,4%	2	2	33,2%
Despesas financeiras						
Despesas com juros de financiamentos	(10)	(5)	102,1%	(19)	(11)	77,7%
Despesas com juros e atualização monetária	(1)	(1)	-48,2%	(1)	(5)	-75,6%
Ajuste a valor presente	(15)	(12)	23,6%	(25)	(32)	-20,7%
Passivos de arrendamento	(28)	(33)	-15,5%	(51)	(44)	15,6%
Outras despesas financeiras	(0)	(0)	-86,8%	(0)	(1)	-75,5%
Despesas financeiras	(53)	(51)	3,6%	(97)	(93)	4,2%
Despesas financeiras, líquidas	(52)	(50)	2,8%	(94)	(91)	3,6%

Dívida Líquida

Desde 2019 não temos empréstimos e financiamentos e há boa gestão de caixa de forma que não se fez necessário contratar novos empréstimos.

Investimentos

(R\$ milhões)	Consolidado					
	2T21	2T20	Δ %	1S21	1S20	Δ %
Reformas e Conversões	15,5	5,9	161,0%	21,3	14,9	43,7%
Manutenções	5,5	2,0	174,8%	18,0	4,3	317,6%
Sistemas e Outros	4,3	0,5	774,3%	6,1	0,9	562,4%
Total Investimentos	25	8	199,8%	45	20	126,2%

No 2T21, os investimentos totalizaram R\$ 25 milhões, 199,8% superior ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, o montante atingiu R\$ 45 milhões, sendo direcionados principalmente para reformas e conversões de lojas.

Movimentação de Lojas por Segmento

	31.12.2020	31.03.2021	30.06.2021					
	N. Lojas	N. Lojas	Abertas	Abertas p/ Conversão	Fechadas	Fechadas p/ Conversão	N. Lojas	Área de vendas m² (mil)
Varejo	332	324			-1	-18	305	433
Atacado	8	16		18			34	109
Consolidado	340	340	0	18	-1	-18	339	542

Demonstração de Resultado do Exercício
2T e 1º Semestre de 2021

(R\$ milhões)	Consolidado					
	2T21	2T20	Δ %	1S21	1S20	Δ %
Receita Bruta	2.277	2.292	-0,6%	4.499	4.467	0,7%
Receita Líquida	2.032	2.034	-0,1%	4.024	3.980	1,1%
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.591)	(1.558)	2,1%	(3.147)	(3.049)	3,2%
Lucro Bruto	441	475	-7,1%	878	931	-5,8%
% Margem Bruta	21,7%	23,4%	-1,6 p.p.	21,8%	23,4%	-1,6 p.p.
Desp. com Venda	(258)	(248)	3,9%	(520)	(503)	3,5%
% da Receita Líquida	-12,7%	-12,2%	-0,5 p.p.	-12,9%	-12,6%	-0,3 p.p.
Desp. Gerais e Adm.	(59)	(65)	-10,5%	(104)	(164)	-36,8%
% da Receita Líquida	-2,9%	-3,2%	0,3 p.p.	-2,6%	-4,1%	1,5 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	11	6	82,9%	22	2	1083,0%
Depreciação e Amortização	(49)	(115)	-57,2%	(138)	(208)	-33,7%
EBIT - Lucro Op. antes do Result. Financeiro e impostos	87	52	65,7%	138	59	133,4%
Despesas Financeiras líquidas	(52)	(50)	2,8%	(94)	(91)	3,6%
Resultado Financeiro Líquido	(52)	(50)	2,8%	(94)	(91)	3,6%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	35	2	1603,1%	43	(32)	235,1%
Imposto de Renda	4	(32)	113,0%	(36)	(37)	4,4%
Lucro Líquido Companhia	39	(30)	229,4%	8	(70)	110,9%
% Margem Líquida	1,9%	-1,5%	3,4 p.p.	0,2%	-1,7%	1,9 p.p.
EBITDA (1)	136	168	-18,9%	276	267	3,3%
% Margem EBITDA	6,7%	8,3%	-1,6 p.p.	6,9%	6,7%	0,1 p.p.

(1) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

Balanço Patrimonial

Ativo

(R\$ milhões)	Consolidado		
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2020
Ativo Circulante	1.616	1.827	1.520
Caixa e equivalente de caixa	410	561	411
Contas a receber	20	136	80
Estoques	869	871	810
Tributos a recuperar	247	200	173
Adiantamentos a Fornecedores	2	1	1
Outros ativos	68	57	45
Ativo Não Circulante	4.117	4.557	4.642
Tributos a recuperar	480	505	420
Depósitos judiciais	58	52	52
Imposto de renda e contribuição social diferidos	598	633	583
Ativo Indenizável	49	36	34
Imobilizado	703	1.075	1.779
Ativos de Direito de uso	696	716	617
Intangível	1.533	1.539	1.158
Total do Ativo	5.733	6.384	6.162

Passivo

(R\$ milhões)	Consolidado		
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2020
Passivo Circulante	1.946	2.217	1.761
Fornecedores	1.456	1.675	1.264
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Tributos a recolher	62	72	83
Parcelamento de tributos	10	12	11
Provisão de férias e encargos	94	69	93
Partes relacionadas	1	0	0
Participação dos empregados nos lucros	20	71	18
Receitas diferidas	6	6	6
Passivos de arrendamento	176	186	164
Credores por aquisição de controladas	30	29	37
Outros passivos	90	97	83
Passivo Não Circulante	1.043	1.059	1.005
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Parcelamentos de tributos	23	28	31
Receitas diferidas	128	131	134
Provisões para contigências	126	107	102
Passivos de arrendamento	751	778	723
Credores por aquisição de controladas	15	14	14
Perdas em investimentos	-	-	-
Patrimônio Líquido	2.743	3.108	3.396
Capital social	2.717	6.801	7.069
Ajuste de avaliação patrimonial	(10)	(10)	(10)
Prejuizos acumulados	36	(3.683)	(3.663)
Total do Passivo	5.733	6.384	6.162

Fluxo de Caixa – Consolidado

<i>(R\$ milhões)</i>	Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	43	(32)
Ajuste		
Depreciação e amortização	63	132
Amortização direito de uso	78	78
Amortização de receita diferida	(3)	(3)
Cisão	-	-
Contingências, perda na realização de ativos, e outras	18	25
Perda na baixa de ativos reconhecida no resultado	2	11
Juros e variações monetárias	-	-
Juros sobre arrendamentos	51	44
Ajuste a valor presente	(2)	1
	251	254
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	116	(5)
Estoques	3	73
Tributos a recuperar	(21)	5
Outros ativos	(31)	48
Fornecedores e partes relacionadas	(215)	(206)
Tributos a recolher	(16)	14
Provisão de férias e encargos	26	22
Participação dos empregados nos lucros	(50)	(30)
Provisão para contingências	(2)	(8)
Arrendamento	(5)	(12)
Outros passivos	(8)	(1)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	47	153
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	47	153
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(54)	(20)
Adições ao intangível	(3)	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(57)	(20)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de Arrendamentos	(140)	(131)
Aumento de capital	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(140)	(131)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(151)	2
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	561	409
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	410	411
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(151)	2

Evolutivo da Segregação das Vendas por Segmento

(R\$ milhões)	Segmentação de Vendas Brutas por Negócio									
	2T21	%	2T20	%	Δ %	1S21	%	1S20	%	Δ %
Varejo	1.910	83,9%	2.113	92,2%	-9,6%	3.934	87,4%	4.126	92,4%	-4,7%
Atacado	368	16,1%	178	7,8%	106,5%	566	12,6%	341	7,6%	65,7%
Consolidado	2.277	100,0%	2.292	100,0%	-0,6%	4.499	100,0%	4.467	100,0%	0,7%

(R\$ milhões)	Segmentação de Vendas Líquidas por Negócio									
	2T21	%	2T20	%	Δ %	1S21	%	1S20	%	Δ %
Varejo	1.705	83,9%	1.878	92,4%	-9,2%	3.517	87,4%	3.682	92,5%	-4,5%
Atacado	327	16,1%	155	7,6%	110,6%	507	12,6%	299	7,5%	69,8%
Consolidado	2.032	100,0%	2.034	100,0%	-0,1%	4.024	100,0%	3.980	100,0%	1,1%

Composição das Vendas (% sobre Vendas Líquidas)

(% sobre Vendas Líquidas)	Consolidado			
	2T21	2T20	1S21	1S20
Á Vista	45,6%	47,7%	46,1%	46,8%
Cartão de Crédito	44,7%	43,5%	44,3%	43,7%
Ticket Alimentação / Voucher	9,7%	8,8%	9,6%	9,5%

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cencosud Comercial Brasil S.A. e suas controladas ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para os períodos de três e de seis meses findos nesta data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

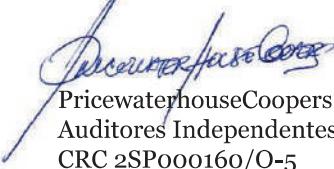
Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Salvador, 27 de agosto de 2021



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Vinícius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

Índice

Informações contábeis intermediárias

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias	
1 Contexto operacional	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	11
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	12
4 Gestão de risco financeiro	12
5 Instrumentos financeiros por categoria	17
6 Caixa e equivalentes de caixa	19
7 Contas a receber	19
8 Estoques	21
9 Tributos a recuperar	21
10 Outros ativos	27
11 Investimento em subsidiárias	27
12 Imobilizado	29
13 Arrendamentos	30
14 Intangível	35
15 Fornecedores	36
16 Tributos a recolher	37
17 Provisões para contingências	37
18 Imposto de renda e contribuição social diferidos	41
19 Receitas diferidas	42
20 Participação dos empregados nos lucros – Consolidado	43
21 Credores pela aquisição de controladas e ativos	43
22 Patrimônio líquido	44
23 Receitas	44
24 Custos e despesas por natureza	45

25	Salários e benefícios	46
26	Outras (despesas) receitas, líquidas	46
27	Resultado financeiro, líquido	47
28	Despesa de imposto de renda e contribuição social	48
29	Informação por segmento	48
30	Transações com partes relacionadas	51
31	Resultado por ações	53
32	Cobertura de seguros	54
33	Ativos dados em garantia	54
34	Compromissos	54
35	Eventos Subsequentes	55

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Balanço patrimonial Em milhares de reais

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operações continuadas

	Controladora			
	Trimestre findo		Semestre findo	
	01/04/2021	01/04/2020	01/01/2021	01/01/2020
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receita líquida de vendas				
(Nota 23)	1.851.627	1.852.932	3.672.049	3.627.983
Custo dos produtos e mercadorias vendidas				
(Nota 24)	(1.438.217)	(1.408.013)	(2.861.185)	(2.756.001)
Lucro bruto	<u>413.410</u>	<u>444.919</u>	<u>810.864</u>	<u>871.982</u>
 Despesas com vendas				
(Nota 24)	(237.016)	(226.143)	(478.556)	(458.434)
Despesas gerais e administrativas				
(Nota 24)	(100.173)	(167.470)	(225.167)	(345.946)
Equivalência Patrimonial				
(Nota 11)	(4.519)	(9.144)	5.063	(17.858)
Outras receitas , líquidas				
(Nota 26)	10.886	6.213	20.763	2.190
 Lucro operacional	<u>82.588</u>	<u>48.375</u>	<u>132.967</u>	<u>51.934</u>
 Resultado Financeiro, líquido				
(Nota 27)	(48.252)	(46.239)	(92.696)	(84.592)
 Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>34.336</u>	<u>2.136</u>	<u>40.271</u>	<u>(32.658)</u>
 Imposto de renda e contribuição social diferido				
(Nota 28)	4.936	(32.477)	(32.698)	(36.871)
 Lucro (prejuízo) do período	<u>39.272</u>	<u>(30.341)</u>	<u>7.573</u>	<u>(69.528)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	Trimestre findo		Semestre findo		
	01/04/2021	01/04/2020	01/01/2021	01/01/2020	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	
Operações continuadas					
Receita líquida de vendas	(Nota 23)	2.031.953	2.033.598	4.024.236	3.980.478
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(Nota 24)	(1.590.634)	(1.558.456)	(3.146.729)	(3.049.096)
Lucro bruto		441.319	475.142	877.507	931.382
Despesas com vendas	(Nota 24)	(257.519)	(247.839)	(520.330)	(502.511)
Despesas gerais e administrativas	(Nota 24)	(107.936)	(180.982)	(241.483)	(372.067)
Outras receitas , líquidas	(Nota 26)	10.934	6.057	22.069	2.227
Lucro operacional		86.798	52.378	137.763	59.031
Resultado Financeiro, líquido	(Nota 27)	(51.747)	(50.320)	(94.405)	(91.130)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		35.051	2.058	43.358	(32.099)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(Nota 28)	4.220	(32.399)	(35.785)	(37.430)
Lucro (prejuízo) do período		39.272	(30.341)	7.573	(69.528)
Básico e diluído por ações (2020 - quotas) - R\$					
(Nota 31)		0,014	(0,004)	0,003	(0,010)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado abrangente
Períodos de três e seis meses findos em
Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado			
	Trimestre findo		Semestre findo	
	01/04/2021	01/04/2020	01/01/2021	01/01/2020
Lucro/Prejuízo do período	a	a	a	a
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Lucro/Prejuízo do período	39.272	(30.341)	7.573	(69.528)
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente do período	39.272	(30.341)	7.573	(69.528)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	7.068.634	(9.667)	(3.747.751)	3.311.216
Resultado abrangente do período				
Ajustes de exercícios anteriores				
Prejuízo do período			3.228 (69.528)	3.228 (69.528)
Em 30 de junho de 2020	7.068.634	(9.667)	(3.814.052)	3.244.915
Em 1º de janeiro de 2021	6.801.464	(9.667)	(3.683.142)	3.108.655
Resultado abrangente do período				
Lucro do período			7.573 (2.732)	7.573 (2.732)
Custos de Ações Próprias				
Cisão de Ativos (Nota 22)			3.714.235	3.714.235
Redução de Capital (Nota 22)				
Em 30 de junho de 2021	2.717.229	(9.667)	35.934	2.743.496

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	40.271	(32.658)	43.358	(32.099)
Ajuste				
Participação nos resultados de controladas	(Nota 11)	(5.062)	17.412	
Depreciação e amortização	(Nota 12 e 14)	57.690	119.624	63.424
Amortização direito de uso	(Nota 13)	73.248	74.185	77.979
Amortização de receita diferida	(Nota 27)	(3.123)	(3.375)	(3.123)
Contingências, perda na realização de ativos, e outras	(Nota 17)	17.427	34.951	18.097
Perda na baixa de ativos reconhecida no resultado	(Nota 12)	1.128	8.465	1.685
Juros sobre arrendamentos		48.373	40.626	51.323
Ajuste a valor presente	(1.784)	1.223	(1.976)	547
	228.168	260.455	250.767	254.466
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber	110.585	(8.149)	115.835	(5.220)
Estoques	1.561	81.872	2.852	73.143
Tributos a recuperar	985	5.846	(21.244)	4.937
Outros ativos	(35.513)	38.752	(30.561)	47.950
Fornecedores e partes relacionadas	(223.509)	(188.479)	(214.593)	(206.117)
Tributos a recolher	(15.418)	13.286	(15.657)	13.739
Provisão de férias e encargos	24.168	20.483	25.502	21.527
Participação dos empregados nos lucros	(47.258)	(28.337)	(50.334)	(30.336)
Provisão para contingências	(1.272)	(34.461)	(2.131)	(8.382)
Arrendamento – Reajuste Contratos	(3.728)	(11.480)	(5.475)	(11.761)
Outros passivos	(9.826)	3.902	(8.367)	(1.086)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	28.943	153.690	46.595	152.860
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado	(Nota 12)	(50.757)	(18.040)	(53.999)
Adições ao intangível	(Nota 14)	(2.481)	(467)	(2.991)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(53.238)	(18.507)	(56.989)	(20.429)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos concedidos a controladas				
Recebimentos	(Nota 30)	213.533	293.490	
Empréstimos concedidos a controladas	(Nota 30)	(205.146)	(299.523)	
Pagamentos de Arrendamentos		(132.077)	(123.118)	
			(140.371)	(130.664)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(123.690)	(129.151)	(140.371)	(130.664)
Aumento (redução líquida) de caixa e equivalentes de caixa	(147.985)	6.032	(150.766)	1.767
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	555.440	401.620	561.169	408.790
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	407.455	407.652	410.403	410.557
Aumento (redução líquida) de caixa e equivalentes de caixa	(147.985)	6.032	(150.766)	1.767

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
Demonstração do valor adicionado
Período de seis meses findo em
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado
	Notas	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2020
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços	Nota (23)	4.108.320	4.061.521	4.499.142
Outras receitas		91.990	81.319	88.962
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)		(421)	657	(486)
		4.199.889	4.143.497	4.587.618
				4.548.404
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados		(2.885.632)	(2.778.183)	(3.170.321)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(355.513)	(340.870)	(380.999)
		(3.241.145)	(3.119.053)	(3.551.320)
				(3.438.619)
Valor adicionado bruto		958.744	1.024.444	1.036.298
Depreciação, amortização, exaustão e <i>impairment</i>	Nota (24)	(127.282)	(191.541)	(137.923)
				(207.891)
Valor adicionado líquido produzido		831.462	832.903	898.375
				901.894
Valor adicionado recebido em transferência				
Participação nos lucros de controladas	(Nota 11)	5.063	(17.858)	
Receitas financeiras	(Nota 27)	2.434	1.823	2.437
				1.829
Valor adicionado total a distribuir		838.959	816.868	900.812
				903.723
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta		(264.834)	(277.340)	(283.884)
Benefícios		(19.092)	(75.991)	(20.696)
F.G.T.S		(23.597)	(22.901)	(25.328)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais		(188.142)	(197.248)	(189.126)
Estaduais		(257.970)	(248.699)	(297.620)
Municipais		(659)	(675)	(698)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e Aluguéis		(77.092)	(63.543)	(75.887)
Remuneração de capital próprio				
Lucros retidos/prejuízo do período		(7.573)	69.528	(7.573)
				69.528
Valor adicionado distribuído		(838.959)	(816.868)	(900.812)
				(903.723)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

Cencosud Brasil Comercial S.A. (“a Companhia”), diretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Mercantil Rodrigues” e “Perini”), atua no comércio varejista e atacadista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos, comércio virtual (delivery) e outros produtos que completam o portfólio por meio de sua cadeia de lojas de hipermercados, supermercados, atacado de auto serviços, lojas de eletro “eletroshow”, farmácias, postos de combustíveis, delicatessen e cafés.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada em São Paulo/SP, que opera as bandeiras “G Barbosa”, “Bretas” e “Prezunic”. A Companhia também detém a totalidade das ações de participação societária nas Empresas Mercantil Rodrigues Comercial Ltda. e Perini Comercial Ltda., que operam respectivamente as bandeiras “Mercantil Rodrigues” e “Perini”. A Companhia, em conjunto com suas controladas, é aqui definida como “Grupo”.

A controladora final da Companhia é a Cencosud Internacional, Companhia chilena listada na Bolsa de Valores de Santiago, no Chile.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 200.195 (2020 – R\$ 284.672) e no consolidado R\$ 330.399 (2020 – R\$ 390.079). Durante o exercício de 2020, a capacidade de geração de caixa operacional da Companhia melhorou de maneira substancial em consequência dos melhores resultados apurados, com melhoria na geração de caixa operacional de 97% (83% consolidado) com relação ao exercício anterior. No exercício corrente a companhia continua apresentando caixa operacional positivo (R\$46.595 consolidado) o que demonstra importante sinal de melhoria operacional e de geração de caixa da Companhia.

Em 2021 a Administração avaliou esta situação, dentre outras, e concluiu que não existem dúvidas substanciais sobre a continuidade operacional da Companhia tendo em vista a robusta estrutura do grupo empresarial e a melhoria recorrente dos resultados.

Importante destacar a melhoria consistente dos resultados da Companhia onde a mesma gerou lucro contábil no semestre vigente em R\$7.573 e no trimestre de R\$39.272, melhoria substancial frente aos mesmos períodos do exercício anterior.

A Companhia possui planejamento estratégico para manutenção de seu crescimento e resultados, dentre eles:

- Projeto de expansão digital:
 - Ampliação do serviço de vendas online da Companhia (aplicativo de todas as bandeiras, parcerias com a Connershop e Rappi);
 - Lançamento de bandeira SPID 35, para atendimento exclusivo online com entrega rápida;
 - Implementação da modalidade de “Compre e Retira”;
- Projeto de crescimento acelerado da Companhia:
 - Conversão de lojas da Bandeira Bretas para o formato de Atacado;
 - Reformas e modernização das lojas;
 - Projeto de expansão da operação de EletroShow;

Em 27 de janeiro de 2021, concluiu-se o processo de conversão da Companhia de uma sociedade limitada para uma sociedade anônima. Desta forma, diferentemente da sociedade limitada, que tem seu capital social formado por quotas e como ato constitutivo o Contrato Social, a Companhia, agora como sociedade anônima, passa a ter seu capital social formado por ações e como ato constitutivo o Estatuto Social. Em decorrência desse

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

processo de conversão as quotas da Companhia foram convertidas para ações ordinárias na proporção de uma quota por uma ação ordinária, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2021, foi efetivada Cisão parcial de ativos relativos a terrenos e lojas próprias da Companhia no montante de R\$ 370.000 a empresa Cencosud Brasil Imobiliária Ltda , para maiores detalhes vide a Nota 2.2 Cisão de ativos.

Em 15 de junho de 2021, foi efetivada redução de capital em contrapartida a prejuízos acumulados no montante de R\$ 3.714.235, vide Nota 22.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria em 27 de Agosto de 2021.

1.1 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

(a) Impactos Covid-19

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas informações contábeis intermediárias, dentre as quais destacamos a criação de um comitê de crise que toma decisões considerando as recomendações dos órgãos competentes.

Percebemos durante o exercício de 2020 o crescimento de vendas, além da melhora na margem comercial e redução das despesas operacionais, as vendas de supermercados foram bem maiores que o normal, em decorrência da essencialidade da atividade e do aumento da procura por alimentos e produtos de higiene nesse período de isolamento social, as despesas operacionais apresentaram redução devido a iniciativas de diminuição das manutenções e serviços não essenciais e a necessidade de aprovação pelo comitê de gastos de despesas acima de R\$ 5 mil, resultando em redução em despesas de marketing, Manutenção, TI, e serviços de terceiros em geral.

Durante o exercício 2021 a Companhia manteve todas as medidas de proteção adotadas para mitigar os riscos de transmissão do vírus, com relação as variáveis econômicas, os principais temas avaliados foram:

(b) Riscos de Liquidez/Geração de Caixa

Inicialmente é importante ressaltar que em 2019, pós IPO no Chile, o Grupo Cencosud, decidiu liquidar 100% dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuía no Brasil, dessa forma, iniciamos e continuaremos sem empréstimos e financiamentos no Brasil durante os exercícios de 2020 e 2021.

Como a Companhia não possui empréstimos e financiamentos no Brasil, não houve impactos significativos em caixa nos meses da pandemia, tendo em vista o volume de vendas e EBITDA superior ao orçamento de 2020, além das medidas preventivas adotadas como precaução para preservar a liquidez/geração de caixa, adicionalmente, todos os limites de crédito “pré COVID-19” da Cencosud Brasil, junto às instituições financeiras, se encontram disponíveis e ativos para utilização.

Para 2021 a geração de caixa operacional da Companhia continua positiva em R\$ 46.595 no consolidado (2020 R\$ 152.860), demonstrando que a mesma mantém boa performance e caixa preservado durante todo o período da pandemia 2020 / 2021.

Continuidade Operacional

A Administração tem avaliado as implicações do Covid-19 no cenário mundial e as medidas até o presente momento adotadas no intuito de controlá-lo e não visualiza no contexto atual qualquer risco de prejuízos a 11 de 55

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

continuidade operacional da entidade, uma vez que a Cencosud fornece produtos essenciais à população, mantém a maioria das suas lojas em funcionamento durante o período da pandemia, garantindo aos clientes a qualidade e variedade de produtos, e demonstra em seus resultados de 2021 que vem conseguindo manter o crescimento apesar de todo contexto socioeconômico.

(c) Impairment de ativos

A Administração não visualiza, até a presente data, impacto significativo na atividade econômica da Companhia, que resulte em redução relevante de receitas ou aumento de custos operacionais, muito pelo contrário, identificamos durante o exercício de 2020 aumento de receita mesmo com algumas lojas fechadas e aumento do EBITDA e melhora na geração de caixa, durante o exercício 2021 a Companhia está auferindo lucro operacional bem como geração de caixa operacional positiva, razão pela qual entende não haver necessidade de realizar um novo teste para identificação de eventuais perdas no valor recuperável dos seus ativos antes da data normal regular e anual, a ser realizada ao final do ano, inclusive em teste de impairment efetuado para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020 não apresentou a necessidade de constituição de impairment dos ativos.

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo IASB – International Accounting Standards Board e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais – ITR.

Práticas e políticas contábeis

As políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Por isso, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias destas informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

Mudanças nas estimativas contábeis e divulgações

O CPC 23 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma estimativa contábil necessita ser revisada. O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração de demonstrações financeiras e não reduz sua confiabilidade.

O Grupo é responsável por todas as estimativas e julgamentos significativos que afetam as informações financeiras e estas, devem ser baseadas nas últimas informações disponíveis e confiáveis. Essas estimativas devem ser revisadas se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que a estimativa se baseou ou em consequência de novas informações ou de maior experiência.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

O efeito de mudança na estimativa contábil que não seja uma mudança em ativos e passivos, ou relacionado a componente do patrimônio líquido, deve ser reconhecido prospectivamente. O reconhecimento prospectivo do efeito de mudança na estimativa contábil significa que a mudança é aplicada a transações, a outros eventos e a condições a partir da data da mudança na estimativa. A mudança em uma estimativa contábil pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros.

Em 30 de junho de 2021, o Grupo conduziu a revisão das estimativas contábeis relacionadas ao valor residual e a vida útil de seus ativos. O CPC 27 – Ativo imobilizado, prevê que essa revisão seja feita pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, destacado acima.

• Vida útil de ativos imobilizado

O Grupo reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil estimada para utilização de cada bem. A avaliação é feita pela administração e considera a forma de utilização desses ativos nas operações do Grupo.

A vida útil refere-se à expectativa do prazo de geração de benefícios econômicos para a entidade que detém o controle, riscos e benefícios do ativo e, por esse motivo, fatores relacionados às condições físicas, funcionais e operacionais, as quais os bens estão submetidos, possuem influência direta na determinação dessas vidas úteis.

Dentre os fatores determinantes das vidas úteis, o Grupo implementou controles robustos de gestão dos ativos nos últimos anos, estruturado através de manutenções preventivas e periódicas dos bens. Os controles de gestão dos ativos implementados ocasionaram uma acentuada diminuição nos chamados para manutenções corretivas, demonstrando um melhor aproveitamento dos bens do imobilizado do Grupo e uma maior expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

O Grupo estimou que as novas vidas úteis de seus ativos imobilizado, são como segue:

	Anos
Instalações e equipamentos	2 - 15
Móveis e utensílios	3 - 12
Equipamentos para informática	4 - 8

Com base nos estudos efetuados, o Grupo revisitou os impactos de depreciação do período corrente e registrou a reversão de despesa com depreciação no montante de R\$ 15.262.

• Valor residual das benfeitorias em imóveis de terceiros

O Grupo entende como Benfeitorias, as obras realizadas em propriedade de terceiros, que aumente o seu valor, ou as obras realizadas em bens com a finalidade de conservação, melhoramento ou embelezamento. Essas benfeitorias podem ser (i) Necessárias, quando tem por finalidade conservar o bem; (ii) Úteis, quando aumentam ou facilitam o uso do bem; e (iii) Voluntárias, quando não aumentam ou facilitam o uso habitual do bem e são meramente de embelezamento.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com o CPC 06/IFRS 16, para determinar se os gastos relacionados às benfeitorias feitas pelo locador, por melhorias no arrendamento mercantil, representam um incentivo do arrendamento, uma entidade deve avaliar a natureza da melhoria e determinar se as mesmas representam um ativo do locatário ou um ativo do locador. Esse é um julgamento crítico da administração, que deve levar em consideração aspectos contratuais e de negociação dos arrendamentos.

No caso do Grupo, a administração exerceu seu julgamento e concluiu que, com base no histórico dos distratos ocorridos nos últimos anos e nas negociações firmadas, o Grupo tem obtido resarcimento pelos gastos com as benfeitorias realizadas, nas seguintes modalidades:

- (i) Ressarcimento em dinheiro ao final do contrato de aluguel/distrato;
- (ii) Ressarcimento mediante dedução em prestações mensais de aluguel remanescentes;
- (iii) Ressarcimento por isenções de eventuais multas nos casos de saída antecipada dos contratos de aluguéis;

O Grupo estimou que os percentuais de reembolso dos gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros, são como segue:

Lojas de Shopping	5%
Lojas Eletroshow	5%
Lojas de Rua	16%
Centros de distribuição	14%

Com base nos estudos efetuados, o Grupo revisitou os valores residuais de suas benfeitorias, baseado nos percentuais acima, e registrou a reversão de despesa com depreciação no período no montante de R\$ 25.475.

2.2 Cisão de ativos

Em 31 de março de 2021 a Cencosud Brasil Comercial S.A realizou a cisão parcial de ativos consistindo em 40 imóveis próprios da Companhia para a empresa Cencosud Brasil Imobiliária Ltda, com o objetivo de efetivar reorganização societária. A cisão foi realizada no montante de aproximadamente R\$ 370.000, efetuada mediante ato societário com a redução de capital no montante informado e aumento de capital na empresa Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., com ajustes no patrimônio líquido, os ativos cindidos são compostos da seguinte forma:

- 21 terrenos no montante de R\$ 141.585
- 18 lojas próprias com operação de varejo no montante de R\$ 206.258
- 1 galeria para sublocações no montante de R\$ 22.155

Os ativos em questão foram avaliados a valor contábil na data base de 31 de março de 2021, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada em 15 de abril de 2021.

Para essa operação os imóveis cindidos não resultaram em registro de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento por estarem abarcados em contratos 100% variáveis, com vencimento em 20 anos e renováveis de forma automática ao final do contrato, os quais conforme exposto nas normas contábeis aplicáveis, não são passíveis de contabilização à luz das referidas normas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o semestre findo em 31 de junho de 2021, não ocorreram mudanças nas estimativas e julgamentos

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, com exceção a mudança de estimativa de vida útil dos ativos detalhada na Nota 2.1

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A administração estabelece procedimentos de gestão de riscos de liquidez e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade das duas operações e o seu patrimônio.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e busca proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de liquidez	Fornecedores	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
Risco de Mercado - Cambio	Passivos em moeda estrangeira	Exposição cambial	Análise de contratação de Swap cambial
Risco de crédito	Contas a receber de administradoras cartão Caixa e equivalentes de caixa	Análise de vencimento Avaliação de crédito Acompanhamento do fluxo de caixa	Monitoramento dos limites de crédito Diversificação de instituições financeiras

(i) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, e a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e de câmbio e ao risco de crédito, e da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e algumas contas a receber.

São adotados procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas, protegendo a rentabilidade das suas operações e o seu patrimônio.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- . Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- . Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

- . O valor justo dos swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis.
- . O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não possui ativos e passivos mensurados a valor justo

(a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente pela administração, a fim de garantir liquidez e para o atendimento dos limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e financiamentos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais da Companhia.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e suas controladas é investido em depósitos bancários com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente e com risco insignificante de mudança de valor, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida pela Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2021				
Fornecedores	1.338.954			
Partes Relacionadas	475			
Credores por aquisição de controladas	<u>30.277</u>	<u>14.684</u>		
	<u>1.369.706</u>	<u>14.684</u>		
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2021				
Fornecedores	1.464.948			
Partes Relacionadas	475			
Credores por aquisição de controladas	<u>30.277</u>	<u>14.684</u>		
	<u>1.495.700</u>	<u>14.684</u>		

(b) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia e suas controladas importam produtos para revenda e estão expostas ao risco cambial decorrente da exposição a flutuações de cotações de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano e Euro. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do período.

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia e suas controladas administrem seus riscos cambiais em relação à sua moeda funcional. A administração julga que o nível de risco decorrente das operações de importação é baixo, visto que as operações realizadas são basicamente de importações para revenda e transações com partes relacionadas.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

O departamento de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas a prazo para clientes do varejo têm como principal meio de pagamento os cartões de crédito de melhor reputação no mercado, os quais não oferecem riscos relevantes de realização, uma vez que seus recebimentos são assegurados pelas respectivas administradoras.

Os adiantamentos a fornecedores são eventuais e efetuados somente a fornecedores selecionados por motivos específicos. A administração com base em operações históricas entende que não há risco de crédito com fornecedores.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do período.

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 30 de junho de 2021, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, análise de sensibilidade quanto à posição em aberto está demonstrada a seguir:

Impactos da variação no dólar/euro	Cenário Base	Cenário Baixa do Dolar / Euro		Cenário Alta do Dolar / Euro	
		25%	50%	25%	50%
Fornecedores (Euro)	4.316	(3.113)	(2.075)	5.188	6.225
Fornecedores (Dólar)	12.790	(9.224)	(6.149)	15.373	18.447
Fornecedores Total	17.106	(12.336)	(8.224)	20.560	24.672
Impacto no resultado	(650)	4.120	8.232	(4.104)	(8.216)

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50%.:

A Companhia considera como cenário-base, uma desvalorização do real em 4% sobre o dólar norte-americano e o Euro, considerando uma taxa de câmbio futura de R\$ 5,20 (Dólar) e R\$ 6,16 (Euro) para 30 de junho de 2021, baseada em referências de mercado com o impacto:

- R\$ (650) relativo as operações de compras junto a fornecedores estrangeiros.

4.2 Compensação de instrumentos Financeiros

Consolidado	Valor Bruto de passivos financeiros	Valor Bruto de ativos financeiros	Valor líquido de passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 30 de junho de 2021			
Contas a pagar	1.501.045	(45.306)	1.455.739
Contas a pagar ex-acionistas Bretas	79.289	(49.110)	30.179
	<u>1.580.334</u>	<u>(94.416)</u>	<u>1.485.918</u>
Consolidado	Valor Bruto de passivos financeiros	Valor Bruto de ativos financeiros	Valor líquido de passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020			
Contas a pagar	1.723.117	(47.747)	1.675.370
Contas a pagar ex-acionistas Bretas	75.839	(46.680)	29.158
	<u>1.798.956</u>	<u>(94.427)</u>	<u>1.704.528</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor bruto de ativos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros	Valor líquido de ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 30 de junho de 2021			
Contas a receber	20.641	(631)	20.010
	20.641	(631)	20.010
Em 31 de dezembro de 2020			
Contas a receber	138.114	(1.871)	136.242
	138.114	(1.871)	136.242

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer o retorno esperado aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para, por exemplo, reduzir, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a administração monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em virtude da quitação dos empréstimos, a Companhia não possui dívida líquida vigente em 30 de junho por consequência, não há índice de endividamento aplicável à Companhia.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado			
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	407.455	555.440	410.403	561.169
Contas a receber	12.075	123.053	20.010	136.242
Partes relacionadas	98.508	106.895		
Depósitos judiciais	48.325	43.266	57.528	51.771
	566.363	828.654	487.941	749.182
 Controladora				
 Passivos financeiros				
Fornecedores			1.330.393	1.558.539
Partes relacionadas			533	393
Credores por aquisição de controladas e ativos			44.807	43.587
	1.375.733		1.602.519	
 Consolidado				
 Passivos financeiros				
Fornecedores			1.455.739	1.675.370
Partes relacionadas			533	393
Credores por aquisição de controladas e ativos			44.807	43.587
	1.501.079		1.719.350	

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e bancos contas movimento	27.996	67.467	30.944	73.023
Aplicações de liquidez imediata (i)	379.459	487.974	379.459	488.146
	407.455	555.440	410.403	561.169

(i) As aplicações de liquidez imediata são mantidas para negociação diária e frequente, sendo substancialmente certificados de depósito bancário (“CDB”) e compromissos com remuneração média de 92% (2020 – 91%) do certificado de depósito interbancário (“CDI”).

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Cartões de crédito				
Próprio (Credi-Hiper) e Terceiros	(4.146)	104.755	1.535	116.649
Comissões	(498)	(1.683)	(631)	(1.872)
Duplicatas a receber (i)	4.902	4.017	4.900	2.965
Convênios (ii)	13.237	16.991	15.656	19.552
Total em aberto	13.495	124.080	21.460	137.295
Ajuste a valor presente	(887)	(853)	(914)	(876)
Provisão para impairment de contas a receber	(533)	(174)	(536)	(177)
	12.075	123.053	20.010	136.242

(i) Saldo concentrado na operação de aluguéis a receber de espaços das lojas a galerias terceirizadas;
(ii) Os convênios são compostos por recebíveis advindos das operadoras de tickets alimentação e refeição.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição das contas a receber por idade de vencimento

O valor e a natureza dos saldos a vencer e vencidos são apresentados como segue:

Composição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
A vencer	10.654	121.390	18.152	133.062
Vencidos até 30 dias	743	1.731	1.185	3.161
Vencidos entre 31 e 60 dias	167	18	172	12
Vencidos entre 61 e 90 dias	225	2	244	5
Vencidos a mais de 91 dias	1.706	939	1.707	951
Total em aberto	13.495	124.080	21.460	137.295

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia e suas controladas são mantidas em moeda nacional.

Saldo vencido referem-se a operação de locação de espaço em lojas e galerias terceirizadas. O saldo em questão sofreu aumento após o início da pandemia, porém todos os procedimentos de cobrança estão em andamento, em linha com a política de PDD da Companhia.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes do Grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	(174)	(207)	(177)	(212)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.466)	(4.856)	(1.522)	(4.906)
Valores não usados, estornados	1.106	4.889	1.163	4.941
	(533)	(174)	(536)	(177)

(b) Operações com cartões de crédito

As operações com cartões de crédito são realizadas para recebimento em até 30 dias na modalidade de crédito rotativo, podendo ser parceladas em até 12 meses. Os recebíveis classificados como cartão de crédito próprio e de terceiros estão representados por saldos a receber da administradora do Credi-Hiper (Banco Bradesco) e das outras administradoras de cartões, respectivamente.

Os créditos por vendas parceladas estão registrados inicialmente pelo seu valor justo, representado pelos valores de face das vendas, descontados pelas mesmas taxas praticadas nas operações de antecipação de recebíveis, taxas essas compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o resultado líquido da participação no Acordo Operacional do Credi-Hiper que foi transferido pelo Banco Bradesco S.A. à Companhia, líquido das perdas incorridas nas contas a receber, totalizou R\$ 14.158 (2020 - R\$ 6.609), reconhecido no resultado operacional consolidado e da controladora, na rubrica "Outras receitas, líquidas" (Nota 26).

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2021, as operações do Credi-Hiper representam 10,6% (2020 – 11,3%) do volume das vendas da Companhia.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Estoques de mercadorias para revenda localizados nas:				
Lojas	630.401	669.685	701.667	742.242
Centros de distribuição	<u>202.439</u>	<u>164.716</u>	<u>202.439</u>	<u>164.716</u>
	<u>832.840</u>	<u>834.401</u>	<u>904.106</u>	<u>906.958</u>
Provisão para perdas nos estoques	(28.097)	(31.065)	(30.010)	(33.578)
Ajustes a valor presente	<u>(4.664)</u>	<u>(1.845)</u>	<u>(5.018)</u>	<u>(1.994)</u>
	<u>800.079</u>	<u>801.491</u>	<u>869.078</u>	<u>871.386</u>

As movimentações na provisão para perdas nos estoques são as seguintes:

Provisão para perdas no estoque	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	(31.065)	(29.533)	(33.578)	(32.294)
Provisão para perda/obsolescência dos estoques	<u>(40.439)</u>	<u>(157.440)</u>	<u>(44.023)</u>	<u>(169.382)</u>
Estorno de provisão para perdas nos estoques	<u>43.406</u>	<u>155.908</u>	<u>47.591</u>	<u>168.098</u>
Em 31 de junho	<u>(28.097)</u>	<u>(31.065)</u>	<u>(30.010)</u>	<u>(33.578)</u>

9 Tributos a recuperar

A Companhia registra créditos tributários tão logo reúna entendimento jurídico, contábil, documental e factual sobre tais créditos, que permita seu reconhecimento. Essas análises incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado, iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas, iv) avaliação contábil sobre o tema e, uma vez reconhecidos v) estimativa de realização monetária dos créditos.

Ao se registrar créditos tributários, são observadas sua natureza e origem para que se possa registrar nas devidas rubricas de resultado, conforme abaixo demonstrado:

- Créditos oriundos de compras registrados como redutor de “custo das mercadorias vendidas”;
- Créditos oriundos de vendas, registrados como redutor de “deduções sobre vendas”;
- Demais créditos registrados como redutores das contas de resultado sobre as quais são calculados;
- Atualização monetária sobre créditos fiscais, registrados na rubrica de Resultado financeiro, líquido;

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As realizações desses tributos são avaliadas tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos. Periodicamente a Companhia atualiza os estudos de recuperabilidade e com base nos mesmos, se necessário, ajusta seus saldos de provisão para perda.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
PIS e COFINS (Nota 9.1)	336.274	339.827	361.315	346.507
ICMS e ICMS (ST) (Nota 9.2)	304.156	326.081	322.414	341.963
ICMS a recuperar ativo imobilizado (9.3)	13.645	12.529	15.009	14.005
Imposto de renda retido na fonte (9.4)	2.373	1.577	4.189	1.621
Outros	23.442	860	23.676	1.264
Total	679.890	680.875	726.603	705.360
Circulante	234.675	184.103	246.702	200.042
Não circulante	445.215	496.772	479.901	505.318

Movimentação da provisão para perda

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31.12.2020	30/06/2021	31.12.2020
Em 1º de janeiro		(250.975)		(250.975)
Provisão para perda de créditos				
Valores não usados, estornados		250.975		250.975
Período findo em				

9.1 PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são contribuições arrecadadas pelo Governo Federal, previstas na Constituição Federal nos artigos 195 e 239. Estas duas contribuições incidem sobre as receitas auferidas pelas empresas (pessoas jurídicas). No regime não cumulativo ao qual a Companhia está submetida, as alíquotas previstas são, em regra geral, 1,65% para PIS/PASEP e de 7,6% para a COFINS. Neste regime é possível que as empresas registrem alguns créditos sobre determinados custos ou despesas incorridas, no caso da Companhia, esses créditos envolvem transações principalmente a Compra de mercadorias para revenda, depreciação, aluguel de lojas, energia elétrica, entre outros.

A realização estimada do saldo de PIS e COFINS a recuperar, com base na melhor estimativa da Companhia, é apresentada a seguir:

	Consolidado
Em 1 ano	100.529
Entre 1 e 2 anos	154.988
Entre 2 e 3 anos	105.798
Entre 3 e 4 anos	
Total	361.315

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Movimentação do saldo credor advinda da operação

A Companhia apura mensalmente, com base na legislação vigente, se há saldo devedor (tributo a pagar), ou saldo credor (acúmulo de créditos). Para formar essa apuração são levados em conta os débitos do tributo nas vendas de mercadorias e prestação de serviços, os créditos das compras de mercadorias e serviços, créditos proporcionais de depreciação, entre outros. Quando a subtração dos créditos apurados sobre dos débitos calculados nas operações de vendas resulta em saldo devedor, há tributo a pagar, no entanto, como a Companhia possui saldo acumulado de períodos anteriores, tal tributo a pagar reduz os créditos a recuperar, afastando a necessidade de tal recolhimento. Quando ocorre o inverso, ou seja, diversos créditos maiores que os débitos, haverá acúmulo de créditos e aumento do saldo acumulado.

A redução do saldo credor ocorre com a situação inversa, ou seja, os débitos apurados são maiores que os créditos. Adicionalmente, também há redução dos saldos credores de tributos mediante a compensação desses créditos com débitos de outros tributos federais, tais como o INSS, IRRF e outras retenções, IRPJ, CSLL, IPI etc.

(b) Trânsito em julgado ação de ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins

A Cencosud, visando excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, impetrou em 21 de junho de 2013, Mandado de Segurança alegando a ilegalidade e constitucionalidade da inclusão do imposto estadual na base de cálculo das contribuições. O STF proferiu decisão favorável ao contribuinte em relação ao mérito por meio do acórdão em sede de repercussão geral no RE 574.706 em 15 de março de 2017. A ação judicial da Companhia transitou em julgado em junho de 2019, tornando definitivo e não passível de recurso, o direito a reconhecimento dos créditos da exclusão do valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições, no mínimo, dos cinco anos anteriores da data do ingresso da ação (21 de junho de 2013).

A Companhia reconheceu crédito tributário passível de mensuração confiável no montante de R\$ 251.063, sendo R\$164.602 de principal reconhecido na rubrica de Receita líquida (Nota 23) e R\$ 86.461 milhões de atualização pela taxa SELIC, relativos ao período de 2008 a 2017, sendo seus efeitos reconhecidos nas rubricas de Resultado financeiro, líquido (Nota 27).

Apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia entende que os créditos de PIS e COFINS reconhecidos estão amparados na melhor interpretação da legislação vigente, no cenário jurisprudencial presente, a Companhia concluiu que:

- (i) o posicionamento firmado pelo STF no RE 574.706 foi aplicado à Companhia, tendo sido reconhecido definitivamente o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS na ação judicial própria;
- (ii) A modulação de efeitos julgada pelo STF deverá proteger os contribuintes que ingressaram com ações judiciais até o julgamento do *leading case* e que já tiveram suas ações transitadas em julgado com decisões favoráveis, como é o caso da Companhia, o que efetivamente ocorreu pós julgamento pelo STF em 13 de Maio de 2021;
- (iii) o direito obtido judicialmente corresponde a crédito a recuperar mensurado com base no montante de ICMS efetivamente destacado nas notas fiscais de venda.

Com relação à compensação dos créditos, a Administração entende que a realização ocorrerá no prazo legal, conforme estudos de recuperação que consideram i) o histórico de realização, ii) as mudanças previstas para a atividade da Companhia. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico, elaborado em consonância com as diretrizes adotadas por todo o grupo no Brasil e no exterior e previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no Brasil e no Chile.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adotando de forma consistente a interpretação descrita acima, a Companhia vem reconhecendo regularmente a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS desde a decisão do STF no RE com repercussão geral com as mesmas premissas anteriormente destacadas e permanece avaliando constantemente a jurisprudência sobre a matéria.

Vale ressaltar que após obter sua decisão transitada em julgado, a Cencosud vem sendo permanentemente assessorada por escritórios de advocacia e consultorias tributárias buscando viabilizar todas as formas legais de monetização de seu crédito.

(c) Reversão do impairment de tributos durante o exercício de 2020

Ao longo do exercício de 2020 a Companhia efetivou a reversão das provisões para Impairment realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, pós melhora substancial dos resultados em 2020, em função do melhor desempenho operacional, bem como também pelos efeitos da pandemia, que no segmento de comércio alimentício é atividade essencial, motivo pelo qual permaneceu com suas operações ativas e abertas, o que proporcionou incremento substancial nas vendas e margem, mudando para melhor a perspectiva de realização dos créditos tributários, conforme fatores detalhados abaixo:

- Aumento substancial das vendas e margem perfazendo apurações com débitos dos tributos;
- Geração de lucro contábil em 2020 e indicação de débito nas projeções de IRPJ e CSLL em 2021;
- Expectativa de pagar IPI em 2021 aumentando a possibilidade de compensação de créditos;
- Possibilidade de maior compensação do crédito com contribuições previdenciárias;

Os fatores acima proporcionaram revisão das estimativas de realização dos créditos tendo em vista a melhoria consistente dos resultados da Companhia, resultando em um cenário de realização ou monetização dos créditos tributários dentro do período de 5 anos.

Adicionalmente, considerando que o Conselho de Administração da matriz no Chile autorizou, ao final de novembro de 2020, em fato relevante, avançar com o projeto de abertura de capital de operação no Brasil, por meio de IPO, assim como, também anunciou o plano de investimento contemplando investimentos adicionais no Brasil na ordem de aproximadamente R\$ 959.598 (US\$ 180.000) até 2023, a administração considera que as projeções para realização dos créditos tributários são conservadoras, uma vez que esses investimentos vão incrementar e aumentar ainda mais o tamanho da operação no Brasil e por consequência irá aumentar os débitos de tributos.

(d) Movimentação dos créditos - 1º semestre de 2021

Durante o primeiro trimestre de 2021, a Companhia reconheceu crédito tributário passível de mensuração confiável relativos à ação efetuada para as empresas controladas Mercantil Rodrigues e Perini, no montante de R\$ 17.263, sendo R\$ 13.189 de principal reconhecido na rubrica de Receita líquida (Nota 23) e R\$ 4.073 mil de atualização pela taxa SELIC, sendo seus efeitos reconhecidos nas rubricas de Resultado financeiro, líquido (Nota 27).

9.2 Impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS

O ICMS é um tributo estadual, incidente sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, regulamentado pela lei complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir, e seus valores são devidos aos estados e Distrito Federal, a cada operação realizada. As alíquotas do tributo são variáveis conforme a origem e destino, se dentro ou fora do estado ou país, entre estados e conforme o produto ou mercadoria, entre outros fatores.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também há a sistemática da substituição tributária do ICMS, conhecida como ICMS-ST, onde os Estados passam a cobrar antecipadamente o imposto do contribuinte industrial ou importador, substituindo, assim, toda a cadeia de tributação do ICMS. Trata-se da transferência da obrigação do recolhimento do imposto para o primeiro da cadeia. Cada Estado elabora a lista de produtos que entrarão na sistemática do ST e aplicam de forma individual uma Margem de Valor Agregado (MVA) ao produto, supondo a margem a ser realizada na venda final.

Ocorre que os Estados vêm ampliando a lista de produtos submetidos ao regime de substituição tributária, o que afeta muito o segmento de varejo, como a Companhia transfere mercadorias para outros Estados, diferentes, daqueles de que recebeu inicialmente, há a cobrança do imposto novamente. Essa sistemática, conhecida como “quebra de cadeia”, garante ao estabelecimento o resarcimento do imposto recolhido antecipadamente, para mitigar a cobrança de tributo duas vezes pelo mesmo produto.

Ainda os contribuintes passaram a ter, desde a decisão do STF no julgamento do RE nº 593.849/MG, o direito de ressarcir a diferença do imposto recolhido a maior quando a margem real da operação, ao final da cadeia for inferior à margem presumida (MVA) quando da incidência do ICMS-ST, o que geralmente acontece no varejo.

Tendo em vista o grande volume dos produtos no regime de substituição tributária, a Companhia vem acumulando um valor cada vez maior dessas restituições e para a sua devida compensação, a Companhia tem se valido de regimes especiais ou outros meios permissivos nas legislações estaduais.

A realização estimada do saldo ICMS e ICMS (ST) a recuperar, com base na melhor estimativa da Companhia, é apresentada a seguir:

Consolidado

Em 1 ano	115.539
Entre 1 e 2 anos	105.649
Entre 2 e 3 anos	64.716
Entre 3 e 4 anos	36.510
Entre 4 e 5 anos	
Total	<u>322.414</u>

(a) Reversão do impairment de tributos durante o exercício de 2020

Ao longo do exercício de 2020, a Companhia efetuou a reversão das provisões para *impairment* de ICMS onde pôs a obtenção de algumas decisões favoráveis e fatores específicos da operação, obteve melhor perspectiva de realização dos créditos tributários, fatores detalhados abaixo:

- Agosto de 2020: Decisão administrativa favorável, no pedido de restituição protocolizado em 31 de março de 2019, junto ao Estado do Rio de Janeiro;
- Outubro de 2020: Proferida sentença favorável nos autos do Mandado de Segurança impetrado em 26 de outubro de 2016, junto ao Estado de Goiás, autorizando a cia a lançar os valores relativos ao excedente de ST em sua escrita fiscal;
- Melhoria substancial do resultado da Companhia durante o exercício de 2020, com o acréscimo da receita bruta em 9,3%, resultando em maior pagamento de impostos relacionados a receita e consequentemente na compensação de créditos tributários;
- Potencial de maximização das atividades a partir de investimentos a serem realizados com os recursos captados pelo IPO;

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.3 ICMS a recuperar ativo imobilizado

A companhia pode tomar crédito de ICMS sobre a compra de Ativo Imobilizado, desde que o bem seja utilizado na produção e ou comercialização de mercadorias. Para controle desses créditos a Companhia utiliza o CIAP (Controle de ICMS dos bens do Ativo Permanente), por regra o valor do crédito é aproveitado em 48 avos, ou seja, de forma parcelada. O CIAP foi criado para regulamentar o dispositivo da Lei que possibilita a todos os contribuintes de ICMS a apropriação do crédito nas aquisições que forem destinadas ao ativo permanente.

9.4 Impostos de renda retido na fonte

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) é uma obrigação tributária principal em que a Companhia está obrigada a reter do beneficiário da renda e posterior repasse ao Governo Federal, o imposto correspondente, nos termos estabelecidos pelo Regulamento do Imposto de Renda.

10 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Contas a receber bonificação (i)	39.038	30.373	42.217	33.819
Notas de Débito (partes relacionadas) (ii)	72.451	67.188		
Notas de Débito (JV)	10.659	9.974	10.659	9.974
Outros Ativos	13.079	11.115	15.140	13.289
Total	135.227	118.650	68.016	57.082

(i) Refere-se a operação recebíveis junto aos fornecedores de mercadorias em formato de compras bonificadas.

(ii) Notas de débito para cobrança de custos compartilhados entre as companhias do mesmo grupo, controladora e controladas.

Os Recebíveis demonstrado em quadro acima são de curto prazo e por isso, não possuem efeitos de AVP contabilizados.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos em subsidiárias

Investimentos em subsidiárias (Controladora)

	<u>30/06/2021</u>
Saldo inicial em 1º de janeiro	(61.144)
Participação nos prejuízos de controladas	
Mercantil Rodrigues	3.166
Perini	1.897
	<u>5.063</u>
Realização de ativos identificados no momento da aquisição	
Perini	(49)
	<u>(49)</u>
Em 30 de junho de 2021	<u>(56.130)</u>

Em 30 de junho de 2021, os investimentos em controladas incluem ágio da controlada Perini, líquido dos efeitos de amortização e depreciação dos ativos identificados na combinação de negócios, no montante de R\$ 29.484 (2020 - R\$ 29.533).

100% - Participação

Participação direta
Negócio

Mercantil Rodrigues	Varejo e atacado
Perini	Varejo

Segue a participação da Companhia nos resultados das controladas (todas de capital fechado), como também no total de seus ativos e passivos:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do período</u>	<u>30 de junho de 2021</u>
Mercantil Rodrigues (i)	220.695	260.401	(39.706)	3.166	
Perini (i)	75.673	121.933	(46.260)	1.897	
	<u>296.368</u>	<u>382.334</u>	<u>(85.966)</u>	<u>5.063</u>	

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2020			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do período
Mercantil Rodrigues (i)	235.878	278.750	(42.872)	(9.350)
Perini (i)	83.731	131.887	(48.156)	(8.750)
	319.609	410.637	(91.029)	(18.100)

- (i) Devido a posição devedora do Patrimônio líquido das controladas Perini e Mercantil Rodrigues, foi efetuada provisão na controladora para perdas em investimentos em R\$ 85.966 de acordo com os requerimentos contábeis descritos no CPC 18 / IAS 28.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
 Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

		Consolidado						Controladora	
		Edificações e benfeitorias	Instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos e informática	Veículos	Total em operação	Imobilização em andamento (i)	Total
		Terrenos							
		227.322	814.418	128.221	8.747	14.783	1.919	1.195.410	80.146
Em 01 de janeiro de 2020		227.322	814.418	128.221	8.747	14.783	1.919	1.195.410	80.146
Adições		15.827	14.227	298	2.328		32.680		32.680
Baixas		(10.265)	(6.641)	(372)	(2.898)		(20.176)	(4.340)	(24.516)
Transferências									
Depreciação									
Em 31 de dezembro de 2020		227.322	680.107	75.629	5.014	9.791	1.593	999.456	75.806
Custo total		227.322	1.546.040	730.200	75.020	117.296	11.182	2.707.060	75.806
Depreciação acumulada			(865.933)	(654.571)	(70.006)	(107.505)	(9.589)	(1.707.604)	
Valor residual		227.322	680.107	75.629	5.014	9.791	1.593	999.456	75.806
Adições		14	12.911	25.974	412	3.109		42.420	11.579
Baixas		(120)	(40)	(2)	(6)			(168)	(436)
Cisão dos ativos (ii)		(219.172)	(144.469)	(3.237)				(366.878)	(3.122)
Depreciação			(39.988)	(12.250)	(947)	(2.244)	(155)	(55.584)	
Em 30 de junho de 2021		8.164	508.441	86.075	4.476	10.650	1.438	619.245	83.828
Custo total		8.164	1.414.362	752.898	75.430	120.399	11.182	2.382.436	83.828
Depreciação acumulada			(905.921)	(666.822)	(70.954)	(109.750)	(9.744)	(1.763.190)	
Valor residual		8.164	508.441	86.075	4.476	10.650	1.438	619.245	83.828

O montante total da depreciação no consolidado do período vigente está dividido em R\$ 52.901 (controladora R\$ 47.600) lançadas no grupo de despesas e R\$ 2.683 (controladora R\$ 2.460) registrada nas rubricas de “Custo das mercadorias vendidas”.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, que inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, a qual é revisada anualmente.

- (i) As imobilizações em andamento referem-se a obras de construção ou de melhorias ainda não concluídas, seja em lojas próprias ou de terceiros.
- (ii) Baixa relativa a Cisão dos ativos no montante de R\$ 370.000 com ajuste no patrimônio líquido da sociedade e o aumento de capital na empresa Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.

Garantias

Em garantia das obrigações contraídas nos contratos de locação dos imóveis de propriedade do G. Barbosa & Cia. Ltda. e PROURB Empreendimentos Imobiliários e Comerciais Ltda. a Companhia celebrou instrumentos particulares pelos quais como mecanismo para assegurar os pagamentos dos aluguéis, multas previstas e quaisquer outros acessórios da locação, foram empenhados em favor dos locadores todos os bens, máquinas e equipamentos necessários às atividades e que estejam fisicamente nos imóveis objeto dos mesmos contratos no valor de R\$ 9.613 (2020 – R\$ 30.736) (Nota 33).

13 Arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos, decorrente da implementação do CPCo6 (R2) / IFRS 16:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativos de direito de uso	656.285	669.836	696.442	716.498
Total	656.285	669.836	696.442	716.498

A determinação do prazo de arrendamento dos contratos de acordo com CPC 06 (R2) / IFRS 16, possuem estimativas críticas, os quais são determinados pela administração da Companhia, utilizando como premissa básica o prazo do contrato vigente e a expectativa de permanência no imóvel.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Passivos de arrendamentos				
Circulante	164.952	172.951	175.901	185.589
Não Circulante	701.678	721.414	751.227	778.139
Total	<u>866.630</u>	<u>894.365</u>	<u>927.128</u>	<u>963.728</u>

Conforme indicado na Nota 2.2 Cisão de ativos, a Companhia cindiu 18 lojas própria à Cencosud Imobiliária Ltda. Dessa forma a Companhia passou a não ter o direito sobre essas lojas e, consequentemente, iniciou a operação de aluguel das mesmas junto à Parte relacionada.

As operações de aluguel junto à Cencosud Imobiliária Ltda. não resultaram em registro de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento por estarem abarcados em contratos 100% variáveis, os quais não possuem obrigatoriedade de registro conforme exposto no CPC 06 R2.

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

As demonstrações do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos, decorrente da implementação do CPC06 (R2) / IFRS 16:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (Nota 24)	(73.248)	(74.185)	(77.979)	(78.082)
Total	<u>(73.248)</u>	<u>(74.185)</u>	<u>(77.979)</u>	<u>(78.082)</u>
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras (Nota 27)	(48.373)	(40.626)	(51.323)	(44.415)
Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não incluídos em passivos de arrendamentos (incluídas em despesas administrativas - Nota 24)	(3.403)	(3.961)	(3.518)	(4.081)
Descontos de aluguel obtidos (incluídos em despesas administrativas (i)	869	4.467	1.136	4.476
Total	<u>(50.907)</u>	<u>(40.120)</u>	<u>(53.705)</u>	<u>(44.020)</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em decorrência da pandemia da COVID-19, o Grupo renegociou determinados contratos de aluguel e obteve descontos sobre os valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma IFRS 16/CPC 06(R2) - “Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento”, o Grupo adotou o expediente prático previsto na norma de registrar as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos, no valor de R\$ 869 (Consolidado R\$ 1.136), diretamente no resultado do período e não como uma modificação de contrato.

Os pagamentos de arrendamentos durante o período de 2021 totalizaram na controladora R\$ 132.077 (R\$140.371 no consolidado).

(iii) Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	963.728
Pagamentos	(140.371)
Juros de arrendamentos	45.848
Ajuste de remensuração	57.923
Saldo dos passivos de arrendamento em 30 de junho de 2021	<u>927.128</u>

O Grupo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações

Menos de 1 ano	263.292
Entre 1 e 2 anos	236.099
Entre 2 e 5 anos	412.668
Acima de 5 anos	439.571
Valores não descontados	1.351.630
Juros embutidos	<u>(424.502)</u>
Saldo dos passivos de arrendamento em 30 de junho de 2021	<u>927.128</u>

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	716.498
Ajustes por remensuração	57.923
Despesa de depreciação	(77.979)
Saldo dos ativos de direito de uso em 30 de junho de 2021	<u>696.442</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas**Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias****Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2021	2022	2023	Após 2023
Passivo de arrendamento				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	807.075	642.784	471.005	393.213
Taxa Real (efeito inflação)	842.587	671.066	491.729	410.515
Variação	35.511	28.282	20.724	17.301
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	575.541	442.860	317.929	254.833
Taxa Real (efeito inflação)	600.865	462.345	331.918	266.046
Variação	25.324	19.486	13.989	11.213
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	96.593	78.075	59.877	46.721
Taxa Real (efeito inflação)	100.843	81.510	62.511	48.777
Variação	4.250	3.435	2.635	2.056
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	153.387	132.682	124.930	63.096
Taxa Real (efeito inflação)	160.136	138.520	130.427	65.872
Variação	6.749	5.838	5.497	2.776

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

					Consolidado		Controladora
	Ágio (i)	Fundo de comércio	Software	Marcas	Outros		
						Total	
							Total
							1.500.571
Em 01 de janeiro de 2020							
Aquisições							
Transferências							
Amortização							
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo							
Amortização acumulada							
Valor residual							
Aquisições							
Baixa							
Transferências							
Amortização							
Em 30 de junho de 2021							
Custo							
Amortização acumulada							
Valor residual							

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Testes de impairment do ágio e das marcas com vida útil indefinida

O Grupo avalia o ágio anualmente para verificar prováveis perdas (impairment), sendo a última avaliação efetuada no exercício de 31 de dezembro de 2020, não há indicativos de impairment e, portanto, não foi reconhecido no período provisões para impairment.

15

Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores de Mercadorias Nacionais	1.267.114	1.500.623	1.390.114	1.617.051
Fornecedores de Mercadorias Estrangeiras	23.580	31.671	23.931	31.671
Fornecedores de Serviços	89.230	73.477	96.209	78.566
Acordos comerciais (i)	(40.970)	(43.308)	(45.306)	(47.747)
Ajuste a valor presente	(8.561)	(3.924)	(9.209)	(4.171)
	1.330.393	1.558.539	1.455.739	1.675.370

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores de mercadorias e serviços e possuem saldos pulverizados.

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos e EURO.

(i)

Os acordos comerciais são recebíveis, definidos em contratos de parceria firmados com os fornecedores. Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido.

Confirming

Em 26 agosto de 2009, a Companhia estabeleceu as regras do processo de antecipação de pagamento a fornecedores (Confirming), podendo ser antecipados pelos fornecedores títulos decorrentes da venda de mercadorias e serviços que estejam devidamente cadastrados e liberados para pagamento no sistema da Companhia, dessa forma a Companhia intermedeia entre os fornecedores e as instituições financeiras a antecipação das faturas.

O prazo mínimo para antecipação de um título é de 7 (sete) dias, contados a partir da data do processamento da antecipação.

Até o quinto dia útil de cada mês, o Banco deposita na conta da Companhia o prêmio pela realização das operações de antecipação. O saldo de confirming em 30 de junho de 2021 na controladora é de R\$ 414.603 (2020 - R\$ 413.516) e no consolidado R\$ 451.210 (2020 - R\$ 452.166) e está apresentado na rubrica de fornecedores. Todo o processo de antecipação é realizado pelos fornecedores não constituindo dessa forma empréstimos ou financiamentos à Companhia, a dívida com o fornecedor fica registrada na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não tem diferença de natureza e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	25.028	37.025	27.511	40.113
Programa de Integração Social (PIS)	86	136	86	144
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	398	628	393	666
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	17.845	17.342	19.172	18.435
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	10.130	5.487	10.775	5.821
Outros	4.239	6.144	4.430	6.455
	57.726	66.762	62.367	71.634

17 Provisões para contingências

			Consolidado		Controladora
	Trabalhistas, previdenciárias e cíveis	Tributárias	Riscos contingenciais diversos	Total	Total
Em 1º de janeiro de 2020	56.142	12.645	38.942	107.729	101.868
Debitado à demonstração do Resultado	33.632	(16.425)		17.207	15.277
Combinação de negócios (i)			(2.921)	(2.921)	(2.920)
Liquidadas durante o exercício	(36.318)	21.249		(15.069)	(13.565)
Em 31 de dezembro de 2020	53.456	17.469	36.021	106.946	100.660
Debitado à demonstração do resultado	21.324	(18)		21.306	20.036
Combinação de negócios (i)			13.270	13.270	13.269
Liquidadas durante o período	(15.434)	34		(15.401)	(14.541)
Em 30 de junho de 2021	59.346	17.484	49.291	126.121	119.424

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos em andamento, e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, apoiadas por estimativas de seus consultores legais externos.

- (i) As baixas e adições ocorridas nos períodos são contabilizadas em contrapartida a rubrica de “Ativo indenizável” e são decorrentes das contingências advindas de combinação de negócios que foram prescritas ou pagas durante o ano.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os encargos das provisões para contingências, cujo risco recai sobre a Companhia e suas controladas são reconhecidos no resultado em "Despesas gerais e administrativas".

O montante de provisões constituídas contempla uma parcela substancial de contingências que estão vinculadas aos acordos de compra e venda dos negócios adquiridos. Segue abertura do saldo de contingências advindas das combinações de negócios classificadas como "Riscos contingenciais diversos".

	Controladora e consolidado		
	Trabalhistas e cíveis	Tributárias	Total
Em 1º de janeiro de 2020	5.667	33.275	38.942
Adições		187	187
Baixas	(611)	(2.495)	(3.108)
Em 31 de dezembro de 2020	5.056	30.965	36.021
Adições	13.147	123	13.270
Baixas			
Em 30 de junho de 2021	18.203	31.088	49.291
Não circulante	18.203	31.088	49.291

As garantias contratuais decorrentes dos referidos acordos asseguram o direito à indenização junto aos vendedores, seja por dedução de parcelas vincendas de compromissos a pagar relacionados às quotas de participação adquiridas ou pela retenção de aluguéis vincendos.

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

(i) Causas trabalhistas e previdenciárias

As principais questões tratadas nessas contingências referem-se à indenização por acidente de trabalho e doenças ocupacionais, horas extras, adicional de insalubridade, equiparação salarial e as consequentes diferenças reflexas sobre férias, 13º salário, FGTS e parcelas rescisórias. De acordo com os assessores jurídicos, as contingências e montantes classificados como de perda provável, alcançam R\$ 36.625 (2020 - R\$ 33.576)

(ii) Ações cíveis

As principais ações estão relacionadas a processos movidas por clientes, relacionadas a supostos furtos de veículos e/ou acessórios nos estacionamentos das lojas, alegações de defeitos em produtos, inscrição indevida de consumidores em órgãos de proteção ao crédito e acidentes de clientes nas lojas, além de demandas relacionadas ao atendimento de clientes e cobranças indevidas de juros e encargos financeiros relacionados ao cartão Cencosud. De acordo com os assessores jurídicos, as causas classificadas como de perda provável, alcançam R\$ 22.721 (2020 - R\$ 19.880).

(iii) Tributárias

As principais questões tratadas nessas contingências referem-se às demandas em processos movidos por autoridades fiscais, com ênfase na esfera federal em discussões relativas a obrigações tributárias do imposto de renda e contribuição social, PIS Cofins, além de discussões nas esferas estaduais relativas ao ICMS.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, considerando os assuntos classificados como de perda provável, em 30 de junho de 2021, foi constituída provisão equivalente ao montante estimado de R\$ 17.484 (2020 - R\$ 17.469), valor equivalente a perda estimada.

As principais provisões de natureza tributária referem-se a:

- a) IRRF: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários efetivada em novembro de 2015, pelo suposto descumprimento das obrigações tributárias relativas ao recolhimento do IRPJ e a CSLL, de fato gerador de 2010, Por considerar uma parte como risco provável, a Companhia realizou provisão contábil no montante de R\$ 21.187 (2020 – R\$ 21.117)
- b) PIS Cofins: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários efetivada em maio de 2012, onde se discutia a inconstitucionalidade dos decretos de lei nº S 2445/88 e 2449/8, provisão contábil no valor de R\$ 7.053 (2020 – R\$ 7.018).
- c) ICMS: Exigência do imposto por diferença em base de cálculo de mercadorias sob o regime de substituição tributária, fatos geradores de 2013 a 2019, a Companhia considera algumas parcelas das autuações como devidas, motivo pelo qual realizou provisão de R\$ 7.173 (2020 – R\$ 7.110).

17.1 Perdas Possíveis

Contingências passivas com risco de perda classificadas como possível:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Tributárias		
IRPJ / CSLL / IRRF (i)	343.899	341.446
ICMS (ii)	258.406	269.487
Pis Cofins (iii)	313.633	223.075
Demais tributos	15.958	17.533
	931.895	851.543
Cíveis (ações indenizatórias)	22.937	12.169
Trabalhistas	13.578	11.092

Causas Tributárias

Em 30 de junho de 2021, a Companhia com base na opinião de seus consultores jurídicos, mantinha procedimentos tributários classificados como "possíveis" que juntos totalizam R\$ 931.895 (2020 – R\$ 851.543).

É importante ressaltar que do valor total dessas contingências classificadas como perdas possíveis, R\$ 315.022 (2020 – R\$ 313.044) são de responsabilidade dos antigos proprietários das empresas Bretas, Prezunic e Mercantil Rodrigues, portanto, a Companhia mantém uma garantia contratual sobre esses processos.

As principais causas relevantes relacionadas aos passivos contingentes estão demonstradas abaixo:

- (i) IRRF: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários, relativo a Bandeira Bretas. A Companhia recebeu autuação em dezembro de 2016 exigindo IRRF sobre pagamentos realizados a pessoas jurídicas prestadoras de serviço sem causa ou de operação não

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

comprovada, referente ao fato gerador de 2011, o valor atualizado em 30 de junho de 2021 alcança o montante de R\$ 202.065 (2020 - R\$ 200.530).

IRPJ/CSLL: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários, relativo a Bandeira Bretas. A Companhia recebeu autuação em novembro de 2015, pelo suposto descumprimento das obrigações tributárias relativas ao recolhimento do IRPJ e a CSLL, do fato gerador de 2010, tendo em vista a suposta constatação de que a autuada teria utilizado despesas não dedutíveis referentes (I) a pagamentos efetuados a sua controladora Ambapar – Amba Participações Ltda. (“Ambapar”) e ainda (II) na contabilização de perdas referentes a recebimentos de créditos, os valores exigidos em 30 de junho de 2021 são de R\$ 57.954 (2020 - R\$ 57.538).

IRPJ/CSLL sob ágio: Em junho de 2017 a Companhia recebeu autuação sob a alegação de exigência de IRPJ e CSL supostamente devidos no período de 2010 e 2011 pela empresa, em razão da glosa de despesas de amortização de ágio registrado nas aquisições das seguintes empresas: Bretas, G. Barbosa, Costa Azul e Super Família. Embora se tratem de aquisições entre partes independentes em todos esses casos, o fisco glosou as despesas respectivas sob alegações de (i) uso indevido de veículos de aquisição, (ii) supostas inconsistências em laudo de avaliação que justificaria parte do ágio, e (iii) Indevida consideração de patrimônio líquido negativo no cálculo de ágio. A cobrança em 30 de junho de 2021 alcança o valor de R\$ 21.206 (2020 - R\$ 21.055).

(ii) **ICMS:** Exigência do imposto por diferença em base de cálculo de mercadorias, autuação de janeiro de 2020, referente a fatos geradores de 2016 e 2017, sob a alegação de não recolhimento do ICMS ST, tal autuação não prospera, uma vez que o auditor não observou a existência de regime especial de tributação obtido pela filial em questão, em 30 de junho de 2021 os valores das autuações alcançavam o montante de R\$ 90.197. (2020 - R\$ 107.163)

ICMS: Exigência de multa por falta de obrigação acessória, autuação em Julho de 2019 por suposta falta de informação de documentos fiscais do período de 2014, 2016 e 2018, relativos às operações de circulação de mercadorias no bloco C da Escrituração Fiscal Digital - EFD, na forma e no prazo estabelecidos na Lei Estadual nº 7.651/2013. Os valores da discussão em 30 de junho de 2021, R\$ 87.878 (2020 - R\$ 87.117).

(iii) **Pis Cofins – Lei do Bem:** A Companhia ingressou com Mandado de Segurança em janeiro de 2016 objetivando a manutenção da isenção de PIS e COFINS relativos a venda de produtos eletrônicos destinados ao projeto de inclusão digital do Governo Federal. Lei nº 11.195/2005 (conhecido com Lei do Bem), revogada parcialmente pela Lei nº 13.241/2015. Os valores da discussão em 30 de junho de 2021 eram de R\$ 94.644 (2020 - R\$ 93.764).

Pis Cofins - Descontos Comerciais: A Companhia recebeu autuação em 2011 referente a exigência de Pis e Cofins do período de 2006 a 2010, sobre descontos comerciais, uma vez que tem acordos com seus fornecedores para descontar tais valores a título de redução de custo e reembolso de despesas. Todavia, a fiscalização entendeu que tal operação deva ser considerada como bonificação, ou seja, uma receita passível a tributação pelas mencionadas contribuições. A cobrança em 30 de junho de 2021 está em R\$ 78.519 (2020 - R\$ 78.073).

Pis Cofins – Autuação ocorrida em janeiro de 2021 a Companhia recebeu autos de infração lavrados para cobrar supostos débitos de PIS e COFINS relativos aos meses de janeiro a junho de 2016, em decorrência da: Glosa de créditos apurados pela Cencosud em relação à amortização e depreciação de edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros, não tributação de receitas relativas ao comércio no mercado interno de determinados produtos e ao recebimento de bonificações, doações e descontos de fornecedores.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores principais foram acrescidos de juros e multa de ofício perfazendo o montante histórico de aproximadamente R\$ 88.574, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia autações possuem avaliação de probabilidade de perda possível.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora			
	Diferenças temporárias (i)	Prejuízos Fiscais	Outras diferenças (ii)	Total
Imposto Diferido				
Em 01 de janeiro de 2020	(314.627)	988.892	9.935	684.200
Efeitos ajustes CPC 06 (R2)			(6.677)	(6.677)
Debitado diretamente ao patrimônio			2.710	2.710
Debitado (creditado) à resultado	<u>(63.187)</u>		<u>(5.627)</u>	<u>(68.814)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	(377.814)	988.892	341	611.419
IR/CS Diferido Ativo	219.220	988.892	297.734	1.505.846
IR/CS Diferido Passivo	(597.034)		(297.393)	(894.427)
Líquido	(377.814)	988.892	341	611.419
Debitado (creditado) à resultado	(46.355)	18.514	(4.857)	(32.698)
Em 30 de junho de 2021	(424.169)	1.007.406	(4.516)	578.721
IR/CS Diferido Ativo	191.379	1.007.406	277.452	1.476.237
IR/CS Diferido Passivo	(615.548)		(281.968)	(897.516)
Líquido	(424.169)	1.007.406	(4.516)	578.721
	Consolidado			
	Diferenças temporárias (i)	Prejuízos Fiscais	Outras diferenças (ii)	Total
Imposto Diferido				
Em 01 de janeiro de 2020	(317.806)	1.002.842	16.874	701.910
Efeitos ajustes CPC 06 (R2)			(4.063)	(4.063)
Debitado diretamente ao patrimônio				
Debitado (creditado) à resultado	<u>(58.955)</u>		<u>(5.408)</u>	<u>(64.363)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	(376.761)	1.002.842	7.403	633.483
IR/CS Diferido Ativo	228.064	1.002.842	320.662	1.551.568
IR/CS Diferido Passivo	(604.825)		(313.259)	(918.084)
Líquido	(376.761)	1.002.842	7.403	633.483
Debitado (creditado) à resultado	(48.575)	18.514	(5.724)	(35.785)
Em 30 de junho de 2021	(425.336)	1.021.356	1.679	597.699
IR/CS Diferido Ativo	198.003	1.021.356	297.208	1.516.567
IR/CS Diferido Passivo	(623.339)		(295.529)	(918.868)
Líquido	(425.336)	1.021.356	1.679	597.699

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo composição das principais diferenças temporárias na apuração fiscal:

	Controladora	Consolidado		
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
(i) Abertura diferenças temporárias				
Provisões Estoques (Quebras, bonificações, slow moving, outros)	11.687	12.639	12.642	13.826
Participação dos Lucros	6.688	22.755	6.961	24.075
Contingênicas (Cíveis, Fiscais, Trabalhistas)	23.846	23.412	26.123	25.549
Provisões temporárias diversas	<u>149.158</u>	<u>160.414</u>	<u>152.277</u>	<u>164.614</u>
IR/CS Diferidos Ativo	<u>191.379</u>	<u>219.220</u>	<u>198.003</u>	<u>228.064</u>
	Controladora	Consolidado		
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Amortização ágio fiscal de Companhias adquiridas	(615.548)	(597.034)	(623.339)	(604.825)
IR/CS Diferidos Passivo	<u>(615.548)</u>	<u>(597.034)</u>	<u>(623.339)</u>	<u>(604.825)</u>

- (ii) Outras diferenças referem-se principalmente a adições na apuração de imposto de renda e contribuição social relativas a adoção de CPCs contábeis diversos os quais são adicionados para fins de apuração fiscal. No exercício de 2020, efetuamos ajustes retroativos referente ao CPC 06 os quais estão identificados no quadro.

Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais quando a realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro é considerada provável.

De acordo com as projeções elaboradas pela administração da Companhia e suas controladas, o imposto de renda e a contribuição social diferidos consolidados serão realizados a partir de 2021, os saldos serão realizados conforme os seguintes prazos:

	Consolidado
	30/06/2021
2021	17.066
2022	10.386
2023	20.810
2024	21.861
2025	32.290
2026	36.538
2027	40.615
Em diante	<u>841.790</u>
IR/CS Diferidos Ativo	<u>1.021.356</u>

- (iii) A partir do 4º trimestre de 2016 a Companhia decidiu por não reconhecer novos ativos diferidos advindos da apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social em decorrência do Longo Prazo para a realização desses montantes relativos as diferenças temporárias e prejuízos fiscais. No exercício corrente a Companhia atualizou o tema e com base em novas projeções de realização voltou a lançar créditos relativos ao prejuízo fiscal na amortização de ágio, perfazendo o montante de R\$18.514 referente ao exercício 2021

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Receitas diferidas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Acordo operacional - Banco Bradesco S.A. (a)	200.000	200.000
Amortização acumulada (Performance)	(3.383)	(3.383)
Amortização acumulada (Fixa)	(62.137)	(59.014)
	134.480	137.603
Circulante	<u>6.330</u>	<u>6.317</u>
Não circulante	<u>128.150</u>	<u>131.286</u>

(a) Acordo operacional com Banco Bradesco S.A.

A Companhia operava um cartão de crédito privado, denominado Credi-Hiper, aceito somente em suas lojas. Em 6 de novembro de 2006, a operação do cartão Credi-Hiper foi transferida para o Banco Bradesco S.A., com base no Acordo Operacional assinado no dia 24 de maio de 2006. O Acordo, que foi efetivado com o prazo de cinco anos, renovável por mais cinco anos, estabelece que o Banco Bradesco S.A. é responsável pela operação do cartão de crédito privado e que o mesmo transferirá 50% dos resultados desta operação para a Companhia, incluindo o risco de crédito para contas duvidosas.

Em 8 de agosto de 2011, a Companhia e suas controladas celebraram novo Acordo Operacional com o Bradesco S.A., que alterou, consolidou e substituiu o acordo original. Em resumo, o novo acordo estendeu a operação do empreendimento em conjunto para outras bandeiras de atuação do Grupo Cencosud (Bretas, Perini e Mercantil Rodrigues), fixou premissas básicas para oferta de serviços financeiros em relação as futuras operações do Grupo (crescimento não orgânico) e ampliou o portfólio de produtos financeiros abarcados pelo empreendimento em conjunto, além de retificar ou ratificar aspectos operacionais da relação entre as partes. Em decorrência do novo acordo, o saldo anteriormente recebido e classificado como "Receitas diferidas", foi integralmente apropriado ao resultado.

Em consequência da celebração do novo acordo foram fixados os seguintes valores a serem desembolsados pelo Bradesco: (i) R\$ 100.000 pagos em 16 de agosto de 2011, correspondentes à remuneração pela cessão de direito de participação de 50% no empreendimento em conjunto pelo prazo determinado de 16 anos; (ii) R\$ 100.000 a título de antecipação de desempenho ("Primeiro Prêmio") pagos em 16 de agosto de 2011; e (iii) R\$ 100.000 a serem pagos imediatamente ao cumprimento das metas relacionados ao "Primeiro Prêmio", vinculados ao compromisso de atingimento de novas metas em bases já pre-estabelecidas no contrato.

O reconhecimento contábil da receita referente aos recursos relacionados a remuneração pela cessão de direito de participação no empreendimento (R\$ 100.000) está sendo efetuado de maneira proporcional ao período de 16 anos de contrato. O valor recebido a título de antecipação de desempenho (R\$ 100.000) está sendo registrado no resultado do exercício de forma proporcional ao cumprimento das metas de contrato.

20 Participação dos empregados nos resultados - Consolidado

O plano de participação dos empregados nos resultados mantido pela Companhia foi formalizado em 2006 objetivando incentivar os empregados a alcançar as metas estabelecidas pela administração e, desde então, tem sido atualizado anualmente. Os objetivos estabelecidos estão relacionados principalmente ao atendimento das metas de vendas líquidas e resultado operacional proposto. Em 30 de junho de 2021, a

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia mantém provisionados R\$ 19.669 (2020 - R\$ 66.927) e no consolidado R\$ 20.475 (2020 - R\$ 70.809), tendo em vista a proporção das metas estabelecidas pela sua direção.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a despesa com a participação dos empregados nos lucros foi na controladora R\$ 22.409 (junho de 2020 – R\$ 14.710) e no consolidado de R\$ 22.208 (junho de 2020 – R\$ 15.508), registrado na rubrica “Participação dos empregados nos lucros” e lançados no resultado da Companhia, conforme demonstrado na Nota 25.

21 Credores pela aquisição de controladas e ativos

O modelo de aquisição de novos negócios considera o desembolso parcelado dos valores definidos como preço dos negócios adquiridos. Os saldos em aberto destes compromissos estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Credores pela aquisição de:		
Mercantil Rodrigues	14.628	14.429
FAG/Bretas	30.179	29.158
Saldo em	<u>44.807</u>	<u>43.587</u>
Circulante	<u>30.179</u>	<u>29.158</u>
Não Circulante	<u>14.628</u>	<u>14.429</u>

O saldo a pagar aos vendedores de Mercantil Rodrigues corresponde a retenção de preço efetuada como caução para assegurar o valor equivalente à contingência potencial em discussão judicial.

O saldo a pagar aos vendedores de FAG/Bretas em 30 de junho de 2021 refere-se à correção monetária e juros incidentes sobre a última parcela a pagar aos ex-acionistas, conforme disposto no aditivo contratual celebrado entre as partes em 17 de julho de 2018.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de 2.717.229 em lote de mil ações (2020 - 6.801.464 em lote de mil quotas), com valor nominal de R\$ 1 por ação (2020 - R\$ 1 por quota), eventos efetivados durante o semestre:

- Redução de capital da Companhia no montante de aproximadamente R\$ 370.000 mediante a restituição de capital aos acionistas, em bens, conforme AGE de 28 de janeiro de 2021 (Nota 2.2).
- Redução de capital em contra partida a prejuízos acumulados ocorrida durante o período findo em 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 3.714.235

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2021 a composição dos quotistas da Companhia é a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações	Valor	%
Cencosud Internacional Ltda.	2.706.088	2.706.088	99,6
Cencosud S.A.	11.141	11.141	0,4
	2.717.229	2.717.229	100

A Companhia conforme indicado na Nota 1, mudou de Companhia Ltda para S.A. e as cotas foram convertidas para ações na razão de 1 para 1.

23 Receitas líquidas de vendas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Vendas brutas de produtos e serviços	4.108.320	4.061.521	4.499.142	4.467.182
Impostos sobre vendas e cancelamentos	(436.271)	(433.538)	(474.906)	(486.704)
Receita líquida de vendas	3.672.049	3.627.983	4.024.236	3.980.478

24 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(2.815.380)	(2.711.931)	(3.096.380)	(3.001.401)
Outros Custos (consumo, embalagens, etc.)	(21.825)	(19.914)	(24.011)	(21.240)
Salários e benefícios (Nota 25)	(285.373)	(328.450)	(308.248)	(353.944)
Tarifas públicas	(73.296)	(75.694)	(80.341)	(82.814)
Comissão com operações de cartões de crédito	(27.655)	(20.957)	(31.058)	(23.139)
Honorários da administração (Nota 25)	(4.546)	(5.436)	(4.781)	(5.673)
Participação dos empregados nos lucros (Nota 20)	(22.409)	(14.710)	(22.208)	(15.508)
Depreciação/amortização	(127.282)	(191.541)	(137.923)	(207.891)
Outras despesas	(187.142)	(191.748)	(203.592)	(212.064)
Total do custo das vendas e despesas com vendas e administrativas	(3.564.908)	(3.560.379)	(3.908.542)	(3.923.674)

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(2.861.185)	(2.756.001)	(3.146.729)	(3.049.096)
Despesas com vendas	(478.556)	(458.434)	(520.330)	(502.511)
Despesas Gerais e administrativas	(225.167)	(345.946)	(241.483)	(372.067)
Total do custo das vendas e despesas com vendas e administrativas	(3.564.908)	(3.560.379)	(3.908.542)	(3.923.674)

25 Salários e benefícios

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Salários	(233.117)	(228.491)	(252.003)	(248.114)
Encargos trabalhistas	(68.595)	(85.977)	(74.549)	(91.750)
Participação dos empregados nos resultados (Nota 20)	(22.409)	(14.710)	(22.208)	(15.508)
Transporte de funcionários	(11.680)	(14.507)	(12.382)	(15.697)
Previdência privada	(215)	(156)	(233)	(170)
Assistência médica (i)	(292)	(28.910)	(201)	(30.341)
	(336.308)	(372.751)	(361.576)	(401.580)

Reconciliação das despesas de benefícios a empregados

Despesa de benefícios a empregados alocados a despesa com logística	23.980	24.155	26.339	26.455
Honorários da administração	4.546	5.436	4.781	5.673
Participação dos empregados nos resultados (Nota 20)	22.409	14.710	22.208	15.508
Total das despesas de benefícios a empregados	(285.373)	(328.450)	(308.248)	(353.944)

(i) De acordo com a jurisprudência vinculante do STJ que estabeleceu que todas as despesas essenciais ou relevantes para a empresa (incluindo as despesas obrigatórias por lei), pagas a pessoas jurídicas são passíveis de creditamento dos valores de PIS/COFINS no regime da não-cumulatividade, a Companhia apurou e lançou em seu balanço os valores relativos as despesas vinculadas à mão-de-obra operacional, que são determinadas por lei específica ou por acordos ou convenções coletivas de trabalho (com força de lei), tais como o vale-transporte, o vale-refeição e os planos de saúde, bem como benefícios similares.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Apropriação de receita diferida	2.836	2.836	2.836	2.836
Resultado de acordo operacional (Nota 7 (b))	14.158	6.609	14.158	6.609
Variação cambial	137	(6.504)	139	(6.492)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>2.632</u>	<u>(751)</u>	<u>4.936</u>	<u>(726)</u>
Outras receitas, líquidas	<u><u>20.763</u></u>	<u><u>2.190</u></u>	<u><u>22.069</u></u>	<u><u>2.227</u></u>

27 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receitas financeiras				
Receitas financeiras de depósitos bancários de curto prazo	2.428	1.821	2.431	1.827
Outras receitas financeiras	<u>6</u>	<u>2</u>	<u>6</u>	<u>2</u>
Receitas financeiras	<u>2.434</u>	<u>1.823</u>	<u>2.437</u>	<u>1.829</u>
Despesas financeiras				
Despesas com juros de financiamentos (i)	(18.043)	(10.190)	(18.850)	(10.605)
Despesas com atualização monetária (ii)	(5.211)	(4.847)	(1.179)	(4.826)
Ajuste a valor presente	(23.184)	(29.355)	(25.144)	(31.702)
Juros passivos de arrendamento	(48.373)	(40.625)	(51.323)	(44.415)
Outras despesas financeiras	<u>(319)</u>	<u>(1.398)</u>	<u>(346)</u>	<u>(1.411)</u>
Despesas financeiras	<u><u>(95.130)</u></u>	<u><u>(86.415)</u></u>	<u><u>(96.842)</u></u>	<u><u>(92.959)</u></u>
Resultado financeiro, líquido	<u><u>(92.696)</u></u>	<u><u>(84.592)</u></u>	<u><u>(94.405)</u></u>	<u><u>(91.130)</u></u>

(i) Despesas financeiras com juros nas antecipações de recebíveis;

(ii) Outras despesas bancárias para manutenção das operações da Companhia, além de juros em renegociações de prazo com fornecedores;

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Despesa de imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	40.271	(32.658)	43.357	(32.099)
Tributos à alíquota nominal (34%)	(13.692)	11.104	(14.741)	10.914
Equivalência patrimonial	1.721	(6.072)		
Outras diferenças permanentes	4.869	17.657	6.127	17.613
Crédito de IR/CS diferido (i)	(25.597)	(59.560)	(27.170)	(65.956)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(32.698)	(36.871)	(35.785)	(37.430)
Alíquota efetiva dos tributos	81,2%	-112%	82,5%	-116%

(i) Lançamento da despesa de IR CS é atribuído principalmente à amortização do ágio fiscal, que gerou impacto no resultado de R\$ 13.800 e redução dos ativos fiscais diferidos em virtude de reversão de diferenças temporárias, destacando-se a provisão de PPLR que foi responsável por R\$ 19.200.

29 Informação por segmento

A Companhia reporta a informação por segmento de acordo com as disposições do CPC 22 / IFRS 8 “Segmentos operacionais”. Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade sobre a qual possui informações financeiras separadas que são avaliadas regularmente.

Nas informações do segmento, todas as transações relacionadas entre os diferentes segmentos operacionais foram eliminadas.

(a) Critérios de segmentação.

Para efeitos de gestão, a Companhia é centralizada na divisão operacional Supermercados, que é a base sobre a qual a Companhia toma decisões sobre suas operações e alocação de recursos, essa divisão pode ser dividida por tipo de operação conforme abaixo:

- Varejo – Inclui as bandeiras “G Barbosa”, “Bretas”, “Prezunic” e Perini, com o varejo de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos que completam o portfólio por meio de sua cadeia de lojas de hipermercados, supermercados, lojas de eletro “eletroshow”, farmácias, postos de gasolina, *delicatessen* e cafés e plataformas de comércio eletrônico.
- Atacado de Autoserviços (Atacarejo) – Inclui a bandeira “Mercantil Rodrigues” e lojas específicas da Bandeira “Bretas”.
- Serviços Financeiros – Operação Joint Venture em parceria com a instituição bancária Bradesco responsável pela operação do cartão de crédito privado da Companhia, segmento não relevante para divulgação.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações citadas são reportadas de forma consistente com a apresentação de relatórios internos utilizados pela gestão no processo de tomada de decisão e controle de gestão, considerando-os numa perspectiva associada ao tipo de negócio e área geográfica.

Os segmentos operacionais reportáveis derivam suas receitas principalmente da venda de produtos e da prestação de serviços ao consumidor final no varejo. Não há cliente que represente mais de 5% da receita consolidada, ou de um segmento específico.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no período findo em 30 de junho de 2021:

- | | |
|---------------------------|-----|
| • Varejo | 87% |
| • Atacado de Autoserviços | 13% |

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Varejo			Atacado			Eliminações			Total	
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>
Receita Líquida de Vendas	3.517.272	3.681.889	507.112	298.602	(148)	(13)	4.024.236	3.980.478			
Lucro Bruto	787.124	889.459	90.383	41.293			877.507	931.382			
Depreciação e Amortização	(117.727)	(195.516)	(20.196)	(12.375)			(137.923)	(207.891)			
Lucro Operacional	129.181	61.236	8.582	(2.205)			137.763	59.031			
Resultado Financeiro líquido	(87.853)	(86.173)	(6.552)	(4.957)			(94.405)	(91.130)			
Lucro (prejuízo) antes do IR CSLL	41.328	(24.937)	2.030	(7.162)			43.358	(32.099)			
IR e CSLL	(35.388)	(37.018)	(397)	(412)			(35.785)	(37.430)			
Lucro (prejuízo) líquido do período	5.940	(61.955)	1.633	(7.574)			7.573	(69.528)			
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2020</u>								
Ativo Circulante	1.596.608	1.798.809	80.496	84.382	(61.020)	(55.996)	1.616.084	1.827.195			
Ativo Não Circulante	3.880.480	4.475.369	265.332	134.012	(29.001)	(52.219)	4.116.811	4.557.162			
Passivo Circulante	1.817.554	2.107.478	189.949	165.792	(61.020)	(55.996)	1.946.483	2.217.274			
Passivo Não Circulante	1.001.465	1.015.385	70.452	95.474	(29.001)	(52.219)	1.042.916	1.058.640			
Patrimônio Líquido	2.658.069	3.151.315	85.427	(42.872)			2.743.496	3.108.443			

Eliminações no resultado referem-se a vendas entre os segmentos, eliminações entre saldos de ativos e passivos referem-se a transações de conta corrente e Notas de débito entre as partes, para maiores detalhes (Nota 30).

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, eletrodomésticos, postos de combustíveis e farmácia, a receita líquida total é composta pelas seguintes bandeiras:

	Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
G Barbosa	1.206.356	1.251.241
Bretas	765.999	999.028
Prezunic	1.166.451	1.197.691
Mercantil	507.112	298.602
Perini	57.689	58.926
Eletro	194.836	91.928
Postos, Drogarias e outros	125.793	83.062
Total receitas, líquidas	4.024.236	3.980.478

- (i) Eliminação da receita entre os seguimentos em R\$ 148 (2020 - R\$ 13) conforme abertura do quadro Nota 29 (a).

30 Saldos e transações com partes relacionadas

30.1 Consolidado

O grupo é controlado pela Cencosud S.A (constituída no Chile) que detém 99,5% das ações da Companhia. Transações com Companhias estrangeiras do grupo, não controladores:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Passivo		
Cencosud Chile	533	393
	533	393
Resultado (Despesa)		
Cencosud Chile	36	766
	36	766

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30.2 Controladora

Companhia é controladora das Companhias Mercantil Rodrigues e Perini Comercial, com as quais ocorreram as transações demonstradas abaixo:

(a) Vendas de produtos

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Vendas de produtos a:		
Cencosud Comercial	6.610	4.992
Mercantil Rodrigues	148	13
Perini Comercial	<u>181</u>	<u>28</u>
	<u>6.939</u>	<u>5.033</u>

Operação de compra e vendas de mercadorias entre as empresas do mesmo grupo econômico diretamente relacionados com as suas atividades operacionais.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração são os membros da Diretoria. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por vinculação empregatícia, está apresentada a seguir:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	4.781	5.673
Participação no resultado	<u>4.122</u>	<u>6.225</u>
	<u>8.903</u>	<u>11.898</u>

(c) Conta corrente com partes relacionadas

	<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo		
Mercantil Rodrigues	29.001	52.219
Perini	<u>69.507</u>	<u>54.676</u>
	<u>98.508</u>	<u>106.895</u>

O saldo é representado por conta corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades.

Durante o período findo em 30 de junho de 2021 foram concedidos pela Companhia às companhias controladas Mercantil Rodrigues e Perini o montante de R\$ 205.145 (2020 - R\$ 299.523) em contra partida as companhias controladas efetuaram pagamentos no montante de R\$ 213.533 (2020 - R\$ 293.490), saldos referem-se a operação de caixa centralizado onde a empresa controladora possui a gestão e centralização do caixa e disponibiliza para as empresas controladas utilizarem para fins manutenção de suas respectivas operações.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Prestação Serviços Centralizada

A Companhia possui transações com suas controladas relativas a sua prestação de serviço (compartilhamento e rateio de custos e despesas) que são cobradas via emissão de Notas de Débitos, no período findo em 30 de junho de 2021 os saldos em aberto são R\$ 61.020 junto a controlada Mercantil Rodrigues e R\$ 12.054 junto a controlada Perini, abertura na Nota 11.

(e) Cisão imóveis próprios

Conforme detalhes Nota 2.2, a Companhia efetivou a cisão de imóveis próprios a empresa do grupo Cencosud Imobiliária Ltda, a qual essa nova parte relacionada será responsável pela gestão imobiliária dos ativos, com essa operação a Companhia passa a partir de Abril de 2021 a ter operações de locação das 18 lojas com operações de varejo que estão sob gestão da nova empresa.

Os contratos de locação entre as empresas estão abarcados em 100% variáveis, não gerando dessa forma o registro de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento por estarem abarcados em contratos 100% variáveis.

31 Resultado por ações

A Companhia calcula o lucro por ações por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada de ações ordinárias durante o período.

O quadro abaixo apresenta o cálculo do lucro básico e diluído por ações no período:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	7.573	(69.529)
Quantidade média ponderada de ações em circulação (i)	2.717.229	7.068.634
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ações - R\$	0,003	(0,010)

(i) de acordo com o exposto no CPC 41 parágrafo 64, os resultados por ação básicos e diluídos para todos os períodos comparativos devem ser ajustados quanto aos efeitos retroativos. A Companhia teve como principais efeitos retroativos a data base comparativa de 30 de junho de 2020:

- A redução de capital em R\$ 267.170 realizada em 31 de dezembro de 2020;
- A cisão de ativos em R\$ 370.000 (Nota 2.2) realizada em março de 2021;
- Redução de capital em contrapartida a prejuízos acumulados ocorrida em junho de 2021
- Variações de resultados acumulados entre os períodos;

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Cobertura de seguros (Não revisado)

O Grupo tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Propriedades e Lucros		
Cessantes	Incêndio e riscos diversos	491.607
		491.607

33 Ativos dados em garantia

	Controladora	Consolidado		
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Não circulante				
Ativos Imobilizados (Nota 12)	9.613	30.736	9.613	30.736
Total de ativos dados como garantia	9.613	30.736	9.613	30.736

34 Compromissos

(a) Contrato de serviço de construção de lojas Bretas

Em conexão com a assinatura do contrato de compra e venda das quotas de FAG/Bretas, foi também celebrado um contrato de prestação de serviços cujo objeto é a execução de investimentos para construção de 35 novas lojas em propriedade de terceiros a serem alugadas à rede Bretas em condições semelhantes às condições contratuais vigentes para outras lojas também de propriedade do mesmo grupo econômico contratado.

O montante contratado totaliza R\$ 300.000 e será desembolsado à medida da execução das obras. O contrato prevê a atualização dos valores pela variação do IPCA, acrescido de juros de 2% ao ano. Do total do contrato, já foram pagos R\$ 251.677 até a data base de Dezembro de 2020, contabilizados na rubrica de “Benfeitorias”, não ocorreram atualizações no exercício de 2021.

35 Transações não caixa

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Cisão de ativos mediante a restituição de capital aos acionistas, em bens Nota 2.2;
- Redução de capital em contra partida a prejuízos acumulados Nota 22;

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

***Cencosud Brasil
Comercial S.A.
(anteriormente denominada
Cencosud Brasil
Comercial Ltda.)
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório da Administração / Comentário do Desempenho - 2020

São Paulo, 19 de Maio de 2021. A Cencosud Brasil Comercial S.A anuncia seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2020 (4T20) e ao ano de 2020. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – Geral (NBC TG) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estes demonstrativos são apresentados em Reais, e todas as taxas de crescimento, a menos que seja afirmado o contrário, referem-se ao mesmo período de 2020.

Cencosud Brasil Comercial S.A.

Apresentação

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Cencosud Brasil Comercial S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Este relatório é parte integrante das Demonstrações Financeiras da Companhia, que seguem as normas contábeis internacionais (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

Cencosud Brasil Comercial S.A. – Resultado 4T20 e 2020

Destaques 4º. Trimestre 2020

(R\$ milhões)	Consolidado (1)			Varejo (2)			Atacado (3)		
	4T20	4T19	Δ %	4T20	4T19	Δ %	4T20	4T19	Δ %
Receita Bruta	2.607	2.338	11,5%	2.421	2.161	12,0%	186	176	5,6%
Receita Líquida	2.335	2.203	6,0%	2.173	2.048	6,1%	162	155	4,8%
Lucro Bruto	543	426	27,5%	519	405	28,3%	24	21	13,3%
% Margem Bruta	23,3%	19,3%	3,9 p.p.	23,9%	19,8%	4,1 p.p.	14,7%	13,6%	1,1 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(453)	(478)	-5,1%	(430)	(452)	-4,9%	(24)	(26)	-8,7%
% da Receita Líquida	-19,4%	-21,7%	2,3 p.p.	-19,8%	-22,1%	2,3 p.p.	-14,6%	-16,8%	2,2 p.p.
EBITDA (4)	180	75	139,4%	174	71	144,1%	6	4	55,0%
% Margem EBITDA	7,7%	3,4%	4,3 p.p.	8,0%	3,5%	4,5 p.p.	3,7%	2,5%	1,2 p.p.
Lucro Líquido - Controlador	129	(133)	-197,4%						
% Margem Líquida	5,5%	-6,0%	11,6 p.p.						

(1) Consolidado considera os resultados das operações da Cencosud Brasil Comercial S.A., Mercantil Rodrigues e Perini; (2) Considera os resultados das operações das Bandeiras GBarbosa, Bretas, Prezunic e Perini; (3) Considera os resultados da Bandeira Mercantil Rodrigues (4) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

Consolidado

- Crescimento da receita bruta em 11,5% totalizando R\$ 2,6 bilhões;
- Crescimento da receita líquida em 6,0% totalizando R\$ 2,3 bilhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 11,3%;
- Aumento da margem bruta em 3,9 p.p.;
- EBITDA alcançou R\$ 180 milhões com crescimento de R\$ 105 milhões, saindo de 3,4% para 7,7%, crescimento de 4,3 p.p.;
- Lucro líquido alcançou R\$ 129 milhões com crescimento de R\$ 262 milhões, saindo de -6,0% para +5,5%, crescimento de 11,6 p.p.

Varejo

- Crescimento da receita bruta em 12,0% totalizando R\$ 2,4 bilhões;
- Crescimento da receita líquida em 6,1% totalizando R\$ 2,2 bilhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 11,8%;
- Aumento da margem bruta em 4,1 p.p.;
- EBITDA alcançou R\$ 174 milhões com crescimento de R\$ 103 milhões, saindo de 3,5% para 8,0%, crescimento de 4,5 p.p.;

Atacado

- Crescimento da receita bruta em 5,6% totalizando R\$ 186 milhões;
- Crescimento da receita líquida em 4,8% totalizando R\$ 162 milhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 5,1%;
- Aumento da margem bruta em 1,1 p.p.
- EBITDA alcançou R\$ 6 milhões com crescimento de R\$ 2 milhões, saindo de 2,5% para 3,7%, crescimento de 1,2 p.p.;

Destaques 2020

<i>(R\$ milhões)</i>	Consolidado (1)			Varejo (2)			Atacado (3)		
	2020	2019	Δ %	2020	2019	Δ %	2020	2019	Δ %
Receita Bruta	9.403	8.596	9,4%	8.697	7.933	9,6%	706	663	6,5%
Receita Líquida	8.409	7.804	7,7%	7.793	7.223	7,9%	616	581	5,9%
Lucro Bruto	1.971	1.644	19,9%	1.881	1.565	20,2%	90	79	13,6%
% Margem Bruta	23,4%	21,1%	2,4 p.p.	24,1%	21,7%	2,5 p.p.	14,6%	13,6%	1,0 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.747)	(1.790)	-2,4%	(1.657)	(1.700)	-2,5%	(90)	(91)	-0,8%
% da Receita Líquida	-20,8%	-22,9%	2,2 p.p.	-21,3%	-23,5%	2,3 p.p.	-14,6%	-15,6%	1,0 p.p.
EBITDA (4)	612	285	114,9%	589	271	116,9%	24	13	74,9%
% Margem EBITDA	7,3%	3,6%	3,6 p.p.	7,6%	3,8%	3,8 p.p.	3,8%	2,3%	1,5 p.p.
Lucro Líquido - Controlador	64	(431)	-114,9%						
% Margem Líquida	0,8%	-5,5%	6,3 p.p.						

(1) Consolidado considera os resultados das operações da Cencosud Brasil Comercial S.A., Mercantil Rodrigues e Perini; (2) Considera os resultados das operações das Bandeiras GBarbosa, Bretas, Prezunic e Perini; (3) Considera os resultados da Bandeira Mercantil Rodrigues (4) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

Consolidado

- Crescimento da receita bruta em 9,4% totalizando R\$ 9,4 bilhões;
- Crescimento da receita líquida em 7,7% totalizando R\$ 8,4 bilhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 8,5%;
- Aumento da margem bruta em 2,4 p.p.;
- EBITDA alcançou R\$ 612 milhões com crescimento de R\$ 327 milhões, saindo de 3,6% para 7,3%, crescimento de 3,6 p.p.;
- Lucro líquido alcançou R\$ 64 milhões com crescimento de R\$ 495 milhões, saindo de -5,5% para +0,8%, crescimento de 6,3 p.p.

Varejo

- Crescimento da receita bruta em 9,6% totalizando R\$ 8,7 bilhões;
- Crescimento da receita líquida em 7,9% totalizando R\$ 7,8 bilhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 8,7%;
- Aumento da margem bruta em 2,5 p.p.;

- EBITDA alcançou R\$ 589 milhões com crescimento de R\$ 318 milhões, saindo de 3,8% para 7,6%, crescimento de 3,8 p.p.;

Atacado

- Crescimento da receita bruta em 6,5% totalizando R\$ 706 milhões;
- Crescimento da receita líquida em 5,9% totalizando R\$ 616 milhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 5,9%;
- Aumento da margem bruta em 1,0 p.p.;
- EBITDA alcançou R\$ 24 milhões com crescimento de R\$ 11 milhões, saindo de 2,3% para 3,8%, crescimento de 1,5 p.p.;

Mensagem da Administração

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) já era uma emergência de saúde global e o classificou como pandemia.

Para controle da proliferação do vírus, foram tomadas medidas que impactaram a rotina de toda sociedade, dentre elas a restrição da livre circulação de pessoas em locais públicos, fechamento temporário de comércio, serviços, escolas, restrição de voos, cancelamento de eventos, entre outros, que por sua vez impactam diretamente negócios vários setores da economia, com a redução da demanda para muitos bens e serviços.

Devido a responsabilidade de atuarmos em atividade considerada essencial e termos, como operadores, a responsabilidade de abastecer as necessidades básicas, mais ainda agora do que nunca, a Cencosud está comprometida a trabalhar para alimentar as famílias nas localidades onde atua. Assim sendo, para um melhor acompanhamento e cuidado com a saúde de todos neste momento, foram adotadas todas as medidas de prevenção cabíveis, buscando proteger colaboradores, clientes, fornecedores e prestadores de serviços.

Em 2020 foi tomada a decisão de iniciar o processo de abertura do capital de nossa operação no Brasil, com a venda de um percentual minoritário, entre 15% e 35%, para levantar cerca de US \$ 300 milhões que serão usados 100% para financiar o crescimento orgânico e a expansão da operação de Supermercados no Brasil.

Nossa operação alcançou em 2020 o melhor desempenho dos últimos nove anos, dobrando seu EBITDA em relação ao período anterior, devido às eficiências operacionais, ajustes nas estratégias de negociação com fornecedores, mudanças no mix de vendas, o crescimento histórico do canal de e-commerce e a melhor gestão do capital de giro.

Nossa matriz no Chile anunciou seu plano de investimentos (CAPEX) para 2021 a 2023 de US \$ 1.800 milhões, destes US\$ 180 milhões serão investidos no Brasil para reforma e modernização de 100% das lojas, além de uma parcela dos investimentos em logística TI e digital. Além disso, contempla o lançamento do formato de proximidade em Supermercados, com prazos de entrega inferiores a 35 minutos, através de um novo aplicativo. Este novo serviço, único na América Latina, começará com um serviço online e numa

terceira fase abrirá lojas físicas.

A Cencosud formou uma aliança estratégica com a Cornershop. O acordo permitirá o desenvolvimento de canais de e-commerce para todas as unidades de negócios do grupo, nos cinco países onde o grupo atua, incluindo o Brasil e contempla a integração tecnológica.

Novo formato de loja Spid35 - A Cencosud lançou o novo formato para lojas de conveniência “Spid35”, que considera três etapas: a primeira, já concluída, foi o seu lançamento em formato virtual pela Cornershop. No segundo, projeta-se que terá um aplicativo próprio disponível nas principais cidades dos cinco países onde a Cencosud opera supermercados. O terceiro considera lojas de conveniência físicas usando GLA existente ou loteamento para implementar grey ou dark stores. O objetivo é sempre manter a melhor experiência aos clientes.

Implementação de canais digitais para compras online

Lançamento do App Prezunic, Gbarbosa, Bretas, Mercantil e Perini com 2 milhões de downloads; lançamento das páginas web (e-grocery) Prezunic, Gbarbosa, Bretas e Mercantil e a implantação do WhatsApp Delivery nos produtos das bandeiras Prezunic, Gbarbosa, Bretas e Mercantil e Alianza com Cornershop.

Prêmio ABEMD à Prezunic

A Prezunic recebeu da Associação Brasileira de Data Marketing - ABEMD o prêmio de Prata na categoria Digital / Mobile para a Campanha "Ofertas exclusivas do App Prezunic".

Prezunic

Ao longo de 2020, a Prezunic reduziu significativamente o investimento em TV marketing e impressão de brochuras para comunicar com os clientes apenas através dos canais digitais (redes sociais e app) e lojas físicas, o que representou economia nas ações de marketing.

Gbarbosa

Ampliação do serviço de entrega aos clientes, cumprindo todos os processos

de higiene exigidos no período pandêmico, gestão de estoques e a integração nas administrações de Gbarbosa e Perini em uma única gestão (multifuncionalidade)

Diversas iniciativas de engajamento comunitário foram realizadas no período. No entanto, neste caso, foram tomadas medidas gerais, independentemente das unidades de negócio implementadas no território.

Dentre todas as iniciativas de apoio à comunidade, foram contempladas cerca de 1.000 horas de voluntariado e cerca de 83.000 pessoas beneficiadas.

Entre as atividades realizadas, destaca-se a Aliança com o instituto GBarbosa 50+, apoiando na melhoria da qualidade de vida a mais de 17.000 pessoas com mais de 50 anos e, por outro lado, a doação de alimentos a diversos pessoas com alto grau de vulnerabilidade.

A Cencosud Brasil busca proporcionar aos seus clientes experiências de compra memoráveis, alinhadas às demandas da sociedade e estabelecendo uma relação de confiança com colaboradores, clientes, comunidades e fornecedores pautada pelo respeito e pela transparência. Esses princípios também se estendem à cadeia de produção de ovos, por isso a Cencosud Brasil tem o compromisso de promover uma produção de ovos mais sustentável e o bem-estar animal. Este compromisso abrange todos os negócios da Cencosud no Brasil e considera que até 2025, 100% dos ovos de marca própria serão provenientes de animais livres de gaiolas; Em 2028, 100% dos ovos vendidos em suas lojas virão de galinhas sem gaiola.

A Cencosud promoverá entre seus clientes o hábito de consumir ovos de galinha sem gaiola, e respeitará as mudanças na legislação e regulamentação do setor quanto à comercialização de ovos sem gaiola. Quando seja necessário, este documento será revisado para atender às novas regras da cadeia de abastecimento de ovos³⁰.

Resultados

As receitas aumentaram 9,4%, e mesmas lojas de 8,5% em 2019. Esse crescimento é explicado pelo aumento de dois dígitos nas vendas da Gbarbosa e, em menor proporção, da Prezunic e Bretas. A margem EBITDA ajustada cresceu 368 bps, atingindo uma margem de 7,4%, quase dobrando o EBITDA em relação ao ano anterior devido a eficiências operacionais, crescimento

histórico no canal de e-commerce e melhor gestão do capital de giro com promoções focadas nas necessidades do cliente por meio da utilização do CRM.

A receita cresceu 9,6% em moeda local, atingindo um SSS de 9,9% explicado pelo desempenho positivo da Gbarbosa, que alcançou expansão de dois dígitos nas categorias de alimentos e não alimentos. Paralelamente, o bom desempenho da Prezunic foi explicado pela aposta do conceito de marketing no mundo digital, onde a App de fidelização, lançada ao longo do ano, permite promoções mais direcionadas e eficazes. Da mesma forma, as vendas do Bretas cresceram graças ao aumento das promoções na área de alimentos e maior disponibilidade de produtos.

As vendas online têm crescido exponencialmente tanto pela associação com a Cornershop quanto pelas vendas online por meio de App próprio em todas as bandeiras, além do lançamento de páginas web (e-grocery) e da implantação do WhatsApp Delivery nos produtos das principais bandeiras. A Empresa aumentou seu EBITDA em decorrência dos impactos positivos das novas estratégias implementadas nos últimos dois anos: alterações na negociação comercial com fornecedores, continuidade dos programas de eficiência nas estruturas, alterações na estratégia de marketing e melhor gestão do capital de giro.

Serviços financeiros

O EBITDA ajustado caiu explicado principalmente pelo aumento das provisões devido a uma mudança regulatória solicitada pelo Banco Central do Brasil, como parte das medidas de proteção para fazer frente aos efeitos econômicos da pandemia COVID-19.

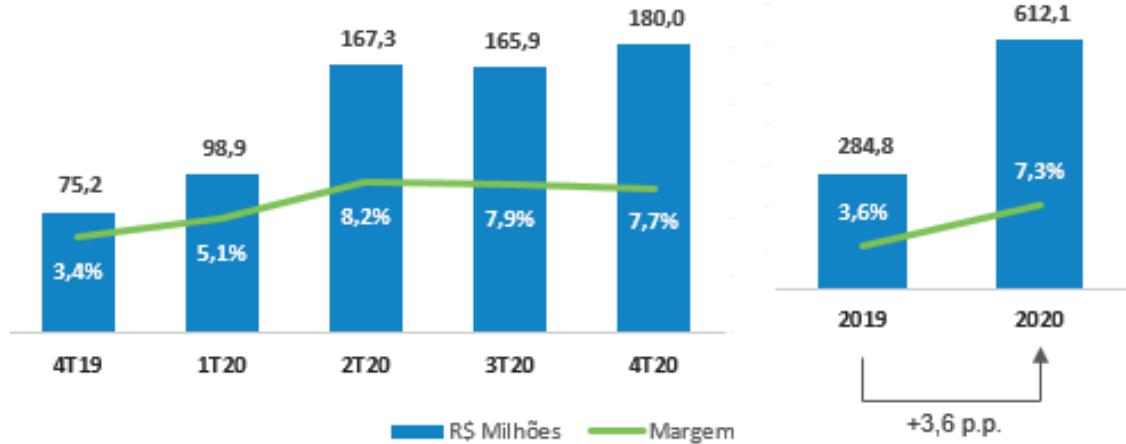
Conciliação do EBITDA com o Lucro Líquido

(Em milhões de reais)	Consolidado		Consolidado	
	4T20	4T19	2020	2019
EBITDA	180	75	612	285
Margem EBITDA	7,7%	3,4%	7,3%	3,6%
(Em milhões de reais)	Consolidado		Consolidado	
	4T20	4T19	2020	2019
Resultado líquido do exercício	129	(133)	64	(431)
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(7)	(4)	(64)	(22)
(+) Resultado financeiro, líquido	41	(85)	(96)	(283)
(+) Depreciação e amortização	(85)	(119)	(387)	(411)
EBITDA	180	75	612	285
Receita operacional líquida	2.335	2.203	8.409	7.804
Margem EBITDA	7,7%	3,4%	7,3%	3,6%

Representatividade de venda líquidas por Formato

Receita Líquida (R\$ milhões)	4T20		2020	
	Vendas Totais	% Total Lojas	Vendas Totais	% Total Lojas
Varejo	2.173	93,1%	7.793	92,7%
Atacado	162	6,9%	616	7,3%
Total	2.335	100,0%	8.409	100,0%

Evolução da rentabilidade - EBITDA Ajustado



Outras Receitas e Despesas

(R\$ milhões)	Consolidado			Consolidado		
	4T20	4T19	Δ %	2020	2019	Δ %
Out. Desp/Rec. N Operc.	(2)	2	-210,3%	(8)	3	-379,1%
Variação Cambial	2	(0)	-701,6%	(5)	(2)	155,2%
Resultado JV	6	6	-12,4%	14	20	-29,7%
Total	6	8	-29,1%	1	21	-95,6%
<i>Efeitos não caixa</i>	<i>6</i>	<i>8</i>	<i>-29,1%</i>	<i>1</i>	<i>21</i>	<i>-95,6%</i>

Resultado Financeiro

Excluindo Elementos Excepcionais (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T20	4T19	Δ %	2020	2019	Δ %
Atualização Monetária - Ganho Ação	86	-	0,0%	86	-	0,0%
Receitas financeiras	2	3	-27,3%	7	18	-59,0%
Despesas financeiras	(25)	(36)	-32,0%	(93)	(210)	-55,7%
Custo da dívida	(3)	(5)	-51,6%	(12)	(74)	-84,1%
Custo de antecipação de recebíveis	(8)	(8)	-1,4%	(24)	(35)	-30,9%
Outras despesas financeiras	(4)	(2)	60,9%	(6)	(17)	-62,3%
Variação cambial líquida	1	0	109,0%	1	(0)	-1072,3%
Ajuste a Valor Presente	(11)	(21)	-46,9%	(52)	(85)	-39,1%
Resultado Financeiro Líquido	64	(34)	-290,2%	1	(192)	-100,4%
% Receita Líquida	2,7%	-1,5%	4,3 p.p.	0,0%	-9,4%	9,4 p.p.
Juros sobre passivo de arrendamento	(23)	(51)	-54,9%	(97)	(90)	7,0%
Resultado Financeiro Líquido - Pós IFRS16	41	(85)	-147,9%	(96)	(283)	-66,1%
% Receita Líquida - Pós IFRS16	1,7%	-3,9%	5,6 p.p.	-4,4%	-13,8%	9,4 p.p.

O resultado financeiro líquido no trimestre foi positivo sem e com os efeitos do IFRS 16, respectivamente, em R\$ 64 e R\$ 41 milhões, representando 2,7% e 1,7% da receita líquida. Já no ano os resultados foram R\$ 1 milhão positivo sem os efeitos de IFRS 16 e R\$ 96 milhões negativos com os efeitos, representando 0,0% e 1,1% da receita líquida.

Dívida Líquida

(R\$ milhões)	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Dívida de Curto Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-
Dívida de Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-
Total da Dívida Bruta	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	561	409
Dívida Líquida	561	409
Ebitda Ajustado (1)	338	17
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	115	44
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Créditos não antecipados	676	453
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Créditos não antecipados / Ebitda Ajustado (1)	N/A	N/A

(1) Ebitda Ajustado Pré-IFRS16

Desde 2019 não temos empréstimos e financiamentos há boa gestão de caixa de forma que não se fez necessário contratar novos empréstimos.

Investimentos

(R\$ milhões)	Consolidado					
	4T20	4T19	Δ %	2020	2019	Δ %
Novas Lojas e Aquisição de Terrenos		23,6	-100,0%		23,6	-100,0%
Reformas e Conversões	1,3	6,0	-79,1%	17,6	39,9	-55,9%
Manutenções	7,2	6,1	17,0%	12,1	24,1	-49,7%
Sistemas e Outros	3,0	2,5	22,6%	4,7	7,8	-39,6%
Total Investimentos	11,4	38,2	-70,1%	34,4	95,4	-63,9%

Movimentação de Lojas por Segmento

	31.12.2019				31.12.2020		
	N. Lojas	Abertas	Abertas por Conversão	Fechadas	Fechadas pl/ Conversão	N. Lojas	Área de vendas m² (mil)
Varejo	339			-7		332	511
Atacado	8					8	36
Consolidado	347	0	0	-7	0	340	547

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço Patrimonial

Ativo

<i>(R\$ milhões)</i>	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante	1.827	1.711
Caixa e equivalente de caixa	561	409
Contas a receber	136	75
Estoques	871	901
Tributos a recuperar	200	240
Adiantamentos a Fornecedores	1	3
Outros ativos	57	84
Ativo Não Circulante	1.227	1.149
Tributos a recuperar	505	354
Partes relacionadas	-	-
Depósitos judiciais	52	54
Imposto de renda e contribuição social diferidos	633	702
Ativo Indenizável	36	39
Imobilizado	3.331	3.469
Investimentos	-	-
Imobilizado	1.075	1.276
Ativos de Direito de uso	716	639
Intangível	1.539	1.554
Total do Ativo	6.384	6.328

Passivo

(R\$ milhões)	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Passivo Circulante	2.217	1.970
Fornecedores	1.675	1.469
Empréstimos e financiamentos	-	-
Tributos a recolher	72	77
Parcelamento de tributos	12	9
Provisão de férias e encargos	69	72
Partes relacionadas	0	2
Participação dos empregados nos lucros	71	49
Receitas diferidas	6	7
Passivos de arrendamento	186	204
Credores por aquisição de controladas	29	-
Outros passivos	97	81
Passivo Não Circulante	1.059	1.047
Empréstimos e financiamentos	-	-
Parcelamentos de tributos	28	25
Receitas diferidas	131	137
Provisões para contigências	107	108
Passivos de arrendamento	778	715
Credores por aquisição de controladas	14	62
Perdas em investimentos	-	-
Patrimônio líquido	3.108	3.311
Capital social	6.801	7.069
Ajuste de avaliação patrimonial	(10)	(10)
Prejuizos acumulados	(3.683)	(3.748)
Total do Passivo	6.384	6.328

Demonstração de Resultado do Exercício 4º Trimestre 2020 e 2020

(R\$ milhões)	Consolidado					
	4T20	4T19	Δ %	2020	2019	Δ %
Receita Bruta	2.607	2.338	11,5%	9.403	8.596	9,4%
Receita Líquida	2.335	2.203	6,0%	8.409	7.804	7,7%
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.792)	(1.777)	0,9%	(6.438)	(6.161)	4,5%
Lucro Bruto	543	426	27,5%	1.971	1.644	19,9%
% Margem Bruta	23,3%	19,3%	3,9 p.p.	23,4%	21,1%	2,4 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(369)	(358)	2,8%	(1.359)	(1.380)	-1,5%
% da Receita Líquida	-15,8%	-16,3%	0,5 p.p.	-16,2%	-17,7%	1,5 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	6	8	-29,1%	1	21	-95,6%
Depreciação e Amortização	(85)	(119)	-29,0%	(387)	(411)	-5,7%
EBIT - Lucro Op. antes do Result. Financeiro e impostos	95	(44)	-316,0%	225	(126)	-278,2%
Despesas Financeiras líquidas	41	(85)	-147,9%	(96)	(283)	-66,1%
Resultado Financeiro Líquido	41	(85)	-147,9%	(96)	(283)	-66,1%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	136	(129)	-205,4%	129	(409)	-131,5%
Imposto de Renda	(7)	(4)	73,1%	(64)	(22)	188,6%
Lucro Líquido Companhia	129	(133)	-197,4%	64	(431)	-114,9%
% Margem Líquida	5,5%	-6,0%	11,6 p.p.	0,8%	-5,5%	6,3 p.p.
EBITDA (1)	180	75	139,4%	612	285	114,9%
% Margem EBITDA	7,7%	3,4%	4,3 p.p.	7,3%	3,6%	3,6 p.p.

(1) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

Fluxo de Caixa – Consolidado

<i>(R\$ milhões)</i>	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	129	(409)
Ajuste		
Depreciação e amortização	226	245
Amortização direito de uso	151	139
Amortização de receita diferida	(6)	(6)
Contingências, perda na realização de ativos, e outras	18	30
Perda na baixa de ativos reconhecida no resultado	25	32
Juros e variações monetárias	-	48
Juros sobre arrendamentos	97	90
Ajuste a valor presente	5	(1)
	645	168
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	(62)	46
Estoques	30	57
Tributos a recuperar	(107)	(138)
Outros ativos	34	42
Fornecedores e partes relacionadas	199	176
Tributos a recolher	(1)	53
Provisão de férias e encargos	(3)	1
Participação dos empregados nos lucros	22	2
Provisão para contingências	(18)	(37)
Arrendamento	(14)	97
Outros passivos	(5)	13
Caixa aplicado nas atividades operacionais	720	480

Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	-	(78)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	720	402
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(33)	(95)
Adições ao intangível	(2)	(4)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(35)	(99)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	-	-
Captações	-	748
Pagamentos (principal)	-	(1.863)
Empréstimos concedidos a controladas	-	-
Recebimentos	-	-
Empréstimos concedidos	-	-
Pagamentos de Arrendamentos	(265)	(274)
Aumento de capital	(267)	1.124
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(532)	(265)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	152	38
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	409	371
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	561	409
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	152	38

Evolutivo da Segregação das Vendas por Segmento

(R\$ milhões)	Segmentação de Vendas Brutas por Negócio									
	4T20	%	4T19	%	Δ %	2020	%	2019	%	Δ %
Varejo	2.421	92,9%	2.161	92,5%	12,0%	8.697	92,5%	7.933	92,3%	9,6%
Atacado	186	7,1%	176	7,5%	5,6%	706	7,5%	663	7,7%	6,5%
Consolidado	2.607	100,0%	2.338	100,0%	11,5%	9.403	100,0%	8.596	100,0%	9,4%
Segmentação de Vendas Líquidas por Negócio										
(R\$ milhões)	4T20	%	4T19	%	Δ %	2020	%	2019	%	Δ %
	2.173	93,1%	2.048	93,0%	6,1%	7.793	92,7%	7.223	92,5%	7,9%
Varejo	162	6,9%	155	7,0%	4,8%	616	7,3%	581	7,5%	5,9%
Consolidado	2.335	100,0%	2.203	100,0%	6,0%	8.409	100,0%	7.804	100,0%	7,7%

Composição das Vendas (% sobre Vendas Líquidas)

(% sobre Vendas Li)	Consolidado			
	4T20	4T19	2020	2019
Á Vista	48,7%	46,3%	47,7%	46,0%
Cartão de Crédito	42,2%	43,3%	43,0%	43,4%
Ticket Alimentação /	9,1%	10,4%	9,3%	10,6%

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(Anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cencosud Brasil Comercial S.A. e da Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e





Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(Anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela exclusão do PAA relacionado com adoção do IFRS 16 “Adoção da nova norma contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos” ocorrido no exercício de 2019.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(Anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível (Nota 14) e da realização de tributos diferidos (Nota 19)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vidas úteis definida e indefinida, compostos por marcas identificadas nas combinações de negócios das empresas, fundo de comércio e software para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável, bem como ágio advindo das aquisições de empresas realizadas nos últimos anos, testado anualmente para avaliar a necessidade ou não de redução ao seu valor recuperável. A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa – UGC ou segmento ao qual os saldos se relacionam.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a sua utilização, bem como estão limitados aos valores apurados nas projeções.

As projeções de fluxo de caixa e de resultados tributáveis futuros foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração da Companhia e suas controladas e consideram dados e premissas que envolvem julgamento significativo da administração relacionadas ao resultado das atividades (UGC, segmentos ou entidade jurídica, conforme o caso), tais como: i) volume de vendas, ii) margem bruta média, iii) despesas sobre vendas, iv) dispêndio aquisição de imobilizado, v) taxa de crescimento perpetuidade e vi) taxa de desconto, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

. Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do valor recuperável do ativo intangível e dos tributos diferidos da Companhia. Avaliação da governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos e revisões pelas equipes de especialistas em cálculos financeiros da Companhia.

. Envolvimento de nossos especialistas em projeções financeiras para a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também foi testada a coerência lógica e aritmética das projeções.

. Foi analisado a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos fiscais acumulados ao longo dos próximos anos.

. Realização de análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando cenários alternativos de taxas de descontos e percentual de margens, bem como foi efetuada leitura das divulgações da administração às demonstrações financeiras. Adicionalmente, foi comparado as projeções com o histórico de resultados auferidos em anos anteriores.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
 (Anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância dos saldos, bem como que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos ativos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia e do Consolidado.

Porque é um PAA

Recuperação e apresentação de créditos tributários estaduais e federais (Nota 9)

A Companhia e suas controladas possuem em seu ativo, saldos representativos de impostos a recuperar relativos a ICMS, PIS e COFINS oriundos de créditos fiscais escriturados nas apurações das filiais, créditos extra-apuração, decorrentes de levantamentos realizados pelo setor de planejamento tributário e créditos extemporâneos levantados pela Companhia.

A administração da Companhia avalia a recuperabilidade destes créditos tributários, em razão do aproveitamento de grande parte destes créditos somente ser possível de ocorrer de acordo com as possibilidades legais de: compensações com outros tributos estaduais e federais e pedido de aprovação e resarcimento, em espécie, dos referidos créditos tributários, junto às autoridades fiscais. A realização dos tributos a recuperar tem base em estudo técnico de monetização preparado pela administração da Companhia, na projeção de compras e vendas em exercícios futuros e nas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia utiliza-se de premissas contábeis e de negócios nos cálculos das projeções acima que incluem, entre outras, premissas quanto a estimativa de compras e vendas, taxas de crescimento nas operações e as margens de lucro esperadas, inclusive fatores que não estão totalmente sob o controle da Companhia no que se refere a obtenção através de requerimento específico e mediante aprovação de autoridades fiscais competentes.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos saldos e a necessidade de julgamento crítico por parte da

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas tributários na análise das alternativas apresentadas pela Administração da Companhia para a utilização desses tributos a recuperar em pagamentos futuros de tributos estaduais e federais por meio de pedido de restituição e/ou compensação.
- Obtenção de entendimentos legais de assessores jurídicos externos e internos, sobre determinados assuntos tributários relacionados às atividades da Companhia.
- Análise das estimativas efetuadas pela Administração da Companhia com referência aos prazos para efetiva realização dos referidos créditos tributários, recálculo da provisão para perda dos saldos de ICMS -ST, PIS e COFINS, bem como sua adequada classificação entre ativo circulante e não circulante, assim como a suficiência da provisão para perdas;
- Revisão da adequada divulgação realizada nas demonstrações contábeis.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
 (Anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

administração, em relação às premissas para determinar as projeções, sendo que variações nessas premissas podem impactar a recuperação dos ativos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia e do Consolidado.

Porque é um PAA

Reconhecimento, mensuração e recuperabilidade de créditos de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 9 (a))

A Companhia e suas controladas registraram créditos fiscais no valor de R\$ 251.063 mil, oriundos de processos judiciais transitados em julgado, relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações.

Com base na análise de recuperabilidade desses créditos, a Companhia reconheceu provisão para perda parcial no montante de R\$ 136.063. A análise se baseia, principalmente, pelo fato da Companhia ao longo dos exercícios de 2018 e 2019, apurar saldo credor de PIS e COFINS, decorrente da operação de compra e venda de mercadorias, e outros créditos, o que acarreta a não realização integral dos créditos das referidas contribuições. A companhia considerou em suas estimativas de realização dos créditos o limite temporal de 5 anos, concluindo por provisionar os valores excedentes a esse período.

Ao longo do exercício de 2020, a Companhia reverteu a provisão para impairment anteriormente reconhecida, em virtude de ter apurado saldo devedor de PIS e COFINS, decorrente do incremento nas vendas e margens no exercício.

Este assunto foi foco de nossa auditoria em razão da relevância do valor envolvido, do volume de operações que deram origem aos créditos e da existência de julgamento significativo da administração na determinação das estimativas relacionadas à mensuração e à realização do crédito

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- . Com o apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos leitura das decisões e discussão com a administração e seus assessores jurídicos para avaliação dos critérios adotado pela Companhia e suas controladas para o reconhecimento do crédito.
- . Obtenção e revisão de pareceres legais de assessores jurídicos externos contratados pela Companhia, sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.
- . Testamos, por amostragem, os cálculos preparados pela administração para mensurar os valores dos tributos a recuperar e, quando aplicável, a correspondente atualização monetária para o período objeto do processo judicial, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela administração.
- . Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da segregação entre as parcelas de curto e longo prazo.
- . Com base nas projeções de vendas elaboradas pela administração, efetuamos avaliação quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário.



Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(Anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

tributário, amparada por opinião de assessores jurídicos externos.

- Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(Anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- . Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- . Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- . Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(Anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 20 de maio de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Régo
Contador CRC 1BA024501/O-9

Índice

Demonstrações financeiras.	
Balanço patrimonial	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	11
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	25
4 Gestão de risco financeiro	29
5 Instrumentos financeiros por categoria	34
6 Caixa e equivalentes de caixa	36
7 Contas a receber	36
8 Estoques	38
9 Tributos a recuperar	39
10 Outros ativos	46
11 Investimento em subsidiárias	46
12 Imobilizado	48
13 Arrendamentos	49
14 Intangível	53
15 Fornecedores	56
16 Tributos a recolher	57
17 Provisões para contingências	57
18 Imposto de renda e contribuição social diferidos	61
19 Receitas diferidas	63
20 Participação dos empregados nos lucros – Consolidado	64
21 Credores pela aquisição de controladas e ativos	64
22 Patrimônio líquido	64
23 Receitas	65

24	Custos e despesas por natureza	66
25	Salários e benefícios	67
26	Outras (despesas) receitas, líquidas	67
27	Resultado financeiro, líquido	68
28	Despesa de imposto de renda e contribuição social	69
29	Informação por segmento	69
30	Transações com partes relacionadas	72
31	Resultado por ações	74
32	Cobertura de seguros	74
33	Ativos dados em garantia	75
34	Compromissos	75
35	Eventos Subsequentes	75

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Consolidado						Consolidado	
	Controladora		2019		2020			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019		
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	(Nota 6)	555.440	401.620	561.169	408.790	Fornecedores	(Nota 15)	
Contas a receber	(Nota 7)	123.053	62.104	136.442	74.738	Titulos recorrentes	(Nota 16)	
Estoques	(Nota 8)	801.491	830.970	871.386	900.687	Parcelamentos de tributos	1.344.736	
Tributos a recuperar	(Nota 9)	184.103	233.592	200.042	240.098	Provisão de férias e encargos	66.529	
Adiantamento a fornecedores	(Nota 10)	1.191	2.163	1.274	2.656	Partes relacionadas nos resultados	9.447	
Outros ativos	118.050	132.569	57.082	84.012	Participação dos empregados nos resultados	67.201		
					Recetas diferidas	66.927		
					Passivos de arrendamento controlados	2.309		
					Créditos por aquisição de controladas	45.589		
					Outros passivos	70.809		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
						71.588		
						68.906		
						3.93		
						2.309		
						48.730		
						6.317		
						6.704		
						183.589		
						203.682		
						29.458		
						29.458		
						1.469.199		
						1.675.370		
						71.634		
						11.638		
						9.499		
			</td					

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Operações continuadas				
Receita líquida de vendas	(Nota 23)	7.675.085	7.092.002	8.408.932
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(Nota 24)	(5.834.414)	(5.574.801)	(6.438.310)
Lucro bruto		1.840.671	1.517.201	1.970.622
Despesas com vendas	(Nota 24)	(932.420)	(1.001.707)	(1.019.994)
Despesas gerais e administrativas	(Nota 24)	(682.562)	(651.582)	(734.495)
Participação nos resultados de controladas	(Nota 11)	(18.100)	(31.241)	(700.810)
Outras receitas, líquidas	(Nota 26)	8.237	25.173	8.491
Lucro (prejuízo operacional)		215.826	(142.156)	224.624
Resultado Financeiro, líquido	(Nota 27)	(82.615)	(266.520)	(95.863)
Lucro (prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social)		133.211	(408.676)	128.761
Imposto de renda e contribuição social diferido	(Nota 28)	(68.814)	(22.238)	(64.364)
Lucro (prejuízo) do exercício		64.397	(430.914)	64.397
Quantidade de ações atribuídas aos quotistas (em R\$ por ações)				
Básico e diluído por ações - R\$	(Nota 31)		6.801.464	7.068.634
			0,01	(0,06)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>64.397</u>	<u>(430.914)</u>	<u>64.397</u>	<u>(430.914)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	_____	_____	_____	_____
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>64.397</u></u>	<u><u>(430.914)</u></u>	<u><u>64.397</u></u>	<u><u>(430.914)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018				
Ajuste de exercícios anteriores - adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R ₂)	5.944.229	(9.667)	(3.106.430) (210.407)	2.828.132 (210.407)
Saldo de abertura em 1º de janeiro de 2019				
Resultado abrangente do exercício Prejuízo do exercício	5.944.229	(9.667)	(3.316.837)	2.617.725
Contribuições de quotistas Aumento de capital (Nota 22)			(430.914)	(430.914)
	1.124.405			1.124.405
Em 31 de dezembro de 2019	7.068.634	(9.667)	(3.747.751)	3.311.216
Resultado abrangente do exercício Lucro do exercício			64.397	64.397
Contribuições de quotistas Redução de capital (Nota 22)				(267.170)
	(267.170)			
Em 31 de dezembro de 2020	6.801.464	(9.667)	(3.683.354)	3.108.443

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

**Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro / Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	133.210	(408.676)	128.761	(408.608)
Ajuste				
Participação nos resultados de controladas	(Nota 11)	17.663	46.485	
Depreciação e amortização	(Nota 12 e 14)	202.470	228.555	226.110
Amortização direto de uso	(Nota 13)	142.200	130.645	150.935
Amortização de receita diferida	(Nota 27)	(5.672)	(5.672)	(5.672)
Contingências, perda na realização de ativos, e outras	(Nota 17)	16.775	27.913	18.454
Perda na baixa de ativos reconhecida no resultado	(Nota 12)	24.131	26.427	24.516
Juros e variações monetárias			47.925	47.925
Juros sobre arrendamentos		87.969	82.659	96.555
Ajuste a valor presente		4.711	(1.353)	5.059
	623.456	174.908	644.718	168.400
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber		(61.212)	44.286	(61.748)
Estoques		30.171	60.350	30.391
Tributos a recuperar		(104.974)	(126.515)	(107.433)
Outros ativos		20.828	27.488	33.520
Fornecedores e partes relacionadas		207.165	155.350	199.037
Tributos a recolher		(1.079)	54.172	(553)
Provisão de férias e encargos		(2.255)	904	(2.682)
Participação dos empregados nos lucros		21.338	1.424	22.079
Provisão para contingências		(16.484)	(35.673)	(17.989)
Arrendamento – Reajuste Contratos		(13.274)	73.612	(14.101)
Outros passivos		(5.282)	2.242	(5.327)
	698.398	432.549	719.913	471.490
Caixa gerado pelas atividades operacionais				
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e outros			(78.295)	(78.295)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	698.398	354.255	719.913	393.195
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado	(Nota 12)	(29.415)	(90.049)	(32.680)
Adições ao intangível	(Nota 14)	(1.902)	(3.733)	(2.371)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(31.317)	(93.782)	(35.051)	(98.860)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos				
Captações			747.701	747.701
Pagamentos (principal)			(1.863.395)	(1.863.395)
Empréstimos concedidos a controladas				
Recebimentos	(Nota 30)	554.017	472.538	
Empréstimos concedidos a controladas	(Nota 30)	(551.023)	(456.820)	
Pagamentos de Arrendamentos		(249.085)	(248.607)	(265.313)
Aumento (redução) de capital	(Nota 22)	(267.170)	1.124.405	(267.170)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(513.261)	(224.178)	(532.483)	(256.531)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	153.820	36.295	152.379	37.804
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	401.620	365.325	408.790	370.986
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	555.440	401.620	561.169	408.790
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	153.820	36.295	152.379	37.804

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

**Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receitas					
Vendas brutas de produtos e serviços	Nota (23)	8.556.182	7.776.037	9.403.007	8.595.612
Outras receitas		163.728	166.816	161.785	166.167
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)		296	(1.789)	585	(1.994)
		8.720.206	7.941.064	9.565.377	8.759.785
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados		(5.879.456)	(5.612.274)	(6.483.504)	(6.195.973)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(682.552)	(656.078)	(733.822)	(706.848)
		(6.652.008)	(6.268.352)	(7.217.326)	(6.902.821)
Valor adicionado bruto		2.158.198	1.672.712	2.348.051	1.856.964
Depreciação, amortização, exaustão e <i>impairment</i>	Nota (24)	(355.410)	(377.532)	(387.482)	(410.848)
Valor adicionado líquido produzido		1.802.788	1.295.180	1.960.569	1.446.116
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação nos lucros de controladas	(Nota 11)	(18.100)	(31.241)		
Receitas financeiras	(Nota 27)	94.424	16.214	94.534	16.248
Valor adicionado total a distribuir		1.879.112	1.280.153	2.055.103	1.462.364
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		(554.350)	(563.421)	(593.817)	(603.098)
Benefícios		(185.433)	(177.686)	(198.267)	(190.298)
F.G.T.S		(45.598)	(62.108)	(48.992)	(66.212)
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(360.187)	(199.241)	(381.240)	(224.334)
Estaduais		(534.447)	(462.067)	(619.604)	(542.578)
Municipais		(1.547)	(1.383)	(1.623)	(1.448)
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros e Alugueis		(133.153)	(245.160)	(147.163)	(265.309)
Remuneração de capital próprio					
Lucros retidos/prejuízo do exercício		(64.397)	430.914	(64.397)	430.914
Valor adicionado distribuído		(1.879.112)	(1.280.153)	(2.055.103)	(1.462.364)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.) (“a Companhia”), diretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Mercantil Rodrigues” e “Perini”), atua no comércio varejista e atacadista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos, comércio virtual (delivery) e outros produtos que completam o portfólio por meio de sua cadeia de lojas de hipermercados, supermercados, atacado de auto serviços, lojas de eletro “eletroshow”, farmácias, postos de combustíveis, delicatéssens e cafés.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto sediada em São Paulo/SP, que opera as bandeiras “G Barbosa”, “Bretas” e “Prezunic”. A Companhia também detém a totalidade das ações de participação societária nas Empresas Mercantil Rodrigues Comercial Ltda. e Perini Comercial Ltda., que operam respectivamente as bandeiras “Mercantil Rodrigues” e “Perini”. A Companhia, em conjunto com suas controladas, é aqui definida como “Grupo”.

A controladora final da Companhia é a Cencosud S.A., Companhia chilena listada na Bolsa de Valores de Santiago, no Chile.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 284.672 (2019 – R\$ 150.947) (consolidado R\$ 390.079 (2019 – R\$ 258.995). Durante o exercício de 2020, a capacidade de geração de caixa operacional da Companhia melhorou de maneira substancial em consequência dos melhores resultados apurados, com melhoria na geração de caixa operacional de 59% (50% consolidado) com relação ao exercício anterior, o que demonstra importante sinal de melhoria operacional e de geração de caixa da Companhia.

Em 2020 a Administração avaliou esta situação e concluiu que não existem dúvidas substanciais sobre a continuidade operacional da Companhia tendo em vista a robusta estrutura do grupo empresarial, o planejamento operacional da mesma com melhorias de performance e redução de custos e a melhoria recorrente dos resultados da Companhia, além disso a Companhia não possui dificuldades em renovações dos empréstimos obtidos junto as instituições financeiras bem como possui linhas de crédito já aprovadas para financiamento de suas operações, a Companhia possui planejamento de fluxo de caixa estruturado para atendimento das obrigações de curto prazo.

Em 27 de janeiro de 2021, concluiu-se o processo de conversão da Companhia de uma sociedade limitada para uma sociedade anônima. Desta forma, diferentemente da sociedade limitada, que tem seu capital social formado por quotas e como ato constitutivo o Contrato Social, a Companhia, agora como sociedade anônima, passa a ter seu capital social formado por ações e como ato constitutivo o Estatuto Social. Em decorrência desse processo de conversão as quotas da Companhia foram convertidas para ações ordinárias na proporção de uma quota por uma ação ordinária, todas nominativas e sem valor nominal.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 20 de maio de 2021.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

(a) Impactos Covid-19

COVID 19 – Em Março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos

A Pandemia do Covid-19 avançou rapidamente com um número significativo de pessoas infectadas ao mesmo tempo, causando impacto grandioso no sistema de saúde mundial. Para controle da proliferação do vírus, foram tomadas medidas que impactaram a rotina de toda sociedade, dentre elas a restrição da livre circulação de pessoas em locais públicos, fechamento temporário de comércio, serviços, escolas, restrição de voos, cancelamento de eventos, entre outros, que por sua vez impactam diretamente negócios vários setores da economia, com a redução da demanda para muitos bens e serviços.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Redução das ações promocionais / campanhas de marketing;
- Revisão dos contratos de serviços / Implantação do Comitê de Gastos;
- Adoção de medidas de flexibilização da relação de trabalho, baseado nas Medidas Provisórias (MPs) editadas pelo Governo Federal;
- Pagamentos de aluguéis proporcional aos dias de funcionamento de lojas, para os casos que ocorreram fechamentos de lojas

Embora algumas lojas do grupo tenham sido impactadas com o fechamento durante alguns dias devido a decretos emitidos em cada localidade regulamentando o funcionamento do comércio, percebemos o crescimento de vendas, além da melhora na margem comercial e redução das despesas operacionais, as vendas de supermercados foram bem maiores que o normal, em decorrência da essencialidade da atividade e do aumento da procura por alimentos e produtos de higiene nesse período de isolamento social.

Nas despesas operacionais apresentaram redução devido a iniciativas de diminuição das manutenções e serviços não essenciais e a necessidade de aprovação pelo comitê de gastos de despesas acima de R\$ 5 mil, resultando em redução nas linhas de marketing, Manutenção, TI, e serviços de terceiros em geral etc.

(b) Riscos de Líquidez/Geração de Caixa

Inicialmente é importante ressaltar que em 2019, pós IPO no Chile, o Grupo Cencosud, decidiu liquidar 100% dos empréstimos e financiamentos que tínhamos no Brasil, dessa forma, iniciamos e continuaremos sem empréstimos e financiamentos no Brasil durante 2020.

Como não temos empréstimos e financiamentos no Brasil, não houve impactos significativos em caixa nos meses da pandemia, tendo em vista o volume de vendas e EBITDA superior ao orçamento, além das medidas preventivas adotadas como precaução para preservar a liquidez/geração de caixa, adicionalmente, todos os limites de crédito “pré covid-19” da Cencosud Brasil, junto as instituições financeiras, se encontram disponíveis e ativos para utilização.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Continuidade Operacional

A Administração tem avaliado as implicações do Covid-19 no cenário mundial e as medidas até o presente momento adotadas no intuito de controlá-lo e não visualiza no contexto atual qualquer risco de prejuízos a continuidade operacional da entidade, uma vez que a Cencosud fornece produtos essenciais à população, mantém a maioria das suas lojas em funcionamento durante o período da pandemia, garantindo aos clientes a qualidade e variedade de produtos, e demonstra em seus resultados de 2020 que vem conseguindo manter o crescimento apesar de todo contexto socioeconômico.

(d) Impairment de ativos

A Administração não visualiza, até a presente data, impacto significativo na atividade econômica da Companhia, que resulte em redução relevante de receitas ou aumento de custos operacionais, muito pelo contrário, identificamos aumento de receita mesmo com algumas lojas fechadas e aumento do EBITDA e melhora na geração de caixa, razão pela qual entende não haver necessidade de realizar um novo teste para identificação de eventuais perdas no valor recuperável dos seus ativos antes da data normal regular e anual, a ser realizada ao final do ano.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a primeira adoção as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não havendo diferenças relevantes entre IFRS e CPC e evidenciam todas as informações pertinentes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes feitos nas demonstrações financeiras da controladora são igualmente feitos nas demonstrações financeiras consolidadas com vistas a apresentar o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

(c) Demonstração de valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

IFRS 16 - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19: Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento.

O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2021); e

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Durante o exercício de 2019 a companhia aplicou o expediente prático com o registro de R\$ 8.601 de créditos lançados como redutores das despesas operacionais referentes a descontos obtidos junto aos locadores durante a pandemia da COVID-19.

Alterações adotadas pelo Grupo

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8/CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo

2.3 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as investidas nas quais a Companhia tem o poder de determinar as decisões relevantes que afetam os retornos variáveis, geralmente acompanhado de uma participação correspondente a mais da metade dos direitos de voto (capital votante). Em 31 de dezembro de 2020, todas as controladas de Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.) são subsidiárias integrais, conforme abaixo:

Entidade	% de Participação
Perini Comercial Ltda.	100%
Mercantil Rodrigues Ltda.	100%

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido pela Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data que a Companhia deixa de ter o controle.

Saldos e ganhos não realizados decorrentes de transações entre Empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Política para perda de investimentos: Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do controlador, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o controlador tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em nome da controlada. Se a controlada subsequentemente apurar lucros, o controlador deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para real, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado em Outras receitas, líquidas.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia considera seus títulos recebíveis de cartões de débito na rubrica de caixas e equivalentes de caixa, considerando que os saldos de recebíveis com cartão de débito são liquidados em D1, sem mudança significativa no valor bem como as transações são realizadas com instituições financeiras de primeira linha e consequentemente baixo risco de contraparte.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
 - . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- . Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que o Grupo

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e o grupo considera essa classificação como sendo mais relevante.

. Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- . Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado
- . Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a Companhia não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

2.6.2 Reconhecimento e despreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são despreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.6.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com a seguinte categoria de mensuração.

. Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.”.

. Valor justo por meio do resultado (VJR):

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

2.6.4 Impairment

A partir de 10 de janeiro de 2018, o Grupo passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de perda estimada de crédito estabelecido pelo CPC 48 / IFRS 9.

- Contas a receber por vendas de produtos;
- Contas a receber de outras prestações operacionais;
- Contratos de acordos comerciais e bonificações junto aos fornecedores;
- Contas a receber de devoluções efetivadas junto aos fornecedores;

Com o CPC 48 / IFRS 9, o Grupo teve que revisar sua metodologia de *impairment* para cada um desses ativos. Não houve impacto material na mudança de metodologia de impairment para o grupo.

A Companhia aplica a abordagem simplificada para provisão para créditos de liquidação duvidosa. Dessa forma, a provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Não existe constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa para os títulos oriundos das transações em cartão de crédito, visto que o risco pela inadimplência é transferido para a administradora na data da transação. A Companhia dispõe de controles para garantir o efetivo recebimento das operações realizadas e opera somente com administradora consideradas de “primeira linha”.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para as perdas do contas a receber são constituídas considerando os cheques devolvidos e bonificações a receber de fornecedores.

2.6.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado em “Outras receitas, líquidas”. O Grupo não adota *hedge accounting*.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os créditos provenientes de vendas a vista ou parceladas com cartões de crédito estão registrados inicialmente pelo seu valor justo, representado pelos valores de face das vendas, descontados a valor presente pelas mesmas taxas praticadas nas operações de antecipação de recebíveis.

Créditos decorrentes de vendas por meio de recebimento de cheques, duplicatas e outros meios dos quais a Companhia e suas controladas assumem o risco de liquidação são ajustados por provisão para crédito de liquidação duvidosa (“PCLD” ou *impairment*), se necessário.

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o Preço Médio Ponderado (PMP), e não excedem o valor de mercado.

Os estoques são regularmente ajustados pela constituição de provisão para perdas ou desvalorização, considerando o histórico de ocorrências (valor médio das quebras de estoque nos últimos doze meses), em proporção à receita líquida no mesmo período.

A Companhia constitui provisão para perdas nos estoques com base no giro desses estoques, linha de produto para definir o percentual da provisão e no tempo em que o produto está sem a efetiva realização por venda ou baixa, adicionalmente, a Companhia efetua avaliação periódica e plano de ação para realização de itens obsoletos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando relevantes e incluídos no valor de compra dos estoques por negociação de prazos, os juros das respectivas obrigações a pagar aos fornecedores existentes na data do balanço, não fazem parte do custo dos estoques e contabilizados como despesas financeiras à medida do decurso de tempo até o vencimento das obrigações com os fornecedores.

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos do negócio adquirido. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras. No caso de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente a fim de estimar eventuais perdas (*impairment*) e é avaliado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*.

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado."

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo de aquisição. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de aquisição menos a amortização acumulada, e perda por *impairment* quando aplicável.

As marcas registradas de vida útil indefinida não são amortizadas, mas são testadas anualmente a fim de estimar eventuais perdas (*impairment*) e são avaliadas pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*.

(c) Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vidas úteis definidas e são contabilizadas pelo seu valor justo menos a amortização acumulada, e perda por *impairment*. A amortização é calculada usando o método linear durante o tempo esperado de relação com o cliente.

(d) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável, não superior a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Fundo de comércio

Ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais, são amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de aluguel dos imóveis. Todos esses ativos intangíveis são adquiridos de terceiros.

(f) Ativos intangíveis com prazo de vida útil definida

	Anos
Carteira de clientes	5 – 7
Softwares	5
Fundo de comércio	10

2.11 Ativos indenizáveis

A Companhia possui garantias contratuais que asseguram o direito à indenização junto aos vendedores, seja por dedução de parcelas vincendas de compromissos a pagar relacionados às quotas de participação adquiridas ou pela retenção de aluguéis vincendos.

As indenizações decorrentes das contingências advindas de entidades adquiridas nas combinações de negócios são reconhecidas na rúbrica de ativos indenizáveis, conforme contrato firmado, os ex-acionistas possuem responsabilidade individual e sem solidariedade sobre o valor de passivos indenizáveis, cujos fatos geradores são anteriores a data de aquisição das entidades.

2.12 Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos, os outros ativos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

2.13 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição/construção, deduzido de depreciação acumulada, e de eventuais perdas de deterioração *impairment*, quando aplicável, e inclui a capitalização dos custos de empréstimos e financiamentos, relacionados com a construção de ativos qualificáveis. Essa capitalização ocorre até o momento em que a construção é finalizada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada pelo método linear com base no prazo do contrato de aluguel ou vida útil das benfeitorias, dos dois o menor.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação dos outros itens de ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações e benfeitorias	5 - 55
Instalações e equipamentos	1 - 10
Móveis e utensílios	3 - 5
Equipamentos para informática	3 - 5
Veículos	3

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados e ajustados, se assim necessário, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas resultantes de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com os saldos contábeis residuais e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" na demonstração do resultado.

2.14 ***Impairment de ativos não financeiros***

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente a fim de identificar eventuais perdas (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pela diferença negativa entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é reversível.

2.15 **Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos (Nota 4.2). São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos de fornecedores são registrados pelo custo de aquisição e ajustados a valor presente quando o efeito da aplicação da taxa de desconto é material, sendo os juros correspondentes deduzidos dos saldos dos estoques e dos custos dos produtos vendidos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses juros são calculados pela taxa média de operações compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

Operações Confirming

A Companhia realiza transações de antecipação de pagamento a fornecedores ("Confirming") através da solicitação dos mesmos, podendo ser antecipados os títulos que estejam a vencer. O prazo mínimo para antecipação de um título é de 7 (sete) dias, contados a partir da data do processamento da antecipação. Os passivos referentes a essa operação são classificados dentro da rubrica de fornecedores no passivo circulante pelo custo de aquisição, líquido das receitas advindas da operação, que são reconhecidas no momento de assinatura do contrato. Essas receitas são reconhecidas na rubrica de "Receitas financeiras".

2.16 Provisões

As provisões para cobrir perdas em ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e outras são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor for estimável com segurança. Não são reconhecidas provisões relacionadas a perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data das demonstrações financeiras. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, os outros passivos são classificados no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentados no passivo não circulante.

2.18 Arrendamentos

O Grupo possui como principal atividade de arrendamento a locação de imóveis para utilização como lojas de varejo além de imóveis para utilização como centrais de distribuição e sedes administrativas. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos médios de 15 anos e podem incluir opções de prorrogação.

O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- . pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- . pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem da apuração do faturamento, índice ou de taxa;
- . valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- . o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa nominal de empréstimo, o Grupo:

- . sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- . usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo ou sem financiamento recente com terceiros; e
- . faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- . quaisquer custos diretos iniciais; e
- . custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

(i) Pagamentos de arrendamentos variáveis

Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja, para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

Um aumento de 10% nas vendas em todas as lojas do Grupo com esses contratos de arrendamentos variáveis levaria a um aumento total de pagamentos de arrendamentos de, aproximadamente, R\$ 864.

(ii) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador.

2.19 Receitas diferidas

A Companhia recebeu em 16 de agosto de 2011 do Banco Bradesco S.A. o montante de R\$ 100.000, relativo à antecipação de prêmio de assinatura do contrato, e o montante de R\$ 100.000 vinculado ao atingimento de metas de rentabilidade futura de longo prazo, previstas contratualmente.

O reconhecimento no resultado da receita decorrente desse prêmio é realizado nominalmente na proporção do valor para cada um dos 192 meses do contrato. Já a parcela vinculada ao atingimento de metas é reconhecida proporcionalmente ao atingimento da meta estipulada para todo o contrato, desde que seja considerado provável que a meta será integralmente atingida no período máximo de 16 anos.

2.20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente quando considera-se provável que haja lucro tributável futuro e contra o qual esses créditos fiscais possam ser usados. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes, de mesma pessoa jurídica.

2.21 Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros

A provisão para a participação nos lucros é apurada com base em metas qualitativas e quantitativas atingidas e reconhecida como despesas operacionais. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou quando há uma prática passada que resulte em obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.22 Capital social

As quotas de capital são apresentadas no patrimônio líquido.

2.23 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre Companhias do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo e atacado para a comercialização de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros produtos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de débito ou crédito.

O pagamento do preço da transação se torna devido assim que o cliente compra o produto e o retira na loja. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

(a) Receita Venda varejo

De forma geral o processo de vendas, contas a receber e recebimento dos segmentos de negócios da Companhia se baseiam na venda varejo em compras efetuadas diretamente nos pontos de vendas da

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia, com a contraprestação da receita (entrega dos produtos ao cliente) efetuada no mesmo momento. Formato padrão do praticado no Varejo Nacional.

(b) Outras Receitas

As outras receitas advindas de serviços, garantias estendidas, financeiras e outras fontes são reconhecidas sempre considerando o momento em que a Companhia e suas controladas cumprem as suas obrigações perante as outras partes, podendo ser ao longo da vigência do contrato, cumprimento de metas e manutenção de recursos em aplicações financeiras.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o valor do principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada ao resultado.

As receitas obtidas das antecipações dos títulos a pagar (Confirming) (Nota 14) são reconhecidas por competência de acordo com as assinaturas dos contratos, os valores são apurados mensalmente e com base nessa apuração é realizada provisão do saldo a receber. As receitas de confirming são reconhecidas na rubrica de “Receitas financeiras”.

2.24 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*impairment*) do ágio e marcas com vida útil indefinida

Anualmente, a Companhia testa perdas (*impairment*) no ágio e nas marcas com vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.10. Os valores recuperáveis do grupo de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14). Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período de cinco anos.

Se a margem bruta orçada usada no cálculo do valor em uso para a UGC do varejo fosse 0,5% menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2020 (por exemplo 22,7% ao invés de 23,2% no primeiro ano e assim subsequente), o Grupo teria reconhecido saldo excedente de geração de caixa sob os ativos registrados em 87,12% ao invés de 100,28% no teste original.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC do varejo fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 8% ao invés de 7%), o Grupo teria reconhecido saldo excedente de geração de caixa sob os ativos registrados em 79,6% ao invés de 100,28% no teste original.

(b) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil estimada para utilização de cada bem. No caso do ativo imobilizado, a avaliação é feita pela administração e considera a forma de utilização desses ativos nas operações da Companhia. No caso de ativos intangíveis com vida útil definida, como carteira de clienets, softwares e fundo de comercio, a avaliação é feita com base no tempo médio de utilização desses ativos, que considera os termos dos contratos.

Em relação às benfeitorias de arrendamento em imóveis de terceiros, a amortização é calculada e registrada de acordo com o período dos contratos de aluguéis.

Os períodos de depreciação/amortização são revistos em cada período e, quando apropriado, ajustados prospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas contábeis. Mudanças de Estimativa e Correção de Erro.

A determinação do prazo de arrendamento dos contratos de acordo com CPC 06 (R2) / IFRS 16, possuem estimativas críticas, os quais são determinados pela alta administração da Companhia, utilizando como premissa básica o prazo do contrato vigente e a expectativa de permanência no imóvel.

(c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à incidência de imposto de renda e contribuição sobre o lucro de suas operações.

A administração da Companhia e de suas controladas, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, bem como sobre as diferenças temporárias de apuração dos impostos.

A avaliação da realização desses créditos tributários envolve diversas variáveis e estimativas para atingir o lucro tributário esperado no futuro. A administração da Companhia, analisou a projeção de realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo em 31 de dezembro de 2020, e com base (i) no histórico de geração de lucro tributável em exercícios passados, e (ii) no plano de negócios aprovado pelos controladores da Companhia, concluiu que os critérios para reconhecimento dos impostos sobre a renda diferidos ativo estão adequados.

A partir do 4º trimestre de 2016 a administração decidiu por não reconhecer novos ativos diferidos advindos da apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social, foi realizada avaliação dos saldos dos tributos diferidos ativos de 2020 e em decorrência do Longo Prazo para a realização desses montantes, a administração da Companhia decidiu não constituir novos créditos sobre os prejuízos fiscais e está reconhecendo apenas os ativos diferidos relativos as diferenças temporárias nas apurações e o reconhecimento de Impostos Diferidos relativos a aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Realização de créditos tributários relacionados ao imposto sob a circulação de mercadoria (ICMS) e as contribuições ao PIS e à COFINS

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à incidência de Impostos sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS) e Contribuições Federais sobre a receita operacional ao PIS e à COFINS, tributos que possuem a característica não cumulativa dessa forma é possível a geração de créditos tributários sobre a operação de compras, devoluções, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui saldo acumulado referente a estes tributos no valor consolidado de R\$ 688.470 (2019 - R\$ 530.153), líquido de provisão para perda na realização, e a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperabilidade de créditos tributários e na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura em período limitado a até 5 anos.

Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar as alternativas de monetização e os prazos prováveis de realização dos créditos tributários da Companhia, principalmente os saldos de ICMS-Substituição Tributária ("ST") e PIS/COFINS.

A Companhia avalia a expectativa de realização dos saldos, a classificação entre circulante e não-circulante, assim como a necessidade de constituição de provisão para perdas com base em estudos técnicos que consideram premissas e julgamentos críticos tais como:

- ICMS - ST - histórico de consumo de créditos, projeções de compras e vendas de mercadorias, alterações nas distribuições logísticas das mercadorias, solicitação de regimes especiais e situação político/financeira dos Estados. A avaliação é realizada de maneira específica para cada Estado;
- PIS/COFINS - histórico de consumo de créditos, projeções de compras e vendas de mercadorias, capacidade de compensação dos saldos de créditos com o próprio Pis e Cofins, bem como com outros tributos federais tais como o INSS, IRRF, demais retenções, IRPJ, CSLL e IPI.

A Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao estudo de realização, com reavaliação periódica, incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS, PIS e COFINS a recuperar.

A expectativa para realização dos créditos de ICMS, PIS e COFINS estão demonstrados na nota 9.

Mensuração do crédito tributário decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

O crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo foi calculado considerando a melhor estimativa da administração, determinada com base no levantamento dos documentos identificados e disponíveis.

A Companhia entende que os créditos de PIS e COFINS reconhecidos estão amparados na melhor interpretação da legislação vigente e no cenário jurisprudencial presente. Apesar do RE 574.706 ainda não ter sido objeto de conclusão por parte do STF, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia concluiu que:

- (i) o posicionamento firmado pelo STF no RE 574.706 se aplica às empresas do Grupo, tendo sido reconhecido definitivamente o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS na ação judicial própria;

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) a eventual modulação de efeitos da decisão do STF deverá proteger os contribuintes que ingressaram com ações judiciais até o julgamento do *leading case* e que já tiveram suas ações transitadas em julgado com decisões favoráveis, como é o caso da Companhia;
- (iii) o direito obtido judicialmente corresponde a crédito a recuperar mensurado com base no montante de ICMS efetivamente destacado nas notas fiscais de venda.

Importa destacar que o entendimento da Companhia, bem como o posicionamento atual das autoridades fiscais sobre o critério para a mensuração dos créditos fiscais, serão objeto de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”) quando do julgamento dos Embargos de Declaração interpostos pela União Federal no Recurso Extraordinário (“RE”) nº 574.706.

(e) Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 17. São reconhecidas provisões relacionadas às contingências em que suas chances de perda são prováveis, de acordo com a avaliação da administração, em conjunto com seus assessores internos e externos. Adicionalmente, a Companhia reconheceu o valor justo das contingências das Companhias adquiridas avaliadas como de êxito possível e remoto, em atendimento às normas aplicáveis às combinações de negócios. A administração da Companhia acredita que suas avaliações, são apropriadas e razoáveis, embora possam diferir dos resultados efetivos, quando realizadas.

(f) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de galpões, lojas de varejo e equipamentos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- . Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- . Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- . Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disruptão nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos de equipamentos de escritórios e veículos não foi incluída no passivo de arrendamento porque o Grupo pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la).

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A administração estabelece procedimentos de gestão de riscos de liquidez e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade das duas operações e o seu patrimônio.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e busca proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de liquidez	Fornecedores	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
Risco de Mercado - Cambio	Passivos em moeda estrangeira	Exposição cambial	Análise de contratação de Swap cambial
Risco de crédito	Contas a receber de administradoras cartão Caixa e equivalentes de caixa	Análise de vencimento Avaliação de crédito Acompanhamento do fluxo de caixa	Monitoramento dos limites de crédito Diversificação de instituições financeiras

(i) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, e a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e de câmbio e ao risco de crédito, e da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e algumas contas a receber.

São adotados procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas, protegendo a rentabilidade das suas operações e o seu patrimônio.

(ii) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- . Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- . Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

- . O valor justo dos swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis.
- . O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui ativos e passivos mensurados a valor justo, em virtude da liquidação dos empréstimos vigentes, incluindo instrumentos derivativos, no exercício anterior.

(a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente pela administração, a fim de garantir liquidez e para o atendimento dos limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e financiamentos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais da Companhia.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e suas controladas é investido em depósitos bancários com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente e com risco insignificante de mudança de valor, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida pela Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	1.562.463			
Partes Relacionadas	393			
Credores por aquisição de controladas	29.768	14.504		
	1.592.624	14.504		
Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	1.679.541			
Partes Relacionadas	393			
Credores por aquisição de controladas	29.768	14.504		
	1.709.702	14.504		

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia e suas controladas importam produtos para revenda e estão expostas ao risco cambial decorrente da exposição a flutuações de cotações de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano e Euro. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício.

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia e suas controladas administrem seus riscos cambiais em relação à sua moeda funcional. A administração julga que o nível de risco decorrente das operações de importação é baixo, visto que as operações realizadas são basicamente de importações para revenda e transações com partes relacionadas.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

O departamento de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas a prazo para clientes do varejo têm como principal meio de pagamento os cartões de crédito de melhor reputação no mercado, os quais não oferecem riscos relevantes de realização, uma vez que seus recebimentos são assegurados pelas respectivas administradoras.

Os adiantamentos a fornecedores são eventuais e efetuados somente a fornecedores selecionados por motivos específicos. A administração com base em operações históricas entende que não há risco de crédito com fornecedores.

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício.

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2020, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, análise de sensibilidade quanto à posição em aberto está demonstrada a seguir:

	Cenário Baixa do Dolar / Euro			Cenário Alta do Dolar / Euro		
	Cenário Base	25%	50%	25%	50%	
Impactos da variação no dólar/euro						
Fornecedores (Euro)	7.227	(5.211)	(3.474)	8.686	10.423	
Fornecedores (Dólar)	15.357	(11.075)	(7.383)	18.458	22.149	
Fornecedores Total	22.583	(16.286)	(10.857)	27.143	32.572	
Impacto no resultado	(874)	5.423	10.852	(5.434)	(10.863)	

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50% conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08.

A Companhia considera como cenário-base, uma desvalorização do real em 4% sobre o dólar norte-americano e o Euro, considerando uma taxa de câmbio futura de R\$5,40 (Dólar) e R\$6,63 (Euro) para 31 de dezembro de 2020, baseada em referências de mercado com o impacto:

- R\$ (874) relativo as operações de compras junto a fornecedores estrangeiros.

4.2 Compensação de instrumentos Financeiros

	Valor Bruto de passivos financeiros	Valor Bruto de ativos financeiros	Valor líquido de passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Consolidado			
Em 31 de dezembro de 2020			
Contas a pagar	1.723.117	(47.747)	1.675.370
Contas a pagar ex-acionistas Bretas	75.839	(46.680)	29.158
	<u>1.798.956</u>	<u>(94.427)</u>	<u>1.704.528</u>
Consolidado	Valor Bruto de passivos financeiros	Valor Bruto de ativos financeiros	Valor líquido de passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2019			
Contas a pagar	1.502.485	(33.286)	1.469.199
Contas a pagar ex-acionistas Bretas	83.523	(35.237)	48.286
	<u>1.586.008</u>	<u>(68.523)</u>	<u>1.517.485</u>
	Valor bruto de ativos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros	Valor líquido de ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020			
Contas a receber	<u>138.114</u>	<u>(1.871)</u>	<u>136.242</u>
	<u>138.114</u>	<u>(1.871)</u>	<u>136.242</u>
	Valor bruto de ativos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros	Valor líquido de ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2019			
Contas a receber	<u>76.022</u>	<u>(1.264)</u>	<u>74.758</u>
	<u>76.022</u>	<u>(1.264)</u>	<u>74.758</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer o retorno esperado aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para, por exemplo, reduzir, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a administração monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em virtude da quitação dos empréstimos, a Companhia não possui dívida líquida vigente em 31 de dezembro de 2020 e por consequência, não há índice de endividamento aplicável à Companhia.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado			
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	555.440	401.620	561.169	408.790
Contas a receber	123.053	62.104	136.242	74.758
Partes relacionadas	106.895	109.889		
Depósitos judiciais	43.266	46.282	51.771	54.028
	828.654	619.895	749.182	537.576

Controladora	2020	
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	Total
Passivos financeiros		
Fornecedores	1.558.539	1.558.539
Partes relacionadas	393	393
Credores por aquisição de controladas e ativos	43.587	43.587
	1.602.519	1.602.519

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2019
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	Total
Controladora		
Passivos financeiros		
Fornecedores	1.344.736	1.344.736
Partes relacionadas	2.309	2.309
Credores por aquisição de controladas e ativos	<u>62.297</u>	<u>62.297</u>
	<u><u>1.409.342</u></u>	<u><u>1.409.342</u></u>
Consolidado	2020	2020
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	Total
Passivos financeiros		
Fornecedores	1.675.370	1.675.370
Partes relacionadas	393	393
Credores por aquisição de controladas e ativos	<u>43.587</u>	<u>43.587</u>
	<u><u>1.719.350</u></u>	<u><u>1.719.350</u></u>
Consolidado	2019	2019
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	Total
Passivos financeiros		
Fornecedores	1.469.199	1.469.199
Partes relacionadas	2.309	2.309
Credores por aquisição de controladas e ativos	<u>62.297</u>	<u>62.297</u>
	<u><u>1.533.805</u></u>	<u><u>1.533.805</u></u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa geral	41.647	44.274	44.498	48.316
Bancos contas movimento	25.820	36.571	28.525	39.699
Aplicações de liquidez imediata (i)	487.974	320.776	488.146	320.776
	555.440	401.620	561.169	408.790

- (i) As aplicações de liquidez imediata são mantidas para negociação diária e frequente, sendo substancialmente certificados de depósito bancário (“CDB”) e compromissos com remuneração média de 92% (2019 – 91%) do certificado de depósito interbancário (“CDI”).

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cartões de crédito				
Próprio (Credi-Hiper)	44.524	12.363	44.524	12.363
Terceiros	60.231	25.634	72.125	33.010
Comissões	(1.683)	(1.098)	(1.872)	(1.264)
Duplicatas a receber	4.017	3.871	2.965	5.926
Convênios (i)	16.991	22.098	19.552	25.512
Total em aberto	124.080	62.868	137.295	75.547
Ajuste a valor presente	(853)	(557)	(876)	(577)
PCLD	(174)	(207)	(177)	(212)
	123.053	62.104	136.242	74.758

- (i) Os convênios são compostos por recebíveis advindos das operadoras de tickets alimentação e refeição.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição das contas a receber por idade de vencimento

O valor e a natureza dos saldos a vencer e vencidos são apresentados como segue:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	121.390	62.184	133.062	74.304
Vencidos até 30 dias	1.731	246	3.161	706
Vencidos entre 31 e 60 dias	18	154	12	157
Vencidos entre 61 e 90 dias	2	33	5	35
Vencidos a mais de 91 dias	939	251	951	344
Total em aberto	<u>124.080</u>	<u>62.868</u>	<u>137.295</u>	<u>75.547</u>

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia e suas controladas são mantidas em moeda nacional.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes do Grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Em 1º de janeiro	(207)	(260)	(212)	(277)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.856)	(4.711)	(4.906)	(5.924)
Valores não usados, estornados	<u>4.889</u>	<u>4.764</u>	<u>4.941</u>	<u>5.989</u>
Em 31 de dezembro	<u>(174)</u>	<u>(207)</u>	<u>(177)</u>	<u>(212)</u>

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas". Os valores reconhecidos à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. As premissas de constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa são demonstradas abaixo:

- . Com o Banco Bradesco S.A., a provisão está considerada no resultado líquido do referido Acordo Operacional, segundo regras definidas pelo Banco Central do Brasil aplicáveis às entidades financeiras. A administração ajusta a provisão em casos onde considera existir um risco maior de inadimplência.
- . Duplicatas a receber, cheques pré-datados e cheques devolvidos. Os cheques sem suficiência de fundos são incluídos na PCLD depois de tomados determinados procedimentos de cobrança.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais créditos não contêm ativos com significativa de perda incorrida, no entanto, são também regularmente monitoradas com vistas a identificar, se necessário, perdas prováveis.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas controladas não mantêm nenhum título como garantia.

Os saldos dos contas a receber são compostos substancialmente por recebíveis de cartão de crédito e de convênios, os quais possuem baixo risco de inadimplência uma vez que as administradoras de cartão de crédito e de convênios assumem os riscos das operações.

(b) Operações com cartões de crédito

As operações com cartões de crédito são realizadas para recebimento em até 30 dias na modalidade de crédito rotativo, podendo ser parceladas em até 12 meses. Os recebíveis classificados como cartão de crédito próprio e de terceiros estão representados por saldos a receber da administradora do Credi-Hiper (Banco Bradesco) e das outras administradoras de cartões, respectivamente.

Os créditos por vendas parceladas estão registrados inicialmente pelo seu valor justo, representado pelos valores de face das vendas, descontados pelas mesmas taxas praticadas nas operações de antecipação de recebíveis, taxas essas compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o resultado líquido da participação no Acordo Operacional do Credi-Hiper que foi transferido pelo Banco Bradesco S.A. à Companhia, líquido das perdas incorridas nas contas a receber, totalizou R\$ 9.062 (2019 - R\$ 14.703), reconhecido no resultado operacional consolidado e da controladora, na rubrica “Outras receitas, líquidas” (Nota 26).

Em 31 de dezembro de 2020, as operações do Credi-Hiper representam 11,3% (2019 – 11,4%) do volume das vendas da Companhia.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Estoques de mercadorias para revenda localizados nas:				
Lojas	669.685	622.061	742.242	694.838
Centros de distribuição	<u>164.716</u>	<u>242.511</u>	<u>164.716</u>	<u>242.511</u>
	834.401	864.572	906.958	937.349
Provisão para perdas nos estoques	(31.065)	(29.533)	(33.578)	(32.294)
Ajustes a valor presente	<u>(1.845)</u>	<u>(4.069)</u>	<u>(1.994)</u>	<u>(4.368)</u>
	<u>801.491</u>	<u>830.970</u>	<u>871.386</u>	<u>900.687</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para perdas nos estoques são as seguintes:

Provisão para perdas no estoque	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Em 1º de janeiro	(29.533)	(33.898)	(32.294)	(36.320)
Provisão para perda/obsolescência dos estoques	(157.444)	(110.283)	(169.382)	(119.145)
Estorno de provisão para perdas nos estoques	<u>155.908</u>	<u>114.648</u>	<u>168.098</u>	<u>123.171</u>
Em 31 de dezembro	(31.065)	(29.533)	(33.578)	(32.294)

9 Tributos a recuperar

A Companhia registra créditos tributários tão logo reúna entendimento jurídico, contábil, documental e factual sobre tais créditos, que permita seu reconhecimento. Essas análises incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado, iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas, iv) avaliação o contábil sobre o tema e, uma vez reconhecidos v) estimativa de realização monetária dos créditos.

Ao se registrar créditos tributários, são observadas sua natureza e origem para que se possa registrar nas devidas rubricas de resultado, conforme abaixo demonstrado:

- Créditos oriundos de compras registrados como redutor de “custo das mercadorias vendidas”;
- Créditos oriundos de vendas, registrados como redutor de “deduções sobre vendas”;
- Demais créditos registrados como redutores das contas de resultado sobre as quais são calculados;
- Atualização monetária sobre créditos fiscais, registrados na rubrica de Resultado financeiro, líquido;

As realizações desses tributos são avaliadas tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos. Periodicamente a Companhia atualiza os estudos de recuperabilidade e com base nos mesmos, se necessário, ajusta seus saldos de provisão para perda.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS e COFINS (Nota 9.1)	339.827	384.025	346.507	391.441
ICMS e ICMS (ST) (Nota 9.2)	326.081	378.110	341.963	389.687
ICMS a recuperar ativo imobilizado (9.3)	12.529	15.173	14.005	17.019
Imposto de renda retido na fonte (9.4)	1.577	33.814	1.621	34.056
Outros	861	11.787	1.264	12.636
Provisão para perda de ICMS e Pis Cofins				
Notas: 9.1 (c) (d), 9.2 (a) (b)		(250.975)		(250.975)
Total	680.875	571.934	705.360	593.864
Circulante	184.103	233.592	200.042	240.098
Não circulante	496.772	338.342	505.318	353.766

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para perdas de créditos são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Em 1º de janeiro			(250.975)	(250.975)
Provisão para perda de créditos				
Valores não usados, estornados	<u>250.975</u>		<u>250.975</u>	
Em 31 de dezembro		<u>(250.975)</u>		<u>(250.975)</u>

9.1 PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são contribuições arrecadadas pelo Governo Federal, previstas na Constituição Federal nos artigos 195 e 239. Estas duas contribuições incidem sobre as receitas auferidas pelas empresas (pessoas jurídicas). No regime não cumulativo ao qual a Companhia está submetida, as alíquotas previstas são, em regra geral, 1,65% para PIS/PASEP e de 7,6% para a COFINS. Neste regime é possível que as empresas registrem alguns créditos sobre determinados custos ou despesas incorridas, no caso da Companhia, esses créditos envolvem transações principalmente a Compra de mercadorias para revenda, depreciação, aluguel de lojas, energia elétrica, entre outros.

A realização estimada do saldo de PIS e COFINS a recuperar, com base na melhor estimativa da Companhia, é apresentada a seguir:

Consolidado

Em 1 ano	57.344
Entre 1 e 2 anos	154.760
Entre 2 e 3 anos	134.403
Entre 3 e 4 anos	
Entre 4 e 5 anos	
Após 5 anos	<u>346.507</u>

(a) Movimentação do saldo credor advinda da operação

A Companhia apura mensalmente, com base na legislação vigente, se há saldo devedor (tributo a pagar), ou saldo credor (acúmulo de créditos). Para formar essa apuração são levados em conta os débitos do tributo nas vendas de mercadorias e prestação de serviços, os créditos das compras de mercadorias e serviços, créditos proporcionais de depreciação, entre outros. Quando a subtração dos créditos apurados sobre dos débitos calculados nas operações de vendas resulta em saldo devedor, há tributo a pagar, no entanto, como a Companhia possui saldo acumulado de períodos anteriores, tal tributo a pagar reduz os créditos a recuperar, afastando a necessidade de tal recolhimento. Quando ocorre o inverso, ou seja, diversos créditos maiores que os débitos, haverá acúmulo de créditos e aumento do saldo acumulado.

A redução do saldo credor ocorre com a situação inversa, ou seja, os débitos apurados são maiores que os créditos. Adicionalmente, também há redução dos saldos credores de tributos mediante a compensação desses créditos com débitos de outros tributos federais, tais como o INSS, IRRF e outras retenções, IRPJ, CSLL, IPI etc.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Trânsito em julgado ação de ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins

A Cencosud, visando excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, impetrou em 21 de junho de 2013, Mandado de Segurança alegando a ilegalidade e constitucionalidade da inclusão do imposto estadual na base de cálculo das contribuições. O STF proferiu decisão favorável ao contribuinte em relação ao mérito por meio do acórdão em sede de repercussão geral no RE 574.706 em 15 de março de 2017. A ação judicial da Companhia transitou em julgado em junho de 2019, tornando definitivo e não passível de recurso, o direito a reconhecimento dos créditos da exclusão do valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições, no mínimo, dos cinco anos anteriores da data do ingresso da ação (21 de junho de 2013).

A Companhia reconheceu crédito tributário passível de mensuração confiável no montante de R\$ 251.063, sendo R\$164.602 de principal reconhecido na rubrica de Receita líquida (Nota 23) e R\$ 86.461 milhões de atualização pela taxa SELIC, relativos ao período de 2008 a 2017, sendo seus efeitos reconhecidos nas rubricas de Resultado financeiro, líquido (Nota 27).

Apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia entende que os créditos de PIS e COFINS reconhecidos estão amparados na melhor interpretação da legislação vigente, no cenário jurisprudencial presente, a Companhia concluiu que:

- (i) o posicionamento firmado pelo STF no RE 574.706 foi aplicado à Companhia, tendo sido reconhecido definitivamente o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS na ação judicial própria;
- (ii) A modulação de efeitos julgada pelo STF deverá proteger os contribuintes que ingressaram com ações judiciais até o julgamento do leading case e que já tiveram suas ações transitadas em julgado com decisões favoráveis, como é o caso da Companhia, o que efetivamente ocorreu pós julgamento pelo STF em 13 de Maio de 2021 conforme descrito na Nota 35 de Eventos subsequentes
- (iii) o direito obtido judicialmente corresponde a crédito a recuperar mensurado com base no montante de ICMS efetivamente destacado nas notas fiscais de venda.

Com relação à compensação dos créditos, a Administração entende que a realização ocorrerá no prazo legal, conforme estudos de recuperação que consideram i) o histórico de realização, ii) as mudanças previstas para a atividade da Companhia. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico, elaborado em consonância com as diretrizes adotadas por todo o grupo no Brasil e no exterior e previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no Brasil e no Chile.

Adotando de forma consistente a interpretação descrita acima, a Companhia vem reconhecendo regularmente a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS desde a decisão do STF no RE com repercussão geral com as mesmas premissas anteriormente destacadas e permanece avaliando constantemente a jurisprudência sobre a matéria.

Vale ressaltar que após obter sua decisão transitada em julgado, a Cencosud vem sendo permanentemente assessorada por escritórios de advocacia e consultorias tributárias buscando viabilizar todas as formas legais de monetização de seu crédito.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Provisão para perda reconhecida no exercício de 2019 (créditos de PIS Cofins)

Com base na análise de recuperabilidade dos créditos de PIS e COFINS, a Companhia reconheceu provisão para perda parcial dos créditos no montante de R\$ 136.063, correspondente ao montante de créditos de PIS e COFINS que a administração da Companhia entende que não conseguirá realizar nos próximos 5 anos da data do trânsito em julgado (junho de 2019). A análise de recuperabilidade se baseou principalmente nos seguintes fatos:

- i) a Companhia, ao longo dos anos de 2018 e 2019, apurou saldo credor de PIS e COFINS, decorrente da operação de compra e venda de mercadorias, e outros créditos, o que acarretou em não realização integral dos créditos das referidas contribuições,
- ii) a Companhia não dispunha de débitos tributários na esfera federal que pudessem ser compensados com a integralidade estes créditos, e,
- iii) o limite temporal de 5 anos para realização dos créditos de PIS e COFINS foi considerado pela Companhia tendo em vista as peculiaridades jurídicas do seu caso concreto, que ensejariam maior risco de realização, concluindo por provisionar os valores excedentes a esse período. Vale destacar que esse evento é passível de julgamentos críticos e riscos que podem afetar a realização dos dados estimados e registrados a partir do melhor conhecimento da Administração.

(d) Reversão do impairment de tributos durante o exercício de 2020

Ao longo do exercício de 2020 a Companhia efetivou a reversão das provisões para Impairment citadas no tópico (c) acima, onde pós melhora substancial dos resultados em 2020, decorrente da melhora de performance operacional, bem como principalmente pelos efeitos da pandemia, que no segmento de comércio alimentício é atividade essencial, motivo pelo qual permaneceu com suas operações ativas e abertas, o que proporcionou incremento substancial nas vendas e margem, mudando para melhor a perspectiva de realização dos créditos tributários, conforme fatores detalhados abaixo:

- Aumento substancial das vendas e margem perfazendo apurações com débitos dos tributos;
- Geração de lucro contábil em 2020 e indicação de débito nas projeções de IRPJ e CSLL em 2021;
- Expectativa de pagar IPI em 2021 aumentando a possibilidade de compensação de créditos;
- Possibilidade de maior compensação do crédito com contribuições previdenciárias;

Os fatores acima proporcionaram revisão das estimativas de realização dos créditos tendo em vista a melhoria consistente dos resultados da Companhia, resultando em um cenário de realização ou monetização dos créditos tributários dentro do período prescricional de 5 anos.

Adicionalmente, considerando que o Conselho de Administração da matriz no Chile autorizou, ao final de novembro de 2020, em fato relevante, avançar com o projeto de abertura de capital de operação no Brasil, por meio de IPO, assim como, também anunciou o plano de investimento contemplando investimentos adicionais no Brasil na ordem de US\$ 180.000 até 2023, a administração considera que as projeções para realização dos créditos tributários são conservadoras, uma vez que esses investimentos vão incrementar e aumentar ainda mais o tamanho da operação no Brasil e por consequencia irá aumentar o débitos de tributos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.2 Impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS

O ICMS é um tributo estadual, incidente sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, regulamentado pela lei complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir, e seus valores são devidos aos estados e Distrito Federal, a cada operação realizada. As alíquotas do tributo são variáveis conforme a origem e destino, se dentro ou fora do estado ou país, entre estados e conforme o produto ou mercadoria, entre outros fatores.

Também há a sistemática da substituição tributária do ICMS, conhecida como ICMS-ST, onde os Estados passam a cobrar antecipadamente o imposto do contribuinte industrial ou importador, substituindo, assim, toda a cadeia de tributação do ICMS. Trata-se da transferência da obrigação do recolhimento do imposto para o primeio da cadeia. Cada Estado elabora a lista de produtos que entrarão na sistemática do ST e aplicam de forma individual uma Margem de Valor Agregado (MVA) ao produto, supondo a margem a ser realizada na venda final.

Ocorre que os Estados vêm ampliando a lista de produtos submetidos ao regime de substituição tributária, o que afeta muito o segmento de varejo, como a Companhia transfere mercadorias para outros Estados, diferentes, daqueles de que recebeu inicialmente, há a cobrança do imposto novamente. Essa sistemática, conhecida como “quebra de cadeia”, garante ao estabelecimento o resarcimento do imposto recolhido antecipadamente, para mitigar a cobrança de tributo duas vezes pelo mesmo produto.

Ainda os contribuintes passaram a ter, desde a decisão do STF no julgamento do RE nº 593.849/MG, o direito de ressarcir a diferença do imposto recolhido a maior quando a margem real da operação, ao final da cadeia for inferior à margem presumida (MVA) quando da incidência do ICMS-ST, o que geralmente acontece no varejo.

Tendo em vista o grande volume dos produtos no regime de substituição tributária, a Companhia vem acumulando um valor cada vez maior dessas restituições e para a sua devida compensação, a Companhia tem se valido de regimes especiais ou outros meios permissivos nas legislações estaduais.

A realização estimada do saldo ICMS e ICMS (ST) a recuperar, com base na melhor estimativa da Companhia, é apresentada a seguir:

Consolidado

Em 1 ano	136.799
Entre 1 e 2 anos	145.805
Entre 2 e 3 anos	40.258
Entre 3 e 4 anos	19.100
Entre 4 e 5 anos	
Após 5 anos	
	341.963

(a) Provisão para perda reconhecida no exercício de 2019 (créditos de ICMS ST)

O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do RE nº 593.849/MG, em 19 de outubro de 2016, sob o rito da repercussão geral, reconheceu o direito a recuperação pelo contribuinte, da parcela excedente de ICMS-ST recolhida a mais em razão da realização de venda ao consumidor final em valor inferior à base de cálculo presumida (MVA). Nesse contexto, a Companhia passou a apurar, a partir de dez/2016, os valores

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do imposto que excedem à margem real (MVA vs. Margem) e a contabilizar como direito creditório em seu balanço contábil.

Após julgamento de ação relativa ao Excedente de ICMS/ST, boa parte dos Estados não regulamentaram o procedimento em suas legislações, alegando que da mesma forma que o contribuinte teria o direito ao resarcimento do excedente, o Estado deveria ter o direito ao complemento, caso a margem do contribuinte fosse maior que à prevista pelo MVA.

A Companhia tem realizado referidos créditos a partir da autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais, em cada uma das unidades federativas onde atua.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, amparada em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável a compensação parcial dos saldos registrados e por isso reconheceu, em 31 de dezembro de 2019, provisão para perda no montante de R\$ 94.923.

As estimativas utilizadas para determinação da provisão de impairment ocorreram de maneira individualizada por Estado da federação, conforme detalhado a seguir:

- **Estados sem a necessidade de provisão para perda:**

Para os Estados de Sergipe e Bahia (39% do saldo credor total de ICMS ST), a Companhia obteve Regime Especial de Substituto Tributário, o qual atribui aos seus Centros de Distribuição localizados nesses estados, a responsabilidade do recolhimento do imposto de ICMS-ST, impactando positivamente na monetização dos créditos acumulados das operações anteriores mencionadas. Nesses mesmos termos, a Companhia havia protocolado o pedido de Regime Especial junto ao Fisco do Estado de Minas Gerais (31% do saldo credor total de ICMS ST), o qual já estava em vias de concessão, o que de fato ocorreu em março de 2020.

Quanto ao Estado de Alagoas (5% do saldo credor total de ICMS ST), a Companhia vinha realizando normalmente sua operação, e as estratégias até então buscadas denotavam ser bem-sucedidas e por isso, a Companhia julgou não haver necessidade de reconhecer perda no valor recuperável do ativo.

- **Estados com 100% de provisão para perda:**

Para o estado do Rio de Janeiro (14% do saldo credor total de ICMS ST) as perspectivas indicam muita incerteza, não apenas em relação às alternativas de monetizar o crédito, mas também em relação à capacidade do estado de ressarcir o contribuinte.

Para o estado do Ceará (3% do saldo credor total de ICMS ST), Pernambuco (1% do saldo credor total de ICMS ST) e Goiás (7% do saldo credor total de ICMS ST), em virtude do não recebimento das respostas aos pedidos administrativos e dos prognósticos negativos nos pleitos de Regime Especial, a Companhia, amparada na posição de seus assessores jurídicos, julgou não ser provável a monetização integral de tais créditos.

Diante dos motivos acima, a Companhia optou pela provisão de 100% dos saldos credores dos Estados de Ceará, Goiás, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reversão do impairment de tributos durante o exercício de 2020

Ao longo do exercício de 2020 a Companhia efetivou a reversão das provisões para Impairment citadas no tópico (a) acima, onde pós a obtenção de algumas decisões favoráveis e fatores específicos da operação, obteve melhor perspectiva de realização dos créditos tributários, fatores detalhados abaixo:

- Agosto de 2020: Decisão administrativa favorável, no pedido de restituição protocolizado em 31 de março de 2019, junto ao Estado do Rio de Janeiro;
- Outubro de 2020: Proferida sentença favorável nos autos do Mandado de Segurança impetrado em 26 de outubro de 2016, junto ao Estado de Goiás, autorizando a cia a lançar os valores relativos ao excedente de ST em sua escrita fiscal;
- Melhoria substancial do resultado da Companhia durante o exercício de 2020, com o acréscimo da receita bruta em 9,3%, resultando em maior pagamento de impostos relacionados a receita e consequentemente na compensação de créditos tributários;
- Potencial de maximização das atividades a partir de investimentos a serem realizados com os recursos captados pelo IPO;

9.3 ICMS a recuperar ativo imobilizado

A companhia pode tomar crédito de ICMS sobre a compra de Ativo Imobilizado, desde que o bem seja utilizado na produção e ou comercialização de mercadorias. Para controle desses créditos a Companhia utiliza o CIAP (Controle de ICMS dos bens do Ativo Permanente), por regra o valor do crédito é aproveitado em 48 avos, ou seja, de forma parcelada. O CIAP foi criado para regulamentar o dispositivo da Lei que possibilita a todos os contribuintes de ICMS a apropriação do crédito nas aquisições que forem destinadas ao ativo permanente.

9.4 Impostos de renda retido na fonte

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) é uma obrigação tributária principal em que a Companhia está obrigada a reter do beneficiário da renda e posterior repasse ao Governo Federal, o imposto correspondente, nos termos estabelecidos pelo Regulamento do Imposto de Renda.

Durante os últimos exercícios a Companhia acumulou créditos principalmente oriundos de operações de empréstimos em moeda estrangeira, os quais foram totalmente liquidados no exercício de 2019, na conclusão das operações os ganhos apurados foram retidos na fonte pelas instituições bancárias gerando o crédito tributário da Companhia.

Com a realização de trabalhos específicos de planejamento tributário, os créditos foram compensados de forma relevante com 90% de realização durante o exercício de 2020, justificando a variação dos saldos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber bonificação (i)	30.373	53.808	33.819	58.121
Notas de Débito (partes relacionadas) (ii)	67.188	53.559		
Notas de Débito (JV)	9.974	13.427	9.974	13.427
Outros Ativos	11.115	11.775	13.289	12.464
Total	118.650	132.569	57.082	84.012

- (i) Refere-se a operação recebíveis juntos aos fornecedores de mercadorias em formato de compras bonificadas.
- (ii) Notas de débito para cobrança de custos compartilhados entre as companhias do mesmo grupo, controladora e controladas.

11 Investimentos em subsidiárias

Investimentos em subsidiárias (Controladora)

	2020	2019
Saldo inicial em 1º de janeiro de	(43.481)	3.004
Participação nos prejuízos de controladas		
Mercantil Rodrigues	(9.010)	(35.558)
Perini	(8.556)	(10.830)
Realização de ativos identificados no momento da aquisição	(17.566)	(46.388)
Perini	(97)	(97)
	(97)	(97)
Em 31 de dezembro de	(61.144)	(43.481)

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020, os investimentos em controladas incluem ágio da controlada Perini, líquido dos efeitos de amortização e depreciação dos ativos identificados na combinação de negócios, no montante de R\$ 29.533 (2019 - R\$ 29.630).

100% - Participação

	<u>Participação direta</u>	<u>Negócio</u>
Mercantil Rodrigues	Varejo e atacado	
Perini	Varejo	

Segue a participação da Companhia nos resultados das controladas (todas de capital fechado), como também no total de seus ativos e passivos:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>	
			<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>
Mercantil Rodrigues (i)	235.878	278.750	(42.872)	(9.350)
Perini (i)	<u>83.731</u>	<u>131.887</u>	<u>(48.156)</u>	<u>(8.750)</u>
	<u>319.609</u>	<u>410.637</u>	<u>(91.029)</u>	<u>(18.100)</u>

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>	
			<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>
Mercantil Rodrigues (i)	250.477	283.981	(33.504)	(24.412)
Perini (i)	<u>75.280</u>	<u>114.880</u>	<u>(39.600)</u>	<u>(6.829)</u>
	<u>325.757</u>	<u>398.861</u>	<u>(73.104)</u>	<u>(31.241)</u>

- (i) Devido a posição devedora do Patrimônio líquido das controladas Perini e Mercantil Rodrigues, foi efetuada provisão na controladora para perdas em investimentos em R\$ 91.029 de acordo com os requerimentos contábeis descritos no CPC 18 / IAS 28 (nota 2.2)

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

		Consolidado				Controladora					
		Terrenos	Edificações e benfeitorias	Instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Total em operação	Imobilização em andamento	Total	Total
Em 01 de janeiro de 2019	227.322	900.969		173.095	15.143		21.930	2.223	1.340.682	97.706	1.438.388
Adições		55.588	34.105	1.358	4.125	17		95.193	(31.771)	(330)	94.863
Baixas		(3.067)	(22.279)	(2.729)	(3.437)	(259)		(31.771)	(319)	(32.090)	90.049
Transferências		6.364	9.043	305	1.185	44		16.911	(16.911)		(26.427)
Depreciação		(145.436)	(65.713)	(5.330)	(9.020)	(106)		(225.605)		(225.605)	(210.299)
Em 31 de dezembro de 2019	227.322	814.418		128.221	8.747	14.783		1.919	1.195.410	80.146	1.275.556
Custo total	227.322	1.540.478		722.614	75.094	117.866		11.182	2.694.556	80.146	2.774.702
Depreciação acumulada		(726.060)		(594.393)	(66.347)	(103.083)		(9.263)	(1.499.146)		(1.499.146)
Valor residual	227.322	814.418		128.221	8.747	14.783		1.919	1.195.410	80.146	1.275.556
Adições		15.827	14.227	298	2.328			32.680		32.680	2.516.909
Baixas		(10.265)	(6.641)	(372)	(2.898)			(20.176)	(4.340)	(24.516)	(1.336.516)
Transferências		(139.873)	(60.178)	(3.659)	(4.422)	(326)		(208.458)		(208.458)	(185.146)
Em 31 de dezembro de 2020	227.322	680.107		75.629	5.014	9.791		1.593	999.456	75.806	1.075.262
Custo total	227.322	1.546.040		730.290	75.020	117.296		11.182	2.707.060	75.806	2.782.866
Depreciação acumulada		(865.933)	(654.571)	(70.006)	(107.505)			(9.589)	(1.707.604)		(1.707.604)
Valor residual	227.322	680.107		75.29	5.014	9.791		1.593	999.456	75.806	1.075.262

O montante total da depreciação no consolidado do exercício vigente está dividido em R\$ 192.851 (controladora R\$ 170.714) lançadas no grupo de despesas e R\$ 15.607 (controladora R\$ 14.432) registrada nas rubricas de “Custo das mercadorias vendidas”.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, que inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, a qual é revisada anualmente.

- (iii) As imobilizações em andamento referem-se a obras de construção ou de melhorias ainda não concluídas, seja em lojas próprias ou de terceiros.
- (iv) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica “Projetos em andamento” para as correspondentes contas definitivas do “Imobilizado”, quando do encerramento dos projetos.

A Companhia e suas controladas arrendam imóveis de terceiros para operação de lojas nas quais são investidas em benfeitorias, segundo contratos de arrendamento operacional (aluguéis) com prazos variáveis, mas em sua maioria em 15 anos, com opção de renovação por igual período, no exercício vigente os saldos das despesas com depreciação dessa categoria no consolidado de R\$ 129.927 (R\$ 144.945 controladora).

Garantias

Em garantia das obrigações contraídas nos contratos de locação dos imóveis de propriedade do G. Barbosa & Cia. Ltda. e PROURB Empreendimentos Imobiliários e Comerciais Ltda. a Companhia celebrou instrumentos particulares pelos quais como mecanismo para assegurar os pagamentos dos alugueis, multas previstas e quaisquer outros acessórios da locação, foram empenhados em favor dos locadores todos os bens, máquinas e equipamentos necessários às atividades e que estejam fisicamente nos imóveis objeto dos mesmos contratos no valor de R\$ 30.736 (2019 – R\$ 39.849).

13 Arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos, decorrente da implementação do CPC06 (R2) / IFRS 16:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos de direito de uso	669.836	595.197	716.498	639.054
Total	669.836	595.197	716.498	639.054

A determinação do prazo de arrendamento dos contratos de acordo com CPC 06 (R2) / IFRS 16, possuem estimativas críticas, os quais são determinados pela administração da Companhia, utilizando como premissa básica o prazo do contrato vigente e a expectativa de permanência no imóvel.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Passivos de arrendamentos				
Circulante	172.951	190.484	185.589	203.682
Não Circulante	721.414	661.432	778.139	714.526
Total	894.365	851.916	963.728	918.208

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

As demonstrações do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos, decorrente da implementação do CPC06 (R2) / IFRS 16:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (Nota 24)	(142.200)	(130.645)	(150.935)	(139.172)
Total	(142.200)	(130.645)	(150.935)	(139.172)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota 27)	(87.969)	(82.659)	(96.555)	(90.270)
Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não incluídos em passivos de arrendamentos (incluídas em despesas administrativas - Nota 24)	(9.247)	(6.057)	(9.563)	(8.885)
Descontos de aluguel obtidos (incluídos em despesas administrativas (i))	8.047		8.601	
Total	(89.169)	(88.716)	(97.517)	(99.155)

- (i) Em decorrência da pandemia da COVID-19, o Grupo renegociou determinados contratos de aluguel e obteve descontos sobre o valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma IFRS 16/CPC 06(R2) - “Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento”, o Grupo adotou o expediente prático previsto na norma de registrar as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos, no valor de R\$ 8.047 (Consolidado R\$ 8.601), diretamente no resultado do exercício de 2020, e não como uma modificação de contrato.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos de arrendamentos em 2020 totalizaram na controladora R\$ 249.085 (R\$265.313 no consolidado).

(iii) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

O Grupo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Formação da Taxa Nominal

	Taxa % a.a.
Custo da dívida Nominal em U\$	8,66
Inflação de Longo Prazo (Brasil)	4,06
Inflação de Longo Prazo (USA)	1,86
Custo da dívida Nominal	11,00

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2020	918.208
Pagamentos	(265.313)
Juros embutidos	82.454
Ajuste de remensuração	228.379
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2020	<u>963.728</u>

O Grupo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações

Menos de 1 ano	281.114
Entre 1 e 2 anos	238.715
Entre 2 e 5 anos	455.819
Acima de 5 anos	436.423
Valores não descontados	1.412.071
Juros embutidos	(448.343)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019	<u>963.728</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos do ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2020	639.054
Ajustes por remensuração	228.379
Despesa de depreciação	<u>(150.935)</u>
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2020	<u>716.498</u>

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	Ajustado a valor presente	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	1.412.071	963.728
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>(130.617)</u>	<u>(89.145)</u>
	<u>1.281.454</u>	<u>874.583</u>

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	963.728	761.440	597.383	427.748	354.161
Taxa Real (efeito inflação)	1.006.132	794.943	623.668	446.569	369.744
Variação	42.404	33.503	26.285	18.821	15.583
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	716.498	546.130	416.057	295.237	236.681
Taxa Real (efeito inflação)	748.024	570.160	434.364	308.227	247.095
Variação	31.526	24.030	18.307	12.990	10.414
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	96.555	93.561	74.658	56.645	43.847
Taxa Real (efeito inflação)	100.803	97.678	77.943	59.137	45.776
Variação	4.248	4.117	3.285	2.492	1.929
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	150.935	150.498	130.073	120.820	58.555
Taxa Real (efeito inflação)	157.576	157.120	135.796	126.136	61.131
Variação	6.641	6.622	5.723	5.316	2.576

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Intangível

	Ágio (i)	Fundo de comércio	Software	Marcas	Carteira de Clientes	Outros	Intangível em andamento		Total	Total			Consolidado		Controladora
	<u>1.357.221</u>	<u>17.403</u>	<u>47.900</u>	<u>144.736</u>	<u>1.006</u>	<u>674</u>	<u>(3)</u> <u>(671)</u>	<u>1.569.039</u>	<u>1.515.094</u>						
Em 01 de janeiro de 2019															
Aquisições Transferências Amortização															
	<u>(1.981)</u>	<u>4.000</u>	<u>671</u>	<u>(16.867)</u>	<u></u>	<u>(97)</u>	<u>999</u>	<u></u>	<u>3.997</u>	<u>3.733</u>					
	<u>1.357.221</u>	<u>15.422</u>	<u>35.713</u>	<u>144.736</u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u>1.554.091</u>	<u>1.500.571</u>					
Em 31 de dezembro de 2019															
Custo Amortização acumulada															
	<u>1.357.221</u>	<u>61.494</u>	<u>195.573</u>	<u>144.736</u>	<u>41.016</u>	<u>1.630</u>	<u>(631)</u>	<u></u>	<u>1.801.671</u>	<u>1.734.671</u>					
	<u>(46.072)</u>	<u>(159.860)</u>	<u></u>	<u></u>	<u>(41.016)</u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u>(247.580)</u>	<u>(234.100)</u>					
Valor residual															
Aquisições Baixa por Impairment Transferências Amortização															
	<u>1.357.221</u>	<u>15.422</u>	<u>35.713</u>	<u>144.736</u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u>1.554.091</u>	<u>1.500.571</u>					
	<u>2.371</u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u>2.370</u>	<u>1.901</u>					
	<u>(1.990)</u>	<u>(15.565)</u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u>(97)</u>	<u></u>	<u></u>	<u>(17.652)</u>	<u>(17.323)</u>					
Em 31 de dezembro de 2020															
Custo Amortização acumulada															
	<u>1.357.221</u>	<u>13.432</u>	<u>22.519</u>	<u>144.736</u>	<u></u>	<u>902</u>	<u></u>	<u></u>	<u>1.538.809</u>	<u>1.485.149</u>					
	<u>61.494</u>	<u>197.945</u>	<u>144.736</u>	<u>41.016</u>	<u>1.630</u>	<u>(41.016)</u>	<u>(728)</u>	<u></u>	<u>1.804.041</u>	<u>1.736.572</u>					
	<u>(48.062)</u>	<u>(75.426)</u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u>(265.222)</u>	<u>(251.423)</u>					
Valor residual															
	<u>1.357.221</u>	<u>13.432</u>	<u>22.519</u>	<u>144.736</u>	<u></u>	<u>902</u>	<u></u>	<u></u>	<u>1.538.809</u>	<u>1.485.149</u>					

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Testes de *impairment* do ágio e das marcas com vida útil indefinida

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com o segmento operacional. Segue um resumo da alocação dos ativos por nível de segmento operacional:

	2020			2019		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Intangíveis		185.786	185.786		200.240	200.476
Ágio	23.450	1.333.771	1.357.221	23.450	1.333.771	1.357.221
Imobilizado	93.463	1.491.818	1.585.281	111.068	1.711.035	1.822.103
	<u>116.913</u>	<u>3.011.375</u>	<u>3.128.281</u>	<u>134.754</u>	<u>3.245.046</u>	<u>3.379.800</u>

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

Para as UGCs atacado e varejo, as premissas-chave utilizadas pela administração são como segue:

	2020		2019	
	Atacado	Varejo	Atacado	Varejo
Volume de vendas (% da taxa de crescimento anual)	5	5,5	4,5	4,5
Margem bruta média (% de receita)	14,6	23,3	14,4	23
Despesas sobre as vendas (% de receita)	(13,6)	(19)	(13)	(22)
Dispêndio aquisição de imobilizado (média anual) R\$	3.110	57.179	3.435	45.474
Taxa de crescimento perpetuidade - %	0,5	0,5	0,5	0,5
<u>Taxa de desconto - %</u>	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>7,5</u>	<u>7,5</u>

Essas premissas foram usadas para a análise de cada UGC do segmento operacional.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado, a taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para o segmento, a administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As despesas sobre as vendas são os custos da UGC, que variam de acordo com os volumes de vendas, a administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e também refletem reestruturações futuras ou medidas de economias de custo, os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de cinco anos.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito aos desembolsos de caixa esperados no segmento de Varejo para reforma das lojas, ou eventuais aquisições, ele se baseia na experiência histórica da administração e no dispêndio planejado do negócio. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

As taxas de crescimento utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor, as taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas que refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

A metodologia utilizada considera a projeção dos fluxos efetivo a 5 anos e a sua perpetuidade, a redução no valor dos ativos não tem efeito sobre o fluxo de caixa esperado para o ano, a capacidade de pagamento e nem no cumprimento de garantias financeiras.

Para o exercício de 2020 não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

A Companhia possui em seu balanço o ágio advindo das aquisições de Companhias realizadas nos últimos anos no montante de R\$ 1.357.221 composto pelos seguintes valores:

Aquisição	2020
Prezunic	678.614
Bretas	532.409
Perini	25.354
Super Família	42.326
Mercantil Rodrigues	23.173
Costa Azul	15.970
Gbarbosa	39.375
	1.357.221

A Companhia possui em seu balanço as marcas identificadas nas combinações de negócios das Companhias adquiridas no montante de R\$ 144.736, composto pelos seguintes valores:

	2019
Prezunic	57.143
Bretas	83.839
Perini	3.754
	144.736

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores de Mercadorias Nacionais	1.500.623	1.265.827	1.617.051	1.389.152
Fornecedores de Mercadorias Estrangeiras	31.671	22.979	31.671	22.979
Fornecedores de Serviços	73.477	91.727	78.566	97.488
Acordos comerciais (i)	(43.308)	(29.159)	(47.747)	(33.286)
Ajuste a valor presente	(3.924)	(6.638)	(4.171)	(7.134)
Em 31 de dezembro	1.558.539	1.344.736	1.675.370	1.469.199

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro é composto por fornecedores de mercadorias e serviços e possuem saldos pulverizados.

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte americanos e EURO.

- (i) Os acordos comerciais são recebíveis, definidos em contratos de parceria firmados com os fornecedores. Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido.

Confirming

Em 26 agosto de 2009, a Companhia estabeleceu as regras do processo de antecipação de pagamento a fornecedores (Confirming), podendo ser antecipados pelos fornecedores títulos decorrentes da venda de mercadorias e serviços que estejam devidamente cadastrados e liberados para pagamento no sistema da Companhia, dessa forma a Companhia intermedeia entre os fornecedores e as instituições financeiras a antecipação das faturas.

O prazo mínimo para antecipação de um título é de 7 (sete) dias, contados a partir da data do processamento da antecipação.

Até o quinto dia útil de cada mês, o Banco deposita na conta da Companhia o prêmio pela realização das operações de antecipação. O saldo de confirming em 31 de dezembro de 2020 na controladora é de R\$ 413.516 (R\$ 246.372 em 2019) (consolidado R\$ 434.475 (R\$ 263.763 em 2019)) e está apresentado na rubrica de fornecedores. Todo o processo de antecipação é realizado pelos fornecedores não constituindo dessa forma empréstimos ou financiamentos à Companhia, a dívida com o fornecedor fica registrada na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não tem diferença de natureza e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	37.025	25.038	40.111	27.868
Programa de Integração Social (PIS)	136	83	144	88
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	628	382	666	407
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	17.342	36.050	18.435	36.813
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	5.487	5.401	5.821	5.756
Outros	<u>6.144</u>	<u>5.717</u>	<u>6.455</u>	<u>6.038</u>
Em 31 de dezembro	<u><u>66.762</u></u>	<u><u>72.671</u></u>	<u><u>71.634</u></u>	<u><u>76.969</u></u>

17 Provisões para contingências

			Consolidado		Controladora
	Trabalhistas, previdenciárias e cíveis	Tributárias	Riscos contingenciais diversos	Total	Total
Em 1º de janeiro de 2019	57.579	13.242	39.516	110.337	105.208
Debitado à demonstração do Resultado	40.956	(6.747)		34.209	32.332
Combinação de negócios (i)			(574)	(574)	(574)
Liquidadas durante o exercício	<u>(42.394)</u>	<u>6.150</u>	<u>(36.244)</u>	<u>(35.098)</u>	
Em 31 de dezembro de 2019	<u><u>56.142</u></u>	<u><u>12.645</u></u>	<u><u>38.942</u></u>	<u><u>107.729</u></u>	<u><u>101.868</u></u>
Debitado à demonstração do resultado	33.632	(16.426)		17.206	15.277
Combinação de negócios (i)			(2.920)	(2.920)	(2.920)
Liquidadas durante o exercício	<u>(36.318)</u>	<u>21.249</u>	<u>(15.069)</u>	<u>(13.565)</u>	
Em 31 de dezembro de 2020	<u><u>53.456</u></u>	<u><u>17.469</u></u>	<u><u>36.022</u></u>	<u><u>106.946</u></u>	<u><u>100.660</u></u>

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos em andamento, e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, apoiadas por estimativas de seus consultores legais externos.

- (i) As baixas ocorridas são contabilizadas em contrapartida a a rubrica de “Ativo indenizável” e são decorrentes das contingências advindas de combinação de negócios que foram prescritas ou pagas durante o ano.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os encargos das provisões para contingências, cujo risco recai sobre a Companhia e suas controladas são reconhecidos no resultado em "Despesas gerais e administrativas".

O montante de provisões constituídas contempla uma parcela substancial de contingências que estão vinculadas aos acordos de compra e venda dos negócios adquiridos. Segue abertura do saldo de contingências advindas das combinações de negócios classificadas como "Riscos contingenciais diversos".

	Controladora e consolidado		
	Trabalhistas e cíveis	Tributárias	Total
Em 1º de janeiro de 2019	6.975	32.541	39.516
Adições		734	734
Baixas	(1.308)		(1.308)
Em 31 de dezembro de 2019	5.667	33.275	38.942
Adições		187	187
Baixas	(611)	(2.496)	(3.107)
Em 31 de dezembro de 2020	5.056	30.966	36.022
Não circulante	5.056	30.966	36.022

As garantias contratuais decorrentes dos referidos acordos asseguram o direito à indenização junto aos vendedores, seja por dedução de parcelas vincendas de compromissos a pagar relacionados às quotas de participação adquiridas ou pela retenção de aluguéis vincendos.

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

(i) Causas trabalhistas e previdenciárias

As principais questões tratadas nessas contingências referem-se à indenização por acidente de trabalho e doenças ocupacionais, horas extras, adicional de insalubridade, equiparação salarial e as consequentes diferenças reflexas sobre férias, 13º salário, FGTS e parcelas rescisórias. De acordo com os assessores jurídicos, as contingências e montantes classificados como de perda provável, alcançam R\$ 33.576 (2019 - R\$ 33.797)

(ii) Ações cíveis

As principais ações estão relacionadas a processos movidas por clientes, relacionadas a supostos furtos de veículos e/ou acessórios nos estacionamentos das lojas, alegações de defeitos em produtos, inscrição indevida de consumidores em órgãos de proteção ao crédito e acidentes de clientes nas lojas, além de demandas relacionadas ao atendimento de clientes e cobranças indevidas de juros e encargos financeiros relacionados ao cartão Cencosud. De acordo com os assessores jurídicos, as causas classificadas como de perda provável, alcançam R\$ 19.880 (2019 - R\$ 22.345).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Tributárias

As principais questões tratadas nessas contingências referem-se às demandas em processos movidos por autoridades fiscais, com ênfase na esfera federal em discussões relativas a obrigações tributárias do imposto de renda e contribuição social, PIS Cofins, além de discussões nas esferas estaduais relativas ao ICMS.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, considerando os assuntos classificados como de perda provável, em 31 de dezembro de 2020, foi constituída provisão equivalente ao montante estimado de R\$ 17.469 (2019 - R\$ 12.645), valor equivalente a perda estimada.

As principais provisões de natureza tributária referem-se a:

- a) IRRF: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários efetivada em novembro de 2015, pelo suposto descumprimento das obrigações tributárias relativas ao recolhimento do IRPJ e a CSLL, de fato gerador de 2010, Por considerar uma parte como risco provável, a Companhia realizou provisão contábil no montante de R\$ 21.117 (2019 – R\$ 20.934)
- b) PIS Cofins: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários efetivada em maio de 2012, onde se discutia a constitucionalidade dos decretos de lei nº S 2445/88 e 2449/8, provisão contábil no valor de R\$ 7.018 (2019 – R\$ 6.927).
- c) ICMS: Exigência do imposto por diferença em base de cálculo de mercadorias sob o regime de substituição tributária, fatos geradores de 2013 a 2019, a Companhia considera algumas parcelas das autuações como devidas, motivo pelo qual realizou provisão de R\$ 7.110 (2019 – R\$ 1.557).

17.1 Perdas Possíveis

Contingências passivas com risco de perda classificadas como possível:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Tributárias		
IRPJ / CSLL / IRRF (i)	341.446	335.032
ICMS (ii)	269.487	192.236
Pis Cofins (iii)	223.075	215.055
Demais tributos	17.533	22.776
	851.543	765.100
Cíveis (ações indenizatórias)	12.169	5.901
Trabalhistas	11.092	51.120

Causas Tributárias

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia com base na opinião de seus consultores jurídicos, mantinha procedimentos tributários classificados como "possíveis" que juntos totalizam R\$ 851.543 (2019 R\$ 765.100).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

É importante ressaltar que do valor total dessas contingências classificadas como perdas possíveis, R\$ 313.044 (2019 – R\$ 304.744) são de responsabilidade dos antigos proprietários das empresas Bretas, Prezunic e Mercantil Rodrigues, portanto, a Companhia mantém uma garantia contratual sobre esses processos.

As principais causas relevantes relacionadas aos passivos contingentes estão demonstradas abaixo:

- (i) IRRF: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários, relativo a Bandeira Bretas. A Companhia recebeu autuação em dezembro de 2016 exigindo IRRF sobre pagamentos realizados a pessoas jurídicas prestadoras de serviço sem causa ou de operação não comprovada, referente ao fato gerador de 2011, o valor atualizado em 31 dezembro de 2020 alcança o montante de R\$ 200.530 (2019 - R\$ 196.514).

IRPJ/CSLL: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários, relativo a Bandeira Bretas. A Companhia recebeu autuação em novembro de 2015, pelo suposto descumprimento das obrigações tributárias relativas ao recolhimento do IRPJ e a CSLL, do fato gerador de 2010, tendo em vista a suposta constatação de que a autuada teria utilizado despesas não dedutíveis referentes (I) a pagamentos efetuados a sua controladora Ambapar – Amba Participações Ltda. (“Ambapar”) e ainda (II) na contabilização de perdas referentes a recebimentos de créditos, os valores exigidos em 31 de dezembro de 2020 são de R\$ 57.538 (2019 - R\$ 56.450).

IRPJ/CSLL sob ágio: Em junho de 2017 a Companhia recebeu autuação sob a alegação de exigência de IRPJ e CSL supostamente devidos no período de 2010 e 2011 pela empresa, em razão da glosa de despesas de amortização de ágio registrado nas aquisições das seguintes empresas: Bretas, G. Barbosa, Costa Azul e Super Família. Embora se tratem de aquisições entre partes independentes em todos esses casos, o fisco glosou as despesas respectivas sob alegações de (i) uso indevido de veículos de aquisição, (ii) supostas inconsistências em laudo de avaliação que justificaria parte do ágio, e (iii) Indevida consideração de patrimônio líquido negativo no cálculo de ágio. A cobrança em 31 de dezembro de 2020 alcança o valor de R\$ 21.055 (2019 - R\$ 20.660).

- (ii) ICMS: Exigência do imposto por diferença em base de cálculo de mercadorias, autuação de janeiro de 2020, referente a fatos geradores de 2016 e 2017, sob a alegação de não recolhimento do ICMS ST, tal autuação não prospera, uma vez que o auditor não observou a existência de regime especial de tributação obtido pela filial em questão, em 31 de dezembro de 2020 os valores das autuações alcançavam o montante de R\$ 107.163.

ICMS: Exigência de multa por falta de obrigação acessória, autuação em Julho de 2019 por suposta falta de informação de documentos fiscais do período de 2014, 2016 e 2018, relativos às operações de circulação de mercadorias no bloco C da Escrituração Fiscal Digital - EFD, na forma e no prazo estabelecidos na Lei Estadual nº 7.651/2013. Os valores da discussão em 31 de dezembro de 2020, R\$ 87.117 (2019 - R\$ 85.127).

- (iii) Pis Cofins – Lei do Bem: A Companhia ingressou com Mandado de Segurança em janeiro de 2016 objetivando a manutenção da isenção de PIS e COFINS relativos a venda de produtos eletrônicos destinados ao projeto de inclusão digital do Governo Federal. Lei nº 11.195/2005 (conhecido com Lei do Bem), revogada parcialmente pela Lei nº 13.241/2015. Os valores da discussão em dez/2020 eram de R\$ 93.764 (2019 - R\$ 91.463).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pis Cofins - Descontos Comerciais: A Companhia recebeu autuação em 2011 referente a exigência de Pis e Cofins do período de 2006 a 2010, sobre descontos comerciais, uma vez que tem acordos com seus fornecedores para descontar tais valores a título de redução de custo e reembolso de despesas. Todavia, a fiscalização entendeu que tal operação deva ser considerada como bonificação, ou seja, uma receita passível a tributação pelas mencionadas contribuições. A cobrança em 31 de dezembro de 2020 está em R\$ 78.073 (2019 - R\$ 76.905).

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	Diferenças temporária	Prejuízos fiscais	Diferenças Lei 11.638	Total	Diferenças temporária	Prejuízos fiscais	Diferenças Lei 11.638	Total
Imposto Diferido								
Em 01 de janeiro de 2019	(303.653)	988.892	(78.154)	607.085	(306.965)	1.002.842	(78.810)	617.067
Ajuste de adoção inicial do CPC 6 (R2) Debitado (Credorado) à demonstração do resultado			99.353	99.353			107.149	107.149
	(10.974)		(11.264)	(22.238)	(10.841)		(11.465)	(22.306)
Em 31 de dezembro de 2019	(314.627)	988.892	9.935	684.200	(317.806)	1.002.842	16.874	701.910
IR/CS Diferidos Ativo IR/CS Diferidos Passivo	49.615 (364.242)	988.892	274.395 (264.460)	1.312.902 (628.702)	54.227 (372.033)	1.002.842	295.611 (278.737)	1.352.680 (650.770)
Líquido	(314.627)	988.892	9.935	684.200	(317.806)	1.002.842	16.874	701.910
Ajuste de adoção inicial do CPC 6 (R2) Debitado diretamente ao patrimônio Debitado (Credorado) à demonstração do resultado			(6.677) 2.710	(6.677) 2.710			(4.063)	(4.063)
	(63.187)		(5.627)	(68.814)	(58.956)		(5.408)	(64.364)
Em 31 de dezembro de 2020	(377.814)	988.892	341	611.419	(376.762)	1.002.842	7.403	633.483
IR/CS Diferidos Ativo IR/CS Diferidos Passivo	219.220 (597.034)	988.892	297.734 (297.393)	1.505.846 (894.427)	228.063 (604.825)	1.002.842	320.662 (313.259)	1.551.567 (918.084)
Líquido	(377.814)	988.892	341	611.419	(376.762)	1.002.842	7.403	633.483

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo composição das principais diferenças temporárias na apuração fiscal:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisões Estoques (Quebras, bonificações, slow moving, outros)	12.639	12.297	13.826	13.835
Participação dos Lucros	22.755	15.500	24.075	16.568
Contingênicas (Cíveis, Fiscais, Trabalhistas)	23.412	21.395	25.549	23.388
Provisões temporárias diversas	164.288	423	168.486	437
IR/CS Diferidos Ativo	<u>223.095</u>	<u>49.615</u>	<u>231.937</u>	<u>54.227</u>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Amortização ágio fiscal de Companhias adquiridas	(597.034)	(364.242)	(604.825)	(372.033)
IR/CS Diferidos Passivo	<u>(597.034)</u>	<u>(364.242)</u>	<u>(604.825)</u>	<u>(372.033)</u>

Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais quando a realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro é considerado provável.

De acordo com as projeções elaboradas pela administração da Companhia e suas controladas, o imposto de renda e a contribuição social diferidos consolidados serão realizados a partir de 2021, os saldos serão realizados conforme os seguintes prazos:

	Consolidado	
	2020	2019
2021	17.066	
2022	10.386	
2023	20.810	10.012
2024	21.861	31.420
2025	32.290	33.224
2026	36.538	34.961
2027	40.615	36.640
Em diante	<u>823.277</u>	<u>856.585</u>
IR/CS Diferidos Ativo	<u>1.002.842</u>	<u>1.002.842</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Receitas diferidas

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Acordo operacional - Banco Bradesco S.A. (a)	200.000	200.000
Amortização acumulada		
Amortização acumulada (Performance)	(3.383)	(3.147)
Amortização acumulada (Fixa)	<u>(59.014)</u>	<u>(52.764)</u>
	137.603	144.089
 Circulante	 <u>6.317</u>	 <u>6.704</u>
 Não circulante	 <u>131.286</u>	 <u>137.385</u>

(a) Acordo operacional com Banco Bradesco S.A.

A Companhia operava um cartão de crédito privado, denominado Credi-Hiper, aceito somente em suas lojas. Em 6 de novembro de 2006, a operação do cartão Credi-Hiper foi transferida para o Banco Bradesco S.A., com base no Acordo Operacional assinado no dia 24 de maio de 2006. O Acordo, que foi efetivado com o prazo de cinco anos, renovável por mais cinco anos, estabelece que o Banco Bradesco S.A. é responsável pela operação do cartão de crédito privado e que o mesmo transferirá 50% dos resultados desta operação para a Companhia, incluindo o risco de crédito para contas duvidosas.

Em 8 de agosto de 2011, a Companhia e suas controladas celebraram novo Acordo Operacional com o Bradesco S.A., que alterou, consolidou e substituiu o acordo original. Em resumo, o novo acordo estendeu a operação do empreendimento em conjunto para outras bandeiras de atuação do Grupo Cencosud (Bretas, Perini e Mercantil Rodrigues), fixou premissas básicas para oferta de serviços financeiros em relação as futuras operações do Grupo (crescimento não orgânico) e ampliou o portfólio de produtos financeiros abarcados pelo empreendimento em conjunto, além de retificar ou ratificar aspectos operacionais da relação entre as partes. Em decorrência do novo acordo, o saldo anteriormente recebido e classificado como "Receitas diferidas", foi integralmente apropriado ao resultado.

Em consequência da celebração do novo acordo foram fixados os seguintes valores a serem desembolsados pelo Bradesco: (i) R\$ 100.000 pagos em 16 de agosto de 2011, correspondentes à remuneração pela cessão de direito de participação de 50% no empreendimento em conjunto pelo prazo determinado de 16 anos; (ii) R\$ 100.000 a título de antecipação de desempenho ("Primeiro Prêmio") pagos em 16 de agosto de 2011; e (iii) R\$ 100.000 a serem pagos imediatamente ao cumprimento das metas relacionados ao "Primeiro Prêmio", vinculados ao compromisso de atingimento de novas metas em bases já pre-estabelecidas no contrato.

O reconhecimento contábil da receita referente aos recursos relacionados a remuneração pela cessão de direito de participação no empreendimento (R\$ 100.000) está sendo efetuado de maneira proporcional ao período de 16 anos de contrato. O valor recebido a título de antecipação de desempenho (R\$ 100.000) está sendo registrado no resultado do exercício de forma proporcional ao cumprimento das metas de contrato, considerando que é provável que a meta integral será atingida, conforme mencionado na Nota 3 (d).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Participação dos empregados nos resultados - Consolidado

O plano de participação dos empregados nos resultados mantido pela Companhia foi formalizado em 2006 objetivando incentivar os empregados a alcançar as metas estabelecidas pela administração e, desde então, tem sido atualizado anualmente. Os objetivos estabelecidos estão relacionados principalmente ao atendimento das metas de vendas líquidas e resultado operacional proposto. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém provisionados R\$66.927 (2019 - R\$ 45.589) e no consolidado R\$ 70.809 (2019 - R\$ 48.730), tendo em vista a proporção das metas estabelecidas pela sua direção.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a despesa com a participação dos empregados nos lucros foi de R\$ 64.186 (2019 – R\$45.084), no consolidado de R\$68.068 (2019 – R\$48.232), registrado na rubrica “Participação dos empregados nos lucros” conforme demonstrado na Nota 25.

21 Credores pela aquisição de controladas e ativos

O modelo de aquisição de novos negócios considera o desembolso parcelado dos valores definidos como preço dos negócios adquiridos. Os saldos em aberto destes compromissos estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Credores pela aquisição de:		
Mercantil Rodrigues	14.429	14.011
FAG/Bretas	29.158	48.286
Saldo em 31 de dezembro	43.587	62.297
Circulante	29.158	
Não Circulante	14.429	62.297

O saldo a pagar aos vendedores de Mercantil Rodrigues corresponde a retenção de preço efetuada como caução para assegurar o valor equivalente a contingência potencial até o momento não materializada.

O saldo a pagar aos vendedores de FAG/Bretas em 31 de dezembro de 2020 refere-se à correção monetária e juros incidentes sobre a última parcela a pagar aos ex-acionistas, conforme disposto no aditivo contratual celebrado entre as partes em 17 de julho de 2018.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de 6.801.464 em lote de mil ações (2019 - 7.068.634 em lote de mil ações), com valor nominal de R\$ 1 por ação (2019 - R\$ 1 por ação).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A redução de capital ocorrida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 267.170 foi realizada a seguinte investidora:

- R\$ 267.170 à investidora Cencosud Internacional Ltda., mediante a redução de quotas, registrado na 79º alteração do contrato social de outubro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 a composição dos quotistas da Companhia é a seguinte:

Quotistas / Acionistas	Quantidade de quotas / ações	Valor	%
Cencosud Internacional Ltda.	6.773.578	6.773.578	99,6
Cencosud S.A.	27.886	27.886	0,4
	6.801.464	6.801.464	100

Companhia conforme indicado na Nota 1, mudou de Companhia Ltda para S/A e as cotas foram convertidas para ações na razão de 1 para 1.

23 Receitas líquidas de vendas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Vendas brutas de produtos e serviços	8.556.182	7.776.037	9.403.007	8.595.612
ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS (i)	49.602	115.000	49.602	115.000
Impostos sobre vendas e cancelamentos	(930.699)	(799.035)	(1.043.677)	(906.223)
Receita líquida de vendas	7.675.085	7.092.002	8.408.932	7.804.389

- (i) A Companhia reconheceu, créditos de PIS e COFINS decorrentes do trânsito em julgado referentes ações judiciais para pleitear a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, detalhes da operação descritos (Nota 9).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(5.707.277)	(5.438.262)	(6.307.939)	(6.017.278)
Outros Custos (consumo, embalagens, etc.)	(78.650)	(80.856)	(77.368)	(81.655)
Salários e benefícios (Nota 25)	(655.897)	(688.323)	(706.679)	(741.174)
Tarifas públicas	(146.753)	(158.106)	(160.537)	(172.299)
Aluguel de imóveis	24.680	13.247	21.277	10.023
Comissão com operações de cartões de crédito	(50.661)	(45.644)	(56.264)	(51.110)
Honorários da administração (Nota 25)	(9.279)	(12.173)	(9.720)	(12.588)
Participação dos empregados nos lucros (Nota 20)	(64.186)	(45.084)	(68.068)	(48.232)
Depreciação/amortização	(355.410)	(377.532)	(387.482)	(410.848)
Outras despesas	(405.963)	(395.357)	(440.019)	(430.998)
Total do custo das vendas e despesas com vendas e administrativas	<u>(7.449.396)</u>	<u>(7.228.090)</u>	<u>(8.192.799)</u>	<u>(7.956.159)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(5.834.414)	(5.574.801)	(6.438.310)	(6.159.796)
Despesas com vendas	(932.420)	(1.001.707)	(1.019.994)	(1.095.553)
Despesas Gerais e administrativas	(682.562)	(651.582)	(734.495)	(700.810)
Total do custo das vendas e despesas com vendas e administrativas	<u>(7.449.396)</u>	<u>(7.228.090)</u>	<u>(8.192.799)</u>	<u>(7.956.159)</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Salários e benefícios

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários	(456.047)	(506.922)	(495.054)	(550.176)
Encargos trabalhistas	(172.393)	(152.551)	(184.106)	(162.248)
Participação dos empregados nos resultados (Nota 20)	(64.186)	(45.084)	(68.068)	(48.233)
Transporte de funcionários	(26.873)	(33.796)	(29.017)	(36.459)
Previdência privada	(376)	(316)	(409)	(343)
Assistência médica	(57.975)	(60.060)	(60.816)	(62.864)
	<u>(777.850)</u>	<u>(798.729)</u>	<u>(837.470)</u>	<u>(860.323)</u>
Despesa de benefícios a empregados alocados a despesa com logística	48.487	53.149	53.003	58.329
Honorários da administração	9.279	12.173	9.720	12.588
Participação dos empregados nos resultados (Nota 20)	64.186	45.084	68.068	48.232
Total das despesas de benefícios a empregados	<u>(655.898)</u>	<u>(688.323)</u>	<u>(706.679)</u>	<u>(741.174)</u>

26 Outras receitas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Apropriação de receita diferida	5.672	5.672	5.672	5.672
Resultado de acordo operacional (Nota 7)	9.062	14.703	9.062	14.703
Variação cambial	(7.118)	(2.992)	(7.117)	(2.896)
Outras receitas	6.341	5.215	6.970	5.688
Outras despesas	<u>(5.719)</u>	<u>2.575</u>	<u>(6.096)</u>	<u>2.549</u>
Outras receitas, líquidas	<u>8.237</u>	<u>25.173</u>	<u>8.491</u>	<u>25.716</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Receitas financeiras de depósitos bancários de curto prazo	4.987	6.059	4.997	6.080
Instrumentos financeiros derivativos		9.418		9.418
Efeitos líquidos da atualização monetária dos créditos tributários ICMS na base do PIS e da COFINS (i)	86.461		86.461	
Outras receitas financeiras	2.976	736	3.076	749
Receitas financeiras	94.424	16.213	94.534	16.247
Despesas financeiras				
Despesas com juros de financiamentos	(22.944)	(32.959)	(23.872)	(34.536)
Despesas com atualização monetária	(13.654)	(64.750)	(13.656)	(63.923)
Ajuste a valor presente	(48.274)	(78.025)	(51.986)	(85.341)
Passivos de arrendamento	(87.969)	(82.659)	(96.555)	(90.270)
Outras despesas financeiras	(4.198)	(24.340)	(4.328)	(24.731)
Despesas financeiras	(177.039)	(282.733)	(190.397)	(298.800)
Resultado financeiro, líquido	(82.615)	(266.520)	(95.863)	(282.554)

- (i) A Companhia reconheceu, créditos de PIS e COFINS decorrentes do trânsito em julgado referentes ações judiciais para pleitear a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, detalhes da operação descritos (Nota 9).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Despesa de imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>133.211</u>	<u>(408.676)</u>	<u>128.761</u>	<u>(408.608)</u>
Tributos à alíquota nominal (34%)	(45.292)	138.950	(43.778)	138.926
Equivalência patrimonial	(6.154)	(10.622)		
Outras diferenças permanentes (i)	216.709	(84.338)	216.589	(86.859)
Crédito de IR/CS diferido não constituído	<u>(234.077)</u>	<u>(66.228)</u>	<u>(237.175)</u>	<u>(74.373)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(68.814)</u>	<u>(22.238)</u>	<u>(64.364)</u>	<u>(22.306)</u>
Aliquota efetiva dos tributos	<u>52%</u>	<u>(5%)</u>	<u>50%</u>	<u>(5%)</u>
(i) Saldo de outras diferenças permanentes composto principalmente pelas adições de variação cambial e reversões de provisões para realização de impostos.				

29 Informação por segmento

A Companhia reporta a informação por segmento de acordo com as disposições do CPC 22 / IFRS 8 “Segmentos operacionais”. Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade sobre a qual possui informações financeiras separadas que são avaliadas regularmente.

Nas informações do segmento, todas as transações relacionadas entre os diferentes segmentos operacionais foram eliminadas.

(a) Critérios de segmentação.

Para efeitos de gestão, a Companhia é centralizada na divisão operacional Supermercados, que é a base sobre a qual a Companhia toma decisões sobre suas operações e alocação de recursos, essa divisão pode ser dividida por tipo de operação conforme abaixo:

- Varejo – Inclui as bandeiras “G Barbosa”, “Bretas”, “Prezunic” e Perini, com o varejo de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos que completam o portfólio por meio de sua cadeia de lojas de hipermercados, supermercados, lojas de eletro “eletroshow”, farmácias, postos de gasolina, delicatéssen e cafés e plataformas de comércio eletrônico.
- Atacado de Autoserviços (Atacarejo) – Inclui a bandeira “Mercantil Rodrigues”
- Serviços Financeiros – Operação Joint Venture em parceria com a instituição bancária Bradesco responsável pela operação do cartão de crédito privado da Companhia, segmento não relevante para divulgação.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações citadas são reportadas de forma consistente com a apresentação de relatórios internos utilizados pela gestão no processo de tomada de decisão e controle de gestão, considerando-os numa perspectiva associada ao tipo de negócio e área geográfica.

Os segmentos operacionais reportáveis derivam suas receitas principalmente da venda de produtos e da prestação de serviços ao consumidor final no varejo. Não há cliente que represente mais de 5% da receita consolidada, ou de um segmento específico.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

- | | |
|---------------------------|-----|
| • Varejo | 93% |
| • Atacado de Autoserviços | 7% |

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Varejo		Atacado		Eliminações		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita Líquida de Vendas	7.793.053	7.222.961	615.892	581.487			8.408.932	7.804.389
Lucro Bruto	1.880.832	1.564.534	89.790	79.038			1.970.622	1.643.572
Depreciação e Amortização	(363.373)	(385.345)	(24.109)	(25.502)			(387.482)	(410.847)
Lucro Operacional	225.191	(114.009)	(567)	(12.045)			224.624	(126.054)
Resultado Financeiro líquido	(87.035)	(270.519)	(8.828)	(12.035)			(95.863)	(282.554)
Lucro (prejuízo) antes do IR CSLL	138.156	(384.527)	(9.395)	(24.081)			128.761	(408.608)
IR e CSLL	(64.409)	(21.968)	45	(338)			(64.364)	(223.306)
Lucro (prejuízo) líquido do período	73.747	(406.496)	(9.350)	(24.418)			64.397	(430.914)
Ativo Circulante	1.798.809	1.673.433	84.382	82.067	(55.996)	(44.469)	1.827.195	1.711.031
Ativo Não Circulante	4.475.369	4.533.401	134.012	151.891	(52.219)	(67.945)	4.557.162	4.617.347
Passivo Circulante	2.107.478	1.855.449	165.792	159.046	(55.996)	(44.469)	2.217.274	1.970.026
Passivo Não Circulante	1.015.385	1.006.665	95.474	108.416	(52.219)	(67.945)	1.058.640	1.047.136
Patriônio Líquido	3.151.315	3.344.720	(42.872)	(33.504)			3.108.443	3.311.216

- i. Eliminações no resultado referem-se a vendas entre os segmentos, eliminações entre saldos de ativos e passivos referem-se a transações de conta corrente e Notas de débito entre as partes, para maiores detalhes (Nota 30)

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, eletrodomésticos, postos de combustíveis e farmácia, a receita líquida total é composta pelas seguintes bandeiras:

	Controladora	
	2020	2019
G Barbosa	2.725.068	2.431.753
Bretas	2.094.855	1.991.407
Prezunic	2.439.819	2.231.461
Mercantil (Atacado)	615.879	581.429
Perini	131.172	141.786
Eletro	230.160	215.551
Postos, Drogarias e outros	171.979	211.002
 Total receitas, líquidas	 8.408.932	 7.804.389

(i) Eliminação da receita entre os seguimentos em R\$ 13 (2019 - R\$ 59) conforme abertura do quadro Nota 30.2 (a).

30 Saldos e transações com partes relacionadas

30.1 Consolidado

O grupo é controlado pela Cencosud S.A (constituída no Chile) que detém 99,5% das ações da Companhia. Transações com Companhias estrangerias do grupo, não controladores:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Passivo		
Cencosud Chile	393	2.309
	393	2.309

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Resultado (Despesa)		
Cencosud Chile	779	527
	779	527

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30.2 Controladora

Companhia é controladora das Companhias Mercantil Rodrigues e Perini Comercial, com as quais ocorreram as transações demonstradas abaixo:

(a) Vendas de produtos e serviços

	2020	2019
Vendas de produtos a:		
Cencosud Comercial	13.099	10.700
Mercantil Rodrigues	13	59
Perini Comercial	<u>105</u>	<u>128</u>
	<u><u>13.217</u></u>	<u><u>10.887</u></u>

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração são os membros da Diretoria. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por vinculação empregatícia, está apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado

	2020	2019
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	9.720	12.588
Participação no resultado	<u>6.100</u>	<u>4.922</u>
	<u><u>15.820</u></u>	<u><u>17.510</u></u>

(c) Conta corrente com partes relacionadas

Controladora

	2020	2019
Ativo		
Mercantil Rodrigues	52.219	67.945
Perini	<u>54.676</u>	<u>41.944</u>
Em 31 de dezembro	<u><u>106.895</u></u>	<u><u>109.889</u></u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram concedidos pela Companhia às companhias controladas Mercantil Rodrigues e Perini o montante de R\$ 551.023 (2019 - R\$456.820) em contra partida as companhias controladas efetuaram pagamentos no montante de R\$ 554.017 (2019 - R\$472.538). O saldo é representado por conta corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Prestação Serviços Centralizada

A Companhia possui transações com suas controladas relativas a sua prestação de serviço (compartilhamento e rateio de custos e despesas) que são cobradas via emissão de Notas de Débitos, no exercício findo em 2020 os saldos em aberto são R\$ 55.996 junto a controlada Mercantil Rodrigues e R\$ 11.192 junto a controlada Perini, abertura na Nota 11.

31 Resultado por ações

A Companhia calcula o lucro por ações por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada de ações ordinárias durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta o cálculo do lucro básico e diluído por ações no exercício:

	2020	2019
Lucro atribuível aos quotistas da Companhia	64.397	(430.914)
Quantidade média ponderada de ações em circulação	6.801.464	7.068.634
Lucro básico por ações - R\$	0,01	(0,06)

32 Cobertura de seguros (Não auditado)

O Grupo tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Propriedades e Lucros Cessantes	Incêndio e riscos diversos	509.636
		509.636

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Ativos dados em garantia

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Não circulante				
Ativos Imobilizados (Nota 12)	30.736	39.849	30.736	39.849
	_____	_____	_____	_____
Total de ativos dados como garantia	<u>30.736</u>	<u>39.849</u>	<u>30.736</u>	<u>39.849</u>

34 Compromissos

(a) Contrato de serviço de construção de lojas Bretas

Em conexão com a assinatura do contrato de compra e venda das quotas de FAG/Bretas, foi também celebrado um contrato de prestação de serviços cujo objeto é a execução de investimentos para construção de 35 novas lojas em propriedade de terceiros a serem alugadas à rede Bretas em condições semelhantes às condições contratuais vigentes para outras lojas também de propriedade do mesmo grupo econômico contratado.

O montante contratado totaliza R\$ 300.000 e será desembolsado à medida da execução das obras. O contrato prevê a atualização dos valores pela variação do IPCA/IBGE, acrescido de juros de 2% ao ano. Do total do contrato, já foram pagos R\$ 251.677 contabilizados na rubrica de “Benfeitorias”.

35 Eventos Subsequentes

(a) Conversão da Companhia de Sociedade Ltda para sociedade anônima

Os sócios decidem por unanimidade e sem ressalvas, transformar o tipo societário da Companhia, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, conforme divulgado na (nota 1) de contexto operacional, a companhia fez a conversão de uma sociedade limitada para uma sociedade anônima, conforme ato societários de 27 de janeiro de 2021, mediante registrado na 80º alteração do contrato social e transformação de Sociedade empresária limitada em Sociedade por Ações.

(b) Autuação PIS Cofins

Em janeiro de 2021 a Companhia recebeu autos de infração lavrados para cobrar supostos débitos de PIS e COFINS relativos aos meses de janeiro a junho de 2016, em decorrência da:

- Glosa de créditos apurados pela Cencosud em relação à amortização e depreciação de edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros;
- Não tributação de receitas relativas ao comércio no mercado interno, de determinados produtos e ao recebimento de bonificações, doações e descontos de fornecedores.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores principais foram acrescidos de juros e multa de ofício perfazendo o montante histórico de aproximadamente R\$ 87.250, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia autações possuem avaliação de probabilidade de perda possível.

(e) Reorganização Societária

Para fins de reorganização societária a Companhia, efetivou Cisão de ativos no montante de R\$ 370.000, referente a seus imóveis próprios, a mesma foi efetuada mediante o ato societário abaixo descrito:

De acordo com AGE de 28 de janeiro de 2021, foi efetivada redução de capital no montante de R\$ 370.000, mediante a restituição de capital aos acionistas, em bens e moedas corrente nacional.

(f) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no dia 13 de maio de 2021, nos Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional e decorrentes do Recurso Extraordinário (RE) 574.706, julgado em sede de repercussão geral, pela modulação dos efeitos do acórdão proferido a partir de 15 de março de 2017 (data do julgamento da tese na suprema corte), bem como esclareceu que a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo das contribuições PIS/Cofins deve ocorrer pelo valor do imposto estadual destacado em nota fiscal, e não pelo valor do imposto efetivamente recolhido/apurado.

Decisão que não afeta as demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista que a apuração dos créditos foi efetuada pelo destacado em nota fiscal conforme decisão do STF.

**Cencosud Brasil Comercial S.A.
(anteriormente denominada
Cencosud Brasil
Comercial Ltda.)
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente**





Relatório da Administração / Comentário do Desempenho - 2019

São Paulo, 19 de Maio de 2021. A Cencosud Brasil Comercial S.A anuncia seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2019 (4T19) e ao ano de 2019. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – Geral (NBC TG) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estes demonstrativos são apresentados em Reais, e todas as taxas de crescimento, a menos que seja afirmado o contrário, referem-se ao mesmo período de 2019.

Cencosud Brasil Comercial S.A.

Apresentação

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Cencosud Brasil Comercial S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Este relatório é parte integrante das Demonstrações Financeiras da Companhia, que seguem as normas contábeis internacionais (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

Cencosud Brasil Comercial S.A. – Resultado 4T19 e 2019

Os comentários a seguir referem-se aos números após a aplicação do IFRS 16, exceto onde indicado de outra forma.

Destaques 4º. Trimestre 2019

(R\$ milhões)	Consolidado (1)			Varejo (2)			Atacado (3)		
	4T19	4T18	Δ %	4T19	4T18	Δ %	4T19	4T18	Δ %
Receita Bruta	2.338	2.296	1,8%	2.161	2.123	1,8%	176	173	1,7%
Receita Líquida	2.203	2.064	6,7%	2.048	1.911	7,2%	155	153	1,3%
Lucro Bruto	426	450	-5,4%	405	428	-5,4%	21	22	-4,4%
% Margem Bruta	19,3%	21,8%	-2,5 p.p.	19,8%	22,4%	-2,6 p.p.	13,6%	14,4%	-0,8 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(478)	(508)	-5,9%	(452)	(484)	-6,7%	(26)	(23)	10,7%
% da Receita Líquida	-21,7%	-24,6%	2,9 p.p.	-22,1%	-25,4%	3,3 p.p.	-16,8%	-15,3%	-1,4 p.p.
EBITDA (4)	75	11	611,2%	71	8	781,2%	4	2	57,2%
% Margem EBITDA	3,4%	0,5%	2,9 p.p.	3,5%	0,4%	3,1 p.p.	2,5%	1,6%	0,9 p.p.
Lucro Líquido - Controlador	(133)	(100)	32,2%						
% Margem Líquida	-6,0%	-4,9%	-1,2 p.p.						

(1) Consolidado considera os resultados das operações da Cencosud Brasil Comercial S.A., Mercantil Rodrigues e Perini; (2) Considera os resultados das operações das Bandeiras GBarbosa, Bretas, Prezunic e Perini; (3) Considera os resultados da Bandeira Mercantil Rodrigues (4) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

Consolidado

- Crescimento da receita bruta em 1,8% totalizando R\$ 2,3 bilhões;
- Crescimento da receita líquida em 6,7% totalizando R\$ 2,2 bilhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 1,9%;
- Redução da margem bruta em 2,5 p.p.;
- EBITDA alcançou R\$ 75 milhões com crescimento de R\$ 64 milhões, saindo de 0,5% para 3,4%, crescimento de 2,9 p.p.;
- Lucro líquido pior em 32,2 p.p., perfazendo R\$ 133 milhões negativos, R\$ 33 milhões pior.

Varejo

- Crescimento da receita bruta em 1,8% totalizando R\$ 2,2 bilhões;
- Crescimento da receita líquida em 7,2% totalizando R\$ 2,0 bilhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 1,9%;
- Redução da margem bruta em 2,6 p.p.;
- EBITDA alcançou R\$ 71 milhões com crescimento de R\$ 63 milhões, saindo de 0,4% para 3,5%, crescimento de 3,1 p.p.;

Atacado

- Crescimento da receita bruta em 1,7% totalizando R\$ 176 milhões;
- Crescimento da receita líquida em 1,3% totalizando R\$ 155 milhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 1,1%;
- Redução da margem bruta em 0,8% p.p.
- EBITDA alcançou R\$ 4 milhões com crescimento de R\$ 2 milhões, saindo de 1,6% para 2,5 %, crescimento de 0,9 p.p.;

Destaques 2019

(R\$ milhões)	Consolidado (1)			Varejo (2)			Atacado (3)		
	2019	2018	Δ %	2019	2018	Δ %	2019	2018	Δ %
Receita Bruta	8.596	8.513	1,0%	7.933	7.860	0,9%	663	653	1,5%
Receita Líquida	7.804	7.695	1,4%	7.223	7.122	1,4%	581	573	1,5%
Lucro Bruto	1.644	1.608	2,2%	1.565	1.533	2,0%	79	75	5,7%
% Margem Bruta	21,1%	20,9%	0,2 p.p.	21,7%	21,5%	0,1 p.p.	13,6%	13,1%	0,5 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.790)	(1.942)	-7,8%	(1.700)	(1.849)	-8,1%	(91)	(93)	-2,5%
% da Receita Líquida	-22,9%	-25,2%	2,3 p.p.	-23,5%	-26,0%	2,4 p.p.	-15,6%	-16,2%	0,6 p.p.
EBITDA (4)	285	(92)	-408,9%	271	(90)	-402,8%	13	(3)	-622,4%
% Margem EBITDA	3,6%	-1,2%	4,8 p.p.	3,8%	-1,3%	5,0 p.p.	2,3%	-0,4%	2,8 p.p.
Lucro Líquido - Controlador	(431)	(519)	-16,9%						
% Margem Líquida	-5,5%	-6,7%	1,2 p.p.						

(1) Consolidado considera os resultados das operações da Cencosud Brasil Comercial S.A., Mercantil Rodrigues e Perini; (2) Considera os resultados das operações das Bandeiras GBarbosa, Bretas, Prezunic e Perini; (3) Considera os resultados da Bandeira Mercantil Rodrigues (4) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

Consolidado

- Crescimento da receita bruta em 1,0% totalizando R\$ 8,6 bilhões;
- Crescimento da receita líquida em 1,4% totalizando R\$ 7,8 bilhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 0,2%;
- Aumento da margem bruta em 0,2 p.p.;
- EBITDA alcançou R\$ 285 milhões com crescimento de R\$ 377 milhões, saindo de -1,2% para 3,6%, crescimento de 4,8 p.p.;
- Lucro líquido melhor em 1,2 p.p., R\$ 431 milhões negativos, R\$ 88 milhões melhor que o ano anterior.

Varejo

- Crescimento da receita bruta em 0,9% totalizando R\$ 7,9 bilhões;
- Crescimento da receita líquida em 1,4% totalizando R\$ 7,2 bilhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 0,1%;
- Aumento da margem bruta em 0,1 p.p.;
- EBITDA melhorou 5,0 p.p., perfazendo R\$ 271 milhões positivos, R\$ 361 milhões melhor;

Atacado

- Crescimento da receita bruta em 1,5% totalizando R\$ 663 milhões;
- Crescimento da receita líquida em 1,5% totalizando R\$ 581 milhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 1,5%;
- Aumento da margem bruta em 0,5 p.p.;
- EBITDA com margem melhor em 2,8 p.p., perfazendo R\$ 13 milhões positivos, R\$ 16 milhões melhor;

Efeitos da implementação do IFRS 16

IFRS 16 - Efeitos (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T19 Pré-IFRS 16	Efeito IFRS 16	4T19 Pós IFRS 16	2019 Pré-IFRS 16	Efeito IFRS 16	2019 Pós IFRS 16
Receita Bruta	2.338		2.338	8.596		8.596
Receita Líquida	2.203		2.203	7.804		7.804
Lucro Bruto	426		426	1.644		1.644
% Margem Bruta	19,3%	0,0 pp%	19,3%	21,1%	0,0 pp%	21,1%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(546)	68	(478)	(2.058)	268	(1.790)
% da Receita Líquida	-24,8%	3,1%	-21,7%	-26,4%	3,4%	-22,9%
EBITDA (1)	7	68	75	17	268	285
% Margem EBITDA	0,3%	3,1%	3,4%	0,2%	3,4%	3,6%
Depreciação e Desp. Financeira (IFRS16)		(43)			(229)	
Lucro Líquido - Controlador	(158)	25	(133)	(469)	38	(431)
% Margem Líquida	-7,2%	1,1%	-6,0%	-6,0%	0,5%	-5,5%

(1) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

Efeitos no Consolidado

- Redução na despesa operacional em R\$ 268 milhões;
- Acrescimo despesa com depreciação e financeira em R\$229 milhões;
- Impacto líquido melhoria nos resultados da Companhia R\$38 milhões;
- Melhoria de 3,4 p.p. no EBITDA da Companhia;
- Melhoria final em 0,5 p.p. nos resultados da Companhia;

Mensagem da Administração

As receitas líquidas aumentaram 1,4% no ano. O desempenho positivo é explicado por boa performance na Prezunic e GBarbosa nas categorias de alimentos, parcialmente compensada pela redução nas vendas de eletrodomésticos após o aumento dos impostos sobre esses produtos e queda nas vendas em Bretas devido à elevada base de comparação e ao aumento da concorrência.

Apesar de ter maiores despesas de reestruturação, a Companhia atingiu um EBITDA positivo pelo quinto trimestre consecutivo, refletindo uma mudança na estratégia de negociação comercial, programas de eficiência, bem como a adoção do padrão contábil IFRS16.

Na área de Serviços Financeiros, advinda da nossa parceria em cartões de crédito com o Bradesco, o EBITDA aumentou 6,6%, explicado pelo menor risco versus o ano anterior como resultado de uma nova estratégia de aquisição de clientes mais conservadora.

Listamos abaixo alguns projetos realizados durante o ano assim como reconhecimentos

- Melhora no desempenho de processos e plataformas – O Projeto Simplifique permitiu revisar os processos comerciais visando a otimização e implementação de soluções e tecnologia de ponta utilizando o SAP Fiori, permitindo ter interfaces mais amigáveis para os usuários finais, além de poder acessar informações por meio de dispositivos móveis.
- Iniciativas com impacto nos clientes - Implementação do modelo self checkout na rede Prezunic.
- Soluções de personalização e fidelização - Trabalhamos com ferramentas de fidelização como SAC, CRM e E-Grocery.
- Várias de nossas Bandeiras foram reconhecidas no ranking Great Place To Work (GPTW), das melhores empresas para trabalhar.

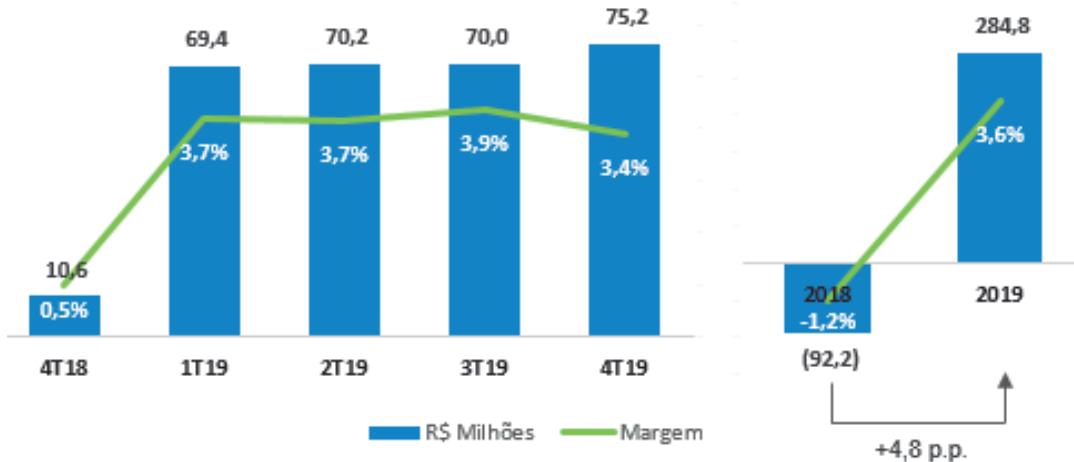
Conciliação do EBITDA com o Lucro Líquido

<i>(Em milhões de reais)</i>	Consolidado		Consolidado	
	4T19	4T18	2019	2018
EBITDA	75	11	285	(92)
Margem EBITDA	3,4%	0,5%	3,6%	-1,2%
<i>(Em milhões de reais)</i>	Consolidado		Consolidado	
	4T19	4T18	2019	2018
Resultado líquido do exercício	(133)	(100)	(431)	(519)
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(4)	(1)	(22)	1
(+) Resultado financeiro, líquido	(85)	(50)	(283)	(199)
(+) Depreciação e amortização	(119)	(60)	(411)	(228)
EBITDA	75	11	285	(92)
Receita operacional líquida	2.203	2.064	7.804	7.695
Margem EBITDA	3,4%	0,5%	3,6%	-1,2%

Representatividade de venda líquidas por Formato

Receita Líquida (R\$ milhões)	4T19		2019	
	Vendas Totais	% Total Lojas	Vendas Totais	% Total Lojas
Varejo	2.048	93,0%	7.223	92,5%
Atacado	155	7,0%	581	7,5%
Total	2.203	100,0%	7.804	100,0%

Evolução da rentabilidade - EBITDA



Outras Receitas e Despesas

(R\$ milhões)	Consolidado			Consolidado		
	4T19	4T18	Δ %	2019	2018	Δ %
Out. Desp/Rec. N° Operc.	2	0	261,7%	3	(4)	-176,7%
Variação Cambial	(0)	1	-140,6%	(2)	(0)	836,0%
Resultado JV	6	7	-6,7%	20	17	18,3%
Total	8	8	-3,4%	21	13	57,7%
<i>Efeitos não caixa</i>	<i>8</i>	<i>8</i>	<i>-3,4%</i>	<i>21</i>	<i>13</i>	<i>57,7%</i>

Resultado Financeiro

Excluindo Elementos Excepcionais (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T19	4T18	Δ %	2019	2018	Δ %
<i>Atualização Monetária - Ganho Ação</i>						
Receitas financeiras	3	6	-52,6%	18	21	-16,2%
Despesas financeiras	(36)	(56)	-35,1%	(210)	(221)	-4,7%
Custo da dívida	(5)	(20)	-73,7%	(74)	(81)	-8,7%
Custo de antecipação de recebíveis	(8)	(9)	-8,2%	(35)	(32)	9,2%
Outras despesas financeiras	(2)	(2)	6,5%	(17)	(21)	-20,1%
Variação cambial líquida	0	2	-76,6%	(0)	1	-107,3%
Ajuste a Valor Presente	(21)	(26)	-20,7%	(85)	(89)	-3,7%
Resultado Financeiro Líquido	(34)	(50)	-33,1%	(192)	(199)	-3,5%
% Receita Líquida	-1,5%	-2,4%	0,9 p.p.	-9,4%	-10,4%	1,0 p.p.
Juros sobre passivo de arrendamento	(51)	-	0,0%	(90)	-	0,0%
Resultado Financeiro Líquido - Pós IFRS1	(85)	(50)	69,4%	(283)	(199)	41,8%
% Receita Líquida - Pós IFRS16	-3,9%	-2,4%	-1,4 p.p.	-13,8%	-10,4%	-3,4 p.p.

O resultado financeiro líquido no trimestre foi negativo sem e com os efeitos do IFRS 16, respectivamente, em R\$ 51 e R\$ 85 milhões, representando 1,5% e 3,9% da receita líquida. Já no ano os resultados negativos foram negativo em R\$ 192 e R\$ 283 milhões, representando 2,5% e 3,6% da receita líquida.

Dívida Líquida

(R\$ milhões)	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Dívida de Curto Prazo	-	(500)
Empréstimos e Financiamentos	-	(500)
Outros	-	-
Dívida de Longo Prazo	-	(644)
Empréstimos e Financiamentos	-	(644)
Outros	-	-
Total da Dívida Bruta	-	(1.144)
Caixa e Aplicações Financeiras	409	371
Dívida Líquida	409	(773)
Ebitda Ajustado (1)	17	(92)
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	44	93
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Créditos não antecipados	453	(680)
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Créditos não antecipados / Ebitda Ajustado (1)	N/A	7,4x

(1) Ebitda Ajustado Pré-IFRS16

Em 2019 a Cia liquidou 100% dos empréstimos e financiamentos mediante aporte de capital advindo da matriz no Chile e trabalhou a gestão de caixa de forma que não se fez necessário contratar novos empréstimos até no ano.

Investimentos

(R\$ milhões)	Consolidado					
	4T19	4T18	Δ %	2019	2018	Δ %
Novas Lojas e Aquisição de Terrenos	23,6		0,0%	23,6		0,0%
Reformas e Conversões	6,0	12,9	-53,4%	39,9	47,7	-16,5%
Manutenções	6,1	7,9	-22,2%	24,1	31,5	-23,5%
Sistemas e Outros	2,5	3,4	-27,3%	7,8	9,5	-18,2%
Total Investimentos	38,2	24,2	58,0%	95,4	88,8	7,4%

Movimentação de Lojas por Segmento

	31.12.2018				31.12.2019	
	N. Lojas	Abertas	Abertas por Conversão	Fechadas	N. Lojas	Área de vendas m² (mil)
Varejo	338	4		-3	339	551
Atacado	8				8	36
Consolidado	346	4	0	-3	347	588

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço Patrimonial

Ativo

<i>(R\$ milhões)</i>	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Ativo Circulante	1.711	1.656
Caixa e equivalente de caixa	409	371
Contas a receber	75	121
Estoques	901	953
Tributos a recuperar	240	114
Adiantamentos a Fornecedores	3	2
Outros ativos	84	95
Ativo Não Circulante	1.149	1.191
Tributos a recuperar	354	448
Partes relacionadas	-	-
Depósitos judiciais	54	86
Imposto de renda e contribuição social diferidos	702	617
Ativo Indenizável	39	40
Imobilizado	3.469	3.007
Investimentos	-	-
Imobilizado	1.276	1.438
Ativos de Direito de uso	639	-
Intangível	1.554	1.569
Total do Ativo	6.328	5.854

Passivo

<i>(R\$ milhões)</i>	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Passivo Circulante	1.970	2.114
Fornecedores	1.469	1.293
Empréstimos e financiamentos	-	500
Tributos a recolher	77	58
Parcelamento de tributos	9	0
Provisão de férias e encargos	72	71
Partes relacionadas	2	12
Participação dos empregados nos lucros	49	47
Receitas diferidas	7	7
Passivos de arrendamento	204	-
Credores por aquisição de controladas	-	37
Outros passivos	81	88
Passivo Não Circulante	1.047	912
Empréstimos e financiamentos	-	644
Parcelamentos de tributos	25	0
Receitas diferidas	137	144
Provisões para contigências	108	110
Passivos de arrendamento	715	-
Credores por aquisição de controladas	62	13
Perdas em investimentos	-	-
Patrimônio líquido	3.311	2.828
Capital social	7.069	5.944
Ajuste de avaliação patrimonial	(10)	(10)
Prejuizos acumulados	(3.748)	(3.106)
Total do Passivo	6.328	5.854

Demonstração de Resultado do Exercício 4º Trimestre 2019 e 2019

<i>(R\$ milhões)</i>	Consolidado					
	4T19	4T18	Δ %	2019	2018	Δ %
Receita Bruta	2.338	2.296	1,8%	8.596	8.513	1,0%
Receita Líquida	2.203	2.064	6,7%	7.804	7.695	1,4%
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.777)	(1.614)	10,1%	(6.161)	(6.087)	1,2%
Lucro Bruto	426	450	-5,4%	1.644	1.608	2,2%
% Margem Bruta	19,3%	21,8%	-2,5 p.p.	21,1%	20,9%	0,2 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(358)	(448)	-19,9%	(1.380)	(1.713)	-19,5%
% da Receita Líquida	-16,3%	-21,7%	5,4 p.p.	-17,7%	-22,3%	4,6 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	8	8	-3,4%	21	13	57,7%
Depreciação e Amortização	(119)	(60)	97,6%	(411)	(228)	79,9%
EBIT - Lucro Op. antes do Result. Financeiro e impostos	(44)	(50)	-11,4%	(126)	(321)	-60,7%
Despesas Financeiras Líquidas	(85)	(50)	69,4%	(283)	(199)	41,8%
Resultado Financeiro Líquido	(85)	(50)	69,4%	(283)	(199)	41,8%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	(129)	(100)	29,1%	(409)	(520)	-21,4%
Imposto de Renda	(4)	(1)	583,6%	(22)	1	-2369,7%
Lucro Líquido Companhia	(133)	(100)	32,2%	(431)	(519)	-16,9%
% Margem Líquida	-6,0%	-4,9%	-1,2 p.p.	-5,5%	-6,7%	1,2 p.p.
EBITDA (1)	75	11	611,2%	285	(92)	-408,9%
% Margem EBITDA	3,4%	0,5%	2,9 p.p.	3,6%	-1,2%	4,8 p.p.

(1) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

Fluxo de Caixa – Consolidado

<i>(R\$ milhões)</i>	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(409)	(520)
Ajuste		
Depreciação e amortização	245	180
Amortização direito de uso	139	-
Amortização de receita diferida	(6)	(6)
Provisões para contingências, perda na realização de ativos, e outras	30	26
Perda na baixa de ativos reconhecida no resultado	32	82
Juros e variações monetárias	48	91
Juros sobre arrendamentos	90	-
Ajuste a valor presente	(1)	(1)
	168	(147)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	46	2
Estoques	57	15
Tributos a recuperar	(138)	(42)
Outros ativos	42	46
Fornecedores e partes relacionadas	176	15
Tributos a recolher	53	(9)
Provisão de férias e encargos	1	(1)
Participação dos empregados nos lucros	2	14
Provisão para contingências	(37)	(47)
Arrendamento	88	-
Outros passivos	13	10
Caixa aplicado nas atividades operacionais	471	(143)

Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	(78)	(81)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	393	(224)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(95)	(83)
Adições ao intangível	(4)	(7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(99)	(91)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	-	-
Captações	748	1.292
Pagamentos (principal)	(1.863)	(882)
Empréstimos concedidos a controladas	-	-
Recebimentos	-	-
Empréstimos concedidos	-	-
Pagamentos de Arrendamentos	(265)	-
Aumento de capital	1.124	165
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(257)	575
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	38	260
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	371	111
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	409	371
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	38	260

Evolutivo da Segregação das Vendas por Segmento

(R\$ milhões)	Segmentação de Vendas Brutas por Negócio									
	4T19	%	4T18	%	Δ %	2019	%	2018	%	Δ %
Varejo	2.161	92,5%	2.123	92,5%	1,8%	7.933	92,3%	7.860	92,3%	0,9%
Atacado	176	7,5%	173	7,5%	1,7%	663	7,7%	653	7,7%	1,5%
Consolidado	2.338	100,0%	2.296	100,0%	1,8%	8.596	100,0%	8.513	100,0%	1,0%
Segmentação de Vendas Líquidas por Negócio										
(R\$ milhões)	4T19	%	4T18	%	Δ %	2019	%	2018	%	Δ %
	2.048	93,0%	1.911	92,6%	7,2%	7.223	92,5%	7.122	92,6%	1,4%
Varejo	155	7,0%	153	7,4%	1,3%	581	7,5%	573	7,4%	1,5%
Consolidado	2.203	100,0%	2.064	100,0%	6,7%	7.804	100,0%	7.695	100,0%	1,4%

Composição das Vendas (% sobre Vendas Líquidas)

(% sobre Vendas Líquidas)	Consolidado			
	4T19	4T18	2019	2018
Á Vista	46,3%	47,1%	46,0%	46,5%
Cartão de Crédito	43,3%	41,9%	43,4%	42,4%
Ticket Alimentação / Vol	10,4%	11,0%	10,6%	11,1%



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cencosud Brasil Comercial S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cencosud Brasil Comercial S.A. e da Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Ênfase

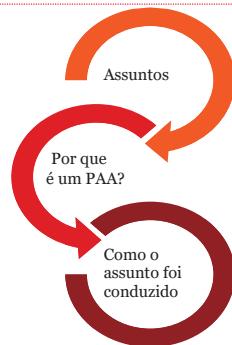
Reemissão das Demonstrações financeiras

Em 14 de agosto de 2020, emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cencosud Brasil Comercial S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com ressalvas sobre (i) limitação de escopo na avaliação da recuperabilidade do ágio e de impostos diferidos ativos e (ii) excesso de provisão para perdas de tributos a recuperar ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e de ICMS a recuperar, que ora estão sendo reapresentadas. As ressalvas acima descritas e anteriormente incluídas em 2019 foram excluídas neste relatório em função de: (i) obtenção de evidências de auditoria apropriadas e suficientes em relação à avaliação de realização do ágio e da recuperação dos impostos diferidos ativos, e (ii) obtenção de novas evidências, análises e bases de cálculo das provisões para perdas de tributos constituídas, que foram objeto de análises adicionais conforme destacado na sessão de Principais assuntos de auditoria. Ademais, conforme descrito na Nota 2.3, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio do Ofício nº226/2020-CVM/SER-SEP, para incluir certas informações necessárias à adequação e adição de determinadas divulgações visando atender exigência técnicas e aprimorar a qualidade e transparência da informação, tais como: (i) Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA; (ii) Apresentação de nota explicativa sobre segmento de negócio; (iii) Apresentação de lucro por ação/quotas; (iv) Adição de análise de sensibilidade à Nota explicativa de Instrumentos financeiros; e consequentemente, implicando na divulgação dos eventos subsequentes até a presente data. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção "Ênfase - Reemissão das Demonstrações financeiras", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório



Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
 (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível (Nota 14) e da realização de tributos diferidos (Nota 19)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vidas úteis definida e indefinida, compostos por marcas identificadas nas combinações de negócios das empresas, fundo de comércio e software para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável, bem como ágio advindo das aquisições de empresas realizadas nos últimos anos, testado anualmente para avaliar a necessidade ou não de redução ao seu valor recuperável. A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC ou segmento ao qual os saldos se relacionam.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a sua utilização, bem como estão limitados aos valores apurados nas projeções.

As projeções de fluxo de caixa e de resultados tributáveis futuros foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração da Companhia e suas controladas e consideram dados e premissas que envolvem julgamento significativo da administração relacionadas ao resultado das atividades (UGCs, segmentos ou entidade jurídica, conforme o caso), tais como: i) volume de vendas, ii) margem bruta média, iii) despesas sobre vendas,

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

. Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do valor recuperável do ativo intangível e dos tributos diferidos da Companhia. Avaliação da governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos e revisões pelas equipes de especialistas em cálculos financeiros da Companhia.

. Envolvimento de nossos especialistas em projeções financeiras para a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também foi testada a coerência lógica e aritmética das projeções.

. Foi analisado a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos fiscais acumulados ao longo dos próximos anos.

. Realização de análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando cenários alternativos de taxas de descontos e percentual de margens, bem como foi efetuada leitura das divulgações da administração às demonstrações financeiras. Adicionalmente, foi comparado as projeções com o histórico de resultados auferidos em anos anteriores.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
 (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Porque é um PAA

iv) dispêndio aquisição de imobilizado, v) taxa de crescimento perpetuidade e vi) taxa de desconto, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.

Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância dos saldos, bem como que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos ativos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia e do Consolidado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Recuperação e apresentação de créditos tributários estaduais e federais (Notas 3 e 9)

A Companhia e suas controladas possuem em seu ativo, saldos representativos de impostos a recuperar relativos a ICMS, PIS e COFINS oriundos de créditos fiscais escriturados nas apurações das filiais, créditos extra-apuração, decorrentes de levantamentos realizados pelo setor de planejamento tributário e créditos extemporâneos levantados pela Companhia.

A Administração da Companhia avalia a recuperabilidade destes créditos tributários, em razão do aproveitamento de grande parte destes créditos somente ser possível de ocorrer de acordo com as possibilidades legais de: compensações com outros tributos estaduais e federais e pedido de aprovação e resarcimento, em espécie, dos referidos créditos tributários, junto às autoridades fiscais. A realização dos tributos a recuperar tem base em estudo técnico de monetização preparado pela administração da Companhia, na projeção de compras e vendas em exercícios futuros e nas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia utiliza-se de premissas contábeis e de negócios nos cálculos das projeções acima que incluem, entre outras, premissas quanto a estimativa de compras e vendas, taxas de crescimento nas operações e as margens de lucro

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas tributários na análise das alternativas apresentadas pela Administração da Companhia para a utilização desses tributos a recuperar em pagamentos futuros de tributos estaduais e federais por meio de pedido de restituição e/ou compensação.

- Obtenção de entendimentos legais de assessores jurídicos externos e internos, sobre determinados assuntos tributários relacionados às atividades da Companhia.

- Análise das estimativas efetuadas pela Administração da Companhia com referência aos prazos para efetiva realização dos referidos créditos tributários, recálculo da provisão para perda dos saldos de ICMS -ST, PIS e COFINS, bem como sua adequada classificação entre ativo circulante e não circulante, assim como a suficiência da provisão para perdas.

- Revisão da adequada divulgação realizada nas demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
 (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
------------------------	--

esperadas, inclusive fatores que não estão totalmente sob o controle da Companhia no que se refere a obtenção através de requerimento específico e mediante aprovação de autoridades fiscais competentes.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos saldos e a necessidade de julgamento crítico por parte da administração, em relação às premissas para determinar as projeções, sendo que variações nessas premissas podem impactar a recuperação dos ativos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia e do Consolidado.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
------------------------	--

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Reconhecimento, mensuração e recuperabilidade de créditos pela exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 9 (a))

A Companhia e suas controladas registraram, no exercício de 2019, créditos fiscais no valor de R\$ 251.063 mil, oriundos de processos judiciais transitados em julgado em dezembro de 2019, relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações.

Este assunto foi foco de nossa auditoria em razão da relevância do valor envolvido, do volume de operações que deram origem aos créditos e da existência de julgamento significativo da administração na determinação das estimativas relacionadas à mensuração e à realização do crédito tributário, amparada por opinião de assessores jurídicos externos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- . Com o apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos leitura das decisões e discussão com a administração e seus assessores jurídicos para avaliação dos critérios adotados pela Companhia e suas controladas para o reconhecimento do crédito.
- . Testamos, por amostragem, os cálculos preparados pela administração para mensurar os valores dos tributos a recuperar e, quando aplicável, a correspondente atualização monetária para o período objeto do processo judicial, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela administração.
- . Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da segregação entre as parcelas de curto e longo prazo.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
 (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Porque é um PAA

**Como o assunto foi conduzido em
 nossa auditoria**

- . Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela Companhia para provisionar a parcela dos créditos que julgava que não seriam recuperáveis.
- . Com base nas projeções de vendas elaboradas pela administração, efetuamos avaliação quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário.
- . Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

**Adoção da nova norma contábil CPC 06
 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos (Nota 12)**

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que permite reconhecer o efeito cumulativo da adoção inicial no saldo inicial da reserva de lucros em 1º de janeiro de 2019, sem reapresentação das informações comparativas. Como resultado, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas reconheceram valores relevantes de ativo de direito de uso de imóveis e passivo de arrendamento.

Considerando a especificidade e o volume dos contratos de arrendamentos mantidos pela Companhia e suas controladas e a relevância dos efeitos da adoção da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- . O entendimento e avaliação do ambiente de controles internos para identificação de contratos de arrendamento ou contratos que contêm arrendamentos e das políticas internas adotadas pela administração da Companhia para determinação dos ativos e passivos de arrendamento.
- . Procedemos, por amostragem, à leitura dos termos dos contratos para confirmarmos a avaliação da administração quanto à identificação de contratos que contêm arrendamento.
- . Obtivemos a planilha de cálculo dos impactos iniciais da adoção da norma e, com base em uma amostra de contratos, avaliamos as premissas utilizadas para mensuração dos arrendamentos identificados, os expedientes práticos adotados permitidos pela norma e testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos.



Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

. Obtivemos o apoio de nossos especialistas em projeções financeiras na validação da taxa de desconto utilizada.

. Avaliamos a contabilização do ativo de direito de uso dos imóveis e do passivo de arrendamento, bem como efetuamos leitura das divulgações da administração às demonstrações contábeis sobre o assunto.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do ativo de direito de uso dos imóveis e do passivo de arrendamento são razoáveis, os cálculos são adequados e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 20 de maio de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

Índice

Demonstrações financeiras.	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	9
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	28
4 Gestão de risco financeiro	32
5 Instrumentos financeiros por categoria	39
6 Caixa e equivalentes de caixa	41
7 Contas a receber	42
8 Estoques	44
9 Tributos a recuperar	45
10 Outros ativos	51
11 Investimento em subsidiárias	51
12 Imobilizado	53
13 Arrendamentos	55
14 Intangível	60
15 Fornecedores	63
16 Empréstimos e financiamentos	64
17 Tributos a recolher	65
18 Provisões para contingências	65
19 Imposto de renda e contribuição social diferidos	69
20 Receitas diferidas	70
21 Participação dos empregados nos lucros – Consolidado	72
22 Credores pela aquisição de controladas e ativos	73
23 Patrimônio líquido	73
24 Receitas	74

25	Custos e despesas por natureza	74
26	Salários e benefícios	75
27	Outras receitas, líquidas	76
28	Despesas financeiras, líquidas	76
29	Despesa de imposto de renda e contribuição social	77
30	Informação por segmento	77
31	Transações com partes relacionadas	80
32	Lucro por quota	82
33	Cobertura de seguros	82
34	Ativos dados em garantia	83
35	Compromissos	83
36	Eventos Subsequentes	83

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Consolidado					Consolidado
	2019 (Re)representado)	2018 (Re)representado)	2019 (Re)representado)	2018 (Re)representado)	2019 (Re)representado)	
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa						
Contas a receber						
Estoques						
Tributos a recuperar						
Adiantamento a fornecedores						
Outros ativos						
Total do ativo	1.663.018	1.595.873	1.711.031	1.655.816	1.74.824	83.130
Não circulante						
Tributos a recuperar						
Partes relacionadas						
Depósitos judiciais						
Impostos de renda e contribuição social diferidos						
Ativo de indenização						
Total do ativo	6.186.457	5.756.268	6.328.378	5.853.857	6.186.457	5.756.268
Controladora						
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
(Re)representado)	(Re)representado)	(Re)representado)	(Re)representado)	(Re)representado)	(Re)representado)	(Re)representado)
Circulante						
Fornecedores						
Empréstimos e financiamentos						
Tributos a recolher						
Parcelamentos de tributos						
Provisão de ferias e encargos						
Parcerias relacionadas						
Participação dos empregados nos resultados						
Receitas diferidas						
Passivos de arrendamento						
Credores por aquisição de controladas						
Outros passivos						
Total do passivo e patrimônio líquido	1.813.965	1.992.918	1.970.026	2.114.111		
Não circulante						
Empreendimentos e financiamentos						
Parcelamentos de tributos						
Receitas diferidas						
Provisão para contingências						
Passivos de arrendamento						
Credores por aquisição de controladas						
Perdas em investimento						
Total do passivo e patrimônio líquido	911.613	911.613	911.613	911.613		
Consolidado						
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
(Re)representado)	(Re)representado)	(Re)representado)	(Re)representado)	(Re)representado)	(Re)representado)	(Re)representado)
Circulante						
Fornecedores						
Empréstimos (Nota 15)						
Capital social (Nota 16)						
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 17)						
Prejuízos acumulados (Nota 18)						
Total do passivo e patrimônio líquido	5.853.857	5.853.857	5.853.857	5.853.857		
Investimentos						
Imobilizado						
Ativos de Direito de uso						
Imangável						
Total do ativo	6.186.457	5.756.268	6.328.378	5.853.857	6.186.457	5.756.268

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Operações continuadas				
Receita líquida de vendas	(Nota 24)	7.092.002	6.982.747	7.804.389
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(Nota 25)	(5.574.801)	(5.501.216)	(6.160.817)
Lucro bruto		1.517.201	1.481.531	1.643.572
Despesas com vendas	(Nota 25)	(1.001.707)	(1.220.094)	(1.094.532)
Despesas gerais e administrativas	(Nota 25)	(651.582)	(569.252)	(700.810)
Participação nos resultados de controladas	(Nota 11)	(31.241)	(45.335)	
Outras receitas, líquidas	(Nota 27)	<u>25.173</u>	<u>17.973</u>	<u>25.716</u>
Prejuízo operacional		(142.156)	(335.177)	(126.054)
Resultado Financeiro, líquido	(Nota 28)	(266.520)	(185.909)	(282.554)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(408.676)	(521.086)	(408.608)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(Nota 29)	(22.238)	2.239	(22.306)
Prejuízo do exercício		(430.914)	(518.847)	(430.914)
Quantidade de quotas atribuídas aos quotistas (em R\$ por quota)			7.068.634	5.944.229
Básico e diluído por quota - R\$	(Nota 32)		(0,06)	(0,09)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício	<u>(430.914)</u>	<u>(518.847)</u>	<u>(430.914)</u>	<u>(518.847)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	_____	_____	_____	_____
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(430.914)</u>	<u>(518.847)</u>	<u>(430.914)</u>	<u>(518.847)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2018	5.779.304	(9.667)	(2.587.583)	3.182.054
Resultado abrangente do exercício				
Prejuízo do exercício			(518.847)	(518.847)
Contribuições de quotistas				
Aumento de capital (Nota 23)	164.925			164.925
Em 31 de dezembro de 2018	5.944.229	(9.667)	(3.106.430)	2.828.132
Ajuste de exercícios anteriores - adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Nota 2.2)				
Saldo de abertura ajustado em 1º de janeiro de 2019	5.944.229	(9.667)	(210.407)	(210.407)
Resultado abrangente do exercício				
Prejuízo do exercício			(430.914)	(430.914)
Contribuições de quotistas				
Aumento de capital (Nota 23)	1.124.405			1.124.405
Em 31 de dezembro de 2019	7.068.634	(9.667)	(3.747.751)	3.311.216

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(408.676)	(521.086)	(408.608)	(519.830)
Ajuste				
Participação nos resultados de controladas <i>(Nota 11)</i>	46.485	45.335		
Depreciação e amortização <i>(Nota 12 e 14)</i>	228.555	155.406	244.550	179.725
Amortização direito de uso <i>(Nota 13)</i>	130.645		139.172	
Amortização de receita diferida <i>(Nota 20)</i>	(5.672)	(5.672)	(5.672)	(5.672)
Contingências, perda na realização de ativos, e outras <i>(Nota 18)</i>	27.913	26.156	30.120	26.239
Perda na baixa de ativos reconhecida no resultado <i>(Nota 12)</i>	26.427	76.736	32.090	82.320
Juros e variações monetárias <i>(Nota 16 e 27)</i>	47.925	91.240	47.925	91.241
Juros sobre arrendamentos <i>(Nota 12)</i>	82.659		90.270	
Ajuste a valor presente <i>(Nota 7, 8 e 15)</i>	(1.353)	(638)	(1.447)	(663)
Variação nos ativos e passivos	174.907	(132.349)	168.399	(146.640)
Contas a receber	44.286	1.392	46.342	2.155
Estoques	60.350	8.165	57.426	15.366
Tributos a recuperar	(126.514)	(36.366)	(138.340)	(42.400)
Outros ativos	27.488	29.238	42.130	46.376
Fornecedores e partes relacionadas	155.350	28.255	176.092	15.215
Tributos a recolher	54.172	(8.729)	52.959	(8.516)
Provisão de férias e encargos	904	(1.458)	1.019	(1.342)
Participação dos empregados nos lucros	1.424	13.308	1.849	14.233
Provisão para contingências	(35.673)	(44.587)	(36.818)	(47.074)
Arrendamento	73.613		87.667	
Outros passivos	2.241	9.561	12.764	9.691
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	432.550	(133.570)	471.490	(142.936)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e outros <i>(Nota 16)</i>	(78.295)	(81.342)	(78.295)	(81.342)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	354.255	(214.912)	393.195	(224.278)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado <i>(Nota 12)</i>	(90.049)	(74.103)	(94.863)	(83.236)
Adições ao intangível <i>(Nota 14)</i>	(3.733)	(6.684)	(3.997)	(7.354)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(93.782)	(80.787)	(98.860)	(90.590)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos				
Captações <i>(Nota 16)</i>	747.701	1.291.792	747.701	1.291.792
Pagamentos (principal) <i>(Nota 16)</i>	(1.863.395)	(882.136)	(1.863.395)	(882.136)
Empréstimos concedidos a controladas				
Recebimentos <i>(Nota 31)</i>	472.538	359.915		
Empréstimos concedidos a controladas <i>(Nota 31)</i>	(456.820)	(378.584)		
Pagamentos arrendamentos	(248.607)		(265.242)	
Aumento de capital	1.124.405	164.925	1.124.405	164.925
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(224.178)	555.912	(256.531)	574.581
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	36.295	260.213	37.804	259.713
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	365.325	105.112	370.986	111.273
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	401.620	365.325	408.790	370.986
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	36.295	260.213	37.804	259.713

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
7 de 86

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

**Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

	Notas	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		2019(i)	2018	2019 (i)	2018
Receitas					
Vendas brutas de produtos e serviços	Nota (24)	7.776.037	7.692.131	8.595.612	8.512.819
Outras receitas		166.816	164.255	166.167	162.709
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)		(1.789)	1.739	(1.994)	2.058
		<u>7.941.064</u>	<u>7.858.125</u>	<u>8.759.785</u>	<u>8.677.586</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados		(5.612.274)	(5.465.301)	(6.195.973)	(6.048.232)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(656.078)	(738.728)	(706.848)	(794.764)
		<u>(6.268.352)</u>	<u>(6.204.029)</u>	<u>(6.902.821)</u>	<u>(6.842.996)</u>
Valor adicionado bruto					
Depreciação, amortização, exaustão	Nota (25)	1.672.712	1.654.096	1.856.964	1.834.590
		<u>(377.532)</u>	<u>(202.232)</u>	<u>(410.848)</u>	<u>(228.399)</u>
Valor adicionado líquido produzido					
		<u>1.295.180</u>	<u>1.451.864</u>	<u>1.446.116</u>	<u>1.606.191</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação nos lucros de controladas	(Nota 11)	(31.241)	(45.335)		
Receitas financeiras	(Nota 28)	16.214	26.506	16.248	22.152
		<u>1.280.153</u>	<u>1.433.035</u>	<u>1.462.364</u>	<u>1.628.343</u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		(563.421)	(614.472)	(603.098)	(657.275)
Benefícios		(177.686)	(176.261)	(190.298)	(188.581)
F.G.T.S		(62.108)	(57.034)	(66.212)	(61.146)
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(199.242)	(248.169)	(224.335)	(273.856)
Estaduais		(462.067)	(407.414)	(542.578)	(488.126)
Municipais		(1.383)	(1.230)	(1.448)	(1.250)
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros e Alugueis		(245.160)	(448.302)	(265.309)	(476.956)
Remuneração de capital próprio					
Lucros retidos/prejuízo do exercício		<u>430.914</u>	<u>518.847</u>	<u>430.914</u>	<u>518.847</u>
Valor adicionado distribuído					
		<u>(1.280.153)</u>	<u>(1.433.035)</u>	<u>(1.462.364)</u>	<u>(1.628.343)</u>

(i) A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Nos métodos de transição escolhidos, a informação comparativa não foi reapresentada.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.) ("a Companhia"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Mercantil Rodrigues" e "Perini"), atua no comércio varejista e atacadista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos, comércio virtual (delivery) e outros produtos que completam o portfólio por meio de sua cadeia de lojas de hipermercados, supermercados, atacado de auto serviços, lojas de eletro "eletroshow", farmácias, postos de combustíveis, delicatéssen e cafés.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto sediada em São Paulo/SP, que opera as bandeiras "G Barbosa", "Bretas" e "Prezunic". A Companhia também detém a totalidade das quotas de participação societária nas Empresas Mercantil Rodrigues Comercial Ltda. e Perini Comercial Ltda., que operam respectivamente as bandeiras "Mercantil Rodrigues" e "Perini". A Companhia, em conjunto com suas controladas, é aqui definida como "Grupo".

A controladora final da Companhia é a Cencosud S.A., Companhia chilena listada na Bolsa de Valores de Santiago, no Chile.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 150.947 (2018 – R\$ 397.046) (consolidado R\$ 258.995 (2018 – R\$458.266)). Tendo em vista a capacidade atual de geração de caixa da Companhia e suas controladas, se faz necessário aportes de recursos efetuados pela controladora Cencosud Internacional Ltda, em Setembro de 2019 a investidora fez aporte de R\$ 1.124.405 mediante a emissão de novas quotas, utilizados para liquidação total dos Empréstimos da Companhia junto as instituições financeiras.

Em 2019 a Administração avaliou esta situação e concluiu que não existem dúvidas substanciais sobre a continuidade operacional da Companhia tendo em vista a robusta estrutura do grupo empresarial e o planejamento operacional da mesma, além disso a Companhia não possui dificuldades em renovações dos empréstimos obtidos junto as instituições financeiras bem como possui linhas de crédito já aprovadas para financiamento de capital de giro de suas operações, além da geração de caixa operacional prevista no planejamento que demonstra evolução no exercício vigente conforme é possível identificar na demonstração de fluxo de caixa.

Em 27 de janeiro de 2021, concluiu-se o processo de conversão da Companhia de uma sociedade limitada para uma sociedade anônima. Desta forma, diferentemente da sociedade limitada, que tem seu capital social formado por quotas e como ato constitutivo o Contrato Social, a Companhia, agora como sociedade anônima, passa a ter seu capital social formado por ações e como ato constitutivo o Estatuto Social. Em decorrência desse processo de conversão as quotas da Companhia foram convertidas para ações ordinárias na proporção de uma quota por uma ação ordinária, todas nominativas e sem valor nominal.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 20 de maio de 2021.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a primeira adoção as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) , não havendo diferenças relevantes entre IFRS e CPC e evidenciam todas as informações pertinentes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados passivos financeiros mensurados ao valor justo, que no caso de passivos financeiros (inclusive derivativos) é ajustado para refletir a mensuração do valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes feitos nas demonstrações financeiras da controladora são igualmente feitos nas demonstrações financeiras consolidadas com vistas a apresentar o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

(c) Demonstração de valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pelo Grupo

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019 e tiveram impactos para o Grupo:

. CPC 06(R2) / IFRS 16 - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes práticos empregados estão detalhados nessa seção e a mensuração subsequente está evidenciada na Nota 13.

. ICPC 22 / IFRIC 23 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32 / IAS 12, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

2.3 Reapresentação das cifras comparativas

(a) Adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2)

O Grupo adotou o CPC 6 (R2) / IFRS 16 de forma retrospectiva cumulativa, a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentou as informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos: (i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia, na data da aplicação inicial, e (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial foi mensurado de forma retroativa como se o novo pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início. As reclassificações e os ajustes decorrentes da nova norma de arrendamento foram, portanto, reconhecidos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019, em contrapartida a lucros acumulados nessa mesma data.

(b) Expedientes práticos aplicados

Na adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- . uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares;
- . utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos;
- . contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo;
- . exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial; e

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento.

(c) Mensuração de passivos de arrendamento

Itens	1º de janeiro de 2019
Compromissos de arrendamentos operacionais	1.557.979
Desconto a valor presente	(507.479)
Outros ajustes	23.513
Passivo de arrendamento reconhecido em 1º de janeiro de 2019	<u>1.074.013</u>
Dos Quais	
Passivo Circulante	205.850
Passivo Não circulante	868.103
	<u>1.074.013</u>

(d) Ajustes reconhecidos no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019

A mudança na política contábil afetou os seguintes itens no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019:

Itens	Impacto	1º de janeiro de 2019
Ativos de direito de uso	Aumento	756.456
Ativo fiscal diferido, líquido	Aumento	<u>107.148</u>
Movimentação líquida no ativo		<u>863.604</u>
Passivo de arrendamento	Aumento	(1.074.013)
Movimentação líquida no passivo		<u>(1.074.013)</u>
Impacto líquido em lucros acumulados	Aumento	<u>210.408</u>

2.4 Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Em 27 de janeiro de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, a Diretoria decidiu pela abertura de capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria “B-3 Novo Mercado”, perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de Dezembro de 2009 , conforme alteração (Instrução CVM nº 488/10, 509/11, 511/11, 520/12, 525/12, 547/14, 552/14, 561/15, 567/15, 568/15, 569/15, 583/16, 584/17, 585/17, 586/17, 588/17, 595/18, 596/18, 600/18, 603/18, 604/18, 609/19 e resolução CVM Nº 3/20).

Neste contexto, a Companhia está reapresentando suas demonstrações financeiras originalmente aprovadas pela Diretoria e emitidas em 07 de maio de 2019, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Foram necessárias a adequação e adição de determinadas divulgações visando atender exigência técnicas e aprimorar a qualidade e transparência da informação, tais como:

- Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA;

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Apresentação de nota explicativa sobre segmento de negócio;
- Apresentação de lucro por quotas;
- Adição de análise de sensibilidade à Nota explicativa de Instrumentos financeiros;
- Inclusão de eventos subsequentes;

Correção de erros

(a) Reversão de provisão para impairment do Ágio

Em 2019, foram identificados ajustes relacionados à retificação de provisão por impairment de Ágio e respectivos impactos no IR Diferido no montante total de R\$ 475.200, dos quais R\$ 720.000 referem-se a reversão de provisão de impairment do Ágio e R\$ 244.800 referem-se ao respectivo impacto no IR diferido passivo. A referida correção afetou o ativo não circulante e o patrimônio líquido do exercício nesses mesmos valores. As demonstrações financeiras individuais de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

(b) Reversão de atualização monetária relativa a crédito tributário

Em 2019, foram identificados ajustes relacionados à reversão de atualização monetária relativa a crédito tributário, houve revisão das bases utilizadas o que resultou no referido ajuste, impacto no montante de R\$ 22.026 lançado na rubrica de impostos a recuperar no ativo não circulante em contra partida ao resultado financeiro da Companhia.

(c) Ajustes de saldos na adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2)

Em 2019, foram identificados ajustes na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2) relativos a contratos que no momento da adoção inicial já possuíam cláusulas de renovação ativadas, tais ajustes impactaram as rubricas do ativo não circulante R\$ 5.131, passivo não circulante R\$ 7.545 e patrimônio líquido R\$ 2.414.

(d) Reclassificação de despesa com vendas

Em 2019 foram identificados ajustes de reclassificação de despesa relacionada a disponibilidade de mercadoria aos clientes, registrada originalmente na rubrica de “Custo das mercadorias vendidas”, pós revisão efetuamos a reclassificação para a rubrica de “Despesa com vendas”, nos montantes na controladora de R\$ 5.302 e consolidados de R\$ 5.198.

(e) Efeitos de reapresentação

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
	31 de dezembro de 2019		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante	1.642.166		1.663.018
Não circulante	4.063.960		4.523.439
Total do ativo	5.706.126	480.331	6.186.457
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	1.813.96		1.813.965
Não circulante	1.053.731		1.061.276
Patrimônio líquido	2.838.430		3.311.216
Total do passivo e patrimônio líquido	5.706.126	480.331	6.186.457
Consolidado			
	Original	Ajuste	Reapresentado
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante	1.700.835		1.711.031
Não circulante	4.147.212		4.617.347
Total do ativo	5.848.047	480.331	6.328.378
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	1.970.026		1.970.026
Não circulante	1.039.591		1.047.136
Patrimônio líquido	2.838.430		3.311.216
Total do passivo e patrimônio líquido	5.848.047	480.331	6.328.378

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		31 de dezembro de 2019
	Original	Ajuste	
Operações continuadas			
Receitas	7.092.002		7.092.002
	(5.580.103)		(5.574.801)
	1.511.899	5.302	1.517.201
Despesas com vendas	(996.405)	(5.302)	(1.001.707)
Despesas gerais e administrativas	(651.582)		(651.582)
Participação nos resultados de controladas	(31.241)		(31.241)
Outras (despesas) receitas, líquidas	25.173		25.173
	(142.156)	(142.156)	(142.156)
Resultado Financeiro, líquido	(266.520)		(266.520)
	(408.676)	(408.676)	(408.676)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social deferido	(22.238)		(22.238)
	(430.914)	(430.914)	(430.914)
Consolidado			

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Operações continuadas			
Receitas	7.804.389		7.804.389
Custo das mercadorias vendidas	(6.166.015)	5.198	(6.160.817)
Lucro bruto	1.638.374	5.198	1.643.572
Despesas com vendas	(1.089.334)	(5.198)	(1.094.532)
Despesas gerais e administrativas	(700.810)		(700.810)
Outras (despesas) receitas, líquidas	25.716		25.716
Prejuízo operacional	(126.054)		(126.054)
Resultado Financeiro, líquido	(282.554)		(282.554)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(408.608)		(408.608)
Imposto de renda e contribuição social deferido	(22.306)		(22.306)
Prejuízo do exercício	(430.914)		(430.914)

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as investidas nas quais a Companhia tem o poder de determinar as decisões relevantes que afetam os retornos variáveis, geralmente acompanhado de uma participação correspondente a mais da metade dos direitos de voto (capital votante). Em 31 de dezembro de 2019, todas as controladas de Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.) são subsidiárias integrais, conforme abaixo:

Companhia	% de Participação
Perini Comercial Ltda.	100%
Mercantil Rodrigues Ltda.	100%

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido pela Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data que a Companhia deixa de ter o controle.

Saldos e ganhos não realizados decorrentes de transações entre Empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Política para perda de investimentos: Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do controlador, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o controlador tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da controlada. Se a controlada subsequentemente apurar lucros, o controlador deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

2.6 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para real, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado em Outras receitas, líquidas.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

A Companhia considera seus títulos recebíveis de cartões de débito na rubrica de caixas e equivalentes de caixa, considerando que os saldos de recebíveis com cartão de débito são liquidados em D1, sem mudança significativa no valor bem como as transações são realizadas com instituições financeiras de primeira linha e consequentemente baixo risco de contraparte.

2.8 Ativos financeiros

2.8.1 Classificação

A partir de 10 de janeiro de 2018, o Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- . Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que o Grupo decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e o grupo considera essa classificação como sendo mais relevante.
- . Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- . Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado
- . Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

2.8.2 Reconhecimento e despreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são despreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.8.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com a seguinte categoria de mensuração.

. Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):

Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.”.

- . Valor justo por meio do resultado (VJR):

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

2.8.4 Impairment

A partir de 10 de janeiro de 2018, o Grupo passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de perda estimada de crédito estabelecido pelo CPC 48 / IFRS 9.

- Contas a receber por vendas de produtos;
- Contas a receber de outras prestações operacionais;
- Contratos de acordos comerciais e bonificações junto aos fornecedores;
- Contas a receber de devoluções efetivadas junto aos fornecedores;

Com o CPC 48 / IFRS 9, o Grupo teve que revisar sua metodologia de *impairment* para cada um desses ativos. Não houve impacto material na mudança de metodologia de impairment para o grupo.

A Companhia aplica a abordagem simplificada para provisão para créditos de liquidação duvidosa. Dessa forma, a provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Não existe constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa para os títulos oriundos das transações em cartão de crédito, visto que o risco pela inadimplência é transferido para a administradora na data da transação. A Companhia dispõe de controles para garantir o efetivo recebimento das operações realizadas e opera somente com administradora consideradas de “primeira linha”.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para as perdas do contas a receber são constituídas considerando os cheques devolvidos e bonificações a receber de fornecedores.

2.8.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

2.9 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em “Outras receitas, líquidas”. O Grupo não adota *hedge accounting*.

2.10 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os créditos provenientes de vendas a vista ou parceladas com cartões de crédito estão registrados inicialmente pelo seu valor justo, representado pelos valores de face das vendas, descontados a valor presente pelas mesmas taxas praticadas nas operações de antecipação de recebíveis.

Créditos decorrentes de vendas por meio de recebimento de cheques, duplicatas e outros meios dos quais a Companhia e suas controladas assumem o risco de liquidação são ajustados por provisão para crédito de liquidação duvidosa (“PCLD” ou *impairment*), se necessário.

2.11 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o Preço Médio Ponderado (PMP), e não excedem o valor de mercado.

Os estoques são regularmente ajustados pela constituição de provisão para perdas ou desvalorização, considerando o histórico de ocorrências (valor médio das quebras de estoque nos últimos doze meses), em proporção à receita líquida no mesmo período.

A Companhia constitui provisão para perdas nos estoques com base no giro desses estoques, linha de produto para definir o percentual da provisão e no tempo em que o produto está sem a efetiva realização por venda ou baixa, adicionalmente, a Companhia efetua avaliação periódica e plano de ação para realização de itens obsoletos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando relevantes e incluídos no valor de compra dos estoques por negociação de prazos, os juros das respectivas obrigações a pagar aos fornecedores existentes na data do balanço, não fazem parte do custo dos estoques e contabilizados como despesas financeiras à medida do decurso de tempo até o vencimento das obrigações com os fornecedores.

2.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos do negócio adquirido. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras. No caso de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente a fim de estimar eventuais perdas (*impairment*) e é avaliado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*.

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado."

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo de aquisição. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de aquisição menos a amortização acumulada, e perda por *impairment* quando aplicável.

As marcas registradas de vida útil indefinida não são amortizadas, mas são testadas anualmente a fim de estimar eventuais perdas (*impairment*) e são avaliadas pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*.

(c) Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vidas úteis definidas e são contabilizadas pelo seu valor justo menos a amortização acumulada, e perda por *impairment*. A amortização é calculada usando o método linear durante o tempo esperado de relação com o cliente.

(d) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável, não superior a cinco anos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(e) Fundo de comércio

Ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais, são amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de aluguel dos imóveis. Todos esses ativos intangíveis são adquiridos de terceiros.

(f) Ativos intangíveis com prazo de vida útil definida

	Anos
Carteira de clientes	5 - 7
Softwares	5
Fundo de comércio	10

2.13 Ativos indenizáveis

A Companhia possui garantias contratuais que asseguram o direito à indenização junto aos vendedores, seja por dedução de parcelas vincendas de compromissos a pagar relacionados às quotas de participação adquiridas ou pela retenção de aluguéis vincendos.

As indenizações decorrentes das contingências advindas de Companhias adquiridas nas combinações de negócios são reconhecidas na rubrica de ativos indenizáveis, conforme contrato firmado, os ex-acionistas possuem responsabilidade individual e sem solidariedade sobre o valor de passivos indenizáveis, cujos fatos geradores são anteriores a data de aquisição das Companhias.

2.14 Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos, os outros ativos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

2.15 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição/construção, deduzido de depreciação acumulada, e de eventuais perdas de deterioração *impairment*, quando aplicável, e inclui a capitalização dos custos de empréstimos e financiamentos, relacionados com a construção de ativos qualificáveis. Essa capitalização ocorre até o momento em que a construção é finalizada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada pelo método linear com base no prazo do contrato de aluguel ou vida útil das benfeitorias, dos dois o menor.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação dos outros itens de ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e benfeitorias	5 - 55
Instalações e equipamentos	1 - 10
Móveis e utensílios	3 - 5
Equipamentos para informática	3 - 5
Veículos	3

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados e ajustados, se assim necessário, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas resultantes de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com os saldos contábeis residuais e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" na demonstração do resultado.

2.16 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente a fim de identificar eventuais perdas (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pela diferença negativa entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é reversível.

2.17 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos de fornecedores são registrados pelo custo de aquisição e ajustados a valor presente quando o efeito da aplicação da taxa de desconto é material, sendo os juros correspondentes deduzidos dos saldos dos estoques e dos custos dos produtos vendidos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses juros são calculados pela taxa média de operações compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia realiza transações de antecipação de pagamento a fornecedores ("Confirming") através da solicitação dos mesmos, podendo ser antecipados os títulos que estejam a vencer. O prazo mínimo para antecipação de um título é de 7 (sete) dias, contados a partir da data do processamento da antecipação. Os passivos referentes a essa operação são classificados dentro da rubrica de fornecedores no passivo circulante pelo custo de aquisição, líquido das receitas advindas da operação, que são reconhecidas no momento de assinatura do contrato. Essas receitas são reconhecidas na rubrica de "Receitas financeiras".

2.18 Provisões

As provisões para cobrir perdas em ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e outras são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor for estimável com segurança. Não são reconhecidas provisões relacionadas a perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.19 Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data das demonstrações financeiras. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, os outros passivos são classificados no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentados no passivo não circulante.

2.20 Receitas diferidas

A Companhia recebeu em 16 de agosto de 2011 do Banco Bradesco S.A. o montante de R\$ 100.000, relativo à antecipação de prêmio de assinatura do contrato, e o montante de R\$ 100.000 vinculado ao atingimento de metas de rentabilidade futura de longo prazo, previstas contratualmente.

O reconhecimento no resultado da receita decorrente desse prêmio é realizado nominalmente na proporção do valor para cada um dos 192 meses do contrato. Já a parcela vinculada ao atingimento de metas é reconhecida proporcionalmente ao atingimento da meta estipulada para todo o contrato, desde que seja considerado provável que a meta será integralmente atingida no período máximo de 16 anos.

2.21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente quando considera-se provável que haja lucro tributável futuro e contra o qual esses créditos fiscais possam ser usados. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes, de mesma pessoa jurídica.

2.22 Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros

A provisão para a participação nos lucros é apurada com base em metas qualitativas e quantitativas atingidas e reconhecida como despesas operacionais. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou quando há uma prática passada que resulte em obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.23 Capital social

As quotas de capital são apresentadas no patrimônio líquido.

2.24 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre Companhias do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo e atacado para a comercialização de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros produtos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de débito ou crédito.

O pagamento do preço da transação se torna devido assim que o cliente compra o produto e o retira na loja. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

(a) Receita Venda varejo

De forma geral o processo de vendas, contas a receber e recebimento dos segmentos de negócios da Companhia se baseiam na venda varejo em compras efetuadas diretamente nos pontos de vendas da Companhia, com a contraprestação da receita (entrega dos produtos ao cliente) efetuada no mesmo momento. Formato padrão do praticado no Varejo Nacional.

(b) Outras Receitas

As outras receitas advindas de serviços, garantias estendidas, financeiras e outras fontes são reconhecidas sempre considerando o momento em que a Companhia e suas controladas cumprem as suas obrigações perante as outras partes, podendo ser ao longo da vigência do contrato, cumprimento de metas e manutenção de recursos em aplicações financeiras.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o valor do principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada ao resultado.

As receitas obtidas das antecipações dos títulos a pagar (Confirming) (Nota 14) são reconhecidas por competência de acordo com as assinaturas dos contratos, os valores são apurados mensalmente e com base nessa apuração é realizada provisão do saldo a receber. As receitas de confirming são reconhecidas na rubrica de “Receitas financeiras”.

2.25 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Estrutura Conceitual: em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram:

- . aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
- . restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
- . definição de entidade;
- . revisão das definições de ativo e passivo;
- . remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento;

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
- . afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras.

Nenhuma mudança será feita nas normas atuais. Contudo, as entidades que utilizarem a Estrutura Conceitual para determinar suas políticas contábeis para transações, eventos ou condições que não sejam abordados por nenhuma norma específica deverão aplicar a Estrutura Conceitual revisada a partir de 1º de janeiro de 2020. As entidades devem considerar se suas políticas contábeis continuam adequadas de acordo com a Estrutura Conceitual revisada.

- . **Alterações ao IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors":** em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

2.26 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Perda (*impairment*) do ágio e marcas com vida útil indefinida

Anualmente, a Companhia testa perdas (*impairment*) no ágio e nas marcas com vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis do grupo de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14). Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período de cinco anos.

Se a margem bruta orçada usada no cálculo do valor em uso para a UGC do varejo fosse 0,5% menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2019 (por exemplo 21,9% ao invés de 22,4% no primeiro ano e assim subsequente), o Grupo teria reconhecido saldo excedente de geração de caixa sob os ativos registrados em 2,59% ao invés de 12,40% no teste original.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC do varejo fosse 0,5% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 8,01% ao invés de 7,51%), o Grupo teria reconhecido saldo excedente de geração de caixa sob os ativos registrados em 7,58% ao invés de 12,40% no teste original.

(b) Vida útil de ativos de longa duração

A depreciação de benfeitorias de arrendamento em imóveis de terceiros é calculada e registrada de acordo com o período dos contratos de alugueis, os períodos de depreciação são revistos em cada período e, quando apropriado, ajustados prospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas contábeis. Mudanças de Estimativa e Correção de Erro.

A determinação do prazo de arrendamento dos contratos de acordo com CPC 06 (R2) / IFRS 16, possuem estimativas críticas, os quais são determinados pela alta administração da Companhia, utilizando como premissa básica o prazo do contrato vigente e a expectativa de permanência no imóvel.

(c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à incidência de imposto de renda e contribuição sobre o lucro de suas operações.

A administração da Companhia e de suas controladas, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, bem como sobre as diferenças temporárias de apuração dos impostos.

A avaliação da realização desses créditos tributários envolve diversas variáveis e estimativas para atingir o lucro tributário esperado no futuro. A administração da Companhia, analisou a projeção de realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo em 31 de dezembro de 2019, e com base (i) no histórico de geração de lucro tributável em exercícios passados, e (ii) no plano de negócios aprovado pelos controladores da Companhia, concluiu que os critérios para reconhecimento dos impostos sobre a renda diferidos ativo estão adequados.

A partir do 4º trimestre de 2016 a administração decidiu por não reconhecer novos ativos diferidos advindos da apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social, foi realizada avaliação dos saldos dos tributos diferidos ativos de 2019 e em decorrência do Longo Prazo para a realização desses montantes, a administração da Companhia decidiu não constituir novos créditos sobre os prejuízos fiscais em 2019 e está reconhecendo apenas os ativos diferidos relativos as diferenças temporárias nas apurações e o

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reconhecimento de Impostos Diferidos relativos a aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019.

(d) Realização de créditos tributários relacionados ao imposto sob a circulação de mercadoria (ICMS) e as contribuições ao PIS e à COFINS

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à incidência de Impostos sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS) e Contribuições Federais sobre a receita operacional ao PIS e à COFINS, tributos que possuem a característica não cumulativa dessa forma é possível a geração de créditos tributários sobre a operação de compras, devoluções, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui saldo acumulado referente a estes tributos no valor consolidado de R\$ 530.153 (2018 - R\$ 520.357), líquido de provisão para perda na realização, e a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperabilidade de créditos tributários e na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura em período limitado a até 5 anos.

Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar as alternativas de monetização e os prazos prováveis de realização dos créditos tributários da Companhia, principalmente os saldos de ICMS-Substituição Tributária ("ST") e PIS/COFINS.

A Companhia avalia a expectativa de realização dos saldos, a classificação entre circulante e não-circulante, assim como a necessidade de constituição de provisão para perdas com base em estudos técnicos que consideram premissas e julgamentos críticos tais como:

- ICMS - ST - histórico de consumo de créditos, projeções de compras e vendas de mercadorias, alterações nas distribuições logísticas das mercadorias, solicitação de regimes especiais e situação político/financeira dos Estados. A avaliação é realizada de maneira específica para cada Estado;
- PIS/COFINS - histórico de consumo de créditos, projeções de compras e vendas de mercadorias, capacidade de compensação dos saldos de créditos com o próprio Pis e Cofins, bem como com outros tributos federais tais como o INSS, IRRF, demais retenções, IRPJ, CSLL e IPI.

A Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao estudo de realização, com reavaliação periódica, incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS e Pis Cofins a recuperar.

A expectativa para realização dos créditos de ICMS e PIS e COFINS estão demonstrados na nota 9.

Mensuração do crédito tributário decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

O crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo foi calculado considerando a melhor estimativa da administração, determinada com base no levantamento dos documentos identificados e disponíveis.

A Companhia entende que os créditos de PIS e COFINS reconhecidos estão amparados na melhor interpretação da legislação vigente e no cenário jurisprudencial presente. Apesar do RE 574.706 ainda

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

não ter sido objeto de conclusão por parte do STF, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia concluiu que:

- (i) o posicionamento firmado pelo STF no RE 574.706 se aplica às empresas do Grupo, tendo sido reconhecido definitivamente o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS na ação judicial própria;
- (ii) a eventual modulação de efeitos da decisão do STF deverá proteger os contribuintes que ingressaram com ações judiciais até o julgamento do *leading case* e que já tiveram suas ações transitadas em julgado com decisões favoráveis, como é o caso da Companhia;
- (iii) o direito obtido judicialmente corresponde a crédito a recuperar mensurado com base no montante de ICMS efetivamente destacado nas notas fiscais de venda.

Importa destacar que o entendimento da Companhia, bem como o posicionamento atual das autoridades fiscais sobre o critério para a mensuração dos créditos fiscais, serão objeto de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”) quando do julgamento dos Embargos de Declaração interpostos pela União Federal no Recurso Extraordinário (“RE”) nº 574.706.

(e) Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 17. São reconhecidas provisões relacionadas às contingências em que suas chances de perda são prováveis, de acordo com a avaliação da administração, em conjunto com seus assessores internos e externos. Adicionalmente, a Companhia reconheceu o valor justo das contingências das Companhias adquiridas avaliadas como de êxito possível e remoto, em atendimento às normas aplicáveis às combinações de negócios. A administração da Companhia acredita que suas avaliações, são apropriadas e razoáveis, embora possam diferir dos resultados efetivos, quando realizadas.

(f) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de galpões, lojas de varejo e equipamentos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- . Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- . Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- . Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disruptão nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos de equipamentos de escritórios e veículos não foi incluída no passivo de arrendamento porque o Grupo pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la).

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A administração estabelece procedimentos de gestão de riscos de liquidez e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade das duas operações e o seu patrimônio.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e busca proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de liquidez	Fornecedores	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
Risco de Mercado - Cambio	Passivos em moeda estrangeira	Exposição cambial	Análise de contratação de Swap cambial
Risco de crédito	Contas a receber de administradoras cartão	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito
	Caixa e equivalentes de caixa	Acompanhamento do fluxo de caixa	Diversificação de instituições financeiras

(i) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, e a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e de câmbio e ao risco de crédito, e da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e algumas contas a receber.

São adotados procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas, protegendo a rentabilidade das suas operações e o seu patrimônio.

(ii) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- . Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

- . O valor justo dos swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis.
- . O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço.

(a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente pela administração, a fim de garantir liquidez e para o atendimento dos limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e financiamentos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais da Companhia.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e suas controladas é investido em depósitos bancários com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente e com risco insignificante de mudança de valor, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. As observações da administração sobre o capital circulante líquido negativo estão apresentadas na Nota 1.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida pela Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros que são liquidados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	1.344.736			
Partes Relacionadas	2.309			
Credores por aquisição de controladas		62.297		
	1.347.045	62.297		
Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	1.469.199			
Partes Relacionadas	2.309			
Credores por aquisição de controladas		62.297		
	1.471.508	62.297		

(b) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia e suas controladas importam produtos para revenda e estão expostas ao risco cambial decorrente da exposição a flutuações de cotações de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano e Euro. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício.

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia e suas controladas administrem seus riscos cambiais em relação à sua moeda funcional. A administração julga que o nível de risco decorrente das operações de importação é baixo, visto que as operações realizadas são basicamente de importações para revenda e transações com partes relacionadas.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

O departamento de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas a prazo para clientes do varejo têm como principal meio de pagamento os cartões de crédito de melhor reputação no mercado, os quais não oferecem riscos relevantes de realização, uma vez que seus recebimentos são assegurados pelas respectivas administradoras. Uma parcela pequena das vendas é recebida em cheques. O risco de crédito para venda

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em cheques é minimizado pela expressiva pulverização das vendas por cliente e pelos procedimentos de concessão de crédito.

Os adiantamentos a fornecedores são eventuais e efetuados somente a fornecedores selecionados por motivos específicos. A administração com base em operações históricas entende que não há risco de crédito com fornecedores.

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício.

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2019, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, análise de sensibilidade quanto à posição em aberto está demonstrada a seguir:

Impactos da variação no dólar/euro	Cenário Base	Cenário Baixa do Dolar / Euro		Cenário Alta do Dolar / Euro	
		25%	50%	25%	50%
Fornecedores (Euro)	8.079	(5.826)	(3.884)	9.710	11.652
Fornecedores (Dólar)	12.882	(9.290)	(6.193)	15.483	18.580
Fornecedores Total	20.961	(15.116)	(10.077)	25.193	30.232
Impacto no resultado	(458)	5.387	10.426	(4.690)	(9.729)

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50% conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08.

A Companhia considera como cenário-base, uma desvalorização do real em 4% sobre o dólar norte-americano e o Euro, considerando uma taxa de câmbio futura de R\$4,19 (Dólar) e R\$4,71 (Euro) para 31 de dezembro de 2019, baseada em referências de mercado com o impacto:

- R\$ (458) relativo as operações de compras junto a fornecedores estrangeiros.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros abaixo estão sujeitos a compensações contratuais.

	Valor líquido de passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial		
Em 31 de dezembro de 2019			
Contas a pagar	1.502.486	(33.286)	1.469.199
Contas a pagar ex-acionistas Bretas	<u>83.523</u>	<u>(35.237)</u>	<u>48.286</u>
	<u><u>1.586.008</u></u>	<u><u>(68.523)</u></u>	<u><u>1.517.485</u></u>
	Valor líquido de		
	Valor líquido de ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Instrumentos financeiros	Valor Líquido
Em 31 de dezembro de 2018			
Contas a pagar	1.348.939	(55.600)	1.293.339
Contas a pagar ex-acionistas Bretas	<u>69.945</u>	<u>(33.033)</u>	<u>36.912</u>
Instrumentos financeiros derivativos	<u>2.019.524</u>	<u>(965.291)</u>	<u>1.054.233</u>
	<u><u>3.438.408</u></u>	<u><u>(1.053.924)</u></u>	<u><u>2.384.484</u></u>
	<u><u>(66.902)</u></u>	<u><u>(66.902)</u></u>	<u><u>987.331</u></u>
	Valor líquido de ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial		
	Valor bruto de ativos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros	
Em 31 de dezembro de 2019			
Contas a receber	<u>76.022</u>	<u>(1.264)</u>	<u>74.758</u>
	<u><u>76.022</u></u>	<u><u>(1.264)</u></u>	<u><u>74.758</u></u>
	Valor líquido de ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial		
	Valor bruto de ativos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros	
Em 31 de dezembro de 2018			
Contas a receber	<u>122.565</u>	<u>(2.056)</u>	<u>120.509</u>
	<u><u>122.565</u></u>	<u><u>(2.056)</u></u>	<u><u>120.509</u></u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer o retorno esperado aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para, por exemplo, reduzir o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a administração monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em setembro de 2019 a investidora fez aporte de R\$ 1.124.405 mediante a emissão de novas quotas, utilizados para liquidação total dos Empréstimos da Companhia junto as instituições financeiras, quitando dessa forma a dívida bancária da Companhia.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumariados:

	<u>Consolidado</u>
	<u>2018</u>
Dívida líquida	<u>773.016</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.828.132</u>
Capital total	<u>3.601.148</u>

Índice de alavancagem financeira - %

(i) Quadro não aplicável para 2019 devido a liquidação total dos empréstimos efetuado pela Companhia.

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado			
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	401.620	365.325	408.790	370.986
Contas a receber	62.104	105.845	74.758	120.509
Partes relacionadas	109.889	125.607		
Depósitos judiciais	46.282	78.291	54.028	85.516
	619.895	675.068	537.576	577.011

	2019	
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	Total
Passivos financeiros		
Fornecedores	1.344.736	1.344.736
Partes relacionadas	2.309	2.309
Credores por aquisição de controladas e ativos	62.297	62.297
	1.409.342	1.409.342

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
	2018	2018	2018
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total
Passivos financeiros			
Fornecedores	1.189.543		1.189.543
Empréstimos e financiamentos	1.121.962	22.040	1.144.002
Partes relacionadas	12.476		12.476
Credores por aquisição de controladas e ativos	50.076		50.076
	2.374.057	22.040	2.396.097

	2019	
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	Total
Passivos financeiros		
Fornecedores	1.469.199	1.469.199
Partes relacionadas	2.309	2.309
Credores por aquisição de controladas e ativos	62.297	62.297
	1.533.805	1.533.805

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	2018	2018	2018
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total
Passivos financeiros			
Fornecedores	1.293.339		1.293.339
Empréstimos e financiamentos	1.121.962	22.040	1.144.002
Partes relacionadas	12.476		12.476
Credores por aquisição de controladas e ativos	50.076		50.076
	2.477.853	22.040	2.499.893

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa geral	44.274	20.949	48.316	24.591
Bancos contas movimento	36.571	50.738	39.699	52.757
Aplicações de liquidez imediata (i)	320.776	293.638	320.776	293.638
	401.620	365.325	408.790	370.986

- (i) As aplicações de liquidez imediata são mantidas para negociação diária e frequente, sendo substancialmente certificados de depósito bancário (“CDB”) e compromissadas com remuneração entre 68% e 91% do certificado de depósito interbancário (“CDI”).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cheques				
Devolvidos		14		20
Cartões de crédito				
Próprio (Credi-Hiper)	12.363	19.917	12.363	19.917
Terceiros	25.634	63.496	33.010	74.753
Comissões Cartão de crédito terceiros	(1.098)	(1.834)	(1.264)	(2.056)
Duplicatas a receber	3.871	3.006	5.926	2.948
Convênios (i)	22.098	22.555	25.512	26.307
Total em aberto	<u>62.868</u>	<u>107.154</u>	<u>75.547</u>	<u>121.889</u>
Ajuste a valor presente				
PCLD	(557)	(1.049)	(577)	(1.103)
	(207)	(260)	(212)	(277)
	<u>62.104</u>	<u>105.845</u>	<u>74.758</u>	<u>120.509</u>

(i) Os convênios são compostos por recebíveis advindos das operadoras de tickets alimentação e refeição.

(a) Composição das contas a receber por idade de vencimento

O valor e a natureza dos saldos a vencer e vencidos são apresentados como segue:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	62.184	106.095	74.304	120.746
Vencidos até 30 dias	246	164	706	195
Vencidos entre 31 e 60 dias	154	170	157	170
Vencidos entre 61 e 90 dias	33	212	35	212
Vencidos a mais de 91 dias	<u>251</u>	<u>513</u>	<u>344</u>	<u>566</u>
Total em aberto	<u>62.868</u>	<u>107.154</u>	<u>75.547</u>	<u>121.889</u>

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia e suas controladas são mantidas em moeda nacional.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes do Grupo são as seguintes:

42 de 86

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	(260)	(2.734)	(277)	(3.507)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.711)	(11.450)	(5.924)	(14.168)
Valores não usados, estornados	4.764	13.924	5.989	17.398
Em 31 de dezembro	(207)	(260)	(212)	(277)

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas". Os valores reconhecidos à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. As premissas de constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa são demonstradas abaixo:

- . Com o Banco Bradesco S.A., a provisão está considerada no resultado líquido do referido Acordo Operacional, segundo regras definidas pelo Banco Central do Brasil aplicáveis às entidades financeiras. A administração ajusta a provisão em casos onde considera existir um risco maior de inadimplência.
- . Duplicatas a receber, cheques pré-datados e cheques devolvidos. Os cheques sem suficiência de fundos são incluídos na PCLD depois de tomados determinados procedimentos de cobrança.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais créditos não contêm ativos com significativa incerteza, no entanto, são também regularmente monitoradas com vistas a identificar, se necessário, perdas prováveis.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas controladas não mantêm nenhum título como garantia.

Os saldos dos contas a receber são compostos substancialmente por recebíveis de cartão de crédito e de convênios, os quais possuem baixo risco de inadimplência uma vez que as administradoras de cartão de crédito e de convênios assumem os riscos das operações.

(b) Operações com cartões de crédito

As operações com cartões de crédito são realizadas para recebimento em até 30 dias na modalidade de crédito rotativo, podendo ser parceladas em até 12 meses. Os recebíveis classificados como cartão de crédito próprio e de terceiros estão representados por saldos a receber da administradora do Credi-Hiper (Banco Bradesco) e das outras administradoras de cartões, respectivamente.

Os créditos por vendas parceladas estão registrados inicialmente pelo seu valor justo, representado pelos valores de face das vendas, descontados pelas mesmas taxas praticadas nas operações de antecipação de recebíveis, taxas essas compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado líquido da participação no Acordo Operacional do Credi-Hiper que foi transferido pelo Banco Bradesco S.A. à Companhia, líquido das

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

perdas incorridas nas contas a receber, totalizou R\$ 14.703 (2018 - R\$ 12.781), reconhecido no resultado operacional consolidado e da controladora, na rubrica “Outras receitas, líquidas” (Nota 26).

Em 31 de dezembro de 2019, as operações do Credi-Hiper representam 11,4% (2018 – 13,5%) do volume das vendas da Companhia.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Estoques de mercadorias para revenda localizados nas:				
Lojas	622.061	665.120	694.838	734.973
Centros de distribuição	242.511	259.802	242.511	259.802
	<u>864.572</u>	<u>924.922</u>	<u>937.349</u>	<u>997.775</u>
Provisão para perdas nos estoques	(29.533)	(33.898)	(32.294)	(36.320)
Ajustes a valor presente	(4.069)	(4.772)	(4.368)	(5.057)
	<u>830.970</u>	<u>886.252</u>	<u>900.687</u>	<u>953.398</u>

As movimentações na provisão para perdas nos estoques são as seguintes:

Provisão para perdas no estoque	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	(33.898)	(36.831)	(36.320)	(40.132)
Provisão para perda/obsolescência dos estoques	(110.283)	(149.789)	(119.145)	(161.949)
Estorno de provisão para perdas nos estoques	114.648	152.722	123.171	165.760
Em 31 de dezembro	(29.533)	(33.898)	(32.294)	(36.320)

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos a recuperar

A Companhia registra créditos tributários tão logo reúna entendimento jurídico, contábil, documental e factual sobre tais créditos, que permita seu reconhecimento. Essas análises incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado, iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas, iv) avaliação o contábil sobre o tema e, uma vez reconhecidos v) estimativa de realização monetária dos créditos.

Ao se registrar créditos tributários, são observadas sua natureza e origem para que se possa registrar nas devidas rubricas de resultado, conforme abaixo demonstrado:

- Créditos oriundos de compras registrados como redutor de “custo das mercadorias vendidas”;
- Créditos oriundos de vendas, registrados como redutor de “deduções sobre vendas”;
- Demais créditos registrados como redutores das contas de resultado sobre as quais são calculados;
- Atualização monetária sobre créditos fiscais, registrados na rubrica de Resultado financeiro, líquido;

As realizações desses tributos são avaliadas tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos. Periodicamente a Companhia atualiza os estudos de recuperabilidade e com base nos mesmos, se necessário, ajusta seus saldos de provisão para perda.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PIS e COFINS (Nota 9.1)	384.025	149.630	391.441	157.605
ICMS e ICMS (ST) (Nota 9.2)	378.110	355.367	389.687	362.753
ICMS a recuperar ativo imobilizado (9.3)	15.173	15.580	17.019	17.603
Imposto de renda retido na fonte (9.4)	33.814	20.777	34.056	21.012
Outros	11.787	3.417	12.636	3.701
Provisão para perda de ICMS e Pis Cofins Notas: 9.1 (c), 9.2 (a)	(250.975)		(250.975)	
Total	571.934	544.772	593.864	562.674
Circulante	233.592	108.814	240.098	114.188
Não circulante	338.342	435.958	353.766	448.486

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para perdas de créditos são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro				
Provisão para perda de créditos	(250.975)		(250.975)	
Valores não usados, estornados				
Em 31 de dezembro	(250.975)		(250.975)	

9.1 PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são contribuições arrecadadas pelo Governo Federal, previstas na Constituição Federal nos artigos 195 e 239. Estas duas contribuições incidem sobre as receitas auferidas pelas empresas (pessoas jurídicas). No regime não cumulativo ao qual a Companhia está submetida, as alíquotas previstas são, em regra geral, 1,65% para PIS/PASEP e de 7,6% para a COFINS. Neste regime é possível que as empresas registrem alguns créditos sobre determinados custos ou despesas incorridas, no caso da Companhia, esses créditos envolvem transações principalmente a Compra de mercadorias para revenda, depreciação, aluguel de lojas, energia elétrica, entre outros.

A realização estimada do saldo de PIS e COFINS a recuperar, com base na melhor estimativa da Companhia, é apresentada a seguir:

Consolidado

Em 1 ano	76.442
Entre 1 e 2 anos	44.734
Entre 2 e 3 anos	44.734
Entre 3 e 4 anos	44.734
Entre 4 e 5 anos	44.734
Após 5 anos	136.063
	<u>391.441</u>

(a) Movimentação do saldo credor advinda da operação

A Companhia apura mensalmente, com base na legislação vigente, se há saldo devedor (tributo a pagar), ou saldo credor (acúmulo de créditos). Para formar essa apuração são levados em conta os débitos do tributo nas vendas de mercadorias e prestação de serviços, os créditos das compras de mercadorias e serviços, créditos proporcionais de depreciação, entre outros. Quando a subtração dos créditos apurados sobre dos débitos calculados nas operações de vendas resulta em saldo devedor, há tributo a pagar, no entanto, como a Companhia possui saldo acumulado de períodos anteriores, tal tributo a pagar reduz os créditos a recuperar, afastando a necessidade de tal recolhimento. Quando ocorre o inverso, ou seja, diversos créditos maiores que os débitos, haverá acúmulo de créditos e aumento do saldo acumulado.

A redução do saldo credor ocorre com a situação inversa, ou seja, os débitos apurados são maiores que os créditos. Adicionalmente, também há redução dos saldos credores de tributos mediante a compensação, quando autorizado pela legislação, desses créditos com débitos de outros tributos federais, tais como o INSS, IRRF e outras retenções, IRPJ, CSLL, IPI etc.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Trânsito em julgado ação de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Cencosud, visando excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, impetrou em 21 de junho de 2013, Mandado de Segurança alegando a ilegalidade e inconstitucionalidade da inclusão do imposto estadual na base de cálculo das contribuições. STF proferiu decisão favorável ao contribuinte em relação ao mérito por meio do acórdão em sede de repercussão geral no RE 574.706 em 15 de março de 2017. A ação judicial da Companhia transitou em julgado em junho de 2019, tornando definitivo e não passível de recurso, o direito a reconhecimento dos créditos da exclusão do valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições, no mínimo, dos cinco anos anteriores da data do ingresso da ação (21 de junho de 2013).

A Companhia reconheceu crédito tributário passível de mensuração confiável no montante de R\$ 251.063, sendo R\$164.602 de principal reconhecido na rubrica de Receita líquida (Nota 23) e R\$ 86.461 milhões de atualização pela taxa SELIC, relativos ao período de 2008 a 2017, sendo seus efeitos reconhecidos nas rubricas de Resultado financeiro, líquido (Nota 27).

Apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia entende que os créditos de PIS e COFINS reconhecidos estão amparados na melhor interpretação da legislação vigente, no cenário jurisprudencial presente. Apesar do RE 574.706 ainda não estar concluso, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia concluiu que:

- (i) o posicionamento firmado pelo STF no RE 574.706 foi aplicado à Companhia, tendo sido reconhecido definitivamente o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS na ação judicial própria;
- (ii) a eventual modulação de efeitos da decisão do STF deverá proteger os contribuintes que ingressaram com ações judiciais até o julgamento do leading case e que já tiveram suas ações transitadas em julgado com decisões favoráveis, como é o caso da Companhia;
- (iii) o direito obtido judicialmente corresponde a crédito a recuperar mensurado com base no montante de ICMS efetivamente destacado nas notas fiscais de venda.

Com relação à compensação dos créditos, a Administração entende que a realização ocorrerá no prazo legal, conforme estudos de recuperação que consideram i) o histórico de realização, ii) as mudanças previstas para a atividade da Companhia e iii) previsões de crescimento futuro. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico, elaborado em consonância com as diretrizes adotadas por todo o grupo no Brasil e no exterior e previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no Brasil e no Chile.

Adotando de forma consistente a interpretação descrita acima, a Companhia vem reconhecendo regularmente a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS desde a decisão do STF no RE com repercussão geral com as mesmas premissas anteriormente destacadas e permanece avaliando constantemente a jurisprudência sobre a matéria.

Em relação ao assunto ainda, o STF julgará Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em face de decisões favoráveis aos contribuintes, e poderá indicar fatos novos acerca i) da forma de apuração do valor a ser recuperado (ICMS recolhido ou ICMS destacado) e ii) da eventual modulação dos efeitos da decisão da inconstitucionalidade julgada. As decisões futuras, serão representadas prospectivamente.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vale ressaltar que após obter sua decisão transitada em julgado, a Cencosud vem sendo permanentemente assessorada por escritórios de advocacia e consultorias tributárias buscando viabilizar todas as formas legais de monetização de seu crédito.

(c) Provisão para perda reconhecida no exercício de 2019 (créditos de PIS/COFINS)

Com base na análise de recuperabilidade dos créditos de PIS e COFINS, a Companhia reconheceu provisão para perda parcial dos créditos no montante de R\$ 136.063, correspondente ao montante de créditos de PIS e COFINS que a administração da Companhia entende que não conseguirá realizar nos próximos 5 anos da data do trânsito em julgado (junho de 2019). A análise de recuperabilidade, além das projeções futuras de negócio da Companhia, se baseou principalmente nos seguintes fatos:

- i) a Companhia, ao longo dos anos de 2018 e 2019, apurou saldo credor de PIS e COFINS, decorrente da operação de compra e venda de mercadorias, e outros créditos, o que acarretou em não realização integral dos créditos das referidas contribuições,
- ii) a Companhia não dispunha de débitos tributários na esfera federal que pudessem ser compensados com a integralidade estes créditos, e,
- iii) o limite temporal de 5 anos para realização dos créditos de PIS e COFINS foi considerado pela Companhia tendo em vista as peculiaridades jurídicas do seu caso concreto, que ensejariam maior risco de realização, concluindo por provisionar os valores excedentes a esse período. Vale destacar que esse evento é passível de julgamentos críticos e riscos que podem afetar a realização dos dados estimados e registrados a partir do melhor conhecimento da Administração.

9.2 Impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS

O ICMS é um tributo estadual, incidente sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, regulamentado pela lei complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir, e seus valores são devidos aos estados e Distrito Federal, a cada operação realizada. As alíquotas do tributo são variáveis conforme a origem e destino, se dentro ou fora do estado ou país, entre estados e conforme o produto ou mercadoria, entre outros fatores.

Também há a sistemática da substituição tributária do ICMS, conhecida como ICMS-ST, onde os Estados passam a cobrar antecipadamente o imposto do contribuinte industrial ou importador, substituindo, assim, toda a cadeia de tributação do ICMS. Trata-se da transferência da obrigação do recolhimento do imposto para o primeiro da cadeia. Cada Estado elabora a lista de produtos que entrarão na sistemática do ST e aplicam de forma individual uma Margem de Valor Agregado (MVA) ao produto, supondo a margem a ser realizada na venda final.

Ocorre que os Estados vêm ampliando a lista de produtos submetidos ao regime de substituição tributária, o que afeta muito o segmento de varejo, como a Companhia transfere mercadorias para outros Estados, diferentes, daqueles de que recebeu inicialmente, há a cobrança do imposto novamente. Essa sistemática, conhecida como “quebra de cadeia”, garante ao estabelecimento o resarcimento do imposto recolhido antecipadamente, para mitigar a cobrança de tributo duas vezes pelo mesmo produto.

Ainda os contribuintes passaram a ter, desde a decisão do STF no julgamento do RE nº 593.849/MG, o direito de ressarcir a diferença do imposto recolhido a maior quando a margem real da operação, ao

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

final da cadeia for inferior à margem presumida (MVA) quando da incidência do ICMS-ST, o que geralmente acontece no varejo.

Tendo em vista o grande volume dos produtos no regime de substituição tributária, a Companhia vem acumulando um valor cada vez maior dessas restituições e para a sua devida compensação, a Companhia tem se valido de regimes especiais ou outros meios permissivos nas legislações estaduais.

A realização estimada do saldo ICMS e ICMS (ST) a recuperar, com base na melhor estimativa da Companhia, é apresentada a seguir:

Consolidado

Em 1 ano	112.964
Entre 1 e 2 anos	90.142
Entre 2 e 3 anos	69.412
Entre 3 e 4 anos	13.294
Entre 4 e 5 anos	9.652
Após 5 anos	94.223
	<hr/>
	389.687

(a) Provisão para perda reconhecida no exercício de 2019 (créditos de ICMS ST)

O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do RE nº 593.849/MG, em 19 de outubro de 2016, sob o rito da repercussão geral, reconheceu o direito a recuperação pelo contribuinte, da parcela excedente de ICMS-ST recolhida a mais em razão da realização de venda ao consumidor final em valor inferior à base de cálculo presumida (MVA). Nesse contexto, a Companhia passou a apurar, a partir de dez/2016, os valores do imposto que excedem à margem real (MVA vs. Margem) e a contabilizar como direito creditório em seu balanço contábil.

Após julgamento de ação relativa ao Excedente de ICMS/ST, boa parte dos Estados não regulamentaram o procedimento em suas legislações, alegando que da mesma forma que o contribuinte teria o direito ao resarcimento do excedente, o Estado deveria ter o direito ao complemento, caso a margem do contribuinte fosse maior que à prevista pelo MVA.

A Companhia tem realizado referidos créditos a partir da autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais, em cada uma das unidades federativas onde atua.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, amparada em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável a compensação parcial dos saldos registrados e por isso reconheceu, em 31 de dezembro de 2019, provisão para perda no montante de R\$ 94.923.

As estimativas utilizadas para determinação da provisão de impairment ocorreram de maneira individualizada por Estado da federação, conforme detalhado a seguir:

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Estados sem a necessidade de provisão para perda:**

Para os Estados de Sergipe e Bahia (39% do saldo credor total de ICMS ST), a Companhia obteve Regime Especial de Substituto Tributário, o qual atribui aos seus Centros de Distribuição localizados nesses estados, a responsabilidade do recolhimento do imposto de ICMS-ST, impactando positivamente na monetização dos créditos acumulados das operações anteriores mencionadas. Nesses mesmos termos, a Companhia havia protocolado o pedido de Regime Especial junto ao Fisco do Estado de Minas Gerais (31% do saldo credor total de ICMS ST), o qual já estava em vias de concessão, o que de fato ocorreu em março de 2020.

Quanto ao Estado de Alagoas (5% do saldo credor total de ICMS ST), a Companhia vinha realizando normalmente sua operação, e as estratégias até então buscadas denotavam ser bem-sucedidas e por isso, a Companhia julgou não haver necessidade de reconhecer perda no valor recuperável do ativo.

- **Estados com 100% de provisão para perda:**

Para o estado do Rio de Janeiro (14% do saldo credor total de ICMS ST) as perspectivas indicam muita incerteza, não apenas em relação às alternativas de monetizar o crédito, mas também em relação à capacidade do estado de ressarcir o contribuinte.

Para o estado do Ceará (3% do saldo credor total de ICMS ST), Pernambuco (1% do saldo credor total de ICMS ST) e Goiás (7% do saldo credor total de ICMS ST), em virtude do não recebimento das respostas aos pedidos administrativos e dos prognósticos negativos nos pleitos de Regime Especial, a Companhia, amparada na posição de seus assessores jurídicos, julgou não ser provável a monetização integral de tais créditos.

Dante dos motivos acima, a Companhia optou pela provisão de 100% dos saldos credores dos Estados de Ceará, Goiás, Rio de Janeiro e Pernambuco.

9.3 ICMS a recuperar ativo imobilizado

A companhia pode tomar crédito de ICMS sobre a compra de Ativo Imobilizado, desde que o bem seja utilizado na produção e ou comercialização de mercadorias. Para controle desses créditos a Companhia utiliza o CIAP (Controle de ICMS dos bens do Ativo Permanente), por regra o valor do crédito é aproveitado em 48 avos, ou seja, de forma parcelada. O CIAP foi criado para regulamentar o dispositivo da Lei que possibilita a todos os contribuintes de ICMS a apropriação do crédito nas aquisições que forem destinadas ao ativo permanente.

9.4 Impostos de renda retido na fonte

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) é uma obrigação tributária principal em que a Companhia está obrigada a reter do beneficiário da renda e posterior repasse ao Governo Federal, o imposto correspondente, nos termos estabelecidos pelo Regulamento do Imposto de Renda.

Durante os últimos exercícios a Companhia acumulou créditos principalmente oriundos de operações de empréstimos em moeda estrangeira, os quais foram totalmente liquidados no exercício de 2019, na conclusão das operações os ganhos apurados foram retidos na fonte pelas instituições bancárias gerando o crédito tributário da Companhia.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber bonificação (i)	53.808	56.148	58.121	60.620
Notas de Débito (partes relacionadas) (ii)	53.559	38.744		
Notas de Débito (JV)	13.427	13.958	13.427	13.958
Outros Ativos	11.775	18.715	12.464	20.014
Total	<u>132.569</u>	<u>127.565</u>	<u>84.012</u>	<u>94.592</u>

- (i) Refere-se a operação recebíveis juntos aos fornecedores de mercadorias em formato de compras bonificadas.
- (ii) Notas de débito para cobrança de custos compartilhados entre as companhias do mesmo grupo, controladora e controladas.

11 Investimentos em subsidiárias

Investimentos em subsidiárias (Controladora)

	2019	2018
Saldo inicial em 1º de janeiro de	<u>3.004</u>	<u>48.165</u>
Participação nos prejuízos de controladas		
Mercantil Rodrigues	(35.558)	(29.917)
Perini	(10.830)	(15.418)
	<u>(46.388)</u>	<u>(45.335)</u>
Realização de ativos identificados no momento da aquisição		
Perini	(97)	174
	<u>(97)</u>	<u>174</u>
Em 31 de dezembro de	<u>(43.481)</u>	<u>3.004</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2019, os investimentos em controladas incluem ágio da controlada Perini, líquido dos efeitos de amortização e depreciação dos ativos identificados na combinação de negócios, no montante de R\$ 29.630 (2018 - R\$ 29.727).

100% - Participação	Participação direta Negócio
Mercantil Rodrigues	Varejo e atacado
Perini	Varejo

Segue a participação da Companhia nos resultados das controladas (todas de capital fechado), como também no total de seus ativos e passivos:

	31 de dezembro de 2019			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Mercantil Rodrigues (i)	250.477	283.981	(33.504)	(24.412)
Perini (i)	75.280	114.880	(39.600)	(6.829)
	<u>325.757</u>	<u>398.861</u>	<u>(73.104)</u>	<u>(31.241)</u>

	31 de dezembro de 2018			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Mercantil Rodrigues	222.785	220.736	2.049	(29.917)
Perini	49.329	78.099	(28.770)	(15.418)
	<u>272.114</u>	<u>298.835</u>	<u>(26.721)</u>	<u>(45.335)</u>

- (i) Devido a posição devedora do Patrimônio líquido das controladas Perini e Mercantil Rodrigues, foi efetuada provisão na controladora para perdas em investimentos em R\$ 73.104 de acordo com os requerimentos contábeis descritos no CPC 18 / IAS 28 (nota 2.2)

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

12 Imobilizado

409

O montante total da depreciação no exercício vigente está dividido em R\$ 203.155 (controladora R\$ 188.064) lançadas no grupo de despesas e R\$ 22.450 (controladora R\$ 22.235) registrada nas rubricas de “Custo das mercadorias vendidas”.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, que inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, a qual é revisada anualmente.

- (i) As imobilizações em andamento referem-se a obras de construção ou de melhorias ainda não concluídas, seja em lojas próprias ou de terceiros.
- (ii) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica “Projetos em andamento” para as correspondentes contas definitivas do “Imobilizado”, quando do encerramento dos projetos.

A Companhia e suas controladas arrendam imóveis de terceiros para operação de lojas nas quais são investidas em benfeitorias, segundo contratos de arrendamento operacional (aluguéis) com prazos variáveis, mas em sua maioria em 20 anos, com opção de renovação por igual período, no exercício vigente os saldos das despesas com depreciação dessa categoria no consolidado de R\$ 145.133 (R\$ 130.949 controladora).

Garantias

Em garantia das obrigações contraídas nos contratos de locação dos imóveis de propriedade do G. Barbosa & Cia. Ltda. e PROURB Empreendimentos Imobiliários e Comerciais Ltda. a Companhia celebrou instrumentos particulares pelos quais como mecanismo para assegurar os pagamentos dos alugueis, multas previstas e quaisquer outros acessórios da locação, foram empenhados em favor dos locadores todos os bens, máquinas e equipamentos necessários às atividades e que estejam fisicamente nos imóveis objeto dos mesmos contratos no valor de R\$ 39.849 (2018 - R\$ 50.389).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos, decorrente da implementação do CPCo6 (R2) / IFRS 16:

	Controladora		Consolidado	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2019	adoção inicial	2019	adoção inicial
Ativos de direito de uso	595.197	683.526	639.054	756.456
Total	<u>595.197</u>	<u>683.526</u>	<u>639.054</u>	<u>756.456</u>

	Controladora		Consolidado	
	2019	adoção inicial	2019	adoção inicial
Passivos de arrendamentos				
Circulante	190.484	198.104	203.682	205.850
Não Circulante	661.432	786.491	714.526	868.163
Total	<u>851.916</u>	<u>984.595</u>	<u>918.208</u>	<u>1.074.013</u>

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

As demonstrações do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos, decorrente da implementação do CPCo6 (R2) / IFRS 16:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2019	2019	2019
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (Nota 24)			(130.645)	(139.172)
			<u>(130.645)</u>	<u>(139.172)</u>
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota 27)			(82.659)	(90.270)
Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não incluídos em passivos de arrendamentos (incluídas em despesas administrativas - Nota 33)			(6.057)	(8.885)
			<u>(88.716)</u>	<u>(99.155)</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos de arrendamentos em 2019 totalizaram na controladora R\$ 248.607 (R\$ 265.242 no consolidado).

O Grupo possui como principal atividade de arrendamento a locação de imóveis para utilização como lojas de varejo além de imóveis para utilização como centrais de distribuição e sedes administrativas. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos médios de 15 anos e podem incluir opções de prorrogação.

O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem da apuração do faturamento, índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa nominal de empréstimo, o Grupo:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo ou sem financiamento recente com terceiros; e
- . faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- . quaisquer custos diretos iniciais; e
- . custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

(iii) Pagamentos de arrendamentos variáveis

Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

Um aumento de 10% nas vendas em todas as lojas do Grupo com esses contratos de arrendamentos variáveis levaria a um aumento total de pagamentos de arrendamentos de, aproximadamente, R\$ 800.

(iv) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

O Grupo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Formação da Taxa Nominal

	Taxa % a.a.
Custo da dívida Nominal em U\$	8,66
Inflação de Longo Prazo (Brasil)	4,06
Inflação de Longo Prazo (USA)	1,86
Custo da dívida Nominal	11,00

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	1.074.013
Pagamentos	(265.242)
Provisão de juros	87.667
Ajuste de remensuração	21.770
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019	918.208

O Grupo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações

Menos de 1 ano	255.539
Entre 1 e 2 anos	233.469
Entre 2 e 5 anos	468.042
Acima de 5 anos	389.772
 Valores não descontados	 1.346.822
Juros embutidos	 (428.614)
 Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019	 918.208

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	756.456
Ajustes por remensuração	21.770
Despesa de depreciação	<u>(139.172)</u>
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019	<u>639.054</u>

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	1.346.822	918.208
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>(124.581)</u>	<u>(84.934)</u>
	<u>1.222.241</u>	<u>833.274</u>

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	918.208	707.082	509.302	340.893	173.094
Taxa Real (efeito inflação)	958.609	738.194	531.711	355.892	180.710
Variação	40.401	31.112	22.409	14.999	7.616
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	639.054	503.446	381.146	278.279	180.017
Taxa Real (efeito inflação)	667.172	525.598	397.916	290.523	187.938
Variação	28.118	22.152	16.770	12.244	7.921
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	90.270	79.065	63.532	49.324	36.247
Taxa Real (efeito inflação)	94.242	82.544	66.327	51.494	37.842
Variação	3.972	3.479	2.795	2.170	1.595
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	139.172	130.476	122.299	102.867	98.262
Taxa Real (efeito inflação)	145.296	136.217	127.180	107.393	102.586
Variação	6.124	5.741	5.381	4.526	4.324

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14

Intangível

							Consolidado	Controladora
							Total	Total
							Intangível em andamento	
	Ágio (i)	Fundo de comércio	Software	Marcas	Carteira de Clientes	Outros		
	1.357.221	19.626	59.499	144.736			7.888	1.589.892
Em 01 de janeiro de 2018								1.535.792
Aquisições Transferências Amortização								
		1.109				174	6.071	7.354
		13.286				(13.286)		6.684
		(25.984)						(27.382)
Em 31 de dezembro de 2018								
	1.357.221	17.403	47.909	144.736			1.096	674
Custo Amortização acumulada		61.494 (44.091)	190.902 (142.993)	144.736 (41.016)		41.016 (534)	674	1.797.673 (228.634)
Valor residual						1.096	674	1.569.039
Aquisições								
		4.000						
Transferências Amortização								
		(1.981)	671 (16.867)			(97)		
Em 31 de dezembro de 2019								
	1.357.221	15.422	35.713	144.736			999	
Custo Amortização acumulada		61.494 (46.072)	195.573 (159.860)	144.736 (41.016)		41.016 (41.016)	1.630 (631)	1.801.670 (247.579)
Valor residual							999	1.554.091
								1.500.571

416

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Testes de impairment do ágio e das marcas com vida útil indefinida

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com o segmento operacional. Segue um resumo da alocação dos ativos por nível de segmento operacional:

	2019			2018		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Intangíveis	513	200.240	200.752		199.596	199.596
Ágio	23.173	1.379.399	1.402.753	23.173	1.906.000	1.929.173
Imobilizado	111.068	1.711.035	1.822.103	100.061	1.227.881	1.327.942
	<u>134.754</u>	<u>3.290.674</u>	<u>3.425.428</u>	<u>123.234</u>	<u>3.332.728</u>	<u>3.456.711</u>

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

Para as UGCs atacado e varejo, as premissas-chave utilizadas pela administração são como segue:

	2019		2018	
	Atacado	Varejo	Atacado	Varejo
Volume de vendas (% da taxa de crescimento anual)	4,5	4,5	5,5	5,5
Margem bruta média (% de receita)	14,4	23	15	22,5
Despesas sobre as vendas (% de receita)	(13)	(22)	(13,8)	(23,0)
Dispêndio aquisição de imobilizado (média anual) R\$	3.435	45.474	3.568	44.590
Taxa de crescimento perpetuidade - %	0,5	0,5	0,5	0,5
Taxa de desconto - %	7,5	7,5	7,6	7,6

Essas premissas foram usadas para a análise de cada UGC do segmento operacional.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado, a taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para o segmento, a administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado.

As despesas sobre as vendas são os custos da UGC, que variam de acordo com os volumes de vendas, a administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e também refletem reestruturações futuras ou medidas de economias de custo, os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de cinco anos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito aos desembolsos de caixa esperados no segmento de Varejo para reforma das lojas, ou eventuais aquisições, ele se baseia na experiência histórica da administração e no dispêndio planejado do negócio. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

As taxas de crescimento utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor, as taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas que refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

A metodologia utilizada considera a projeção dos fluxos efetivo a 5 anos e a sua perpetuidade, a redução no valor dos ativos não tem efeito sobre o fluxo de caixa esperado para o ano, a capacidade de pagamento e nem no cumprimento de garantias financeiras.

Para o exercício de 2019, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

A Companhia possui em seu balanço o ágio advindo das aquisições de Companhias realizadas nos últimos anos no montante de R\$ 1.357.221 composto pelos seguintes valores:

Aquisição	2019
Prezunic	678.614
Bretas	532.409
Perini	25.354
Super Família	42.326
Mercantil Rodrigues	23.173
Costa Azul	15.970
GBarbosa	39.375
	<hr/>
	1.357.221

A Companhia possui em seu balanço as marcas identificadas nas combinações de negócios das Companhias adquiridas no montante de R\$ 144.736, composto pelos seguintes valores:

	2019
Prezunic	57.143
Bretas	83.839
Perini	3.754
	<hr/>
	144.736

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15

Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores de Mercadorias Nacionais	1.265.827	1.162.311	1.389.152	1.265.699
Fornecedores de Mercadorias Estrangeiras	22.979	20.168	22.979	21.597
Fornecedores de Serviços	91.727	64.197	97.488	68.546
Acordos comerciais (i)	(29.159)	(50.652)	(33.286)	(55.601)
Ajuste a valor presente	(6.638)	(6.481)	(7.134)	(6.902)
Em 31 de dezembro	<u>1.344.736</u>	<u>1.189.543</u>	<u>1.469.199</u>	<u>1.293.339</u>

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro é composto por fornecedores de mercadorias e serviços e possuem saldos pulverizados.

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte americanos e EURO.

(i) Acordos Comerciais

Incluem acordo comercial e descontos obtidos de fornecedores, esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido

(ii) Confirming

Em 26 agosto de 2009, a Companhia estabeleceu as regras do processo de antecipação de pagamento a fornecedores (Confirming), podendo ser antecipados pelos fornecedores títulos decorrentes da venda de mercadorias e serviços que estejam devidamente cadastrados e liberados para pagamento no sistema da Cencosud.

O prazo mínimo para antecipação de um título é de 7 (sete) dias, contados a partir da data do processamento da antecipação.

Até o quinto dia útil de cada mês, o Banco deposita na conta da Cencosud o prêmio pela realização das operações de antecipação. O saldo de confirming em 31 de dezembro de 2019 na controladora é de R\$ 246.372 (R\$ 110.260 em 2018) (consolidado R\$ 263.763 (R\$ 114.474 em 2018)) e está apresentado na rubrica de fornecedores. Todo o processo de antecipação é realizado pelos fornecedores não constituindo dessa forma empréstimos ou financiamentos à Companhia, a dívida com o fornecedor fica registrada na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não tem diferença de natureza e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	Encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Capital de giro	De 1% a 2,29% + CDI		156.671		156.671
Operação de Swap	De 0,99% a 2,08% + CDI		343.749		343.749
			500.420		500.420
Não circulante					
Financiamentos para expansão	De 8,5% a TJLP+6,0%				
Operação de Swap	De 0,99% a 2,08% + CDI		643.582		643.582
			643.582		643.582
			<u>1.144.002</u>		<u>1.144.002</u>

(b) Movimentação dos empréstimos

	2018	Captações	Juros	Amortizações Principal	Consolidado	
					2019	
Capital de giro	1.144.002	747.701	49.986	(1.863.395)	(78.294)	
	<u>1.144.002</u>	<u>747.701</u>	<u>49.986</u>	<u>(1.863.394)</u>	<u>(78.295)</u>	

(c) Reconciliação da dívida

O conceito de dívida líquida considerado é o total das rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “caixa e equivalentes de caixa”

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos de curto prazo		500.420		500.420
Empréstimos de longo prazo		643.582		643.582
Total da dívida				
Caixa e equivalentes de caixa	(401.620)	1.144.002	(408.790)	1.144.002
Dívida líquida	<u>(401.620)</u>	<u>778.677</u>	<u>(408.790)</u>	<u>773.016</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	25.039	22.249	27.868	25.469
Programa de Integração Social (PIS)	83	78	88	160
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	382	359	407	739
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	36.050	17.562	36.813	18.687
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	5.401	5.253	5.756	5.602
Outros	<u>5.717</u>	<u>7.024</u>	<u>6.038</u>	<u>7.329</u>
Em 31 de dezembro	<u><u>72.671</u></u>	<u><u>52.525</u></u>	<u><u>76.969</u></u>	<u><u>57.986</u></u>

18 Provisões para contingências

	Consolidado			Controladora	
	Trabalhistas, previdenciárias e cíveis	Tributárias	Riscos contingenciais diversos	Total	Total
Em 1º de janeiro de 2018	59.479	24.287	40.366	124.132	118.232
Debitado à demonstração do resultado	32.457	822	(850)	33.279	31.563
Combinação de negócios (i)				(850)	(850)
Liquidadas durante o exercício	<u>(34.357)</u>	<u>(11.867)</u>		<u>(46.224)</u>	<u>(43.737)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u><u>57.579</u></u>	<u><u>13.242</u></u>	<u><u>39.516</u></u>	<u><u>110.337</u></u>	<u><u>105.208</u></u>
Debitado à demonstração do resultado	40.956	(6.747)	(574)	34.209	32.332
Combinação de negócios (i)				(574)	(574)
Liquidadas durante o exercício	<u>(42.394)</u>	<u>6.150</u>		<u>(36.244)</u>	<u>(35.098)</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u><u>56.142</u></u>	<u><u>12.645</u></u>	<u><u>38.942</u></u>	<u><u>107.729</u></u>	<u><u>101.868</u></u>

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos em andamento, e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, apoiadas por estimativas de seus consultores legais externos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) As baixas ocorridas são contabilizadas em contrapartida a a rubrica de “Ativo indenizável” e são decorrentes das contingências advindas de combinação de negócios que foram prescritas ou pagas durante o ano.

Os encargos das provisões para contingências, cujo risco recai sobre a Companhia e suas controladas são reconhecidos no resultado em "Despesas gerais e administrativas".

O montante de provisões constituídas contempla uma parcela substancial de contingências que estão vinculadas aos acordos de compra e venda dos negócios adquiridos. Segue abertura do saldo de contingências advindas das combinações de negócios classificadas como “Riscos contingenciais diversos”.

	Controladora e consolidado		
	Trabalhistas e cíveis	Tributárias	Total
Em 1º de janeiro de 2018	7.790	32.576	40.366
Adições		465	465
Baixas	(815)	(500)	(1.315)
Em 31 de dezembro de 2018	6.975	32.541	39.516
Adições		734	734
Baixas	(1.308)		(1.308)
Em 31 de dezembro de 2019	5.667	33.275	38.942
Não circulante	5.667	33.275	38.942

As garantias contratuais decorrentes dos referidos acordos asseguram o direito à indenização junto aos vendedores, seja por dedução de parcelas vincendas de compromissos a pagar relacionados às quotas de participação adquiridas ou pela retenção de aluguéis vincendos.

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

(i) Causas trabalhistas e previdenciárias

As principais questões tratadas nessas contingências referem-se à indenização por acidente de trabalho e doenças ocupacionais, horas extras, adicional de insalubridade, equiparação salarial e as consequentes diferenças reflexas sobre férias, 13º salário, FGTS e parcelas rescisórias. De acordo com os assessores jurídicos, as contingências e montantes classificados como de perda provável, alcançam R\$ 33.797 (2018 - R\$ 33.405).

A Companhia figura como parte em Ações Civis Públicas movidas por Sindicatos dos Empregados abordando diversos temas. Destacamos a proibição do trabalho em feriados sem prévia autorização em Convenção Coletiva de Trabalho, tema de maior relevância para a nossa atividade. A fim de acompanharmos o impacto deste tema na Operação, é desenvolvido um trabalho preventivo em conjunto dos setores Jurídico e Recursos Humanos, acompanhando todas as negociações coletivas e informando as áreas acerca de cada particularidade local.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ações cíveis

As principais ações estão relacionadas a processos movidas por clientes, relacionadas a supostos furtos de veículos e/ou acessórios nos estacionamentos das lojas, alegações de defeitos em produtos, inscrição indevida de consumidores em órgãos de proteção ao crédito e acidentes de clientes nas lojas, além de demandas relacionadas ao atendimento de clientes e cobranças indevidas de juros e encargos financeiros relacionados ao cartão Cencosud. De acordo com os assessores jurídicos, as causas classificadas como de perda provável, alcançam R\$ 22.345 (2018 - R\$ 24.176).

(iii) Tributárias

As principais questões tratadas nessas contingências referem-se às demandas em processos movidos por autoridades fiscais, com ênfase na esfera federal em discussões relativas a obrigações tributárias do imposto de renda e contribuição social, além de discussões nas esferas estaduais relativas ao ICMS.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, considerando os assuntos classificados como de perda provável, em 31 de dezembro de 2019, foi constituída provisão equivalente ao montante estimado de R\$ 12.645 (2018 - R\$ 13.242), valor equivalente a perda estimada.

As principais provisões de natureza tributária referem-se a:

- a) IRRF: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários efetivada em novembro de 2015, pelo suposto descumprimento das obrigações tributárias relativas ao recolhimento do IRPJ e a CSLL, de fato gerador de 2010, Por considerar uma parte como risco provável, a Companhia realizou provisão contábil no montante de R\$ 20.934 (2018 – R\$ 20.564)
- b) PIS Cofins: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários efetivada em maio de 2012, onde se discutia a constitucionalidade dos decretos de lei nº S 2445/88 e 2449/8, provisão contábil no valor de R\$ 6.927 (2018 – R\$ 6.745).
- c) ICMS: Exigência do imposto por diferença em base de cálculo de mercadorias sob o regime de substituição tributária, fatos geradores de 2013 a 2019, a Companhia considera algumas parcelas das autuações como devidas, motivo pelo qual realizou provisão de R\$ 1.557.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.1 Perdas Possíveis

Contingências passivas com risco de perda classificadas como possível:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Tributárias		
IRPJ / CSLL / IRRF (i)	335.032	322.093
Pis Cofins (ii)	215.055	169.432
ICMS (iii)	192.236	50.445
Demais tributos	22.776	9.570
	765.100	551.542
Cíveis (ações indenizatórias)	5.901	9.100
Trabalhistas	51.120	3.350

Causas Tributárias

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia com base na opinião de seus consultores jurídicos, mantinha procedimentos tributários classificados como "possíveis" que juntos totalizam R\$ 765.100 (2018 R\$ 551.542).

É importante ressaltar que do valor total dessas contingências classificadas como perdas possíveis, R\$ 304.744 (2018 - R\$ 296.978) são de responsabilidade dos antigos proprietários das empresas Bretas, Prezunic e Mercantil Rodrigues, portanto, a Companhia mantém uma garantia contratual sobre esses processos.

As principais causas relevantes relacionadas aos passivos contingentes estão demonstradas abaixo:

- (i) IRRF: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários, relativo a Bandeira Bretas. A Companhia recebeu autuação em dezembro de 2016 exigindo IRRF sobre pagamentos realizados a pessoas jurídicas prestadoras de serviço sem causa ou de operação não comprovada, referente ao fato gerador de 2011, o valor atualizado em 31 dezembro de 2019 alcança o montante de R\$ 196.514 (2018 - R\$ 188.415).

IRPJ/CSLL: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários, relativo a Bandeira Bretas. A Companhia recebeu autuação em novembro de 2015, pelo suposto descumprimento das obrigações tributárias relativas ao recolhimento do IRPJ e a CSLL, do fato gerador de 2010, tendo em vista a suposta constatação de que a autuada teria utilizado despesas não dedutíveis referentes (I) a pagamentos efetuados a sua controladora Ambapar – Amba Participações Ltda. (“Ambapar”) e ainda (II) na contabilização de perdas referentes a recebimentos de créditos, os valores exigidos em 31 de dezembro de 2019 são de R\$ 56.450 (2018 - R\$ 54.254).

IRPJ/CSLL sob ágio: Em junho de 2017 a Companhia recebeu autuação sob a alegação de exigência de IRPJ e CSL supostamente devidos no período de 2010 e 2011 pela empresa, em razão da glosa de despesas de amortização de ágio registrado nas aquisições das seguintes empresas: Bretas, G. Barbosa, Costa Azul e Super Família. Embora se tratem de aquisições

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

entre partes independentes em todos esses casos, o fisco glosou as despesas respectivas sob alegações de (i) uso indevido de veículos de aquisição, (ii) supostas inconsistências em laudo de avaliação que justificaria parte do ágio, e (iii) Indevida consideração de patrimônio líquido negativo no cálculo de ágio. A cobrança em 31 de dezembro de 2019 alcança o valor de R\$ 20.660 (2018 - R\$ 19.865).

- (ii) Pis Cofins – Lei do Bem: A Companhia ingressou com Mandado de Segurança em janeiro de 2016 objetivando a manutenção da isenção de PIS e COFINS relativos a venda de produtos eletrônicos destinados ao projeto de inclusão digital do Governo Federal. Lei nº 11.195/2005 (conhecido com Lei do Bem), revogada parcialmente pela Lei nº 13.241/2015. Os valores da discussão em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 91.463 (2018 - R\$ 84.633).
- Pis Cofins - Descontos Comerciais: A Companhia recebeu autuação em 2011 referente a exigência de Pis e Cofins do período de 2006 a 2010, sobre descontos comerciais, uma vez que tem acordos com seus fornecedores para descontar tais valores a título de redução de custo e reembolso de despesas. Todavia, a fiscalização entendeu que tal operação deva ser considerada como bonificação, ou seja, uma receita passível a tributação pelas mencionadas contribuições. A cobrança em 31 de dezembro de 2019 está em R\$ 76.905 (2018 - R\$ 74.549),
- (iii) ICMS: Exigência de multa por falta de obrigação acessória, autuação em Julho de 2019 por suposta falta de informação de documentos fiscais do período de 2014, 2016 e 2018, relativos às operações de circulação de mercadorias no bloco C da Escrituração Fiscal Digital - EFD, na forma e no prazo estabelecidos na Lei Estadual nº 7.651/2013. Os valores da discussão em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 85.127.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	Diferenças temporária	Prejuízos fiscais	Diferenças Lei 11.638	Total	Diferenças temporária	Prejuízos fiscais	Diferenças Lei 11.638	Total
Imposto Diferido								
Em 01 de janeiro de 2018	(305.191)	989.305	(79.268)	604.846	(307.256)	1.003.254	(79.916)	616.082
Créditos de IR/CS utilizados para amortização de PERT Debitado (Creditoado) à demonstração do resultado	1.538	(413)	1.114	2.239	290	(412)	1.105	983
Em 31 de dezembro de 2018	(303.653)	988.892	(78.154)	607.085	(306.965)	1.002.842	(78.811)	617.066
IR/CS Diferidos Ativo	60.590	988.892	(2.827)	1.046.655	65.069	1.002.842	(3.483)	1.064.428
IR/CS Diferidos Passivo	(364.243)		(75.327)	(439.570)	(372.034)		(75.328)	(447.362)
Líquido	(303.653)	988.892	(78.154)	607.085	(306.965)	1.002.842	(78.811)	617.066
Ajuste de adoção inicial do CPC 6 (R2) Debitado (Creditoado) à demonstração do resultado			99.353	99.353			107.150	107.150
(10.974)			(11.264)	(22.238)	(10.841)		(11.465)	(22.306)
Em 31 de dezembro de 2019	(314.627)	988.892	9.935	684.200	(317.806)	1.002.842	16.874	701.910
IR/CS Diferidos Ativo	49.615	988.892	274.395	1.312.902	54.227	1.002.842	295.611	1.352.680
IR/CS Diferidos Passivo	(364.242)		(264.460)	(628.702)	(372.033)		(278.737)	(650.770)
Líquido	(314.627)	988.892	9.935	684.200	(317.806)	1.002.842	16.874	701.910

Segue abaixo composição das principais diferenças temporárias na apuração fiscal:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisões Estoques (Quebras, bonificações, slow moving, outros)	12.297	15.163	13.835	16.951
Participação dos Lucros	15.500	15.016	16.568	15.939
Contingênicas (Cíveis, Fiscais, Trabalhistas)	21.395	22.335	23.388	24.079
Provisões temporárias diversas	423	8.075	437	8.098
IR/CS Diferidos Ativo	49.615	60.590	54.227	65.069

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Amortização ágio fiscal de Companhias adquiridas	(364.243)	(364.243)	(372.034)	(372.034)
IR/CS Diferidos Passivo	(364.243)	(364.243)	(372.034)	(372.034)

Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais quando a realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro é considerada provável.

De acordo com as projeções elaboradas pela administração da Companhia e suas controladas, o imposto de renda e a contribuição social diferidos consolidados serão realizados a partir de 2023, os saldos serão realizados conforme os seguintes prazos:

	Consolidado	
	2019	2018
2023	10.012	
2024	31.420	10.920
2025	33.224	12.403
2026	34.961	13.929
2027	36.640	15.500
Em diante	856.585	950.090
IR/CS Diferidos Ativo	1.002.842	1.002.842

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. O Grupo não reconheceu ativos de impostos de R\$ 563.795 (2018 R\$ 489.421) com relação a prejuízos no montante de R\$ 1.658.219 (2018 - R\$ 1.439.474), que podem ser compensados com lucro tributável futuro."

20 Receitas diferidas

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Acordo operacional - Banco Bradesco S.A. (a)	200.000	200.000
Amortização acumulada		
Amortização acumulada (Performance)	(3.147)	(2.154)
Amortização acumulada (Fixa)	(52.764)	(46.514)
	144.089	151.332
Circulante	6.704	7.104
Não circulante	137.385	144.228

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Acordo operacional com Banco Bradesco S.A.

A Companhia operava um cartão de crédito privado, denominado Credi-Hiper, aceito somente em suas lojas. Em 6 de novembro de 2006, a operação do cartão Credi-Hiper foi transferida para o Banco Bradesco S.A., com base no Acordo Operacional assinado no dia 24 de maio de 2006. O Acordo, que foi efetivado com o prazo de cinco anos, renovável por mais cinco anos, estabelece que o Banco Bradesco S.A. é responsável pela operação do cartão de crédito privado e que o mesmo transferirá 50% dos resultados desta operação para a Companhia, incluindo o risco de crédito para contas duvidosas.

Em 8 de agosto de 2011, a Companhia e suas controladas celebraram novo Acordo Operacional com o Bradesco S.A., que alterou, consolidou e substituiu o acordo original. Em resumo, o novo acordo estendeu a operação do empreendimento em conjunto para outras bandeiras de atuação do Grupo Cencosud (Bretas, Perini e Mercantil Rodrigues), fixou premissas básicas para oferta de serviços financeiros em relação as futuras operações do Grupo (crescimento não orgânico) e ampliou o portfólio de produtos financeiros abarcados pelo empreendimento em conjunto, além de retificar ou ratificar aspectos operacionais da relação entre as partes. Em decorrência do novo acordo, o saldo anteriormente recebido e classificado como "Receitas diferidas", foi integralmente apropriado ao resultado.

Em consequência da celebração do novo acordo foram fixados os seguintes valores a serem desembolsados pelo Bradesco: (i) R\$ 100.000 pagos em 16 de agosto de 2011, correspondentes à remuneração pela cessão de direito de participação de 50% no empreendimento em conjunto pelo prazo determinado de 16 anos; (ii) R\$ 100.000 a título de antecipação de desempenho ("Primeiro Prêmio") pagos em 16 de agosto de 2011; e (iii) R\$ 100.000 a serem pagos imediatamente ao cumprimento das metas relacionados ao "Primeiro Prêmio", vinculados ao compromisso de atingimento de novas metas em bases já pre-estabelecidas no contrato.

O reconhecimento contábil da receita referente aos recursos relacionados a remuneração pela cessão de direito de participação no empreendimento (R\$ 100.000) está sendo efetuado de maneira proporcional ao período de 16 anos de contrato. O valor recebido a título de antecipação de desempenho (R\$ 100.000) está sendo registrado no resultado do exercício de forma proporcional ao cumprimento das metas de contrato, considerando que é provável que a meta integral será atingida, conforme mencionado na Nota 3 (d).

21 Participação dos empregados nos resultados - Consolidado

O plano de participação dos empregados nos resultados mantido pela Companhia foi formalizado em 2006 objetivando incentivar os empregados a alcançar as metas estabelecidas pela administração e, desde então, tem sido atualizado anualmente. Os objetivos estabelecidos estão relacionados principalmente ao atendimento das metas de vendas líquidas e resultado operacional proposto. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém provisionados R\$ 45.589 (2018 -R\$ 44.165) e no consolidado R\$ 48.730 (2018 -R\$ 46.881), tendo em vista a proporção das metas estabelecidas pela sua direção.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a despesa com a participação dos empregados nos lucros foi de R\$ 45.084 (2018 - R\$ 42.127), no consolidado de R\$ 48.232 (2018 - R\$ 44.854), registrado na rubrica "Participação dos empregados nos lucros" conforme demonstrado na Nota 25.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Credores pela aquisição de controladas e ativos

O modelo de aquisição de novos negócios considera o desembolso parcelado dos valores definidos como preço dos negócios adquiridos. Os saldos em aberto destes compromissos estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Credores pela aquisição de:		
Mercantil Rodrigues	14.011	13.164
FAG/Bretas	48.286	36.912
Saldo em 31 de dezembro	62.297	50.076
Circulante		36.912
Não Circulante	62.297	13.165

O saldo a pagar aos vendedores de Mercantil Rodrigues corresponde a retenção de preço efetuada como caução para assegurar o valor equivalente a contingência potencial até o momento não materializada.

O saldo a pagar aos vendedores de FAG/Bretas em 31 de dezembro de 2019 refere-se à correção monetária e juros incidentes sobre a última parcela a pagar aos ex-acionistas, conforme disposto no aditivo contratual celebrado entre as partes em 17 de julho de 2018.

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de 7.068.634 em lote de mil quotas (2018 - 5.944.229 em lote de mil quotas), com valor nominal de R\$ 1 por quota (2018 - R\$ 1 por quota).

As integralizações de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 1.124.405 foram realizadas pelas seguintes investidoras:

- R\$ 1.124.405 pela investidora Cencosud Internacional Ltda., mediante a emissão de novas quotas, registrado na 77º alteração do contrato social de setembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 a composição dos quotistas da Companhia é a seguinte:

Quotistas / Acionistas	Quantidade de quotas / ações	Valor	%
Cencosud Internacional Ltda.	7.039.649	7.039.649	99,6
Cencosud S.A.	28.985	28.985	0,4
	7.068.634	7.068.634	100

Companhia conforme indicado na Nota 1, mudou de Companhia Ltda para S/A e as cotas foram convertidas para ações na razão de 1 para 1.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Receitas líquida de vendas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vendas brutas de produtos e serviços	7.776.037	7.692.130	8.595.612	8.512.819
ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS (i)	115.000		115.000	
Impostos sobre vendas e cancelamentos	(799.035)	(709.383)	(906.223)	(817.931)
Receita líquida	<u>7.092.002</u>	<u>6.982.747</u>	<u>7.804.389</u>	<u>7.694.888</u>

(i) A Companhia reconheceu, créditos de PIS e COFINS decorrentes do trânsito em julgado referentes ações judiciais para pleitear a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, detalhes da operação descritos (Nota 9).

25 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(5.438.262)	(5.320.790)	(6.017.278)	(5.897.091)
Outros Custos (consumo, embalagens, etc.)	(80.856)	(123.998)	(81.655)	(127.529)
Salários e benefícios (Nota 25)	(688.323)	(736.173)	(741.174)	(793.105)
Tarifas públicas	(158.106)	(155.713)	(172.299)	(169.441)
Aluguel de imóveis	13.247	(202.433)	10.023	(221.247)
Comissão com operações de cartões de crédito	(45.644)	(62.437)	(51.110)	(70.346)
Honorários da administração (Nota 25)	(12.173)	(12.503)	(12.588)	(12.922)
Participação dos empregados nos lucros (Nota 20)	(45.084)	(42.127)	(48.232)	(44.854)
Depreciação/amortização	(377.532)	(202.232)	(410.848)	(228.399)
Outras despesas	(395.357)	(432.156)	(430.998)	(467.867)
Total do custo das vendas e despesas com vendas e administrativas	<u>(7.228.090)</u>	<u>(7.290.562)</u>	<u>(7.956.159)</u>	<u>(8.032.801)</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(5.574.801)	(5.501.216)	(6.159.796)	(6.086.970)
Despesas com vendas	(1.001.707)	(1.220.094)	(1.095.553)	(1.329.999)
Despesas Gerais e administrativas	(651.582)	(569.252)	(700.810)	(615.832)
Total do custo das vendas e despesas com vendas e administrativas	<u>(7.228.090)</u>	<u>(7.290.562)</u>	<u>(7.956.159)</u>	<u>(8.032.801)</u>

26 Salários e benefícios

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários	(506.922)	(514.333)	(550.176)	(558.511)
Encargos trabalhistas	(152.551)	(196.457)	(162.248)	(209.678)
Participação dos empregados nos resultados (Nota 20)	(45.084)	(42.127)	(48.233)	(44.854)
Transporte de funcionários	(33.796)	(34.732)	(36.459)	(37.276)
Previdência privada	(316)	(229)	(343)	(248)
Assistência médica	<u>(60.060)</u>	<u>(59.534)</u>	<u>(62.864)</u>	<u>(62.664)</u>
	<u>(798.729)</u>	<u>(847.232)</u>	<u>(860.323)</u>	<u>(913.231)</u>
Despesa de benefícios a empregados alocados a despesa com logística	53.149	56.429	58.329	62.350
Honorários da administração	12.173	12.503	12.588	12.922
Participação dos empregados nos resultados (Nota 20)	<u>45.084</u>	<u>42.127</u>	<u>48.232</u>	<u>44.854</u>
Total das despesas de benefícios a empregados	<u>(688.323)</u>	<u>(736.173)</u>	<u>(741.174)</u>	<u>(793.105)</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Outras receitas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Apropriação de receita diferida	5.672	5.672	5.672	5.672
Resultado de acordo operacional (Nota 7)	14.703	12.781	14.703	12.781
Variação cambial	(2.992)	(1.457)	(2.896)	(1.463)
Outras receitas	5.215	3.189	5.688	3.474
Outras despesas	2.576	(2.212)	2.549	(3.144)
Outras receitas, líquidas	<u>25.173</u>	<u>17.973</u>	<u>25.716</u>	<u>17.320</u>

28 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros de Mora				
Receitas financeiras de depósitos bancários de curto prazo	6.059	3.783	6.080	3.881
Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas		5.121		
Instrumentos financeiros derivativos (i)	9.418		9.418	
Outras receitas financeiras	<u>736</u>	<u>17.603</u>	<u>749</u>	<u>18.533</u>
Receitas financeiras	<u>16.213</u>	<u>26.507</u>	<u>16.247</u>	<u>22.414</u>
Despesas financeiras				
Despesas com juros de financiamentos	(32.959)	(30.124)	(34.536)	(31.889)
Despesas com atualização monetária	(64.750)	(82.788)	(63.923)	(82.825)
Ajuste a valor presente	(78.025)	(81.307)	(85.341)	(88.631)
Passivos de arrendamento	(82.659)		(90.270)	
Instrumentos financeiros derivativos		(8.191)		(8.191)
Outras despesas financeiras	<u>(24.340)</u>	<u>(10.006)</u>	<u>(24.731)</u>	<u>(10.116)</u>
Despesas financeiras	<u>(282.733)</u>	<u>(212.416)</u>	<u>(298.801)</u>	<u>(221.651)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(266.520)</u>	<u>(185.909)</u>	<u>(282.554)</u>	<u>(199.237)</u>

(i) Resultado de juros, derivativos e despesas gerais de empréstimos apurados durante o exercício vigente até a quitação geral dos empréstimos concluída no o 4º trimestre de 2020.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Despesa de imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(408.676)	(521.086)	(408.608)	(519.830)
Tributos à alíquota nominal (34%)	138.950	177.169	138.927	176.742
Equivalência patrimonial	(10.622)	(15.414)		
Outras diferenças permanentes	(84.338)	(10.932)	(86.860)	(11.448)
IR/CS não constituído	(66.228)	(148.584)	(74.373)	(164.311)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(22.238)	2.239	(22.306)	983
Aliquota efetiva dos tributos	(5,4%)	0,4%	(5,5%)	0,4%

30 Informação por segmento

A Companhia reporta a informação por segmento de acordo com as disposições do CPC 22 / IFRS 8 “Segmentos operacionais”. Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade sobre a qual possui informações financeiras separadas que são avaliadas regularmente.

Nas informações do segmento, todas as transações relacionadas entre os diferentes segmentos operacionais foram eliminadas.

(a) Critérios de segmentação.

Para efeitos de gestão, a Companhia é centralizada na divisão operacional Supermercados, que é a base sobre a qual a Companhia toma decisões sobre suas operações e alocação de recursos, essa divisão pode ser dividida por tipo de operação conforme abaixo:

- Varejo – Inclui as bandeiras “G Barbosa”, “Bretas”, “Prezunic” e Perini, com o varejo de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos que completam o portfólio por meio de sua cadeia de lojas de hipermercados, supermercados, lojas de eletro “eletroshow”, farmácias, postos de gasolina, delicatéssen, cafés e plataformas de comércio eletrônico.
- Atacado de Autoserviços (Atacarejo) – Inclui a bandeira “Mercantil Rodrigues”
- Serviços Financeiros – Operação Joint Venture em parceria com a instituição bancária Bradesco responsável pela operação do cartão de crédito privado da Companhia. Segmento não relevante para divulgação.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações citadas são reportadas de forma consistente com a apresentação de relatórios internos utilizados pela gestão no processo de tomada de decisão e controle de gestão, considerando-os numa perspectiva associada ao tipo de negócio e área geográfica.

Os segmentos operacionais reportáveis derivam suas receitas principalmente da venda de produtos e da prestação de serviços ao consumidor final no varejo. Não há cliente que represente mais de 5% da receita consolidada, ou de um segmento específico.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

- | | |
|---------------------------|-----|
| • Varejo | 93% |
| • Atacado de Autoserviços | 7% |

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Varejo		Atacado		Eliminações		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita Líquida de Vendas	7.222.961	7.122.009	581.487	572.883	(59)	(4)	7.804.389	7.694.888
Lucro Bruto	1.564.534	1.533.154	79.038	74.764	(15.912)	(410.847)	1.643.572	1.607.918
Depreciação e Amortização	(385.345)	(212.488)	(25.502)	(25.502)	(18.488)	(126.054)	(228.400)	(320.593)
Lucro Operacional	(114.009)	(302.105)	(12.045)	(18.018)	(10.219)	(24.081)	(28.707)	(282.554)
Resultado Financeiro líquido	(270.519)	(189.018)	(12.035)	(49.123)	(1.211)	(338)	(1.211)	(199.237)
Lucro (prejuízo) antes do IR CSLL	(384.527)	(49.123)	(24.081)	(21.968)	(2.194)	(338)	(2.194)	(408.608)
IR e CSLL	(21.968)	(406.496)	(488.930)	(406.496)	(24.418)	(29.917)	(24.418)	(518.847)
Lucro (prejuízo) líquido do período								
Ativo Circulante	1.673.433	1.613.581	82.067	74.398	(44.469)	(32.133)	1.711.031	1.655.846
Ativo Não Circulante	4.533.401	4.141.515	151.891	140.596	(67.945)	(84.100)	4.617.347	4.198.011
Passivo Circulante	1.855.449	2.020.823	159.046	125.422	(44.469)	(32.133)	1.970.027	2.114.112
Passivo Não Circulante	1.006.665	908.190	108.416	87.523	(67.945)	(84.100)	1.047.136	911.613
Patriônio Líquido	3.344.720		2.826.083	(33.504)	2.049		3.311.216	2.828.132

- (i) Eliminações no resultado referem-se a vendas entre os segmentos, eliminações entre saldos de ativos e passivos referem-se a transações de conta corrente e Notas de débito entre as partes, para maiores detalhes (Nota 31)

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, eletrodomésticos, postos de combustíveis e farmácia, a receita líquida total é composta pelas seguintes bandeiras:

	2019	2018
G Barbosa	2.431.754	2.403.890
Bretas	1.991.407	1.907.451
Prezunic	2.231.461	2.218.262
Mercantil (Atacado) (i)	581.429	572.878
Perini	141.786	150.457
Eletro	215.551	242.710
Postos, Drogarias e outros	<u>211.002</u>	<u>199.239</u>
Total receitas, líquidas	<u>7.804.389</u>	<u>7.694.888</u>

(i) Eliminação da receita entre os seguimentos em R\$ 59 (2018 - R\$ 4) conforme abertura do quadro Nota 30 (a)

31 Saldos e transações com partes relacionadas

31.1 Consolidado

O grupo é controlado pela Cencosud S.A (constituída no Chile) que detém 99,5% das ações da Companhia.

Transações com Companhias estrangerias do grupo, não controladores:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Passivo		
Cencosud Chile	2.309	1.380
Cencosud Argentina	<u>2.309</u>	<u>11.096</u>
	<u>2.309</u>	<u>12.476</u>
	Controladora e Consolidado	
	2018	2018
Resultado (Despesa)		
Cencosud Chile	527	552
Cencosud Argentina	<u>527</u>	<u>1.718</u>
	<u>527</u>	<u>2.270</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31.2 Controladora

Companhia é controladora das Companhias Mercantil Rodrigues e Perini Comercial, com as quais ocorreram as transações demonstradas abaixo:

(a) Vendas de produtos e serviços

	2019	2018
Vendas de produtos a:		
Cencosud Comercial	10.700	11.166
Mercantil Rodrigues	59	4
Perini Comercial	<u>128</u>	<u>29</u>
	<u><u>10.887</u></u>	<u><u>11.200</u></u>

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração são os membros da Diretoria. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por vinculação empregatícia, está apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado	2019	2018
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	12.588	12.922
Participação no resultado	<u>4.922</u>	<u>2.984</u>
	<u><u>17.510</u></u>	<u><u>15.906</u></u>

(c) Conta corrente com partes relacionadas

	Controladora	
	2019	2018
Ativo		
Mercantil Rodrigues	67.945	84.100
Perini	<u>41.944</u>	<u>41.507</u>
Em 31 de dezembro	<u><u>109.889</u></u>	<u><u>125.607</u></u>

O saldo é representado por conta corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram concedidos pela Companhia às Empresas controladas Mercantil Rodrigues e Perini o montante de R\$ 456.820 (2018 - R\$378.584) em contra partida as companhias controladas efetuaram pagamentos no montante de R\$ 472.538 (2018 - R\$364.490).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Contas a pagar com partes relacionadas

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Passivo		
Cencosud Chile	1.380	
Cencosud Argentina	2.309	11.096
	<hr/> 2.309	<hr/> 12.476

(e) Prestação Serviços Centralizada

A Companhia possui transações com suas controladas relativas a sua prestação de serviço (compartilhamento e rateio de custos e despesas) que são cobradas via emissão de Notas de Débitos, no exercício findo em 2018 os saldos em aberto são R\$ 44.469 junto a controlada Mercantil Rodrigues e R\$ 9.090 junto a controlada Perini, abertura na Nota 10.

32 Resultado por quota

A Companhia calcula o lucro por quotas por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de quotas, pela média ponderada de quotas ordinárias durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta o cálculo do lucro básico e diluído por quota no exercício:

	2019	2018
Prejuízo atribuível aos quotistas da Companhia	(430.914)	(518.847)
Quantidade média ponderada de quotas em circulação	7.068.634	5.944.229
Prejuízo básico por quota - R\$	<hr/> (0,06)	<hr/> (0,09)

33 Cobertura de seguros (Não Auditado)

O Grupo tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Propriedades e Lucros		
Cessantes	Incêndio e riscos diversos	509.636
		<hr/> 509.636

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34 Ativos dados em garantia

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Não circulante				
Máquinas e equipamentos (Nota 12)	39.849	50.389	39.849	50.389
Total de ativos dados como garantia	<u>39.849</u>	<u>50.389</u>	<u>39.849</u>	<u>50.389</u>

35 Compromissos

(a) Contrato de serviço de construção de lojas Bretas

Em conexão com a assinatura do contrato de compra e venda das quotas de FAG/Bretas, foi também celebrado um contrato de prestação de serviços cujo objeto é a execução de investimentos para construção de 35 novas lojas em propriedade de terceiros a serem alugadas à rede Bretas em condições semelhantes às condições contratuais vigentes para outras lojas também de propriedade do mesmo grupo econômico contratado.

O montante contratado totaliza R\$ 300.000 e será desembolsado à medida da execução das obras. O contrato prevê a atualização dos valores pela variação do IPCA/IBGE, acrescido de juros de 2% ao ano. Do total do contrato, já foram pagos R\$ 251.677 contabilizados na rubrica de “Benefícios”.

36 Eventos Subsequentes

(a) Impactos Covid-19

COVID 19 - Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos

A Pandemia do Covid-19 avançou rapidamente com um número significativo de pessoas infectadas ao mesmo tempo, causando impacto grandioso no sistema de saúde mundial. Para controle da proliferação do vírus, foram tomadas medidas que impactaram a rotina de toda sociedade, dentre elas a restrição da livre circulação de pessoas em locais públicos, fechamento temporário de comércio, serviços, escolas, restrição de voos, cancelamento de eventos, entre outros, que por sua vez impactam diretamente negócios vários setores da economia, com a redução da demanda para muitos bens e serviços.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Redução das ações promocionais / campanhas de marketing;

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Revisão dos contratos de serviços / Implantação do Comitê de Gastos;
- Adoção de medidas de flexibilização da relação de trabalho, baseado nas Medidas Provisórias (MPs) editadas pelo Governo Federal;
- Pagamentos de aluguéis proporcional aos dias de funcionamento de lojas, para os casos que ocorreram fechamentos de lojas

Embora algumas lojas do grupo tenham sido impactadas com o fechamento durante alguns dias devido a decretos emitidos em cada localidade regulamentando o funcionamento do comércio, percebemos o crescimento de vendas em 4% no primeiro trimestre quando comparados com o mesmo período do ano passado, além da melhora na margem comercial e redução das despesas operacionais, as vendas de supermercados foram bem maiores que o normal, em decorrência da essencialidade da atividade e do aumento da procura por alimentos e produtos de higiene nesse período de isolamento social.

Nas despesas operacionais apresentaram redução devido a iniciativas de diminuição das manutenções e serviços não essenciais e a necessidade de aprovação pelo comitê de gastos de despesas acima de R\$ 5 mil, resultando em redução nas linhas de marketing, Manutenção, TI, e serviços de terceiros em geral etc.

Riscos de Liquidez/Geração de Caixa

Inicialmente é importante ressaltar que em 2019, pós IPO no Chile, o Grupo Cencosud, decidiu liquidar 100% dos empréstimos e financiamentos que tínhamos no Brasil, dessa forma, iniciamos e continuaremos sem empréstimos e financiamentos no Brasil durante 2020.

Como não temos empréstimos e financiamentos no Brasil, não houve impactos significativos em caixa nos meses da pandemia, tendo em vista o volume de vendas e EBITDA superior ao orçamento, além das medidas preventivas adotadas como precaução para preservar a liquidez/geração de caixa, adicionalmente, todos os limites de crédito “pré covid-19” da Cencosud Brasil, junto as instituições financeiras, se encontram disponíveis e ativos para utilização.

Continuidade Operacional

A Administração tem avaliado as implicações do Covid-19 no cenário mundial e as medidas até o presente momento adotadas no intuito de controlá-lo e não visualiza no contexto atual qualquer risco de prejuízos a continuidade operacional da entidade, uma vez que a Cencosud fornece produtos essenciais à população, mantém a maioria das suas lojas em funcionamento durante o período da pandemia, garantindo aos clientes a qualidade e variedade de produtos, e demonstra em seus resultados de 2020 que vem conseguindo manter o crescimento apesar de todo contexto socioeconômico.

Impairment de ativos

A Administração não visualiza, até a presente data, impacto significativo na atividade econômica da Companhia, que resulte em redução relevante de receitas ou aumento de custos operacionais, muito pelo contrário, identificamos aumento de receita mesmo com algumas lojas fechadas e aumento do EBITDA e melhora na geração de caixa, razão pela qual entende não haver necessidade de realizar um novo teste para identificação de eventuais perdas no valor recuperável dos seus ativos antes da data normal regular e anual, a ser realizada ao final do ano.

(b)

Mudança política de slow-moving

Para fins de aprimoramento da gestão de estoques da Cencosud Brasil, a administração da Cencosud Brasil decidiu, em linha com as ações para redução de quebras e de estoques, implementar política mais

84 de 86

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

rígida de penalização % de estoque lento (slow-moving), penalidade aplicada à base de estoques, conforme as faixas de antiguidade dos estoques alterando dessa forma essa estimativa contábil a partir do 1º trimestre de 2020.

(c) **Redução de capital:**

Foi realizado o envio de recursos financeiros a matriz no Chile via redução de capital no montante de R\$ 267.170 mediante a redução proporcional do capital social da Companhia, registrado na 79º alteração do contrato social, efetivada em novembro de 2020.

(d) **Divulgação de Fato Relevante na Matriz Chile - Abertura de capital (IPO):**

Foi divulgado em 27 de novembro de 2020 em fato relevante pela matriz controladora do Chile sobre a intenção de abertura de capital (IPO) da operação no Brasil a ser negociado em bolsa de valores (B3) de percentual minoritário da Companhia, ainda a ser definido. O total dos fundos arrecadados serão utilizados para fortalecer o crescimento orgânico e expansão da operação de supermercados no Brasil. Foi definido o Banco Itaú BBA como líder global da operação que será acompanhado pelo Bank of America e JP Morgan como acessoria e coordenação do processo, o banco Bradesco BBI será parte integrante do sindicado de Bancos.

(e) **Divulgação de Fato Relevante na Matriz Chile - Abertura de capital (IPO):**

Foi divulgado em 01 de dezembro de 2020 em fato relevante pela matriz controladora do Chile sobre complemento de informação publicada no fato relevante de 27 de Novembro de 2020. A companhia espera arrecadar no processo de abertura de capital para fortalecer o crescimento orgânico e expansão da operação o montante aproximado de U\$ 300.000 (trezentos milhões de dólares). Por outro lado, a companhia pretende disponibilizar para oferta o percentual minoritário que oscila entre 10% e 35%, essa informação pode variar de acordo com o avanço do processo.

(f) **Conversão da Companhia de Sociedade Ltda para sociedade anônima:**

Os sócios decidem por unanimidade e sem ressalvas, transformar o tipo societário da Companhia, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, conforme divulgado na (nota 1) de contexto operacional, a companhia fez a conversão de uma sociedade limitada para uma sociedade anônima, conforme ato societários de 27 de janeiro de 2021, mediante registrado na 80º alteração do contrato social e transformação de Sociedade empresária limitada em Sociedade por Ações.

(g) **Autuação PIS Cofins**

Em janeiro de 2021 a Companhia recebeu autos de infração lavrados para cobrar supostos débitos de PIS e COFINS relativos aos meses de janeiro a junho de 2016, em decorrência da:

- Glosa de créditos apurados pela Cencosud em relação à amortização e depreciação de edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros;
- Não tributação de receitas relativas ao comércio no mercado interno, de determinados produtos e ao recebimento de bonificações, doações e descontos de fornecedores.

Os valores principais foram acrescidos de juros e multa de ofício perfazendo o montante histórico de aproximadamente R\$ 87.250, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia autuações possuem avaliação de probabilidade de perda possível.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Reorganização Societária

Para fins de reorganização societária a Companhia, efetuou Cisão de ativos no montante de R\$ 370.000, referente a seus imóveis próprios, a mesma foi efetuada mediante o ato societário abaixo descrito:

- De acordo com AGE de 28 de janeiro de 2021, foi efetivada redução de capital no montante de R\$ 370.000, mediante a restituição de capital aos acionistas, em bens e moedas corrente nacional.

(i) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no dia 13 de maio de 2021, nos Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional e decorrentes do Recurso Extraordinário (RE) 574.706, julgado em sede de repercussão geral, pela modulação dos efeitos do acórdão proferido a partir de 15 de março de 2017 (data do julgamento da tese na suprema corte), bem como esclareceu que a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo das contribuições PIS/Cofins deve ocorrer pelo valor do imposto estadual destacado em nota fiscal, e não pelo valor do imposto efetivamente recolhido/apurado.

Decisão que não afeta as demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista que a apuração dos créditos foi efetuada pelo destacado em nota fiscal conforme decisão do STF.

***Cencosud Brasil
Comercial S.A.
(anteriormente
denominada Cencosud
Brasil Comercial Ltda.)***

*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente*





Relatório da Administração / Comentário do Desempenho - 2018

São Paulo, 18 de Maio de 2021. A Cencosud Brasil Comercial S.A. anuncia seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2018 (4T18) e ao ano de 2018. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – Geral (NBC TG) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estes demonstrativos são apresentados em Reais, e todas as taxas de crescimento, a menos que seja afirmado o contrário, referem-se ao mesmo período de 2018.

Cencosud Brasil Comercial S.A.

Apresentação

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Cencosud Brasil Comercial S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Este relatório é parte integrante das Demonstrações Financeiras da Companhia, que seguem as normas contábeis internacionais (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

Cencosud Brasil Comercial S.A. – Resultado 4T18 e 2018

Destaques 4º. Trimestre 2018

(R\$ milhões)	Consolidado (1)			Varejo (2)			Atacado (3)		
	4T18	4T17	Δ %	4T18	4T17	Δ %	4T18	4T17	Δ %
Receita Bruta	2.296	2.253	1,9%	2.123	2.080	2,1%	173	173	-0,1%
Receita Líquida	2.064	1.987	3,8%	1.911	1.834	4,2%	153	153	-0,2%
Lucro Bruto	450	443	1,5%	428	426	0,4%	22	17	28,4%
% Margem Bruta	21,8%	22,3%	-0,5 p.p.	22,4%	23,2%	-0,8 p.p.	14,4%	11,2%	3,2 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(508)	(513)	-0,9%	(484)	(484)	0,1%	(23)	(29)	-17,9%
% da Receita Líquida	-24,6%	-25,8%	1,2 p.p.	-25,4%	-26,4%	1,0 p.p.	-15,3%	-18,6%	3,3 p.p.
EBITDA (4)	11	(9)	-215,1%	8	(3)	-393,0%	2	(6)	-138,8%
% Margem EBITDA	0,5%	-0,5%	1,0 p.p.	0,4%	-0,2%	0,6 p.p.	1,6%	-4,2%	5,8 p.p.
Lucro Líquido - Controlador	(100)	(126)	-20,1%						
% Margem Líquida	-4,9%	-6,3%	1,5 p.p.						

(1) Consolidado considera os resultados das operações da Cencosud Brasil Comercial S.A., Mercantil Rodrigues e Perini; (2) Considera os resultados das operações das Bandeiras GBarbosa, Bretas, Prezunic e Perini; (3) Considera os resultados da Bandeira Mercantil Rodrigues (4) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Consolidado

- Crescimento da receita bruta em 1,9% totalizando R\$ 2,3 bilhões;
- Crescimento da receita líquida em 3,8% totalizando R\$ 2,1 bilhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 1,9%;
- Redução da margem bruta em 0,5 p.p.;
- EBITDA alcançou R\$ 11 milhões com crescimento de R\$ 20 milhões, saindo de -0,5% para + 0,5%, crescimento de 1,0 p.p.;
- Lucro líquido melhor em 20,1 p.p., perfazendo R\$ 101 milhões negativos, R\$ 25 milhões melhor.

Varejo

- Crescimento da receita bruta em 2,1% totalizando R\$ 2,1 bilhões;
- Crescimento da receita líquida em 4,2% totalizando R\$ 1,9 bilhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 2,1%;
- Redução da margem bruta em 0,9 p.p.;
- EBITDA alcançou R\$ 8 milhões com crescimento de R\$ 11 milhões, saindo de -0,2% para 0,4%, crescimento de 0,6 p.p.;

Atacado

- Receita bruta e líquida no mesmo patamar do ano anterior perfazendo respectivamente R\$ 173 e R\$ 153 milhões;
- As vendas mesmas lojas foram similares ao ano anterior;
- Aumento da margem bruta em 3,2 p.p.
- EBITDA alcançou R\$ 2 milhões com crescimento de R\$ 8 milhões, saindo de -4,2% para 1,6%, crescimento de 5,8 p.p.;

Destaques 2018

(R\$ milhões)	Consolidado (1)			Varejo (2)			Atacado (3)		
	2018	2017	Δ %	2018	2017	Δ %	2018	2017	Δ %
Receita Bruta	8.513	8.536	-0,3%	7.860	7.909	-0,6%	653	627	4,2%
Receita Líquida	7.695	7.690	0,1%	7.122	7.142	-0,3%	573	548	4,6%
Lucro Bruto	1.608	1.591	1,1%	1.533	1.528	0,4%	75	63	19,0%
% Margem Bruta	20,9%	20,7%	0,2 p.p.	21,5%	21,4%	0,1 p.p.	13,1%	11,5%	1,6 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.942)	(2.005)	-3,2%	(1.849)	(1.908)	-3,1%	(93)	(97)	-3,9%
% da Receita Líquida	-25,2%	-26,1%	0,8 p.p.	-26,0%	-26,7%	0,8 p.p.	-16,2%	-17,7%	1,4 p.p.
EBITDA (4)	(92)	(132)	-30,1%	(90)	(117)	-23,3%	(3)	(15)	-82,9%
% Margem EBITDA	-1,2%	-1,7%	0,5 p.p.	-1,3%	-1,6%	0,4 p.p.	-0,4%	-2,7%	2,3 p.p.
Lucro Líquido - Controlador	(519)	(645)	-19,5%						
% Margem Líquida	-6,7%	-8,4%	1,6 p.p.						

(1) Consolidado considera os resultados das operações da Cencosud Brasil Comercial S.A., Mercantil Rodrigues e Perini; (2) Considera os resultados das operações das Bandeiras GBarbosa, Bretas, Prezunic e Perini; (3) Considera os resultados da Bandeira Mercantil Rodrigues (4) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Consolidado

- Receita bruta e líquida se mantiveram semelhantes ao ano anterior perfazendo respectivamente R\$ 8,5 e R\$ 7,7 bilhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 1,1%;
- Aumento da margem bruta em 0,2 p.p.;
- EBITDA embora negativo R\$ 92 milhões, melhor em R\$ 40 milhões que o ano anterior, e com margem melhor em 0,5 p.p.;
- Lucro líquido melhor em 1,6 p.p., R\$ 519 milhões negativos, R\$ 126 milhões melhor que o ano anterior.

Varejo

- Receita bruta e líquida se mantiveram semelhantes ao ano anterior, respectivamente R\$ 7,9 e R\$ 7,1 bilhões
- Evolução das vendas mesmas lojas em 0,9%;

- Margem bruta no mesmo patamar do ano anterior perfazendo 21,5%;
- EBITDA melhorou 0,4 p.p., perfazendo R\$ 90 milhões negativos, R\$ 27 milhões melhor;

Atacado

- Crescimento da receita bruta em 4,2% totalizando R\$ 653 milhões;
- Crescimento da receita líquida em 4,6% totalizando R\$ 573 milhões;
- Evolução das vendas mesmas lojas em 4,6%;
- Aumento da margem bruta em 1,6 p.p.;
- EBITDA com margem melhor em 2,3%, perfazendo R\$ 3 milhões negativos, R\$ 12 milhões melhor;

Mensagem da Administração

A Cencosud fez em 2018 onze anos de presença no Brasil, atuando em oito estados, nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, operando as Bandeiras GBarbosa, Bretas, Prezunic, Mercantil Rodrigues e Perini, com mais de trezentas e quarenta lojas, gerando mais de vinte e sete mil empregos diretos e abastecendo milhares de famílias todos os dias com o nosso propósito de paixão por servir você do seu jeito.

Foi anunciado Sebastian Dario Los como novo Diretor Presidente em abril deste ano, anteriormente ele ocupava a posição de Diretor Financeiro e com a nova gestão, já no segundo trimestre, outras alterações ocorreram, entre elas, a implementação do novo modelo comercial, unificando Supply, Pricing e Comercial numa única diretoria por bandeira. A mudança constitui em aumentar o foco na regionalidade, disciplina financeira e início de vários projetos de eficiência.

Adicionalmente, foi implementado o projeto de simplificação de processos denominado “Simplifique”, onde a Cia revisitou vários processos comerciais e de abastecimento, simplificando os mesmos e automatizando com ferramentas tecnologias best class, conseguindo maior agilidade e robustez na toma de decisão comercial.

Os principais destaques do quarto trimestre e do ano de 2018 estão apresentados abaixo:

4T18

Embora a economia e o consumo nas regiões onde operamos estejam afetadas fortemente pelos efeitos econômicos e do desemprego, as receitas aumentaram 3,8%. As vendas mesmas lojas tiveram incremento de 1,9%, refletindo um maior fluxo de pessoas em Bretas, uma melhora sequencial no fluxo de pessoas e ticket médio na Prezunic e pela reabertura de duas lojas no trimestre. Isso foi compensado pelo fechamento líquido de 4 lojas versus o ano anterior. O EBITDA registrou aumento, atingindo números positivos pela primeira vez desde o 4T16, explicado pela expansão da margem bruta dos Supermercados em função das melhorias na negociação com fornecedores e da reestruturação comercial realizada no início do ano. Além disso, o EBITDA aumentou devido à maior lucratividade em Serviços Financeiros.

O Bretas continua a apresentar uma tendência positiva no SSS, registrando um crescimento pelo quarto trimestre consecutivo, reflectindo a continuidade na mudança do modelo de negócio e o melhor desempenho nas categorias de destinos como perecíveis; A Prezunic registrou um crescimento no SSS explicado pelo sucesso na execução da campanha de Natal, que inclui a venda com financiamento parcelado sem juros e finalmente a Gbarbosa obteve um SSS negativo refletindo a menor demanda por produtos eletrônicos. Os resultados consolidados, pela primeira vez em 8 trimestres atingiu EBITDA positivo, explicado pela expansão da margem bruta, que reflete os melhores acordos comerciais, a menor pressão promocional em algumas regiões, redução das perdas de estoques, implantação e foco em projetos de eficiência operacional.

Na linha de Outras Receitas Operacionais tivemos aumento considerável decorrente da venda de carteira de clientes do cartão próprio que já estava 100% provisionada, maiores vendas nas lojas, maiores receitas com comissões, além da redução dos custos financeiros, parcialmente compensados pela menor taxa de colocação cobrada em função de mudanças regulatórias.

2018

A economia e o consumo nas regiões onde operamos permaneceram sobre os efeitos da fraca economia e consequente elevação do desemprego durante o ano. Neste contexto, as receitas aumentaram 0,1%. As vendas do segmento varejo cresceram 1,1%, que reflete um maior fluxo de pessoas versus o ano

anterior, porém com uma ligeira diminuição no ticket médio de produtos da dinâmica promocional contínua. O EBITDA regista uma diminuição do prejuízo devido à expansão da margem bruta do segmento após reestruturação comercial realizada e com o foco na gestão do capital de giro e maior controle de estoques. Adicionalmente, a reestruturação comercial resultou na redução das despesas, que juntamente com os projetos de eficiência diminuíram as despesas com serviços básicos. O EBITDA também aumentou devido à maior lucratividade reportada em Serviços Financeiros.

O Bretas continua a apresentar uma tendência positiva em SSS e aumento de market share em resultado da continuidade da mudança de modelo comercial implementada no início do ano, e devido ao melhor desempenho nas categorias de destinos como perecíveis; GBarbosa obteve SSS menor no comparativo anual, refletindo a menor demanda por produtos eletrônicos no segundo semestre, a greve dos caminhoneiros e o aumento do câmbio que encareceu os bens duráveis; e, por fim, a Prezunic registrou queda no SSS versus o ano anterior refletindo a recessão econômica no Rio de Janeiro. No consolidado, a margem EBITDA melhorou explicada pela expansão da margem bruta, em função da gestão mais eficiente dos estoques e menor retração, e da melhora nas margens comerciais, além de menores despesas administrativas e com vendas em decorrência de redução de pessoas e o foco em projetos de eficiência.

Na linha de Outras Receitas Operacionais tivemos aumento considerável decorrente da venda de carteira de clientes do cartão próprio que já estava 100% provisionada, maiores vendas nas lojas, maiores receitas com comissões, além da redução dos custos financeiros, parcialmente compensados pela menor taxa de colocação cobrada em função de mudanças regulatórias.

Conciliação do EBITDA com o Lucro Líquido

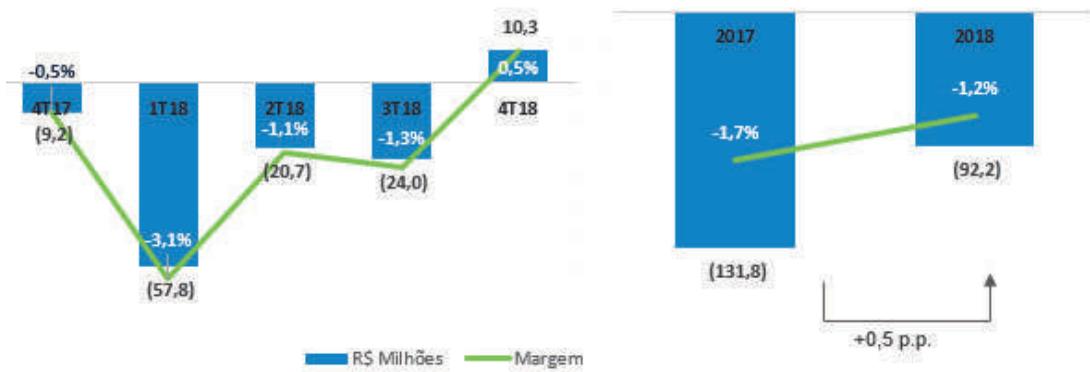
(R\$ milhões)	Consolidado (1)		Consolidado (1)	
	4T18	4T17	2018	2017
EBITDA (2)	11	(9)	(92)	(132)
Margem EBITDA	0,5%	-0,4%	-1,2%	-1,7%
(R\$ milhões)	Consolidado (1)		Consolidado (1)	
	4T18	4T17	2018	2017
Resultado líquido do exercício	(100)	(126)	(519)	(645)
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(1)	(1)	1	(6)
(+) Resultado financeiro, líquido	(50)	(50)	(199)	(225)
(+) Depreciação e amortização	(60)	(65)	(228)	(282)
EBITDA (2)	11	(9)	(92)	(132)
Receita operacional líquida	2.064	2.037	7.695	7.690
Margem EBITDA	0,5%	-0,4%	-1,2%	-1,7%

(1) Consolidado considera os resultados das operações da Cencosud Brasil Comercial S.A., Mercantil Rodrigues e Perini; (2) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Representatividade de venda líquidas por Formato

Receita Líquida (R\$ milhões)	4T18		2018	
	Vendas Totais	% Total Lojas	Vendas Totais	% Total Lojas
Varejo	1.911	92,6%	7.122	92,6%
Atacado	153	7,4%	573	7,4%
Total	2.064	100,0%	7.695	100,0%

Evolução da rentabilidade - EBITDA



Outras Receitas e Despesas

(R\$ milhões)	Consolidado			Consolidado		
	4T18	4T17	Δ %	2018	2017	Δ %
Out. Desp/Rec. N° Operc.	0	(9)	-105,3%	(4)	(13)	-72,5%
Variação Cambial	1	(0)	-459,3%	(0)	(1)	-76,0%
Resultado JV Cartão de Crédito (Bradesco)	7	4	69,8%	17	15	16,0%
Total	8	(5)	-250,0%	13	1	2310,0%

Resultado Financeiro

(R\$ milhões)	Consolidado					
	4T18	4T17	Δ %	2018	2017	Δ %
Receitas financeiras	6	11	-45,5%	21	10	110,0%
Despesas financeiras	(56)	(61)	-8,0%	(221)	(235)	-6,0%
Custo da dívida	(20)	(21)	-2,9%	(81)	(58)	38,8%
Custo de antecipação de recebíveis	(9)	(10)	-8,0%	(32)	(47)	-33,0%
Outras despesas financeiras	(2)	(1)	100,0%	(21)	(10)	110,0%
Variação cambial líquida	2	-	0,0%	1	-	0,0%
Ajuste a Valor Presente	(26)	(29)	-8,5%	(89)	(120)	-26,0%
Resultado Financeiro Líquido	(50)	(50)	0,3%	(200)	(225)	-11,2%
% Receita Líquida	-2,4%	-2,5%	0,1 p.p.	-2,6%	-2,9%	0,3 p.p.

O resultado financeiro líquido foi uma negativo em R\$ 50 milhões no trimestre, representando 2,4% da receita líquida, mesmo patamar do ano anterior.

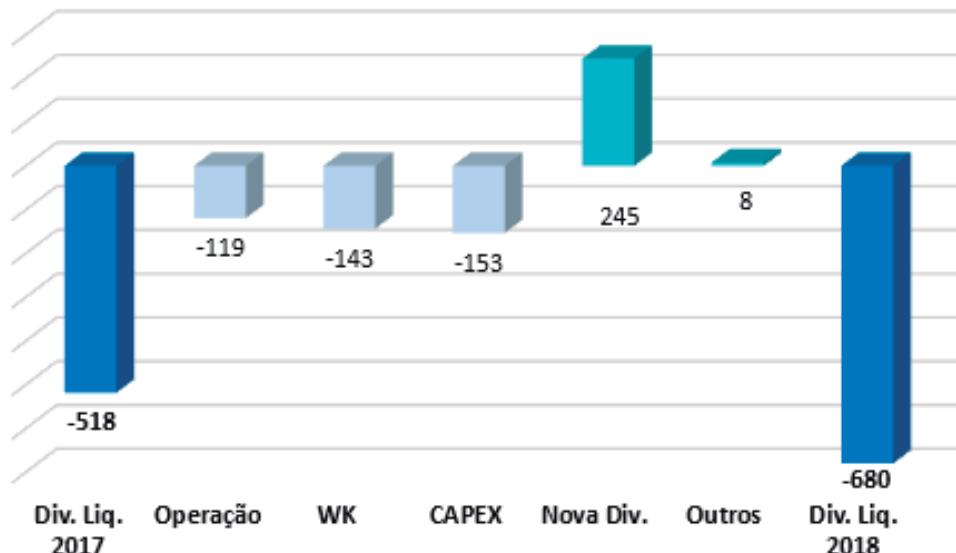
Dívida Líquida

(R\$ milhões)	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Dívida de Curto Prazo	(500)	(722)
Empréstimos e Financiamentos	(500)	(722)
Dívida de Longo Prazo	(644)	(0)
Empréstimos e Financiamentos	(644)	(0)
Total da Dívida Bruta	(1.144)	(722)
Caixa e Aplicações Financeiras	371	113
Dívida Líquida	(773)	(609)
Ebitda (1)	(92)	(132)
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	93	92
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Créditos não antecipados	(680)	(518)
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Créditos não antecipados / Ebitda (1)	7,4x	3,9x

(1) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

A dívida líquida incluindo o saldo de recebíveis não antecipados alcançou R\$ -680 milhões no consolidado em 31 de dezembro de 2018, aumento de R\$ -162 milhões, enquanto o EBITDA totalizou R\$ -93 milhões. Dessa forma, o índice de alavancagem na relação dívida líquida/EBITDA foi de 7,4x versus 3,9x do ano anterior.

Evolução gerencial da dívida líquida R\$ milhões



Investimentos

(R\$ milhões)	Consolidado					
	4T18	4T17	Δ %	2018	2017	Δ %
Novas Lojas e Aquisição de Terrenos	-	3,8	-100,0%	-	6,7	-100,0%
Reformas e Conversões	12,9	14,2	-8,8%	47,7	50,9	-6,2%
Manutenções	7,9	12,7	-38,0%	31,5	40,9	-23,0%
Sistemas e Outros	3,4	4,9	-31,3%	9,5	19,1	-50,1%
Total Investimentos	24,2	35,7	-32,1%	88,8	117,7	-24,5%

Movimentação de Lojas por Segmento

	31.12.2017					31.12.2018	
	N. Lojas	Abertas	Abertas p/ Conversão	Fechadas	Fechadas p/ Conversão	N. Lojas	Área de vendas m² (mil)
Varejo	338	4		-4		338	549
Atacado	8					8	36
Consolidado	346	4	0	-4	0	346	585

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço Patrimonial

Ativo

<i>(R\$ milhões)</i>	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Ativo Circulante	1.656	1.421
Caixa e equivalente de caixa	371	111
Aplicações Financeiras	-	1
Contas a receber	121	119
Estoques	953	966
Tributos a recuperar	114	88
Adiantamentos a Fornecedores	2	52
Outros ativos	95	84
Ativo Não Circulante	1.191	1.180
Tributos a recuperar	448	432
Partes relacionadas	-	-
Depósitos judiciais	86	91
Imposto de renda e contribuição social diferidos	617	616
Ativo Indenizável	40	40
Imobilizado	3.007	3.179
Investimentos	-	-
Imobilizado	1.438	1.589
Ativos de Direito de uso	1.569	1.590
Intangível	-	-
Total do Ativo	5.854	5.780

Passivo

(R\$ milhões)	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Passivo Circulante	2.114	2.309
Fornecedores	1.293	1.280
Empréstimos e financiamentos	500	722
Tributos a recolher	58	67
Parcelamento de tributos	-	-
Provisão de férias e encargos	71	72
Partes relacionadas	12	10
Participação dos empregados nos lucros	47	33
Receitas diferidas	7	7
Passivos de arrendamento	-	-
Credores por aquisição de controladas	37	38
Outros passivos	88	81
Passivo Não Circulante	912	289
Empréstimos e financiamentos	644	0
Parcelamentos de tributos	0	-
Receitas diferidas	144	151
Provisões para contigências	110	124
Passivos de arrendamento	-	-
Credores por aquisição de controladas	13	13
Perdas em investimentos	-	-
Patrimônio líquido	2.828	3.182
Capital social	5.944	5.779
Ajuste de avaliação patrimonial	(10)	(10)
Prejuízos acumulados	(3.106)	(2.588)
Total do Passivo	5.854	5.780

Demonstração de Resultado do Exercício 4o Trimestre 2018 e 2018

<i>(R\$ milhões)</i>	Consolidado					
	4T18	4T17	Δ %	2018	2017	Δ %
Receita Bruta	2.296	2.253	1,9%	8.513	8.536	-0,3%
Receita Líquida	2.064	1.987	3,8%	7.695	7.690	0,1%
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.614)	(1.544)	4,5%	(6.087)	(6.099)	-0,2%
Lucro Bruto	450	443	1,5%	1.608	1.591	1,1%
% Margem Bruta	21,8%	22,3%	-0,5 p.p.	20,9%	20,7%	0,2 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(448)	(447)	0,1%	(1.713)	(1.723)	-0,6%
% da Receita Líquida	-21,7%	-22,5%	0,8 p.p.	-22,3%	-22,4%	0,1 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	8	(5)	-250,0%	13	1	2310,0%
Depreciação e Amortização	(60)	(65)	-7,7%	(228)	(282)	-19,0%
EBIT - Lucro Op. antes do Result. Financeiro e impostos	(50)	(75)	-33,2%	(321)	(414)	-22,5%
Despesas Financeiras líquidas	(50)	(50)	-0,3%	(199)	(225)	-11,4%
Resultado Financeiro Líquido	(50)	(50)	-0,3%	(199)	(225)	-11,4%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	(100)	(125)	-20,0%	(520)	(639)	-18,6%
Imposto de Renda	(1)	(1)	-40,8%	1	(6)	-116,1%
Lucro Líquido Companhia	(100)	(126)	-20,1%	(519)	(645)	-19,5%
% Margem Líquida	-4,9%	-6,3%	1,5 p.p.	-6,7%	-8,4%	1,6 p.p.
EBITDA (1)	11	(9)	-215,1%	(92)	(132)	-30,1%
% Margem EBITDA	0,5%	-0,5%	1,0 p.p.	-1,2%	-1,7%	0,5 p.p.

(1) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Fluxo de Caixa – Consolidado

<i>(R\$ milhões)</i>	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(520)	(639)
Ajuste		
Participação nos resultados de controladas	180	288
Depreciação e amortização	(6)	(5)
Amortização de receita diferida	26	49
Provisões para contingências, perda na realização de ativos, e outras	82	127
Perda na baixa de ativos reconhecida no resultado	91	39
Juros e variações monetárias	(1)	(2)
Ajuste a valor presente	-	-
	(147)	(143)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	2	16
Estoques	15	(47)
Tributos a recuperar	(42)	(95)
Outros ativos	46	(69)
Fornecedores e partes relacionadas	15	161
Tributos a recolher	(9)	(22)
Provisão de férias e encargos	(1)	0
Participação dos empregados nos lucros	14	(6)
Provisão para contingências	(47)	(65)
Outros passivos	10	(18)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(143)	(286)

Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	(81)	(36)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(224)	(322)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(83)	(219)
Adições ao intangível	(7)	(25)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(91)	(244)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	-	-
Captações	1.292	737
Pagamentos (principal)	(882)	(407)
Empréstimos concedidos a controladas	-	-
Recebimentos	-	-
Empréstimos concedidos	-	-
Aplicações Financeiras	-	(0)
Aumento de capital	165	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	575	330
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	260	(236)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	111	347
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	371	111
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	260	(236)

Evolutivo da Segregação das Vendas por Segmento

(R\$ milhões)	Segmentação de Vendas Brutas por Negócio									
	4T18	%	4T17	%	Δ %	2018	%	2017	%	Δ %
Varejo	2.123	92,5%	2.080	92,3%	2,1%	7.860	92,3%	7.909	92,7%	-0,6%
Atacado	173	7,5%	173	7,7%	-0,1%	653	7,7%	627	7,3%	4,2%
Consolidado	2.296	100,0%	2.253	100,0%	1,9%	8.513	100,0%	8.536	100,0%	-0,3%
Segmentação de Vendas Líquidas por Negócio										
(R\$ milhões)	4T18	%	4T17	%	Δ %	2018	%	2017	%	Δ %
	1.911	92,6%	1.834	92,3%	4,2%	7.122	92,6%	7.142	92,9%	-0,3%
Varejo	153	7,4%	153	7,7%	-0,2%	573	7,4%	548	7,1%	4,6%
Consolidado	2.064	100,0%	1.987	100,0%	3,8%	7.695	100,0%	7.690	100,0%	0,1%

Composição das Vendas (% sobre Vendas Líquidas)

(% sobre Vendas Líquidas)	Consolidado			
	4T18	4T17	2018	2017
Á Vista	47,1%	47,4%	46,5%	47,2%
Cartão de Crédito	41,9%	41,4%	42,4%	41,8%
Ticket Alimentação / Voucher	11,0%	11,2%	11,1%	11,0%



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cencosud Brasil Comercial S.A. e da Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Ênfase

Reemissão e reapresentação das Demonstrações financeiras

Em 7 de maio de 2019, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cencosud Brasil Comercial S.A., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota 2.3, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio do Ofício nº226/2020-CVM/SER-SEP, para incluir certas informações necessárias a adequação e adição de determinadas divulgações visando atender exigência técnicas e aprimorar a qualidade e transparência da informação, tais como: (i) Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA); (ii) Apresentação de nota explicativa sobre segmento de negócio; (iii) Apresentação de lucro por ação/quotas; (iv) Adição de análise de sensibilidade à Nota explicativa de Instrumentos financeiros; e consequentemente, implicando na divulgação dos eventos subsequentes até a presente data. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção "Ênfase - Reemissão e reapresentação das Demonstrações financeiras", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.



Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
 (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível (Nota 14) e da realização de tributos diferidos (Nota 19)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vidas úteis definida e indefinida, compostos por marcas identificadas nas combinações de negócios das empresas, fundo de comércio e software para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável, bem como ágio advindo das aquisições de empresas realizadas nos últimos anos, testado anualmente para avaliar a necessidade ou não de redução ao seu valor recuperável. A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) ou segmento ao qual os saldos se relacionam.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a sua utilização, bem como estão limitados aos valores apurados nas projeções.

As projeções de fluxo de caixa e de resultados tributáveis futuros foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração da Companhia e suas controladas e consideram dados e premissas que envolvem julgamento significativo da administração relacionadas ao resultado das atividades (UGCs, segmentos ou entidade jurídica, conforme o caso), tais como: (i) volume de vendas, (ii) margem bruta média, (iii) despesas sobre vendas, (iv) dispêndio aquisição de imobilizado, (v) taxa de crescimento perpetuidade e vi) taxa de desconto, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do valor recuperável do ativo intangível e dos tributos diferidos da Companhia. Avaliação da governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos e revisões pelas equipes de especialistas em cálculos financeiros da Companhia.
- Envolvimento de nossos especialistas em projeções financeiras para a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também foi testada a coerência lógica e aritmética das projeções.
- Foi analisado a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos fiscais acumulados ao longo dos próximos anos.
- Realização de análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando cenários alternativos de taxas de descontos e percentual de margens, bem como foi efetuada leitura das divulgações da administração às demonstrações financeiras. Adicionalmente, foi comparado as projeções com o histórico de resultados auferidos em anos anteriores.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Porque é um PAA

Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância dos saldos, bem como que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos ativos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia e do Consolidado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Situação financeira da Companhia (Nota 1)

A Companhia e suas controladas apresentaram, em 31 de dezembro de 2018, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 397.046 mil (consolidado R\$458.266 mil). Acrescido a isso, apresentaram prejuízos incorridos no exercício de R\$ 518.847 mil. Com o objetivo de recuperar sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, a Companhia elaborou planejamento estratégico para os próximos cinco anos com ações no sistema de gestão de estoques, renegociação de dívidas e readequação das despesas operacionais e financeiras, em continuidade ao trabalho que já vem sendo desenvolvido ao longo deste exercício de 2018. Para equalização desta situação, a administração tem tomado ações, dentre as quais destacam-se: (i) expansão de vendas a prazo; (ii) retomada do projeto de vendas com cartão de crédito Cencosud Brasil (associação com acordo operacional com Bradesco), na bandeira Bretas; (iii) migração de lojas (“classes C e “D”) para a modalidade atacado; (iv) maior eficiência, com redução de quadro de funcionários e remanejo de atividades; (v) diminuição das perdas de estoque e (vi) crédito pré-aprovado para renegociação das dívidas, bem como possibilidade de aportes dos acionistas a serem realizados para fins de equilibrar sua necessidade de caixa no curto prazo.

Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos análise da avaliação preparada pela administração da Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, incluindo as projeções de fluxo de caixa, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado.
- Avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional incluindo a integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Porque é um PAA

**Recuperação e apresentação de créditos
tributários estaduais e federais
(Notas 3 e 10)**

A Companhia e suas controladas possuem em seu ativo, saldos representativos de impostos a recuperar relativos a ICMS, PIS e COFINS oriundos de créditos fiscais escriturados nas apurações das filiais, créditos extra-apuração, decorrentes de levantamentos realizados pelo setor de planejamento tributário e créditos extemporâneos levantados pela Companhia.

A Companhia avalia a expectativa de realização dos saldos e, consequentemente, a necessidade de constituição de provisão para perdas, bem como determina a classificação entre circulante e não-circulante, com base em estudos técnicos que consideram premissas e julgamentos críticos da administração, tais como: histórico de consumo de créditos, projeções de compras e vendas de mercadorias, alterações nas distribuições logísticas das mercadorias, solicitação de regimes especiais e situação político/financeira dos Estados, para os tributos estaduais. Nesses casos, a avaliação é realizada de maneira específica para cada Estado.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos saldos e a necessidade de julgamento crítico por parte da administração, em relação às premissas para determinar as projeções, sendo que variações nessas premissas podem impactar a recuperação dos ativos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia e do Consolidado.

**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas tributários na análise das alternativas apresentadas pela Administração da Companhia para a utilização desses tributos a recuperar em pagamentos futuros de tributos estaduais e federais por meio de pedido de restituição e/ou compensação.
- Obtenção de entendimentos legais de assessores jurídicos externos e internos, sobre determinados assuntos tributários relacionados às atividades da Companhia.
- Análise das estimativas efetuadas pela Administração da Companhia com referência aos prazos para efetiva realização dos referidos créditos tributários, bem como sua adequada classificação entre ativo circulante e não circulante.
- Revisão da adequada divulgação realizada nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.



Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



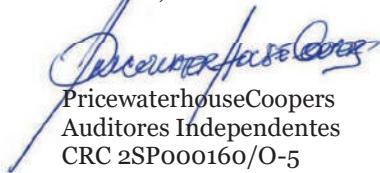
Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas
(anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

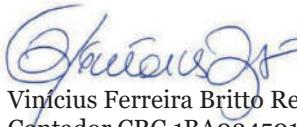
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 18 de maio de 2021



PrincewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Víncius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

Índice

Demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Demonstração do valor adicionado	8

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	9
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	29
4 Gestão de risco financeiro	30
5 Instrumentos financeiros por categoria	39
6 Caixa e equivalentes de caixa	41
7 Aplicações financeiras - não circulante	41
8 Contas a receber	42
9 Estoques	44
10 Tributos a recuperar	45
11 Outros Ativos	48
12 Investimento em subsidiárias	48
13 Imobilizado	50
14 Intangível	52
15 Fornecedores	55
16 Empréstimos e financiamentos	56
17 Tributos a recolher	58
18 Provisões para contingências	59
19 Imposto de renda e contribuição social diferidos	63
20 Receitas diferidas	64
21 Participação dos empregados nos lucros – Consolidado	65
22 Credores pela aquisição de controladas e ativos	66

23	Patrimônio líquido	66
24	Receitas	66
25	Custos e despesas por natureza	66
26	Salários e benefícios	68
27	Outras receitas, líquidas	69
28	Resultado financeiro, líquido	69
29	Despesa de imposto de renda e contribuição social	70
30	Informação por segmento	70
31	Transações com partes relacionadas	72
32	Resultado por quota	74
33	Cobertura de seguros	74
34	Ativos dados em garantia	75
35	Compromissos	75
36	Eventos subsequentes	76

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	(Nota 6)	365.325	105.112	370.986	111.273	Fornecedores	(Nota 15)	1.189.543
Aplicações financeiras	(Nota 7)	105.845	104.349	120.509	119.014	Emprestados e financiamentos	(Nota 16)	1.162.753
Contas a receber	(Nota 8)	886.252	892.725	953.398	966.192	Entradas a receber	(Nota 17)	719.980
Estoques	(Nota 9)	108.814	87.142	114.188	87.809	Provisão de férias e encargos	62.871	68.406
Tributos a recuperar	(Nota 10)	2.072	51.876	2.173	52.259	Partes relacionadas	66.297	67.555
Adiantamento a fornecedores	(Nota 11)	127.505	100.363	94.592	83.556	Participação dos empregados nos resultados	12.476	10.206
Outros ativos						Receitas diferidas	44.165	30.857
						Créditos por aquisição de controladas	36.912	46.881
						Créditos por aquisição de controladas	38.047	32.648
						Outros passivos	83.131	77.505
							88.095	80.744
Não circulante								
Tributos a recuperar	(Nota 10)	485.958	421.264	448.486	432.464	Empresários e financeiramentos	(Nota 16)	643.582
Partes relacionadas	(Nota 11)	15.607	106.338	85.516	91.223	Parteamentos de tributos	(Nota 20)	302
Depósitos judiciais	(Nota 12)	78.291	61.006	617.066	616.084	Receitas diferidas	(Nota 18)	144.228
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(Nota 13)	607.085	601.846	39.516	39.837	Provisão para contingências	(Nota 22)	151.471
Ativo de indenização	(Nota 14)	39.516	39.337			Créditos por aquisição de controladas	(Nota 12)	10.337
						Provisão para perdas em controladas	28.770	13.164
							13.352	12.685
							935.217	296.141
							911.633	288.689
Patrimônio líquido								
Investimentos	(Nota 12)	31.774	61.517	1.438.388	1.588.990	Capital social	(Nota 23)	5.944.229
Irregularizado	(Nota 13)	1.327.070	1.457.900	1.169.332	1.589.869	Ajuste de avaliação patrimonial		5.779.304
Irregularável	(Nota 14)	1.515.094	1.535.792			Prejuízos acumulados	(3.106.430)	(6.667)
								(2.587.581)
							2.828.132	(3.106.430)
							3.182.054	(2.587.581)
Total do ativo		5.756.218	5.551.677	5.533.457	5.779.891	Total do passivo e patrimônio líquido		5.854.267
								5.779.891

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Operações continuadas				
Receitas	(Nota 24)	6.982.747	6.997.232	7.694.888
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(Nota 25)	(5.501.216)	(5.513.534)	(6.086.970)
Lucro bruto		1.481.531	1.483.698	1.607.918
Despesas com vendas	(Nota 25)	(1.220.094)	(1.224.306)	(1.329.999)
Despesas gerais e administrativas	(Nota 25)	(569.252)	(632.021)	(615.832)
Participação nos resultados de controladas	(Nota 12)	(45.335)	(73.168)	
Outras receitas, líquidas	(Nota 27)	17.973	6.866	17.320
Prejuízo operacional		(335.177)	(438.931)	(320.593)
Resultado financeiro, líquido	(Nota 28)	(185.909)	(201.665)	(199.237)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(521.086)	(640.596)	(519.830)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(Nota 29)	2.239	(4.297)	983
Prejuízo do exercício		(518.847)	(644.894)	(518.847)
Quantidade de quotas atribuídas aos quotistas (em R\$ por quota)				
Básico e diluído por quota - R\$	(Nota 32)			
		5.944.229	5.779.304	
		(0,00)	(0,11)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do exercício	<u>(518.847)</u>	<u>(644.894)</u>	<u>(518.847)</u>	<u>(644.894)</u>
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(518.847)</u>	<u>(644.894)</u>	<u>(518.847)</u>	<u>(644.894)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2017	5.779.304	(14.744)	(1.942.689)	3.821.871
Resultado abrangente do exercício				
Prejuízo do exercício			(644.894)	(644.894)
Contribuições de quotistas		5.077		5.077
Incorporação reversa (Nota 23)				
Em 31 de dezembro de 2017	<u>5.779.304</u>	<u>(9.667)</u>	<u>(2.587.583)</u>	<u>3.182.054</u>
Resultado abrangente do exercício				
Prejuízo do exercício			(518.847)	(518.847)
Contribuições de quotistas				
Aumento de capital (Nota 23)	<u>164.925</u>			<u>164.925</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>5.942.229</u>	<u>(9.667)</u>	<u>(3.106.430)</u>	<u>2.828.132</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(521.086)	(640.596)	(519.830)	(638.774)
Ajuste				
Participação nos resultados de controladas	(Nota 12)	45.335	73.168	
Depreciação e amortização	(Notas 13 e 14)	155.580	261.469	179.726
Amortização de receita diferida	(Nota 27)	(5.672)	(4.963)	(5.672)
Provisões para contingências, perda na realização de ativos, e outras	(Nota 8, 9 e 18)	26.156	41.268	26.239
Perda na baixa de ativos reconhecida no resultado	(Nota 13)	76.736	124.088	82.320
Juros e variações monetárias	(Nota 16 e 27)	91.240	38.927	91.241
Ajuste a valor presente	(Nota 8, 9 e 15)	(638)	(617)	(663)
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber		1.392	14.229	2.155
Estoques		8.165	(51.092)	15.366
Tributos a recuperar		(36.366)	(93.651)	(42.400)
Outros ativos		29.238	(93.597)	46.376
Fornecedores e partes relacionadas		28.255	152.009	15.215
Tributos a recolher		(8.729)	(23.802)	(8.516)
Provisão de férias e encargos		(1.458)	490	(1.342)
Participação dos empregados nos lucros		13.308	(4.815)	14.233
Provisão para contingências		(44.587)	(53.715)	(47.074)
Outros passivos		9.561	(14.559)	9.691
Caixa aplicado nas atividades operacionais				
Pagamento de juros sobre empréstimos e outros	(Nota 16)	(81.342)	(36.332)	(81.342)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais				
	(214.912)	(312.091)	(224.277)	(322.478)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado	(Nota 13)	(74.103)	(176.689)	(83.237)
Adições ao intangível	(Nota 14)	(6.684)	(24.089)	(7.354)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos				
	(80.787)	(200.778)	(90.591)	(243.737)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos				
Captações	(Nota 16)	1.291.792	737.458	1.291.792
Pagamentos (principal)	(Nota 16)	(882.136)	(406.943)	(882.136)
Empréstimos concedidos a controladas				
Recebimentos	(Nota 31)	359.915	119.241	
Empréstimos concedidos	(Nota 31)	(378.584)	(172.130)	
Aplicações financeiras				
Aumento de capital	(Nota 23)	164.925		164.925
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos				
	555.912	277.626	574.581	330.387
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa				
	260.213	(235.243)	259.713	(235.828)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				
	105.112	340.355	111.273	347.101
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				
	365.325	105.112	370.986	111.273

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas					
Vendas brutas de produtos e serviços	(Nota 24)	7.692.131	7.731.822	8.512.819	8.535.693
Outras receitas		164.255	168.870	162.709	166.954
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)		1.739	(694)	2.058	(764)
		7.858.125	7.900.038	8.677.586	8.701.883
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados		(5.465.301)	(5.529.147)	(6.048.232)	(6.104.029)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(738.726)	(749.592)	(794.762)	(809.840)
		(6.204.029)	(6.278.739)	(6.842.996)	(6.913.870)
Valor adicionado bruto		1.654.096	1.621.299	1.834.590	1.788.013
Depreciação, amortização, exaustão e <i>impairment</i>		(202.232)	(257.892)	(228.399)	(282.101)
Valor adicionado líquido produzido		1.451.864	1.363.407	1.606.191	1.505.912
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação nos lucros de controladas	(Nota 12)	(45.335)	(73.168)		
Receitas financeiras	(Nota 28)	26.506	19.622	22.152	9.343
Valor adicionado total a distribuir		1.433.035	1.309.861	1.628.343	1.515.255
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		(614.472)	(638.365)	(657.275)	(685.462)
Benefícios		(176.261)	(163.403)	(188.581)	(173.682)
F.G.T. S		(57.034)	(57.640)	(61.146)	(61.818)
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(248.169)	(292.038)	(273.856)	(324.795)
Estaduais		(407.414)	(350.190)	(488.126)	(428.751)
Municipais		(1.230)	(1.273)	(1.250)	(1.276)
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		(212.415)	(221.287)	(221.389)	(234.196)
Aluguéis		(235.887)	(230.559)	(255.567)	(250.169)
Remuneração de capital próprio					
Lucros retidos/prejuízo do exercício		518.847	644.894	518.847	644.894
Valor adicionado distribuído		(1.433.035)	(1.309.861)	(1.628.343)	(1.515.255)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.) (a "Companhia"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Mercantil Rodrigues" e "Perini"), atua no comércio varejista e atacadista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos que completam o portfólio por meio de sua cadeia de lojas de hipermercados, supermercados, atacado de auto serviço, lojas de eletro "eletroshow", farmácias, postos de combustíveis, delicatéssen e cafés.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto sediada em São Paulo/SP, que opera as bandeiras "G Barbosa", "Bretas" e "Prezunic". A Companhia também detém a totalidade das quotas de participação societária nas empresas Mercantil Rodrigues Comercial Ltda. e Perini Comercial Ltda., que operam respectivamente as bandeiras "Mercantil Rodrigues" e "Perini". A Companhia, em conjunto com suas controladas, é aqui definida como "Grupo".

A controladora final da Companhia é a Cencosud S.A., empresa chilena listada na Bolsa de Valores de Santiago, no Chile.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 397.046 (2017 – R\$ 834.505) (consolidado R\$ 458.266 (2017 – R\$ 887.747)). Tendo em vista a capacidade atual de geração de caixa da Companhia e suas controladas, se faz necessário aportes de recursos efetuados pela controladora Cencosud Internacional Ltda, em Setembro de 2019 a investidora fez aporte de R\$ 1.124.405 mediante a emissão de novas quotas, utilizados para liquidação total dos Empréstimos da Companhia junto as instituições financeiras.

Em 2018 a Administração avaliou esta situação e concluiu que não existem dúvidas substanciais sobre a continuidade operacional da Companhia tendo em vista a robusta estrutura do Grupo empresarial e o planejamento operacional da mesma, além disso a Companhia não possui dificuldades em renovações dos empréstimos obtidos junto as instituições financeiras bem como possui linhas de crédito já aprovadas para financiamento de suas operações.

Em 27 de janeiro de 2021, concluiu-se o processo de conversão da Companhia de uma sociedade limitada para uma sociedade anônima. Desta forma, diferentemente da sociedade limitada, que tem seu capital social formado por quotas e como ato constitutivo o Contrato Social, a Companhia, agora como sociedade anônima, passa a ter seu capital social formado por ações e como ato constitutivo o Estatuto Social. Em decorrência desse processo de conversão as quotas da Companhia foram convertidas para ações ordinárias na proporção de uma quota por uma ação ordinária, todas nominativas e sem valor nominal.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 18 de maio de 2021.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a primeira adoção as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) , não havendo diferenças relevantes entre IFRS e CPC e evidenciam todas as informações pertinentes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados passivos financeiros mensurados ao valor justo, que no caso de passivos financeiros (inclusive derivativos) é ajustado para refletir a mensuração do valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes feitos nas demonstrações financeiras da controladora são igualmente feitos nas demonstrações financeiras consolidadas com vistas a apresentar o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos quotistas da controladora.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro ([International Financial Reporting Standards](#) (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração de valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2018 e tiveram impactos materiais para o Grupo:

- **CPC 48 / IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"**, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38 / IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 / IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Classificação e mensuração

Em 1º de Janeiro de 2018, data da adoção inicial do IFRS 9 / CPC 48 a administração avaliou quais modelos de negócio se aplicavam aos ativos financeiros mantidos pelo Grupo e classificou os instrumentos financeiros nas devidas categorias da nova norma. Os principais efeitos provenientes dessa reclassificação são demonstrados na Nota 5

(i) Impairment de ativos financeiros

O Grupo tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de perda estimada de crédito estabelecido pelo CPC 48 / IFRS 9.

- Contas a receber por vendas de produtos;
- Contas a receber de outras prestações operacionais;
- Contratos de acordos comerciais e bonificações junto aos fornecedores;
- Contas a receber de devoluções efetivadas junto aos fornecedores;

Com o CPC 48 / IFRS 9, o Grupo teve que revisar sua metodologia de *impairment* para cada um desses ativos. Não houve impacto material na mudança de metodologia de *impairment* para o Grupo.

(ii) Contas a receber de clientes e ativos contratuais

O Grupo aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo CPC 48 / IFRS 9, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

- **CPC 47 / IFRS 15- "Receita de Contratos com Clientes"**, essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 / IAS 11 - "Contratos de Construção", CPC 30 / IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Companhia iniciou a adoção da norma em 01 de janeiro de 2018, as receitas são reconhecidas na extensão em que as obrigações de desempenho são cumpridas, em conformidade com o CPC 47 / IFRS 15, as etapas de reconhecimento de receitas contidas nesta norma compreendem: (i) a identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço da transação; (iv) a alocação do preço da transação; e (v) o reconhecimento da receita.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base nas práticas usuais de negócio da Companhia o modelo e os controles para contabilização das receitas praticadas já refletiam as determinações da norma CPC 47 / IFRS 15, sem a necessidade de ajustes na forma de contabilização, também em conformidade com a norma não é necessária a reapresentação dos saldos comparativos.

2.3 Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Em 27 de Janeiro de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, a Diretoria decidiu pela abertura de capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria “B-3 Novo Mercado”, perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de Dezembro de 2009 , conforme alteração (Instrução CVM nº 488/10, 509/11, 511/11, 520/12, 525/12, 547/14, 552/14, 561/15, 567/15, 568/15, 569/15, 583/16, 584/17, 585/17, 586/17, 588/17, 595/18, 596/18, 600/18, 603/18, 604/18, 609/19 e resolução CVM Nº 3/20).

Neste contexto, a Companhia está reapresentando suas demonstrações financeiras originalmente aprovadas pela Diretoria e emitidas em 07 de maio de 2019, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Foram necessárias a adequação e adição de determinadas divulgações visando atender exigência técnicas e aprimorar a qualidade e transparência da informação, tais como:

- Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA;
- Apresentação de nota explicativa sobre segmento de negócio;
- Apresentação de lucro por quotas;
- Adição de análise de sensibilidade à Nota explicativa de Instrumentos financeiros;
- Inclusão de eventos subsequentes;

Correção de erros

(a) Reclassificação de despesa com vendas

Em 2018 e 2017, foram identificados ajustes de reclassificação de despesa relacionada a disponibilidade de mercadoria aos clientes, registrada originalmente na rubrica de “Custo das mercadorias vendidas”, pós revisão efetuamos a reclassificação para a rubrica de “Despesa com vendas”, nos montantes consolidados de R\$ 8.875 (2017 – R\$ 8.550)

(b) Reclassificação de créditos tributários

Em 2017, foram identificados ajustes de reclassificação de receita relacionada a recuperação de créditos tributários extemporâneos registrada originalmente na rubrica de “Receitas”, pós revisão efetuamos a reclassificação para a rubrica de Custo das mercadorias vendidas” devido a origem dos créditos ser relacionada a compra de mercadorias, montantes consolidados da reclassificação de R\$ 49.528

As demonstrações financeiras individuais de 2018 e 2017, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Efeitos de reapresentação

	Controladora		
	31 de dezembro de 2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Operações continuadas			
Receitas	6.982.747		6.982.747
Custo das mercadorias vendidas	(5.510.091)	8.875	(5.501.216)
Lucro bruto	1.472.656	8.875	1.481.531
Despesas com vendas	(1.211.219)	(8.875)	(1.220.094)
Despesas gerais e administrativas	(569.252)		(569.252)
Participação nos resultados de controladas	(45.335)		(45.335)
Outras (despesas) receitas, líquidas	17.973		17.973
Prejuízo operacional	(335.177)		(335.177)
Resultado Financeiro, líquido	(185.909)		(185.909)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(521.086)		(521.086)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.239		2.239
Prejuízo do exercício	(518.847)		(518.847)

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Operações continuadas			
Receitas	7.694.888		7.694.888
Custo das mercadorias vendidas	(6.095.845)	8.875	(6.086.970)
Lucro bruto	1.599.043	8.875	1.607.918
Despesas com vendas	(1.321.124)	(8.875)	(1.329.999)
Despesas gerais e administrativas	(615.832)		(615.832)
Outras (despesas) receitas, líquidas	17.320		17.320
Prejuízo operacional	(320.593)		(320.593)
Resultado Financeiro, líquido	(199.237)		(199.237)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(519.830)		(519.830)
Imposto de renda e contribuição social diferido	983		983
Prejuízo do exercício	(518.847)		(518.847)

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Operações continuadas			
Receitas	7.046.760	(49.528)	6.997.232
Custo das mercadorias vendidas	(5.571.588)	58.054	(5.513.534)
Lucro bruto	1.475.172	8.526	1.483.698
Despesas com vendas	(1.215.780)	(8.526)	(1.224.306)
Despesas gerais e administrativas	(632.021)		(632.021)
Participação nos resultados de controladas	(73.168)		(73.168)
Outras (despesas) receitas, líquidas	6.867		6.867
Prejuízo operacional	(438.930)		(438.930)
Resultado Financeiro, líquido	(201.666)		(201.666)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(640.596)		(640.596)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.297)		(4.297)
Prejuízo do exercício	(644.893)		(644.893)

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Operações continuadas			
Receitas	7.739.465	-49.528	7.689.937
Custo das mercadorias vendidas	(6.157.459)	58.078	(6.099.381)
Lucro bruto	1.582.006	8.550	1.590.556
Despesas com vendas	(1.322.720)	-8.550	(1.331.270)
Despesas gerais e administrativas	(680.296)		(680.296)
Participação nos resultados de controladas			
Outras (despesas) receitas, líquidas	7.088		7.088
Prejuízo operacional	(413.922)		(413.922)
Resultado Financeiro, líquido	(224.852)		(224.852)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(638.774)		(638.774)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(6.120)		(6.120)
Prejuízo do exercício	(644.894)		(644.894)

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Controladas

Controladas são todas as investidas nas quais a Companhia tem o poder de determinar as decisões relevantes que afetam os retornos variáveis, geralmente acompanhado de uma participação correspondente a mais da metade dos direitos de voto (capital votante). Em 31 de dezembro de 2018, todas as controladas de Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.) são subsidiárias integrais, conforme abaixo:

Empresa	% de Participação
Perini Comercial Ltda.	100%
Mercantil Rodrigues Ltda.	100%

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido pela Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data que a empresa deixa de ter o controle.

Saldos e ganhos não realizados decorrentes de transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Política para perda de investimentos: Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do controlador, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o controlador tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da controlada. Se a controlada subsequentemente apurar lucros, o controlador deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para real, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado em Outras receitas (despesas), líquidas.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.7 Ativos financeiros

2.7.1 Classificação

A partir de 10 de janeiro de 2018, o Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- . Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que o Grupo decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e o Grupo considera essa classificação como sendo mais relevante.
- . Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do Grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- . Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado
- . Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

2.7.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.7.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com a seguinte categoria de mensuração.

- . Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- . Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) -

Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.”.

- . Valor justo por meio do resultado (VJR):

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. “

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7.4 Impairment

A partir de 10 de janeiro de 2018, o Grupo passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de perda estimada de crédito estabelecido pelo CPC 48 / IFRS 9.

- Contas a receber por vendas de produtos;
- Contas a receber de outras prestações operacionais;
- Contratos de acordos comerciais e bonificações junto aos fornecedores;
- Contas a receber de devoluções efetivadas junto aos fornecedores;

Com o CPC 48 / IFRS 9, o Grupo teve que revisar sua metodologia de *impairment* para cada um desses ativos. Não houve impacto material na mudança de metodologia de *impairment* para o Grupo.

A empresa aplica a abordagem simplificada para provisão para créditos de liquidação duvidosa. Dessa forma, a provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Não existe constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa para os títulos oriundos das transações em cartão de crédito, visto que o risco de inadimplência é transferido para a administradora na data da transação. A Companhia dispõe de controles para garantir o efetivo recebimento das operações realizadas e opera somente com administradora consideradas de “primeira linha”.

As provisões para as perdas do contas a receber são constituídas considerando os cheques devolvidos e bonificações a receber de fornecedores.

2.7.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

2.7.6 Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48 / IFRS 9, a nova norma foi adotada pelo Grupo a partir de 1º. de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

(i) Classificação

Até 31 de dezembro de 2017, o Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

(ii) Reconhecimento e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48 / IFRS 9. Subsequentemente os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos neste último caso, desde que o Grupo tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram apresentados na demonstração do resultado em “Despesas financeiras, líquidas” no período em que ocorressem.

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Até 31 de dezembro de 2017, o Grupo avaliava na data de cada balanço se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por *impairment* eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo poderia mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em “Outras receitas, líquidas”. O Grupo não adota *hedge accounting*.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os créditos provenientes de vendas a vista ou parceladas com cartões de crédito estão registrados inicialmente pelo seu valor justo, representado pelos valores de face das vendas, descontados a valor presente pelas mesmas taxas praticadas nas operações de antecipação de recebíveis.

Créditos decorrentes de vendas por meio de recebimento de cheques, duplicatas e outros meios dos quais a Companhia e suas controladas assumem o risco de liquidação são ajustados por provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*), se necessário.

2.10 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o Preço Médio Ponderado (PMP), e não excedem o valor de mercado.

Os estoques são regularmente ajustados pela constituição de provisão para perdas ou desvalorização, considerando o histórico de ocorrências (valor médio das quebras de estoque nos últimos doze meses), em proporção à receita líquida no mesmo período.

A Companhia constitui provisão para perdas nos estoques com base no giro desses estoques, linha de produto para definir o percentual da provisão e no tempo em que o produto está sem a efetiva realização por venda ou baixa, adicionalmente, a Companhia efetua avaliação periódica e plano de ação para realização de itens obsoletos.

Quando relevantes e incluídos no valor de compra dos estoques por negociação de prazos, os juros das respectivas obrigações a pagar aos fornecedores existentes na data do balanço, não fazem parte do custo dos estoques e contabilizados como despesas financeiras à medida do decurso de tempo até o vencimento das obrigações com os fornecedores.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos do negócio adquirido. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras. No caso de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente a fim de estimar eventuais perdas (*impairment*) e é avaliado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*.

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.”

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo de aquisição. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de aquisição menos a amortização acumulada, e perda por *impairment* quando aplicável.

As marcas registradas de vida útil indefinida não são amortizadas, mas são testadas anualmente a fim de estimar eventuais perdas (*impairment*) e são avaliadas pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*.

(c) Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vidas úteis definidas e são contabilizadas pelo seu valor justo menos a amortização acumulada, e perda por *impairment*. A amortização é calculada usando o método linear durante o tempo esperado de relação com o cliente.

(d) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável, não superior a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(e) Fundo de comércio

Ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais, são amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de aluguel dos imóveis. Todos esses ativos intangíveis são adquiridos de terceiros.

(f) Ativos intangíveis com prazo de vida útil definida

Anos

Carteira de clientes	5 – 7
Softwares	5
Fundo de comércio	10

2.12 Ativos indenizáveis

A Companhia possui garantias contratuais que asseguram o direito à indenização junto aos vendedores, seja por dedução de parcelas vincendas de compromissos a pagar relacionados às quotas de participação adquiridas ou pela retenção de aluguéis vincendos.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As indenizações decorrentes das contingências advindas de empresas adquiridas nas combinações de negócios são reconhecidas na rubrica de ativos indenizáveis, conforme contrato firmado, os ex-acionistas possuem responsabilidade individual e sem solidariedade sobre o valor de passivos indenizáveis, cujos fatos geradores são anteriores a data de aquisição das empresas (Nota 18).

2.13 Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos, os outros ativos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

2.14 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição/construção, deduzido de depreciação acumulada, e de eventuais perdas de deterioração *impairment*, quando aplicável, e inclui a capitalização dos custos de empréstimos e financiamentos, relacionados com a construção de ativos qualificáveis. Essa capitalização ocorre até o momento em que a construção é finalizada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada pelo método linear com base no prazo do contrato de aluguel ou vida útil das benfeitorias, dos dois o menor.

A depreciação dos outros itens de ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e benfeitorias	20 - 55
Instalações e equipamentos	1 - 10
Móveis e utensílios	3 - 5
Equipamentos para informática	3 - 5
Veículos	3

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados e ajustados, se assim necessário, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas resultantes de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com os saldos contábeis residuais e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" na demonstração do resultado.

2.15 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente a fim de identificar eventuais perdas (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pela diferença negativa entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é reversível.

2.16 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos (Nota 4.2). São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos de fornecedores são registrados pelo custo de aquisição e ajustados a valor presente quando o efeito da aplicação da taxa de desconto é material, sendo os juros correspondentes deduzidos dos saldos dos estoques e dos custos dos produtos vendidos.

Esses juros são calculados pela taxa média de operações compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

Operações Confirming

A Companhia realiza transações de antecipação de pagamento a fornecedores ("Confirming") através da solicitação dos mesmos, podendo ser antecipados os títulos que estejam a vencer. O prazo mínimo para antecipação de um título é de 7 (sete) dias, contados a partir da data do processamento da antecipação. Os passivos referentes a essa operação são classificados dentro da rubrica de fornecedores no passivo circulante pelo custo de aquisição, líquido das receitas advindas da operação, que são reconhecidas no momento de assinatura do contrato. Essas receitas são reconhecidas na rubrica de "Receitas financeiras".

2.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto, são capitalizados como parte do custo do ativo, demais custos são reconhecidos no resultado.

Os empréstimos são reconhecidos como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha o direito de liquidar esses passivos, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.18 Provisões

As provisões para cobrir perdas em ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e outras são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor for estimável com segurança. Não são reconhecidas provisões relacionadas a perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.19 Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data das demonstrações financeiras. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, os outros passivos são classificados no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentados no passivo não circulante.

2.20 Receitas diferidas

A Companhia recebeu em 16 de agosto de 2011 do Banco Bradesco S.A. o montante de R\$ 100.000, relativo à antecipação de prêmio de assinatura do contrato, e o montante de R\$ 100.000 vinculado ao atingimento de metas de rentabilidade futura de longo prazo, previstas contratualmente.

O reconhecimento no resultado da receita decorrente desse prêmio é realizado nominalmente na proporção do valor para cada um dos 192 meses do contrato. Já a parcela vinculada ao atingimento de metas é reconhecida proporcionalmente ao atingimento da meta estipulada para todo o contrato, desde que seja considerado provável que a meta será integralmente atingida no período máximo de 16 anos.

2.21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente quando considera-se provável que haja lucro tributável futuro e contra o qual esses créditos fiscais possam ser usados. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes, de mesma pessoa jurídica.

2.22 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A provisão para a participação nos lucros é apurada com base em metas qualitativas e quantitativas atingidas e reconhecida como despesas operacionais. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou quando há uma prática passada que resulte em obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.23 Arrendamento operacional

Os arrendamentos mercantis (contratos de aluguel) nos quais o arrendador tem substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento operacional e registrados como despesas no resultado do exercício conforme incorrido. Os arrendamentos mercantis de terrenos, edificações e outros bens estão reconhecidos como arrendamentos operacionais, uma vez que os riscos e benefícios da propriedade são, substancialmente, de responsabilidade do arrendador. Os pagamentos efetuados para os arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado do exercício mensalmente, segundo regime de competência, ao longo do período do contrato.

As benfeitorias executadas nos ativos arrendados são capitalizadas como parte do ativo imobilizado e são amortizadas mensalmente ao resultado, conforme período de contrato ou da vida útil das benfeitorias, dos dois o menor (Nota 2.12).

2.24 Capital social

As quotas de capital são apresentadas no patrimônio líquido.

2.25 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo e atacado para a comercialização de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros produtos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de débito ou crédito.

O pagamento do preço da transação se torna devido assim que o cliente compra o produto e o retira na loja. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

(a) Receita Venda varejo

De forma geral o processo de vendas, contas a receber e recebimento dos segmentos de negócios da Companhia se baseiam na venda varejo em compras efetuadas diretamente nos pontos de vendas da Companhia, com a contraprestação da receita (entrega dos produtos ao cliente) efetuada no mesmo momento. Formato padrão do praticado no Varejo Nacional.

(b) Outras Receitas

As outras receitas advindas de serviços, garantias estendidas, financeiras e outras fontes são reconhecidas sempre considerando o momento em que a Companhia e suas controladas cumprem as suas obrigações perante as outras partes, podendo ser ao longo da vigência do contrato, cumprimento de metas e manutenção de recursos em aplicações financeiras.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o valor do principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada ao resultado.

As receitas obtidas das antecipações dos títulos a pagar (Confirming) (Nota 14) são reconhecidas por competência de acordo com as assinaturas dos contratos, os valores são apurados mensalmente e com base nessa apuração é realizada provisão do saldo a receber. As receitas de confirming são reconhecidas na rubrica de "Receitas financeiras".

2.26 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A seguinte alteração de normas foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . **IFRS 16/CPC 06 R2** - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16/CPC 06 R2 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 R1 / IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento do Grupo em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16/CPC 06 R2. A norma irá afetar de forma significativa, em especial a contabilização dos arrendamentos operacionais do Grupo.

O Grupo pretende aplicar a abordagem de transição cumulativa retrospectiva, nessa abordagem os ativos e passivos de arrendamentos em 01 de janeiro de 2019 serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas, com os impactos acumulados até essa data lançados no patrimônio líquido.

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia estima um impacto de aproximadamente R\$ 728.913 de ativos de direito de uso, R\$ 1.050.500 de passivos de arrendamento e impacto no patrimônio líquido de R\$ 321.587 a serem reconhecidos em 1º de janeiro de 2019.

Em decorrência dos impactos de saldo inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 estima impacto nos saldos de IR CS diferidos de aproximadamente R\$ 357.170 (diferido ativo), R\$ 247.830 (diferido passivo) e R\$ 109.340 no patrimônio líquido. Não há outras normas IFRS/CPC ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

2.27 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*impairment*) do ágio e marcas com vida útil indefinida

Anualmente, a Companhia testa perdas (*impairment*) no ágio e nas marcas com vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis do Grupo de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13). Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período de cinco anos.

Se a margem bruta orçada usada no cálculo do valor em uso para a UGC do varejo fosse 2% menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2018 (por exemplo 21,9% ao invés de 22,3% no primeiro ano e assim subsequente), o Grupo teria reconhecido saldo excedente de geração de caixa sob os ativos registrados em 7,78% ao invés de 17,78% no teste original.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC do varejo fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 8,82% ao invés de 7,82%), o Grupo teria reconhecido saldo excedente de geração de caixa sob os ativos registrados em 0,93% ao invés de 17,78% no teste original.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Vida útil de ativos de longa duração

A depreciação de benfeitorias de arrendamento em imóveis de terceiros é calculada e registrada de acordo com o período dos contratos de aluguéis, os períodos de depreciação são revistos em cada período e, quando apropriado, ajustados prospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas contábeis. Mudanças de Estimativa e Correção de Erro.

(c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à incidência de imposto de renda e contribuição sobre o lucro de suas operações.

A administração da Companhia e de suas controladas, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, bem como sobre as diferenças temporárias de apuração dos impostos.

A avaliação da realização desses créditos tributários envolve diversas variáveis e estimativas para atingir o lucro tributário esperado no futuro. A administração da Companhia, analisou a projeção de realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo em 31 de dezembro de 2018, e com base (i) no histórico de geração de lucro tributável em exercícios passados, e (ii) no plano de negócios aprovado pelos controladores da Companhia, concluiu que os critérios para reconhecimento dos impostos sobre a renda diferidos ativo estão adequados.

A partir do 4º trimestre de 2016 a administração decidiu por não reconhecer novos ativos diferidos advindos da apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social, foi realizada avaliação dos saldos dos tributos diferidos ativos de 2018 e em decorrência do Longo Prazo para a realização desses montantes, a administração da Companhia decidiu não constituir novos créditos sobre os prejuízos fiscais em 2018 e está reconhecendo apenas os ativos diferidos relativos as diferenças temporárias nas apurações.

(d) Realização de créditos tributários relacionados ao imposto sob a circulação de mercadoria (ICMS) e as contribuições federais (Pis / Cofins)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à incidência de Impostos sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS) e Contribuições Federais sobre a receita operacional ao PIS e à COFINS, tributos que possuem a característica não cumulativa dessa forma é possível a geração de créditos tributários sobre a operação de compras, devoluções, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo acumulado referente a estes tributos no valor consolidado de R\$ 520.357 (2017 - R\$ 484.979), líquido de provisão para perda na realização, e a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperabilidade de créditos tributários e na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura em período limitado a até 5 anos.

Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar as alternativas viáveis de monetização e os prazos prováveis de realização dos créditos tributários da Companhia, principalmente os saldos de ICMS-ST (Substituição Tributária).

A Companhia avalia a expectativa de realização dos saldos, a classificação entre circulante e não-circulante, assim como a necessidade de constituição de provisão para perdas com base em estudos técnicos que consideram premissas e julgamentos críticos tais como:

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ICMS - ST - histórico de consumo de créditos, projeções de compras e vendas de mercadorias, alterações nas distribuições logísticas das mercadorias, solicitação de regimes especiais e situação político/financeira dos Estados. A avaliação é realizada de maneira específica para cada Estado;
- PIS/COFINS - histórico de consumo de créditos, projeções de compras e vendas de mercadorias, capacidade de compensação dos saldos de créditos com o próprio Pis e Cofins, bem como com outros tributos federais tais como o INSS, IRRF, demais retenções, IRPJ, CSLL e IPI, além de avaliar a possibilidade de venda dos direitos decorrentes das ações para terceiros.

A Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao estudo de realização, com reavaliação periódica, incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS e Pis Cofins a recuperar.

A expectativa para realização dos créditos de ICMS e PIS/COFINS está demonstrada na nota 10.

(e) Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 17. São reconhecidas provisões relacionadas às contingências em que suas chances de perda são prováveis, de acordo com a avaliação da administração, em conjunto com seus assessores internos e externos. Adicionalmente, a Companhia reconheceu o valor justo das contingências das empresas adquiridas avaliadas como de êxito possível e remoto, em atendimento às normas aplicáveis às combinações de negócios. A administração da Companhia acredita que suas avaliações, são apropriadas e razoáveis, embora possam diferir dos resultados efetivos, quando realizadas.

(f) Valor justo dos derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A administração estabelece procedimentos de gestão de riscos de liquidez e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade das duas operações e o seu patrimônio.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração corporativo do Grupo. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e busca proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de liquidez	Fornecedores e Empréstimos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
Risco de Mercado - Cambio	Ativos e passivos em moeda estrangeira	Exposição cambial	Companhia possui Swap de cambio
Risco de crédito	Contas a receber de administradoras cartão Caixa e equivalentes de caixa	Análise de vencimentoAvaliação de crédito Acompanhamento do fluxo de caixa	Monitoramento dos limites de crédito Diversificação de instituições financeiras

(i) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, e a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e de câmbio e ao risco de crédito, e da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e algumas contas a receber.

São adotados procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas, protegendo a rentabilidade das suas operações e o seu patrimônio.

(ii) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- . Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- . Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- . Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

- . O valor justo dos swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis.
- . O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço.

O valor justo dos demais instrumentos financeiros (classificados como Nível 3) é determinado pela análise de fluxo de caixa descontado.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2018.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo				
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Derivativos (Swap)			<u>987.330</u>	
Total do passivo			<u>987.330</u>	

(a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente pela administração, a fim de garantir liquidez e para o atendimento dos limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e financiamentos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais da Companhia.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e suas controladas é investido em depósitos bancários com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente e com risco insignificante de mudança de valor, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. As observações da administração sobre o capital circulante líquido negativo estão apresentadas na Nota 1.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida pela Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	1.196.014			
Empréstimos e Financiamento	157.364			
Instrumentos Derivativos	349.606	663.978		
Partes Relacionadas	12.476			
Credores por aquisição de controladas	<u>36.912</u>	<u>13.164</u>		
	<u>1.752.373</u>	<u>677.142</u>		
Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	1.300.241			
Empréstimos e Financiamento	157.364			
Instrumentos Derivativos	349.606	663.978		
Partes Relacionadas	12.476			
Credores por aquisição de controladas	<u>36.912</u>	<u>13.164</u>		
	<u>1.856.600</u>	<u>677.142</u>		

(b) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia e suas controladas importam produtos para revenda e estão expostas ao risco cambial decorrente da exposição a flutuações de cotações de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano e Euro. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício.

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia e suas controladas administrem seus riscos cambiais em relação à sua moeda funcional. A administração julga que o nível de risco decorrente das operações de importação é baixo, visto que as operações realizadas são basicamente de importações para revenda e transações com partes relacionadas. Atualmente a Companhia possui captações de caixa via empréstimos vinculados a moeda estrangeira (dólares americanos), porém os mesmos estão protegidos da exposição cambial através de contratos de SWAP que garantem a liquidação dos empréstimos via taxa de juros vinculadas ao CDI do período.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorre da contratação de empréstimos. Os empréstimos contraídos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos possuem risco de valor justo associado às taxas de juros mencionadas na Nota 15. Durante 2018 e 2017, os empréstimos da Companhia e suas controladas eram mantidos em reais, dólar e euro.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

O departamento de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas a prazo para clientes do varejo têm como principal meio de pagamento os cartões de crédito de melhor reputação no mercado, os quais não oferecem riscos relevantes de realização, uma vez que seus recebimentos são assegurados pelas respectivas administradoras. Uma parcela pequena das vendas é recebida em cheques. O risco de crédito para venda em cheques é minimizado pela expressiva pulverização das vendas por cliente e pelos procedimentos de concessão de crédito.

Os adiantamentos a fornecedores são eventuais e efetuados somente a fornecedores selecionados por motivos específicos. A administração com base em operações históricas entende que não há risco de crédito com fornecedores.

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício.

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2018, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, análise de sensibilidade quanto à posição em aberto está demonstrada a seguir:

Impactos da variação no dólar/euro	Cenário Baixa do Dolar / Euro		Cenário Alta do Dolar / Euro		
	Cenário Base	25%	50%	25%	50%
Fornecedores (Euro)	7.635	(5.506)	(3.671)	9.176	11.012
Fornecedores (Dólar)	4.022	(2.900)	(1.934)	4.834	5.801
Fornecedores Total	11.657	(8.406)	(5.604)	14.010	16.812
Impacto no resultado	(640)	2.610	5.412	(2.994)	(5.796)
Swap de taxa de juros					
R\$ CDI para U\$	579.028	(417.568)	(278.379)	695.947	835.136
R\$ CDI para Euro	454.908	(328.059)	(218.706)	546.765	656.118
Impacto no resultado	(46.605)	241.704	490.246	(255.380)	(503.923)

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50% conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia considera como cenário-base, uma desvalorização do real em 4% sobre o dólar norte-americano e o Euro, considerando uma taxa de câmbio futura de R\$4,03 (Dólar) e R\$4,62 (Euro) para 31 de dezembro de 2019, baseada em referências de mercado com o impacto:

- R\$ (640) relativo as operações de compras junto a fornecedores estrangeiros;
- R\$ (46.605) operação de empréstimos para capital de giro em moeda estrangeira, porém destacando que essa operação está protegida via operação de Swap vinculado ao CDI do período;

Risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final de cada período do relatório.

A análise considera os ativos e passivos financeiros da Controladora ao final do período e projeta as receitas e despesas financeiras calculadas sobre esse saldo. São utilizados três cenários, sendo o provável a curva de juros futuros com data base de 31 de dezembro de 2018. Para o cenário possível, foi assumida uma queda de 25% sobre a curva de juros futuros. Já no cenário remoto consideramos uma queda de 50%, também sobre a curva de juros futuros de 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos eram compostos de 14% de saldo atrelado à curva de juros variáveis e 86% do saldo atrelado a taxa fixa.

	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Receitas sobre aplicações financeiras	2	35	69
Despesas de juros sobre empréstimos	(388)	(5.648)	(11.297)
Impacto no resultado	(386)	(5.614)	(11.228)

Considerando o cenário provável, a mesma resultaria no impacto de R\$386 no resultado do exercício.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros abaixo estão sujeitos a compensações contratuais.

	Valor bruto de passivos financeiros	Valor bruto de ativos financeiros	Valor líquido de passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Instrumentos financeiros	Valor Líquido
Em 31 de dezembro de 2018					
Contas a pagar	1.348.939	(55.600)	1.293.339		
Contas a pagar ex-acionistas Bretas	69.945	(33.033)	36.912		
Instrumentos financeiros derivativos	2.019.524	(965.291)	1.054.233	(66.902)	987.331
	3.438.408	(1.053.924)	2.384.484	(66.902)	987.331

	Valor bruto de passivos financeiros	Valor bruto de ativos financeiros	Valor líquido de passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2017			
Contas a pagar	1.334.618	(55.011)	1.279.607
Contas a pagar ex-acionistas Bretas	67.252	(29.205)	38.047
	1.401.870	(84.216)	1.317.654

	Valor bruto de ativos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros	Valor líquido de ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018			
Contas a receber	122.565	(2.056)	120.509
	122.565	(2.056)	120.509

	Valor bruto de ativos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros	Valor líquido de ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2017			
Contas a receber	120.797	(1.783)	119.014
	120.797	(1.783)	119.014

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer o retorno esperado aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para, por exemplo, reduzir, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a administração monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2018	2017
Dívida líquida (i)	773.016	610.785
Total do patrimônio líquido	2.828.132	3.182.054
Capital total	3.601.148	3.792.839
Índice de alavancagem financeira - %	21	16

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

- (i) O conceito de dívida líquida considerado é o total das rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “caixa e equivalentes de caixa”

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	Empréstimos e recebíveis	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	365.325	105.112	370.986	111.273
Contas a receber	105.845	104.349	120.509	119.014
Partes relacionadas	125.607	106.938		
Aplicações financeiras				1.298
	596.777	316.399	491.495	231.585

	Controladora		
	2018	2018	2018
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total
Passivos financeiros			
Fornecedores	1.189.543		1.189.543
Empréstimos e financiamentos	1.121.962	22.040	1.144.002
Partes relacionadas	12.476		12.476
Credores por aquisição de controladas e ativos	50.076		50.076
	2.374.057	22.040	2.396.097

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
	2017	2017	2017
	Outros passivos financeiros	A valor justo por meio do resultado	Total
Passivos financeiros			
Fornecedores	1.162.753		1.162.753
Empréstimos e financiamentos	725.538	(5.157)	720.381
Partes relacionadas	10.206		10.206
Credores por aquisição de controladas e ativos	50.732		50.732
	<u>1.949.229</u>	<u>(5.157)</u>	<u>1.944.072</u>
Consolidado			
	2018	2018	2018
	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	A valor justo por meio do resultado	
Passivos financeiros			
Fornecedores	1.293.339		1.293.339
Empréstimos e financiamentos	1.121.962	22.040	1.144.002
Partes relacionadas	12.476		12.476
Credores por aquisição de controladas e ativos	50.076		50.076
	<u>2.477.853</u>	<u>22.040</u>	<u>2.499.893</u>
Consolidado			
	2017	2017	2017
	Outros passivos financeiros	A valor justo por meio do resultado	Total
Passivos financeiros			
Fornecedores	1.279.607		1.279.607
Empréstimos e financiamentos	727.215	(5.157)	722.058
Partes relacionadas	10.206		10.206
Credores por aquisição de controladas e ativos	50.732		50.732
	<u>2.067.760</u>	<u>(5.157)</u>	<u>2.062.603</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado a valor presente.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa geral	20.949	46.202	24.591	50.667
Bancos contas movimento	50.738	17.896	52.757	19.592
Aplicações de liquidez imediata (i)	<u>293.638</u>	<u>41.014</u>	<u>293.638</u>	<u>41.014</u>
	<u>365.325</u>	<u>105.112</u>	<u>370.986</u>	<u>111.273</u>

- (i) As aplicações de liquidez imediata são mantidas para negociação diária e frequente, sendo substancialmente certificados de depósito bancário (“CDB”) e compromissos com remuneração média de 82,13 do certificado de depósito interbancário (“CDI”).

7 Aplicações financeiras

Tipos	Rendimento	Consolidado	
		2018	2017
Compromissada	Variação entre 52,5% - 68,5% do CDI		1.298

As aplicações financeiras classificadas como ativo não circulante são investimentos vinculados aos empréstimos e financiamentos mencionados na Nota 15, e possuem prazos de resgate idênticos aos vencimentos dos correspondentes contratos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada Mercantil Rodrigues apurou rendimentos líquidos de R\$ 128 (2016 - R\$ 129).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Cheques				
Devolvidos	14	14	20	20
Cartões de crédito				
Próprio (Credi-Hiper)	19.917	15.903	19.917	15.903
Terceiros	63.496	65.099	74.753	77.849
Comissões	(1.834)	(1.525)	(2.056)	(1.783)
Duplicatas a receber	3.006	3.631	2.948	2.314
Convênios (i)	22.555	25.424	26.307	29.742
Total em aberto	107.154	108.546	121.889	124.045
Ajuste a valor presente	(1.049)	(1.463)	(1.103)	(1.524)
PCLD	(260)	(2.734)	(277)	(3.507)
	105.845	104.349	120.509	119.014

(i) Os convênios são compostos por recebíveis advindos das operadoras de tickets alimentação e refeição.

(a) Composição das contas a receber por idade de vencimento

O valor e a natureza dos saldos a vencer e vencidos são apresentados como segue:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	106.095	105.164	120.746	119.572
Vencidos até 30 dias	164	2.471	195	3.087
Vencidos entre 31 e 60 dias	170	600	170	605
Vencidos entre 61 e 90 dias	212	13	212	16
Vencidos a mais de 91 dias	513	298	566	765
Total em aberto	107.154	108.546	121.889	124.045

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber vencidas de clientes apresentam valor consolidado de R\$ 1.143 (2017 - R\$ 4.473), porém, a administração entende não haver risco significativo de perda relacionada a esses créditos, além dos valores objeto da provisão já constituída.

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia e suas controladas são mantidas em moeda nacional.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes do Grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Em 1º de janeiro de	(2.734)	(2.517)	(3.507)	(3.266)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(11.450)	(834)	(14.168)	(1.258)
Valores não usados, estornados	13.924	617	17.398	1.017
Em 31 de dezembro de	(260)	(2.734)	(277)	(3.507)

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas". Os valores reconhecidos à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. As premissas de constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa são demonstradas abaixo:

- . Cartão de crédito próprio - até a data de transferência dos recebíveis ao Banco Bradesco S.A., efetuada em 2011, a provisão foi realizada com base na análise da administração sobre prováveis perdas com créditos em aberto. A partir do início do Acordo Operacional, a provisão está considerada no resultado líquido do referido Acordo, segundo regras definidas pelo Banco Central do Brasil aplicáveis às entidades financeiras. A administração ajusta a provisão em casos onde considera existir um risco maior de inadimplência.
- . Duplicatas a receber, cheques pré-datados e cheques devolvidos. Os cheques sem suficiência de fundos são incluídos na PCLD depois de tomados determinados procedimentos de cobrança.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais créditos não contêm ativos com perda significativa incorrida, no entanto, são também regularmente monitoradas com vistas a identificar, se necessário, perdas prováveis.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas controladas não mantêm nenhum título como garantia.

Os saldos das contas a receber são compostos substancialmente por recebíveis de cartão de crédito e de convênios, os quais possuem baixo risco de inadimplência uma vez que as administradoras de cartão de crédito e de convênios assumem os riscos das operações.

(b) Operações com cartões de crédito

As operações com cartões de crédito são realizadas para recebimento em até 30 dias na modalidade de crédito rotativo, podendo ser parceladas em até 12 meses. Os recebíveis classificados como cartão de crédito próprio e de terceiros estão representados por saldos a receber da administradora do Credi-Hiper (Banco Bradesco) e das outras administradoras de cartões, respectivamente.

Os créditos por vendas parceladas estão registrados inicialmente pelo seu valor justo, representado pelos valores de face das vendas, descontados pelas mesmas taxas praticadas nas operações de antecipação de

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

recebíveis, taxas essas compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado líquido da participação no Acordo Operacional do Credi-Hiper que foi transferido pelo Banco Bradesco S.A. à Companhia, líquido das perdas incorridas nas contas a receber, totalizou R\$ 12.781 (2017 - R\$ 8.800), reconhecido no resultado operacional consolidado e da controladora, na rubrica “Outras receitas, líquidas” (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2018, as operações do Credi-Hiper representam 13,5% (2017 – 14%) do volume das vendas da Companhia.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Estoques de mercadorias para revenda localizados nas:				
Lojas	665.120	675.235	734.973	752.289
Centros de distribuição	<u>259.802</u>	<u>257.852</u>	<u>259.802</u>	<u>257.852</u>
	<u>924.922</u>	<u>933.087</u>	<u>997.775</u>	<u>1.010.141</u>
Provisão para perdas nos estoques	(33.898)	(36.831)	(36.320)	(40.132)
Ajustes a valor presente	<u>(4.772)</u>	<u>(3.531)</u>	<u>(5.057)</u>	<u>(3.817)</u>
	<u>886.252</u>	<u>892.725</u>	<u>953.398</u>	<u>966.192</u>

As movimentações na provisão para perdas nos estoques são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Em 1º de janeiro				
Provisão para perda/obsolescência dos estoques	(36.831)	(36.259)	(40.132)	(38.909)
Estorno de provisão para perdas nos estoques	<u>(149.789)</u>	<u>(158.396)</u>	<u>(161.949)</u>	<u>(174.210)</u>
	<u>152.722</u>	<u>157.824</u>	<u>165.760</u>	<u>172.987</u>
Em 31 de dezembro	<u>(33.898)</u>	<u>(36.831)</u>	<u>(36.320)</u>	<u>(40.132)</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Tributos a recuperar

A Companhia registra créditos tributários tão logo reúna entendimento jurídico, contábil, documental e factual sobre tais créditos, que permita seu reconhecimento. Essas análises incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado, iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas, iv) avaliação o contábil sobre o tema e, uma vez reconhecidos v) estimativa de realização monetária dos créditos.

Ao se registrar créditos tributários, são observadas sua natureza e origem para que se possa registrar nas devidas rubricas de resultado, conforme abaixo demonstrado:

- Créditos oriundos de compras registrados como redutor de “custo das mercadorias vendidas”;
- Créditos oriundos de vendas, registrados como redutor de “deduções sobre vendas” ;
- Demais créditos registrados como redutores das contas de resultado sobre as quais são calculados;
- Atualização monetária sobre créditos fiscais, registrados na rubrica de Resultado financeiro, líquido;

As realizações desses tributos são avaliadas tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos. Periodicamente a Companhia atualiza os estudos de recuperabilidade e com base nos mesmos, se necessário, ajusta seus saldos de provisão para perda.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
PIS e COFINS (Nota 10.1)	149.630	136.264	157.605	140.436
ICMS e ICMS (ST) (Nota 10.2)	355.367	340.023	362.753	344.543
ICMS a recuperar ativo imobilizado (10.3)	15.580	16.221	17.603	18.588
Imposto de renda retido na fonte (10.4)	20.777	4.775	21.012	4.872
Outros	3.417	11.123	3.701	11.834
Total	544.772	508.406	562.674	520.273
Circulante	108.814	87.142	114.188	87.809
Não circulante	435.958	421.264	448.486	432.464

10.1 PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são contribuições arrecadadas pelo Governo Federal, previstas na Constituição Federal nos artigos 195 e 239. Estas duas contribuições incidem sobre as receitas auferidas pelas empresas (pessoas jurídicas). No regime não cumulativo ao qual a Companhia está submetida, as alíquotas previstas são, em regra geral, 1,65% para PIS/PASEP e de 7,6% para a COFINS. Neste regime é possível que as empresas registrem alguns créditos sobre determinados custos ou despesas incorridas, no caso da Companhia, esses créditos envolvem transações principalmente a Compra de mercadorias para revenda, depreciação, aluguel de lojas, energia elétrica, entre outros.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A realização estimada do saldo de PIS e COFINS a recuperar, com base na melhor estimativa da Companhia, é apresentada a seguir:

Consolidado

Em 1 ano	30.125
Entre 1 e 2 anos	52.800
Entre 2 e 3 anos	40.073
Entre 3 e 4 anos	24.000
Entre 4 e 5 anos	10.606
Após 5 anos	
	157.605

(a) Movimentação do saldo credor advindo da operação

A Companhia apura mensalmente, com base na legislação vigente, se há saldo devedor (tributo a pagar), ou saldo credor (acúmulo de créditos). Para formar essa apuração são levados em conta os débitos do tributo nas vendas de mercadorias e prestação de serviços, os créditos das compras de mercadorias e serviços, créditos proporcionais de depreciação, entre outros. Quando a subtração dos créditos apurados sobre dos débitos calculados nas operações de vendas resulta em saldo devedor, há tributo a pagar, no entanto, como a Companhia possui saldo acumulado de períodos anteriores, tal tributo a pagar reduz os créditos a recuperar, afastando a necessidade de tal recolhimento. Quando ocorre o inverso, ou seja, diversos créditos maiores que os débitos, haverá acúmulo de créditos e aumento do saldo acumulado.

Os acumulos de créditos podem ocorrer por diferentes fatores, entre eles, compras sazonais de mercadorias que geram mais créditos do que débitos de tributos, levantamento de crédito extemporâneos quando se identifica que diante dos critérios de reconhecimento acima descritos é cabível o reconhecimento de créditos não tomados no passado até o período prescricional de 5 anos, o ganho de causa de alguma ação judicial tributária transitada em julgado com a recuperação de créditos do período prescricional e etc.

A redução do saldo credor ocorre com a situação inversa, ou seja, os débitos apurados são maiores que os créditos. Adicionalmente, também há redução dos saldos credores de tributos mediante a compensação, quando autorizado pela legislação, desses créditos com débitos de outros tributos federais, tais como o INSS, IRRF e outras retenções, IRPJ, CSLL, IPI etc.

10.2 Impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS

O ICMS é um tributo estadual, incidente sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, regulamentado pela lei complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir, e seus valores são devidos aos estados e Distrito Federal, a cada operação realizada. As alíquotas do tributo são variáveis conforme a origem e destino, se dentro ou fora do estado ou país, entre estados e conforme o produto ou mercadoria, entre outros fatores.

Também há a sistemática da substituição tributária do ICMS, conhecida como ICMS-ST, onde os Estados passam a cobrar antecipadamente o imposto do contribuinte industrial ou importador, substituindo, assim, toda a cadeia de tributação do ICMS. Trata-se da transferência da obrigação do recolhimento do imposto para o primeio da cadeia. Cada Estado elabora a lista de produtos que entrarão na sistemática do ST e aplicam de forma individual uma Margem de Valor Agregado (MVA) ao produto, supondo a margem a ser realizada na venda final.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ocorre que os Estados vêm ampliando a lista de produtos submetidos ao regime de substituição tributária, o que afeta muito o segmento de varejo, como a Companhia transfere mercadorias para outros Estados, diferentes, daqueles de que recebeu inicialmente, há a cobrança do imposto novamente. Essa sistemática, conhecida como “quebra de cadeia”, garante ao estabelecimento o resarcimento do imposto recolhido antecipadamente, para mitigar a cobrança de tributo duas vezes pelo mesmo produto.

Ainda os contribuintes passaram a ter, desde a decisão do STF no julgamento do RE nº 593.849/MG, o direito de ressarcir a diferença do imposto recolhido a maior quando a margem real da operação, ao final da cadeia for inferior à margem presumida (MVA) quando da incidência do ICMS-ST, o que geralmente acontece no varejo.

Tendo em vista o grande volume dos produtos no regime de substituição tributária, a Companhia vem acumulando um valor cada vez maior dessas restituições e para a sua devida compensação, a Companhia tem se valido de regimes especiais ou outros meios permissivos nas legislações estaduais.

A realização estimada do saldo ICMS e ICMS (ST) a recuperar, com base na melhor estimativa da Companhia, é apresentada a seguir:

Consolidado

Em 1 ano	55.703
Entre 1 e 2 anos	111.441
Entre 2 e 3 anos	87.467
Entre 3 e 4 anos	47.845
Entre 4 e 5 anos	36.000
Após 5 anos	24.297
	<hr/>
	362.753

10.3 ICMS a recuperar ativo imobilizado

A companhia pode tomar crédito de ICMS sobre a compra de Ativo Imobilizado, desde que o bem seja utilizado na produção e ou comercialização de mercadorias. Para controle desses créditos a Companhia utiliza o CIAP (Controle de ICMS dos bens do Ativo Permanente), por regra o valor do crédito é aproveitado em 48 avos, ou seja, de forma parcelada. O CIAP foi criado para regulamentar o dispositivo da Lei que possibilita a todos os contribuintes de ICMS a apropriação do crédito nas aquisições que forem destinadas ao ativo permanente.

10.4 Impostos de renda retido na fonte

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) é uma obrigação tributária principal em que a Companhia está obrigada a reter do beneficiário da renda e posterior repasse ao Governo Federal, o imposto correspondente, nos termos estabelecidos pelo Regulamento do Imposto de Renda.

Durante os últimos exercícios a Companhia acumulou créditos principalmente oriundos de operações de empréstimos em moeda estrangeira, na conclusão das operações os ganhos apurados foram retidos na fonte pelas instituições bancárias gerando o crédito tributário da Companhia.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber bonificação (i)	56.148	53.340	60.620	58.571
Notas de Débito (partes relacionadas) (ii)	38.744	22.765		
Notas de Débito (JV)	13.958	13.664	13.958	13.664
Outros Ativos	18.715	10.594	20.014	11.321
Total	<u>127.565</u>	<u>100.363</u>	<u>94.592</u>	<u>83.556</u>

- (i) Refere-se a operação recebíveis juntos aos fornecedores de mercadorias em formato de compras bonificadas.
- (ii) Notas de débito para cobrança de custos compartilhados entre as companhias do mesmo grupo, controladora e controladas.

12 Investimentos em subsidiárias

Investimentos em subsidiárias (Controladora)

	2018	2017
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	<u>48.165</u>	<u>121.971</u>
Participação nos prejuízos de controladas		
Mercantil Rodrigues	(29.917)	(52.873)
Perini	(15.418)	(20.295)
	<u>(45.335)</u>	<u>(73.168)</u>
Realização de ativos identificados no momento da aquisição		
Perini	174	(638)
	<u>174</u>	<u>(638)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>3.004</u>	<u>48.165</u>

Em 31 de dezembro de 2018, os investimentos em controladas incluem ágio da controlada Perini, líquido dos efeitos de amortização e depreciação dos ativos identificados na combinação de negócios, no montante de R\$ 29.745 (2017 - R\$ 29.571).

100% - Participação

Mercantil Rodrigues
 Perini

**Participação direta
 Negócio**

Varejo e atacado
 Varejo

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue a participação da Companhia nos resultados das controladas (todas de capital fechado), como também no total de seus ativos e passivos:

	31 de dezembro de 2018			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Mercantil Rodrigues Perini (i)	222.785	220.736	2.049	(29.917)
	49.329	78.099	(28.770)	(15.418)
	272.114	298.835	(26.721)	(45.335)

	31 de dezembro de 2017			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Mercantil Rodrigues Perini	238.934	206.968	31.966	(52.873)
	57.853	71.204	(13.352)	(20.295)
	296.787	278.172	18.614	(73.168)

- (i) Devido a posição devedora do Patrimônio líquido da controlada Perini, foi efetuada provisão na controladora para perdas em investimentos em R\$ 28.770 de acordo com os requerimentos contábeis descritos no CPC 18 / IAS 28 (nota 2.22).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)
Notas explicativas da administração às demonstrações
financieras em 31 de dezembro de 2019

13 Imobilizado

516

Terrenos	Edificações e benfeitorias	Instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Total em operação	Imobilização em andamento (i)	Total	Consolidado	Controladora
									Total	Total
248.276	1.005.986	291.957	23.918	25.044	2.709	1.507.890	157.405	1.755.205	1.637.567	
Em 01 de janeiro de 2017										
Adições	21.864	65.304	16.897	33.500	(21)	137.565	81.352	218.917	176.689	
Baixas	(21.062)	(72.127)	(13.946)	(14.964)		(122.120)	(4.485)	(126.605)	(124.088)	
Transferências	51.081	38.506	990	3.914	163	94.654	(94.654)			
Depreciação	(117.740)	(116.140)	(7.327)	(17.134)	(276)	(258.617)		(258.617)	(232.268)	
Em 31 de dezembro de 2017	248.276	940.129	207.500	20.532	30.360	2.575	1.449.372	139.618	1.588.990	1.457.900
Custo total	248.276	940.129	666.157	75.235	112.033	11.532	2.571.395	139.618	2.711.013	2.455.920
Depreciação acumulada			(458.657)	(54.703)	(81.673)	(8.957)	(1.122.023)		(1.122.023)	(998.020)
Valor residual	248.276	940.129	207.500	20.532	30.360	2.575	1.449.372	139.618	1.588.990	1.457.900
Em 31 de dezembro de 2018	227.322	900.969	173.095	15.143	21.930	2.223	1.340.682	97.706	1.438.388	1.327.070
Adições	25.167	13.620	535	1.738	(185)	41.060	42.176	83.236	74.103	
Baixas	(34.474)	(19.788)	(2.020)	(2.250)		(79.671)	(2.649)	(80.320)	(76.736)	
Transferências (ii)	32.738	41.786	2.410	4.472	33	81.439	(81.439)			
Depreciação	(62.591)	(70.023)	(6.314)	(12.390)	(200)	(151.518)		(151.518)	(128.197)	
Custo total	227.322	1.481.594	701.775	76.160	115.993	11.380	2.614.223	97.706	2.711.929	2.453.287
Depreciação acumulada		(580.624)	(528.680)	(61.017)	(94.063)	(9.457)	(1.273.541)		(1.273.541)	(1.126.217)
Valor residual	227.322	900.969	173.095	15.143	21.930	2.223	1.340.682	97.706	1.438.388	1.327.070

O montante total da depreciação no consolidado do exercício vigente está dividido em R\$ 128.647 (controladora R\$ 107.784) lançadas no grupo de despesas e R\$ 22.871 (controladora R\$ 20.414) registrada nas rubricas de “Custo das mercadorias vendidas”.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, que inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, a qual é revisada anualmente.

- (i) As imobilizações em andamento referem-se a obras de construção ou de melhorias ainda não concluídas, seja em lojas próprias ou de terceiros.
- (ii) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica “Projetos em andamento” para as correspondentes contas definitivas do “Imobilizado”, quando do encerramento dos projetos.
- (iii) Durante o exercício de 2017 a Companhia adotou premissa para aumento na estimativa de depreciação de 16 lojas com previsão estratégica de encerramento das operações, com esse procedimento o resultado foi impactado com o aumento da depreciação em aproximadamente R\$ 70.541

A Companhia e suas controladas arrendam imóveis de terceiros para operação de lojas nas quais são investidas em benfeitorias, segundo contratos de arrendamento operacional (aluguéis) com prazos variáveis, mas em sua maioria em 20 anos, com opção de renovação por igual período, no exercício vigente os saldos das despesas com depreciação dessa categoria no consolidado de R\$ 52.845 (R\$ 39.377 controladora).

O ativo imobilizado construído durante o exercício inclui R\$ 191 (2017 - R\$ 8.056) de juros capitalizados (controladora e consolidado), a uma taxa equivalente a taxa média dos empréstimos vigentes durante o exercício. Essa capitalização é uma operação non-cash.

Garantias

Em garantia das obrigações contraídas nos contratos de locação dos imóveis de propriedade do G. Barbosa & Cia. Ltda. e PROURB Empreendimentos Imobiliários e Comerciais Ltda. a Companhia celebrou instrumentos particulares pelos quais como mecanismo para assegurar os pagamentos dos alugueis, multas previstas e quaisquer outros acessórios da locação, foram empenhados em favor dos locadores todos os bens, máquinas e equipamentos necessários às atividades e que estejam fisicamente nos imóveis objeto dos mesmos contratos no valor de R\$ 50.389.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

	Ágio	Fundo de comércio	Software	Marcas	Carteira de Clientes	Outros	Intangível em andamento	Consolidado		Controladora
								Total	Total	
Em 01 de janeiro de 2017	<u>1.357.221</u>	<u>22.199</u>	<u>61.478</u>	<u>144.736</u>	<u>510</u>	<u>922</u>	<u>7.472</u>	<u>1.594.538</u>	<u>1.540.904</u>	
Aquisições Transferências Amortização										24.089
Em 31 de dezembro de 2017	<u>1.357.221</u>	<u>19.626</u>	<u>59.499</u>	<u>144.736</u>	<u>(510)</u>	<u>922</u>	<u>7.888</u>	<u>1.589.892</u>	<u>1.535.792</u>	
Custo Amortização acumulada	1.357.221	61.494	176.508	144.736	41.016	1.456	7.888	1.790.319	1.724.254	
Valor residual	<u>1.357.221</u>	<u>19.626</u>	<u>59.499</u>	<u>144.736</u>	<u>(41.016)</u>	<u>(534)</u>	<u>922</u>	<u>7.888</u>	<u>1.589.892</u>	<u>1.535.792</u>
Aquisições Transferências Amortização										6.684
Em 31 de dezembro de 2018	<u>1.357.221</u>	<u>17.403</u>	<u>47.910</u>	<u>144.736</u>	<u>—</u>	<u>1.096</u>	<u>674</u>	<u>1.569.039</u>	<u>1.515.094</u>	
Custo Amortização acumulada	1.357.221	61.494	190.902	144.736	41.016	1.630	674	1.797.673	1.730.938	
Valor residual	<u>1.357.221</u>	<u>17.403</u>	<u>47.909</u>	<u>144.736</u>	<u>(41.016)</u>	<u>(534)</u>	<u>—</u>	<u>(228.634)</u>	<u>(215.844)</u>	
								<u>674</u>	<u>1.569.039</u>	<u>1.515.094</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Testes de impairment do ágio e das marcas com vida útil indefinida

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com o segmento operacional segue um resumo da alocação dos ativos por nível de segmento operacional:

	2018			2017		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Intangíveis		199.596	199.596		290.317	290.317
Ágio	23.173	1.906.000	1.929.173	23.173	1.906.000	1.929.173
Imobilizado	100.061	1.227.881	1.327.942	110.562	1.268.793	1.379.355
	<u>123.234</u>	<u>3.332.728</u>	<u>3.456.711</u>	<u>133.375</u>	<u>3.465.110</u>	<u>3.598.845</u>

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

Para as UGCs atacado e varejo, as premissas-chave utilizadas pela administração são como segue:

	2018		2017	
	Atacado	Varejo	Atacado	Varejo
Volume de vendas (% da taxa de crescimento anual)	5,5	5,5	5,0	5,5
Margem bruta média (% de receita)	15	22,5	13,6	22,5
Despesas sobre as vendas (% de receita)	(13,8)	(23,0)	(14,5)	(22,5)
Dispêndio aquisição de imobilizado (média anual) R\$	3.568	44.590	3.691	52.510
Taxa de crescimento perpetuidade - %	0,5	0,5	0,5	0,5
Taxa de desconto - %	7,6	7,6	8,2	8,2

Essas premissas foram usadas para a análise de cada UGC do segmento operacional.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado, a taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para o segmento, a administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado.

As despesas sobre as vendas são os custos da UGC, que variam de acordo com os volumes de vendas, a administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

inflacionários, e também refletem reestruturações futuras ou medidas de economias de custo, os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de cinco anos.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito aos desembolsos de caixa esperados no segmento de Varejo para reforma das lojas, ou eventuais aquisições, ele se baseia na experiência histórica da administração e no dispêndio planejado do negócio. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

As taxas de crescimento utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor, as taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas que refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

A metodologia utilizada considera a projeção dos fluxos efetivo a 5 anos e a sua perpetuidade, a redução no valor dos ativos não tem efeito sobre o fluxo de caixa esperado para o ano, a capacidade de pagamento e nem no cumprimento de garantias financeiras.

Para o exercício de 2018, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

A Companhia possui em seu balanço o ágio advindo das aquisições de empresas realizadas nos últimos anos no montante de R\$ 1.357.221 composto pelos seguintes valores:

Aquisição	2018
Prezunic	678.614
Bretas	532.409
Perini	25.354
Super Família	42.326
Mercantil Rodrigues	23.173
Costa Azul	15.970
GBarbosa	39.375
	<hr/>
	1.357.221

A Companhia possui em seu balanço as marcas identificadas nas combinações de negócios das empresas adquiridas no montante de R\$ 144.736, composto pelos seguintes valores:

	2018
Prezunic	57.143
Bretas	83.839
Perini	3.754
	<hr/>
	144.736

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15

Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores de Mercadorias Nacionais	1.162.311	1.083.336	1.265.699	1.199.449
Fornecedores de Mercadorias Estrangeiras	20.168	31.697	21.597	31.941
Fornecedores de Serviços	64.197	102.246	68.546	108.647
Acordos comerciais (i)	(50.652)	(49.511)	(55.601)	(55.011)
Ajuste a valor presente	(6.481)	(5.015)	(6.902)	(5.419)
Em 31 de dezembro	<u>1.189.543</u>	<u>1.162.753</u>	<u>1.293.339</u>	<u>1.279.607</u>

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro é composto por fornecedores de mercadorias e serviços e possuem saldos pulverizados.

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte americanos e EURO.

(i) Acordos Comerciais

Incluem acordo comercial e descontos obtidos de fornecedores, esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

(ii) Confirming

Em 26 agosto de 2009, a Companhia estabeleceu as regras do processo de antecipação de pagamento a fornecedores (Confirming), podendo ser antecipados pelos fornecedores títulos decorrentes da venda de mercadorias e serviços que estejam devidamente cadastrados e liberados para pagamento no sistema da Cencosud.

O prazo mínimo para antecipação de um título é de 7 (sete) dias, contados a partir da data do processamento da antecipação.

Até o quinto dia útil de cada mês, o Banco deposita na conta da Cencosud o prêmio pela realização das operações de antecipação. O saldo de confirming em 31 de dezembro de 2018 na controladora é de R\$ 110.260 (R\$ 71.353 em 2017) (consolidado R\$ 114.474 (R\$ 83.279 em 2017)) e está apresentado na rubrica de fornecedores. Todo o processo de antecipação é realizado pelos fornecedores não constituindo dessa forma empréstimos ou financiamentos à Companhia, a dívida com o fornecedor fica registrada na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não tem diferença de natureza e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Financiamentos para expansão	De 8,5% a TJLP+6,0%				1.677
Capital de giro	De 1% a 2,29% + CDI	156.671	719.980	156.671	719.980
Operação de Swap	De 0,99% a 2,08% + CDI	343.749		343.749	
		500.420	719.980	500.420	721.657
Não circulante					
Financiamentos para expansão	De 8,5% a TJLP+6,0%		401		401
Operação de Swap	De 0,99% a 2,08% + CDI	643.582		643.582	
		643.582	401	643.582	401
		1.144.002	720.381	1.144.002	722.058

(a) Financiamentos para expansão

São captações adquiridas junto a bancos de fomento (BNB) com o objetivo de investimentos em novas lojas (obras civis e equipamentos), garantidas por meio de fiança bancária e pelos próprios equipamentos adquiridos.

(b) Empréstimos - Capital de giro

São empréstimos adquiridos junto a bancos comerciais para atender as necessidades de capital de giro. Não foram dadas garantias para captação dos empréstimos.

No grupo dos empréstimos de capital de giro a Companhia possui o montante de empréstimos vinculados a moeda estrangeira em R\$ 965.291 no principal, essa captação está protegida através de operação de SWAP, no qual a variação cambial dos contratos é trocada por juros atualizados ao CDI do período.

Exposição dos empréstimos e financiamentos da controladora e consolidado e obrigações de pagamentos é como segue:

Composição do Não circulante	Controladora		Consolidado	
	2018	2018	2018	2018
2020		643.582		643.582
		643.582		643.582

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são os seguintes:

Operação	Data da operação	Data de vencimento	Moeda original	Notional	Taxa Contrato	Moeda	Valor Contábil	Valor Justo
							2018	2018
SWAP - Banco Itaú	08/05/2018	28/02/2019	Euro	11.820	4,23	R\$	50.000	53.763
SWAP - Banco Itaú	08/05/2018	08/05/2019	Euro	11.281	4,43	R\$	50.000	50.696
SWAP - Banco Santander	16/08/2018	14/08/2019	Dolar	25.894	3,86	R\$	100.000	102.762
SWAP - Banco Santander	04/09/2018	30/08/2019	Dolar	4.815	4,15	R\$	20.000	20.426
SWAP - Banco JP Morgan	02/07/2018	29/05/2020	Dolar	100.000	3,65	R\$	365.070	369.568
SWAP - Banco HSBC	29/05/2018	01/07/2020	Dolar	13.000	3,79	R\$	49.270	50.708
SWAP - Bank of America	11/04/2018	11/04/2019	Euro	23.500	4,33	R\$	101.701	105.344
SWAP - Bank of America	20/06/2018	22/06/2020	Euro	51.970	4,41	R\$	229.242	233.991
							965.283	987.330

- (i) A metodologia de cálculo adotada para mensuração do valor justo se obtém através de variáveis de previsibilidade do mercado financeiro, utilizando índices de liquidação futuros e aplicando as operações na data de fechamento do período, dessa forma se estimar com razoável previsibilidade o valor da liquidação das operações em 31 de Dezembro de 2018.

- (ii) Penalidades por liquidação antecipada estão relacionadas a perda de isenção do IOF em pagamentos inferiores a 180 dias da operação.

(c) Movimentação dos empréstimos

A Companhia não possui clausulas restritivas (*covenants relevantes*) em seus empréstimos e financiamentos.

Consolidado

	2017	Captações	Juros	Amortizações Principal	Amortizações Juros	2018
Financiamentos para expansão	1.677			(1.670)	(7)	
Capital de giro	720.381	1.291.792	93.630	(880.466)	(81.335)	1.144.002
	722.058	1.291.792	93.630	(882.136)	(81.342)	1.144.002

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reconciliação da dívida

O conceito de dívida líquida considerado é o total das rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “caixa e equivalentes de caixa”

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos de curto prazo	500.420	719.980	500.420	721.657
Empréstimos de longo prazo	643.582	401	643.582	401
Total da dívida	1.144.002	720.381	1.144.002	722.058
Caixa e equivalentes de caixa	(365.325)	(105.112)	(370.986)	(111.273)
Dívida líquida	<u>778.677</u>	<u>615.269</u>	<u>773.016</u>	<u>610.785</u>

17 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	22.595	26.848	25.889	29.162
Programa de Integração Social (PIS)	78	540	160	715
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	359	2.501	739	3.309
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	17.562	17.250	18.687	18.430
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	5.253	5.397	5.602	5.749
Outros	<u>7.024</u>	<u>9.329</u>	<u>7.329</u>	<u>9.859</u>
Em 31 de dezembro	<u>52.871</u>	<u>61.865</u>	<u>58.406</u>	<u>67.224</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Provisões para contingências

	Trabalhistas, previdenciárias e cíveis	Tributárias	Consolidado		Controladora
			Riscos contingenciais diversos	Total	Total
Em 1º de janeiro de 2017	60.640	39.697	40.945	141.282	131.468
Debitado à demonstração do resultado	29.720	17.844	(579)	47.564	40.479
Combinação de negócios (i)				(579)	(579)
Liquidadas durante o exercício	(30.881)	(33.254)		(64.135)	(53.136)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>59.479</u>	<u>24.287</u>	<u>40.366</u>	<u>124.132</u>	<u>118.232</u>
Debitado à demonstração do resultado	32.457	822	(850)	33.279	31.563
Combinação de negócios (i)				(850)	(850)
Liquidadas durante o exercício	(34.357)	(11.867)		(46.224)	(43.737)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>57.579</u>	<u>13.242</u>	<u>39.516</u>	<u>110.337</u>	<u>105.208</u>

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos em andamento, e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, apoiadas por estimativas de seus consultores legais externos.

- (i) As baixas ocorridas são contabilizadas em contrapartida a a rubrica de "Ativo indenizável" e são decorrentes das contingências advindas de combinação de negócios que foram prescritas ou pagas durante o ano.

Os encargos das provisões para contingências, cujo risco recai sobre a Companhia e suas controladas são reconhecidos no resultado em "Despesas gerais e administrativas".

O montante de provisões constituídas contempla uma parcela substancial de contingências que estão vinculadas aos acordos de compra e venda dos negócios adquiridos. Segue abertura do saldo de contingências advindas das combinações de negócios classificadas como "Riscos contingenciais diversos".

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e consolidado		
	Trabalhistas e cíveis	Tributárias	Total
Em 1º de janeiro de 2017	8.674	32.271	40.945
Adições		1.101	1.101
Baixas	(884)	(796)	(1.680)
Em 31 de dezembro de 2017	7.790	32.576	40.366
Adições		465	465
Baixas	(815)	(500)	(1.315)
Em 31 de dezembro de 2018	6.975	32.541	39.516
Não circulante	6.975	32.541	39.516

As garantias contratuais decorrentes dos referidos acordos asseguram o direito à indenização junto aos vendedores, seja por dedução de parcelas vincendas de compromissos a pagar relacionados às quotas de participação adquiridas ou pela retenção de aluguéis vincendos.

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

(i) Causas trabalhistas e previdenciárias

As principais questões tratadas nessas contingências referem-se à indenização por acidente de trabalho e doenças ocupacionais, horas extras, adicional de insalubridade, equiparação salarial e as consequentes diferenças reflexas sobre férias, 13º salário, FGTS e parcelas rescisórias. De acordo com os assessores jurídicos, as contingências e montantes classificados como de perda provável, alcançam R\$ 33.405 (2017 - R\$ 35.562).

A Companhia figura como parte em Ações Civis Públicas movidas por Sindicatos dos Empregados abordando diversos temas. Destacamos a proibição do trabalho em feriados sem prévia autorização em Convenção Coletiva de Trabalho, tema de maior relevância para a nossa atividade. A fim de acompanharmos o impacto deste tema na Operação, é desenvolvido um trabalho preventivo em conjunto dos setores Jurídico e Recursos Humanos, acompanhando todas as negociações coletivas e informando as áreas acerca de cada particularidade local.

(ii) Ações cíveis

As principais ações estão relacionadas a processos movidas por clientes, relacionadas a supostos furtos de veículos e/ou acessórios nos estacionamentos das lojas, alegações de defeitos em produtos, inscrição indevida de consumidores em órgãos de proteção ao crédito e acidentes de clientes nas lojas, além de demandas relacionadas ao atendimento de clientes e cobranças indevidas de juros e encargos financeiros relacionados ao cartão Cencosud. De acordo com os assessores jurídicos, as causas classificadas como de perda provável, alcançam R\$ 24.176 (2017 - R\$ 23.917).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Tributárias

As principais questões tratadas nessas contingências referem-se às demandas em processos movidos por autoridades fiscais, com ênfase na esfera federal em discussões relativas a obrigações tributárias do imposto de renda e contribuição social, além de discussões nas esferas estaduais relativas ao ICMS.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, considerando os assuntos classificados como de perda provável, em 31 de dezembro de 2018, foi constituída provisão equivalente ao montante estimado de R\$ 13.242 (2017 - R\$ 24.287), valor equivalente a perda estimada.

As principais provisões de natureza tributária referem-se a:

- a) IRRF: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários efetivada em novembro de 2015, pelo suposto descumprimento das obrigações tributárias relativas ao recolhimento do IRPJ e a CSLL, de fato gerador de 2010, por considerar uma parte como risco provável, a Companhia realizou provisão contábil no montante de R\$ 20.564 (2017 - R\$ 20.170)
- b) PIS Cofins: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários efetivada em maio de 2012, onde se discutia a constitucionalidade dos decretos de lei nº S 2445/88 e 2449/8, provisão contábil no valor de R\$ 6.745 (2017 - R\$ 6.551).

18.1 Perdas Possíveis

Contingências passivas com risco de perda classificadas como possível:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Tributárias		
IRPJ / CSLL / IRRF (i)	322.093	291.787
Pis Cofins (ii)	169.432	128.194
ICMS	50.445	57.071
Demais tributos	9.570	19.212
	551.542	496.265
Cíveis (ações indenizatórias)	9.100	4.767
Trabalhistas	3.350	9.806

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Causas Tributárias

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia com base na opinião de seus consultores jurídicos, mantinha procedimentos tributários classificados como "possíveis" que juntos totalizam R\$ 551.542 (2017 - R\$ 496.265).

É importante ressaltar que do valor total dessas contingências classificadas como perdas possíveis, R\$ 296.978 (2017 - R\$ 270.127) são de responsabilidade dos antigos proprietários das empresas Bretas, Prezunic e Mercantil Rodrigues, portanto, a Companhia mantém uma garantia contratual sobre esses processos.

As principais causas relevantes relacionadas aos passivos contingentes estão demonstradas abaixo:

- (i) IRRF: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários, relativo a Bandeira Bretas. A Companhia recebeu autuação em dezembro de 2016 exigindo IRRF sobre pagamentos realizados a pessoas jurídicas prestadoras de serviço sem causa ou de operação não comprovada, referente ao fato gerador de 2011, o valor atualizado em 31 dezembro de 2018 alcança o montante de R\$ 188.415 (2017 - R\$ 171.581).
IRPJ/CSLL: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários, relativo a Bandeira Bretas. A Companhia recebeu autuação em novembro de 2015, pelo suposto descumprimento das obrigações tributárias relativas ao recolhimento do IRPJ e a CSLL, do fato gerador de 2010, tendo em vista a suposta constatação de que a autuada teria utilizado despesas não dedutíveis referentes (I) a pagamentos efetuados a sua controladora Ambapar – Amba Participações Ltda. (“Ambapar”) e ainda (II) na contabilização de perdas referentes a recebimentos de créditos, os valores exigidos em 31 de dezembro de 2018 são de R\$ 54.254 (2017 - R\$ 45.781).
IRPJ/CSLL sob ágio: Em junho de 2017 a Companhia recebeu autuação sob a alegação de exigência de IRPJ e CSL supostamente devidos no período de 2010 e 2011 pela empresa, em razão da glosa de despesas de amortização de ágio registrado nas aquisições das seguintes empresas: Bretas, G. Barbosa, Costa Azul e Super Família. Embora se tratem de aquisições entre partes independentes em todos esses casos, o fisco glosou as despesas respectivas sob alegações de (i) uso indevido de veículos de aquisição, (ii) supostas inconsistências em laudo de avaliação que justificaria parte do ágio, e (iii) Indevida consideração de patrimônio líquido negativo no cálculo de ágio. A cobrança em 31 de dezembro de 2018 alcança o valor de R\$ 19.865 (2019 - R\$ 17.159).
- (ii) Pis Cofins – Lei do Bem: A Companhia ingressou com Mandado de Segurança em janeiro de 2016 objetivando a manutenção da isenção de PIS e COFINS relativos a venda de produtos eletrônicos destinados ao projeto de inclusão digital do Governo Federal. Lei nº 11.195/2005 (conhecido com Lei do Bem), revogada parcialmente pela Lei nº 13.241/2015. Os valores da discussão em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 84.633 (2017 - R\$ 53.004).
Pis Cofins - Descontos Comerciais: A Companhia recebeu autuação em 2011 referente a exigência de Pis e Cofins do período de 2006 a 2010, sobre descontos comerciais, uma vez que tem acordos com seus fornecedores para descontar tais valores a título de redução de custo e reembolso de despesas. Todavia, a fiscalização entendeu que tal operação deva ser considerada como bonificação, ou seja, uma receita passível a tributação pelas mencionadas contribuições. A cobrança em 31 de dezembro de 2018 está em R\$ 74.549 (2017 - R\$ 72.042).

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Diferenças Lei 11.638	Total	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Diferenças Lei 11.638	Total
Imposto Diferido								
Em 01 de janeiro de 2017	(303.391)	994.895	(81.849)	609.655	(303.984)	1.009.242	(82.146)	623.112
Créditos de IR/CS utilizados para amortização de PERT Debitado (Creditado) à demonstração do resultado		(511)		(511)		(908)		(908)
(1.801)	(5.079)	2.581	181.647	(3.271)	(5.079)	2.231	(6.120)	
Em 31 de dezembro de 2017	(305.191)	989.305	(79.268)	790.791	(307.256)	1.003.254	(79.915)	616.084
IR/CS Diferidos Ativo IR/CS Diferidos Passivo	59.051 (364.243)	989.305 (75.327)	(3.941) (439.570)	1.044.415 (439.570)	64.778 (372.034)	1.003.254	(4.588) (75.327)	1.063.445 (447.361)
Líquido	(305.191)	989.305	(79.268)	604.846	(307.256)	1.003.254	(79.915)	616.084
Debitado (Creditado) à demonstração do resultado	1.538	(413)	1.114	2.239	290	(413)	1.105	983
Em 31 de dezembro de 2018	(303.653)	988.892	(78.154)	607.085	(306.965)	1.002.842	(78.810)	617.066
IR/CS Diferidos Ativo IR/CS Diferidos Passivo	60.590 (364.243)	988.892 (75.327)	(2.827) (439.570)	1.046.655 (439.570)	65.069 (372.034)	1.002.842	(3.483) (75.327)	1.064.428 (447.361)
Líquido	(303.653)	988.892	(78.154)	607.085	(306.965)	1.002.842	(78.810)	617.066

Segue abaixo composição das principais diferenças temporárias na apuração fiscal:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisões Estoques (Quebras, bonificações, slow moving, outros)	15.163	17.298	16.951	20.147
Participação dos Lucros	15.016	10.491	15.939	11.100
Contingênicas (Cíveis, Fiscais, Trabalhistas)	22.335	26.474	24.079	28.480
Provisões temporárias diversas	8.075	4.789	8.098	5.051
 IR/CS Diferidos Ativo	 60.590	 59.052	 65.067	 64.778
Controladora				
2018				
Amortização ágio fiscal de Empresas adquiridas	364.243	364.243	372.034	372.034
 IR/CS Diferidos Passivo	 364.243	 364.243	 372.034	 372.034

Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais quando a realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro é considerada provável.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com as projeções elaboradas pela administração da Companhia e suas controladas, o imposto de renda e a contribuição social diferidos consolidados serão realizados a partir de 2024, os saldos serão realizados conforme os seguintes prazos:

	Consolidado	
	2018	2017
2023		8.565
2024	10.920	10.401
2025	12.403	12.295
2026	13.929	14.253
2027	15.500	16.278
Em diante	<u>1.011.676</u>	<u>1.001.653</u>
IR/CS Diferidos Ativo	<u>1.064.428</u>	<u>1.063.445</u>

20 Receitas diferidas

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Acordo operacional - Banco Bradesco S.A. (a)	200.000	200.000
Amortização acumulada		
Amortização acumulada (Performance)	(2.154)	(1.161)
Amortização acumulada (Fixa)	<u>(46.514)</u>	<u>(40.264)</u>
	151.332	158.575
Circulante	<u>7.104</u>	<u>7.104</u>
Não circulante	<u>144.228</u>	<u>151.471</u>

(a) Acordo operacional com Banco Bradesco S.A.

A Companhia operava um cartão de crédito privado, denominado Credi-Hiper, aceito somente em suas lojas. Em 6 de novembro de 2006, a operação do cartão Credi-Hiper foi transferida para o Banco Bradesco S.A., com base no Acordo Operacional assinado no dia 24 de maio de 2006. O Acordo, que foi efetivado com o prazo de cinco anos, renovável por mais cinco anos, estabelece que o Banco Bradesco S.A. é responsável pela operação do cartão de crédito privado e que o mesmo transferirá 50% dos resultados desta operação para a Companhia, incluindo o risco de crédito para contas duvidosas.

Em 8 de agosto de 2011, a Companhia e suas controladas celebraram novo Acordo Operacional com o Bradesco S.A., que alterou, consolidou e substituiu o acordo original. Em resumo, o novo acordo estendeu a operação do empreendimento em conjunto para outras bandeiras de atuação do Grupo Cencosud (Bretas, Perini e Mercantil Rodrigues), fixou premissas básicas para oferta de serviços financeiros em relação as futuras operações do Grupo (crescimento não orgânico) e ampliou o portfólio de produtos financeiros abarcados pelo empreendimento em conjunto, além de retificar ou ratificar aspectos operacionais da relação

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

entre as partes. Em decorrência do novo acordo, o saldo anteriormente recebido e classificado como "Receitas diferidas", foi integralmente apropriado ao resultado (Nota 28).

Em consequência da celebração do novo acordo foram fixados os seguintes valores a serem desembolsados pelo Bradesco: (i) R\$ 100.000 pagos em 16 de agosto de 2011, correspondentes à remuneração pela cessão de direito de participação de 50% no empreendimento em conjunto pelo prazo determinado de 16 anos; (ii) R\$ 100.000 a título de antecipação de desempenho ("Primeiro Prêmio) pagos em 16 de agosto de 2011; e (iii) R\$ 100.000 a serem pagos imediatamente ao cumprimento das metas relacionados ao "Primeiro Prêmio", vinculados ao compromisso de atingimento de novas metas em bases já pre-estabelecidas no contrato.

O reconhecimento contábil da receita referente aos recursos relacionados a remuneração pela cessão de direito de participação no empreendimento (R\$ 100.000) está sendo efetuado de maneira proporcional ao período de 16 anos de contrato. O valor recebido a título de antecipação de desempenho (R\$ 100.000) está sendo registrado no resultado do exercício de forma proporcional ao cumprimento das metas de contrato, considerando que é provável que a meta integral será atingida, conforme mencionado na Nota 3 (f).

(b) Contrato Participação Comercial

Em consequência da combinação de negócios ocorrida em 2 de janeiro de 2012, por aquisição das quotas de Prezunic, a Companhia mantém celebrado com o Banco Itaú/Unibanco contrato de parceria comercial firmado em 12 de novembro de 2007 com vigência de 10 anos. O resultado desta operação é registrado na rubrica "Outras receitas, líquidas" (Nota 28).

21 Participação dos empregados nos resultados - Consolidado

O plano de participação dos empregados nos resultados mantido pela Companhia foi formalizado em 2006 objetivando incentivar os empregados a alcançar as metas estabelecidas pela administração e, desde então, tem sido atualizado anualmente. Os objetivos estabelecidos estão relacionados principalmente ao atendimento das metas de vendas líquidas e resultado operacional proposto. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém provisionados R\$ 44.165 (2017 - R\$ 30.857) e no consolidado R\$ 46.881 (2017 - R\$ 32.648), tendo em vista a proporção das metas estabelecidas pela sua direção.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a despesa com a participação dos empregados nos lucros foi de R\$42.127 (2017 - R\$32.601), no consolidado de R\$44.854 (2017 - R\$33.877), registrado na rubrica "Participação dos empregados nos lucros" conforme demonstrado na Nota 27.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Credores pela aquisição de controladas e ativos

O modelo de aquisição de novos negócios considera o desembolso parcelado dos valores definidos como preço dos negócios adquiridos. Os saldos em aberto destes compromissos estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Credores pela aquisição de:		
Mercantil Rodrigues	13.164	12.685
FAG/Bretas	69.945	67.252
FAG/Bretas a receber (i)	(33.033)	(29.205)
Saldo em 31 de dezembro	50.076	50.732
Circulante	36.912	38.047
Não Circulante	13.165	12.685

- (i) Direitos a receber junto aos ex-acionistas decorrentes das contingências advindas de combinação de negócios de competência anterior a aquisição

O saldo a pagar aos vendedores de Mercantil Rodrigues corresponde a retenção de preço efetuada como caução para assegurar o valor equivalente a contingência potencial até o momento não materializada.

O saldo a pagar aos vendedores de FAG/Bretas em 31 de dezembro de 2016 refere-se à correção monetária e juros incidentes sobre a última parcela a pagar aos ex-acionistas, com data de vencimento em 31 de julho de 2019, conforme disposto no aditivo contratual celebrado entre as partes em 17 de julho de 2018.

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de 5.944.229 em lote de mil quotas (2018 - 5.779.304 de quotas em lote de mil), com valor nominal de R\$ 1 por quota (2018 - R\$ 1 por quota).

As integralizações de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 164.925 foram realizadas pelas seguintes investidoras:

- R\$ 164.925 pela investidora Cencosud Internacional Ltda., mediante a emissão de novas quotas, registrado na 75º alteração do contrato social de março de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 a composição dos quotistas da Companhia é a seguinte:

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quotistas / Acionistas	Quantidade de quotas / ações	Valor	%
Cencosud Internacional Ltda.	5.915.244	5.915.244	99,5
Cencosud S.A.	28.985	28.985	0,5
	5.944.229	5.944.229	100

Companhia conforme indicado na Nota 1, mudou de empresa Ltda para S/A e as cotas foram convertidas para ações na razão de 1 para 1.

24 Receita líquida de vendas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Vendas brutas de produtos e serviços	7.692.130	7.731.823	8.512.819	8.535.693
Impostos sobre vendas e cancelamentos	(709.383)	(734.590)	(817.931)	(845.756)
Receita líquida	6.982.747	6.997.232	7.694.888	7.689.937

25 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(5.320.790)	(5.332.126)	(5.897.091)	(5.915.255)
Outros Custos (consumo, quebras, etc.)	(123.998)	(125.489)	(127.528)	(127.117)
Salários e benefícios (Nota 25)	(736.173)	(753.545)	(793.105)	(805.177)
Tarifas públicas	(155.713)	(143.299)	(169.441)	(155.057)
Aluguel de imóveis	(202.433)	(197.536)	(221.247)	(216.312)
Comissão com operações de cartões de crédito	(62.437)	(68.136)	(70.346)	(76.957)
Honorários da administração (Nota 25)	(12.503)	(14.466)	(12.922)	(14.878)
Participação dos empregados nos lucros (Nota 20)	(42.127)	(32.601)	(44.854)	(33.877)
Depreciação/amortização	(202.232)	(257.892)	(228.399)	(282.101)
Outras despesas	(432.156)	(444.772)	(467.868)	(484.216)
Total do custo das vendas e despesas com vendas e administrativas	(7.290.562)	(7.369.861)	(8.032.801)	(8.110.947)

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(5.501.216)	(5.513.534)	(6.086.970)	(6.099.381)
Despesas com vendas	(1.220.094)	(1.224.306)	(1.329.999)	(1.331.270)
Despesas Gerais e administrativas	(569.252)	(632.021)	(615.832)	(680.296)
Total do custo das vendas e despesas com vendas e administrativas	<u>(7.290.562)</u>	<u>(7.369.861)</u>	<u>(8.032.801)</u>	<u>(8.110.947)</u>

26 Salários e benefícios

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários	(514.333)	(530.179)	(558.511)	(564.287)
Encargos trabalhistas	(196.457)	(205.148)	(209.678)	(219.521)
Participação dos empregados nos resultados (Nota 22)	(42.127)	(32.601)	(44.854)	(33.877)
Transporte de funcionários	(34.732)	(35.019)	(37.276)	(37.437)
Previdência privada	(229)	(182)	(248)	(197)
Assistência médica	<u>(59.534)</u>	<u>(52.703)</u>	<u>(62.664)</u>	<u>(55.622)</u>
	<u>(847.232)</u>	<u>(856.532)</u>	<u>(913.231)</u>	<u>(910.941)</u>
Despesa de benefícios a empregados alocados a despesa com logística	56.429	55.920	62.350	57.009
Honorários da administração	12.503	14.466	12.922	14.878
Participação dos empregados nos resultados (Nota 22)	<u>42.127</u>	<u>32.601</u>	<u>44.854</u>	<u>33.877</u>
Total das despesas de benefícios a empregados	<u>(736.173)</u>	<u>(753.545)</u>	<u>(793.105)</u>	<u>(805.177)</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Outras receitas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Apropriação de receita diferida	5.672	4.963	5.672	4.963
Resultado de acordo operacional (Nota 8)	12.781	8.800	12.781	8.800
Variação cambial	(1.457)	(1.111)	(1.463)	(1.094)
Outras receitas	3.189	5.544	3.474	6.022
Outras despesas	(2.212)	(11.330)	(3.144)	(11.603)
Outras receitas, líquidas	<u>17.973</u>	<u>6.866</u>	<u>17.320</u>	<u>7.088</u>

28 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros de Mora		4.674		5.048
Receitas financeiras de depósitos bancários de curto prazo	3.783	4.277	3.881	4.575
Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas	5.121	10.533		
Instrumentos financeiros derivativos	228		228	
Outras receitas financeiras	<u>17.375</u>	<u>366</u>	<u>18.305</u>	<u>366</u>
Receitas financeiras	<u>26.507</u>	<u>19.850</u>	<u>22.414</u>	<u>9.989</u>
Despesas financeiras				
Despesas com juros de financiamentos	(30.124)	(40.902)	(31.889)	(41.088)
Despesas com atualização monetária	(82.788)	(62.412)	(82.825)	(65.489)
Ajuste a valor presente	(81.307)	(109.782)	(88.631)	(119.770)
Instrumentos financeiros derivativos	(8.191)		(8.191)	
Outras despesas financeiras	<u>(10.005)</u>	<u>(8.418)</u>	<u>(10.116)</u>	<u>(8.494)</u>
Despesas financeiras	<u>(212.414)</u>	<u>(221.516)</u>	<u>(221.652)</u>	<u>(234.841)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(185.909)</u>	<u>(201.666)</u>	<u>(199.237)</u>	<u>(224.852)</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Despesa de imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(521.086)	(640.596)	(519.830)	(638.774)
Tributos à alíquota nominal (34%)	177.169	217.803	176.742	217.183
Equivalência patrimonial	(15.414)	(24.877)		
Outras diferenças permanentes	(10.932)	(11.279)	(11.448)	(11.407)
IR/CS não constituído	(148.584)	(185.944)	(164.311)	(211.896)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	2.239	(4.297)	983	(6.120)
Aliquota efetiva dos tributos	0,4%	1%	0,4%	1%

30 Informação por segmento

A Companhia reporta a informação por segmento de acordo com as disposições do CPC 22 / IFRS 8 “Segmentos operacionais”. Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade sobre a qual possui informações financeiras separadas que são avaliadas regularmente.

Nas informações do segmento, todas as transações relacionadas entre os diferentes segmentos operacionais foram eliminadas.

(a) Critérios de segmentação.

Para efeitos de gestão, a Companhia é centralizada na divisão operacional Supermercados, que é a base sobre a qual a Companhia toma decisões sobre suas operações e alocação de recursos, essa divisão pode ser dividida por tipo de operação conforme abaixo:

- Varejo – Inclui as bandeiras “G Barbosa”, “Bretas”, “Prezunic” e “Perini”, com o varejo de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos que completam o portfólio por meio de sua cadeia de lojas de hipermercados, supermercados, lojas de eletro “eletroshow”, farmácias, postos de gasolina, delicatéssen e cafés e plataformas de comércio eletrônico.
- Atacado de Autoserviços (Atacarejo) – Inclui a bandeira “Mercantil Rodrigues”
- Serviços Financeiros – Operação Joint Venture em parceria com a instituição bancária Bradesco responsável pela operação do cartão de crédito privado da Companhia, segmento não relevante para divulgação.

As operações citadas são reportadas de forma consistente com a apresentação de relatórios internos utilizados pela gestão no processo de tomada de decisão e controle de gestão, considerando-os numa perspectiva associada ao tipo de negócio e área geográfica.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os segmentos operacionais reportáveis derivam suas receitas principalmente da venda de produtos e da prestação de serviços ao consumidor final no varejo. Não há cliente que represente mais de 5% da receita consolidada, ou de um segmento específico.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

- Varejo 93%
- Atacado de Autoserviço 7%

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

Operação	Varejo		Atacado		Eliminações (i)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita Líquida de Vendas	7.122.009	7.142.388	572.883	547.946	(4)	(397)	7.694.888	7.689.937
Lucro Bruto	1.533.154	1.527.743	74.764	62.813			1.607.918	1.590.556
Depreciação e Amortização	(212.488)	(262.977)	(15.912)	(19.124)			(228.400)	(282.101)
Lucro Operacional	(302.105)	(379.754)	(18.488)	(34.168)			(320.593)	(413.922)
Resultado Financeiro líquido	(189.018)	(207.438)	(10.219)	(17.414)			(199.237)	(224.852)
Lucro (prejuízo) antes do IR CSLL	(491.123)	(587.192)	(28.707)	(51.582)			(519.830)	(638.774)
IR e CSLL	2.194	(4.829)	(1.211)	(1.291)			983	(6.120)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(488.930)	(592.021)	(29.917)	(52.873)			(518.847)	(644.894)
Ativo Circulante	1.613.581	1.360.851	74.398	79.710	(32.133)	(19.160)	1.655.846	1.421.401
Ativo Não Circulante	4.141.515	4.280.312	140.596	151.433	(84.100)	(73.255)	4.198.011	4.358.490
Passivo Circulante	2.020.823	2.206.671	125.422	121.637	(32.133)	(19.160)	2.114.112	2.309.148
Passivo Não Circulante	908.190	284.404	87.523	77.540	(84.100)	(73.255)	911.613	288.689
Patriônio Líquido	2.826.083	3.150.088	2.049	31.966			2.828.132	3.182.054

(i) Eliminações no resultado referem-se a vendas entre os seguimentos, eliminações entre saldos de ativos e passivos referem-se a transações de conta corrente e Notas de débito entre as partes, para maiores detalhes (Nota 31).

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, eletrodomésticos, postos de combustíveis e farmácia, a receita líquida total é composta pelas seguintes bandeiras:

	Controladora	
	2018	2017
G Barbosa	2.403.886	2.398.379
Bretas	1.907.451	1.904.838
Prezunic	2.218.262	2.260.448
Mercantil (Atacado)	572.883	547.946
Perini	150.457	152.348
Eletro	242.710	235.490
Postos, Drogarias e outros	199.239	190.488
Total receitas, líquidas	7.694.888	7.689.937

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eliminação da receita entre os seguimentos em R\$ 4 (2017 – R\$ 397) conforme abertura do quadro Nota 31 (a)

31 Saldos e transações com partes relacionadas

31.1 Consolidado

O Grupo é controlado pela Cencosud S.A (constituída no Chile) que detém 99,5% das ações da Companhia.

Transações com empresas estrangerias do Grupo, não controladores:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Passivo		
Cencosud Chile	1.380	828
Cencosud Argentina	11.096	9.378
	12.476	10.206
	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Resultado (Despesa)		
Cencosud Chile	552	828
Cencosud Argentina	1.718	9.378
	2.270	10.206

31.2 Controladora

Companhia é controladora das empresas Mercantil Rodrigues e Perini Comercial, com as quais ocorreram as transações demonstradas abaixo:

(a) Vendas de produtos e serviços

	2018	2017
Vendas de produtos a:		
Cencosud Comercial	11.166	1.075
Mercantil Rodrigues	4	397
Perini Comercial	29	6.115
	11.200	7.588

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração são os membros da Diretoria. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por vinculação empregatícia, está apresentada a seguir:

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado

	2018	2017
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	12.922	14.878
Participação no resultado	2.984	2.200
	<u>15.906</u>	<u>17.078</u>

(c) Conta corrente com partes relacionadas

Controladora

	2018	2017
Ativo		
Mercantil Rodrigues	84.100	73.255
Perini	<u>41.507</u>	<u>33.683</u>
Em 31 de dezembro	<u>125.607</u>	<u>106.938</u>

O saldo é representado por conta corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram concedidos pela Companhia às companhias controladas Mercantil Rodrigues e Perini o montante de R\$ 378.584 (2017 - R\$172.130) em contra partida as companhias controladas efetuaram pagamentos no montante de R\$ 364.490 (2017 – R\$128.550).

(d) Prestação Serviços Centralizada

A Companhia possui transações com suas controladas relativas a sua prestação de serviço (compartilhamento e rateio de custos e despesas) que são cobradas via emissão de Notas de Débitos, no exercício findo em 2018 os saldos em aberto são R\$ 32.133 junto a controlada Mercantil Rodrigues e R\$ 6.611 junto a controlada Perini, abertura na Nota 11.

32 Resultado por quota

A Companhia calcula o lucro por quotas por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de quotas, pela média ponderada de quotas ordinárias durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta o cálculo do lucro básico e diluído por quota no exercício:

	2018	2017
Lucro atribuível aos quotistas da Companhia	(518.847)	(644.894)
Quantidade média ponderada de quotas em circulação	5.944.229	5.779.304
Lucro básico por quota - R\$	<u>(0,09)</u>	<u>(0,11)</u>

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Cobertura de seguros (Não Auditado)

O Grupo tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Propriedades e Lucros Cessantes	Incêndio e riscos diversos	210.812
		210.812

34 Ativos dados em garantia

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Não circulante				
Máquinas e equipamentos (Nota 12)	50.389	50.877	50.389	50.877
Total de ativos dados como garantia	50.389	50.877	50.389	50.877

35 Compromissos

(a) Contratos de aluguel

A Companhia e suas controladas possuem diversos contratos de aluguel de imóveis com terceiros, com prazos médios entre 15 e 20 anos, renováveis por iguais períodos, para os quais a administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre venda líquida, de acordo com as formas contratuais. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas possuíam 336 estabelecimentos alugados. Para estes contratos de aluguel, incluindo 11 centros de distribuição e 12 postos de combustíveis, foram registradas despesas no montante de R\$ 221.247 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (2017 - R\$ 216.312).

Os compromissos futuros estimados destes contratos, atualizados, montam nos próximos 5 anos:

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ano	2018
2019	228.654
2020	244.614
2021	261.126
2022	278.752
2023	<u>297.568</u>
	<u>1.310.714</u>

(b) Contrato de serviço de construção de lojas Bretas

Em conexão com a assinatura do contrato de compra e venda das quotas de FAG/Bretas, foi também celebrado um contrato de prestação de serviços cujo objeto é a execução de investimentos para construção de 35 novas lojas em propriedade de terceiros a serem alugadas à rede Bretas em condições semelhantes às condições contratuais vigentes para outras lojas também de propriedade do mesmo Grupo econômico contratado.

O montante contratado totaliza R\$ 300.000 e será desembolsado à medida da execução das obras. O contrato prevê a atualização dos valores pela variação do ICPA/IBGE, acrescido de juros de 2% ao ano. Do total do contrato, já foram pagos R\$ 251.677 contabilizados na rubrica de “Benfeitorias”.

36 Eventos Subsequentes

(a) Integralização de Capital / liquidação de empréstimos e financiamentos

Foram realizadas integralizações de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 1.124.405 pela investidora Cencosud Internacional Ltda., em mediante a emissão de novas quotas, registrado na 77º alteração do contrato social de 28 de março de 2019.

Por decisão estratégica da matriz os recursos foram utilizados para liquidar 100% dos empréstimos e financiamentos do Brasil, que foram liquidados durante o exercício de 2019.

(b) Adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2)

Com a adoção inicial da nova norma relativa ao IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia registrou os seguintes impactos no exercício de 2019

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Itens	Impacto	1º de janeiro de 2019
Ativos de direito de uso	Aumento	728.913
Ativo fiscal diferido, líquido	Aumento	357.170
Movimentação líquida no ativo		1.086.082
Passivo de arrendamento	Aumento	(1.050.500)
Passivo fiscal diferido, líquido	Aumento	(247.830)
Movimentação líquida no passivo		(1.298.330)
Impacto líquido em lucros acumulados	Aumento	(212.248)

(c) Impairment de tributos reconhecidos durante o exercício 2019

- A Companhia reconheceu, no 4º trimestre de 2019, créditos de PIS e COFINS decorrentes do trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia em ação judicial que discutiu a tese do ICMS na Base do PIS e da COFINS, no valor de R\$ 251.063 (R\$ 164.602 tributos recuperados e R\$ 86.461 de atualização monetária). Em conjunto ao reconhecimento efetuado a Companhia efetuou análise de recuperabilidade dos saldos provenientes dessa ação e reconheceu provisão para perda no montante de R\$ 136.063.
- A Companhia efetuou análise de recuperabilidade dos saldos de créditos relacionados ao tributo ICMS ST provenientes da operação de aquisição e transferências de mercadorias, e concluiu pelo reconhecimento de provisão para perda no montante de R\$ 94.923.

Em análise subsequente pós revisão das estimativas de recuperabilidade dos tributos, tais provisões foram estornadas durante o exercício de 2020.

(d) Impactos Covid-19

COVID 19 - Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos

A Pandemia do Covid-19 avançou rapidamente com um número significativo de pessoas infectadas ao mesmo tempo, causando impacto grandioso no sistema de saúde mundial. Para controle da proliferação do vírus, foram tomadas medidas que impactaram a rotina de toda sociedade, dentre elas a restrição da livre circulação de pessoas em locais públicos, fechamento temporário de comércio, serviços, escolas, restrição de voos, cancelamento de eventos, entre outros, que por sua vez impactam diretamente negócios vários setores da economia, com a redução da demanda para muitos bens e serviços.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Redução das ações promocionais / campanhas de marketing;
- Revisão dos contratos de serviços / Implantação do Comitê de Gastos;
- Adoção de medidas de flexibilização da relação de trabalho, baseado nas Medidas Provisórias (MPs) editadas pelo Governo Federal;
- Pagamentos de aluguéis proporcional aos dias de funcionamento de lojas, para os casos que ocorreram fechamentos de lojas

Embora algumas lojas do Grupo tenham sido impactadas com o fechamento durante alguns dias devido a decretos emitidos em cada localidade regulamentando o funcionamento do comércio, percebemos o crescimento de vendas em 4% no primeiro trimestre quando comparados com o mesmo período do ano passado, além da melhora na margem comercial e redução das despesas operacionais, as vendas de supermercados foram bem maiores que o normal, em decorrência da essencialidade da atividade e do aumento da procura por alimentos e produtos de higiene nesse período de isolamento social.

Nas despesas operacionais apresentaram redução devido a iniciativas de diminuição das manutenções e serviços não essenciais e a necessidade de aprovação pelo comitê de gastos de despesas acima de R\$ 5 mil, resultando em redução nas linhas de marketing, Manutenção, TI, e serviços de terceiros em geral etc.

Riscos de Liquidez/Geração de Caixa

Inicialmente é importante ressaltar que em 2019, pós IPO no Chile, o Grupo Cencosud, decidiu liquidar 100% dos empréstimos e financiamentos que tínhamos no Brasil, dessa forma, iniciamos e continuaremos sem empréstimos e financiamentos no Brasil durante 2020.

Como não temos empréstimos e financiamentos no Brasil, não houve impactos significativos em caixa nos meses da pandemia, tendo em vista o volume de vendas e EBITDA superior ao orçamento, além das medidas preventivas adotadas como precaução para preservar a liquidez/geração de caixa, adicionalmente, todos os limites de crédito “pré covid-19” da Cencosud Brasil, junto as instituições financeiras, se encontram disponíveis e ativos para utilização.

Continuidade Operacional

A Administração tem avaliado as implicações do Covid-19 no cenário mundial e as medidas até o presente momento adotadas no intuito de controlá-lo e não visualiza no contexto atual qualquer risco de prejuízos a continuidade operacional da entidade, uma vez que a Cencosud fornece produtos essenciais à população, mantém a maioria das suas lojas em funcionamento durante o período da pandemia, garantindo aos clientes a qualidade e variedade de produtos, e demonstra em seus resultados de 2020 que vem conseguindo manter o crescimento apesar de todo contexto socioeconômico.

Impairment de ativos

A Administração não visualiza, até a presente data, impacto significativo na atividade econômica da Companhia, que resulte em redução relevante de receitas ou aumento de custos operacionais, muito pelo contrário, identificamos aumento de receita mesmo com algumas lojas fechadas e aumento do EBITDA e melhora na geração de caixa, razão pela qual entende não haver necessidade de realizar um novo teste para identificação de eventuais perdas no valor recuperável dos seus ativos antes da data normal regular e anual, a ser realizada ao final do ano.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Mudança política de slow-moving

Para fins de aprimoramento da gestão de estoques da Cencosud Brasil, a administração da Cencosud Brasil decidiu, em linha com as ações para redução de quebras e de estoques, implementar política mais rígida de penalização % de estoque lento (slow-moving), penalidade aplicada à base de estoques, conforme as faixas de antiguidade dos estoques alterando dessa forma essa estimativa contábil a partir do 1º trimestre de 2020.

(f) Redução de capital:

Foi realizado o envio de recursos financeiros a matriz no Chile via redução de capital no montante de R\$ 267.170 mediante a redução proporcional do capital social da Companhia, registrado na 79º alteração do contrato social, efetivada em novembro de 2020.

(g) Divulgação de Fato Relevante na Matriz Chile - Abertura de capital (IPO):

- Foi divulgado em 27 de novembro de 2020 em fato relevante pela matriz controladora do Chile sobre a intenção de abertura de capital (IPO) da operação no Brasil a ser negociado em bolsa de valores (B3) de percentual minoritário da Companhia, ainda a ser definido. O total dos fundos arrecadados serão utilizados para fortalecer o crescimento orgânico e expansão da operação de supermercados no Brasil.

Foi definido o Banco Itaú BBA como líder global da operação que será acompanhado pelo Bank of America e JP Morgan como acessoria e coordenação do processo, o banco Bradesco BBI será parte integrante do sindicado de Bancos.

- Foi divulgado em 01 de dezembro de 2020 em fato relevante pela matriz controladora do Chile sobre complemento de informação publicada no fato relevante de 27 de novembro de 2020.

A companhia espera arrecadar no processo de abertura de capital para fortalecer o crescimento orgânico e expansão da operação o montante aproximado de U\$ 300.000 (trezentos milhões de dólares). Por outro lado, a companhia pretende disponibilizar para oferta o percentual minoritário que oscila entre 10% e 35%, essa informação pode variar de acordo com o avanço do processo.

(h) Conversão da Companhia de Sociedade Ltda para sociedade anônima

Os sócios decidem por unanimidade e sem ressalvas, transformar o tipo societário da Companhia, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, conforme divulgado na (nota 1) de contexto operacional, a companhia fez a conversão de uma sociedade limitada para uma sociedade anônima, conforme ato societários de 27 de janeiro de 2021, mediante registrado na 80º alteração do contrato social e transformação de Sociedade empresária limitada em Sociedade por Ações.

(i) Autuação PIS Cofins

Em janeiro de 2021 a Companhia recebeu autos de infração lavrados para cobrar supostos débitos de PIS e COFINS relativos aos meses de janeiro a junho de 2016, em decorrência da:

- Glosa de créditos apurados pela Cencosud em relação à amortização e depreciação de edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros;
- Não tributação de receitas relativas ao comércio no mercado interno, de determinados produtos e ao recebimento de bonificações, doações e descontos de fornecedores.

Cencosud Brasil Comercial S.A. (anteriormente denominada Cencosud Brasil Comercial Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores principais foram acrescidos de juros e multa de ofício perfazendo o montante histórico de aproximadamente R\$ 87.250, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia autações possuem avaliação de probabilidade de perda possível.

(j) **Reorganização Societária**

Para fins de reorganização societária a Companhia, efetivou Cisão de ativos no montante de R\$ 370.000, referente a seus imóveis próprios, a mesma foi efetuada mediante os atos societários abaixo descritos:

- De acordo com AGE de 28 de janeiro de 2021, foi efetivada redução de capital no montante de R\$ 370.000, mediante a restituição de capital aos acionistas, em bens e moedas corrente nacional.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	5

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições Não Contábeis	7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	10
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	11
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	12
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	13
3.7 - Nível de Endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras Informações Relevantes	16

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	17
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	63
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	64
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	72
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	74
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	76
4.7 - Outras Contingências Relevantes	78
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	79

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	80
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	98
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	99
5.4 - Programa de Integridade	102
5.5 - Alterações significativas	109
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	110

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	112
6.3 - Breve Histórico	113
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	115
6.6 - Outras Informações Relevantes	116

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	117
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	132
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	133
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	134
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	147
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	148
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	159
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	160
7.8 - Políticas Socioambientais	161
7.9 - Outras Informações Relevantes	162

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	164
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	165
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	166

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	167
---	-----

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	168
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	169
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	171
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	191
9.2 - Outras Informações Relevantes	192

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	193
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	217
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	221
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	222
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	223
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	227
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	228
10.8 - Plano de Negócios	229
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	231

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	232
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	233

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	234
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	243
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	247
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	250
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	251
12.7/8 - Composição Dos Comitês	256

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	258
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	260
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	267
12.12 - Outras informações relevantes	268

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	270
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	275
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	279
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	281
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	282
13.6 - Opções em Aberto	283
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	284
13.8 - Precificação Das Ações/opções	285
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	286
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	287
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	288
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	289
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	290
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	291
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	292
13.16 - Outras Informações Relevantes	293

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	294
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	296
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	297

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	298
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	299

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária	300
15.3 - Distribuição de Capital	317
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	318
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	319
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	320
15.7 - Principais Operações Societárias	321
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	323

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	324
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	327
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	337
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	340

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social	341
17.2 - Aumentos do Capital Social	342
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	343
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	344
17.5 - Outras Informações Relevantes	345

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações	346
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	347
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	348

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	349
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	350
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	351
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	352
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	353
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	354
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	355
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	356
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	357
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	358

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	359
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	360
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	361

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	362
20.2 - Outras Informações Relevantes	364

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	365
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	367
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	369
21.4 - Outras Informações Relevantes	370

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Sebastian Dario Los
Cargo do responsável	Diretor Presidente
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Emílio Nunes de Carvalho
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

SEBASTIAN DARIO LOS, argentino, casado, contador, inscrito no CPF/ME sob o nº 861.430.405-67, portador da cédula de identidade RNE nº V905988-W, expedida pela Polícia Federal, na qualidade de Diretor Presidente da **CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia – CNPJ/ME sob o nº 39.346.861/0350-38, com sede e foro na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 21º andar, Brooklin, São Paulo – SP, CEP 04.578-000 (“Companhia”), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

SEBASTIAN DARIO
Assinado de forma digital por
SEBASTIAN DARIO
LOS:86143040567
Dados: 2021.08.26 19:01:36 -03'00'

SEBASTIAN DARIO LOS

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Emílio Nunes de Carvalho, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 19.648.490-X, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 125.098.718-03, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia – CNPJ/ME sob o nº 39.346.861/0350-38, com sede e foro na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 21º andar, Brooklin, São Paulo – SP, CEP 04.578-000 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

EMILIO NUNES DE
CARVALHO:12509871803

Assinado de forma digital por
EMILIO NUNES DE
CARVALHO:12509871803
Dados: 2021.08.26 15:44:50 -03'00'

EMÍLIO NUNES DE CARVALHO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	287-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20		
Data Início	28/12/2006		
Descrição do serviço contratado	<p>(i) Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); (ii) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 30 de junho de 2021 elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB); e (iii) Trabalhos relacionados à emissão de carta de conforto em conexão com oferta pública de ações da Companhia no Brasil e no exterior para investidores qualificados.</p> <p>A remuneração total paga aos auditores independentes pelos serviços de auditoria prestados no último exercício social, conforme descritos nos itens (i) e (ii) acima, foi de R\$ 1.947.368,00.</p> <p>Não aplicável.</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço			
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.		
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Vinícius Ferreira Britto Rêgo	01/07/2020	929.336.105-15	Av. Tancredo Neves, 2539, Caminho das Ávores, Salvador, BA, Brasil, CEP 41820-021, telefone (71) 33191900, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item 2 foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	2.743.496.000,00	3.108.443.000,00	3.311.216.000,00	2.828.132.000,00
Ativo Total	5.732.895.000,00	6.384.357.000,00	6.328.378.000,00	5.853.857.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	4.024.236.000,00	8.408.932.000,00	7.804.389.000,00	7.694.888.000,00
Resultado Bruto	877.507.000,00	1.970.622.000,00	1.643.572.000,00	1.607.918.000,00
Resultado Líquido	7.573.000,00	64.397.000,00	-430.914.000,00	-518.847.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	6.801.464.243	6.801.464.243	7.068.634.244	5.944.229.144
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,403368	0,457026	0,468438	0,475778
Resultado Básico por Ação	0,001113	0,009468	0,060961	0,087286
Resultado Diluído por Ação	0,00	0,01	0,06	0,09

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente as seguintes medições não contábeis:

(em R\$ mil, exceto %)	Período findo em 30/06/2021	Período findo em 30/06/2020	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
EBITDA	275.686	266.923	612.106	284.794	-92.194
<i>Margem EBITDA</i>	6,9%	6,7%	7,3%	3,6%	-1,2%
EBITDA Varejo	246.908	256.752	588.564	271.337	-89.619
<i>Margem EBITDA Varejo</i>	7%	7%	7,6%	3,8%	-1,3%
EBITDA Atacado	28.778	10.170	23.542	13.457	-2.575
<i>Margem EBITDA Atacado</i>	5,7%	3,4%	3,8%	2,3%	-0,4%

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

Além disso, a Companhia apresenta também o EBITDA e Margem EBITDA por segmento operacional, varejo e atacado.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil dos Arrendamentos (IFRS 16/ CPC 06 (R2)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) e, por isso, não são comparáveis, no que diz respeito à contabilização de arrendamentos, com os exercícios sociais de 31 de dezembro de 2020 e 2019, os quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Os principais efeitos trazidos por essa nova norma são: (i) aumento das despesas de depreciação devido à amortização do direito de uso; (ii) aumento das despesas financeiras pelos juros incidentes da atualização do passivo de arrendamento; e (iii) redução das despesas com aluguéis. Para mais informações, ver seção 10.4 deste Formulário de Referência.

O EBITDA e a Margem EBITDA, inclusive por segmento operacional (varejo e atacado), não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito

3.2 - Medições Não Contábeis

gerencial e para comparação com empresas similares.

Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

Consolidado

(em R\$ mil, exceto %)	Período findo em 30/06/2021	Período findo em 30/06/2020	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
Resultado líquido do exercício	7.573	-69.528	64.397	-430.914	-518.847
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	-35.785	-37.430	-64.364	-22.306	983
(+) Resultado financeiro líquido	-94.405	-91.130	-95.863	-282.554	-199.237
(+) Depreciação e amortização	-137.923	-207.891	-387.482	-410.848	-228.399
EBITDA	275.686	266.923	612.106	284.794	-92.194
Receita operacional líquida	4.024.236	3.980.478	8.408.932	7.804.389	7.694.888
Margem EBITDA	6,9%	6,7%	7,3%	3,6%	-1,2%

Por segmento operacional

Varejo

(em R\$ mil, exceto %)	Período findo em 30/06/2021	Período findo em 30/06/2020	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
Resultado líquido do exercício	5.940	-61.955	73.747	-406.496	-488.930
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	-35.388	-37.018	-64.409	-21.968	2.194
(+) Resultado financeiro líquido	-87.853	-86.173	-87.035	-270.519	-189.018
(+) Depreciação e amortização	-117.727	-195.516	-363.373	-385.345	-212.488
EBITDA Varejo	246.908	256.752	588.564	271.336	-89.618
Receita operacional líquida	3.517.272	3.681.889	7.793.053	7.222.961	7.122.009
Margem EBITDA Varejo	7,0%	7,0%	7,6%	3,8%	-1,3%

Atacado

3.2 - Medições Não Contábeis

(em R\$ mil, exceto %)	Período findo em 30/06/2021	Período findo em 30/06/2020	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
Resultado líquido do exercício	1.633	-7.574	-9.350	-24.418	-29.917
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	-397	-412	45	-338	-1.211
(+) Resultado financeiro líquido	-6.552	-4.957	-8.828	-12.035	-10.219
(+) Depreciação e amortização	-20.196	-12.375	-24.109	-25.502	-15.912
EBITDA Atacado	28.778	10.170	23.542	13.457	-2.575
Receita operacional líquida	507.112	298.602	615.892	581.487	572.883
Margem Atacado EBITDA	5,7%	3,4%	3,8%	2,3%	-0,4%

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e a Margem EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA, consolidado e por segmento operacional (varejo e atacado), são medidas não contábeis mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostra o verdadeiro lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA, consolidado e por segmento operacional (varejo e atacado), oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

Essas medidas não contábeis não devem ser consideradas isoladamente ou como substitutas do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos de nossa Companhia. O EBITDA, consolidado e por segmento operacional (varejo e atacado), funcionam como indicadores de desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária sobre o lucro, nos níveis de despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA, consolidado e por segmento operacional (varejo e atacado), apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar despesas e/ou receitas que, por sua vez, afetam nosso resultado. Nós utilizamos essas medições não contábeis como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes após as informações trimestrais da Companhia referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
Regras sobre retenção de lucros	Durante o exercício de 2020, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e adotava como regras de retenção de lucros as previsões contidas em seu contrato social, autorizando os sócios deliberarem sobre a destinação dos resultados da Companhia.	Durante o exercício de 2019, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e adotava como regras de retenção de lucros as previsões contidas em seu contrato social, autorizando os sócios deliberarem sobre a destinação dos resultados da Companhia.	Durante o exercício de 2018, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e adotava como regras de retenção de lucros as previsões contidas em seu contrato social, autorizando os sócios deliberarem sobre a destinação dos resultados da Companhia.
Valores das retenções de lucros	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.
Regras sobre distribuição de dividendos	Durante o exercício de 2020, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e o contrato social da Companhia previa que os saldos dos lucros apurados, após serem feitas as deduções legais e contratuais e as amortizações seriam destinados conforme aprovado pelos sócios, sendo facultada a distribuição de forma antecipada.	Durante o exercício de 2019, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e o contrato social da Companhia previa que os saldos dos lucros apurados, após serem feitas as deduções legais e contratuais e as amortizações seriam destinados conforme aprovado pelos sócios, sendo facultada a distribuição de forma antecipada.	Durante o exercício de 2018, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e o contrato social da Companhia previa que os saldos dos lucros apurados, após serem feitas as deduções legais e contratuais e as amortizações seriam destinados conforme aprovado pelos sócios, sendo facultada a distribuição de forma antecipada.
Periodicidade das distribuições de dividendos	Durante o exercício de 2020, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e o contrato social da Companhia previa a distribuição anual de dividendos, podendo também a Companhia, por deliberação dos sócios, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, os sócios poderiam declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	Durante o exercício de 2019, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e o contrato social da Companhia previa a distribuição anual de dividendos, podendo também a Companhia, por deliberação dos sócios, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, os sócios poderiam declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	Durante o exercício de 2018, a Companhia era uma sociedade limitada, nos termos do Código Civil Brasileiro, e o contrato social da Companhia previa a distribuição anual de dividendos, podendo também a Companhia, por deliberação dos sócios, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, os sócios poderiam declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto no Código Civil e na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto no Código Civil e na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto no Código Civil e na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando o órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Durante o exercício de 2020, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Contrato Social da Companhia.	Durante o exercício de 2019, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Contrato Social da Companhia.	Durante o exercício de 2018, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Contrato Social da Companhia.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e nos três últimos exercícios sociais, não houve distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido.

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía contrato de financiamento em vigor, sendo seu nível de endividamento igual a 0.

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que a Companhia não possuía contrato de empréstimo ou financiamento em vigor até a data deste Formulário de Referência.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 3.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos nele mencionados e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Nossa atividade, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias e/ou o valor dos valores mobiliários de nossa emissão poderão ser afetados adversamente por qualquer dos fatores de risco conhecidos por nós na data deste Formulário de Referência e descritos abaixo, bem como por riscos adicionais não conhecidos, mas que podem surgir no futuro ou que consideramos irrelevantes nesta data. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que nossos acionistas poderão perder parte ou a totalidade de seus investimentos nos valores mobiliários de nossa emissão.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante para nós, nossas controladas ou coligadas, individual ou conjuntamente, em nossas atividades, situações financeiras, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez, reputação negócios futuros e/ou do valor de negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Ademais, não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, um fator de risco que esteja em um item pode também se aplicar a um ou mais itens desta seção ou de qualquer matéria tratada neste Formulário de Referência.

(a) Riscos Relacionados à Companhia

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia do COVID-19 afetará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente nossos negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar a operar nossos negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como as provocadas pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia do COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A pandemia do COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo das localidades em que nós operamos, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para controlar a propagação da doença, como o isolamento social e consequente restrição à circulação, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

Algumas atividades da Companhia, por não serem consideradas essenciais pelas autoridades governamentais, tiveram que ser fechadas. Tais atividades correspondem às lojas de eletrodomésticos (eletroshow), as quais ficaram fechadas, em sua maioria, durante determinados períodos da pandemia, incluindo o mês de março de 2021. Outras atividades foram afetadas negativamente em razão de restrições à maneira como a Companhia conduzia seus negócios, principalmente devido à restrição no horário de funcionamento e abertura de lojas, além da restrição de vendas de itens considerados não essenciais, como por exemplo, eletroeletrônicos, bazar, utilidades do lar, bebidas alcoólicas entre outros. Na data deste Formulário de Referência, algumas lojas da Companhia na região metropolitana de Salvador estão funcionando com restrições de horários. Os postos de gasolina também foram afetados negativamente devido à reduzida necessidade de abastecimento de veículos em geral.

Adicionalmente, as medidas implementadas pelas autoridades para mitigar a expansão do COVID-19 impactaram de forma adversa a circulação de consumidores pelas nossas lojas físicas que permaneceram abertas durante a pandemia do COVID-19, bem como alteraram o padrão de consumo dos clientes e levaram a Companhia a alocar recursos para adaptação das lojas às novas medidas impostas. A Companhia não pode garantir que não haverá novos fechamentos de seus estabelecimentos ou restrições no modo de operação de seus estabelecimentos (incluindo a redução do horário de funcionamento e a limitação na circulação de pessoas) em razão da pandemia do COVID-19.

Adicionalmente, nossos escritórios administrativos e outras instalações, incluindo nossa sede, funcionam parcialmente, uma vez que a Companhia vem praticando uma política de teletrabalho para seus empregados administrativos, seja ele remoto, home office ou híbrido para cerca de 50% dos seus empregados. Essa política pode afetar nossa produtividade, ocasionar eventuais erros e atrasos nas nossas operações, bem como causar outras interrupções nos negócios. O trabalho remoto também pode aumentar nossos riscos operacionais, incluindo, mas não limitado a riscos de cibersegurança, sendo tais riscos potencializados pela extensão do período em que tal prática for adotada, o que pode prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios. A Companhia não pode garantir que as medidas preventivas adotadas serão suficientes para evitar que os empregados sejam contaminados pelo COVID-19 e há risco de eventual contaminação pelos empregados ser reconhecida como doença ocupacional, o que poderia resultar em responsabilização nas esferas judiciais e administrativas. Além disso, como resultado da desaceleração econômica no Brasil, nossos clientes e fornecedores podem renegociar acordos existentes, com possíveis aumentos de inadimplência, o que pode nos forçar a manter parte de nossos ativos sem ocupação e, portanto, afetar adversamente nossos resultados de operações e nossa condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A pandemia do COVID-19 pode, também, causar perturbações materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ciberataques, absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia do COVID-19, nossas operações podem ser adversamente afetadas.

Além disso, nos últimos meses, novas variantes potencialmente mais transmissíveis do COVID-19 foram identificadas, o que, dentre outros fatores, levou a um aumento na quantidade de internações hospitalares e mortes no Brasil. Ainda, estados e cidades brasileiras estão retomando medidas restritivas, tais como proibição de atividades não essenciais e *lockdown*. Ademais, o plano de vacinação que vem sendo adotado pelos governos federal e estaduais do Brasil ainda segue em ritmo lento e com baixo número absoluto de pessoas vacinadas, se comparado proporcionalmente aos demais países. A Companhia não pode garantir que tais fatores não impactarão suas condições financeiras e operacionais.

Mesmo após a eventual diminuição do surto do COVID-19, pode ocorrer uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, que pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes e fornecedores.

Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação do COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto do COVID-19 é incerto. O alcance total do impacto da pandemia do COVID-19 sobre nossos negócios e resultados operacionais depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia do COVID-19, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras.

Por fim, o impacto da pandemia do COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de ampliar a quantidade de lojas físicas.

O nosso crescimento está ligado à nossa capacidade de abrir novas lojas, desenvolver as lojas existentes, bem como identificar e aproveitar oportunidades de inaugurar e operar novas lojas com sucesso. Nossa capacidade de inaugurar e operar novas lojas com êxito depende de inúmeros fatores, muitos dos quais estão além de nosso controle. Entre esses fatores se incluem nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, o que envolve reunir e analisar dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para nossos produtos nos locais escolhidos, bem como a negociação de contratos de locação em termos aceitáveis, e a construção de obras sem atrasos significativos, interrupções ou aumento de custos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, estamos suscetíveis a riscos de performance, qualidade de produto e condição financeira das empresas de construção contratadas. Como exemplo, a capacidade das empresas de construção contratadas de prestar serviços e fornecer recursos essenciais, adequada e pontualmente, aos nossos projetos imobiliários pode ser afetada se eles estiverem enfrentando restrições financeiras ou de redução da atividade econômica em geral, entre outros fatores. Não temos como garantir que não iremos nos deparar com interrupções em seus serviços no futuro ou que conseguiremos substituir, em tempo hábil, tais empresas que não conseguirem atender às nossas necessidades, o que poderá afetar negativamente a execução oportuna e bem-sucedida dos nossos projetos e, consequentemente, nossos resultados operacionais e condição financeira. Adicionalmente, há risco de falta de materiais e / ou incremento significativo dos custos necessários para a conclusão de tais projetos.

A abertura de novas lojas também requer a manutenção de um nível crescente de estoques a um custo aceitável para atender à sua demanda, bem como a contratação, o treinamento e a retenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente em nível gerencial. Caso não sejamos capazes de administrar fatores e incertezas relacionados ao sucesso na abertura de novas lojas, incluindo os impactos da pandemia do COVID-19, nossos negócios e o resultado de nossas operações poderão ser negativamente afetados.

Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e operação das nossas unidades e centros de distribuição.

Dependemos de diversos cadastros e registros perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal. A Companhia também enfrenta riscos relativos às licenças para instalação e operação das lojas e dos centros de distribuição, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros ("AVCB"), Alvarás de Licença de Uso e Funcionamento ("ALUF"), licenças ambientais, outorgas para uso de recursos hídricos, alvarás sanitários, Autorização de Funcionamento de Empresa perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("AFE" e "ANVISA", respectivamente), registro perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"), registro perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento, registro perante Conselhos Profissionais, entre outros.

Por atuarmos em um setor sujeito a legislação e regulação e caracterizado pela necessidade de frequente interação com autoridades governamentais, alterações nas regulamentações aplicáveis às nossas atividades e produtos, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de Licenças de nossos estabelecimentos e/ou produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem nos afetar de modo adverso e relevante. Estamos sujeitos, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades em nossos estabelecimentos para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

A Companhia não pode garantir que possui todas as licenças e autorizações necessárias para a continuidade de suas atividades. Além disso, as licenças possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, o que a Companhia tampouco pode garantir que conseguirá fazer. As dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, incluindo em razão da pandemia do COVID-19, que pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para obtenção e renovação das licenças, potencializam o risco de a Companhia não conseguir obter todas as licenças necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A não obtenção ou a não renovação das nossas Licenças por quaisquer motivos, incluindo dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, poderá, caso a caso (i) resultar em autos de infração, (ii) nos sujeitar ao pagamento de multas, (iii) nos impedir de abrir e operar as lojas e os centros de distribuição, (iv) resultar na interdição ou fechamento das nossas lojas e nossos centros de distribuição, (v) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (vi) resultar na aplicação de outras penalidades, tais como advertência e apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual e municipal); e (vii) nos expor, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais, o que pode afetar substancialmente e adversamente nossa estratégia de negócios.

Portanto, os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser material e adversamente afetados se a Companhia não conseguir obter ou renovar todas as licenças e autorizações necessárias para suas atividades e operações.

Para informações sobre as autoridades governamentais competentes e regulamentações aplicáveis, ver seção 7.5 deste Formulário de Referência.

Dependemos do sistema de transportes rodoviário e infraestrutura das cidades em que estão localizados nossos centros de distribuição para a entrega das mercadorias e seremos adversamente afetados caso haja interrupção ou suspensão das atividades de qualquer desses centros de distribuição.

A distribuição de mercadorias parte dos nossos nove centros de distribuição, localizados nos municípios de Nossa Senhora do Socorro/SE, Maracanaú/CE, Camaçari/BA, Salvador/BA, Goiânia/GO, Rio de Janeiro/RJ, Simões Filho/BA e dois em Ribeirão das Neves/MG ("Centros de Distribuição"). O sistema de transporte rodoviário e infraestrutura no País está em desenvolvimento e necessita de melhorias para que possa funcionar de maneira eficiente e atender os nossos negócios. Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde os Centros de Distribuição da Companhia estão localizados, resultantes de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves (tais como a paralisação de caminhoneiros de maio de 2018), restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a do COVID-19) ou outras causas inesperadas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias e ocasionar queda em nossas vendas, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

Caso a operação dos nossos Centros de Distribuição seja interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, ou caso a capacidade de distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, problemas sanitários, acidentes, greves ou questões trabalhistas, podemos enfrentar desabastecimento de produtos em nossas lojas o que, por sua vez, afetará adversamente nossas vendas e acarretará aumentos significativos de custos relacionados à reabertura ou substituição dos Centros de Distribuição.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento inclui a abertura de novas lojas, além da expansão das vendas por meios digitais (e-commerce), o que pode demandar uma expansão na capacidade dos nossos Centros de Distribuição ou até mesmo o estabelecimento de novos centros de distribuição, especialmente devido à necessidade de abastecimento de lojas físicas e para atendimento das demandas de compras via e-commerce. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou não consigamos expandir ou integrar centros de distribuição ou adaptar os serviços de operadores logísticos existentes ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um impacto adverso em nossas vendas, nossos resultados operacionais e na nossa estratégia de crescimento.

Ademais, quaisquer alterações ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que nós ou os nossos fornecedores usem para entregar produtos nas lojas ou Centros de Distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que vendemos em nossas lojas e afetar negativamente nossas operações.

Podemos não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências e preferências de consumo dos nossos clientes.

Competimos com outras empresas do setor de varejo em relação a preço, qualidade, experiência de compra, promoções, localização e disposição das lojas. As preferências dos consumidores e as tendências de consumo são voláteis e tendem a mudar rapidamente, com o surgimento de novos produtos, tendências e demandas que influenciam fortemente o gosto dos consumidores. O sucesso das vendas depende da habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências de consumo, bem como às potenciais mudanças nas preferências dos nossos clientes. Se os produtos disponíveis nas nossas lojas físicas e digitais não forem capazes de atender aos gostos e preferências dos clientes, isso pode acarretar uma diminuição significativa nas vendas. Qualquer falha em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência de consumo pode afetar negativamente a aceitação de mercadorias pelos clientes, o que pode causar o excesso de estoque de determinados produtos, impactando adversamente nosso negócio, imagem, rentabilidade, resultado operacional e a situação financeira.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de controle interno e gestão de riscos, que inclusive foram reformulados recentemente para fins da presente Oferta e não estão totalmente implementados, poderão afetar adversamente nossos negócios.

As nossas políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar Riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos, que foram reformulados recentemente para fins da presente Oferta e não estão totalmente implementados, podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra Riscos e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos. Adicionalmente, nossos procedimentos de *compliance* e controles internos, recentemente reformulados para fins da presente Oferta e que não estão totalmente implementados, podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos empregados e membros de nossa administração.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

Se não formos capazes de manter nossos controles internos operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes elaborar nossas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar nossos resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios.

Ainda, os sistemas, políticas e procedimentos de controles internos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Na presente data, a Companhia não pode assegurar que não serão identificadas deficiências ou deficiências significativas nos seus controles internos. Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes.

Dessa forma, a Companhia não pode garantir se e quando seus sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos serão totalmente implementados e, ainda que implementados, estão sujeitos a falhas e podem não ser eficazes. A falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Podemos não conseguir executar a nossa estratégia de fornecer volume e variedade suficientes de produtos a preços competitivos ou gerenciar adequadamente o abastecimento do nosso estoque, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nós.

O nosso negócio depende da nossa capacidade de fornecer volume e variedade de produtos a preços competitivos. Podemos não ser capazes de vender tais produtos, o que pode resultar em um estoque excessivo com baixa aceitação e nos forçar a dar descontos significativos em tais produtos. Ademais, produtos com um estoque excessivo em nossas lojas podem ficar obsoletos ou ter o seu prazo de validade expirado. O manuseio inadequado pode resultar em quebra ou avaria de nossos produtos. Também estamos sujeitos a roubos e furtos de mercadorias em nossos centros de distribuição, durante seu transporte até nossas lojas bem como dentro delas. A materialização de qualquer um desses riscos pode ocasionar um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios e resultados financeiros.

Se não implementarmos totalmente nossa estratégia de crescimento e transformação digital, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à nossa estratégia de crescimento e transformação digital dependem de fatores críticos de sucesso, dentre os quais nossa competência e capacidade de:

- Proteger o poder da nossa marca;
- Expandir nossa marca por meio de propagandas e marketing;
- Abrir novas lojas e expandir nossa cobertura geográfica;
- Alavancar as vendas e aumentar a rentabilidade de nossas operações;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Fortalecer e expandir a oferta de serviços e produtos financeiros para nossa base de clientes;
- Aperfeiçoar a experiência de compra por meio da multicanalidade;
- Manter a nossa cultura corporativa, organizacional e nossa marca no processo de expansão;
- Gerenciar a captação e aplicação dos recursos financeiros; e
- Dar continuidade à nossa estratégia de transformação digital, por meio da inclusão digital de nossos clientes, o aprimoramento contínuo de nossas operações multicanais, desenvolvimento de nossa plataforma digital e fortalecimento de nossa cultura digital.

Nós conduzimos nossas operações por meio de lojas físicas e digitais. Caso sejamos incapazes de alinhar estes canais de vendas em termos de aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing com o objetivo de atender as necessidades de nossos clientes, podemos não nos beneficiar integralmente de nossa estrutura multicanal integrada, o que pode afetar adversamente nossos resultados e operações.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas “mesmas lojas”, conceito que demonstra quanto as vendas aumentaram nas mesmas lojas em relação ao período/exercício social anterior, são: (i) nossa capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) nossa capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a confiança do consumidor; (iv) situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão localizadas; (v) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados, (vi) mudanças em nossas políticas de crédito, propaganda e marketing; e (vii) concorrência. Em decorrência dos eventos descritos acima, nossa performance de vendas “mesmas lojas” pode não apresentar crescimento ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Além disso, nosso crescimento futuro de vendas depende em grande medida da ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como e-commerce, o que não podemos garantir que conseguiremos realizar, inclusive porque estes são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo de nossos clientes, o que pode impactar nosso planejamento e nosso eventual crescimento de vendas. Adicionalmente, as nossas vendas também poderão diminuir em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a pandemia do COVID-19).

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito, simultaneamente e por completo. O insucesso em implementar nossas estratégias pode afetar adversamente nossos negócios.

Podemos não conseguir ajustar o alinhamento das operações de nossas lojas físicas com os canais digitais dentro de nossas expectativas.

Além de nossas operações serem realizadas por meio de lojas físicas, também utilizamos canais digitais de e-commerce por meio de aplicativos, que permitem a realização de compras nos nossos supermercados on-line. Nossa aprendizado local ainda é recente em tal formato de negócios. Caso não consigamos ajustar o constante alinhamento das operações das lojas físicas e dos canais digitais de e-commerce sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento às expectativas dos nossos clientes, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A perda de membros da nossa alta administração e/ou a incapacidade de atrair e reter diretores qualificados pode causar um efeito adverso sobre as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais

Nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte de esforços e da capacidade da nossa administração e outros empregados-chave. A perda dos membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios e, consequentemente, nossos resultados operacional e financeiro. Além disso, caso venhamos a perder algum desses profissionais-chave, podemos não conseguir atrair e reter novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. Nosso sucesso também depende de nossa habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia da informação, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais empregados altamente qualificados é intensa, e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, poderemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, consequentemente, nossos resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

Se não formos capazes de ter acesso a novos financiamentos, descontar recebíveis ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, poderemos sofrer um efeito adverso relevante.

Os mercados locais de dívida e de capitais foram recentemente impactados pelo custo de crédito e por fatores político-econômicos, pela pandemia do COVID-19, dentre outros. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. As preocupações quanto à estabilidade dos mercados financeiros no Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis. Podemos não conseguir ter acesso a financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, para atender às nossas necessidades de financiamento, capital de giro ou obrigações em geral. A ocorrência de qualquer um desses fatores pode afetar a estratégia de crescimento da Companhia.

Se não conseguirmos obter financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais, quando necessário, ou se não conseguirmos obter fianças bancárias, seguros garantia, ou se tais instrumentos somente estiverem disponíveis mediante condições desfavoráveis, podemos não conseguir satisfazer às nossas necessidades de caixa e obrigações financeiras, ou aproveitar oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados financeiros. Para mais informações, ver Seção 10 deste Formulário de Referência.

Além disso, no curso normal de nossas operações, descontamos recebíveis perante instituições financeiras a fim de obter capital de giro para as nossas atividades operacionais. Não há nenhuma garantia de que esse tipo de instrumento de financiamento continuará disponível para nós e em termos aceitáveis. Se não tivermos capital de giro suficiente, talvez não seja possível implementar nossa estratégia de crescimento, manter nossa competitividade ou financiar iniciativas estratégicas importantes, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos nossos negócios e resultados financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os supermercados tradicionais e lojas de varejo da Companhia enfrentam uma concorrência cada vez maior das vendas pela internet, o que pode afetar negativamente as vendas de canais tradicionais, e sua estratégia de transformação digital pode não ser uma resposta eficaz a essa concorrência.

Nos últimos anos, as vendas pela internet no varejo de alimentos, roupas e produtos para a casa aumentaram significativamente no Brasil, e a Companhia espera que essa tendência continue à medida que varejistas mais tradicionais entrem no ramo de varejo on-line ou expandam sua infraestrutura digital existente. O crescimento nos negócios de varejo na internet de concorrentes provavelmente prejudicaria não apenas as operações de varejo tradicional da Companhia, mas também suas operações de varejo na internet. Os varejistas da internet podem vender diretamente aos consumidores, diminuindo a importância dos canais tradicionais de distribuição, como supermercados e lojas de varejo.

Certos varejistas de alimentos na Internet têm custos operacionais significativamente mais baixos do que os hipermercados e supermercados tradicionais, já que não dependem de uma rede cara de pontos de venda ou de uma grande mão de obra de vendas. Como resultado, esses varejistas de alimentos na internet são capazes de oferecer seus produtos a custos mais baixos do que a Companhia e, em certos casos, são capazes de contornar os intermediários no varejo e entregar diretamente produtos frescos e de alta qualidade aos consumidores. A Companhia acredita que seus clientes estão usando cada vez mais a internet para realizar compras de alimentos e outros bens de varejo, e que essa tendência provavelmente continuará.

Adicionalmente, as tecnologias utilizadas no varejo de alimentos e eletrodomésticos evoluem constantemente como parte da cultura digital moderna. Alguns dos competidores da Companhia anunciaram, por exemplo, uma parceria com uma *start-up* para a abertura de um mercado automatizado, que é operado por aplicativo para celular. A Companhia pode não ser capaz de se adaptar com a velocidade necessária para atender às demandas e preferências de seus clientes, bem como aos padrões do mercado em que opera.

A Companhia não pode garantir que sua estratégia de transformação digital será bem-sucedida em atender às demandas dos consumidores ou em manter a participação de mercado da Companhia à luz dos negócios de varejo online de seus concorrentes. Se as vendas pela internet no Brasil continuarem a crescer, a dependência dos consumidores em canais de distribuição tradicionais como supermercados e lojas de varejo pode ser materialmente diminuída, o que poderia ter um efeito material adverso sobre a posição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Violações, interrupções ou falhas nos nossos sistemas de tecnologia da informação podem afetar adversamente as nossas operações.

Dependemos em grande parte da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de vários data centers e sistemas, incluindo sistemas de ponto de venda nas lojas e sistemas de comunicação, diversos softwares usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial. Contamos com os nossos sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para nos comunicar com consumidores e fornecedores. Os nossos sistemas de informação podem sofrer violações, falhas e interrupções devido a diversos fatores que estão além do nosso controle, tais como desastres naturais, ataques de hackers, problemas de telecomunicações, vírus, softwares maliciosos, entre outros fatores. Na eventualidade de falhas ou interrupção dos nossos sistemas de tecnologia da informação, podemos perder dados, ficar

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sujeitos à violação de dados ou não conseguirmos realizar transações comerciais e, dessa forma, deixarmos de ganhar receitas de vendas, o que pode nos ocasionar um efeito adverso relevante.

Incidentes de segurança cibernética podem resultar em apropriação indevida das informações e/ou das informações dos clientes da Companhia ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, o que pode afetar material e adversamente os resultados da Companhia. Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais, dados pessoais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das operações pode afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia.

Além disso, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação, como por exemplo na apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia, o que pode afetar seus negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente a nossa imagem e confiabilidade junto ao mercado.

Adicionalmente, referidas interrupções ou falhas podem não estar cobertas pelas apólices de seguros contratadas pela Companhia para a cobertura dos seus ativos. Perdas não cobertas ou insuficientemente cobertas por estes seguros podem resultar em prejuízos, o que poderá impactar negativamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais. Para maiores informações sobre os riscos relacionados às apólices de seguro da Companhia, vide fator de risco "*Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos, o que poderá gerar efeitos adversos sobre nossos negócios*".

Por fim, como resultado da pandemia do COVID-19, diversos empregados da Companhia começaram a trabalhar remotamente. O trabalho remoto pode levar a interrupções na disponibilidade de sistemas e infraestrutura, serviços de telecomunicações, falhas gerais no sistema e maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos. Se algum desses eventos ocorrer, a Companhia poderá ser adversamente afetada.

Uma falha no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações confidenciais de nossos clientes e de nossa rede poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e afetar substancialmente nosso negócio e os resultados das operações.

Uma das maiores dificuldades relacionadas ao comércio eletrônico, comunicação online e tecnologia da informação é a transmissão de informações confidenciais em redes públicas e o armazenamento de dados em nossos sistemas conectados a redes públicas. Uma falha em impedir essas quebras de segurança poderá prejudicar nossa reputação e nossa marca e, ainda, afetar substancialmente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Atualmente, a maior parte de nossas vendas é debitada diretamente das contas de cartão de crédito e débito de nossos clientes. Dependemos de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra. Ainda, nós estamos suscetíveis a usos impróprios ou ilegais, incluindo vendas fraudulentas e ilícitas nos meios de pagamento aceito por nós, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras. Além disso, armazenamos nosso banco de dados, que contém detalhadas informações demográficas e de vendas de cada um de nossos clientes, em nossa intranet, que está sujeita a ataques externos de usuários de redes públicas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer comprometimento de nossa segurança poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e nos expor a situações de litígio, onde poderemos ser obrigados a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as nossas medidas de segurança poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em nossas operações.

O custo e as consequências operacionais de responder a incidentes de segurança cibernética e implementar medidas de remediação podem ser significativos e podem não ser cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela Companhia ou a cobertura das apólices pode ser insuficiente para cobrir todas as perdas. Além disso, as apólices estão condicionadas ao pagamento dos prêmios previstos contratualmente. O nosso risco de segurança cibernética também depende de fatores como as ações, as práticas e os investimentos de clientes, contratados, parceiros de negócios, fornecedores e terceiros. Não podemos garantir que as medidas e planos de recuperação por nós implementados serão suficientes e bem-sucedidos na prevenção de ataques de segurança cibernética, incidentes gerais de segurança de informações ou interrupção dos sistemas de tecnologia da informação. Além disso, à medida que os nossos negócios e o cenário de segurança cibernética evoluam, poderão ser necessários investimentos adicionais significativos para proteger nossa infraestrutura de tecnologia de dados e informações, o que poderá afetar adversamente a nossa condição financeira e os resultados das nossas operações.

Podemos não conseguir proteger os nossos direitos de propriedade intelectual.

O nosso sucesso depende significativamente da nossa capacidade de proteger as nossas atuais e futuras marcas (incluindo as nossas marcas próprias) e defender os nossos direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas, nomes de domínio, segredos comerciais e *know-how*. Há também o risco de podermos, ainda que por omissão, não conseguir renovar o registro de uma marca em tempo hábil ou que os nossos concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas existentes ou futuras enviadas para nós ou licenciadas por nós. Não temos como garantir que as medidas para proteger os nossos direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente de direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, qualquer infração ou reivindicação de violação de propriedade intelectual dirigida contra a Companhia, mesmo que infundada, pode resultar em um litígio demorado e dispendioso, o que pode nos afetar adversamente. Ainda, a perda de valor das nossas próprias marcas ou se não conseguirmos proteger os nossos direitos de propriedade intelectual contra a violação ou apropriação indevida, poderemos sofrer um efeito adverso relevante, em particular em nossa capacidade de desenvolver o nosso negócio.

Podemos vir a buscar aquisições estratégicas ou investimentos, e a incapacidade de produzir os resultados esperados de uma aquisição ou investimento, ou de integrar plenamente uma empresa adquirida, pode ter um impacto adverso em nossos negócios.

Podemos eventualmente adquirir ou investir em empresas ou negócios. O sucesso das aquisições ou investimentos depende, dentre outros fatores, da nossa capacidade de estabelecer premissas precisas relativas a avaliação, operações, potencial de crescimento, integração e outros fatores relacionados aos respectivos negócios. Não podemos garantir que as nossas aquisições ou investimentos produzirão os resultados que esperamos no momento em que celebramos ou concluímos uma determinada transação. Além disso, as aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, bem

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

como no desvio do nosso capital e da atenção da nossa administração de outras questões e oportunidades de negócios. Podemos não conseguir integrar com sucesso as operações que adquirimos, incluindo os seus colaboradores, sistemas financeiros, distribuição ou procedimentos operacionais. Se não integrarmos com êxito as aquisições, o nosso negócio poderá sofrer consequências adversas. Além disso, a integração de qualquer uma das empresas adquiridas e seus resultados financeiros pode afetar os nossos resultados operacionais de maneira adversa.

O nosso negócio depende de marcas altamente reconhecidas. Podemos não conseguir manter e melhorar o reconhecimento de nossas marcas ou podemos receber avaliações desfavoráveis de consumidores, bem como podemos ser alvo de publicidade negativa, o que poderia afetar adversamente nossas marcas.

Quaisquer incidentes que reduzam a confiança do consumidor e dos nossos clientes ou a afinidade deles com nossas marcas GBarbosa, Prezunic, Bretas, Mercantil, Perini, SPID 35, entre outras, poderiam reduzir de forma significativa o valor de nossas marcas. Se os consumidores e os nossos clientes perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade dos produtos, inclusive dos produtos de marcas próprias, do serviço, do ambiente e/ou de qualquer forma acreditarem que não proporcionamos uma experiência consistentemente positiva, o valor de nossas marcas poderia ser impactado, o que poderia afetar adversamente nossos negócios e resultados financeiros.

Reclamações de consumidores ou publicidade negativa dos produtos que vendemos, dos preços que cobramos ou do atendimento que prestamos, podem, no futuro, reduzir a confiança dos consumidores e, consequentemente, as nossas vendas, afetando adversamente o nosso negócio. Além disso, alguns dos produtos que vendemos podem nos expor a reclamações decorrentes de danos pessoais, envolvendo, em alguns casos, doenças ou morte, podendo exigir recalls ou outras ações, o que também pode afetar adversamente nosso negócio.

Se não administrarmos de maneira eficaz as reclamações, nossa reputação e o nosso negócio poderão ser afetados, assim como a confiança que temos de nossos consumidores. A publicidade e cobertura da mídia geralmente exercem uma influência significativa sobre o comportamento e ações dos consumidores. Publicações ou comentários negativos sobre nós, nossos negócios, nossas operações, nossas marcas, nossos Diretores ou membros do Conselho de Administração em qualquer rede social podem prejudicar gravemente a nossa reputação e nos causar efeito adverso relevante. Além disso, os nossos empregados e representantes poderão usar ferramentas de mídia social e tecnologias móveis de forma inadequada, o que poderá causar prejuízos, inclusive com a divulgação de informações confidenciais. Eventual publicidade negativa que prejudique significativamente a reputação de uma ou mais de nossas marcas poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as nossas marcas, o que poderá impactar adversamente nossas vendas.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos, o que poderá gerar efeitos adversos sobre nossos negócios

Não podemos garantir que a nossa cobertura de seguro estará sempre disponível ou será sempre suficiente para cobrir quaisquer danos decorrentes de qualquer tipo de sinistro. Ainda, existem certos tipos de riscos que não estão cobertos por nossas apólices, tais como vazamento de amônia, guerra, força maior ou certas interrupções de negócios, inclusive em decorrência de pandemias como a do

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

COVID-19. Além disso, não podemos garantir que manteremos as apólices de seguros contratadas, nem que estas serão suficientes e/ou adequadas em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos, ou quando as nossas apólices de seguro atuais expirarem, que poderemos renová-las em termos favoráveis e suficientes, nem que conseguiremos contratar com as mesmas empresas seguradoras atualmente contratadas. Sinistros que não são cobertos pelas nossas apólices ou a incapacidade de renovar as nossas apólices de seguro podem nos afetar adversa e substancialmente. Adicionalmente, poderemos vir a ser responsabilizados judicialmente por eventuais danos causados a terceiros e, assim, obrigados a indenizar as respectivas vítimas, o que poderá ter um efeito adverso para nós. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Nossa falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora. Todas as situações acima poderão ter efeito adverso relevante para nós.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Somos e poderemos ser, no futuro, réus em uma série de processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais relacionados a questões cíveis, consumeristas, criminais, ambientais, trabalhistas, administrativas, tributárias e ao pagamento de determinadas taxas, dentre outras. Não podemos garantir que esses processos serão decididos em nosso favor ou, ainda, se terão provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Alguns dos processos judiciais, administrativos e arbitrais dos quais somos parte envolvem matérias relevantes (para mais informações vide itens 4.3 a 4.8 deste Formulário de Referência), em especial o processo arbitral descrito no item 4.5 e as Ações Civis Públicas (ACP) descritas no item 4.6, que, caso decididas de maneira contrária aos nossos interesses, poderão afetar negativa e materialmente nossa imagem, os nossos negócios e situação financeira. Além das provisões contábeis e de honorários advocatícios relacionados a esses processos, podemos ser compelidos a realizar depósitos judiciais ou oferecer garantias em tais processos, o que poderá afetar adversamente nossa liquidez e condição financeira.

Da mesma forma, administradores e/ou os acionistas controladores da nossa Companhia são e/ou podem vir a ser partes ou serem mencionados e/ou chamados para depor em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente caso sejam indiciados e/ou condenados e se forem processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando a reputação e/ou condição financeira da Companhia direta ou indiretamente, inclusive levando à incapacidade da Companhia de obter benefícios e contratar com o Poder Público. Para mais informações sobre os processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e/ou seus administradores são parte, vide itens 4.3 e seguintes deste Formulário de Referência.

O nosso envolvimento ou de nossos administradores em investigações ou processos, ou decisões contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que impeçam a realização dos nossos negócios como inicialmente planejados, podem nos causar um efeito adverso relevante, impactando negativamente os resultados financeiros, operacionais e a imagem da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nossas vendas dependem em grande parte da eficácia das campanhas de propaganda e marketing, o que pode afetar nossas vendas e lucratividade.

É parte inerente do nosso negócio o empenho de recursos significativos para campanhas de propaganda e marketing, com o intuito de promover a atratividade e movimento em nossos canais de vendas. A receita e a lucratividade da Companhia dependem de sua capacidade de, dentre outros aspectos, identificar seu público-alvo e decidir sobre a mensagem publicitária e sobre os meios de comunicação adequados para atingi-lo da forma mais eficiente. Caso tais campanhas de propaganda e marketing não alcancem as metas e objetivos esperados, podemos ter impactos negativos em nossas vendas e rentabilidade e não gerar a desejada valorização de nossa marca.

Consequentemente, nosso resultado operacional e nossa situação financeira podem ser afetados negativamente. Adicionalmente, considerando-se que grande parte das nossas campanhas são veiculadas com propagandas em televisão, podemos ter nossa rentabilidade impactada caso seja verificada elevação de custos de veiculação de propagandas de televisão, dada a dificuldade de encontrar veículo de comunicação que apresente a mesma efetividade. Além disso, as vendas da Companhia poderão ser adversamente afetadas diante do desafio por ela enfrentado na identificação das mudanças de comportamento e preferência de seus consumidores.

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio de parcerias estratégicas, aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou da emissão de valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma potencial diluição da participação dos nossos investidores no nosso capital social.

É possível que tenhamos necessidade ou interesse em captar recursos no mercado de capitais, por meio de emissão de ações e ou colocação pública ou privada de valores mobiliários conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, consequentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas suas decisões tomadas, caso não exerçam, por qualquer motivo, seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro. Na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento de capital social poderá diluir a participação de nossos acionistas no capital social.

A abertura de novas lojas pode sobrecarregar nossos recursos e ocasionar uma queda no desempenho das lojas existentes.

Nossa proposta de expansão de lojas gerará demandas crescentes sobre nossos recursos operacionais, gerenciais e administrativos. Essas demandas crescentes podem resultar numa queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, o que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho financeiro de nossas lojas individualmente e do nosso negócio como um todo. Ademais, a inauguração de novas lojas em mercados onde já possuímos lojas, poderá causar uma redução nas vendas líquidas das lojas pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas e da concorrência entre tais lojas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, a adaptação do nosso modelo de negócios em estados nos quais a Companhia não atua nas regiões do Nordeste e do Sudeste, bem como na região Sul do país, poderá demandar mais tempo do que o planejado em nossa estratégia de expansão, o que pode afetar negativamente nossos negócios e os resultados de nossas operações.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas detentores de nossas ações

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, há uma obrigação de pagar aos seus acionistas um mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício a título de dividendos, apurados e ajustados de acordo com o método da legislação societária brasileira. Esse lucro ajustado pode ser utilizado para absorver prejuízos ou ser apropriado de outra forma, conforme permitido pela legislação societária brasileira e disposto pelo Estatuto Social da Companhia, podendo não estar disponível para distribuição a título de dividendos. Caso o Conselho de Administração determine que essas distribuições são desaconselháveis, em vista da situação financeira da Companhia, podem não ser pagos dividendos aos seus acionistas em um exercício fiscal específico. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto sobre a renda na distribuição de dividendos e o tratamento fiscal aplicável ao pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual estão sendo revistos atualmente no Projeto de Lei n.º 2.337/2021. O Substitutivo apresentado em 11.08.2021, pretende estabelecer a cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") à alíquota de 20% na distribuição de lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas aos seus sócios e acionistas, observadas certas exceções, e revogar por completo a sistemática de remuneração de juros sobre capital próprio e sua tributação e dedutibilidade, conforme previsto no art. 9º da Lei nº 9.249, de 26.12.1995. Tais alterações na legislação tributária, se aprovadas, poderão no futuro impactar o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

Estamos expostos a riscos relacionados a parceria para os Cartões Cencosud

Temos uma parceria com o Banco Bradesco S.A. para oferecer aos nossos clientes serviços de cartão de crédito ("Cartão Cencosud") e não podemos garantir que terá sucesso. O Cartão Cencosud é um componente relevante de nossa estratégia comercial e, em 2020, 8,8% de nossas vendas foram realizadas através deste meio. Vale notar que as políticas de crédito e definições dos serviços ofertados aos nossos clientes por meio do Cartão Cencosud são estabelecidas pelo nosso parceiro, que pode impor restrições aos nossos clientes, afetando de maneira adversa os nossos negócios e estratégia de expansão.

A Companhia não pode garantir que terá controles suficientes e eficazes para controlar adequadamente fraudes em cartões de crédito, o que pode resultar em perdas significativas e ferir nossa reputação e nossa marca. Adicionalmente, se as condições econômicas no Brasil se deteriorarem devido a, entre outros fatores, desaceleração da atividade econômica, depreciação do real, inflação, aumento das taxas de juros domésticas ou aumento das taxas de desemprego, inclusive em decorrência dos efeitos econômicos da pandemia do COVID-19, um percentual maior dos nossos clientes pode entrar em inadimplência, aumentando nossas perdas e provisões para devedores, o que poderia levar o Banco Bradesco S.A. a restringir seus serviços aos nossos clientes e causaria efeitos adversos em nossos negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, se nosso relacionamento com o parceiro se encerrar, podemos estar sujeitos a multas e penalidades contratuais, sendo que a nossa receita também poderá ser afetada com uma possível desativação do Cartão Cencosud.

A nossa dependência das empresas de cartão de crédito e demais operadoras de cartões para as vendas e financiamento de consumidores é uma tendência crescente.

O nosso negócio é dependente de cartões de crédito, vales alimentação, refeição e combustível e cartões convênio, pois são os métodos de pagamento preferidos de nossos consumidores. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, 54% das nossas vendas líquidas derivaram de compras realizadas com cartões de crédito, vale alimentação, vale refeição, vale combustível e cartões convênio. Para viabilizar as vendas com cartão de crédito e demais cartões, devemos aderir às políticas das respectivas empresas de cartão, incluindo as taxas que tais empresas nos cobram. Qualquer alteração nas políticas das emissoras de cartão de crédito e demais cartões, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos comerciantes, pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais. Uma parte das nossas vendas de produtos alimentícios e não alimentícios é realizada através de pagamentos parcelados, utilizando os planos oferecidos pelas emissoras de cartão de crédito. Dependemos das emissoras de cartão de crédito para continuar oferecendo aos nossos consumidores a possibilidade de pagarem suas compras em prestações. Uma mudança nas políticas das empresas de cartão de crédito, com relação ao parcelamento ou taxas mais altas de juros, pode ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios e resultados operacionais.

O Governo brasileiro, no passado, implementou medidas para restringir a demanda doméstica, impondo restrições de crédito a bancos, a administradoras de cartão de crédito e ao setor de varejo, e aumentou a taxa de juros. Caso o Governo brasileiro volte a restringir a extensão de crédito ao consumidor, os resultados da Companhia podem ser adversamente afetados, dado que a possibilidade de comprar um produto parceladamente é um fator importante para a decisão do consumidor no momento da compra, em especial quando se trata de itens duráveis e de maior valor.

O fato de as lojas da Companhia serem espaços de uso público pode gerar consequências que fogem do controle da administração das respectivas lojas, o que pode causar danos materiais e à sua imagem, além de causar eventual responsabilidade civil.

As lojas da Companhia, por estarem inseridas em espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de acidentes, causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores, em suas dependências, que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas, como por exemplo, ocorrência de furto ou roubo de clientes ou empregados, escorregões, queda de produtos das prateleiras, tropeções com produtos fora do lugar, acusações preconceituosas de empregados ou terceirizados da Companhia e, consequentemente, podem vitimar e/ou causar danos aos seus consumidores, frequentadores e colaboradores. No caso da ocorrência de tais acidentes, a loja envolvida no caso pode enfrentar sérios danos materiais, como perdas de estoque, danos a nossos ativos ou até mesmo vitimar clientes, empregados ou quaisquer terceiros, e de imagem. Além disso, a ocorrência de acidentes pode sujeitar à Companhia à responsabilização civil e/ou criminal, bem como à obrigação do resarcimento de eventuais vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia causar um efeito material adverso para a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O nosso negócio está sujeito à flutuação devido aos padrões sazonais de compra dos nossos consumidores.

Vivenciamos flutuações sazonais em nossas vendas líquidas e resultados operacionais que podem variar de trimestre para trimestre no futuro. Historicamente, geramos mais vendas líquidas no 4º trimestre de cada ano, que inclui a temporada da Black Friday e de vendas de Natal. Consequentemente, uma redução na confiança dos consumidores nas semanas que antecedem e imediatamente após a Black Friday e a temporada de vendas de Natal teriam um impacto significativo no nosso negócio. Além disso, no quarto trimestre geralmente aumentamos as despesas com colaboradores e publicidade. A sazonalidade também influencia os nossos padrões de compra, já que compramos a mercadoria para atividades sazonais antes de uma estação, o que impacta diretamente os nossos fluxos de caixa, níveis de contas a pagar e estoque. Se calcularmos mal a demanda da quantidade de produtos que venderemos ou da variedade de produtos durante o quarto trimestre, as nossas vendas líquidas podem cair e, consequentemente, prejudicar o nosso desempenho financeiro. Se as vendas líquidas do quarto trimestre não forem altas o suficiente para recuperarmos totalmente as nossas despesas com colaboradores e publicidade ou forem menores que as metas usadas para determinar os níveis de estoque, esse déficit pode afetar negativamente os nossos resultados operacionais.

Os nossos resultados operacionais trimestrais também poderão variar significativamente em consequência de vários outros fatores, incluindo, entre outros, as datas em que o feriado de Páscoa geralmente ocorre (em março ou abril), o que pode prejudicar a comparação dos nossos resultados operacionais entre diferentes trimestres dentro de um único ano. Quaisquer flutuações sazonais ou trimestrais que relatarmos no futuro podem não corresponder às expectativas dos investidores e analistas de mercado, e isso poderá afetar negativamente o preço das nossas ações.

Uma paralisação ou greve significativa da nossa força de trabalho pode afetar as nossas operações.

Os nossos empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por convenções coletivas, acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das nossas instalações, ou movimentos trabalhistas que perturbem qualquer um dos nossos fornecedores terceirizados, podem ter um efeito adverso relevante sobre nossas operações e nossos negócios.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Companhia mantém um banco de dados de informações sobre seus empregados e clientes, que inclui principalmente, mas não se limita a, dados coletados quando os clientes se inscrevem em nossos programas de fidelidade. Se ocorrer uma violação em seus procedimentos de segurança que afetem a integridade de seu banco de dados, incluindo o acesso não autorizado das informações pessoais de seus clientes, a Companhia poderá ser alvo de procedimentos legais, resultando em danos, multas e prejuízo à sua reputação.

A Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD") regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais, no meio físico e digital, por pessoa natural ou por pessoa

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade dos indivíduos.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e a transferências de dados.

Além disso, a LGPD cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento das disposições da LGPD. Após muitas discussões, a LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 e a aplicabilidade das sanções administrativas estabelecidas pela LGPD entrou em vigor em 1º de agosto de 2021 (nos termos da Lei nº 14.010/2020).

A Companhia poderá estar sujeita às sanções administrativas previstas na LGPD em caso de descumprimento da Lei, a saber: (i) advertência com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração, (iii) multa diária, observado o limite total a que se refere ao item imediatamente anterior, (iv) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência, (v) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização, (vi) eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração. Em caso de reincidência, sanções mais severas à Companhia, como suspensão do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Além das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente, como na Lei nº 10.406/02 ("Código Civil Brasileiro"), na Lei nº 8.078/90 ("Código de Defesa do Consumidor") e na Lei nº 12.965/14 ("Marco Civil da Internet"), quando o caso; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa, inclusive por órgãos de defesa do consumidor.

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por terceiros que tiverem agido em seu nome ou em conjunto com a Companhia, em uma operação de tratamento de dados pessoais, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, a ausência de medidas suficientes para proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados pela Companhia, bem como eventual inadequação de suas práticas e modelo de negócios à LGPD, podem resultar em custos e afetar adversamente os resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Podemos não conseguir renovar ou manter os contratos de locação das nossas lojas alugadas de terceiros em termos aceitáveis ou independentemente dos termos e, talvez, tenhamos que pagar multas contratuais em caso de rescisão de contratos de locação relativos às lojas que decidirmos fechar.

Nossas lojas e centros de distribuição são instalados em imóveis alugados. A localização estratégica e tamanho adequado das lojas e Centros de Distribuição são fundamentais para o desenvolvimento da nossa estratégia de negócios e, como resultado, podemos ser afetados adversamente se: (i) não conseguirmos renovar um número significativo dos nossos contratos de locação em termos aceitáveis; ou (ii) os mesmos sejam rescindidos; ou (iii) tais contratos de locação não estejam devidamente registrados junto a cartórios de registro de imóveis, o que significaria que não teríamos o direito de preferência para adquirir a propriedade pertinente, caso o seu proprietário decida vender o imóvel durante a vigência do contrato de locação. Nesse caso, se o contrato de locação não contiver cláusula de vigência e não estiver registrado na respectiva matrícula, o comprador não estaria legalmente vinculado aos termos do contrato de locação e poderia requerer a desocupação do imóvel.

A cada 3 anos, a Lei de Locações permite a revisão dos aluguéis a valor de mercado. O reajuste dos aluguéis a valor de mercado poderá, portanto, resultar em impactos não esperados nos nossos custos operacionais, podendo afetar negativamente nossos resultados. Adicionalmente, a valorização dos imóveis alugados afeta o valor do aluguel no momento de sua renegociação.

Em relação aos contratos de nossas lojas e Centros de Distribuição cujo prazo seja igual ou superior a 5 anos, podemos pleitear judicialmente a renovação do prazo contratualmente previsto, desde que estejamos em dia com os pagamentos inerentes aos contratos e ingressemos com a ação renovatória no prazo de, no mínimo, 6 meses, e, no máximo, 1 ano de antecedência em relação à data de término do prazo do contrato. Caso a Companhia não apresente ação renovatória no prazo legal ou não cumpra os demais requisitos legais, os contratos de locação poderão não ser renovados.

A legislação aplicável prevê, ainda, que o locador não estará obrigado a renovar o contrato se (i) por determinação do Poder Público, tiver que realizar no imóvel obras que importem na sua radical transformação, ou para modificações de tal natureza, que aumente o valor do negócio ou da propriedade; ou (ii) o imóvel vier a ser utilizado por ele próprio ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de 1 ano, sendo detentor da maioria do capital o locador, seu cônjuge, ascendente ou descendente. Dessa forma, nossa Companhia pode não obter a renovação compulsória de algum dos contratos de locação com o locador.

A perda de qualquer de nossas localizações estratégicas, seja por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de nossas(os) lojas e Centros de Distribuição pode afetar adversamente nossas operações, resultados financeiros e/ou impactar negativamente nossas marcas. Não há nenhuma garantia de que conseguiremos alugar os imóveis nos quais estamos interessados. Devido ao fato de a localização dos imóveis ocupados por nós representar um fator importante em nossa estratégia de vendas, se um número significativo das locações atuais não for renovado ou se não conseguirmos celebrar novos contratos de locação com condições e em localidades satisfatórias, poderemos ter nossos negócios afetados substancial e negativamente. Caso não consigamos locar novos espaços ou o valor de aluguel dos imóveis seja superior ao valor anteriormente pago ou estejam em áreas que não

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

apresentam a mesma visibilidade que as localizações atuais, a rentabilidade de nossas lojas poderá ser reduzida e nossas receitas operacionais poderão ser afetadas de maneira adversa e relevante.

Não é política da Companhia registrar e/ou averbar os contratos de locação de nossas lojas junto aos cartórios de registro de imóveis competentes, hipótese em que, caso os respectivos proprietários decidam vender os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, os novos proprietários poderão solicitar a sua desocupação no prazo de 90 dias contados da aquisição, ainda que o prazo locatício esteja em vigor por prazo determinado, livre de qualquer penalidade. Adicionalmente, em caso de alienação dos imóveis locados, nosso direito de preferência só será oponível a terceiros se os respectivos contratos de locação estiverem averbados nas respectivas matrículas, o que nos permite adjudicar judicialmente os imóveis na hipótese de o nosso direito de preferência não ser observado. Se os contratos de locação não estiverem averbados nas respectivas matrículas, teremos somente o direito de pleitear indenização por perdas e danos.

Além disso, se decidirmos fechar qualquer uma de nossas lojas e centros de distribuição localizadas em imóveis alugados de terceiros antes do fim do prazo contratual da locação, poderemos ser obrigados a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. Ademais, podemos ser obrigados a reformar os imóveis para sua devolução nos moldes solicitados pelo locador. O valor total da multa ou dos gastos das reformas poderá nos afetar adversamente, principalmente se a decisão de fechamento se aplicar a mais de uma unidade. Finalmente, no caso de término dos contratos de locação, existe o risco de que as benfeitorias efetuadas por nós em nossas lojas e Centros de Distribuição não sejam indenizadas pelo proprietário.

A Companhia pode enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

Possuimos receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 16.2 deste Formulário de Referência. Tais transações foram celebradas antes da aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas, conforme descrita no item 16.1 deste Formulário de Referência. A Companhia não pode garantir que suas Políticas de Partes Relacionadas (descritas no item 16.1 deste Formulário de Referência) sejam eficazes para garantir que situações de potencial conflito de interesse entre partes relacionadas (por exemplo, cada transação em que, de um lado, a parte contratante seja a Companhia ou sociedade por ela controlada, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade que não seja controlada pela Companhia e tenha como acionistas os acionistas controladores da Companhia ou administradores da Companhia) foram ou serão realizadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários da Companhia. Adicionalmente, caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados.

Riscos relacionados a ônus sobre os imóveis em que nossas lojas e Centros de Distribuição

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

operam.

Na data deste Formulário de Referência, parte das lojas e centros de distribuição que alugamos, localizados em Maracanau/CE, Camaçari/BA, Simões Filho/BA e no Rio de Janeiro/RJ, estão onerados para garantir dívidas de terceiros. Além disso, na hipótese de inadimplemento de tais obrigações, a credora poderá proceder com a excussão da garantia. Caso o proprietário não possua outros bens para garantir o pagamento de tais dívidas, referido ativo poderá ser arrematado por terceiros em leilão extrajudicial ou sua propriedade poderá ser consolidada em nome da própria credora.

Caso não logremos êxito em negociar com o novo proprietário termos de um contrato de locação que regule a ocupação dos respectivos imóveis para o exercício regular de nossas atividades, poderá ser solicitada a desocupação do imóvel em 30 dias.

Ademais, os imóveis ocupados por nós estão sujeitos à desapropriação, parcial ou total, por decisão unilateral do Poder Público brasileiro, a fim de atender a finalidades de utilidade e interesse público, o que pode afetar adversamente os negócios, bem como os nossos resultados operacionais e financeiros, uma vez que poderemos ser impelidos a desocupar os imóveis.

Comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis podem ocasionar impactos adversos relevantes sobre nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e cotação de nossas ações.

Conforme melhor detalhado mais acima no fator de risco denominado “*Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de controle interno e gestão de riscos, que inclusive foram reformulados recentemente para fins da presente Oferta e não estão totalmente implementados, poderão afetar adversamente nossos negócios*”, nossos controles internos podem não ser suficientes para prevenir ou detectar todas as condutas inapropriadas, fraudes ou violações da legislação aplicável ou das políticas internas da Companhia por seus empregados, administradores, fornecedores e outros agentes, partes relacionadas e investidas ou assegurar que todos atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 12.529/2011, e a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), no que forem aplicáveis às nossas atividades, que impõem responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos contrários à administração pública, praticados por seus dirigentes, administradores, colaboradores ou terceiros que atuem em seu nome ou benefício (em conjunto, “Leis Anticorrupção”).

Dentre as sanções aplicáveis pela violação às Leis Anticorrupção estão: multas, perda de bens, direitos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios e confisco de ativos, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente nossos resultados. A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Lei Anticorrupção introduziu o conceito de passividade rigorosa para entidades legais envolvidas em atos prejudiciais contra a administração pública, sujeitando o violador a penalidades, tanto administrativas como civis. A Lei Anticorrupção considera que a efetiva implantação de programas de *compliance* pode mitigar as penalidades administrativas a serem aplicadas em consequência de atos prejudiciais contra a administração pública.

De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas responsabilizadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00. Adicionalmente, podem também ocasionar a suspensão temporária à obtenção de novos financiamentos para empreendimentos, a perda imediata ao direito de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo poder público e o direito de participar de licitações.

A Companhia pode não ser capaz de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, às Leis Anticorrupção ou leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, controladores, empregados ou terceiros contratados para representá-la, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente a sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

Ademais, a Companhia não tem como prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos dessas investigações ou alegações envolvendo a Companhia, ou quaisquer de suas afiliadas, diretores, empregados ou membros do Conselho de Administração. Caso surjam investigações, alegações adversas ou desdobramentos, a reputação da Companhia, negócios, situação financeira, resultados operacionais, bem como a cotação das nossas ações, poderão ser adversamente afetados.

Ainda, publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, seus negócios, suas operações, seus acionistas, Diretores ou membros do Conselho de Administração em qualquer veículo de mídia ou rede social podem prejudicar gravemente a sua reputação. Além disso, os colaboradores e representantes da Companhia poderão usar ferramentas de mídia social e tecnologias móveis de forma inadequada, o que poderá causar prejuízos, inclusive com a divulgação de informações confidenciais. Eventual publicidade negativa poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as marcas da Companhia, o que poderá impactar adversamente os seus resultados e a cotação de seus valores mobiliários.

Riscos para a saúde relacionados à indústria alimentícia podem afetar adversamente a nossa capacidade de vender produtos alimentícios.

Estamos sujeitos a riscos que afetam a indústria alimentícia em geral, incluindo os riscos apresentados pela contaminação ou deterioração de alimentos, a evolução das preocupações nutricionais e de saúde, adulteração de produtos e a percepção pública da segurança dos produtos para a indústria alimentícia como um todo, incluindo, entre outros, como resultado de surtos de doenças ou o medo de tais surtos. A indústria alimentícia poderá enfrentar publicidade negativa se os produtos de produtores alimentícios ou de outros varejistas ficarem contaminados, o que pode resultar na percepção pública negativa sobre a segurança dos produtos alimentícios e em uma redução da demanda de produtos alimentícios na categoria afetada. A perda generalizada da confiança dos consumidores na segurança e qualidade dos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

produtos alimentícios, além de quaisquer riscos reais ou percebidos para a saúde relacionados a isso, pode ter um impacto adverso e material sobre nós.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Usamos marcas e softwares que pertencem a um de nossos acionistas controladores (Cencosud S.A.). A Cencosud S.A. poderá rescindir este contrato de licenciamento e compartilhamento de softwares em caso de mudança do controle da Companhia.

Um de nossos acionistas controladores, Cencosud S.A., é o titular das marcas “Cencosud” e outras, que estão entre as marcas mais importantes utilizadas por nós em todos os nossos segmentos, que foram licenciadas em nosso favor por meio de um contrato de licenciamento, atualmente com prazo de vigência condicionado à existência de registros válidos perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. De acordo com os termos atuais desse contrato de licenciamento, caso haja uma mudança no controle da Companhia, direta ou indiretamente, esse contrato de licenciamento deixará de produzir efeitos e, portanto, seremos impedidos de utilizar as marcas licenciadas em nossas operações, o que poderá ter um efeito adverso sobre nós. Adicionalmente, caso o contrato seja alterado de forma que sejam incluídas restrições e/ou prazos determinados de duração para o licenciamento das marcas, também poderemos ter um efeito adverso sobre nós. Na mesma linha, a Companhia também se vale de *softwares* de gestão operacional e financeira, bem como profissionais de segurança da informação contratados pela Cencosud S.A., de forma que uma mudança no controle da Companhia resultará na necessidade de migração de referidos dados e sistemas para novas plataformas, a serem contratadas diretamente pela Companhia. Para maiores informações acerca do contrato de licenciamento de marca e de compartilhamento de custos, veja os itens 16.2 a 16.4 deste Formulário de Referência.

Imediatamente após a conclusão da nossa abertura de capital, continuaremos sendo controlados pelos acionistas controladores da Companhia, cujos interesses podem entrar em conflito com os interesses de outros detentores de ações ordinárias da Companhia e/ou com os interesses da própria Companhia.

imediatamente após a conclusão da nossa abertura de capital, continuaremos sendo controlados por nossos atuais acionistas controladores, que continuarão a deter a maioria do nosso capital social. Os atuais membros da administração da Companhia foram eleitos pelos nossos atuais acionistas controladores. Tais membros da administração da Companhia detêm ou poderão vir a deter participação no capital social e/ou na administração dos acionistas controladores diretos ou indiretos da Companhia. Os acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas reorganizações societárias, alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei nº 6.404/76, o que poderá conflitar com os interesses dos demais acionistas da Companhia. Sendo assim, os atuais acionistas controladores também possuem controle significativo com relação à escolha de futuros membros da administração da Companhia. Os acionistas controladores, que estão no mesmo setor de atuação da Companhia, poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais investidores e/ou com os interesses da própria Companhia, o que pode afetar adversamente a cotação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de nossa ação. A Companhia não pode assegurar que os interesses dos seus acionistas controladores estarão alinhados com os interesses dos demais investidores e com os interesses da própria Companhia nas deliberações submetidas à assembleia geral de acionistas.

Adicionalmente, quaisquer dos acionistas controladores da Companhia poderão optar por vender parcela significativa ou a totalidade de suas respectivas participações para terceiros. Caso não haja um acionista controlador titular da maioria absoluta do capital votante da Companhia, os acionistas da Companhia poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderão ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. Qualquer mudança na administração da Companhia, diretoria, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios da Companhia e os seus resultados operacionais.

Caso surja um grupo de acionistas agindo em conjunto ou vinculados por acordo de voto e este grupo passe a deter o poder decisório da Companhia, esta pode sofrer mudanças de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, pode ser que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e aos conflitos daí decorrentes.

Para mais informações acerca do acionista controlador da Companhia, veja o item 15 deste Formulário de Referência.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Entendemos que não estamos sujeitos a riscos relevantes com relação aos nossos acionistas além dos riscos relacionados ao acionista controlador tratados no item anterior.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

A Companhia pertence a um grupo econômico no qual participam outras sociedades operacionais que são ou poderão ser parte em processos judiciais e/ou administrativos e arbitrais nos quais podemos vir a ser solidária ou subsidiariamente responsáveis

Pertencemos a um grupo econômico em que existem outras sociedades operacionais. No curso de suas atividades, essas sociedades são partes em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais nos quais, caso condenadas, o resultado do processo poderá nos afetar de forma solidária ou subsidiária. Isso inclui processos de diversas naturezas tais como, por exemplo, questões previdenciárias, trabalhistas e ambientais. Caso alguma das sociedades do grupo econômico sofra condenação judicial, administrativa e/ou arbitral e nós formos chamados a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, os nossos resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

Podemos ser responsabilizados por obrigações trabalhistas, previdenciárias e ambientais de fornecedores terceirizados.

Dada a descentralização e terceirização das cadeias produtivas dos nossos fornecedores, não podemos garantir que os fornecedores não terão problemas com relação às condições de trabalho,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias, ou que eles não usarão essas práticas irregulares para reduzir os custos dos produtos.

A Companhia celebra diversos contratos de prestação de serviços tais como limpeza, vigilância, assessoria jurídica, entre outros. Em conformidade com as leis trabalhistas, se os prestadores de serviços terceirizados que prestam serviços para nós não cumprirem com as suas obrigações trabalhistas e leis relacionadas à previdência social, podemos ser considerados responsáveis subsidiários e/ou solidários, por qualquer descumprimento, resultando em multas, pagamentos destas verbas e outras sanções que podem nos afetar substancialmente e negativamente. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte de colaboradores de terceiros que estejam prestando serviços para nós dentro das nossas instalações, o que pode afetar adversamente nossa imagem e nossos negócios.

Além disso, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos empreendimentos e atividades da Companhia, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções ou disposição final de resíduos sólidos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

Se um número significativo dos nossos fornecedores se envolverem com práticas irregulares, a nossa reputação poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos consumidores em relação a nós, poderá ser afetada adversamente, causando, assim, uma redução na receita operacional líquida e nos resultados operacionais, bem como no preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Algumas categorias de produtos que vendemos são adquiridas, em grande parte, de poucos fornecedores e, caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, nossas atividades e negócios podem ser afetados adversamente

Algumas categorias de produtos que a Companhia comercializa são substancialmente adquiridos de poucos fornecedores. Caso algum fornecedor não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência usualmente adquirida pela Companhia e a Companhia não seja capaz de substituir o fornecedor no prazo aceitável, ou efetivamente substituí-lo, a Companhia pode não ser capaz de manter o seu nível usual de vendas na categoria afetada, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, operações, atividades e seu resultado.

Além disso, a Companhia está exposta ao risco de aumento de custos com relação aos fornecedores, por exemplo no caso de os fornecedores alterarem a sua atual política de comercialização e de interrupções na cadeia de fornecimento, por exemplo em razão de medidas governamentais restritivas impostas em decorrência da pandemia do COVID-19, entre outras hipóteses.

Podemos não ser capazes de identificar, manter e desenvolver boas relações comerciais com nossos atuais e futuros fornecedores para introduzir novos produtos que atendam as demandas de qualidade e inovação da Companhia e do mercado podendo ter um efeito adverso em nossos negócios.

Adquirimos produtos de fornecedores localizados em diversas regiões do Brasil, portanto dependemos de nossa habilidade de identificar, manter e desenvolver boas relações comerciais com fornecedores para continuar fornecendo os produtos atuais e também para introduzir novos produtos que atendem as demandas de qualidade e inovação, da Companhia e do mercado, com rapidez e responsabilidade

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

no fornecimento. Essas relações comerciais são também importantes para garantir que tenhamos acesso ao produto com desconto ou outra forma de compensação para garantirmos um preço competitivo ao consumidor. A perda dessas relações comerciais ou o impedimento de formar novas relações pode ter um impacto adverso no nosso posicionamento no mercado, nos custos operacionais e, consequentemente, nos nossos resultados operacionais.

Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores ou caso esses fornecedores rescindam ou não renovem seus contratos, especialmente no caso de marcas exclusivamente distribuídas por nós no Brasil, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por qualquer outro motivo, a Companhia pode ser prejudicada. Além disso, se os fornecedores da Companhia deixarem de usar práticas comerciais éticas e cumprirem as leis e regulamentos aplicáveis, como quaisquer leis contra o trabalho infantil ou análogo ao escravo, e de proteção ambiental, a Companhia poderá ser prejudicada devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidades solidárias ou subsidiárias.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

As restrições de disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil podem afetar adversamente os nossos volumes de vendas.

As vendas parceladas são um componente importante do resultado das operações das empresas de varejo no Brasil. O aumento na taxa de desemprego, acrescido a altas nas taxas de juros, pode resultar em restrições maiores na disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil. Em 2020, a taxa média de desemprego no Brasil foi de 13,9%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou o IBGE. Os nossos volumes de vendas e, consequentemente, o nosso resultado operacional podem ser afetados negativamente, se a disponibilidade de crédito aos consumidores diminuir ou se as políticas implementadas pelo Governo Federal restringirem ainda mais a concessão de crédito aos consumidores. O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (ou CMN) e do Banco Central do Brasil, periodicamente edita normas com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito, a fim de reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Essas normas incluem, entre outras ferramentas, (1) modificar os requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e outras transações; (2) regular o prazo máximo dos financiamentos; e (3) impor limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas normas podem reduzir a capacidade dos nossos consumidores de obter crédito nas instituições financeiras e, algumas delas, podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos de tempo. Não podemos garantir que, no futuro, o Governo Federal não adotará novas normas que reduzam o acesso dos consumidores ao crédito nas instituições financeiras.

Reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais rigorosas adotadas por nós ou por outras empresas de cartão de crédito podem afetar as nossas vendas negativamente. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil, ou condições econômicas desfavoráveis globais que impactem a economia brasileira, podem reduzir significativamente os gastos dos consumidores e a renda disponível, particularmente em classes mais baixas, que têm relativamente menos acesso ao crédito que classes mais altas, condições mais limitadas de refinanciamento de dívidas e estão mais suscetíveis a aumentos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

da taxa de desemprego. Essas condições podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Estamos expostos a riscos relacionados ao financiamento e empréstimos para nossos clientes.

Como grande parte das nossas vendas são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, possuímos o risco de inadimplência no pagamento do valor principal e juros, bem como qualquer inconsistência entre custos e vencimentos de nossas captações de recursos financeiros em relação aos custos e vencimentos do financiamento aos nossos clientes. Ou seja, a Companhia, não pode garantir que receberá o saldo total de contas a receber indicado em suas demonstrações financeiras. Qualquer um destes riscos pode afetar negativamente o nosso fluxo de caixa e consequentemente os nossos negócios. Atualmente, o Cartão Cencosud é responsável pelo financiamento de aproximadamente 9% de nossas vendas, sendo que tal Cartão Cencosud proporciona um plano de pagamento parcelado aos nossos clientes. Nossos níveis de inadimplência podem aumentar, principalmente na medida em que ocorra uma expansão de nossa carteira de clientes. O descumprimento por nossos clientes das obrigações de pagamento de principal ou juros poderia afetar negativamente os nossos negócios. Dependemos significativamente do nosso parceiro Banco Bradescard S.A. para estabelecer políticas de financiamento para os nossos clientes. Se nosso relacionamento terminar, ou se não mais tivermos acesso ao seu conhecimento da indústria de financiamento ao consumo, os resultados do Cartão Cencosud poderiam ser afetados negativamente, o que poderia, por conseguinte, afetar negativamente os nossos resultados. Adicionalmente, mudanças adversas nas condições econômicas brasileiras podem levar a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes, concentrados nas Classes B e C, mais sensíveis a estes fatores, pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso a demanda por crédito ao consumidor diminua, a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido seja prejudicada. Dessa forma, quaisquer eventos que possam afetar negativamente a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido a eles por meio do Cartão Cencosud ou empréstimos poderão afetar negativamente nosso resultado operacional.

O setor de varejo é sensível a reduções do poder aquisitivo dos consumidores e a ciclos econômicos.

Historicamente, o setor varejista tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico geral que levaram à queda nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira, ou na economia mundial com reflexo na economia brasileira, podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

renda disponível, em especial o consumidor da Classe C, que tem menos acesso a crédito que as classes A e B, mais dificuldade para refinanciar dívidas e potencialmente mais afetado pelo aumento do desemprego. Tais situações poderão afetar adversamente nossas vendas, resultado operacional e nossa situação financeira.

O sucesso da atuação no setor de varejo depende de vários fatores relacionados ao consumo e à renda dos consumidores, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao consumidor, existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia do COVID-19, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição das vendas, e fechamento temporário generalizado de lojas), da tributação, da confiança do consumidor nas condições econômicas futuras e dos níveis de emprego e renda. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente o consumo e a disponibilidade de renda (principalmente das classes com menor poder aquisitivo), tornar as condições de refinanciamento de dívida mais restritas e causar maior sensibilidade a aumentos na taxa de desemprego. Historicamente, o setor de varejo foi negativamente afetado em virtude de períodos de desaquecimento econômico, resultando em uma redução do consumo. Assim, a redução do poder aquisitivo dos consumidores e condições econômicas adversas podem afetar os resultados da Companhia de forma negativa e substancial.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil, periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito para reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Tais regulamentações incluem, entre outras ferramentas, (i) alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e em outras operações; (ii) a regulação do prazo máximo dos financiamentos; e (iii) a imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas regulamentações podem reduzir a capacidade dos clientes da Companhia de obter crédito junto a instituições financeiras. Alguns desses controles podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que reduzam o acesso dos clientes da Companhia a créditos junto a instituições financeiras.

Ainda, o sucesso das atividades da Companhia depende do aumento da taxa de crescimento da população urbana e de seus diferentes níveis de renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá afetar negativamente as vendas e o resultado operacional da Companhia e, consequentemente, poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

Poderemos ser considerados responsáveis por incidentes com consumidores que envolvam reações adversas após o consumo dos nossos produtos.

Os produtos que a Companhia comercializa em suas lojas podem causar reações adversas a seus consumidores. Incidentes envolvendo tais produtos poderão causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira, resultados operacionais e reputação. Ações judiciais ou processos administrativos com esse fim poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de que os seus produtos estavam defeituosos, deteriorados, adulterados, contaminados, não possuíam as propriedades anunciadas, não continham informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou sob os riscos de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

interação com outras substâncias químicas, dentre outras. Qualquer risco à saúde, real ou possível, associado a tais produtos, inclusive publicidade negativa referente a estes riscos, poderá causar a perda de confiança de seus consumidores na segurança, eficácia e qualidade dos produtos comercializados nas suas lojas, especialmente com relação aos produtos de "marcas exclusivas". Qualquer alegação dessa natureza contra uma marca da Companhia e/ou os produtos comercializados nas suas lojas poderá causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira, resultados operacionais e reputação.

Adicionalmente, a legislação de defesa do consumidor imputa à Companhia o ônus de prova em demanda movida por um cliente, colocando-a em desvantagem processual em qualquer processo envolvendo relações de consumo. A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor. Processos judiciais ou administrativos relacionados a esses incidentes podem ser propostos contra nós, sob as alegações, entre outras, de que os nossos produtos estavam defeituosos, danificados, estavam adulterados, contaminados, não possuíam as propriedades anunciadas ou informações adequadas sobre os possíveis efeitos colaterais ou riscos de interações com outras substâncias químicas. Qualquer risco real ou possível para a saúde associado a esses produtos, incluindo a publicidade negativa relacionada a esses riscos, pode levar a uma perda da confiança dos nossos consumidores com relação à segurança, eficácia e qualidade dos produtos vendidos em nossas lojas. Qualquer alegação dessa natureza contra as nossas marcas ou produtos vendidos em nossas lojas pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, nossa imagem e resultados financeiros.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

O nosso mercado é altamente competitivo e ações estratégicas dos nossos concorrentes podem enfraquecer a nossa competitividade e afetar negativamente a nossa rentabilidade.

Nós, juntamente a outros varejistas e atacadistas e instituições financeiras de crédito ao consumidor, competimos por capital, consumidores, colaboradores, produtos, serviços e outros aspectos importantes do nosso negócio. Na maioria dos segmentos de negócios em que atuamos, geralmente competimos com uma série de grandes redes de atacado de entrega e atacado de autosserviço, varejistas brasileiros e multinacionais, bem como com pequenas empresas nacionais. Esses concorrentes, alguns dos quais têm uma participação de mercado maior em determinadas regiões geográficas, formatos de loja e/ou categorias de produtos, incluem varejistas tradicionais e *off price*, empresas de vendas por catálogo e e-commerce, empresas de vendas diretas, supermercados e outras formas de comércio de varejo. Alterações de preços e outros termos negociados, condições contratuais ou práticas desses concorrentes podem nos afetar de forma substancial e adversa.

Além disso, o aumento da concorrência pode resultar na redução de margens brutas, num declínio do capital de giro e perda de participação de mercado, o que pode nos afetar de forma substancial e adversa. Adicionalmente, os nossos concorrentes podem conseguir captar mais recursos do que nós para investir no desenvolvimento de seus negócios. Os nossos concorrentes podem ser adquiridos por receber investimentos de, ou firmar outros tipos de relacionamentos comerciais com empresas maiores, bem estabelecidas e com uma boa situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, a abertura de novas lojas próximas às nossas, pelos nossos concorrentes atuais ou por novos concorrentes, pode afetar a rentabilidade de cada uma de nossas lojas, o que pode reduzir o nosso fluxo de caixa e o nosso lucro operacional. Podemos ser afetados, também, substancialmente e negativamente na medida em que não conseguirmos competir com êxito com os nossos concorrentes. As decisões de compra dos consumidores são afetadas por fatores que incluem o reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, disponibilidade de crédito, preço e preferências subjetivas dos consumidores.

Alguns dos nossos concorrentes podem ter investimentos em marketing substancialmente maiores que os nossos. Se as nossas estratégias de marketing, propaganda e promoções não forem bem-sucedidas e se não conseguirmos oferecer novos produtos para atender às demandas do mercado, poderemos ser afetados de forma adversa. Se não conseguirmos introduzir novos produtos em tempo hábil, ou se os nossos consumidores finais acreditarem que os produtos dos nossos concorrentes são melhores, as nossas vendas, rentabilidade e resultados operacionais poderão ser afetados de forma negativa.

Além disso, os consumidores estão cada vez mais aderindo a compras on-line e através de aplicativos de smartphones. Como resultado, uma parcela maior dos gastos totais do consumidor com varejistas e atacadistas pode ocorrer por esses meios. Se não conseguirmos manter ou aumentarmos a nossa posição no mercado por meio da integração da nossa plataforma de e-commerce e presença física de varejo, as nossas vendas líquidas e o desempenho financeiro poderão ser afetados negativamente. Além disso, uma maior concentração de vendas de varejo e atacado no comércio on-line e móvel pode resultar na redução do movimento nas nossas lojas físicas.

As condições no mercado de vendas on-line também podem mudar rapidamente e significativamente como resultado de avanços tecnológicos. Novas startups e grandes concorrentes que estão fazendo investimentos significativos em *e-commerce* podem criar tecnologias e plataformas de e-commerce semelhantes ou superiores à nossa, que serão problemáticas tanto para as nossas operações de e-commerce quanto para as nossas operações em nossas lojas físicas.

O armazenamento de combustível é uma atividade inherentemente perigosa.

As atividades que desempenhamos em nossos postos de gasolina envolvem riscos para a segurança e outros riscos operacionais, incluindo o manuseio de materiais altamente inflamáveis, explosivos e tóxicos. Tais riscos podem resultar em lesões corporais ou morte, danos ou destruição de instalações e equipamentos, além de danos ambientais irreversíveis ou irreparáveis. Um grande acidente em qualquer um dos nossos postos de gasolina ou instalações, tal como um vazamento significativo de combustível, pode nos obrigar a suspender, por um período indeterminado, as nossas atividades no local, resultando em custos significativos de remediação dos danos e redução da receita líquida operacional.

A Companhia enfrenta concorrência significativa e pressão para se adaptar a mudanças nos hábitos de consumo, o que pode afetar negativamente sua participação de mercado e lucro líquido.

A Companhia atua principalmente nos setores de varejo de alimentos. O setor de varejo de alimentos no Brasil, inclusive o segmento de atacado de autosserviço e o setor de eletrodomésticos, são altamente competitivos. A Companhia compete com outras varejistas com base no preço, sortimento de produtos,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

localização e layout das lojas e serviços. Os hábitos de consumo estão em constante mudança e a Companhia pode não ser capaz de antecipar e responder rapidamente a essas mudanças. A Companhia enfrenta concorrência intensa de pequenos varejistas, especificamente daqueles que operam no segmento informal da economia brasileira. A Companhia também compete com grandes redes nos segmentos de varejo e de atacado de autoserviço.

Além disso, nos seus mercados, a Companhia concorre no setor varejista de alimentos com várias cadeias de grandes multinacionais de varejo de alimentos, mercadorias gerais e atacado de autoserviço, bem como supermercados locais e mercearias independentes. No setor de eletrodomésticos, também concorre com grandes redes multinacionais e grandes empresas brasileiras especializadas. Aquisições ou fusões no setor também poderão aumentar a concorrência e afetar adversamente a participação de mercado e lucro líquido da Companhia.

Ademais, o setor de varejo é tradicionalmente sensível aos eventos macroeconômicos (evolução do Produto Interno Bruto - PIB, nível de emprego e renda, dentre outros), a eventos políticos e também, com significativa relevância ao fator tecnológico. A tecnologia com foco em expectativas, tendências e demandas de clientes evolui de forma rápida e requer mudanças em aplicativos, produtos, serviços, marketing, mídias, formas de relacionamentos que, em certa extensão, foge ao controle da Companhia. Inovações tecnológicas devem ser introduzidas com agilidade, eficiência, eficácia e segurança de forma muitas vezes pioneira, pois o mercado nacional, e internacional principalmente, evoluem em velocidade rápida. A concorrência apresenta uma busca constante em se diferenciar e apresentar o melhor desempenho com foco nas expectativas de clientes, em terem a melhor relação de custo e benefício diante das distintas opções de compras em plataformas digitais e lojas físicas. A Companhia não pode garantir que terá sucesso neste mercado com frequentes mudanças, evoluções e níveis de investimentos, bem como que possibilita a entrada de varejistas concorrentes multinacionais que possam apresentar os diferenciais citados acima. Esse ambiente nos traz, necessariamente, a possibilidade de impactos de queda do nosso market share, de receita líquida, dos nossos resultados operacionais e financeiros, bem como de alta volatilidade em nossas ações.

A Companhia tampouco pode garantir que conseguirá adaptar seu formato de loja ou layout, identificar locais e abrir lojas em áreas preferidas, ajustar rapidamente seu sortimento de produtos ou preços relativos a seus banners e segmentos ou ajustar de outra forma às mudanças de preferências do consumidor, como compras em dispositivos móveis, o que poderá afetar materialmente e adversamente seus negócios e resultados de operação.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das nossas operações.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias as quais, eventualmente, podem aumentar a carga tributária da Companhia. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados a determinadas finalidades pelo Governo Federal. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e são imprevisíveis. Algumas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dessas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia, o que, por sua vez, pode afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros. A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("IBS") que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, poderá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

O Governo Federal Brasileiro anunciou e apresentou ao Congresso Nacional (i) o Projeto de Lei nº 3.887/2020, que trata de diversas mudanças nos tributos incidentes sobre receitas; e (ii) o Projeto de Lei nº 2.337/2021, também intitulado de "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira, que trata da tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, tais como tributação de dividendos, ajustes na base de cálculo e nas alíquotas dos tributos corporativos, mudanças na tributação da renda e de ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros e fundos de investimento, etc.), dentre outros.

A implementação da Reforma Tributária Brasileira está submetida ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, na figura do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e como elas podem vir a impactar esse investimento. De todo modo, qualquer potencial mudança relacionada aos Projetos de Lei apenas passará a ter vigência no ano seguinte ao da conversão de tais projetos em lei. Nesse sentido, recomendamos que haja um acompanhamento constante do processo de votação da Reforma Tributária Brasileira, a fim de identificar eventuais impactos futuros.

A pandemia do COVID-19 e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia, podendo tais medidas afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais, sendo que qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

operacionais e a sua condição financeira. Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos (quando houver) serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem afetar negativamente a Companhia.

A Companhia e suas subsidiárias usufruem de determinados benefícios e incentivos fiscais. Não é possível assegurar que estes benefícios serão mantidos ou renovados. Em caso de revogação ou alteração da legislação pertinente, os negócios, as atividades e as condições financeiras poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária. Além disso, para garantir a continuidade desses incentivos, uma série de requisitos devem ser cumpridos, os quais podem ser contestados, inclusive em juízo. A Companhia não pode garantir que cumprirá esses requisitos, pelo que os benefícios fiscais poderão ser suspensos ou cancelados. Se esses benefícios fiscais não forem renovados ou forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, os negócios, a Companhia pode ter as suas atividades e a sua condição financeira poderão ser adversamente afetadas como resultado do aumento da carga tributária. Para mais informações vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

Diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", não podemos afastar o risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos benefícios fiscais relativos ao ICMS, caso não aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia. Ainda no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", foi publicada a Lei Complementar 160/2017 ("LC 160/2017") e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivaram a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação. A Companhia não pode assegurar que os Estados darão cumprimento às regras para convalidação dos benefícios usufruídos. No mais, eventual inobservância das regras de convalidação, alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente as atividades da Companhia, mas o setor como um todo.

A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico pelo Governo Federal está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar o nosso negócio.

Estamos sujeitos a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet e o comércio eletrônico. De acordo com as leis brasileiras, não há atualmente distinção entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços, e poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar nosso negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por nossos produtos e serviços e um aumento nas nossas despesas operacionais.

Risco de restrições à venda de produtos e serviços regulamentados, bem como controles de preços, podem ter um efeito adverso significativo em nós.

Vendemos alguns produtos que são aprovados e controlados por órgãos reguladores. Eventuais atos ou decisões desses órgãos reguladores, incluindo a imposição de controles de preços, podem afetar ou restringir a venda de tais produtos e serviços, cuja receita é importante para nós. Por exemplo, a maioria dos medicamentos vendidos mediante apresentação de receita médica oferecidos nas nossas drogarias está sujeito a controles de preços pelo Governo Federal e os preços que podemos cobrar por esses produtos estão sujeitos a reajustes anuais, pela inflação, nos termos da legislação federal. Esses controles de preços podem resultar em margens de lucro menores para os medicamentos prescritos que vendemos, em comparação aos outros produtos que não estão sujeitos a controles de preços, podendo afetar adversamente a nossa lucratividade.

Além disso, antes de janeiro de 2002, os preços dos produtos derivados do petróleo oferecidos em nossos postos de gasolina eram regulados pelo Governo Federal e, ocasionalmente, estabelecidos abaixo dos preços praticados no mercado mundial de petróleo.

Não podemos garantir que controles de preços para medicamentos prescritos oferecidos em nossas drogarias não irão continuar ou que o controle de preço sobre os produtos derivados do petróleo não voltará a ser aplicado no Brasil e não temos como prever se os órgãos reguladores brasileiros imporão controles de preços sobre qualquer outro produto que vendemos, o que pode resultar em um efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não desenvolve atividades no exterior.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

A Companhia está sujeita a uma vasta variedade de leis, regulamentações e exigências de licenças federais, estaduais e municipais, em relação à proteção do meio ambiente.

A Companhia está sujeita a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente, saúde e segurança do trabalho. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de manutenção de registro perante o Cadastro Técnico Federal do IBAMA, de licenças ambientais, cumprimento das condicionantes estabelecidas em tais licenças, além de padrões para o descarte de efluentes, captação de água, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas à preservação e manutenção de áreas especialmente protegidas e demais áreas objeto de preservação ambiental, estabelecidas na Lei

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal) e respectivas normas correlatas. A Companhia, atualmente, não possui todas as licenças ambientais válidas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão expor a Companhia a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, tendo em vista as três esferas de responsabilidade ambiental previstas no ordenamento jurídico brasileiro.

A ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes, para a concepção, construção, alteração, ampliação e operação de atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores, ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas (incluindo-se o descumprimento de condicionantes), sujeitam o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente.

Ademais, atrasos ou indeferimentos por parte dos órgãos ambientais licenciadores na emissão ou renovação de licenças poderão afetar os resultados operacionais da Companhia de forma negativa. Caso a Companhia ou suas controladas falhem em cumprir a regulamentação aplicável, a Companhia e suas controladas podem ficar sujeitas à aplicação de multas, embargo de obras, cancelamento de licenças e à revogação de autorizações ou outras restrições às suas atividades de incorporação, construção, manutenção e venda de empreendimentos, gerando impacto adverso sobre sua situação financeira.

A Companhia não pode garantir que terá sucesso na discussão judicial em curso acerca da necessidade de inscrição no Cadastro Técnico Federal, e poderá ser afetada adversamente em caso de decisão desfavorável. Em caso de decisão desfavorável, a Companhia deverá desembolsar os valores referentes às autuações, cuja multa máxima prevista para a infração de deixar de se inscrever em referido cadastro é de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por sociedade ou filial, de acordo com o Decreto Federal nº. 6.514/2008, e será obrigada a proceder ao cadastro das unidades que, atualmente, não o possuem. Para maiores informações, vide informações do item 4.7 deste Formulário de Referência.

Além disso, a Companhia não pode garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo que a Companhia aumente de forma significativa seus investimentos a fim de cumprir com a legislação e regulamentação ambiental. Investimentos ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente seus resultados de forma significativa.

O ordenamento jurídico brasileiro prevê a responsabilidade nas esferas administrativa, civil e criminal para os infratores das normas de proteção ao meio ambiente, independentes entre si – a isenção de responsabilidade em uma delas não necessariamente isenta o agente de responsabilização nas demais. Assim, a ocorrência de um mesmo evento ou fato que incorra em degradação ambiental pode ensejar a responsabilidade (i) administrativa, que envolve sanções previstas no Decreto nº 6.514/08, incluindo multa, embargo e suspensão da atividade; (ii) civil, que consiste na obrigação de reparar o dano causado ao meio ambiente por meio de medidas reparatórias, compensatórias e indenizatórias; e (iii) criminal, de acordo com o previsto na Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais). Cumpre ressaltar que o regime de responsabilidade ambiental adota a responsabilidade civil objetiva, extracontratual e solidária, para danos ambientais, o que torna o causador da poluição responsável, independentemente de culpa ou dolo, e tornaria a Companhia, isolada e solidariamente, responsável pelas obrigações de seus produtores ou clientes.

Se a Companhia ficar sujeita a obrigações ambientais, incluindo obrigações advindas de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), a serem firmados com o Ministério Público, ou Termos de Compromissos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(TCs) a serem firmados com os órgãos públicos fiscalizadores das esfera federal, estadual ou municipal, quaisquer custos que ela possa incorrer para retificar possíveis danos ambientais podem levar a uma redução nos recursos financeiros que estariam de outro modo à disposição da Companhia para investimentos estratégicos atuais e futuros, causando, assim, um impacto negativo sobre a Companhia. Da mesma maneira, quaisquer despesas futuras não planejadas podem forçar a Companhia a reduzir ou interromper investimentos estratégicos, possivelmente afetando negativamente a Companhia em consequência. Considerando que a legislação ambiental e sua aplicação pelas autoridades brasileiras podem vir a se tornar mais severas, a Companhia pode incorrer em despesas adicionais relevantes de *compliance* ambiental.

O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impedir ou levar a Companhia a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre o fluxo de caixa, a imagem e os resultados da Companhia.

Para mais informações sobre a regulamentação ambiental a que a Companhia está sujeita, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita a legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas que podem alcançar valores de até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no caso de operação de atividades sem licenças, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes (nos termos do artigo 66 do Decreto Federal nº 6.514/2008), cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa (impacto reputacional) e responsabilidade pelo saneamento ou por danos ambientais. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

A Companhia está sujeita ao gerenciamento de seus resíduos sólidos e à implementação de obrigações relacionadas à Logística Reversa de seus produtos, nos termos da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 ("Política Nacional de Resíduos Sólidos"), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Por meio da responsabilidade compartilhada, instituída pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, as

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

tarefas e custos envolvidos nas diferentes etapas de gerenciamento de resíduos sólidos são pulverizados por toda a cadeia, na medida de responsabilização de cada uma das partes envolvidas, onde o responsável pela geração de resíduos sólidos é também responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar os danos ambientais decorrentes da má gestão dos resíduos sólidos. A contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta a Companhia da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos ou rejeitos.

Tendo em vista que os resíduos sólidos gerados poderão, em função de sua natureza, gerar impactos à atmosfera, solo, águas subterrâneas e superficiais, e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final, fica a Companhia responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos ou disposição final de rejeitos de forma ambientalmente adequada, podendo também ser obrigada a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

O descumprimento de quaisquer obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos, à implementação de logística reversa e/ou causar poluição de qualquer natureza, poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa, a qual pode variar entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6514/2008, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal.

A existência e o gerenciamento inadequado de áreas contaminadas podem afetar adversamente o nosso negócio

Considerando que a Companhia é possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, poderá incorrer na responsabilidade para remediação de tal contaminação e em arcar com custos envolvidos, visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público.

Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com as responsabilidades impostas nesse sentido, poderá se tornar alvo de processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, ser objetivamente responsável pela sua integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação, os quais podem afetar os nossos negócios, resultados operacionais e imagem.

(k) Riscos Macroeconômicos

A pandemia do Coronavírus (COVID-19) e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções na fabricação de produtos e crises na cadeia internacional de suprimentos, afetando fundamentalmente as operações das empresas do setor de varejo, incluindo as nossas. Além disso, o surto mundial pode levar a uma maior volatilidade no

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os nossos negócios, resultados e o valor de nossas ações.

O recente surto global de COVID-19 pode ter impactos de longo alcance – desde o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. O surto de COVID-19 ameaça a fabricação de produtos e a interrupção da cadeia de produtos/suprimentos para empresas do setor de varejo. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, como é o nosso caso, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, ter sua receita reduzida.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo podem adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. Como consequência da adoção dessas medidas nas localidades em que operamos, teríamos uma redução do consumo dos produtos por nós oferecidos e até mesmo o fechamento de lojas, o que pode impactar de forma significativa os nossos resultados.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como o COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020.

Além disso, nos últimos meses, surgiram novas variantes do COVID-19. Ainda, estados e cidades brasileiras estão retomando medidas restritivas, tais como proibição de atividades não essenciais e *lockdown*. Ademais, o plano de vacinação que vem sendo adotado pelos governos federal e estaduais do Brasil ainda segue em ritmo lento e com baixo número absoluto de pessoas vacinadas, se comparado aos demais países. A Companhia não pode garantir que tais fatores não impactarão suas condições financeiras e operacionais.

As nossas ações podem apresentar uma maior volatilidade, impactando os nossos investidores de maneira negativa. Não podemos garantir que a cotação das ações de nossa emissão não atingirá patamares inferiores aos mínimos verificados durante a disseminação da atual pandemia do COVID-19.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de poder dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e financiamento de operações no futuro e em termos aceitáveis.

Acontecimentos e mudanças na percepção de riscos em outros países, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários globais, dentre eles o preço de mercado das nossas ações

O valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente os Estados Unidos e os países da Europa,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

bem como em outros países da América Latina e de outros países emergentes. As reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países, especialmente Estados Unidos e países da Europa, podem ter um impacto adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas no mercado de capitais brasileiro, por exemplo, têm sido historicamente suscetíveis às flutuações das taxas de juros nos Estados Unidos, bem como às variações das principais bolsas de valores dos Estados Unidos.

Além disso, as crises ou acontecimentos relevantes em outros países, como a recente crise entre os Estados Unidos e a China e o surto do COVID-19, podem reduzir o interesse dos investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo nas ações da Companhia. Tais acontecimentos poderão afetar adversamente o valor de mercado das ações da Companhia, restringir o acesso da Companhia ao mercado de capitais e comprometendo sua capacidade de financiar suas operações em condições favoráveis.

Qualquer desvalorização adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço das nossas ações ordinárias

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard&Poor's, Moody's e Fitch.

Em 5 de maio de 2020, a Fitch revisou a perspectiva nota de risco de crédito soberano do Brasil (que é BB negativo) para negativa, em resposta aos efeitos da pandemia do COVID-19, dentre outros fatores.

Na data deste Formulário de Referência, as classificações de crédito soberano do Brasil eram BB- com perspectiva estável, Ba2 com perspectiva estável e BB- com perspectiva negativa pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente, as quais estão abaixo do grau de investimento.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, podem a causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades e nos nossos resultados operacionais e mesmo no preço das nossas ações

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e também pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, situação financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das nossas ações podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida por taxas de crescimento do Produto Interno Bruto;
- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- inflação;
- política fiscal e monetária;
- disponibilidade de crédito;
- controle de importação e exportação;
- taxas de juros;
- fornecimento de energia elétrica;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- instabilidade econômica, social e política;
- reduções salariais e dos níveis econômicos;
- aumento do desemprego;
- greves trabalhistas;
- alterações de normas pertinentes ao setor de transporte;
- instabilidade de preços;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- racionamento de água e energia;
- intervenção, modificação ou rescisão de acordos governamentais e/ou autorizações governamentais;
- movimentos de taxas de câmbio, controle cambial e restrições a remessas ao exterior; e/ou
- outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, agravada pelos impactos da pandemia do COVID-19 no ano de 2020 e 2021, o que pode prejudicar as nossas atividades e resultados operacionais, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do governo brasileiro para implementar mudanças

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nós e sobre nossas ações.

A crise econômica e política no Brasil pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, operações e condição financeira

O ambiente político no Brasil influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras.

Nos últimos anos, os mercados brasileiros enfrentaram um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com os escândalos de corrupção, os quais continuam sendo investigados pelo Ministério Público Federal nas Operações *Lava Jato*, *Zelotes*, *Greenfield*, *Eficiência*, dentre outras, e ao impacto dos escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo e Executivo, bem como altos executivos de grandes empresas foram presos ou estão sendo processados ou investigados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes que envolvem o pagamento de propina.

O dinheiro recebido por políticos a título de propina teria sido usado para financiar campanhas políticas de partidos políticos atuais e de governos anteriores e para enriquecer os beneficiários do regime de troca de favores. Como resultado, diversos políticos, incluindo ministros, senadores, representantes federais e executivos das principais empresas estatais, foram demitidos ou presos e outros políticos e empregados públicos eleitos estão sendo investigados por supostas condutas antiéticas e ilegais identificadas durante a Operação Lava Jato. Não se pode garantir que qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, esteja vinculada a nós, seja empregado, diretor, conselheiro, fornecedor, prestador de serviços ou subcontratado não está ou não estará envolvida na Operação Lava Jato ou em investigações similares, o que poderia afetar negativamente a nossa imagem e reputação.

O resultado das investigações em curso é incerto, mas já houve impacto negativo na imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como na economia brasileira. Não podemos prever se as investigações resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra empregados do governo no futuro. Além disso, não podemos prever o resultado dessas investigações, nem seus efeitos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os nossos negócios.

O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra empregados e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Adicionalmente, durante o mês de abril de 2020, o Presidente da República se envolveu em discussões políticas que culminaram na exoneração do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e do pedido de exoneração do então Ministro da Justiça, Sergio Moro. Mencionados ex-Ministros eram considerados nomes fortes do atual Governo Federal e as ocasiões em que as alterações ministeriais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ocorreram provocaram ainda mais instabilidade na economia brasileira e no mercado de capitais. Não podemos garantir que o desenrolar desses eventos terá o condão de provocar impactos adversos adicionais à situação político-econômica do Brasil. Além disso, não podemos garantir que outros eventos políticos não provocarão ainda mais instabilidade na economia brasileira, no mercado de capitais e na cotação de nossas ações.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo uma potencial abertura de processo de *impeachment*, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios.

Recentemente, diversos procedimentos de *impeachment* foram protocolados em relação ao gerenciamento da resposta à pandemia da COVID-19 pelo referido presidente. Ademais, em fevereiro de 2021, Bolsonaro substituiu o presidente da Petrobrás por um general do Exército. Tal medida sugere uma agenda mais intervencionista por parte do governo e tiveram um efeito adverso no mercado de capitais brasileiro.

Em 14 de abril de 2021, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito ("CPI"), para apurar desvios de recursos destinados ao combate dos efeitos da COVID-19. Contando com apoio e expedição de medida cautelar pelo ministro do STF, Luís Roberto Barroso, para que fossem tomadas todas as providências necessárias para sua criação e instalação, a CPI tem o propósito de investigar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas no começo do ano.

Quaisquer consequências de tais investigações, incluindo um potencial abertura de processo de *impeachment*, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no país, inclusive nos negócios da Companhia.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal recentemente anulou as condenações criminais relacionadas à Operação Lava Jato e restaurou os direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que podem permitir sua participação como candidato na próxima eleição presidencial.

Desta forma, a Companhia não pode estimar o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos brasileiros e globais em seus negócios. Além disso, instabilidades econômicas e políticas podem levar a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros, o que também pode afetar adversamente a Companhia, assim como os seus valores mobiliários. Qualquer instabilidade econômica continuada e incerteza política também podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

Variações nas taxas de câmbio podem afetar adversamente nossa condição financeira e resultados operacionais.

A moeda brasileira tem sofrido historicamente depreciações em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras. O governo brasileiro já implementou vários planos econômicos e políticas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas, controles de câmbio, mercado de câmbio duplo e sistemas de taxa de câmbio flutuante.

Embora a desvalorização de longo prazo do real esteja geralmente relacionada à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar dos Estados Unidos e outras moedas. Em 2018, o real apresentou uma desvalorização de 21,9% passando de R\$ 3,1793 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R\$ 3,8750 por dólar no final de 2018. No ano de 2019, o real seguiu apresentando desvalorização com alta de 3,5% na taxa de câmbio, saindo de uma cotação de R\$ 3,8695 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R\$ 4,0098 por dólar no final de 2019. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio entre o Real e o dólar norte-americano foi de R\$5,1961, uma desvalorização de 28,9% em relação ao dólar norte-americano em comparação à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019, atingindo a cotação de R\$5,00 por dólar norte-americano em 30 de junho de 2021.

A Companhia não pode garantir que o real não sofra qualquer apreciação ou depreciação em relação ao dólar norte-americano. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar em aumento das taxas de juros, afetando negativamente a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, devido a uma retração no consumo e aumento nos custos financeiros. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também pode aumentar os custos operacionais relacionados à importação de mercadorias e despesas e passivos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos da Companhia denominados em dólares norte-americanos. A Companhia pode ser afetada negativamente por mudanças em tais políticas de câmbio.

As variações cambiais do real em relação a outras moedas, principalmente o dólar norte-americano, afetaram e continuarão afetando os resultados operacionais da Companhia, expressos em reais. A Companhia não pode garantir que será capaz de implementar suas políticas de hedge, nem que se implementadas, elas terão sucesso, e também não pode garantir um nível de lucratividade ou que as flutuações nos valores de moeda que opera não afetarão adversamente os seus resultados operacionais.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para controlar a inflação, inclusive aumentando as taxas de juros, podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e afetar a Companhia de maneira adversa.

O Brasil experimentou, no passado, taxas de inflação extremamente altas e, em consequência, seguiu políticas monetárias que contribuíram para uma das maiores taxas reais de juros do mundo. A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la tiveram e podem ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e os negócios da Companhia. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósitos compulsórios podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e quedas nas taxas de juros podem desencadear aumentos da inflação e, consequentemente, a volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos da taxa de juros.

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, medido pelo IBGE, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 foi de 3,75%, 4,31% e 4,52%,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

respectivamente, bem como de 3,21% no período entre janeiro e maio de 2021. Da mesma forma, entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, a taxa de juros estabelecida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou SELIC, variou entre 5,96% e 2,74% ao ano.

As pressões inflacionárias podem resultar em intervenções governamentais na economia, incluindo políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que poderia, por sua vez, afetar adversamente operações e o preço de negociação das ações de emissão da Companhia. A inflação, medidas para conter a inflação e especulação sobre medidas potenciais também podem contribuir para uma incerteza significativa em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores, o que pode afetar a capacidade de acesso ao financiamento da Companhia, incluindo o acesso aos mercados de capitais internacionais.

Medidas futuras do governo brasileiro, incluindo reduções nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real, podem desencadear aumentos na inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira.

A inflação também pode aumentar os custos e despesas da Companhia, que pode não ser capaz de transferir tais custos aos clientes, reduzindo suas margens de lucro e lucro líquido. Além disso, índices inflacionários elevados geralmente aumentam as taxas de juros domésticas e, portanto, o serviço da dívida da parcela em reais da dívida da Companhia, que é indexada a taxas flutuantes, também pode aumentar, e com isso, o lucro líquido pode diminuir. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros domésticas poderiam, além disso, reduzir a liquidez nos mercados de capital e financeiro domésticos, o que afetaria a capacidade de refinanciar o endividamento da Companhia nesses mercados. Além disso, a inflação também pode afetar indiretamente a Companhia, pois os seus clientes também podem ser afetados e ter sua capacidade financeira reduzida. Qualquer redução em suas vendas líquidas ou lucro líquido, bem como qualquer redução no desempenho financeiro e preço de negociação das ações de emissão da Companhia. Os seus clientes e fornecedores podem ser afetados por altas taxas de inflação e tais efeitos podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de emissores brasileiros é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. A reação dos investidores a acontecimentos nesses países pode resultar em um efeito adverso no preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissão de emissores brasileiros. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Tais eventos podem incluir disputas comerciais, como a disputa recente entre os Estados Unidos e a China e que foi recentemente expandida a outros países, incluindo o Brasil, após o anúncio do Presidente dos Estados Unidos com relação à aplicação de novas tarifas a produtos siderúrgicos exportados do Brasil, ou disputas entre os Estados Unidos e o Irã. Crises em outros países da América Latina e de economia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial dos Estados Unidos e países da União Europeia, podem reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Tal fator pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações da Companhia no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos pode afetar adversamente os negócios e o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil e direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a econômica brasileira, como as flutuações no preço dos títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa a economia e o mercado de capitais do Brasil, como (i) oscilações no preço de mercado de emissores brasileiros; (ii) indisponibilidade de crédito; (iii) redução do consumo; (iv) desaceleração da economia; (v) instabilidade cambial; e (vi) pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou não serem capazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer desses acontecimentos pode prejudicar a negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e o financiamento de suas operações no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações.

Além disso, o Presidente dos Estados Unidos Joe Biden tem um poder considerável na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito adverso relevante sobre a economia global e a estabilidade política mundial. Não podemos assegurar que o governo do Presidente Biden irá manter políticas projetadas para promover a estabilidade macroeconômica, disciplina fiscal e investimento doméstico e estrangeiro, o que poderá ter um efeito adverso relevante nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e sobre valores mobiliários emitidos por emissores brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, e a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de câmbio. A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um desses riscos:

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2021				
Fornecedores	1.464.948			
Partes Relacionadas	475			
Credores por aquisição de controladas	30.277	14.684		
	1.495.700	14.684		

Risco cambial

A Companhia e suas controladas importam produtos para revenda e estão expostas ao risco cambial decorrente da exposição a flutuações de cotações de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano e Euro.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 30 de junho de 2021, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, análise de sensibilidade quanto à posição em aberto está demonstrada a seguir:

	Cenário Base	Cenário Baixa do Dólar / Euro		Cenário Alta do Dólar / Euro	
		25%	50%	25%	50%
Impactos da variação no dólar/euro					
Fornecedores (Euro)	4.316	-3.113	-2.075	5.188	6.225
Fornecedores (Dólar)	12.790	-9.224	-6.149	15.373	18.447
Fornecedores Total	17.106	-12.336	-8.224	20.560	24.672
Impacto no resultado	-650	4.120	8.232	-4.104	-8.216

A Companhia considera como cenário-base, uma desvalorização do real em 4% sobre o dólar norte-americano e o Euro, considerando uma taxa de câmbio futura de R\$5,20 (Dólar) e R\$6,16 (Euro) para 30 de junho de 2021, baseada em referências de mercado com o impacto R\$ -650 relativo as operações de compras junto a fornecedores estrangeiros.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e ambiental, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Para os processos cíveis, a expectativa de perda é baseada na média histórica de valores de acordos e condenações em processos similares e conforme competência (juizado especial ou vara cível).

Para os processos tributários, a expectativa de perda considera os fatos específicos de cada processo, a legislação tributária vigente e a jurisprudência sobre o tributo em discussão.

Após o provisionamento inicial, os valores indicados podem ser revistos e, se for o caso, reajustados nos casos de decisão favorável ou desfavorável proferida em primeiro ou segundo grau.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 30 de junho de 2021, segregados conforme sua natureza.

Contingências Fiscais

16561.720093/2019-95	
a. Juízo	Administrativo Federal
b. Instância	1ª. instância
c. Data de instauração	22/11/2019
d. Partes no processo	Receita Federal do Brasil e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.244.804.636,77
f. Principais fatos	<p>Trata-se de autos de infração referente aos anos-calendário de 2013 a 2016 e tratam da glosa de despesas de amortização de (i) ágio resultante da aquisição das empresas Irmãos Bretas, Super Família e Prezunic e (ii) ajustes negativos de RTT supostamente não comprovados. Foi aplicada multa de 150% sobre o total da glosa do ágio.</p> <p>Em impugnação apresentada, a Companhia alegou, em síntese:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) decadência do ano-calendário de 2013; (ii) inexistência de postura omissa e refratária por parte da empresa; (iii) que houve adoção de premissas equivocadas pela Fiscalização que entendeu (a) que Companhia não seria a real adquirente das participações societárias bem como (b) questionou a dedutibilidade desses valores e ausência de aplicação da metodologia prevista no CPC 15 pelos laudos de avaliação que justificaram economicamente a fundamentação dos ágios e (c) no caso da "Super FamíliaFamília", entendeu que houve aquisição de ativos disfarçada de aquisição de participação societária por uma utilização indevida de empresa-veículo (iv) as três aquisições são legítimas e bem fundamentadas com cumprimento de todos os requisitos legais (v) que os ajustes de RTT diziam respeito à neutralização dos efeitos resultantes da aplicação dos CPCs 12, 15, 20 e 30 (vi) inexistência de fraude, sonegação ou conluio. <p>Atualmente, o caso aguarda julgamento da impugnação apresentada.</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

16561.720093/2019-95	
g. Chance de perda	Remoto
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

10600.720098/2016-85	
a. Juízo	Administrativo Federal
b. Instância	2ª. instância
c. Data de instauração	16/12/2016
d. Partes no processo	Receita Federal do Brasil e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 202.065.020,52
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração visando a cobrança de IRRF. De acordo com as Autoridades Fiscais determinados pagamentos realizados pela Companhia a prestadoras de serviço foram pagamentos sem causa. Foi aplicada multa de 150% alegando a ocorrência de fraude nas operações. Atualmente aguarda julgamento de Recurso Especial interposto. Cumpre destacar que a responsabilidade pela contingência é atribuída, no âmbito civil, aos antigos acionistas da Irmãos Bretas, nos termos das cláusulas de indenização previstas nos contratos de compra e venda, observados os respectivos limites temporais e quantitativos, conforme aplicáveis.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

0800209-09.2016.4.05.8500	
a. Juízo	3ª. Vara federal de Aracaju
b. Instância	2ª. Instância
c. Data de instauração	20/01/2016
d. Partes no processo	União Federal e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 94.643.669,54
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado visando assegurar o direito líquido e certo da Companhia de não se sujeitar à exigência de PIS e COFINS decorrente das vendas dos produtos eletrônicos elencados nos artigos 28 e 30 da Lei nº 11.195/05 ("Lei do Bem") até dezembro de 2018. Em 27.1.2016, foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada, de maneira a suspender a exigibilidade dos créditos de PIS e COFINS incidentes sobre a venda de produtos eletrônicos abarcados pela desoneração da Lei do Bem. Em 01.8.2016, foi proferida sentença julgando parcialmente procedente o pedido, deixando de reconhecer a ilegalidade da limitação da exoneração imposta pelo Decreto nº 5.602/2005. Assim, foram interpostos Recursos de Apelação pela Companhia e pela Fazenda Nacional, os quais tiveram provimento negado. Atualmente, aguarda-se julgamento de Recursos Especial e Extraordinário.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

0800209-09.2016.4.05.8500	
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a recolher os valores que não foram recolhidos em razão da decisão que concedeu a medida liminar, devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

201933499	
a. Juízo	Administrativo Estadual Sergipe
b. Instância	1ª. instância
c. Data de instauração	25/06/2019
d. Partes no processo	Estado de Sergipe e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$87.878.144,28
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração que glosa créditos de ICMS por deixar de informar documentos fiscais no bloco C da EFD com aplicação de multa formal sobre o total da base de cálculo das operações do período autuado.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

10600.720120/2015-14	
a. Juízo	Administrativo federal
b. Instância	2ª. Instância
c. Data de instauração	16/11/2015
d. Partes no processo	Receita Federal do Brasil e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 79.276.486,42
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para a exigência de IRPJ e CSLL relacionado a supostas despesas não dedutíveis (i) de pagamentos efetuados a sua controladora Ambapar e (ii) na contabilização de perdas referentes a recebimentos de créditos. O processo está atualmente aguardando julgamento de recurso especial. A responsabilidade pela contingência, na esfera civil, é dos antigos acionistas Irmãos Bretas.
g. Chance de perda	Parte Provável e parte possível. Em relação à parte provável, houve constituição de provisão de R\$ 21.206.872,00
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

0803247-92.2017.4.05.8500	
a. Juízo	4ª. Vara federal de Aracaju
b. Instância	2ª. Instância
c. Data de instauração	29/06/2017
d. Partes no processo	União Federal e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 78.519.473,07
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal vinculado ao auto de infração nº 10510.721517/2011-09 em que são cobradas as contribuições ao PIS e à COFINS sobre descontos comerciais recebidos de fornecedores nos anos-calendário de 2006 a 2010. O processo atualmente aguarda julgamento de recurso especial e extraordinário.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

0008642-29.2016.4.01.3300	
a. Juízo	18ª. Vara federal de Salvador
b. Instância	1ª. Instância
c. Data de instauração	21/03/2016
d. Partes no processo	União Federal e Mercantil Rodrigues Ltda e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46.595.452,81
f. Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada para cobrança de débitos de IRPJ, CSLL e IRRF referentes aos três primeiros trimestres de 2007. Atualmente, aguarda-se a expedição do termo de penhora de bens que estão pendentes de avaliação, para que se inicie o prazo para oposição de Embargos à Execução Fiscal. Foi realizada penhora de imóveis de terceiros, responsáveis pelos débitos. A responsabilidade pela contingência, na esfera civil é dos antigos acionistas da Sociedade Mercantil Rodrigues.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

108529.0002/20-0	
a. Juízo	Administrativo Estadual Bahia
b. Instância	1ª. Instância
c. Data de instauração	31/03/2020
d. Partes no processo	Estado da Bahia e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 45.683.629,05

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

108529.0002/20-0	
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de valores de ICMS relativos ao suposto creditamento indevido do imposto em operações com mercadorias adquiridas sujeitas à substituição tributária. Atualmente, aguarda-se julgamento de Impugnação apresentada pela Companhia.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

108529.0012/18-4	
a. Juízo	Administrativo Estadual Bahia
b. Instância	1ª. Instância
c. Data de instauração	14/12/2018
d. Partes no processo	Estado da Bahia e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 44.751.208,70
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de valores de ICMS relativos ao suposto creditamento indevido do imposto em operações com mercadorias beneficiadas com isenção, substituição tributária, crédito superior ao destacado na nota fiscal, entre outros. Atualmente, aguarda-se julgamento de Impugnação apresentada pela Companhia.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

10880.730090/2017-17	
a. Juízo	Administrativo Federal
b. Instância	2ª. Instância
c. Data de instauração	01/08/2017
d. Partes no processo	Receita Federal do Brasil e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 26.505.612,79
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo decorrente da não homologação de pedido de compensação de contribuições previdenciárias declaradas em GFIP das competências de agosto a outubro de 2015. A Manifestação de Inconformidade apresentada pela Companhia foi julgada improcedente, atualmente, aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário
g. Chance de perda	Remoto
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

10600.720110/2015-71	
a. Juízo	Administrativo federal
b. Instância	2ª. Instância
c. Data de instauração	30/11/2015
d. Partes no processo	Receita Federal do Brasil e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.205.692,81
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de valores supostamente devidos a título de IRPJ e CSLL, em razão da glosa de despesas de ágio deduzidas nos anos-calendário de 2010 e 2011. A Impugnação apresentada pela Companhia foi julgada improcedente, atualmente, aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

108529.0003/20-7	
a. Juízo	Administrativo estadual
b. Instância	1ª. Instância
c. Data de instauração	31/03/2020
d. Partes no processo	Estado da Bahia e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 18.039.737,60
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de multa percentual sobre a parcela do ICMS que deixou de ser paga por antecipação parcial, referente a aquisições de mercadorias de outras unidades da Federação. Tais mercadorias teriam sido adquiridas com fins de comercialização e foram devidamente registradas na escrita fiscal com saída posterior tributada. Atualmente, o processo aguarda julgamento da defesa apresentada em primeira instância administrativa.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

14817.720027/2020-84	
a. Juízo	Administrativo federal
b. Instância	2ª. Instância
c. Data de instauração	07/01/2021
d. Partes no processo	Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul) e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 88.574.577,40

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

14817.720027/2020-84	
f. Principais fatos	<p>Trata-se de Autos de Infração objeto do Processo Administrativo 14817.720027/2020-84, por meio dos quais a Receita Federal do Brasil ("RFB") exige o recolhimento de supostos débitos das Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e para o Programa de Integração Social ("PIS") relativos aos meses de janeiro a junho de 2016. Tais tributos estariam sendo cobrados em razão de</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) glosa de créditos em relação à amortização e depreciação de edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros (ii) não tributação de receitas relativas (a) ao comércio interno, de creme de leite, pães e ingresso de cinema, (b) ao recebimento de bonificações, doações e descontos de fornecedores instituições financeiras e (c) recebimento de mercadorias bonificadas de fornecedores (não instituições financeiras). <p>A decisão de primeira instância administrativa foi desfavorável à Cencosud.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

11000.723226/2021-31	
a. Juízo	Administrativo federal
b. Instância	1ª. Instância
c. Data de instauração	29/06/2021
d. Partes no processo	Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul) e Cencosud Brasil Comercial Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 160.815.528,45
f. Principais fatos	<p>Trata-se de Autos de Infração objeto do Processo Administrativo 11000-723.226/2021-31, por meio dos quais a Receita Federal do Brasil ("RFB") exige o recolhimento de supostos débitos das Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e para o Programa de Integração Social ("PIS"), relativos aos fatos geradores ocorridos entre 01/07/2016 e 31/12/2017. As supostas infrações cometidas seriam relativas a</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) glosa de créditos apurados de (a) gastos com edificações e benfeitorias em imóveis; (b) custos referentes ao ICMS substituição tributária e (c) reconhecimento de créditos em relação a vendas indevidamente tributadas anteriormente (ii) tributação de receitas que não geram débitos das contribuições, seja por previsão de aplicação de alíquota zero, ou por inexistência de receita tributável <p>A companhia apresentou impugnação aos autos de infração, que atualmente aguarda julgamento.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.3, em 30 de junho de 2021, era de R\$21.206.872,00.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não foram constituídas provisões para os processos descritos no item 4.4.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

CONTENCIOSO CÍVEL

A Companhia está envolvida em um procedimento arbitral sigiloso no qual se discute as causas da rescisão e o inadimplemento do contrato de prestação de serviços de consultoria e construção de supermercados no qual a Companhia era a parte contratante. A arbitragem foi requerida pela contratada e a Companhia apresentou pedidos contrapostos. Em 17.08.2021, foi proferida ordem processual delimitando os pontos controvertidos e as provas a serem produzidas. O valor atual dos pedidos líquidos da Companhia é R\$596.966.174,07 e o valor atual dos pedidos líquidos da parte contrária é de R\$963.825.250,90. O prognóstico de perda é possível.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.5

Não foram constituídas provisões para o processo descrito no item 4.5 acima.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas são partes no seguintes processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto:

Ações Consumeristas	
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia figura no polo passivo de 2680 ações cíveis que discutem, em sua maioria, cobranças de anuidade do cartão de crédito, cobranças alegadamente indevidas no cartão de crédito, inclusão alegadamente indevida do consumidor no serviço de proteção ao crédito, venda de produto alegadamente com defeito, venda de produtos alegadamente vencidos ou impróprios para consumo, garantia estendida, acidentes ocorridos no interior da loja, furto de acessórios ou objetos pessoais dos clientes no estacionamento do estabelecimento e problemas no atendimento dos clientes. Nenhum desses processos é individualmente relevante.
Valores	R\$ 69.084.084,15 (valor da Causa) R\$ 4.578.034,36 (valor da provisão)

Ações Civis Públicas de consumo	
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia figura no polo passivo em 10 ações civis públicas relacionadas a temas consumeristas que discutem (i) a legalidade da cobrança da taxa denominada – Taxa de Emissão de Fatura (TEF) ou Boletos Bancários nas compra com cartão de crédito; (ii) medidas para o enfrentamento da covid-19, como disponibilização de álcool em gel 70% em todas as Lojas Gbarbosa de Maceió/AL, em cada caixa, fornecimento de máscara a cada Operador de Caixa para que este a utilize, trocando-a a cada duas horas, bem como, administre o treinamento necessário aos Operadores de Caixa de como utilizá-la; execute a limpeza de cada carrinho de compras com detergente ou álcool gel 70%, a cada utilização pelos consumidores; (iii) produtos expostos à venda com preço divergente; (iv) venda de pack promocional "com dois ou mais produtos, atribuindo a característica de gratuidade a qualquer um deles, se o preço do produto, não gratuito, não corresponder exatamente ao preço do pacote promocional; (v) constatação de alegados vícios de segurança relativos ao fornecimento de alimentos capazes de provocar danos à saúde dos consumidores, consistentes na comercialização de goiaba, morango, pimentão e alface de fornecedores específicos com resíduos de agrotóxicos proibidos pela ANVISA; (vi) legalidade da aplicação dos juros de mercado em débitos inadimplentes e débitos em fatura; (vii) acondicionamento separado de produtos com prazo de validade expirado (para posterior descarte ou entrega aos fabricantes) dos produtos que ainda serão comercializados, sinalizando o local de armazenamento com a informação de que o produto é impróprio para consumo (lojas das filiais Fonseca e Icarai); e (viii) tempo de espera de 20 minutos das filas (aplicação da Lei Municipal nº 3490/2007).
Valores	R\$ 15.299.925,00 (valor da Causa) R\$ 578.000,00 (valor da provisão)

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Ações Civis Públicas –Postos de Combustível	
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia, além de outras empresas, figura no polo passivo de 3 ações civis públicas: a primeira, em Minas Gerais, ajuizada em 2000, quando a operação de postos de gasolina ainda pertencia a Família Bretas questionando a prática de cartel na cidade de Montes Claros e requerendo a condenação das empresas réis pela prática de cartel e pagamento de dano moral; e a segunda, em Goiás, ajuizada em 2015, questionando a ocorrência de prática abusiva sucessiva de reajustes no preço da gasolina e do etanol, com pedido de multa diária e danos morais coletivos; e a terceira, também em Goiás, ajuizada em 2017, questionando a ocorrência de práticas abusivas sucessivas de alinhamento de preço de combustível, com pedido de multa diária e danos morais coletivos. Em nenhum dos casos foi proferida sentença até o momento.
Valores	R\$ 2.500.000,00 (valor da Causa) R\$ 520.000,00 (provisão)

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Lista de observação Procon

A Companhia está incluída em uma lista de observação relacionada a riscos e conformidade referente a questões regulatórias e de produtos ou serviços relacionados ao armazenamento de alimentos no Brasil, no âmbito do Cadastro de Reclamações Fundamentadas, organizado pelo Procon (art. 44 do Código de Proteção ao Consumidor). Trata-se de lista informativa e que não possui caráter sancionatório ou de monitoramento.

Cadastro Técnico Federal

A Política Nacional de Meio Ambiente instituiu o Cadastro Técnico Federal ("CTF") cujo registro é obrigatório para as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam às atividades previstas taxativamente no rol da Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013. Para algumas atividades, a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe que o registro no CTF requer o pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ("TCFA") e a entrega do relatório anual de atividades. As atividades sujeitas ao recolhimento da TCFA estão elencadas na Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013. O relatório, por sua vez, diz respeito às atividades desenvolvidas no ano anterior e deve ser submetido ao IBAMA pelos sujeitos passivos de pagamento da TCFA até 31 de março de cada ano.

A falta de registro no CTF, quando exigível, constitui infração administrativa punível com multa de até R\$9.000,00, a depender do porte da empresa, atribuído através da Lei 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Tal valor se refere à multa máxima imposta pelos órgãos ambientais pela conduta de "deixar de inscrever-se no Cadastro Técnico Federal", conforme prescreve o art. 76, V do Decreto 6.514/2008. Como a inscrição é feita por CNPJ, o valor da multa seria imposto individualmente a cada CNPJ que venha a ser autuado por não ter o referido Cadastro.

Atualmente, a Companhia discute judicialmente a necessidade de inscrição no Cadastro Técnico Federal, pois entende que não deveria estar sujeita a tal obrigação pela natureza de sua atividade.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota, desde 21 de janeiro de 2014, uma Política Corporativa de Gestão de Riscos (“Política”), a qual foi reformulada em 27 de agosto de 2021, com o objetivo de gerir de forma adequada e oportuna os riscos que poderiam afetar o cumprimento de seus objetivos. A Política foi atualizada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e sua aplicação é monitorada pela Área de Gestão de Riscos e Controles Internos e pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo geral da Política é estabelecer as diretrizes e o marco geral de atuação para a “Gestão dos Riscos” da Companhia, definida como atividades coordenadas para dirigir e controlar a Companhia em relação ao Risco. O “Risco”, por sua vez, é a possibilidade de ocorrência de um evento que afeta de forma adversa a consecução dos objetivos da Companhia.

Como objetivos específicos da Política, destacam-se:

- Estabelecer as diretrizes da Gestão dos Riscos aplicáveis à Companhia;
- Definir os papéis e responsabilidades dos distintos participantes da Companhia na Gestão de Riscos;
- Fortalecer a confiança dos grupos de interesses da Companhia;
- Adaptar padrões de identificação e administração de riscos, vinculando-os com as diretrizes estratégicas;
- Integrar todas as áreas e unidades da Companhia à administração dos riscos; e
- Adotar as boas práticas nacionais e internacionais relacionadas a Gestão de Riscos.

Para cumprir com os objetivos estipulados e com o modelo de Gestão de Riscos definido na Política, a Companhia estabelece as seguintes diretrizes gerais:

- Adotar e aplicar a Política como uma ferramenta estratégica da tomada de decisões, para otimizar o rendimento em todas as funções dentro da Companhia;
- Alinhar a Gestão de Riscos às normativas nacionais e internacionais;
- Definir o apetite ao risco, a tolerância, e a exposição ao risco;
- Cada um dos riscos relevantes é identificado, priorizado e avaliado pela administração, de acordo com a classificação do risco e da exposição potencial do risco;
- Os riscos devem ser identificados, avaliados, priorizados e alinhados com os objetivos corporativos da Política;
- Cada área é responsável por adotar a Gestão de Riscos e desenvolvê-la de forma consistente e em linha com a Política;
- Cada área irá realizar revisões periódicas dos seus riscos pelo menos anualmente,

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

dependendo do apetite de risco definido pelo Conselho de Administração;

- A Área de Gestão de Riscos e Controles Internos apoiará e facilitará as discussões sobre riscos, a gestão da mudança organizacional em matéria de riscos, a comunicação corporativa e a consciência de risco, a educação sobre os riscos e a capacitação contínua;
- A Companhia se compromete a atuar dentro do apetite de risco, e/ou realizar ações para os riscos que se encontrarem dentro das zonas não aceitáveis de risco (tolerância e sobre exposição ao risco);
- A Companhia proporcionará as ferramentas e recursos necessários para fomentar e permitir aos Colaboradores minimizarem a sua exposição ao risco, proporcionando informações, acompanhamento e medição da Gestão de Riscos; e
- A Companhia capacitará seus Colaboradores em matéria de Gestão de Riscos, e comunicará os temas relevantes nesta matéria.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência e busca proteção contra os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados por sua administração, sua reputação e os seus resultados financeiros. Nos termos da Política, a Companhia busca proteção para riscos aos quais está exposta, os quais estão divididos nas seguintes macro-categorias principais:

- **Risco Estratégico:** Riscos relativos à estratégia da Companhia, podendo ser fatores internos ou externos. Estes riscos estão relacionados com as metas de alto nível e estão alinhados e suportados pela missão e visão da Companhia. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, e de mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços. Podem impedir ou afetar o atingimento das decisões estratégicas da Companhia para os objetivos do negócio.
- **Risco Operacional:** Risco de falha na operação decorrente da inadequação ou erros nos processos internos, de pessoas, de sistemas e dos controles internos aplicáveis, ou ainda decorrentes de acontecimentos externos.
- **Risco Financeiro:** Riscos relativos aos processos financeiros ou econômicos da Companhia, suas principais consequências são perdas financeiras ou econômicas, e o impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Os riscos financeiros também englobam os riscos de crédito, causados por falhas de clientes ou contrapartes de instrumentos financeiros em cumprir com suas obrigações contratuais, que podem ocorrer principalmente com relação a recebíveis originados por clientes do varejo, aplicações financeiras e riscos de liquidez.

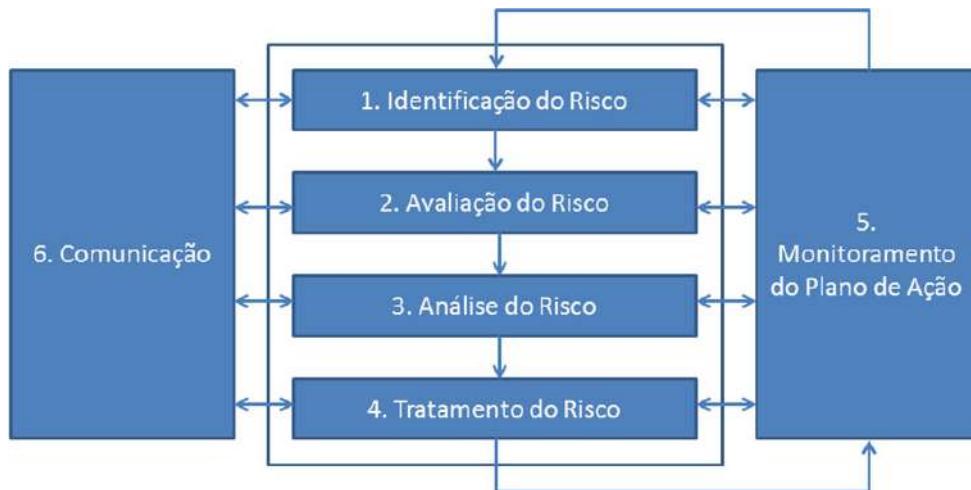
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- **Risco de Cumprimento:** Riscos relativos ao cumprimento de todo tipo de normas, leis, sanções, acordos e outros documentos legais, de qualquer âmbito, que regulem as ações da Companhia ou algumas das companhias relacionadas, seja a nível nacional ou internacional, interno ou externo. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras, desvios de ativos, corrupção e crimes.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia segue os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, o COSO-ERM ("COSO"), sendo adotado o modelo de três linhas de defesa, conforme descrito no item 5.1(b)(iii) abaixo.

Assim, o processo de Gestão de Riscos da Companhia é composto por 06 (seis) etapas, conforme quadro e descrições abaixo:



- **Identificação e Classificação dos Riscos:** Para a identificação dos riscos, a Área de Gestão de Riscos e Controles Internos deverá se reunir com as Áreas de Negócio da Companhia, facilitando a identificação dos eventos de risco corporativos que possam impactar nos objetivos estratégicos da Companhia.

Conforme disposto na norma ISO 31.000, "*o propósito da identificação do Risco é encontrar, reconhecer e descrever os Riscos que podem ajudar ou impedir uma organização de atingir os seus objetivos*". Neste sentido, o não cumprimento de um objetivo não será considerado um Risco em si (rentabilidade, liquidez, participação de mercado, etc.). Nestes casos, deve-se considerar as causas ou fatores que podem vir a impedir o cumprimento de objetivos.

Para garantir que sejam tratadas a maior quantidade de matérias de Risco possível, será confeccionado antecipadamente pela Área de Gestão de Riscos e Controles Internos um inventário teórico de Riscos, a partir de *benchmarks* disponíveis da indústria, mapas de Riscos anteriores, documentos de classificadoras de Riscos, relatórios públicos da Companhia e da indústria, inventários propostos por consultores externos, dentre outras fontes.

A Área de Gestão de Riscos e Controles Internos deverá elaborar uma listagem com os riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

corporativos, os quais serão classificados de acordo com as macro-categorias principais indicadas no item 5.1.b.i acima. Esta listagem será denominada “Inventário de Riscos Corporativos” e apresentará o nome do risco, uma breve descrição e uma listagem das causas indicadas pelas Áreas de Negócio entrevistadas.

Os Riscos serão identificados e atualizados a cada dois anos, no período definido no planejamento da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, ou de forma extraordinária caso eventualmente ocorra uma mudança de cenário para a Companhia ou numa determinada Área de Negócios. É responsabilidade de cada Área de Negócios informar à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos sobre qualquer novo risco a ser considerado e analisado, à medida que eles forem surgindo.

- Avaliação dos Riscos Corporativos:** A avaliação permite determinar de que maneira os riscos potenciais impactam na consecução dos objetivos da Companhia. Espera-se, com a avaliação, que sejam consideradas duas dimensões: a **probabilidade** de ocorrência e o **impacto** que geraria na Companhia se o risco fosse materializado. Esta avaliação será efetuada pela Diretoria da Companhia em conjunto com as Áreas de Negócio que sejam consideradas convenientes.

A avaliação do risco deverá ser realizada sobre a base de risco residual, isto é, considerando as medidas de mitigação que o Conselho de Administração sinalizar como implementadas. Isto permite estabelecer e abordar a parte do risco que na opinião da administração deve ser abordada.

A escala de avaliação para os critérios de impacto e probabilidade, a utilizar na avaliação dos riscos corporativos, será a seguinte:

Tabela nº1: Impacto do risco

Valor	Categoria	Descrição Qualitativa	Descrição Quantitativa (*)	
5	Crítico	Deterioração da imagem pública ou de suas operações a nível país, que gerem baixa no valor de mercado, perdas financeiras significativas afetando os objetivos de resultados e de gestão transversalmente aos negócios do país, ou a não continuidade dos negócios da Companhia no país.	Vendas por mais de 25%	Mais de 30% do RESULTADO (**)

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

4	Maior	Deterioração da imagem pública ou de suas operações a nível país, com perdas financeiras materiais equivalentes aos resultados e/ou continuidade de uma de suas divisões ou uma de suas bandeiras.	Vendas até 25%	Até 30% do RESULTADO (**)
3	Moderado	Deterioração da imagem pública ou de suas operações, com perdas financeiras importantes equivalentes aos resultados e/ou continuidade de uma regional do país (setor geográfico) ou um grupo de lojas.	Vendas até 10%	Até 15% do RESULTADO (**)
2	Menor	Deterioração da imagem pública ou de suas operações a nível país, com perdas financeiras equivalentes aos resultados e/ou continuidade de uma linha de negócios ou linha de serviços a nível regional.	Vendas até 5%	Até 7% do RESULTADO (**)
1	Não significativo	Deterioração das operações que gerem impactos na imagem, operação, finanças e/ou continuidade, a um nível equivalente ao de uma loja.	Vendas até 3%	Até 1% do RESULTADO (**)
<p>(*) Para efeitos de quantificação serão considerados os últimos 4 trimestres encerrados até o momento da avaliação.</p> <p>(**) O resultado será expresso em pontos percentuais de EBITDA. Caso o EBITDA obtido não supere o custo de oportunidade do negócio, será considerada para avaliação a taxa WACC.</p>				

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Tabela nº 2: Probabilidade de ocorrência

Valor	Categoria	Descrição
5	Muito provável	<ul style="list-style-type: none"> Aconteceu mais de uma vez no último ano. Com certeza pode acontecer.
4	Provável	<ul style="list-style-type: none"> Aconteceu uma vez no último ano. Normalmente acontece
3	Moderada	<ul style="list-style-type: none"> Aconteceu uma vez nos últimos dois anos. Às vezes acontece.
2	Improvável	<ul style="list-style-type: none"> Aconteceu na indústria, setor ou país. Ocorreu nos últimos 5 anos. Quase nunca acontece.
1	Muito improvável	<ul style="list-style-type: none"> Nunca aconteceu na indústria, setor ou país. Ocorreu há mais de 5 anos. Muito difícil de acontecer.

Quadro nº 2: Mapa de Calor

Severidade ou Exposição ao Risco (mapa de calor)

A severidade ou exposição ao Risco, será determinada através da seguinte fórmula:

$$S = I^2 + 4P$$

onde:

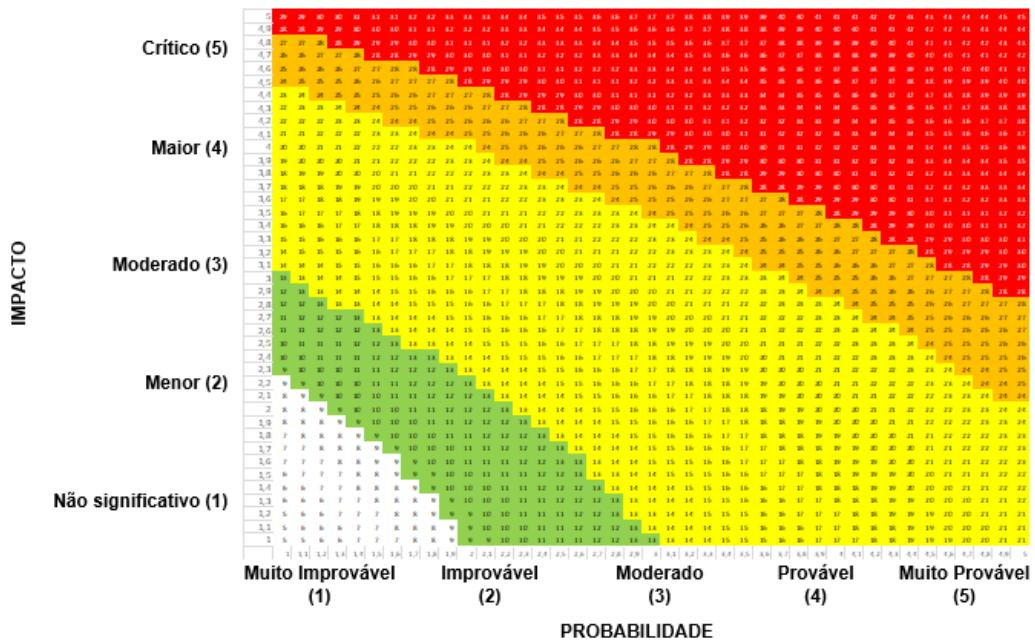
S : Severidade

I : Impacto

P : Probabilidade

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Desta forma, os Riscos poderão ser classificados, segundo sua severidade, em: Críticos,



- Crítico** : Severidade do Risco maior que 28.
Severo : Severidade do Risco maior que 24 e menor ou igual a 28.
Moderado : Severidade do Risco maior que 13 e menor ou igual a 24.
Baixo : Severidade do Risco maior que 9 e menor ou igual a 13.
Não significativo : Severidade do Risco menor ou igual a 9.

Severos, Moderados, Baixos e Não Significativos, conforme exposto no mapa abaixo:

O resultado da Avaliação de Riscos, isto é, o Mapa de Riscos Corporativos será entregue pela Área de Gestão de Riscos e Controles Internos ao Diretor Presidente e às Diretorias que tenham sido designadas para liderar uma avaliação dentro do prazo de um mês após o término da avaliação, para fins de sua aprovação.

Todas as vezes em que o Mapa de Riscos Corporativo for atualizado, será apresentado para aprovação do Comitê de Auditoria.

- Análise de Riscos:** Quando os riscos corporativos estiverem identificados e avaliados, será desenvolvida uma compreensão do risco para proporcionar um *input* para tomar decisões sobre o seu tratamento. A administração deve tomar conhecimento e tratar de todos os riscos identificados. Para efeitos de relatório de gestão de riscos, serão considerados aqueles riscos mais severos, considerando a maior quantidade de riscos entre:

- Os 33,3% dos riscos mapeados, considerando os de maior severidade.
- Aqueles riscos avaliados como Críticos ou Severos (Severidade maior que 24).

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Para estes Riscos, será realizada uma análise mais profunda, a fim de filtrar e refinar os comentários da administração, realizados durante a etapa de "Identificação de Riscos" (principalmente causas e consequências).

Na mesma análise, as Diretorias as quais a Diretoria Executiva tiver designado para mitigar os Riscos deverão especificar os controles preventivos e corretivos que explicam a diferença entre o Risco inerente e residual.

A análise das consequências determina a natureza e o tipo de impacto que poderia gerar, caso um evento, situação ou circunstância particular viesse a ocorrer. Um evento pode acarretar numa gama de impactos de diferentes magnitudes, e afetar uma gama de diferentes objetivos e diferentes partes interessadas.

Esta informação deverá ser documentada em uma das seções da ficha do Risco correspondente.

Adicionalmente, deverá ser realizada uma análise de correlação de Riscos, isto é, analisar cada um dos Riscos para identificar se a mitigação de um deles pode afetar positiva ou negativamente a magnitude de outros Riscos. Para isto será implementada uma matriz de correlação. Esta tarefa deverá ser realizada pela Área de Negócio responsável pelo Risco com o apoio da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos.

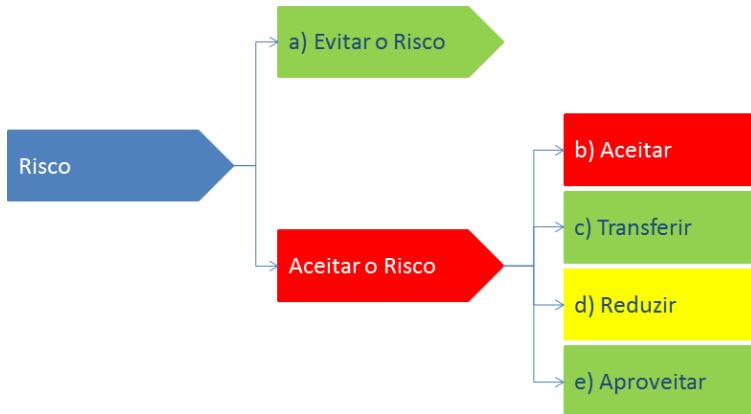
- As fichas serão confeccionadas pelas Áreas de Negócio responsáveis, com o apoio da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos.
- Tanto as fichas como as análises de correlação, deverão ser salvaguardadas pela Área de Gestão de Riscos e Controles Internos. e pelas Diretorias responsáveis pelos planos de ação, por um período de 5 anos a partir de sua confecção.

Ainda, o processo prevê a análise de objetivos, uma análise do efeito dos Riscos identificados, sobre a consecução dos objetivos estratégicos para o período em que os Riscos foram avaliados.

- **Tratamento de Riscos:** Quando os riscos forem analisados, deverá ser determinado como responder a eles. A Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, em conjunto com as Diretorias responsáveis pelos planos de ação, avaliarão e definirão o tratamento para cada risco. Em função do que for determinado, poderá ser determinado como tratar o risco.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Quadro nº3: Opções no tratamento do risco



- **Evitar o risco:** Abandonar as atividades que fazem o Risco surgir. Evitar o Risco poderá significar abandonar uma linha de produtos, declinar uma expansão para um novo mercado geográfico, ou vender uma unidade de negócio. A decisão de evitar um Risco deverá ser analisada por cada Diretoria, informando esta decisão à Diretoria Executiva e à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, que informará a decisão ao Comitê de Auditoria. O Comitê de Auditoria será competente para autorizar os negócios e projetos que serão abandonados para evitar o Risco.
- **Aceitar o risco:** Nenhuma ação é tomada com relação ao impacto e probabilidade de Risco (Ex. aceitando o Risco como parte das operações da Companhia). A aceitação de um Risco poderá ser determinada em primeira instância pelo Gerente da respectiva área, informando esta decisão à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, que por sua vez irá escalar a informação ao Comitê de Auditoria. O Comitê de Auditoria será competente para determinar se o Risco é ou não é aceito.
- **Transferir o risco:** Reduzir o impacto ou a probabilidade pela transferência ou divisão de uma parte do Risco. Técnicas comuns incluem adquirir seguros, terceirizar atividades, entre outras. A determinação de terceirizar um Risco poderá ser estabelecida pelo Gerente da respectiva área, informando sobre esta decisão à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, a qual irá considerá-la em seus relatórios dirigidos ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.
- **Reducir o risco:** Ações que são tomadas para reduzir o impacto, a probabilidade ou ambos. Esta ação tipicamente envolve uma de uma série de decisões diárias e negócios (ex. desenhandos, implantando e mantendo um conjunto de atividades que melhorem o controle interno e/ou reduzam o impacto). A determinação de reduzir um Risco poderá ser estabelecida pelo Gerente da respectiva área, informando sobre esta decisão à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, que irá considerá-la em seus relatórios ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- **Aproveitar o risco:** Gerar um plano de trabalho, planificado e organizado, com o objetivo de obter um benefício para a Companhia, a partir de um foco de Risco. A estratégia de aproveitar um Risco deve ser analisada por cada Diretoria, que será responsável pela identificação de Riscos secundários ou colaterais que poderiam resultar de uma estratégia deste tipo. Finalmente, a decisão deve ser informada à Diretoria executiva e à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, a qual informará sobre a decisão ao Comitê de Auditoria para sua aprovação.
- **Monitoramento de Riscos:** O gerenciamento de riscos é monitorado, revisando-se a existência e o funcionamento de seus componentes ao longo do tempo. Isto é realizado mediante atividades permanentes de supervisão, avaliações independentes ou uma combinação de ambas as técnicas.

Como parte do processo de gestão de risco, os riscos e os controles devem ser monitorados e revisados de maneira regular, com o objetivo de verificar que os riscos não tenham tido mudanças significativas e, portanto, sua avaliação continua sendo a mesma.

Para isto, a Área de Gestão de Riscos e Controles Internos irá realizar um seguimento e revisão permanente aos planos de ação comprometidos por cada responsável.

Como parte do processo de monitoramento, a Área de Gestão de Riscos e Controles Internos em conjunto com a administração, determinará indicadores chave de riscos para os riscos corporativos de alto nível, avaliados como críticos. Área de Gestão de Riscos e Controles Internos irá monitorar estes indicadores, levantando os alertas correspondentes ao Comitê de Auditoria, quando um indicador se encontrar próximo ou tiver superado os limites internos definidos pelos mesmos Proprietários de Riscos.

O processo de monitoramento de planos de ação, mede e reporta o grau de cumprimento dos compromissos da administração, embora isto não implique necessariamente que as medidas comprometidas mitiguem total ou parcialmente o risco original. Desta forma, nos períodos (anos) em que não seja planificada uma identificação e valoração de Riscos, se realizará um processo de Calibração de Riscos, a qual consiste em uma avaliação confidencial e pessoal dos riscos analisados, dirigida a cada um dos cargos integrantes da mesa avaliadora do processo imediatamente anterior, ou seja, quem participou da medição do Mapa de Riscos vigentes.

- **Comunicação:** A comunicação é a chave para criar o ambiente adequado e para apoiar os demais componentes da gestão integral de riscos, assim também, a retroalimentação com os Colaboradores mediante consultas, para entender de melhor forma os procedimentos e para conseguir que a gestão integral de riscos seja vista integralmente.

A Área de Gestão de Riscos e Controles Internos comunicará ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, os riscos identificados e sua avaliação, o acompanhamento dos planos de ação e os indicadores chave de riscos definidos, de forma que estejam informados sobre o estado dos riscos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

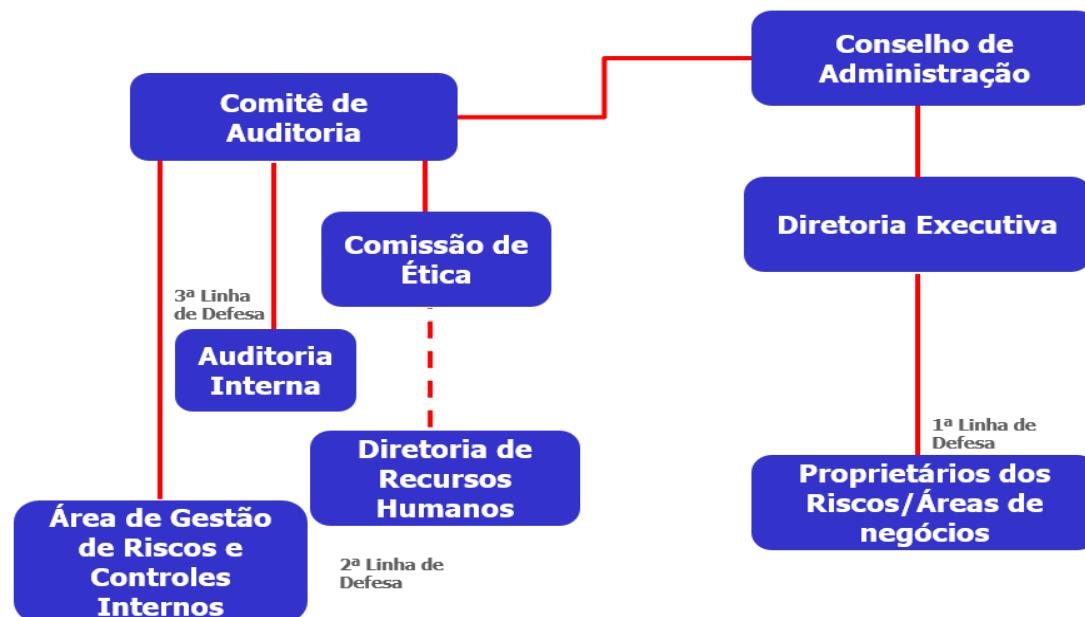
Com o objetivo de desenvolver um ambiente apropriado em termos de governança da administração e Gestão de Riscos dentro da Companhia, a Companhia adota o modelo COSO de três linhas de defesa:

- (i) **1^a Linha de Defesa:** a primeira linha de defesa está associada à linha de frente dos negócios da Companhia e inclui todos diretamente competentes para a execução dos controles e implementação das respostas aos Riscos. Trata-se das Áreas de Negócios, cujos Colaboradores atuam como Proprietários dos Riscos, responsáveis diretos pelos processos;
- (ii) **2^a Linha de Defesa:** a segunda linha de defesa refere-se aos responsáveis por aferir os controles da Companhia, com atribuições para fixar as diretrizes de gestão de Riscos e supervisionar o cumprimento destas diretrizes. Nesta categoria está a Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsável pelas funções de riscos corporativos e controles internos, e a Diretoria de Recursos Humanos, responsável pela função de *compliance*. Os membros da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos e da Diretoria de Recursos Humanos não acumulam atividades operacionais. No desenvolvimento de suas funções, a Área de Gestão de Riscos e Controles Internos pode solicitar o auxílio de outras áreas da Companhia, como Recursos Humanos, controladoria e jurídico. A Área de Gestão de Riscos e Controles Internos está hierarquicamente subordinada ao Comitê de Auditoria da Companhia, a quem se reporta. A Diretoria de Recursos Humanos se reporta diretamente à Comissão de Ética no que diz respeito ao exercício de suas funções ligadas a integridade corporativa; e
- (iii) **3^a Linha de Defesa:** a terceira linha de defesa refere-se à área de Auditoria Interna, a quem compete avaliar, testar e supervisionar a aderência, conformidade e eficácia do processo de gestão de Riscos da Companhia, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos controles internos e governança. A área de Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A definição dos papéis e responsabilidades de cada um dos participantes da Gestão de Riscos da Companhia está disposta conforme abaixo:

Quadro nº4: Organograma:



Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração:

- Aprovar a Política e revisá-la, anualmente ou sempre que necessário;
- Definir o apetite ao Risco da Companhia, a tolerância, a exposição ao Risco e limites, aprovando a implementação de eventuais medidas de mitigação;
- Manter uma estrutura para a administração de Gestão de Risco, verificando que esta seja adequada para a natureza e escala da Companhia;
- Promover uma cultura de Gestão de Riscos em todos os níveis da Companhia;
- Zelar pela independência da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, no que diz respeito à Administração;
- Tomar conhecimento, através do Comitê de Auditoria e/ou da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, sobre o funcionamento do processo de Gestão de Riscos, que inclui os Riscos corporativos, com suas respectivas recomendações, melhorias e planos de ação;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Definir os Riscos a serem priorizados pela Companhia, com base na recomendação do Comitê de Auditoria;
- Receber, por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna, avaliando, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta são suficientes ao desempenho de suas funções;
- Revisar e aprovar o orçamento anual, com a finalidade de fornecer os recursos necessários para o correto funcionamento do modelo de Gestão de Riscos; e
- Assegurar que os critérios estabelecidos na Política sejam considerados nos processos de avaliação de novos projetos e serviços, com o objetivo de identificar de forma antecipada os possíveis Riscos aos quais a Companhia enfrentaria e o estabelecimento dos planos de ação correspondente.

Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria:

- Aprovar a estrutura organizacional e responsabilidades da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Deliberar sobre os padrões para o processo de gerenciamento de Riscos (metodologia, processos, sistemas, política, mecanismos de reporte, percepção de exposição, dentre outros) e solicitar ajustes, se necessário;
- Informar ao Conselho de Administração sobre o funcionamento do processo de Gestão de Riscos, os Riscos, as recomendações para gerir da melhor forma os Riscos corporativos e os planos de contingência desenhados para reagir perante a materialização de eventos críticos;
- Avaliar e monitorar a exposição de Riscos da Companhia, tomando decisões em relação à exposição aos Riscos (impacto e probabilidade) e aos limites e relatórios apresentados pelos Proprietários dos Riscos através da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos e recomendando ações de respostas;
- Monitorar o sistema de Gestão Integral de Riscos, através da supervisão do avanço de seu funcionamento;
- Acompanhar as atividades de Auditoria Interna e controles internos e reportá-las ao Conselho de Administração;
- Zelar pelo cumprimento dos planos de ação desenvolvidos pela Companhia;
- Zelar pelo cumprimento da Política;
- Monitorar a aplicação da Política, solicitando ajustes, se necessários, monitorando seu cumprimento e avaliando a performance frente aos limites de Risco aprovados;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Receber da Comissão de Ética e/ou da Área de Auditoria interna informações e estatísticas acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de normas e regulamentos internos;
- Deliberar acerca de potenciais medidas disciplinares a serem aplicadas em caso de descumprimento de leis, regulamentos e normativos internos, em casos determinados pela Comissão de Ética; e
- Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo o Código de Ética.

Diretoria Executiva

Compete à Diretoria Executiva:

- Promover uma “Cultura de Controle Interno e Gestão de Riscos” que permita garantir que os Diretores da Companhia estejam conscientes que a informação provém de um ambiente bem controlado;
- Assegurar a implementação e funcionamento do sistema de Gestão de Riscos;
- Ter conhecimento dos Riscos corporativos da Companhia e patrocinar a implantação da gestão de Riscos em suas respectivas áreas;
- Zelar pelo cumprimento da Política e dos mecanismos de mitigação dos diferentes tipos de Riscos e estabelecer as ações corretivas nos casos em que as mesmas não sejam cumpridas, sejam cumpridas parcialmente ou de forma incorreta;
- Garantir um adequado equilíbrio entre o Risco e rentabilidade, considerando o apetite de Risco;
- Conhecer com detalhes os níveis de exposição e facilitar a gestão dos Riscos identificados; e
- Manter uma atitude de alerta e informar à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos sobre o aparecimento de novos Riscos, cada vez que surjam, perante mudanças no ambiente interno e externo.

Áreas de Negócio

Compete às Áreas de Negócio, enquanto primeira linha de defesa:

- Agir de forma consistente com a Política;
- Conhecer os Riscos relacionados com as suas áreas de responsabilidade;
- Identificar os Riscos de cada uma das suas linhas de negócio e tratá-los de acordo com os procedimentos definidos na Política;
- Sistematicamente identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar qualquer Risco que possa impactar nos objetivos específicos de sua área e/ou nos objetivos estratégicos das da Companhia;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Monitorar os principais Riscos e a efetividade dos controles, através dos indicadores estabelecidos, e informar periodicamente os resultados do monitoramento à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Definir, avaliar e implementar planos de mitigação, submetendo-os ao Conselho de Administração;
- Revisar e avaliar periodicamente os resultados obtidos da Gestão de Riscos em relação aos seus processos e alterações;
- Informar à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos sobre a materialização dos Riscos (caso ocorram) e a existência de potenciais novos Riscos cada vez que surjam;
- Validar o processo de comunicação dos Riscos e os indicadores, dentro da área, em conjunto com a Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, assim como também a informação a ser reportada; e
- Gerir a documentação de Gestão de Riscos, como por exemplo, fluxogramas, matrizes de Riscos ou outros equivalentes, submetendo-a à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos.

Área de Auditoria Interna

Compete à área de Auditoria Interna, enquanto terceira linha de defesa:

- Atuar como terceira linha de defesa no processo de gerenciamento de Riscos da Companhia;
- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos, controles internos e governança da Companhia;
- Audituar os procedimentos de controles internos, com o objetivo de verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis, financeiras e operacionais da empresa;
- Acompanhar a implementação dos planos de ação das não conformidades verificadas em sede de auditoria interna ou externa e reportar suas conclusões ao Comitê de Auditoria;
- Receber, encaminhar e dar seguimento à apuração das denúncias recebidas pela Companhia e coordenar sua investigação, quando aplicável. Também será responsável por informar à Comissão de Ética, quando o caso for relevante.

Área de Gestão de Riscos e Controles Internos

Compete à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, enquanto segunda linha defesa, no que diz respeito ao gerenciamento de Riscos:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Definir um plano de trabalho anual relativo à Gestão de Riscos, que será apresentado ao Comitê de Auditoria. Este plano deve considerar a informação e avaliação proporcionada pelas diferentes Áreas de Negócio que participam da Gestão de Riscos, incluindo o monitoramento das atividades desenvolvidas pelas diferentes Áreas de Negócio, atualização da identificação e avaliação dos Riscos e atividades de capacitação ou difusão;
- Apresentar proposta de orçamento ao Comitê de Auditoria;
- Desenvolver e propor mudanças na Política, submetendo-as ao Conselho de Administração, e comunicar as estratégias e metodologias de Gestão de Riscos;
- Dar suporte técnico às Áreas de Negócio nas diversas atividades necessárias para a implementação e execução da metodologia de Gestão de Riscos;
- Zelar pela manutenção atualizada da documentação de Riscos, e informar ao Comitê de Auditoria sobre as mudanças e atualizações realizadas;
- Facilitar a avaliação dos Riscos das diferentes empresas da Companhia com a finalidade de garantir a visão atualizada dos Riscos aos quais está exposta, assim como a consideração de um adequado nível de exposição ao Risco;
- Conhecer os novos Riscos informados pelas Áreas de Negócio (que surgirem durante o ano), integrando estes ao universo de Riscos a serem geridos, e facilitar a sua avaliação;
- Apoiar as atividades desenvolvidas pelos Proprietários dos Riscos no que diz respeito ao processo de Gestão de Riscos;
- Facilitar e coordenar a identificação, avaliação, análise, monitoramento e revisão dos Riscos críticos com os Proprietários dos Riscos;
- Oferecer apoio metodológico às diferentes Áreas de Negócio que participam da Gestão de Riscos, no tocante à aplicação da Política Corporativa de Gestão de Riscos;
- Acompanhar que os responsáveis implementem adequadamente os planos de ação relacionados aos Riscos definidos como altos; e
- Identificar as necessidades de capacitação e difusão que permitam uma melhor Gestão de Riscos da Companhia.

No que diz respeito aos controles internos, compete à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos:

- Dar suporte às Áreas de Negócio em revisões de processos de controle interno;
- Realizar avaliações periódicas de aderência dos controles internos;
- Aplicar checklists ou questionários de autoavaliação de processos; e
- Reportar ao Comitê de Auditoria eventuais deficiências de controles internos verificadas.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Diretoria de Recursos Humanos

No que diz respeito a *compliance* e integridade corporativa, compete à Diretoria de Recursos Humanos:

- Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Ética e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;
- Responder às dúvidas em relação ao conteúdo do Código de Ética e administrar o endereço de consultas etica@cencosud.com.br;
- Realizar divulgação eficaz do Código de Ética para todos os Colaboradores;
- Monitorar, garantir a assinatura e custodiar a “Carta de Compromisso” e a “Declaração de Conflito de Interesse” preenchidas pelos Colaboradores;
- Manter o registro das exceções declaradas pelos Colaboradores, e dar conhecimento das mesmas à Comissão de Ética.
- Propor à Comissão de Ética e ao Conselho de Administração modificações no conteúdo do Código de Ética;
- Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética; e
- Garantir que os novos Colaboradores recebam cópia do Código de Ética, confirmem sua leitura e assinem o termo de compromisso, arquivando-os na pasta individual do Colaborador.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética é responsável por:

- Receber da Área de Auditoria Interna reportes periódicos sobre todas as violações ao Código de Ética e as estatísticas do Canal de Denúncias, bem como as decisões que tenham sido tomadas em resposta a tais violações;
- Atuar e deliberar acerca dos casos de denúncias mais complexas, segundo determine a Área de Auditoria Interna;
- Atuar e deliberar acerca dos casos de conflitos de interesses mais complexos, segundo determine a Diretoria de Recursos Humanos;
- Garantir que o Comitê de Auditoria receba reportes periódicos com as estatísticas do Canal de Denúncias, bem como as decisões que tenham sido tomadas em resposta às violações ao Código de Ética;
- Sugerir ao Conselho de Administração eventuais modificações ao Código de Ética.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle internos está adequada, no que diz respeito à gestão de riscos, considerando que adota constantemente medidas para a verificação da efetividade de sua política de gestão de riscos. Ademais, o monitoramento dos controles se dá por meio de um processo dinâmico, contínuo e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas, mediante envolvimento próximo da administração da Companhia, em particular seu Comitê de Auditoria.

Ainda, em avaliação realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, concluiu-se que a Área de Auditoria Interna possuía recursos e orçamento adequados ao desempenho de suas funções.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Para o gerenciamento dos riscos de mercado, a Companhia utiliza a Política de Gerenciamento de Riscos, citada no item 5.1, a e b, deste Formulário de Referência, não possuindo uma política específica para o gerenciamento dos riscos de mercado formalmente aprovada.

A Companhia entende que os principais riscos aos quais está exposta são tratados nas práticas e objetivos específicos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria da Companhia e está constantemente os monitorando. Adicionalmente, a Companhia entende que a sua Política de Gerenciamento de Riscos atualmente adotada possibilita o gerenciamento eficaz dos riscos de mercado inerentes às atividades da Companhia.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia tem como prática monitorar constantemente os Riscos do seu negócio, de modo a prevenir potencial impacto adverso em suas operações e resultados, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. O sistema de controles internos da Companhia consiste em um processo estruturado liderado pelo Diretor Financeiro, assessorado pelo Comitê de Auditoria, a Controladoria, a Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, Tesouraria, Contabilidade Corporativa, Fiscal Tributário e todos os demais Colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios e em linha com as regulamentações estabelecidas.

Adicionalmente, com relação às práticas de controles internos: (i) na preparação das suas demonstrações financeiras, a Companhia segue as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS/CPC); (ii) o processo de fechamento contábil ocorre continuamente e, no mês subsequente ocorre a finalização do fechamento, mediante participação de toda a estrutura da Diretoria Financeira sob responsabilidade final da Contabilidade; (iii) os procedimentos para registro de transações contábeis, seguem políticas internas de registro, revisão e aprovação; e (iv) ao final do fechamento contábil, são efetuados pela Contabilidade os reportes das demonstrações financeiras com o fechamento dos saldos (resultado / patrimonial) à Diretoria Financeira e Presidência da Companhia.

Todo o processo é avaliado pela Auditoria Interna que, por sua vez, é a estrutura responsável pela prestação de serviços de avaliação, monitoramento, auditorias e revisões de processos e operações em todas as áreas da Companhia, aferindo a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos, controle e governança da Companhia.

A atividade de Auditoria Interna dispõe de equipe e recursos suficientes para o desempenho do trabalho, com canais de comunicação definidos para reporte das avaliações decorrentes dos trabalhos executados na Companhia, sendo-lhe garantido o livre acesso às informações necessárias para o exercício de suas atribuições. Para além das atividades de Auditoria Interna, voltadas a controles internos, Riscos e processos, a Companhia dispõe também de auditorias corporativas de sistemas (voltadas às estruturas de acesso e proteção do ambiente de TI) e auditorias contábeis (avaliações específicas das demonstrações financeiras pelo time corporativo).

Ainda, dentre as suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria supervisionar e acompanhar as atividades de auditoria interna e do processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, assim como monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, gerenciamento de Riscos e *compliance*.

A Diretoria acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são os órgãos máximos que monitoram e avaliam sistematicamente os Riscos e controles internos da Companhia, tendo entre suas responsabilidades verificar, monitorar e aconselhar planos de remediação para Riscos que possam impactar nas demonstrações financeiras. As áreas de Controladoria, Tesouraria, Contabilidade Corporativa e Fiscal Tributário são, sob liderança do Diretor Financeiro, responsáveis por garantir a higidez dos processos financeiros da Companhia e veracidade de suas informações financeiras.

A Companhia conta ainda com (i) uma área de Auditoria Interna responsável por verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos; e (ii) uma Área de Gestão de Riscos e Controles Internos responsável por, no que diz respeito a Controles Internos:

- Dar suporte às Áreas de Negócio em revisões de processos de controle interno;
- Realizar avaliações periódicas de aderência dos controles internos;
- Aplicar checklists ou questionários de autoavaliação de processos; e
- Reportar ao Comitê de Auditoria eventuais deficiências de controles internos verificadas.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O monitoramento da eficiência dos controles internos da Companhia é realizado pela Administração principalmente por meio do Comitê de Auditoria, a quem compete assessorar o Conselho de Administração, dentre outras atribuições, na supervisão e acompanhamento das atividades de controles internos e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, monitorando a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos. Ademais, compete ao Diretor Financeiro e à Presidência a aprovação das Demonstrações Financeiras, de modo a garantir sua higidez.

Em suma, a administração da Companhia desempenha os seguintes papéis na supervisão da eficiência dos controles internos:

- **Comitê de Auditoria:** No tocante aos controles internos, compete ao Comitê de Auditoria:
 - Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
 - Supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
 - Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
 - Acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; e
 - Supervisionar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- **Conselho de Administração:** responsável por disseminar a importância da manutenção de processos e controles internos que possam contribuir para mitigar os Riscos existentes, bem como pela revisão e aprovação das demonstrações financeiras e pela fiscalização da atuação da Diretoria; e
- **Diretoria Financeira:** responsável pela revisão das demonstrações financeiras e pela coordenação e supervisão das atividades de contabilidade, tesouraria e controladoria da Companhia.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O auditor independente não identificou deficiências significativas ou fraquezas materiais nos controles internos da Companhia em seu relatório circunstanciado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme emitido em 20 de julho de 2021.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, pois o auditor independente não identificou deficiências significativas ou fraquezas materiais nos controles internos da Companhia em seu relatório circunstanciado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme emitido em 20 de julho de 2021.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia atua e demanda de todos os seus colaboradores, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, empregados, estagiários e aprendizes, bem como diretores, gerentes, subgerentes, encarregados, colaboradores de lojas e demais colaboradores das empresas e negócios onde o grupo CENCOSUD possui controle ou participação majoritária (chamados conjuntamente de "Colaboradores") que atuem em conformidade com todas as leis aplicáveis aos seus negócios, mantendo um compromisso ético com realização de cada uma das suas atividades de forma íntegra e profissional.

Em consonância com seus valores e sua missão, a Companhia formalizou suas práticas e procedimentos voltados à integridade corporativa em um Código de Ética, principal diretriz normativa interna que orienta todos os demais procedimentos. O Código Ética estabelece as diretrizes que devem guiar todas as condutas de todos os Colaboradores, as quais devem, sempre que possível, ser transmitidas também para terceiros, inclusive fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, clientes, intermediários, representantes ou demais terceiros contratados pela CENCOSUD ("Terceiros") ou qualquer outra pessoa, entidade ou autoridade com quem a CENCOSUD se relacione.

Entre os principais temas tratados pelo Código de Ética estão (i) compromisso com o cumprimento de leis e regulamentos, em especial aqueles voltados à integridade corporativa; (ii) regras para o relacionamento com clientes e Terceiros; (iii) normas relativas à prevenção de Conflitos de Interesse; (iv) cumprimento de regras trabalhistas, de saúde e segurança, incluindo normas de preservação do respeito e dignidade do ambiente de trabalho; (v) respeito à comunidade e meio ambiente; (vi) proteção aos ativos da Companhia; (vii) combate à fraude, roubo e furto; (viii) normas para o recebimento de presentes e gratificações; (ix) normas para doações; (x) relacionamento com agentes públicos e autoridades governamentais, incluindo vedação à prática de corrupção; (xi) proteção à informação corporativa; e (xii) normas para a manutenção de livros e registros contábeis.

Os principais objetivos dos mecanismos de integridade adotados pela Companhia são: (i) promover a cultura de ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de integridade corporativa, em especial as de anticorrupção; (iii) disseminar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; (iv) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos Colaboradores; (v) estabelecer a cultura de gestão de riscos a fim de mitiga-los por meio da prevenção; e (vi) promover a transparência.

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia requer ainda que seus Colaboradores preencham (i) Carta de Compromisso com os termos do Código de Ética, de modo a demonstrar sua inequívoca ciência e comprometimento com seu conteúdo e com os valores e princípios da Companhia; e (ii) Declaração de Conflitos de Interesses, a ser renovada anualmente. Todos os Colaboradores são também submetidos a treinamentos ao menos anuais ligados a integridade corporativa e aos termos do Código de Ética.

As políticas e normas internas da Companhia são reavaliadas anualmente ou conforme necessário, o que ocorrer primeiro, de modo a mantê-las atuais, eficientes e adequadas à realidade da Companhia e aos riscos aos quais está submetida.

A Companhia entende que seus mecanismos e práticas voltados à integridade são adequados ao seu perfil e aos riscos aos quais está sujeita, conforme detalhamento no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Os órgãos da Companhia responsáveis pelas funções de *compliance* e integridade corporativa possuem as seguintes atribuições:

Comissão de Ética: Grupo de trabalho independente vinculado ao Comitê de Auditoria, será constituído pelo Diretor Presidente, pelo Gerente Corporativo de Recursos Humanos, pelo Gerente Corporativo de Auditoria Interna e Gerente Corporativo de Assuntos Legais. A Comissão de Ética é responsável por:

- Receber da Área de Auditoria Interna reportes periódicos sobre todas as violações ao Código de Ética e as estatísticas do Canal de Denúncias, bem como as decisões que tenham sido tomadas em resposta a tais violações;
- Atuar e deliberar acerca dos casos de denúncia mais complexos, segundo determine a Área de Auditoria Interna;
- Atuar e deliberar acerca dos casos de conflitos de interesses mais complexos, segundo determine a Diretoria de Recursos Humanos;
- Garantir que o Comitê de Auditoria receba reportes periódicos com as estatísticas do Canal de Denúncias, bem como as decisões que tenham sido tomadas em resposta às violações ao Código de Ética; e
- Sugerir ao Conselho de Administração eventuais modificações ao Código de Ética.

A independência do desempenho das funções da Comissão de Ética é garantida pela colegialidade e reporte direto ao Comitê de Auditoria no que diz respeito às atividades relativas à apuração de denúncias de violações à legislação, regulamentos e normas internas. A Comissão poderá instalar suas sessões com, no mínimo, 3 dos integrantes mencionados anteriormente.

5.4 - Programa de Integridade

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, instituído em 27 de agosto de 2021, regido por Regimento Interno próprio e com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

Sem prejuízo das funções previstas em seu Regimento Interno, caberá ao Comitê de Auditoria, no tocante à integridade corporativa:

- Receber da Comissão de Ética e/ou diretamente da Área de Auditoria interna informações e estatísticas acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de normas e regulamentos internos;
- Deliberar acerca de potenciais medidas disciplinares a serem aplicadas em caso de descumprimento de leis, regulamentos e normativos internos, em casos determinados pela Comissão de Ética;
- Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo o Código de Ética; e
- Atuar e deliberar acerca dos casos de conflitos de interesses mais complexos, segundo determine a Comissão de Ética.

Área de Auditoria Interna: A Área de Auditoria Interna será encarregada da recepção, encaminhamento e seguimento das denúncias e da sua investigação, quando aplicável, bem como por responder a dúvidas em relação ao conteúdo do Código de Ética e administrar o endereço de consultas etica@cencosud.com.br no que for aplicável. Também será responsável por levar casos relevantes à Comissão de Ética.

A área de Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração através do Comitê de Auditoria, de modo a preservar a independência do desempenho de suas funções enquanto representante da terceira linha de defesa da Companhia.

Diretoria de Recursos Humanos: A Diretoria de Recursos Humanos terá como função a administração, aplicação e operação do Código de Ética, bem como, no que diz respeito à integridade corporativa e funções de *compliance*:

- Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Ética e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;
- Realizar divulgação eficaz do Código de Ética para todos os Colaboradores;
- Monitorar o processo de admissão de novos Colaboradores, garantir a assinatura e custodiar a "Carta de Compromisso" e a "Declaração de Conflito de Interesse" preenchidas pelos Colaboradores;
- Manter o registro das exceções declaradas pelos Colaboradores, e dar conhecimento das mesmas à Comissão de Ética;
- Propor à Comissão de Ética e ao Conselho de Administrações modificações no conteúdo do Código de Ética; e
- Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética.

5.4 - Programa de Integridade

É assegurado à Diretoria de Recursos Humanos autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições relacionadas à integridade corporativa. Para tanto, esta área conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário.

A Diretoria de Recursos Humanos se reporta diretamente à Comissão de Ética no que diz respeito ao exercício de suas funções ligadas à integridade corporativa, e a independência do desempenho das funções da Diretoria de Recursos Humanos é garantida pelo não desempenho, por parte de seus integrantes, de funções operacionais.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Ética que foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de agosto de 2021. O Código de Ética define os objetivos, missão e valores da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus Colaboradores e dos Terceiros com quem a Companhia se relaciona. O Código de Ética é aplicável indistintamente a todos os Colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, e deve, sempre que possível, ser transmitido aos Terceiros.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia promove treinamentos de periodicidade mínima anual a todos os seus Colaboradores para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos em seu Código de Ética. O comparecimento aos treinamentos é obrigatório e a presença será controlada através de meios adequados pela Diretoria de Recursos Humanos.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Qualquer Colaborador ou Terceiro que violar as previsões do Código de Ética da Companhia, de suas políticas e procedimentos ou da legislação vigente estará sujeito a aplicação das medidas disciplinares cabíveis, previstas no próprio Código de Ética, que poderão incluir:

- Advertência oral e/ou por escrito;
- Suspensão;
- Rompimento do contrato de trabalho (com ou sem justa causa)
- Tomada de medidas legais relacionadas à restituição dos danos; e
- Quando for o caso, comunicação dos fatos às autoridades competentes.

Caso as violações tenham sido praticadas por Terceiros, o CENCOSUD poderá determinar as medidas contratuais cabíveis, incluindo o eventual encerramento do relacionamento profissional, além de se

5.4 - Programa de Integridade

resguardar ao direito de buscar eventuais medidas judiciais cabíveis contra os envolvidos. Os casos aplicáveis, serão relatados às autoridades para que estas atuem devidamente.

Medidas disciplinares a Colaboradores em geral serão aplicadas pelas áreas designadas pela área de Auditoria Interna de acordo com o caso concreto, e a Comissão de Ética deve periodicamente revisar se as medidas adotadas para as denúncias finalizadas foram adequadas.

As medidas disciplinares devem ser aplicadas de acordo com os critérios de proporcionalidade, gradatividade e imediatidate. Em nenhuma hipótese o Colaborador infrator participará de deliberações acerca da imposição de medidas disciplinares a si próprio: por exemplo, se a deliberação envolver um membro do Comitê de Auditoria, o caso será levado diretamente ao Conselho de Administração.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da Companhia foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de agosto de 2021, estando disponível para consulta em seu website, www.ri.cencosud.com.br.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

Como forma de garantia do cumprimento do Código de Ética e da legislação aplicável, a Companhia possui canais de denúncia formais administrados por um terceiro independente com experiência internacional no encaminhamento de denúncias, através dos quais o Colaborador ou quaisquer terceiros podem recorrer em caso de dúvidas ou se identificarem violações ao Código de Ética, à legislação ou regulamentos, garantindo a confidencialidade no recebimento das situações informadas. A Companhia assegura a confidencialidade das informações recebidas e garante o anonimato daqueles que prefiram não se identificar.

Estão disponíveis os seguintes canais de denúncia, todos os quais poderão ser utilizados anonimamente, sendo garantida a confidencialidade:

Página Web: Site da internet, operado por um terceiro independente:
<https://eticaCENCOSUD.lineaseticas.com>

Linha Telefônica Gratuita: Linhas telefônicas operantes em horário comercial:

- Brasil: Telefone Fixo: 0800 891 8224 / Celular: 0800 892 3812

Correio Eletrônico: Caixa de correio corporativo, para a qual os Colaboradores e terceiros poderão escrever e que será conferida exclusivamente por um terceiro independente:
lineaeticacencosud@kpmg.com.ar

Fax: Número de fax para o qual os Colaboradores e terceiros poderão enviar mensagens e que será checada exclusivamente por um terceiro independente: 54 11 4316 5800, dirigido a "Linha Ética CENCOSUD".

5.4 - Programa de Integridade

Entrevistas Pessoais: Reuniões confidenciais personalizadas, as quais são solicitadas aos números de telefone gratuitos listados acima.

Cartas: Colaboradores ou terceiros podem enviar as suas cartas para:

KPMG Forensic Services

Bouchard 710, piso 6

Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina

Código Postal: C1106ABL.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Os canais de denúncia da Companhia estão abertos para o recebimento de denúncias de Colaboradores ou de quaisquer terceiros, que poderão ou não se identificar, sendo-lhes em todo caso garantido o anonimato.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Em seu Código de Ética, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante que tenha feito uma comunicação de boa-fé, ainda que ao final seja considerada improcedente. Por essa razão, eventual retaliação será considerada uma violação ao seu Código de Ética, sujeitando os infratores às medidas disciplinares nele previstas.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A apuração de denúncias, a cargo da Área de Auditoria Interna, seguirá o seguinte fluxo:

- **Recebimento da denúncia:** A cada denúncia recepcionada pelo terceiro independente, é determinado um código de denúncia.
- **Classificação da denúncia:** A Área de Auditoria Interna decidirá o curso a ser seguido, incluindo a determinação de uma equipe de investigação para estudar a situação denunciada de acordo com sua natureza. Se a denúncia é de alta gravidade, será enviada à Comissão de Ética, que deverá se reportar periodicamente ao Comitê de Auditoria. A Área de Auditoria Interna reportará todas as suas atividades relativas à investigação e apuração de denúncias ao Comitê de Auditoria.
- **Investigação:** Caso seja considerado necessário pela Área de Auditoria Interna, pela Comissão de Ética e/ou o Comitê de Auditoria, a situação denunciada é investigada. O Comitê de Auditoria poderá, livremente ou a pedido da Área de Auditoria Interna, autorizar a contratação ou o engajamento de assessores externos especializados.
- **Resolução:** Realiza-se um relatório com os resultados obtidos da investigação.

5.4 - Programa de Integridade

- **Aplicação de medida disciplinar:** Caso medida disciplinar não tenha sido aplicada até a conclusão da apuração pela área designada pela Área de Auditoria Interna, a Comissão de Ética poderá recomendar a aplicação caso julgue necessário.

Havendo indícios de envolvimento de qualquer membro da Área de Auditoria Interna em fatos objeto de denúncias, a apuração será realizada diretamente pela Comissão de Ética. Havendo indícios de que algum membro da Comissão de Ética está envolvido no fato denunciado, o registro será encaminhado diretamente ao Comitê de Auditoria para apuração. Havendo indícios de que algum membro do Comitê de Auditoria está envolvido no fato denunciado, o registro será encaminhado diretamente ao Conselho de Administração.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Para aquisição ou fusão de qualquer empresa será necessária a realização de *due diligence*, para avaliação pelo Conselho de Administração de conformidade e detecção de eventuais vulnerabilidades, ou histórico de prática de atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção e outros ilícitos relacionados a corrupção e fraude a licitações e contratos administrativos.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito neste item 5.4.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia. O Conselho de Administração da Companhia aprovou a nova versão de sua Política de Gerenciamento de Riscos em 27 de agosto de 2021, conforme detalhada na Seção 5.1 acima. Adicionalmente, também na mesma data, seu Código de Conduta foi reformulado e atualizado, e passou a contar com as disposições descritas na Seção 5.4 acima.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Em que pese a Companhia não possuir política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, em complemento ao item 5.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, previsão, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos, padronizando as atividades de controle e de gerenciamento dos riscos que devem ser desempenhadas em todos os níveis da Companhia e nos estágios de seus processos corporativos.

Os Riscos para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão aqueles mencionados no item 4.2.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de liquidez	Fornecedores	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
Risco de Mercado - Câmbio	Passivos em moeda estrangeira	Exposição cambial	Análise de contratação de Swap cambial
Risco de crédito	Contas a receber de administradoras cartão Caixa e equivalentes de caixa	Análise de vencimento Avaliação de crédito Acompanhamento do fluxo de caixa	Monitoramento dos limites de crédito Diversificação de instituições financeiras

Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, pois a Companhia não utiliza instrumentos de hedge para proteção patrimonial. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e em 30 de junho de 2021, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira nem derivativos para proteção patrimonial.

Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, pois a Companhia não utiliza instrumentos de hedge para proteção patrimonial.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, pois a Companhia não utiliza instrumentos de hedge para proteção patrimonial. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e em 30 de junho de 2021, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira nem derivativos para proteção patrimonial.

Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos está descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	01/12/2001
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

O Grupo Cencosud começou como um mercado de autoserviço no Chile, em 1963, foi crescendo e expandido no Chile e depois em outros países com a expansão internacional, atualmente é uma das maiores redes varejistas da América Latina com quase 60 anos de história, presença em cinco países do continente latino americano, a saber Chile, Argentina, Brasil, Colômbia e Peru, além de um escritório comercial na China, o grupo reúne supermercados, home centers, lojas de departamento, serviços financeiros e shopping center, e alcançou US\$14 bilhões de vendas em 2020.

O Grupo Cencosud começou a atuar no Brasil em 2007 através da Companhia, quando adquiriu o GBarbosa, uma das principais redes de supermercados do Nordeste. Com mais de 70 lojas nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco e Sergipe, além de farmácias e lojas de eletrodomésticos, a rede conta com um time de colaboradores que se dedica a oferecer mix de alimentos e não-alimentos, incluindo bazar e eletro, como por exemplo cama, mesa, banho, utensílios domésticos, etc.

Vale destacar que o GBarbosa também fornecia serviços financeiros, através do cartão Credi-Hiper GBarbosa, criado em 1982, e que, com o passar dos anos e a modernização dos cartões de crédito, consolidou-se como Cartão GBarbosa, em 2003. Após a compra do GBarbosa pela Companhia, o Cartão GBarbosa alterou o nome para Cartão Cencosud e, posteriormente, expandiu sua aceitação para além da rede de origem, podendo ser utilizado também nas redes de lojas Bretas, Mercantil Rodrigues e Perini, as quais atendem o público do varejo e atacado, respectivamente. Por meio dele, os clientes têm descontos exclusivos, condições de pagamento diferenciadas e diversos serviços, como por exemplo seguros de proteção à perda de renda, furto ou roubo do cartão, que auxiliam no processo de quitação de débitos em fatura, além de indenizações por morte ou invalidez, proteção para furto, roubo e danos acidentais em aparelhos celulares e assistência odontológica e parcelamento de faturas.

Ainda em 2007, a Companhia adquiriu o Mercantil Rodrigues, um grande atacado localizado em Salvador/BA. Após a integração à Companhia, o Mercantil Rodrigues expandiu sua atuação na capital baiana, inaugurou unidades em Lauro de Freitas em 2013, Juazeiro em 2012 e Feira de Santana em 2008, todos municípios na Bahia, e sua primeira loja em Aracaju/SE em 2012. Seus colaboradores trabalham para garantir o compromisso da rede em oferecer preços baixos de atacado com a comodidade e os serviços do varejo, lojas amplas, e condições especiais de pagamento em cartão, incluindo parcelamentos mais longos com e sem juros, antecipação do melhor dia de compra e até quarenta dias para pagar a fatura.

Criado em 1954, no interior de Minas Gerais, o Bretas foi adquirido pela Cencosud Brasil em 2010. O grupo conta com lojas de super/hipermercados e postos de combustíveis nos estados de Goiás e Minas Gerais. Consolidou-se como uma das principais redes supermercadistas da região por oferecer qualidade, variedade e preço baixo, com um mix de alimentos, não-alimentos (bazar, bebidas, Higiene, Perfumaria, Limpeza e eletro).

Também em 2010, a Companhia adquiriu mais um grupo no Nordeste, o grupo baiano Perini. Fundada em 1964 como uma padaria, a Perini cresceu e se tornou uma rede de *delicatessens* de Salvador, tendo como diferencial o atendimento e os produtos de fabricação própria. Após a integração à Cencosud Brasil, continuou investindo nas lojas e equipes visando à melhor experiência do cliente. A Perini oferece pães, doces e salgados de fabricação própria, itens nacionais, importados, frios, mercearia e bebidas.

6.3 - Breve Histórico

Já em 2012, a Companhia seguiu expandindo pelo Brasil e ingressou no mercado do Rio de Janeiro por meio da aquisição da rede de supermercados Prezunic, com unidades no centro e na região metropolitana do Rio de Janeiro. O Grupo acredita ter como diferencial o cuidado com seus clientes e atenção especial aos seus funcionários, o Prezunic busca sempre inovar e oferecer experiências de compra diferenciadas aos clientes, como por exemplo filas únicas para agilizar os caixas, balcão resfriado de granel, linha de produtos importados exclusivos e atendimento diferenciado no setor de carnes.

Por último, atenta às novas necessidades e tecnologias, em março de 2021, a Companhia inaugurou sua primeira unidade SPID35 no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Com o propósito de atender aos clientes que precisam fazer compras rápidas, a bandeira foi projetada para entregar produtos de conveniência de supermercados na porta de casa em 35 minutos. Com planos de expansão para outras cidades brasileiras, SPID35 já é uma realidade no Chile, sede do Grupo Cencosud, desde janeiro de 2021 e também segue em processo de implementação no Peru, Colômbia e Argentina.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão geral

Somos o quarto maior grupo varejista alimentar no Brasil em termos de venda¹ com uma posição de liderança em estados das regiões Nordeste, Sudeste e Centro Oeste, em termos de receita de vendas, consolidando as operações no país do grupo chileno controlado pela Cencosud S.A. no Brasil. O Grupo Cencosud é uma das maiores redes varejistas da América Latina² com quase 60 anos de história, presença em cinco países do continente latino americano, a saber Chile, Argentina, Brasil, Colômbia e Peru, e que contou com US\$14 bilhões³ de vendas em 2020.

Nossas operações têm como foco a venda de bens de consumo e itens de primeira necessidade tanto para consumidores finais quanto para revenda. Nossas redes de lojas atuam no comércio de alimentos e não-alimentos, presentes em 8 estados brasileiros por meio de 339 lojas⁴ em 30 de junho de 2021. Tendo como propósito “Paixão por servir você, do seu jeito”, nossa operação é composta por uma plataforma omnicanal de vendas que inclui lojas físicas, meios digitais próprios (aplicativos ou “apps”) e de terceiros (parcerias “last-mile”⁵). Operamos por meio de marcas regionais consolidadas, conhecidas e reconhecidas pela população local, em dois segmentos, varejo e atacado, conforme melhor detalhado abaixo.

Temos mais de 10 anos de história no varejo brasileiro, nos quais construímos uma ampla rede de lojas através de uma estratégia de “buy-and-build” iniciada em 2007 com a aquisição das bandeiras das redes de supermercados e hipermercados GBarbosa, com 84 lojas, e Mercantil Rodrigues, com 1 loja no momento da aquisição, que possuem forte atuação no Nordeste. Nos anos seguintes, outras aquisições foram realizadas, ampliando a nossa atuação no Nordeste e expandindo nossa presença para o Sudeste e Centro-Oeste. No ano de 2010 adquirimos as bandeiras das redes de supermercados e hipermercados Perini, com 8 lojas, e Bretas, com 74 lojas. Esse histórico demonstra a habilidade do Grupo Cencosud em crescer e conseguir integrar negócios de uma forma rápida e eficiente, propiciando maior poder de negociação em decorrência de maior volume de compras e também pela criação de sinergias operacionais e administrativas.

Em 2012 adquirimos a bandeira Prezunic, com 31 lojas. Em 31 de março de 2021, abrimos nossa primeira loja SPID35 (loja de conveniência) no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, com foco especial em conveniência, proximidade e inovação, além de atendimento 100% digital. Com o propósito de atender aos clientes que precisam fazer compras rápidas, a bandeira SPID35 foi projetada para entregar produtos de conveniência de supermercados na porta da casa dos clientes em 35 minutos.

Operamos com os segmentos de varejo e atacado e dentro deles com os seguintes formatos:

- (i) Varejo – Hipermercados, supermercados e serviços complementares, como farmácias, postos de combustíveis, *delicatessen*, eletroshow e SPID35 (loja de conveniência); e
- (ii) Atacado (“Atacarejo” ou “Cash & Carry”⁶).

Além das lojas físicas, também comercializamos produtos por meio de canais digitais através de aplicativos (“apps”) próprios e de terceiros, os quais são abastecidos a partir de nossas lojas de varejo e atacado.

¹ De acordo com Ranking ABRAS 2021. Considera Assaí e GPA dentro do mesmo grupo empresarial

² De acordo com Informações Internas (considerando faturamento do grupo Casino Latam, Grupo Carrefour, Cencosud e Falabella).

³ De acordo com Relatório Financeiro de nossa controladora no Chile.

⁴ 165 Hiper/supermercados, 139 eletroshows, farmácias, postos de combustíveis, e delicatessens e 1 SPID35 (loja de conveniência)

⁵ Referente ao serviço de transporte da mercadoria das lojas da Companhia para o cliente. É a etapa final do processo logístico de entrega dos pedidos realizados por meio de aplicativos.

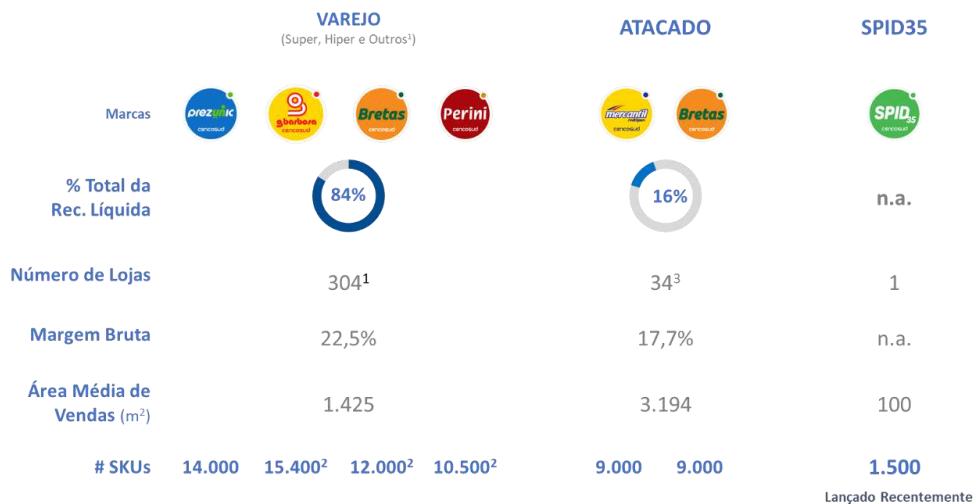
⁶ O *Cash & Carry*, conceito apelidado no Brasil como “atacarejo”, é principalmente composta pela venda de produtos alimentares para consumidores finais, mercado transformador (restaurantes, hotéis, lanchonetes, etc.) e pequenos e médios varejistas do setor de serviços de alimentação que buscam preços baixos e grande volume de compras. Importante ressaltar que não se destina apenas a pequenas empresas, como varejistas independentes e operadores de serviços alimentares de consumo, mas também serve às necessidades dos consumidores individuais e das famílias brasileiras.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nossa operação de varejo é atualmente composta pelas bandeiras GBarbosa, que atua em cinco estados do Nordeste, Prezuníc que atua no Rio de Janeiro, Bretas que atua em Minas Gerais e Goiás e Perini que atua na Bahia, com lojas em formato hipermercados e supermercados. Além disso, também operamos em serviços complementares, com o formato de eletroshow no GBarbosa, o qual conta com lojas especializadas nas vendas de eletro eletrônico, domésticos, bazar e outros produtos não alimentares, farmácias GBarbosa, postos de combustíveis Bretas, *delicatessens* e cafés Perini, além do recém-lançado SPID35.

Em 30 de junho de 2021, nossa operação de atacado era composta pela bandeira Mercantil Rodrigues e Bretas, que atua na Bahia, Sergipe, Minas Gerais e Goiás. Até essa data, a Companhia operava 34 lojas de atacado, sendo 26 lojas da bandeira Bretas, que foram convertidas do segmento de varejo para o segmento de atacado.

A tabela a seguir apresenta alguns outros dados de nossos segmentos e formatos assim como a logomarca de cada bandeira:



Fonte: Companhia, 2º Trimestre de 2021

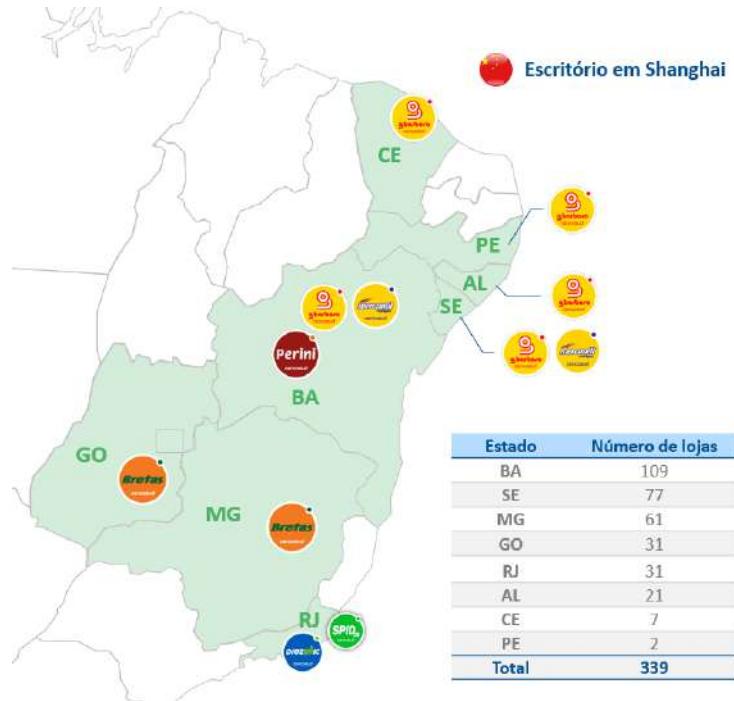
⁽¹⁾ Inclui 139 farmácias, postos de gasolina, *delicatessen* e eletroshow

⁽²⁾ Não inclui os SKUs de outros formatos complementares

⁽³⁾ Migração de 18 lojas Bretas para o segmento de atacado no 2º trimestre de 2021

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Estamos presentes em 73 cidades distribuídas em 8 dos estados do país, a saber, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, Alagoas, Ceará e Pernambuco, atingindo cerca de 85 milhões de habitantes. Com 339 lojas que contam com mais de 520 mil m² de área de venda, apoiadas por nove centros de distribuição, realizamos mais de 11 milhões de vendas por mês, em média. Apresentamos abaixo a localização das nossas lojas físicas em 30 de junho de 2021:



O Grupo Cencosud possui um escritório em Shanghai que tem como função principal o desenvolvimento de relacionamento com fornecedores chineses, principalmente para produtos de vestuário, bazar e eletro para todos os países em que opera, incluindo o Brasil.

Nossa operação no Brasil tem um sistema logístico integrado que possibilita abastecimento eficiente e manutenção dos padrões de qualidade. Com nove centros de distribuição estrategicamente localizados nas regiões em que atuamos, somos capazes de abastecer nossas lojas de maneira rápida e eficiente. Apresentamos abaixo a localização dos nossos centros de distribuição em 30 de junho de 2021, assim como a proporção entre frota privada e terceirizada:



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Atuamos também no segmento de serviços financeiros, cuja oferta é realizada por meio de um acordo operacional com o Banco Bradescard S.A. através do nosso Cartão Cencosud, que, em 30 de junho de 2021, contava com 283 mil usuários ativos⁷ e um portfólio de crédito de até 180 dias de mais de R\$588 milhões.

Para complementar as nossas atividades varejistas principais, maximizamos o potencial da nossa plataforma omnicanal através dos nossos canais digitais e da gestão de relacionamento com o cliente por meio de um sistema integrado ("CRM"), que identifica o cliente e a partir daí permite verificar histórico de compras, preferências de consumo, para que seja possível aumentar a fidelização e prover descontos exclusivos, entre outras coisas. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Cencosud consolidado no Chile obteve um faturamento bruto de vendas online de US\$1,2 bilhão, com 4,6 milhões de pedidos registrados e uma base de 2,5 milhões de clientes. Esse nível de alcance de vendas no Grupo Cencosud é fruto do investimento, aprendizado e desenvolvimento de melhores soluções aos clientes e na forma de operar a plataforma omnicanal, conhecimento esse que está sendo trazido para a Companhia. Considerando que o Grupo Cencosud já tem esse *know-how*, o tempo para expansão e implementação é menor, o que deve possibilitar a elevação dos patamares de vendas no Brasil.

Essa influência contribui com a expertise necessária na área de *e-commerce*, principalmente no setor de vendas de produtos alimentares. Nesse sentido, estamos aumentando os nossos ganhos de escala para implementar a estratégia de vendas de *e-commerce*, com foco em *e-grocery*, ou seja, *entrega de compras via entregadores próprios ou via serviços de last mile, como Rappi e Cornershop*, para satisfazer a demanda dos nossos clientes. Esta estratégia é baseada em quatro pilares: (i) prestar um ótimo serviço (DNA Cencosud); (ii) desenvolver conhecimento operacional; (iii) *time to Market* ou entrega rápida; e (iv) atendimento direto ao cliente.

Contamos com uma solução para compras online por meio de uma plataforma estruturada de *e-commerce* para alimentos, um sistema de logística que permite uma prestação de serviço de qualidade, um parceiro transacional (Rappi) e um parceiro global e estratégico (Cornershop). Ambos são intermediários entre os clientes e o comerciante, por meio dos quais o cliente acessa o aplicativo do parceiro no *smartphone*, seleciona as marcas da Cencosud, realiza a compra, e os *shoppers*⁸ do parceiro vão até nossa loja mais próxima, efetivam a compra e entregam aos clientes. Com o aprimoramento da nossa plataforma de CRM, por meio da ampliação da base de clientes, a parceria com fornecedores para oferecer descontos exclusivos, a fidelização do cliente com a distribuição de pontos e a criação de clubes de ofertas para os fidelizados, pretendemos ampliar nosso conhecimento acerca dos nossos clientes por meio do seu comportamento de compra, o que pode nos permitir construir um relacionamento cada vez mais próximo, proporcionando experiências personalizadas, conteúdo e benefícios relevantes.

⁷ Usuário ativo é aquele que teve compra registrada no cartão de crédito no último mês.

⁸ Shopper é o profissional que irá realizar as compras na loja e entregá-las na casa do cliente.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Apresentamos abaixo um destaque das principais informações financeiras e operacionais consolidadas da Companhia:

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Lojas #	339	346	340	347	346
SSS ⁹ (%)	0,9%	4,5%	8,5%	0,2%	1,1%
Receita Líquida	4.024.236	3.980.478	8.408.932	7.804.389	7.694.888
Lucro Bruto	877.507	931.382	1.970.622	1.643.572	1.607.918
Margem Bruta (%)	21,8%	23,4%	23,4%	21,1%	20,9%
EBITDA	275.686	266.923	612.106	284.794	-92.194
Margem EBITDA (%)	6,9%	6,7%	7,3%	3,6%	-1,2%
Endividamento de Curto Prazo	0	0	0	0	129.434
Endividamento de Longo Prazo	0	0	0	0	643.582
Patrimônio Líquido	2.743.496	3.108.443	3.311.216	2.828.132	2.743.496

Nossos segmentos

Nossas operações estão divididas nos seguintes segmentos de negócios, por meio das seguintes bandeiras:



Varejo (Hipermercados, supermercados e serviços complementares)

I. Varejo (Hipermercados e Supermercados)



Nossa operação de hipermercados e supermercados consiste na venda de alimentos e não-alimentos nas bandeiras Prezunic, GBarbosa, Perini e Bretas, que contam com 165 lojas e se beneficiam de uma combinação de bandeiras com grande reconhecimento regional e presença estratégica em grandes

⁹ SSS significa *same store sales*, ou vendas nas mesmas lojas, trazendo a variação percentual das vendas que existiam há um ano nas mesmas lojas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

áreas urbanas nos estados de Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Goiás. Nossas lojas oferecem uma experiência completa aos clientes, incluindo serviços como açougue, peixaria e padaria. Além das lojas físicas, nosso segmento de Varejo também atua por meio de canais digitais próprios e de terceiros.

Na bandeira Prezunic, temos o objetivo de abastecer o comércio local com produtos de qualidade e ser referência em perecíveis. Com foco na busca de resultados, a saber metas de vendas, EBITDA e geração de caixa, preocupamo-nos com as pessoas que fazem a nossa marca, sejam clientes, colaboradores ou fornecedores. A bandeira Prezunic já integrou o ranking Great Place to Work por 10 vezes, ocupando a terceira posição em 2019 dentre as empresas de grande porte do Rio de Janeiro que são referência em ambiente de trabalho¹⁰.

Já a bandeira GBarbosa acredita ser uma das maiores varejistas do Nordeste¹¹ e a marca figura como um dos principais no *Top of Mind*¹², tendo a proposta de oferecer soluções completas para os clientes. A rede nordestina busca oferecer um portfólio completo para atender às comunidades onde atua. Parte do sucesso da bandeira GBarbosa vem de uma estratégia de marketing completa e direta, que coloca a empresa como maior investidora na mídia televisiva no Nordeste¹³ e a única varejista no Nordeste que faz, em média, 5 campanhas publicitárias por ano¹⁴.

A bandeira Perini, por sua vez, se destaca pela qualidade dos seus produtos e serviços. A proposta de valor da bandeira é transmitida e percebida pelo cliente, que em Salvador vê Perini como a marca nº1 *Top of Mind* na categoria *Delicatessen e Padaria*¹⁵. O reconhecimento é refletido na oferta de produtos nas lojas, que inclui itens de fabricação própria, além de grandes marcas nacionais e importadas.

A bandeira Bretas é referência no varejo alimentar em Minas Gerais e Goiás, tendo mais de 19,3% de *market share*¹⁶ nas regiões em 30 de junho de 2021. A bandeira, que está presente em quase 40 cidades, valoriza a oferta de produtos regionais, o que ajuda a criar uma conexão com o cliente local. Dentre os produtos oferecidos na rede Bretas, destacam-se os do açougue, que representaram mais de 15% da receita líquida da marca no período seis meses findo em 30 de junho de 2021, e os produtos de marca própria Bretas, que conta com cerca de 350 SKUs (*Stock Keeping Unit*) e teve participação em torno de 4,9% da receita líquida no mesmo período.

¹⁰ Ranking Great Place to Work (GPTW)

¹¹ De acordo com apurações internas em comparação com os concorrentes locais.

¹² Segundo levantamento realizados Mkt Consult, a GBarbosa ficou em 6º lugar no Top of Mind 2020.

¹³ Segundo informações advindas de relatórios mensais de Monitoramento de Mídia do IBOPE (Videotrack), comparando com os concorrentes diretos de hiper e supermercados além dos atacados. Consideramos o total das inserções do período de todos os veículos da praça, e partimos do pressuposto que todos os players têm a mesma tabela de preço que o GBarbosa. Os resultados indicam a liderança nas praças onde atuamos consistentemente pelo menos nos últimos 4 anos.

¹⁴ Em 2020 tivemos 5 campanhas registradas na SECAP (Caixa Econômica Federal) com mecânica de participação e premiações de grande porte e de distintos tipos (somente para GBarbosa).

¹⁵ De acordo com o Relatório TOP OF MIND – Bahia - categoria Delicatessem/padaria - Empresa MKTConsult http://www.mktconsult.com.br/wp-content/uploads/2020/02/Vencedores-Top-of-Mind-2019_anuncio.pdf

¹⁶ De acordo com Nielsen, <https://nielseniq.com/global/pt/>.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A tabela a seguir apresenta alguns outros dados de nossas bandeiras de varejo, assim como a logomarca de cada bandeira:

			
Presença geográfica			
Market share (June YTD)	8.7%	17.3% ¹	19.3%
# de lojas	30	81	54
Ticket médio (R\$)	101.7	91.0	55.2
Vendas / m ² (R\$ '000)	2.7	1.1	0.6
SSS (1S2021)	5.5%	(4.7%)	1.3%

¹ Market share referente somente a CE, AL, SE e BA.

Data base: 2º trimestre de 2021

II. Varejo (Serviços Complementares):



No varejo, além das operações de hipermercados e supermercados, temos presença em outros formatos, por meio de serviços complementares. Nessa categoria temos os eletroshows e farmácias no GBarbosa, postos de combustíveis no Bretas, *delicatessens* e cafés na Perini, além da loja SPID35. Tais negócios desempenham um papel fundamental para o nosso ecossistema, uma vez que são caracterizados por alta recorrência de compras, ajudando na fidelização e retenção do cliente.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A tabela a seguir apresenta alguns outros dados de nossos serviços complementares às bandeiras de varejo, assim como a logomarca de cada bandeira:

2T21	Electroshow	Farmácias	Postos de gasolina	Delicatessen
Lojas	76	45	12	6
Clientes (lojas/mês)	505	2.872	15.040	6.022
Caixas por loja	2	2	2	3
# SKUs	800	6.500	5	150
				1.500

Data base: 30 de junho de 2021

Com uma presença regional marcante e 76 lojas distribuídas entre Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, as lojas electroshow têm modelo com excelentes margens, grande capilaridade, baixo custo de implantação e potencial para expansão. As lojas têm área média de 150m², e são especializadas nas vendas de eletroeletrônicos e eletrodomésticos, além de outros produtos de bazar e não alimentares, o formato se destaca nos mercados nos quais atua, concretizando a nossa posição como empresa com operação ampla.

O electroshow se apresenta também como uma oportunidade para alavancar nossos serviços financeiros, por meio do Cartão Cencosud, uma vez que a compra de produtos eletroeletrônicos e eletrodomésticos é uma das principais fontes de utilização do cartão de crédito, em razão da possibilidade de parcelamento. As farmácias GBarbosa e postos de combustíveis Bretas se colocam como negócios de proximidade, que trazem ainda mais a marca Cencosud para o dia a dia do cliente, aumentando o leque de oportunidades para nos relacionarmos com a população dessas regiões. Nos postos de combustíveis Bretas fizemos parceria estratégica com a Raízen, e sua bandeira Shell, para comercialização dos combustíveis e embandeiramento dos postos com a marca Shell.

A nossa mais nova marca, SPID35, se propõe a oferecer soluções para as necessidades imediatas dos clientes e prestar um serviço rápido e de qualidade. O nome SPID35 surgiu da intenção de que os pedidos dos clientes seriam atendidos e entregues em até 35 minutos. A marca, que surgiu em um contexto 100% digital, é uma iniciativa do Grupo Cencosud e está presente em outros países, mas busca manter aspectos de regionalidade para se adaptar às necessidades do cliente de cada lugar. No Brasil, a primeira loja física SPID35 está localizada no Rio de Janeiro.

Apresentamos abaixo evolutivo de informações sobre nossas vendas do segmento de Varejo (Hipermercados, Supermercados, e Serviços Complementares):

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Lojas #	305	338	332	339	338
SSS ¹⁷ (%)	0,6%	4,5%	8,7%	0,1%	0,9%
Receita Líquida	3.517.272	3.681.889	7.793.053	7.222.961	7.122.009
EBITDA Varejo	246.908	256.752	588.564	271.336	-89.618
Margem EBITDA Varejo (%)	7,0%	7,0%	7,6%	3,8%	-1,3%

Nota: Em 2021 houve a migração de 26 lojas de Bretas para o formato atacado.

¹⁷ SSS significa *same store sales*, ou vendas nas mesmas lojas, trazendo a variação percentual das vendas que existiam há um ano nas mesmas lojas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Atacado (“Atacarejo” ou “Cash & Carry”):

A operação consiste na venda majoritária de alimentos e outras commodities mesmo que não alimentares, como por exemplo produtos para higiene pessoal, para consumidores finais, revendedores e fornecedores do setor de serviços alimentares que buscam preços baixos e grande volume de compras.

Em 30 de junho de 2021, as operações de atacado da Companhia eram representadas pelas bandeiras Mercantil Rodrigues e Bretas. Vale ressaltar que, desde o primeiro trimestre de 2021, a empresa iniciou a conversão das operações de varejo sob a bandeira Bretas em operações de atacado. Assim, a Companhia passou a contar com mais 26 lojas com operações de para atacado, totalizando 34 lojas ao final de junho.



O Mercantil Rodrigues conta com 8 lojas, sendo 7 lojas no estado da Bahia e uma em Sergipe. A bandeira Bretas conta com 26 lojas em regiões metropolitanas do estado de Minas Gerais e Goiás. Nossas lojas Mercantil possuem uma média de 4,5 mil m² e nossas lojas Bretas uma média de 2,8 mil m².

Com início das operações na Bahia há 60 anos, o Mercantil Rodrigues é um dos primeiros nomes no *Cash & Carry* no estado, com proposta de valor focada em uma diferenciação de preços e *mix* de produtos. O sucesso do Mercantil Rodrigues é reflexo da forte presença que tem na vida do cliente, tendo visita de mais de 15 mil clientes por dia, distribuídos em suas oito lojas.

Presença geográfica	
BA & SE	GO+MG
Market share regional	19,3%
# de lojas	26
Ticket médio (R\$)	81,0
% de B2B e B2C (2020)	20% / 80%
Vendas medias / m² (R\$ '000)	0,9
SSS (2020)	6,5%

Data base: 30 de junho de 2021

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Apresentamos abaixo evolutivo de informações sobre nossas vendas do segmento de atacado ("Atacarejo" ou "Cash & Carry"):

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Lojas #	34	8	8	8	8
SSS ¹⁸ (%)	3,1%	5,0%	5,9%	1,5%	4,6%
Receita Líquida	507.112	298.602	615.892	581.487	572.883
EBITDA Atacado	28.778	10.170	23.542	13.457	-2.575
<i>Margem EBITDA Atacado (%)</i>	<i>5,7%</i>	<i>3,4%</i>	<i>3,8%</i>	<i>2,3%</i>	<i>0,4%</i>

Nota: Em 2021 houve a migração de 26 lojas de Bretas para o formato atacado.

Pontos Fracos e Fatores de Risco

Para informações sobre os pontos fracos da Companhia e sobre os fatores de risco aos quais a Companhia está exposta, vide os itens "4.1 Fatores de Risco" e "4.2 Riscos de Mercado" deste Formulário de Referência.

Nossos pontos fortes

Acreditamos que os seguintes pontos fortes nos diferenciam dos nossos concorrentes e contribuem para nosso sucesso:

Plataforma omnicanal integrada e de alta escala com liderança regional e altos níveis de reconhecimento nos mercados do Nordeste e Sudeste brasileiro

Somos o quarto maior grupo varejista alimentar brasileiro em termos de venda¹⁹ atuando por meio de seis marcas com forte reconhecimento nos mercados dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e Rio de Janeiro. Nossas atividades comerciais são executadas por meio de uma ampla rede de lojas incluindo formatos de hipermercados, supermercados e atacado, totalizando 339 lojas em 30 de junho de 2021. Além de presença física, nossas operações contam com canais de vendas digitais tanto proprietários quanto de terceiros. Nossas operações são respaldadas por uma infraestrutura de logística e distribuição integrada às nossas lojas. Nesta data, contamos com nove centros de distribuição nos estados de Bahia, Goiás, Minas Gerais, Sergipe, Ceará e Rio de Janeiro que garantem um abastecimento eficaz de toda nossa rede de lojas. Nossas marcas possuem em média 12,3% de market share²⁰, e figuram entre as empresas como *top of mind* para a maioria dos nossos consumidores²¹. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, contávamos com 340 lojas que juntas totalizaram mais de R\$ 8,4 bilhões em vendas líquidas.

Expertise em aquisições e integrações de novas bandeiras combinadas com um histórico de sucesso de abertura de novas lojas

Nossa história no mercado brasileiro foi construída através de aquisições de marcas fortes com amplo reconhecimento regional, combinados com uma forte capacidade de promover rápidas e eficientes integrações na nossa rede. O Grupo Cencosud entrou no Brasil em 2007 com a aquisição das bandeiras GBarbosa e Mercantil Rodrigues. Nos anos seguintes outras aquisições foram realizadas, ampliando a atuação no Nordeste e expandindo nossa presença para o Sudeste e Centro-Oeste, com as aquisições das bandeiras Perini, Bretas, e Prezunic. Em 2021, abrimos nossa primeira loja SPID35, com foco especial em conveniência, proximidade e inovação, com atendimento 100% digital. Nossas aquisições nos permitiram ampliar nossa rede de lojas e formatos e expandir para novos estados do Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. Acreditamos que tal crescimento, acompanhado da abertura de novas lojas, tem respaldo no nosso conhecimento sobre o mercado, as características e os hábitos de consumo em diferentes estados.

¹⁸ SSS significa *same store sales*, ou vendas nas mesmas lojas, trazendo a variação percentual das vendas que existiam há um ano nas mesmas lojas.

¹⁹ De acordo com Ranking ABRAS 2021. Considera Assai e GPA dentro do mesmo grupo empresarial

²⁰ Média dos *market shares* das marcas Prezunic, GBarbosa, Mercantil Rodrigues e Bretas.

²¹ As marcas GBarbosa e Perini figuram como a marca *top of mind* #1 nos mercados onde atuam.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Abaixo um quadro que demonstra de forma geral as expansões por aquisição e orgânicas realizadas desde o ingresso no Brasil:

# lojas					Total	
	Out/07	Nov/07	Jul/10	Nov/10	Jan/12	
Hiper / Super	41	1	4	64	31	141
Outros formatos	43	0	4	10	0	57
Total na aquisição	84	1	8	74	31	198
Hiper / Super	78	-	3	54	30	165
Outros formatos	121	-	6	12	1	140
Varejo	199	-	9	66	31	305
Atacado	-	8	-	26	-	34
Total Cencosud	199	8	9	92	31	339

Data base: 30 de junho de 2021

Ecossistema de vendas omnicanal com fortes capacidades de e-commerce e CRM

Estamos construindo uma plataforma omnicanal robusta por meio da qual ofereceremos aos nossos clientes serviços e produtos a um menor custo. Esta plataforma nos permite atender às demandas da nossa base de clientes, bem como identificar seus hábitos de compra, que estão em constante e rápida evolução. No desenvolvimento do nosso ecossistema de vendas, sempre consideraremos os seguintes pilares: prestar um ótimo serviço, desenvolver nosso conhecimento operacional, agilizar o *time to market* e atender os clientes diretamente. Nossas iniciativas digitais, caracterizadas por manter um diálogo constante com os nossos clientes, têm sido uma vantagem competitiva para consolidar sua fidelização.

Nossa operação de *e-grocery* começou em setembro de 2020 e em março de 2021 deu mais um passo importante com a abertura de uma loja, no Rio de Janeiro, da nossa bandeira SPID35. Ela atualmente inclui aproximadamente 10 mil SKUs online e tem um tíquete médio de R\$ 320. Também estabelecemos operações de *last mile* em parceria com a Rappi e a Cornershop; lançadas em fevereiro de 2019 e agosto de 2020, respectivamente. Nossas operações de *last mile* com a Rappi e Cornershop oferecem aproximadamente 7.000 e 9.000 SKUs online, e tíquetes médios de R\$ 110 e R\$ 211, respectivamente.

Temos uma plataforma de CRM que nos permitiu aumentar a compreensão acerca dos nossos clientes por meio do seu comportamento de compra. Com o objetivo de promover um relacionamento mais próximo e duradouro com a nossa ferramenta de CRM e aplicativos de compras online, oferecemos uma experiência personalizada ao nosso cliente, que inclui benefícios financeiros e ofertas customizadas com base em seus perfis de compra mapeados.

Existe o potencial para todas as nossas lojas implementarem e aumentarem a penetração do comércio eletrônico, assim como a potencialização do marketing digital por meio da mídia social. Isto é um fator importante que ajuda a produzir maiores retornos para o ecossistema de vendas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Abaixo alguns dados de nossas plataformas digitais:

				
E-grocery	Plataforma Digital para soluções e-commerce em Alimentos	Rápido entrega de produtos	Global e parceria estratégica	Parceria Transacional
% da Receita Mesmas Lojas	3,6%	100%	1,5%	0,7%
% da Receita Total	0,9%	-	0,5%	0,2%
Lojas Abertas	32	1	43	45
SKUs	~11,5k	~1,5k	~10,0k	~9,0k

Data base: 30 de junho de 2021

Diversas alavancas de geração de valor, com potencial de expansão de margens

Temos passado por um processo de transformação nos últimos anos, buscando melhorias operacionais e de margem. As principais iniciativas implementadas são categorizadas entre iniciativas de *backoffice* e de *frontoffice*. Dentre as de *backoffice*, destacam-se a implementação de diversas melhorias de processos administrativos, entre eles a implementação do Centro de Serviços Compartilhados que centraliza a realização de tarefas administrativas, o Projeto Simplifique que trouxe mais facilidade e agilidade para realização de atividades comerciais e de logística, a automatização e robotização de diversas atividades administrativas, a assinatura eletrônica de documentos, a consolidação da rede logística de centros de distribuição e a integração de todas as áreas de negócio pelo sistema ERP SAP, único à Cencosud, além das pesquisas para avaliar a qualidade do trabalho interno pelo NPSI. Já às iniciativas de *front-office* envolveram a implementação de diversas melhorias de processos operacionais nas lojas, como a polivalência entre as funções de caixa e repositor de produtos, melhorando o atendimento aos clientes nos caixas, o cofre inteligente reduzindo trabalhos manuais e gerando mais eficiência, o Pricefy para automatização de impressão de etiquetas e cartazes, o CRM lançado em 2020, a pesquisa de Cliente Oculto, as avaliações NPS e outras diversas iniciativas que focam no cliente. A nossa evolução constante possibilitou um aumento de 0,2% para 8,5% de SSS entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2020. A soma das nossas iniciativas busca alcançar um elevado nível de vendas e margem, fundamentando nossa estrutura para expansão nos próximos anos.

Soluções financeiras altamente complementares



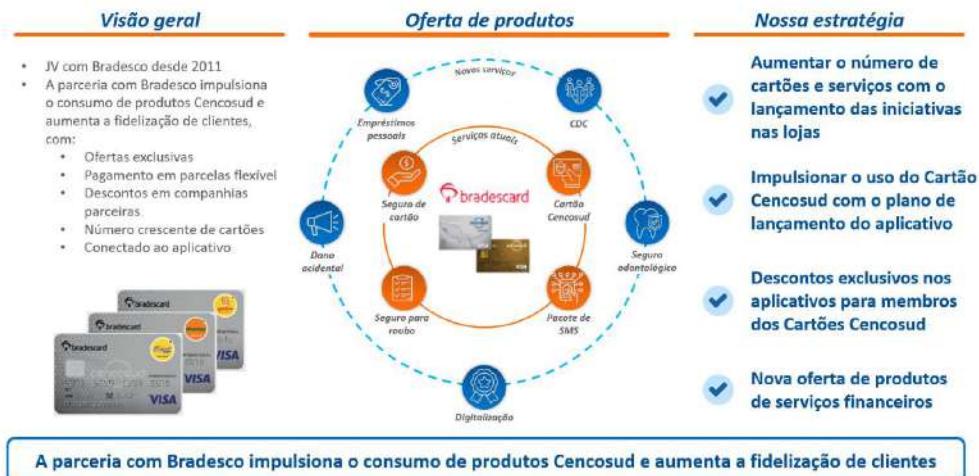
Por meio de uma parceria com o Banco Bradescard S.A. (subsidiária do Banco Bradesco S.A.), oferecemos aos nossos consumidores soluções financeiras como o nosso cartão próprio, o Cartão Cencosud, assim como crédito ao consumidor e seguros para produtos. Nossa segmento de Soluções Financeiras auxilia as nossas operações de varejo oferecendo maior conveniência nas formas de pagamento, além de ofertas competitivas em crédito e descontos em produtos. Em 30 de junho de 2021, tínhamos aproximadamente 283 mil contas de cartões de crédito ativas²² e um limite global de R\$1,8 bilhão.

²² Entende-se por contas ativas aquelas contas que tenham sido utilizadas pelo menos uma vez em um período de 30 dias.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nossa parceria de soluções financeiras opera de forma integrada com nossos segmentos de varejo e atacado com o objetivo de fidelizar ainda mais o nosso cliente. Estamos focados no desenvolvimento dessas soluções para fortalecer e impulsionar o nosso crescimento.

Abaixo, de uma forma macro, nossa visão geral, produtos ofertados e estratégia:



Equipe de gestão altamente qualificada com alinhamento estratégico com os acionistas, que contribuem significativamente com sua experiência no setor de varejo no Brasil e no Chile

A nossa atual controladora, Cencosud S.A., nos proporciona uma referência internacional para as nossas operações, inclusive na digitalização do varejo alimentar, o apoio com contratos de compra globais e desenvolvimento de novas tecnologias para o varejo. O Grupo Cencosud, no Chile, possui experiência internacional de varejo, por atuar em cinco países na região da América Latina, e contribui adequadamente nossa estratégia às melhores práticas do setor, buscando, em conjunto com a administração da Companhia no Brasil, atingir os melhores resultados. Nossos executivos também possuem vasta experiência nos setores de varejo e consumo no Brasil: por exemplo, a diretoria apresenta, em média, mais de 21 anos de experiência no varejo. Prezamos por um alto padrão de governança corporativa, com auditorias independentes, auditoria interna, área de gerenciamento de riscos, área de revisão de processos, área de controle da LGPD, entre outros controles. Ademais, 100% dos nossos colaboradores participam do programa de *profit share*, alinhando as metas individuais às metas da Companhia, e o bônus final de cada funcionário depende em 60% da performance da Companhia e 40% de performance individual.

Equipe de gestão alinhada aos princípios de ESG (siglas em inglês para Ambiental, Social e Governança), com foco em iniciativas voltadas para o meio ambiente e a comunidade

Alinhados aos princípios de ESG (*Environmental, Social and Governance*, em inglês), temos um compromisso com o meio ambiente, que é refletido nos processos internos de redução de lixo, venda de sacolas retornáveis, instalação de luzes LED e balcões plug-in nas lojas, e compra de energia de fonte renovável no mercado livre. Até 2025, temos a intenção de que todos os ovos da nossa marca Cencosud Brasil sejam de origem orgânica, e que até 2028 todos os ovos vendidos em nossas lojas, tanto da nossa marca quanto de outras marcas, sejam também de origem orgânica.

Possuímos também um compromisso com a comunidade: (i) por meio do nosso Instituto GBarbosa oferecemos palestras, cursos e oficinas sobre prevenção de doenças, alimentação e hábitos saudáveis, atividades físicas, artesanato e arteterapia, cuidados com a beleza e gastronomia, e (ii) por meio do programa estabelecido de doação de alimentos, que doou 95.000 quilogramas de comida no ano de 2020.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nossa estratégia

Com o objetivo de continuar consolidando nossas bandeiras nos setores de varejo e atacado, temos como prioridade:

Continuar os programas de renovação e revitalização de lojas a fim de aumentar a rentabilidade e as vendas nas mesmas lojas

Nossa matriz no Chile anunciou, em 14 de janeiro de 2021, seu plano de investimentos (CAPEX) para 2021 a 2023 de US\$ 1.800 milhões, destes US\$ 180 milhões serão investidos na Companhia para reforma e modernização de 100% das lojas, além de uma parcela de investimentos em logística, TI e desenvolvimento de canais de vendas digitais. Tais investimentos já foram iniciados no próprio primeiro trimestre de 2021.

Em 30 de junho de 2021, 26 lojas de supermercado tiveram suas operações convertidas para o atacado, nos estados de Minas Gerais e Goiás, visando atender os clientes desse segmento, aumentar as vendas e nossa rentabilidade.

Desenvolvimento adicional da nossa plataforma de e-commerce e do nosso modelo omnicanal

Estamos focados na integração da nossa rede física de lojas e plataforma de e-commerce, oferecendo unidades de negócios interconectadas e complementares para facilitar a experiência de compra e consolidar a fidelidade de nosso cliente às nossas marcas. Com a inclusão em nosso aplicativo dos serviços financeiros oferecidos em parceria com o Banco Bradesco S.A., disponibilizamos aos nossos clientes mais funcionalidades em uma mesma plataforma, além de ampliar a análise da base de dados, a qual nos apoia para gerar mais relevância para nossos clientes.

Temos uma variedade de formatos digitais com os quais conseguimos coletar informações de hábitos de compra dos nossos clientes, sempre observando a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"). Nossa base de clientes cadastrados em nossa plataforma digital atingiu em 2020, com menos de 1 ano de operação, 1,6 milhões de clientes. Pretendemos seguir expandindo as nossas atividades online para complementar a nossa ampla oferta de serviços, potencializar a integração de nossas plataformas e oferecer um serviço omnicanal cada vez mais abrangente aos nossos clientes.

Foco na excelência operacional

A eficiência operacional é fundamental para o sucesso das nossas operações. Estamos sempre atentos às oportunidades de sinergia nas negociações com fornecedores para mais de uma bandeira, reduzindo custos operacionais e garantindo a oferta dos produtos para o nosso cliente. Nossa cultura corporativa é focada em resultados e somos cada vez mais seletivos nos nossos investimentos, sempre atentos às oportunidades de aprimorar nossos processos e o aproveitamento de nossas economias de escala.

Atendimento diferenciado aos clientes

Acreditamos oferecer um atendimento diferenciado e de grande atenção a nossos clientes, prezando pela transparéncia, confiança e respeito nas relações com clientes, colaboradores e fornecedores. O nosso propósito é "Paixão por servir você, do seu jeito".

Por meio do Cartão Cencosud os clientes têm acesso a descontos exclusivos, condições de pagamento diferenciadas e diversos serviços, como por exemplo seguros de proteção à perda de renda, furto ou roubo do cartão, que auxiliam no processo de quitação de débitos em fatura, além de indenizações por morte ou invalidez, proteção para furto, roubo e danos acidentais em aparelhos celulares e assistência odontológica e parcelamento de faturas.

Além disso, buscamos oferecer experiências de compra diferenciadas aos clientes, como por exemplo filas únicas para agilizar os caixas, balcão resfriado de granel, linha de produtos importados exclusivos e atendimento diferenciado no setor de carnes.

Acreditamos que nosso modelo de negócio, atrelado à satisfação dos nossos clientes, é uma combinação estratégica de qualidade com eficiência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Expansão de serviços financeiros na plataforma

Buscamos continuar com o *roll-out* dos nossos serviços financeiros oferecidos por meio da parceria com o Banco Bradescard S.A. através do Cartão Cencosud para agregar valor aos nossos clientes por meio de melhores condições de pagamento. Este segmento oferece uma variedade de soluções de pagamento, ofertas de crédito e descontos em produtos, potencializando as vendas e aumentando da satisfação e fidelização do nosso cliente.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras:

- **Varejo:** o segmento de varejo da Companhia contempla as redes de lojas "G Barbosa", "Bretas", "Prezunic", "Perini" e "SPID35".
- **Atacado:** o segmento de atacado da Companhia contempla as redes de lojas "Mercantil Rodrigues" e "Bretas".

Tanto nas lojas de varejo quanto nas lojas de atacado, o portfólio de produtos alimentares e não-alimentares da Companhia contempla marcas líderes locais e internacionais para cada categoria de produto.

A comercialização dos produtos alimentares inclui alimentos não perecíveis e perecíveis, como por exemplo bebidas, frutas, legumes e verduras, carnes em geral, pães, frios e laticínios.

Já os produtos não-alimentares incluem combustíveis, eletrodomésticos, itens de puericultura, utilidades domésticas, artigos de papelaria, itens de bricolagem, brinquedos, itens de esporte, celulares, produtos de pet shop, utensílios de jardinagem, produtos de limpeza, produtos descartáveis, produtos de higiene pessoal e produtos eletrônicos, tais como computadores, acessórios, aparelhos de som e imagem.

Para maiores informações sobre os negócios da Companhia, vide item 7.1 deste Formulário de Referência.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

(em R\$ mil, exceto %)	Período de seis meses findo em		Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	30/06/2021		2020		2019		2018	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Varejo	3.517.272	87%	7.793.053	93%	7.222.961	93%	7.122.009	93%
Atacado	507.112	13%	615.892	7%	581.487	7%	572.883	7%
Eliminações ⁽¹⁾	-148	0%	-13	0%	-59	0%	-4	0%
Receita líquida	4.024.236	100%	8.408.932	100%	7.804.389	100%	7.694.888	100%

⁽¹⁾ "Eliminação" refere-se as vendas *intercompany* (entre empresas do mesmo grupo econômico).

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

(em R\$ mil, exceto %)	Período de seis meses findo em		Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	30/06/2021		2020		2019		2018	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Varejo	5.940	78%	73.747	115%	-406.496	94%	-488.930	94%
Atacado	1.633	22%	-9.350	-15%	-24.418	6%	-29.917	6%
Lucro líquido	7.573	100%	64.397	100%	-430.914	100%	-518.847	100%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do Processo de Produção

Nossos produtos são principalmente produtos prontos para venda que compramos de nossos fornecedores líderes de mercado e revendemos aos nossos consumidores finais, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas a depender do formato da loja.

Alguns dos nossos produtos alimentares do segmento de Varejo são preparados em nossas lojas por meio da utilização de técnicas de preparação de perecíveis desenvolvidas por nossa equipe técnica, como por exemplo pães, bolos, pizzas, sopas. Em determinadas circunstâncias, firmamos parcerias com fornecedores que nos entregam produtos semiprontos, como por exemplo salgados, os quais são finalizados em nossas lojas.

Os produtos não-alimentares que comercializamos são produtos prontos, como produtos de higiene pessoal, eletroeletrônicos, utensílios domésticos, disponibilizados para venda pelos seus fabricantes, que adquirimos e revendemos para os nossos consumidores.

(b) Características do processo de distribuição

O Grupo Cencosud Brasil disponibiliza aos seus clientes toda a sua variedade de produtos, incluindo produtos alimentares como bebidas, frutas, legumes, carnes em geral, e produtos não-alimentares como combustíveis, eletrodomésticos, artigos de papelaria entre outros. Em 30 de junho de 2021, possuía presença em 8 estados, em 73 municípios e contava com uma rede de 339 lojas nos formatos varejo e atacado (Cash & Carry), que inclui: 165 lojas de hipermercados e supermercados, 76 eletroshow, 45 farmácias, 12 postos de combustível, 6 *delicatiessens*, 1 loja de conveniência (Spid35) e 34 lojas de atacado, através das marcas: GBarbosa, Bretas, Prezunic, Perini e Mercantil Rodrigues, bem como SPID35. Além dos pontos físicos de venda, a Companhia é complementada por uma plataforma de e-commerce com as seguintes modalidades operacionais: (i) venda de nossos produtos através de nossos canais de venda; (ii) E-grocery, por meio de nossa plataforma digital para soluções em e-commerce de alimentos; e (iii) SPID35, formato de loja com atendimento 100% digital.

Em 30 de junho de 2021 contávamos com duas vias de abastecimento, para os formatos de Hiper/Supermercado: 71% de nossos produtos estavam sob a categoria "Estocado" (*i.e.* participação da venda de produtos com origem dos centros de distribuição) e 29% de nossos produtos estavam sob a categoria "Direto Loja" (*i.e.* participação da venda de produtos entregues diretamente nas lojas pelos fornecedores). Para o formato letroshow 100% da venda é através da via de abastecimento estocado e para o formato atacado, o Mercantil atinge 100% e o Bretas 54% através da via Direto Loja.

A logística de distribuição dos produtos estocados, que são comercializados nas lojas físicas do segmento de varejo da Companhia, é iniciada através da área comercial, responsável pelo envio dos pedidos aos fornecedores, no âmbito de fornecimento contínuo ou compras de oportunidade, com base na previsão de vendas da Companhia. Os pedidos e a gestão da entrega dos produtos são feitos pela Gerência de Abastecimento, cujo papel é avaliar os níveis de estoque da Companhia, previsão de vendas por loja, e outras variáveis. Os agendamentos das entregas centralizadas, nos centros de distribuição, são realizados pelos próprios fornecedores através do Portal de Agendamento, ferramenta on-line que disponibiliza janelas de entrega de acordo com a capacidade disponível de cada centro de distribuição.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia possui 8 postos de combustível localizados em Minas Gerais e 4 em Goiás. Tais postos são abastecidos por um fornecedor exclusivo. Os pedidos são individualizados para cada um dos postos, sendo que o combustível é solicitado pelo Gerente de cada unidade que imputa no sistema do fornecedor a sua necessidade para recebimento do combustível até às 16h do dia seguinte. O transporte do combustível é realizado exclusivamente pelos fornecedores e/ou terceiros contratados por estes, sendo o descarregamento realizado exclusivamente pelo motorista do caminhão tanque, acompanhado por empregados do Grupo Cencosud devidamente treinados para este fim, por questões de segurança e controle de qualidade.

Para abastecer nossas plataformas de vendas físicas e virtuais, contamos com 9 centros de distribuição com área total de armazenagem de aproximadamente 136.000m² que estão estrategicamente localizados nos estados de Sergipe, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, permitindo envios frequentes às lojas e reduzindo a necessidade de espaço de estoque interno e limitando estoque não produtivos nas lojas.

Na data deste Formulário de Referência, temos 9 centros de distribuição, sendo que 7 contam com uma estrutura própria, liderada por um gerente responsável pelo recebimento, armazenagem, controle de estoques e expedição dos produtos, e 2 centros de distribuição que são geridos por operadores logísticos e supervisionados por equipes internas da Companhia.

Os centros de distribuição contam significativamente com o suporte de tecnologia da informação, para os processos de recebimento, estocagem, gestão do estoque e expedição das mercadorias de forma rápida e eficiente. Nossa distribuição também conta com frota de veículos própria e terceirizada, em torno de 32% e 68%, respectivamente, otimizando nossos controles e ganhos de produtividade.

Para uma melhor gestão dos estoques, utilizamos o módulo de ressuprimento automático para geração dos pedidos e garantir o abastecimento dos centros de distribuição às lojas, dos itens com vendas continua. Definimos como ponto de ressuprimento quando a quantidade de mercadorias no estoque chega a uma quantidade mínima (estoque mínimo), sendo necessária a reposição. Esse momento também é chamado de nível de ressuprimento, ou seja, o nível mínimo que um estoque pode ficar sem prejudicar o negócio. Já para os eventos promocionais os pedidos são gerados manualmente, tendo como base a previsão de venda futura e históricos de eventos passados com o mesmo SKU.

A rotina automática do reabastecimento acontece durante a madrugada, onde são gerados os pedidos de reposição. Durante o dia, os centros de distribuição processam a transação de transformar os pedidos (automáticos e manuais) em remessas de separação, para os itens que possuem estoque disponível e de acordo com a frequência de abastecimento de cada loja. As remessas são divididas em: palete fechado, picking 2 etapas (two steps picking) ou picking, com isso o time operacional efetua a separação dos volumes (unidade, caixa, pacote, etc), onde são paletizados e colocados nas docas das respectivas lojas, para posterior embarque. Quando o veículo está disponível os produtos são faturados, embarcados e expedidos às lojas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(c) Características dos mercados de atuação

(i) Participação em cada um dos mercados

Atualmente, considerando volume de vendas¹, a Companhia é uma das maiores redes de supermercados e atacadistas do país, contando com 339 lojas e área de vendas de aproximadamente 542 mil m². A Cencosud entrou no Brasil em 2007 por meio da aquisição da varejista GBarbosa e do Cartão GBarbosa - que futuramente viria a se chamar Cartão Cencosud - além da rede de *Cash & Carry* (Atacado) Mercantil Rodrigues, todos com atuação no Nordeste. Em 2010, a Cencosud adquiriu mais uma bandeira na Bahia, a Perini, e ingressou nos mercados de Minas Gerais e Goiás por meio da rede Bretas. Com o objetivo de potencializar o crescimento da Companhia, a Cencosud e o Bradesco iniciaram as operações no segmento financeiro do GBarbosa em 2011.

A expansão geográfica do portfólio para o Rio de Janeiro ocorreu em 2012, quando a Cencosud Brasil adquiriu a rede supermercadista Prezunic. Em 2019, o grupo lançou a @ Era do Cliente, pacote de iniciativas envolvendo a entrada nos canais digitais e ações com foco no cliente, como, por exemplo, a aplicação de pesquisas de Net Promoter Score ("NPS") e de cliente oculto em todas as bandeiras, além do desenvolvimento de Customer Relationship Management ("CRM"). Dando continuidade às iniciativas digitais desenvolvidas em 2019, no ano seguinte, a Cencosud Brasil ingressou no *e-commerce* por meio de parcerias com a Cornershop e sites de compra online em cidades selecionadas. Todas as bandeiras passaram a contar com um aplicativo próprio de descontos e ofertas personalizadas, potencializando o CRM do grupo. O início das operações do SPID35, rede de lojas de conveniência da Cencosud no Rio de Janeiro, a partir do primeiro semestre de 2021, reforça a estratégia digital da Cencosud Brasil e expande seu posicionamento para um novo segmento do varejo.

(i) Condições de competição nos mercados

A Companhia atua no Brasil por meio das marcas GBarbosa (78 lojas nos formatos hipermercado, supermercado e atacado, 45 farmácias e 74 eletroshows), Bretas (81 lojas nos formatos hipermercado, supermercado e atacarejo e 12 postos de combustíveis), Perini (10 lojas nos formatos delicatessen e cafés), Mercantil (8 atacarejos), Prezunic (30 supermercados) e o novo formato SPID35, com a primeira loja no Rio de Janeiro. A Companhia ainda possui atuação no *e-commerce* de alimentos desde 2020, por meio da parceria com a Cornershop, que inclui as vendas na modalidade E-Gocery, Rappi e o SPID35.

Os concorrentes da Companhia variam de acordo com a localização geográfica. Na região Nordeste, são competidores da Companhia o Grupo Pão de Açúcar, BIG e Extra. No Sudeste o Grupo Carrefour e Grupo Pão de Açúcar possuem forte atuação. No segmento de varejo de eletrodomésticos, a Companhia concorre principalmente com a Via e Grupo Carrefour. Já no segmento de ecommerce, os maiores concorrentes são Magalu e Grupo Pão de Açúcar.

Varejo alimentício no Brasil

Atualmente, os varejistas de alimentos empregam um modelo de negócios composto por redes que operam tanto hipermercados, quanto supermercados e lojas de conveniência. No entanto, de acordo

¹ De acordo com Ranking ABRAS 2021. Considera Assaí e GPA dentro do mesmo grupo empresarial

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

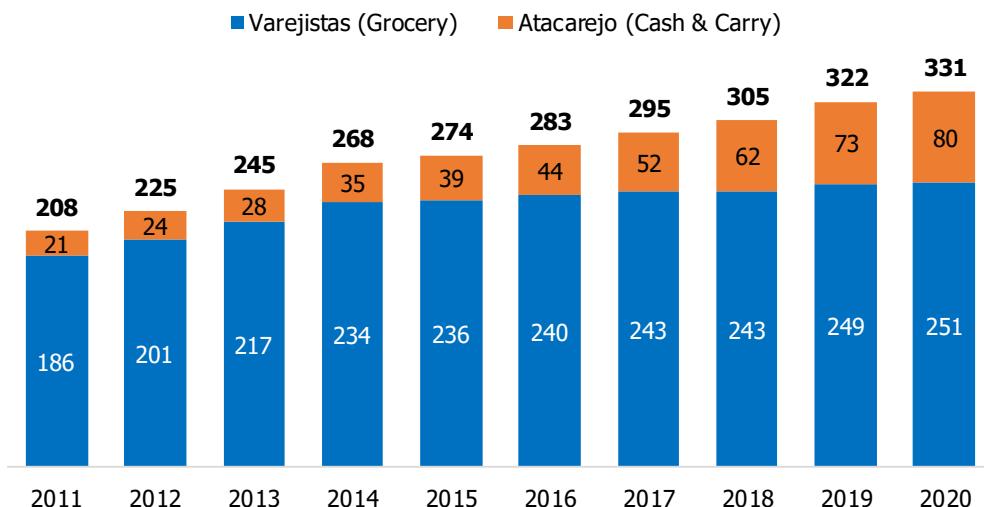
com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), no Brasil, a presença de modelos tradicionais ainda está bem estabelecida.

O atacarejo, também conhecido como *Cash & Carry*, é, há tempos, um canal forte para a distribuição de uma vasta gama de produtos no Brasil. De acordo com a Euromonitor International, no ano de 2020 foi observado que este segmento, junto com o segmento de lojas de conveniência, registrou crescimento de vendas maior do que qualquer outro segmento de varejo presencial no país, uma vez que se adaptou às tendências emergentes da demanda, à medida em que avançava a pandemia da Covid-19.

Devido à presença ainda predominante de varejistas tradicionais, a indústria de varejo de alimentos no Brasil é altamente fragmentada. De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), em 2020 e 2019, as cinco maiores cadeias de supermercados representavam aproximadamente 30,5% e 38,9%, respectivamente, da indústria de varejo de alimentos. De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), as vendas brutas consolidadas da Companhia representaram 1,7% de todo o setor supermercadista em 2020, evidenciando a fragmentação do setor e o potencial para crescimento.

A resiliência do setor supermercadista é comprovada pelo seu crescimento contínuo ao longo dos últimos 10 anos, segundo dados da Euromonitor International, mesmo com a queda do PIB brasileiro entre 2015 e 2016, e em 2020, conforme divulgado pelo IBGE. De acordo com a Euromonitor International, o crescimento médio anual (CAGR) entre 2011 e 2020 foi de 3,3% para o segmento de varejo alimentício (*grocery*) e de 15,8% para o segmento de atacarejo (*Cash & Carry*)¹.

Faturamento anual dos setores de varejo alimentício no Brasil (R\$ bilhões)



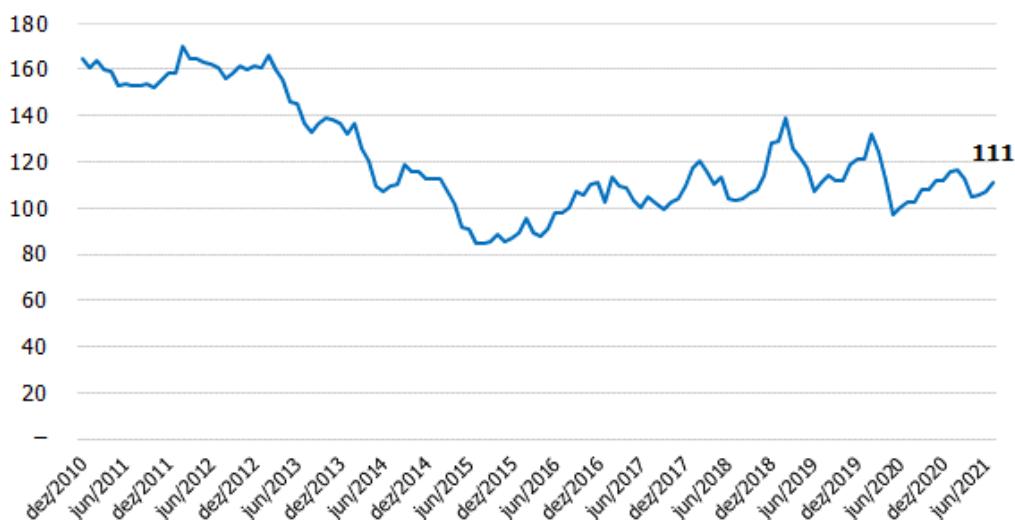
Fonte: Companhia com base em Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2021, vendas formais ao consumidor final excluindo impostos, moeda local, em termos correntes

¹ Companhia com base em Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2021, vendas formais ao consumidor final excluindo impostos, moeda local, em termos correntes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em 2020, durante a pandemia do COVID-19, o setor de varejo ampliado (que, além das atividades de varejo alimentício, engloba eletrônicos, produtos de beleza/higiene, produtos para casa e jardim, decoração, pet shop, entretenimento e lazer, materiais de construção, entre outros) apresentou retração de 1,2%, de acordo com a Euromonitor International¹. Para o mesmo período, também de acordo com a Euromonitor International¹, o varejo alimentício (grocery) atingiu crescimento de 0,5%, e o segmento de atacarejo (*Cash & Carry*) cresceu 10,0%.

Índice de confiança do consumidor



Fonte: FGV-IBRE

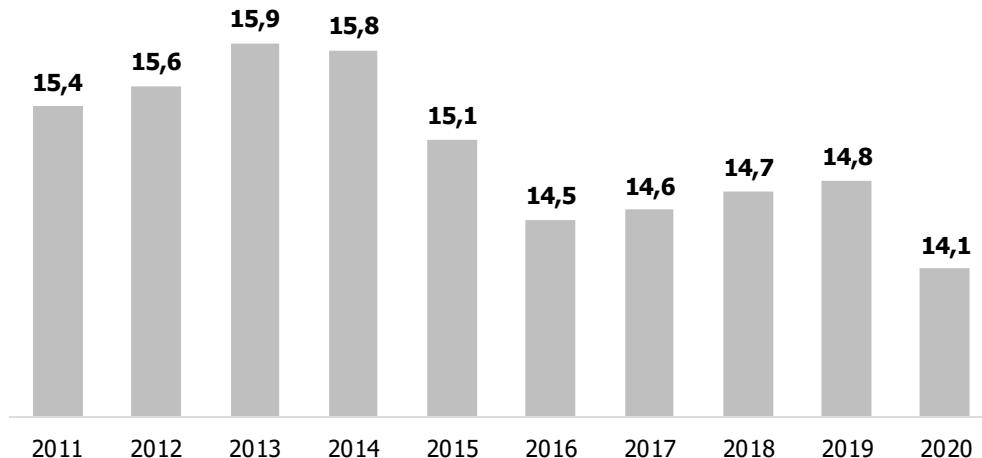
A deterioração econômica gerada pela pandemia da COVID teve um grande impacto na indústria de varejo no ano de 2020 e até junho de 2021. Isso causou um aumento drástico na taxa de desemprego no Brasil, de 12,6% no trimestre móvel de março a maio de 2020 para 14,7% no trimestre móvel de março a maio de 2020, de acordo com dados do IBGE, e colocou muita pressão no consumo discricionário, pois quem conseguiu manter seu emprego enfrentou redução da renda familiar. O governo brasileiro, em resposta à deterioração dos níveis de ingresso de funcionários no setor de serviços, aprovou um programa de ajuda financeira de emergência para parcela da população, que recebeu R\$1.800 em parcelas mensais de R\$600, assim como um pacote financeiro final de R\$900 pago também de forma parcelada no último trimestre de 2020. Esse programa de auxílio emergencial obteve um êxito considerável na mitigação do impacto negativo provocado pela pandemia na indústria de varejo nacional.

O Índice de Confiança do Consumidor, divulgado pela FGV-IBRE, que em março de 2020 sofreu grande impacto com a queda da renda familiar e a suspensão das atividades econômicas, reverteu a tendência no 2º semestre de 2020 e voltou a recuar no primeiro trimestre de 2021 devido ao aumento de casos de COVID-19, demora da vacina e piora na situação da pandemia. Com o aumento da vacinação e a diminuição do número de casos de COVID-19, o índice voltou a apresentar melhora no segundo trimestre de 2021. Espera-se que, com a vacinação total da população, a contenção de novas variantes

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

do COVID-19 e a retomada da economia no segundo semestre de 2021, a renda per capita dos brasileiros cresça, assim como a confiança dos consumidores, aumentando o consumo no varejo.

PIB per Capita no Brasil - (US\$ mil, paridade do poder de compra)



Fonte: World Economic Outlook (April 2021)

⁽¹⁾ O PIB per capita de um país é o PIB anual dividido pela população do país naquele ano. Ele representa qual foi a produção média, em US\$, dos brasileiros, e é uma *proxy* para a renda per capita da população.

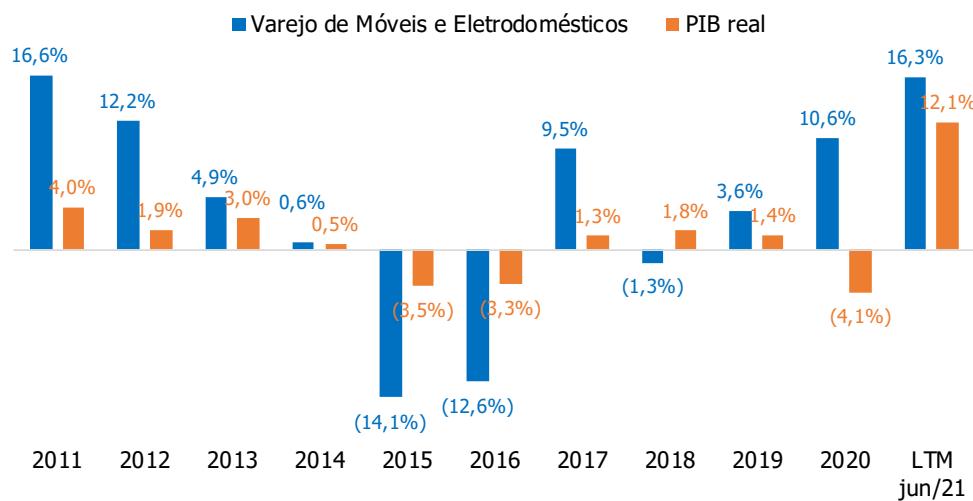
Adicionalmente, níveis historicamente baixos de juros contribuíram para o aumento do consumo, diminuindo seu custo de oportunidade e mantendo o poder de compra da população com níveis estáveis e baixos de inflação. Com a gradual recuperação da economia após a pandemia do COVID-19, há expectativa de aumento de preços e aceleração da inflação. A taxa básica de juros Selic, que encerrou o ano de 2020 em 2%, é projetada para atingir 7,5% em dezembro de 2021 e 6,5% no longo prazo, segundo o relatório Focus do Banco Central do Brasil (Bacen) em 20 de agosto de 2021. Esse cenário resulta em controle e manutenção da inflação no centro da meta definida pelo Bacen, garantindo maior estabilidade macroeconômica para os próximos anos.

Varejo de eletrodomésticos no Brasil

Assim como o varejo alimentício, o setor varejista de móveis e eletrodomésticos no Brasil foi um dos segmentos que mais cresceu em 2020, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, com índice positivo de 10,6% e seguiu crescendo no primeiro semestre de 2021 (11% de crescimento). Ainda segundo a PMC do IBGE, o indicador acumulado nos últimos doze meses até junho de 2021 apresentou taxa positiva de 16,3%. Enquanto isso, a média geral do comércio varejista obteve crescimento de 5,9%, no período de doze meses findo em junho de 2021 (*last twelve months – LTM*) e de 1,2% em 2020. Varejistas de eletrodomésticos também se beneficiarão das tendências macroeconômicas de expansão da renda per capita e do aumento da confiança do consumidor. O gráfico a seguir evidencia a influência do aspecto econômico nesse segmento e também a tendência positiva no passado recente (o descolamento no último período se deu pela mudança no hábito de consumo por causa da pandemia do COVID-19).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Crescimento do Varejo de Móveis e Eletrodomésticos e do PIB real



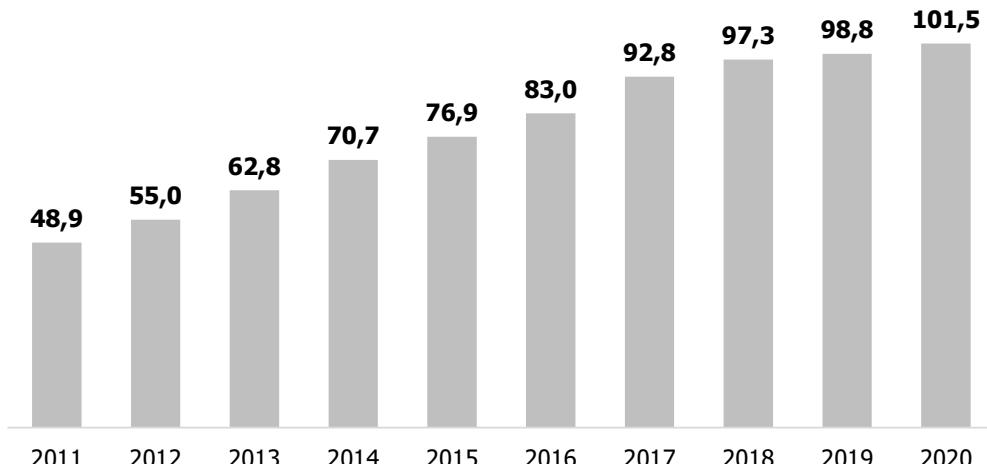
Fonte: IBGE PMC e IBGE SCNT

Varejo farmacêutico no Brasil

Diferentemente do varejo alimentício e de eletrodomésticos, a atuação no ramo de drogarias permite à Companhia ser exposta a um setor altamente resiliente, com crescimento consistente acima da média dos demais varejistas. Entre 2011 e 2020, o varejo farmacêutico apresentou crescimento médio anual de 8,4%, de acordo com dados da Euromonitor International.

Segundo dados da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), as vendas no varejo farmacêutico no Brasil são compostas por 49% de medicamentos com prescrição, 18% de medicamentos sem prescrição e 18% de produtos de higiene pessoal e outros.

Faturamento do setor de varejo farmacêutico no Brasil (R\$ bilhões)

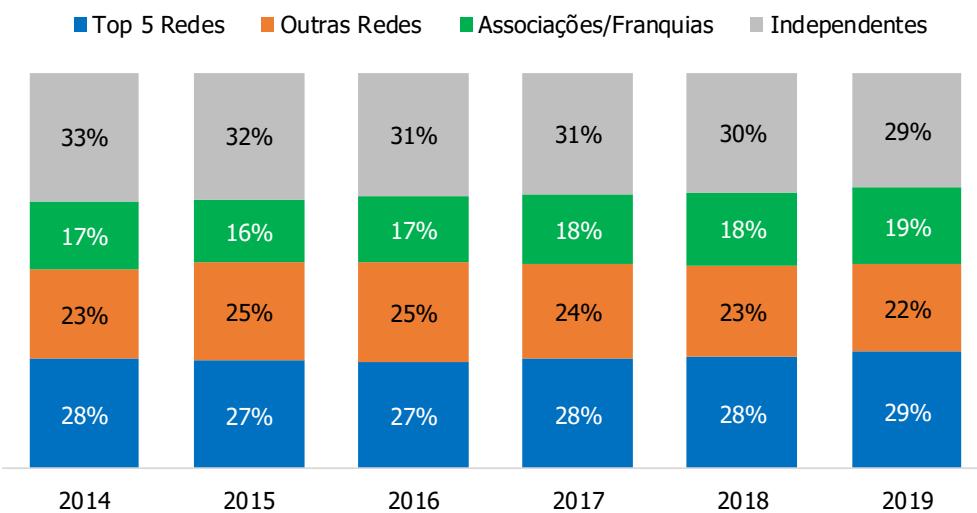


Fonte: Companhia com base em Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2021, vendas formais ao consumidor final excluindo impostos, moeda local, em termos correntes

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Este setor apresenta um potencial relevante de consolidação. Em 30 de junho de 2021, as cinco maiores redes de farmácias do Brasil apresentam um market share consolidado de 29%, de acordo com a Abrafarma, sendo o mercado majoritariamente composto por players independentes e pequenas redes de drogarias. Contudo, a tendência de consolidação ao longo dos anos é clara, conforme pode ser visto no gráfico a seguir. A estratégia da Companhia de atuar como um player multivarejo com cross-selling de suas redes de supermercados e farmácias acompanha uma tendência de mercado.

Evolução do *market share* no setor de varejo farmacêutico no Brasil (%)



Fonte: Abrafarma

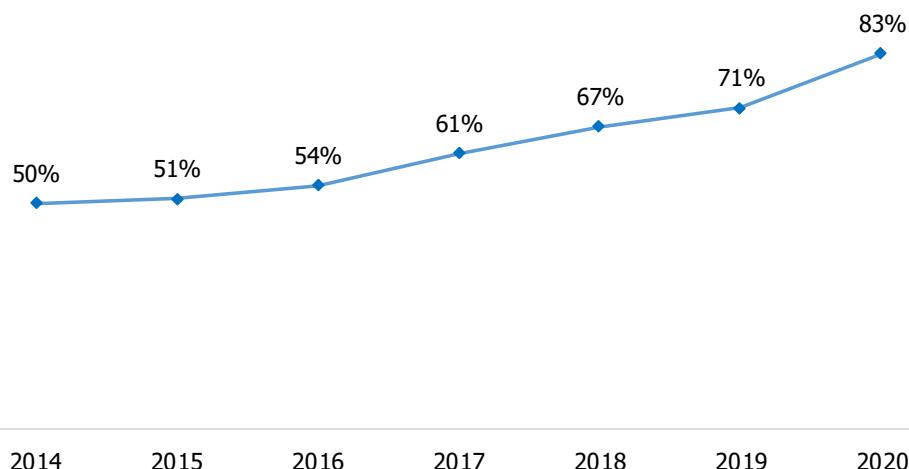
E-commerce

O varejo no Brasil sofreu uma mudança nos últimos anos no que diz respeito a hábitos de consumo e canais de vendas. A adoção de novas tecnologias e a melhoria contínua do comércio eletrônico permitiram que o consumidor brasileiro passasse a interagir com um canal de vendas totalmente novo.

A evolução constante e ininterrupta do acesso à internet no Brasil (favorecida pela redução dos custos para acesso à internet no Brasil e consequente maior acessibilidade a computadores e smartphones) consolidou ainda mais essa tendência e superou a marca de 83% dos brasileiros com acesso à internet.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

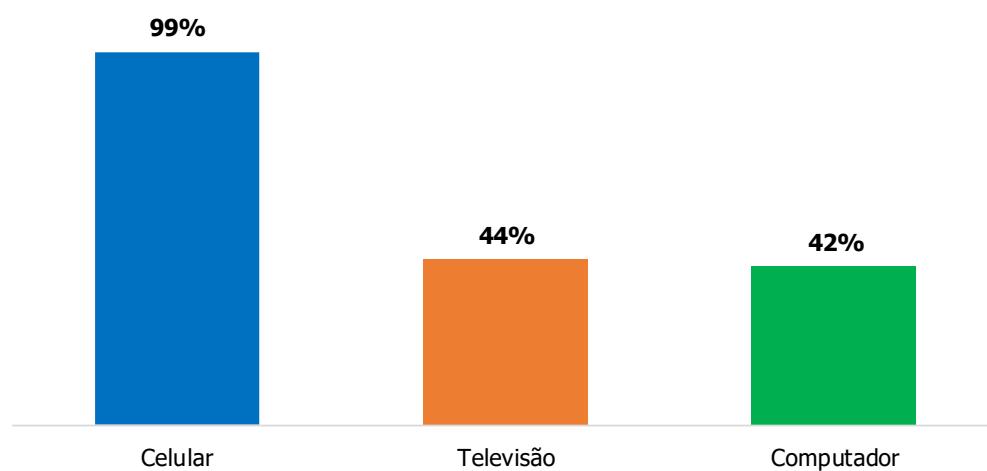
Percentual da população brasileira com acesso à internet (%)



Fonte: TIC Domicílios

Ao mesmo passo em que a conectividade no Brasil aumentou, a qualidade da internet melhorou consideravelmente ao longo da última década e o uso de smartphones se difundiu entre os usuários. A democratização do acesso à internet permitiu a inclusão digital de milhões de pessoas, o que favoreceu o desenvolvimento de novos canais de vendas, antes inexplorados (e.g.: o e-commerce).

Dispositivos utilizados para acesso à internet – 2020 (% do total de usuários)



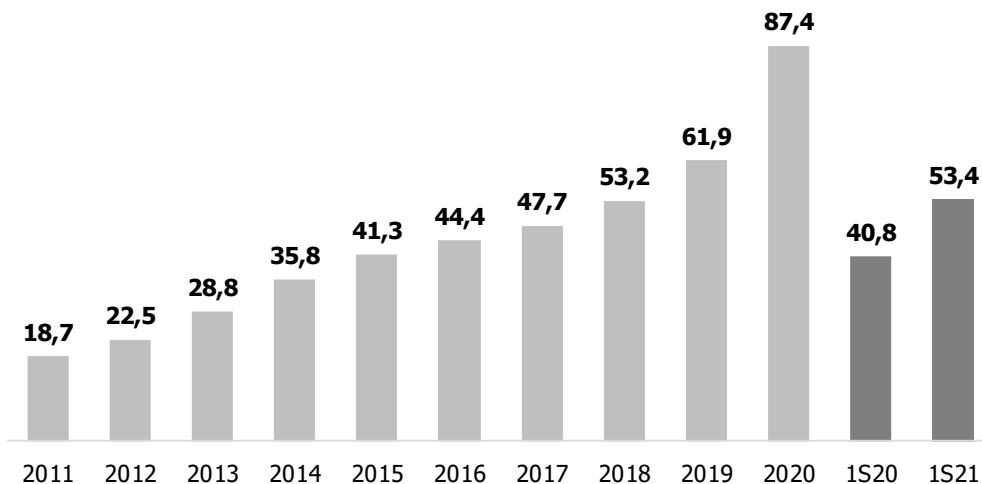
Fonte: TIC Domicílios

Dessa forma, o *e-commerce* no Brasil vem crescendo a taxas elevadas, apresentando um crescimento anual composto de 10 anos de aproximadamente 18,7%, segundo a pesquisa Webshoppers, da EBIT Nielsen. Em 2020, as vendas no *e-commerce* no Brasil cresceram 41,2% em relação a 2019, a tendência

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

de crescimento continuou no primeiro semestre de 2021, com um crescimento de 30,9% em relação ao mesmo período de 2020, de acordo com a mesma pesquisa.

Vendas no *E-commerce* (R\$ bilhões)



Fonte: Pesquisa Webshoppers - EBIT Nielsen

A pandemia do COVID-19 salientou ainda mais a necessidade do varejo de se adaptar à nova realidade eletrônica. O *e-commerce* alimentício foi um dos que mais cresceram durante esse período (22% de crescimento em 2020, em relação a 2019, e 34% de crescimento no primeiro semestre de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, de acordo com a Webshoppers - EBIT Nielsen). Assim, o *e-commerce* alimentício se configura como uma das principais verticais de crescimento da Companhia.

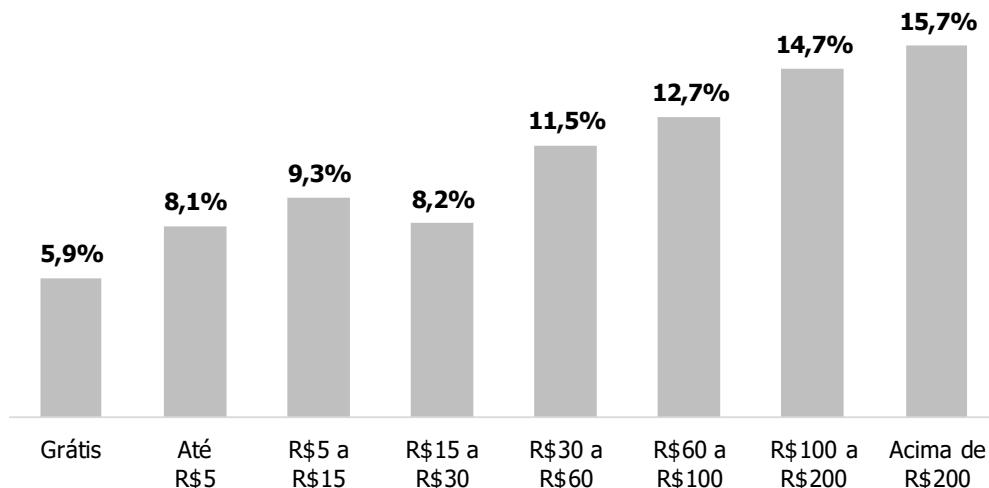
Pagamentos e Delivery

Como resultado da digitalização do varejo e do distanciamento social imposto pela pandemia do COVID-19, o formato delivery tornou-se o “novo normal” para muitos consumidores. A tendência de consumo online e entregas em domicílio traz mais comodidade e agilidade ao público final. A Cencosud Brasil, além de já operar suas bandeiras varejistas no modelo de entrega por meio de aplicativos, lançou a SPID35, com foco em entregas rápidas e eficientes. A nova bandeira de lojas de conveniência tem como objetivo realizar entregas em até 35 minutos, acelerando o crescimento da Companhia na modalidade de entregas rápidas.

No contexto de compras online, os custos de envio são um ponto de atenção para os consumidores. De acordo com dados da Pesquisa Webshoppers, realizada pelo EBIT Nielsen, há significativa preferência dos consumidores por fretes mais baratos. Ainda de acordo com a mesma pesquisa, o número de pedidos com frete grátis cresceu 38,0% no primeiro semestre de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Porcentagem de reclamações relacionadas a frete, por faixa de valor do frete – 2020 (%)



Fonte: Pesquisa Webshoppers - EBIT Nielsen

Uma vez que os consumidores migraram mais fortemente para o *e-commerce* em 2020, devido a medidas de distanciamento social associadas às restrições de quarentena, o *click-and-collect*, formato de vendas no qual a Cencosud é uma das líderes do mercado, ganha importância crescente no panorama do comércio varejista brasileiro.

Em relação à evolução dos meios de pagamento, em novembro de 2020, o Banco Central do Brasil lançou o seu novo sistema de pagamentos instantâneos, o PIX. O formato é extremamente versátil e teve uma adoção massiva até ao presente momento, sendo que alguns consumidores e empresários, especialmente as pequenas empresas independentes, preferem utilizar o PIX em vez dos cartões, por ser consideravelmente mais barato e, em alguns casos, completamente gratuito no ponto de utilização. Espera-se que essa transição também impacte os canais de *e-commerce* e vendas online, especialmente para alguns *players* que não tenham operações digitais maduras.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

A Companhia possui diversos regimes tributários especiais, sendo os mais relevantes:

Para a Companhia:

- (i) Regime especial concedido pelo Estado de Alagoas para postergação de prazo de pagamento do ICMS ST para o 9º dia do mês subsequente ao fato gerador. Vigência com prazo indeterminado.
- (ii) Termo de Acordo com o Estado da Bahia que concede redução na base de cálculo nas saídas internas e crédito presumido nas saídas interestaduais com base no art. 1º e 2º do Decreto 7799/00, com vigência até 31/12/2022.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- (iii) Termo de Acordo com o Estado da Bahia que concede redução na base de cálculo das operações de importação e nas saídas internas de bebidas quentes com base no art. 3º F do Decreto 7799/00, com vigência até 30/06/2021.
- (iv) Termo de Acordo com o Estado da Bahia que atribui a condição de sujeito passivo por substituição tributária, para retenção e recolhimento do ICMS devido nas saídas internas subsequentes conforme previsto no art. 7º B do Decreto 7799/00, com vigência até 31/04/2022.
- (v) Regime especial concedido pelo Estado de Minas Gerais que (a) atribui a condição de sujeito passivo por substituição tributária, para retenção e recolhimento do ICMS devido pelas saídas subsequentes, destinadas a contribuintes estabelecidos no Estado, de mercadorias que relaciona e (b) concede diferimento parcialmente do ICMS incidente sobre a entras de mercadorias em decorrência de importação direta. Vigência por prazo indeterminado.
- (vi) Regime especial concedido pelo Estado de Sergipe que (a) atribui a condição de sujeito passivo por substituição tributária, para retenção e recolhimento do ICMS devido pelas saídas internas subsequentes e (b) dispensa o recolhimento do ICMS Antecipação Tributária. Vigência até 31/05/2022.

Para a Perini:

- (i) Regime especial concedido pelo Estado da Bahia que autorizou a adoção de procedimentos na apuração e recolhimento do imposto nas remessas de produtos de fabricação própria do Centro Distribuidor para os demais estabelecimentos da empresa. Vigência até 31/05/2022

Para maiores informações sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta em razão de seus benefícios, vide o fator de risco “*Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das nossas operações*”, disponível no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria prima e outras despesas

A Companhia é uma prestadora de serviço e não depende de matéria prima para exercício de suas atividades (com pouquíssimas exceções, valendo citar a atividade de padaria de algumas lojas da Companhia). Ademais, a Companhia não possui outras despesas não relacionadas com suas atividades operacionais, não possui um principal insumo e/ou matéria-prima que esteja relacionado a uma parcela significativa dos produtos comercializados ou de sua receita.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

A Companhia vivencia historicamente sazonalidade em seu resultado operacional principalmente pelas vendas tradicionalmente mais intensas no quarto trimestre, época de eventos como “Black Friday” e

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

festas de final de ano, bem como período de pagamento do 13º salário. A receita líquida de vendas durante o quarto trimestre de 2020 representou 27,7% da receita líquida anual da Companhia.

A sazonalidade relacionada à disponibilidade de alguns produtos (tais como frutas e verduras) não afeta os resultados da Companhia devido à ampla e diversificada seleção de produtos que são oferecidas aos clientes.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia não possui um principal insumo e/ou matéria-prima que esteja relacionado a uma parcela significativa dos produtos comercializados ou de sua receita.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

As compras dos produtos alimentares e não alimentares provém de um grande número de fornecedores, não existindo, portanto, dependência de um único fornecedor.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os preços praticados pela Companhia não estão sujeitos a grande variação de volatilidade.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social de 31 de dezembro de 2020 ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação Imobiliária

A operação normal das nossas unidades e centros de distribuição está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em determinados municípios, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que ocupamos para o exercício de nossas atividades, devemos obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, que não cumpram com suas respectivas condições, ou cujas licenças não englobem a área total ocupada, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Regulamentação da ANP aplicável aos Postos de Combustíveis

A atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos é regulada pela Resolução ANP nº 41/2013, a qual dispõe que tal atividade somente poderá ser exercida por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que tiver autorização de revenda varejista de combustíveis automotivos outorgada pela ANP e que atender permanentemente ao disposto na referida Resolução.

A autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos deve ser solicitada por meio do sistema disponível no portal da ANP. O posto revendedor de combustíveis automotivos ("PRC") somente poderá adquirir combustíveis automotivos de distribuidores de combustíveis devidamente autorizados pela ANP. Além de combustíveis automotivos, o PRC pode revender gás natural veicular ("GNV") adquiridos de concessionárias estaduais de distribuição de gás natural canalizado ou de distribuidores de gás natural liquefeito ("GNL"), de gás natural comprimido ("GNC") e de combustíveis, todos autorizados pela ANP. O PRC deverá optar entre exibir ou não a marca comercial de um distribuidor de combustíveis líquidos, sendo, de acordo com a sua escolha, considerado "posto bandeirado" ou "posto bandeira branca".

Deverão ainda ser observadas normas e especificações técnicas da ANP quanto a: (i) análises físico-químicas indicativas da qualidade dos combustíveis líquidos revendidos, incluindo comprovação de contratação de laboratório credenciado; (ii) análises de qualidade do combustível recebido; (iii) armazenamento de combustíveis; (iv) manutenção de equipamentos de análise, termo densímetro, medida-padrão e régua medidora; (v) manutenção de Boletim de Conformidade e de Livro de Movimentação de Combustíveis; e (vi) disponibilização/exibição de informações (e.g. preços dos combustíveis, identificação de bombas).

Ademais, a Resolução ANP nº 41/2013 prevê a obrigação do revendedor varejista de combustíveis em manter seu cadastro como "posto revendedor" devidamente atualizado, sujeito à fiscalização por parte da ANP. Para tanto, todos os documentos necessários para a outorga da autorização devem estar válidos e atualizados e não podem estar com situação cancelada, inapta ou similar, incluindo o Alvará de Funcionamento, Licença de Operação, Certificado do Corpo de Bombeiros, Inscrição Estadual e CNPJ.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

É expressamente vedado ao revendedor varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP nº 41/2013, (i) condicionar a revenda de combustível automotivo ou a prestação de serviço ao consumidor à revenda de outro combustível automotivo ou à prestação de outro serviço, (ii) alienar, permitir, transferir ou comercializar combustíveis automotivos com outro revendedor varejista, (iii) estabelecer limites quantitativos para a revenda de combustíveis automotivos ao consumidor, (iv) misturar produtos (exceto por aditivação) ao combustível automotivo e (v) exercer a atividade no estabelecimento caso os documentos necessários para a operação estejam fora do prazo de validade, ou quando constar situação cancelada, inapta ou similar.

Caso o revendedor varejista de combustíveis automotivos não cumpra com o disposto na Resolução ANP nº 41/2013, as seguintes penalidades poderão ser aplicadas, conforme previsto pela Lei nº 9.847/1999: (i) multa; (ii) apreensão de bens ou produtos; (iii) perdimento de produtos apreendidos; (iv) cancelamento do registro do produto junto à ANP; (v) suspensão de fornecimento de produtos; (vi) suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento de estabelecimento ou instalação; (vii) cancelamento de registro de estabelecimento ou instalação; e/ou (viii) revogação de autorização para o exercício de atividade. As multas são aplicadas segundo a infração praticada e sua gravidade, variando de R\$ 5.000,00 à R\$ 2.000.000,00.

Não obstante as penalidades acima, para alguns tipos de infrações é prevista, ainda, a possibilidade de aplicação de medidas cautelares de interdição, total ou parcial, do estabelecimento, instalação, equipamento ou obra, e de apreensão de bens e produtos.

Regulamentação Sanitária

Em âmbito federal, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA") é responsável pela promoção da proteção da saúde da população, bem como pelo controle sanitário da cadeia de produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, incluindo os ambientes, processos, insumos e tecnologias a eles relacionados.

Dentre os produtos sujeitos à vigilância sanitária destacam-se os alimentos, cosméticos, produto de higiene pessoal, perfumes, produtos para saúde e saneantes. Empresas que pretendem praticar atividades com tais produtos devem se atter às regras e exigência da ANVISA, aplicáveis para cada tipo de produto, como, a depender, à necessidade de obtenção de autorizações para funcionamento das empresas.

A Autorização de Funcionamento ("AFE") autoriza o funcionamento de estabelecimentos para a prática de determinada atividade, após analisado se atendidos os requisitos técnicos e administrativos constantes na Resolução da Diretoria Colegiada nº 16, de 1º de abril de 2014 ("[RDC nº 16/2014](#)"). Vale ressaltar que a ANVISA não emite AFE para estabelecimentos do setor alimentício especificamente, sendo necessária a obtenção de licença ou alvará sanitário junto ao órgão local de vigilância sanitária competente no Estado ou no município.

De acordo com a RDC nº 16/2014, a comercialização varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, produtos para saúde de uso leigo (produto médico ou produto diagnóstico para uso *in vitro* de uso pessoal que não dependa de assistência profissional para sua utilização, conforme especificação definida no registro ou cadastro do produto junto à ANVISA) e saneantes não implica a necessidade de obtenção de AFE, estando os estabelecimentos que realizam tais atividades dispensados de sua obtenção.

Entretanto, a atividade de distribuição que compreende o comércio de produtos sujeitos a controle sanitário entre pessoas jurídicas, tais como os produtos listados no parágrafo acima requer AFE para o regular desempenho de suas atividades.

No âmbito estadual, distrital ou municipal, os departamentos de vigilância sanitária locais ("VISA Local") são os responsáveis pela fiscalização das ações sanitárias, atuando em conjunto ao controle sanitário federal, de forma descentralizada.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Assim, empresas que pretendam praticar atividades com produtos sujeitos ao controle sanitário, como o comércio de alimentos, devem também se ater às regras e exigências da VISA Local situada na respectiva unidade federativa em que o estabelecimento se encontra, como a necessidade de obtenção de licenciamento sanitário consistente na emissão de Alvará Sanitário que autoriza seu funcionamento ou operação naquele ano, de acordo com a atividade desenvolvida.

Para a emissão do alvará sanitário são realizadas inspeções no local para análise das condições de acondicionamento, armazenamento, comercialização, manuseio, transporte de produtos, máquinas e/ou equipamentos que apresentem riscos à saúde. Esse alvará sanitário deverá ser renovado anualmente mediante pagamento de taxa.

Importante mencionar que, em razão da emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), em diversas localidades, foi estendido o prazo de validade das licenças, alvarás ou autorizações, sendo, também, ampliado o prazo de análise dos processos para obtenção e/ou renovação destas licenças, alvarás ou autorizações. Também, visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, em 18 de junho de 2020, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 1.565, de junho de 2020 ("[Portaria nº 1.565/2020](#)") que estabelece protocolos sanitários para o funcionamento, de modo geral, das atividades econômicas para todos os setores. Ainda, em âmbito estadual e/ou municipal, foram determinados protocolos sanitários específicos, a depender da atividade econômica.

Caso as lojas ou os centros de distribuição violem ou deixem de cumprir referidas normas, ou não obtenham ou renovem as suas licenças ou autorizações, ou ainda deixem de cumprir as respectivas condicionantes de validade, poderão incorrer em penalidades, tais como as previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 ("[Lei nº 6.437/77](#)"): (i) advertência; (ii) multa (até R\$ 1.500.000,00 podendo incidir em dobro em caso de reincidência); (iii) apreensão de produto; (iv) inutilização de produto; (v) interdição de produto; (vi) suspensão de vendas e/ou fabricação de produto; (vii) cancelamento de registro de produto; (viii) interdição parcial ou total do estabelecimento, bem como outras penalidades específicas previstas em legislações estaduais e municipais.

Conselhos Profissionais

A Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980 ("[Lei nº 6.839/80](#)") estabelece que o desempenho de determinadas atividades também exige o registro dos estabelecimentos da Companhia no Conselho Profissional competente, por meio de um Certificado de Registro, juntamente com a presença de um profissional legalmente habilitado com Anotação de Responsabilidade Técnica ("ART") emitido pelo Conselho Profissional. O não cumprimento das exigências dos Conselhos Profissionais, poderá fazer a Companhia incorrer em penalidades como: (i) advertência; (ii) multa (a ser definida conforme a gravidade da infração); e (iii) cancelamento do registro (entre outras penalidades civis e criminais), em qualquer caso após o devido processo legal.

Regulamentação de produtos de origem animal

Dentre as atividades da Companhia, encontra-se a comercialização de produtos de origem animal. A comercialização de produtos de origem animal é uma atividade regulamentada por meio das Leis Federais nº 1.283 de 18 de dezembro de 1950 ("[Lei nº 1.283/50](#)") e nº 7.889 de 23 de novembro de 1989 ("[Lei nº 7.889/89](#)") que dispõem sobre as regras de inspeção industrial e sanitária deste tipo de produto. A atuação como entreposto de carne, leite, pescados, ovos, mel e derivados também estão sujeitas ao registro, fiscalização e/ou obtenção de licenças perante autoridade governamental competente (por exemplo, Ministério da Agricultura, Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Estados, Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Municípios, Órgãos de saúde pública dos Estados), bem como à aplicação de penalidades previstas em legislações específicas.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Caso a Companhia incorra em alguma infração à legislação referente aos produtos de origem animal como, por exemplo, o funcionamento sem o registro junto ao órgão competente, poderá estar sujeita às seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa (valor a depender da gravidade da infração cometida); (iii) apreensão de matéria-prima e produto acabado; (iv) suspensão; (v) impedimento ou interdição temporária ou definitiva de funcionamento ou cassação ou cancelamento do registro.

Por fim, outras atividades desenvolvidas pela Companhia, incluindo, mas não se limitando ao desempenho de atividades com produtos controlados, também estão sujeitas ao registro, fiscalização e/ou obtenção de licenças perante autoridade governamental competente, bem como à aplicação de penalidades previstas em legislações específicas (federais, estaduais e/ou municipais).

Proteção de Dados

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação passível de identificar uma pessoa natural) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de disposições setoriais, quais sejam:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
- o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011), alterada em 2019, que estabeleceu que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que tratou em diversos aspectos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e
- o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/16), que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, com a promulgação da LGPD, as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras que impacta todos os setores da economia.

A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas, bem como autoriza a criação da ANPD, autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados no Brasil e, terá poderes de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança da informação no país, entre outros.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Nesse sentido, necessário destacar que, a LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a qual foi formalmente constituída em novembro de 2020 e está em fase de estabelecimento das suas prioridades regulatórias. É importante ressaltar que a autoridade possui três pilares principais, quais sejam, fiscalizatório, sancionador e educativo.

Ainda, relevante esclarecer que, LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção das suas sanções administrativas (art. 52), as quais passaram a poder ser aplicadas desde 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Todavia, neste cenário (anterior à vigência das sanções administrativas da LGPD), o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações de privacidade e proteção de dados, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a LGPD estabelece diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais que não se resumem ao consentimento do titular de dados pessoais); dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e prevê as seguintes sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) publicitação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; obrigação de divulgação de incidente; (c) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (e) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (f) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (g) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (h) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. Logo, antes mesmo da LGPD entrar em vigor, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia atua no setor de comércio varejista de produtos em geral, com predominância de produtos alimentícios, operando lojas (supermercados) e centros de distribuição de produtos.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Licenciamento Ambiental

A atividade de comércio varejista está sujeita a normas de proteção do meio ambiente, que podem impor obrigações e cuja observância é fiscalizada pelos órgãos ambientais competentes. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas ao licenciamento ambiental a nível municipal em alguns dos municípios em que a Companhia possui unidades operacionais, nos termos do art. 10º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) ("PNMA"), que determina a obrigatoriedade desse instrumento para a instalação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes de causar degradação ambiental. A Companhia está em processo de regularização de unidades que, atualmente, não possuem licenças ambientais válidas, bem como de regularização de condicionantes contidas em licenças ambientais que se encontram pendentes de cumprimento.

Ainda, a Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal, competências fixadas pela Lei Complementar nº 140/2011.

O licenciamento ambiental pode ser realizado pelo órgão ambiental a nível municipal, estadual ou federal, sendo cabível ainda a exigência de outras licenças e autorizações emitidas por outras instituições. Como regra, o processo de licenciamento poderá englobar três fases, com a obtenção da Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação emitidas pelo órgão ambiental competente, que podem possuir validade limitada e devem ser periodicamente renovadas. Em caso de atividades com baixo potencial poluidor, as fases para obtenção da licença ambiental de operação podem ser simplificadas, a depender da regulamentação específica vigente no ente federativo competente para conduzir o licenciamento. Tais licenças ambientais podem estabelecer condicionantes técnicas para o desenvolvimento regular da atividade. O descumprimento de condicionantes previstas em licenças ambientais pode ensejar a responsabilidade administrativa da empresa licenciada e a imposição de sanções, como multa, embargo ou até a suspensão da atividade.

Operar uma atividade potencialmente poluente sem a licença ambiental competente ou em violação às condicionantes de operação aplicáveis pode levar a responsabilidades criminais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar quaisquer danos na esfera civil. As penalidades administrativas variam de simples advertências a suspensão total ou parcial das atividades, além da imposição de multas que podem variar de R\$500,00 a R\$10 milhões, de acordo com o artigo 66 do Decreto nº 6.514/2008, dependendo da gravidade dos fatos, da capacidade econômica do infrator e seus antecedentes. Alguns Estados, no entanto, possuem legislação mais rígida e as multas por exercício de atividades sem as respectivas licenças ou em desacordo com essas pode alcançar valores superiores.

Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, exceto os rejeitos radioativos, que são regulados por legislação própria e específica.

O conceito de gerenciamento de resíduos, ora estabelecido pela norma federal, segue a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Os resíduos sólidos, em função de sua natureza, podem gerar impactos à atmosfera, solo, água subterrânea e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final.

Por meio da responsabilidade compartilhada, instituída pela PNRS, as tarefas e custos envolvidos nas diferentes etapas de gerenciamento de resíduos sólidos são pulverizados por toda a cadeia, na medida

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

de responsabilização de cada uma das partes envolvidas. Assim, muito embora a responsabilidade pela reparação de danos ao meio ambiente (esfera civil) seja solidária, objetiva e extracontratual, a responsabilidade administrativa pelo gerenciamento dos resíduos sólidos possui essa característica sui generis de subdivisão de ônus entre os envolvidos na cadeia.

Dentre as obrigações previstas pela PNRS, encontra-se a de elaborar e operacionalizar Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, nos termos de seu art. 20. As informações sobre a implementação de tais planos devem ser mantidas atualizados e disponíveis à autoridade municipal competente, sob pena de responsabilidade administrativa, nos termos do art. 61, XVI do Decreto Federal nº 6.514/2008.

A Companhia também está sujeita a obrigações relacionadas ao sistema de logística reversa, previstas na PNRS. A logística reversa sujeita os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de lâmpadas fluorescentes, entre outros produtos, à obrigação de estruturar e implementar mecanismos de retorno dos resíduos desses produtos, após seu uso pelos consumidores, para reaproveitamento no processo produtivo ou outra destinação ambientalmente adequada.

A contratação de terceiros para consecução de qualquer das fases do gerenciamento de resíduos sólidos, a exemplo da destinação final ambientalmente adequada, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada. Por isso, a Companhia adota a política de solicitar, aos terceiros contratados para a realização de atividades considerada potencialmente poluidoras, previamente à contratação, a Licença Ambiental válida para realização de tal atividade, a fim de comprovar o atendimento da legislação ambiental.

O descumprimento de quaisquer obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos, incluindo a implementação de logística reversa poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa, a qual pode variar entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6514/2008, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal.

Recursos Hídricos

A Lei Federal nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece que os usos de recursos hídricos estão sujeitos à prévia outorga de direito de uso por parte do Poder Público, seja para a captação de um corpo d'água (ainda que de poço artesiano e/ou para consumo público), ou para o lançamento em corpo d'água, de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final. A Companhia está em processo de regularização de unidades que, atualmente, não possuem outorgas de direito de uso de recursos hídricos válidas.

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, considera-se infração administrativa a execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração da União sem a respectiva outorga do direito do uso de recursos hídricos, ou pelo não atendimento das condicionantes presentes em tal documento sobre o uso do recurso. Tais condutas ensejam a aplicação de penalidades, dentre as quais advertência, multa diária e/ou multa simples proporcional à gravidade da infração, sendo que em ambas, os valores aplicados podem variar de R\$100,00 (cem reais) a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), além de embargo provisório (com prazo determinado para cumprimento das condições previstas na outorga) ou definitivo (com revogação da outorga) para repor de forma imediata os recursos hídricos, leitos e margens ou tamponar poços de extração no seu antigo estado.

Tais sanções podem ser aplicadas independentemente da eventual necessidade de reparação de danos ambientais, como, por exemplo, no caso do lançamento de efluentes fora dos padrões ensejar a poluição do corpo d'água.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Áreas Contaminadas

As contaminações de solo e/ou águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível. Em outras palavras, a responsabilidade por dano ambiental não se extingue por decurso de prazo. São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias tóxicas ou resíduos, implicando impactos negativos sobre o meio ambiente.

A existência de contaminação pode dificultar ou mesmo impedir a utilização desejada da área em razão dos riscos para a saúde pública e para o meio ambiente. Além disso, um imóvel com área contaminada é, geralmente, desvalorizado, porque a remediação envolve valores significativos. Atualmente, a Companhia gerencia 1 área contaminada confirmada, além de conduzir investigações ambientais em outras áreas suspeitas de contaminação.

O tema é tratado, entre outros diplomas legais (inclusive nas esferas estaduais), pela Resolução CONAMA nº 420/2009, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

De acordo com a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público.

Vale destacar que a responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação propter rem (ônus que acompanha o imóvel).

Ainda, a conduta de causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade caracteriza infração administrativa passível de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na esfera administrativa, além de crime ambiental e da obrigação de reparar o meio ambiente.

Cadastro Técnico Federal

A Política Nacional de Meio Ambiente instituiu o Cadastro Técnico Federal ("CTF") cujo registro é obrigatório para as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam às atividades previstas taxativamente no rol da Instrução Normativa IBAMA n. 6/2013.

Para algumas atividades, a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe que o registro no CTF requer o pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ("TCFA") e a entrega do relatório anual de atividades. As atividades sujeitas ao recolhimento da TCFA estão elencadas na Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013. O relatório, por sua vez, diz respeito às atividades desenvolvidas no ano anterior e deve ser submetido ao IBAMA pelos sujeitos passivos de pagamento da TCFA até 31 de março de cada ano.

A falta de registro no CTF, quando exigível, constitui infração administrativa punível com multa de até R\$9.000,00 (nove mil reais), a depender do porte da empresa. Além disso, a falta de apresentação de relatórios anuais exigidos pelo IBAMA pode sujeitar o empreendedor a multas que variam de R\$1.000,00 a R\$100.000,00.

Atualmente, a Companhia discute judicialmente a necessidade de inscrição no Cadastro Técnico Federal, pois entende que não deveria estar sujeita a tal obrigação pela natureza de sua atividade.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Termos de Ajustamento de Conduta

A previsão legal para celebração dos Termos de Ajustamento de Conduta ("TACs") está prevista na Lei Federal n.º 7.347/1985 ("Lei da Ação Civil Pública") e tais instrumentos podem ser firmados pelos órgãos públicos legitimados à propositura de ações civis públicas, como o Ministério Público, União, Estado e Municípios, por exemplo. O TAC terá, como objeto, o ajuste da conduta daquele que pratica atividade lesiva ao meio ambiente mediante a imposição de obrigações compensatórias, reparatórias e/ou indenizatórias.

O TAC pode ser firmado no curso de uma investigação civil conduzida pelo Ministério Público, no curso de um processo administrativo, diretamente com o órgão de controle ambiental, ou ainda no curso de uma ação civil pública. A Companhia possui ao menos dois TACs celebrados com autoridades ambientais referentes a questões ambientais, os quais estão em fase de cumprimento.

Responsabilização Ambiental

No Direito brasileiro, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes, direta ou indiretamente, envolvidas na geração do dano. Não existe na legislação pátria qualquer previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de remediação ou indenização pelo dano ambiental na esfera cível. Tal valor será fixado proporcionalmente ao dano causado.

Como consequência, a Companhia e sua controlada não estão eximidas da responsabilidade pelos danos ambientais causados por terceiros contratados para realizar parte de suas operações, como o tratamento dos efluentes líquidos e resíduos sólidos. De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental de forma integral, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais. A pretensão reparatória do dano ambiental na esfera civil é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo. Para mais, a lei ambiental permite a desconsideração da personalidade jurídica quando essa for compreendida como um obstáculo ao resarcimento dos danos ambientais.

Na esfera administrativa, os órgãos ambientais têm a função de autorizar e fiscalizar as atividades potencialmente causadoras de danos ao meio ambiente, podendo impor multas e outras penalidades administrativas sempre que houver violação das regras de uso, proteção e reparação do meio ambiente.

O Decreto Federal nº 6.514/2008 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelecendo o processo administrativo federal para apuração destas infrações. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções: I - advertência; II - multa simples; III - multa diária; IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da biodiversidade; V - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora; VI - destruição ou inutilização do produto; VII - suspensão de venda e fabricação do produto; VIII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; IX - demolição de obra; X - suspensão parcial ou total das atividades; e XI - restritiva de direitos. Além disso, o valor da multa administrativa pode variar entre o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera criminal, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei Federal nº 9.605/98 ("Lei de Crimes Ambientais"). Referida Lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por danos ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica.

A Lei de Crimes Ambientais elege como responsáveis pelas condutas caracterizadas como criminosas todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para sua prática, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual resta caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. Vale ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive os administradores.

Ressalte-se, por fim, que a responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que a imputação de penalidades criminais estará condicionada à caracterização de culpa, a partir da comprovação de autoria e materialidade do crime ambiental. Sob este prisma, as pessoas físicas estarão sujeitas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica estará sujeita às penalidades de multa, prestação de serviços à comunidade, suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, proibição de contratar com poder público.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. A Lei nº 9.279/1996 ("Lei de Propriedade Industrial"), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido.

Na data do presente Formulário de Referência, a Companhia é titular de diversos registros e pedidos de registro de marcas perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI"), dentre eles destacam-se as marcas "Gbarbosa", "Prezunic", "Bretas", como as principais marcas sob titularidade da Companhia, tendo em vista que é por meio destas marcas que a Companhia identifica e distingue os serviços prestados ao mercado consumidor. Ainda, a Companhia também utiliza as marcas "Mercantil Rodrigues", "KREA" e "Cencosud" devidamente que foram devidamente licenciadas pela titular Cencosud S.A, por meio do Contrato de Licença de Uso de Marcas, com prazo de vigência indeterminado. Dos 35 registros e pedidos de registro licenciados, destacam-se as marcas "Cencosud", "Krea" e "Prezunic".

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Nome de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Na data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Companhia é titular de 18 nomes de domínio registrados no Brasil, associados às marcas mencionadas anteriormente.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais.

(b) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

A Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) Indicar se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

A Companhia não divulga informações socioambientais.

(e) Indicar, caso aplicável, o motivo para não atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU nas informações socioambientais divulgadas

A Companhia não divulga informações socioambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

A Companhia publicou em 2020, 2019 e 2018 os "Informes de Responsabilidade Social", onde são listadas boas práticas existentes na empresa. Além disso, em 2016 foi publicada a política de "Diversidade e Inclusão" da Companhia. Em 2017 a Companhia publicou sua política de "Sustentabilidade Corporativa". Em 2018, foi publicado o compromisso de "Compra Sustentável de Carne" da Companhia, e em 2019 foi publicado o compromisso de "venda de ovos produzidos por galinhas livres de gaiolas".

A Companhia também adota as seguintes iniciativas focadas (i) na comunidade em que atua; (ii) em seus Colaboradores; e (iii) no meio-ambiente.

Iniciativas sociais

Voltadas para a comunidade:

- **Instituto GBarbosa 60+:** Unidade física, mantida pela Cencosud, que presta serviços de utilidade pública gratuitos voltados para a "terceira idade" e a promoção da longevidade. Funciona de segunda a sexta, das 6h da manhã às 18h. Exemplos de atividades: alfabetização de idosos, aulas de culinária saudável, atendimentos de fisioterapia, nutrição e psicologia. Localizado na Av. Chanceler Osvaldo Aranha, 395, bairro José Conrado de Araújo, Aracaju – SE. Está temporariamente fechado para o público em virtude do risco sanitário associado à pandemia do COVID-19.
- **Projeto de Vida:** Produção de conteúdo digital gratuito, voltado para a longevidade, qualidade de vida e bem-estar, disponível em <https://www.youtube.com/projetodevida> ou https://www.instagram.com/igb_oficial/.
- **Contratação de talentos experientes:** Os Colaboradores com 50 anos de idade ou mais são talentos experientes, que promovem diversidade e produtividade em suas equipes. Em dezembro de 2020 eles representavam 15,2% do total de Colaboradores da Cencosud Brasil.
- **Contratação de jovens aprendizes:** Em 2020, 551 jovens aprendizes trabalharam na Cencosud Brasil.
- **Contratação de pessoas com deficiência:** Em 2020 foi cumprida a cota legal de contratação de PCDs. Em dezembro de 2020, havia 1.124 Colaboradores com alguma deficiência (física, motora, auditiva, visual, cognitiva ou múltipla).
- **Doação de alimentos:** Parceria com o programa "Mesa Brasil" do SESC Nacional, que viabiliza a destinação de toneladas de alimentos para ONGs, cozinhas comunitárias, abrigos, orfanatos, asilos etc.

Voltadas para os Colaboradores:

- **Treinamento de Colaboradores:** A ampliação da base de conhecimentos dos colaboradores promove avanços de caráter social e pessoal, além de contribuir para a igualdade de oportunidades no local de trabalho. Em 2020, foram lançados 21 novos cursos entre eles: Motivação, Inteligência Emocional, LGPD, e a trilha de aprendizagem "Prevenir é nos cuidarmos" com cursos sobre "Saúde Mental", "Mitos e realidades do Covid19", "Como lavar as mãos" e "Medidas Preventivas". No total, cada colaborador da Cencosud realizou em média 7:54h de capacitação. Foram mais de 180 mil conclusões de cursos, com destaque para: Prevenir é nos cuidar – Trilha Covid (14.643), ABC do Desempenho (4.222), Código de Ética (1.993) e Anticorrupção (1.298). Em 2020, 73% dos colaboradores da Cencosud Brasil possuíam acesso ao Campus Cencosud, plataforma de formação E-learning que ofereceu em 2020 mais de 20 programas de Formação. São mais de 100 cursos para os diferentes perfis, sejam eles líderes, operacionais ou administrativos. Em 2021 essa cobertura será de 100% já no primeiro trimestre do ano.

7.9 - Outras Informações Relevantes

- **Capacitação em diversidade e inclusão:** A plataforma corporativa de EAD dispõe de um treinamento sobre “diversidade e inclusão”, abordando raça, gênero, geração, orientação sexual, refugiados e pessoas com deficiência.
- **Premiação “mulheres que deixam sua marca”:** Programa de valorização das colaboradoras que possuem história de superação pessoal e profissional, tornando-se exemplos para toda a Companhia.

Iniciativas ambientais

Com a cadeia de fornecimento:

- **Rastreabilidade de hortifrutigranjeiros (RAMA):** O programa já existe em Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro. Em 2020 foram coletadas 93 amostras. Objetivos do programa: Conhecer a origem e o caminho percorrido pelo alimento; ter mais informações sobre o processo produtivo dos alimentos; tomar a decisão de compra baseado em informações seguras; colaborar para o consumo consciente.

Redução de resíduos:

- **Venda de sacolas retornáveis:** Em 2020 foram vendidos 1,12 milhões de sacolas retornáveis, o que contribuiu para a redução do consumo de embalagens e ainda resultou em uma doação de R\$ 225 mil para as ações sociais do Instituto GBarbosa 60+.

Redução no consumo de energia e consumo de energia renovável:

- **Consumo de energia renovável:** Parte das lojas já compra energia elétrica proveniente do “mercado livre de energia”, que congrega fornecedores de vários modais, inclusive eólico e solar.
- **Redução no consumo de energia com lâmpadas LED:** Em 2020, 37% de nossas lâmpadas em todo o Brasil já eram LED, o que permitiu uma redução de 1,5 GWh (Gigawatt-hora) no consumo de energia elétrica e de 121 tCO₂e (toneladas de dióxido de carbono equivalente) no período.
- **Redução no consumo de energia com expositores Plug-In:** Enquanto um expositor refrigerado convencional é conjugado a um sistema geral, o Plug-In tem funcionamento independente, o que permite sua parada sem afetar o funcionamento dos equipamentos restantes. Isso economiza tempo, recursos e evita o desperdício de mercadoria que poderia ser perdida por falta de refrigeração em caso de falha do sistema. A tecnologia Plug-In ainda reduz entre 25% e 30% o consumo de energia do equipamento. Em 2020, 93% dos nossos expositores eram plugins, o que representou uma economia de 1,4 GWh (Gigawatt-hora) no consumo de energia elétrica e de 106 tCO₂e (toneladas de dióxido de carbono equivalente) no período.
- **Redução no consumo de energia com portas de vidro nos expositores refrigerados:** As portas de vidro proporcionam excelente visibilidade dos produtos expostos, economizam até 7% de energia na fatura, quando comparado aos expositores sem fechamento, deixam a temperatura mais agradável dentro das lojas e permitem melhor conservação dos alimentos, uma vez que mantém a temperatura estável dentro do expositor. Em 2020, 43% dos nossos expositores tinham esse fechamento, o que representou uma economia de 3 GWh (Gigawatt-hora) no consumo de energia elétrica e de 226 tCO₂e (toneladas de dióxido de carbono equivalente) no período.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais ou no exercício social corrente.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais**8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais ou no exercício social corrente.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Em 30 de junho de 2021, a Companhia era locatária de todos os imóveis em que as suas lojas operam. A tabela abaixo lista os ativos imobilizados que consideramos relevantes, com base nos seguintes critérios: (i) maior volume de receita; (ii) nossos centros de distribuição; (iii) ao menos, uma loja de cada bandeira operada pela Companhia; e (iv) ao menos, uma filial de cada estado em que a Companhia opera.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja 04 – Hiper Sul	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
Loja 06 – Hiper Jardins	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
Loja 15 – Hiper Rodoviária	Brasil	BA	Feira de Santana	Alugada
Loja 20 – Hiper Francisco Porto	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
Loja 31 – Hiper Iguaúemi	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja 34 – Hiper Norte	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
Loja 35 – Hiper Costa Azul	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja 80 – Hiper Serraria	Brasil	AL	Maceió	Alugada
Loja 84 – Hiper Stella Mares	Brasil	AL	Maceió	Alugada
Loja 198 – Padre Valdevivo	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja 202 – Eletroshow Glória	Brasil	SE	Nossa Senhora da Glória	Alugada
Loja 523 – Hiper Juiz de Fora	Brasil	MG	Juiz de Fora	Alugada
Loja 702 – Recreio	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 707 – Freguesia	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 709 – Pechincha	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 710 – Campo Grande	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 711 – Jauru	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 712 – Realengo	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 713 – Caxias Centenario	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 715 – Vista Alegre	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 717 – Caxias Centro	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
Loja 721 – Nilópolis	Brasil	RJ	Nilópolis	Alugada
Loja 722 – Fonseca	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Loja 728 – Ilha do Governador	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 729 – Meier	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 731 – Botafogo	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 733 – Santa Cruz	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 734 – Barra	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 801 – Calçada	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja 802 – Feira de Santana	Brasil	BA	Feira de Santana	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja 806 – Jabotiana	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
Loja 807 – Juazeiro	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
Loja 810 – Lauro de Freitas	Brasil	BA	Lauro de Freitas	Alugada
CD 98 – Via Urbana	Brasil	BA	Simões Filho	Alugada
Quiosque Perini 867	Brasil	BA	Salvador	Alugada
CD 99	Brasil	SE	Nossa Senhora do Socorro	Alugada
CD – 289	Brasil	BA	Camaçari	Alugada
CD – 334	Brasil	BA		Alugada
CD – 552	Brasil	GO		Alugada
CD 607	Brasil	MG	Ribeirão das Neves	Alugada
CD 688	Brasil	MG	Ribeirão das Neves	Alugada
CD 703	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Posto 569 – Ipatinga	Brasil	MG	Ipatinga	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 814230199 Até 16/01/2030 para a marca "BRETTAS", na Classe NCL (8) 03		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 814230210 Até 06/02/2030 para a marca "BRETTAS", na Classe NCL (8) 08		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 814230229 Até 06/02/2030 para a marca "BRETTAS", na Classe 09:25		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 814230245 Até 13/02/2030 para a marca "BRETTAS", na Classe 09:40		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 814230253	Até 13/02/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 814230261	Até 07/01/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 814230288	Até 13/02/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 814230296	Até 13/02/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 818051540 Até 12/02/2027 para a marca nominativa "BRETAS", na Classe 02:10		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 818051558 Até 22/10/2026 para a marca nominativa "BRETAS", na Classe 03:20		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 818051566 Até 22/10/2026 para a marca nominativa "BRETAS", na Classe 03:20		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 818051574 Até 26/11/2026 para a marca nominativa "BRETAS", na Classe 07:60		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 818051582 para a marca nominativa "BRETAS", na Classe 09:50	Até 29/12/2028	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p> <p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p> <p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p>
Marcas	Registro nº 818051590 para a marca nominativa "BRETAS", na Classe 16:10	Até 19/11/2026	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>
Marcas	Registro nº 818051604 para a marca nominativa "BRETAS", na Classe 20:25	Até 26/11/2026	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>
Marcas	Registro nº 818051612 para a marca nominativa "BRETAS", na Classe 38:60	Até 19/11/2026	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 818051620 para a marca "BRETTAS", na Classe 40:15	Até 05/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 818105178 para a marca "BRETTAS", na Classe NCL (8) 30	Até 12/07/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 820640565 para a marca mista "G BARBOSA", na Classe NCL (7) 35	Até 07/11/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 820640603 para a marca mista "G BARBOSA", na Classe 33:20	Até 03/01/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 823347621 Até 10/07/2027 para a marca mista "BRETTAS", na Classe NCL (7) 37		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 824095120 Até 17/04/2027 para a marca mista "PREZUNIC", na Classe NCL (7) 35		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 825739365 Até 29/03/2031 para a marca mista "G BARBOSA", na Classe NCL (8) 30		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 825739373 Até 29/03/2031 para a marca mista "G BARBOSA", na Classe NCL (8) 29		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 826233635 para a marca mista "G BARBOSA", na Classe NCL (8) 30	Até 29/03/2031	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p> <p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p> <p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p>
Marcas	Registro nº 826233643 para a marca mista "G BARBOSA", na Classe NCL (8) 29	Até 17/12/2023	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>
Marcas	Registro nº 826374034 para a marca mista "G BARBOSA", na Classe NCL (8) 36	Até 24/07/2027	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>
Marcas	Registro nº 826374034 para a marca mista "BRETTAS", na Classe NCL (8) 36	Até 24/07/2027	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 826371744 Até 24/07/2027 para a marca mista "G BARBOSSA", na Classe NCL (8) 16		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828941386 Até 03/11/2030 para a marca nominativa "BRETAS", na Classe NCL (8) 01		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828941394 Até 03/11/2030 para a marca nominativa "BRETAS", na Classe NCL (8) 05		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828941408 Até 03/11/2030 para a marca nominativa "BRETAS", na Classe NCL (8) 06		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 828941416 Até 03/11/2030 para a marca "BRETTAS", na Classe NCL (8) 10		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828941432 Até 03/11/2030 para a marca "BRETTAS", na Classe NCL (8) 12		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828941440 Até 03/11/2030 para a marca "BRETTAS", na Classe NCL (8) 17		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828941459 Até 03/11/2030 para a marca "BRETTAS", na Classe NCL (8) 18		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 828941475	Até 03/11/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828941483	Até 03/11/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828941491	Até 03/11/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828941513	Até 03/11/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 828941530 Até 03/11/2030 para a marca mista "BRETTAS", na Classe NCL (8) 44		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828941831 Até 03/11/2030 para a marca mista "BRETTAS", na Classe NCL (8) 03		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828941831 Até 14/03/2027 para a marca mista "PREZUNIC", na Classe NCL (9) 03		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 904130150 Até 14/03/2027 para a marca mista "PREZUNIC", na Classe NCL (9) 18		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 904130223	Até 14/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 904130312	Até 14/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 904130380	Até 14/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 904130380	Até 04/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 831279958 para a marca mista "GBARBOSA", na Classe NCL (9) 36	Até 26/05/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 831279966 para a marca mista "GBARBOSA", na Classe NCL (9) 37	Até 26/05/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 904346412 para a marca mista "PREZUNIC", na Classe NCL (9) 36	Até 14/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 904346579 para a marca mista "PREZUNIC", na Classe NCL (9) 40	Até 14/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 904346579 Até 14/03/2027 para a marca nominativa "PREZUNIC", na Classe NCL (10) 16		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 840443340 Até 14/03/2027 para a marca nominativa "PREZUNIC", na Classe NCL (10) 03		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 840443358 Até 14/03/2027 para a marca nominativa "PREZUNIC", na Classe NCL (10) 29		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 840443366 Até 14/03/2027 para a marca nominativa "PREZUNIC", na Classe NCL (10) 30		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 840443382 para a marca nominativa “PREZUNIC”, na Classe NCL (10) 31	Até 14/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela indisponibilidade de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 840443404 para a marca nominativa “PREZUNIC”, na Classe NCL (10) 32	Até 14/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela indisponibilidade de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 921045395 para a marca nominativa “PREZUNIC”, na Classe NCL (11) 30	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.
Marcas	Pedido de Registro nº 921045395 para a marca nominativa “BRETTAS”, na Classe NCL (11) 03	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 921184794 para a marca nominativa 'GBARBOSA', na Classe NCL (11) 35	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	bretas.com.br	10.10.2028	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falha ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	bretas.net.br	23.9.2028	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falha ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falha ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.
Nome de domínio na internet	cartaoencosud.com.br	14.6.2029		

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	cencosud.com.br	8.2.2029	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falta ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	clubebretas.com.br	16.3.2030	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falta ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	clubebarbosa.com.br	16.3.2030	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falta ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	clubemercantil.com.br	16.3.2030	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falta ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	clubeperlini.com.br	16.3.2030	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falha ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	clubeprezunic.com.br	2.3.2030	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falha ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	gbarbosa.com.br	15.7.2022	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falha ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	krea.com.br	19.6.2031	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falha ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	mercantilrodrigues.com.br	30.9.2030	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falta ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	prezunic.com.br	24.8.2022	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falta ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	prezunicecanoca.com.br	24.9.2022	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falta ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	segredosdecozzinha.com.br	21.11.2029	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falta ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	supermercadosbretas.co.m.br	19.6.2022	<p>A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falha ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.</p>
Nome de domínio na internet	supermercadosbretas.c.com.br	18.7.2030	<p>A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falha ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.</p>
Nome de domínio na internet	supermercadosspresunici.com.br	26.6.2022	<p>A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falha ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data				
Mercantil Rodrigues Comercial Ltda.	09.182.947/0001-35	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Exploração de atividades relacionadas ao comércio no varejo ou atacado.	99,990000
30/06/2021	7.385945	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2020	-27.961.613	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2021		-39.705.901,00	
31/12/2019	1775.280552	0,000000	0,00					
31/12/2018	93.590565	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Comércio atacadista e varejista.								
Perini Comercial de Alimentos Ltda.	11.965.515/0001-42	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Exploração de atividades relacionadas ao comércio no varejo ou atacado.	99,990000
30/06/2021	3.938254	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2020	-21.606061	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2021		-46.259.654,00	
31/12/2019	-37.644090	0,000000	0,00					
31/12/2018	-115.478532	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Comércio atacadista e varejista.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e às informações trimestrais referentes aos períodos de três e seis meses encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo IASB. Nossas informações financeiras intermediárias revisadas referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo IASB.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas, pelo corpo diretivo da Companhia, informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e na análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Para informações a respeito dos efeitos da pandemia da COVID-19 nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa trajetória, em especial nos últimos anos, apresentou crescimento de vendas e rentabilidade. Em decorrência da evolução consistente nos resultados operacionais da empresa ao longo dos últimos anos, acreditamos que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, para dar continuidade a seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em virtude da quitação dos empréstimos, a Companhia não possui dívida líquida vigente e por consequência, não há índice de endividamento aplicável à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de endividamento total da Companhia foi de 1,07 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$370.986 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$773.016 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,27.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$330.399 mil. Durante o exercício de 2020, a capacidade de geração de caixa operacional da Companhia melhorou de maneira substancial em consequência dos melhores resultados apurados, com melhoria na geração de caixa operacional com relação ao exercício anterior e melhor gestão do capital de giro.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Na medida do aplicável, a Companhia analisa os índices de liquidez com a finalidade de identificar possíveis desequilíbrios entre dívidas e recebíveis de curto prazo, bem como as necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. A Diretoria entende que os níveis dos últimos três exercícios sociais assim como do último exercício interino, acima mencionados, são adequados, de modo que a Companhia acompanhe os indicadores e tome decisões para manter sua boa situação financeira.

A Companhia possui linhas de crédito já aprovadas para financiamento de suas operações caso se faça necessário e possui planejamento de fluxo de caixa estruturado para atendimento das obrigações de curto prazo.

	30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante (em R\$ mil)	1.616.084	1.827.195	1.711.031	1.655.846
Passivo Circulante (em R\$ mil)	1.946.483	2.217.274	1.970.026	2.114.111
Índice de liquidez corrente	0,83	0,82	0,87	0,78

(b) Estrutura de capital

Acreditamos que a estrutura de capital da Companhia para os períodos indicados na tabela abaixo apresentou-se equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades:

(em R\$ mil, exceto %)	Período de seis meses findo em	Exercício social findo em 31 de dezembro de			
		30/06/2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)		2.989.399	3.275.914	3.017.162	3.025.724
Capital próprio (patrimônio líquido)		2.743.496	3.108.443	3.311.216	2.828.132
Capital total (terceiros + próprio)	5.732.895	6.384.357	6.328.378	5.853.856	
Parcela de capital de terceiros		52%	51%	48%	52%
Parcela de capital próprio		48%	49%	52%	48%

Em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$2.743.496 mil, R\$3.108.443 mil, R\$3.311.216 mil e R\$2.828.132 mil, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta bancária era de R\$1.144.002 mil e o saldo de caixa e equivalente de caixa era de R\$370.986 mil, resultando em uma dívida líquida de R\$773.016 mil. A referida dívida foi integralmente quitada no último trimestre de 2019.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Na data deste formulário de referência, a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade futura.

O passivo circulante da Companhia é composto majoritariamente por obrigações perante fornecedores.

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos assumidos, dado nossos índices de liquidez geral e de liquidez corrente e índices de endividamento, considerando nossa evolução e projeções.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 e nos três últimos exercícios sociais, a principal fonte de financiamento para capital de giro da Companhia é a geração de caixa operacional, através da venda de mercadorias e serviços e do aprimoramento dos prazos médios de recebimento e estoque, além da otimização dos prazos de pagamento aos fornecedores. Os investimentos em ativos não circulantes dos últimos anos foram financiados pela geração de caixa operacional. Em virtude da quitação dos empréstimos, a Companhia não possui dívida líquida vigente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Como parte da estratégia de expansão da Companhia, a mesma pode se valer de outras fontes de recursos para financiar investimentos, incluindo captação no mercado de capitais e financiamentos perante instituições financeiras.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Não aplicável, pois a Companhia não possui contratos de empréstimos vigentes.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não aplicável, pois a Companhia não possui contratos de empréstimos vigentes.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável, pois a Companhia não possui contratos de empréstimos vigentes.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável, pois a Companhia não possui contratos de empréstimos vigentes.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Não aplicável, pois a Companhia não possui contratos de empréstimos vigentes.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Descrição das principais linhas de resultado

Receita líquida de vendas

Nossa receita bruta advém principalmente da venda de produtos alimentícios perecíveis e não perecíveis, bebidas, mercearia, higiene e limpeza, além de eletroeletrônicos nos segmentos de varejo e atacado (*Cash and Carry*). Sobre a receita bruta, incidem os impostos sobre a venda ICMS, PIS/COFINS e são deduzidos devoluções, resultando na receita líquida.

Abaixo descrevemos os impostos incidentes sobre as vendas e devoluções que impactam esta linha das demonstrações de resultado:

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre circulação de mercadorias e serviços em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 4% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Nos estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada, determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado. Os impostos antecipados na forma de substituição tributária são registrados como custo de mercadorias revendidas de acordo com o regime de competência de venda dos produtos base de incidência.

PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, exceto produtos beneficiados com isenções fiscais. Adotamos o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, pelos quais as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre produtos que compramos e outras despesas.

Devoluçãos

As vendas devolvidas são demonstradas em conta redutora de receita que apresenta natureza devedora e inclui todas as devoluções de vendas.

Nossa receita líquida é composta principalmente por (i) receita de varejo, e (ii) receita de atacado (*Cash & Carry*).

A Companhia opera principalmente por meio de uma cadeia de pontos de varejo e atacado para a comercialização de alimentos, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros produtos. Abaixo segue um detalhamento sobre a composição de cada segmento da receita:

(a) Receita de Varejo

A receita de varejo é proveniente de vendas de produtos alimentares e não alimentares cujo público-alvo são consumidores de varejo. A receita de varejo é aferida através de vendas feitas através de canais físicos ou digitais (aplicativos próprios - e-Grocery - e parceiros como o *Rappi* e *Cornershop*).

Através de nossos canais físicos e digitais, a Companhia comercializa produtos alimentares e não alimentares, que incluem produtos de mercearia, bebidas, higiene, limpeza, bazar (produtos do lar, cama, mesa e banho e utensílios domésticos), produtos eletroeletrônicos. Além disso, parte da receita de varejo deriva, em menor proporção, da operação de postos de gasolina e farmácias.

De forma geral, o processo de vendas de varejo de produtos alimentares e não alimentares se baseia em compras efetuadas diretamente nos pontos de vendas da Companhia ou através dos canais digitais, com a contraprestação da receita (isto é, a entrega dos produtos ao cliente) podendo ser efetuada no mesmo momento ou mediante prazo de entrega, conforme o caso.

(b) Receita de Atacado (*Cash and Carry*)

A receita de atacado (*Cash & Carry*), conceito apelidado no Brasil como "atacarejo", é principalmente composta pela venda de produtos alimentares para consumidores finais, mercado transformador (restaurantes, hotéis, lanchonetes, etc.) e pequenos e médios varejistas do setor de serviços de alimentação que buscam preços baixos e grande volume de compras. Em 30 de junho de 2021, toda a receita de atacado advinha das vendas oriundas das lojas sob a bandeira Mercantil Rodrigues e Bretas.

Custo dos produtos e mercadorias vendidas

O custo dos produtos e mercadorias vendidas é referente, principalmente, aos custos com aquisição de mercadorias, deduzidos das recuperações de custo recebidas dos fornecedores. Despesas com logística e distribuição (transporte de mercadorias entre centros de distribuição e lojas) também são incorporadas ao custo dos produtos e mercadorias vendidas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas são substancialmente decorrentes das operações das nossas lojas. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios, energia, serviços prestados, manutenção, e outras despesas, tais como pagamento de comissões devidas às operadoras de cartões de crédito, pagamento de impostos locais, e despesas com frete e distribuição para clientes finais.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos escritórios e outras despesas corporativas, tais como consultorias e assessorias especializadas, propaganda e marketing.

Outras receitas, líquidas

Outras receitas, líquidas são referentes a movimentos em contas específicas, tais como: resultados do acordo operacional com Banco Bradescard S.A. para operação do Cartão Cencosud, apropriação de receita diferida relativa a tal acordo operacional, variação cambial (apurada mês a mês e relacionada a produtos importados) e entre outras.

Para mais informações sobre o acordo operacional com o Banco Bradescard S.A., vide item 10.2(a)(ii) deste Formulário de Referência.

Resultado financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais despesas financeiras são decorrentes dos juros sobre passivos de arrendamento, ajustes a valor presente, juros por antecipação de recebíveis e outras negociações com fornecedores. As principais receitas financeiras são decorrentes dos rendimentos de investimentos financeiros de curto prazo e, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, efeitos líquidos da atualização monetária dos créditos tributários de ICMS na base do PIS e da COFINS.

Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

No tocante aos impostos correntes, tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do grupo da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

No que se refere aos impostos diferidos, os mesmos são reconhecidos para os prejuízos fiscais quando a realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro é considerado provável. A Companhia possui saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente oriundos da amortização de ágios por aquisição de empresas, de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração da Companhia considera que gerarão lucros tributáveis futuros suficientes para a sua utilização, bem como estão limitados aos valores apurados nas projeções.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(em R\$ mil, exceto %)	30/06/2021	AV	30/06/2020	AV	AH
Receita bruta de produtos e serviços	4.499.142	112%	4.467.182	112%	1%
Impostos sobre vendas e cancelamentos	-474.906	-12%	-486.704	-12%	-2%
Receita líquida	4.024.236	100%	3.980.478	100%	1%
Custos dos produtos e mercadorias vendidas	-3.146.729	-78%	-3.049.096	-77%	3%
Lucro bruto	877.507	22%	931.382	23%	-6%
Despesas com vendas	-520.330	-13%	-502.511	-13%	4%
Despesas gerais e administrativas	-241.483	-6%	-372.067	-9%	-35%
Outras receitas, líquidas	22.069	1%	2.227	0%	891%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	137.763	3%	59.031	1%	133%
Resultado financeiro, líquido	-94.405	-2%	-91.130	-2%	4%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	43.358	1%	-32.099	-1%	235%
Imposto de renda e contribuição social	-35.785	-1%	-37.430	-1%	-4%
Lucro (prejuízo) do exercício	7.573	0,2%	-69.528	-2%	111%

Receita bruta de produtos e serviços

Receita bruta no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$4.499.142 mil comparativamente a R\$4.467.182 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$31.960 mil ou 0,7%, devido principalmente ao crescimento nos setores de alimentos que apresentaram crescimento de 2,3% com destaque para perecíveis e mercearia que cresceram 7,2% e 5,1% respectivamente e queda dos setores de bebidas -11,5% e higiene e limpeza com -2,9%, onde destacamos os efeitos sazonais (no ano passado tivemos Carnaval e esse ano não ocorreu), além da restrição da venda de bebidas alcoólicas no primeiro semestre de 2021, o que também não ocorreu no mesmo período do ano anterior. Os Impostos sobre vendas e devoluções no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$474.906 mil, comparativamente a R\$486.704 mil no mesmo período em 2020, representando uma variação de R\$11.798 mil ou 2,4 %, em razão do aumento de vendas, como participação na receita líquida, o percentual foi de 12%, respectivamente para os dois períodos em referência.

Receita líquida

Receita líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$4.024.236 mil comparativamente a R\$3.980.478 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 43.758 mil ou 1%. Este aumento é atribuído ao crescimento nos setores de alimentos que apresentaram crescimento de 2,3% com destaque para perecíveis e mercearia que cresceram 7,2% e 5,1% respectivamente e queda dos setores de bebidas -11,5% e higiene e limpeza com -2,9%, onde destacamos os efeitos sazonais (no ano passado tivemos Carnaval e esse ano não ocorreu), além da restrição da venda de bebidas alcoólicas no 1S21 o que também não ocorreu no ano anterior. No segmento de higiene e Limpeza, também foi observado uma maior procura devido ao início da pandemia e o receio de desabastecimento devido a pandemia pela COVID-19. Dessa forma, os setores de não alimentos apresentaram queda de -6,3% com principalmente por queda nos setores de eletro, -18,4% e compensados pelo crescimento nos postos de combustíveis, 44%, bazar com 7,1% e farmácias com 6,7%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita de varejo. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a receita de varejo foi de R\$3.517.272 mil comparativamente a R\$3.681.889 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação negativa de R\$164.617 mil ou 4,5%. Esta redução ocorreu nos setores de alimentos em 3,8%, com maiores impactos em bebidas e higiene e limpeza que apresentaram queda de 18,8% e 7,8% e mercearia com queda de 2,1% e os setores de não alimentos, apresentaram redução de 8% principalmente o setor de eletro com queda de 18,8% tendo crescimento nas vendas de combustíveis, 44%, farmácias e bazar com crescimento de 6,5% e 1,5% respectivamente. O seguimento foi parcialmente afetado devido ao fortalecimento das restrições adotadas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, em comparação às restrições adotadas no mesmo período de 2020, para vendas de produtos, redução de horário de funcionamento de lojas e de circulação de pessoas, bem como da redução do auxílio emergencial praticado pelo governo federal.

Nesse semestre houve a migração de 26 lojas do varejo para o atacado afetando a comparação com o ano anterior. No conceito mesmas lojas o varejo cresce 0,8%, com crescimento de 2,4% em alimentos e perda de 6,3% no não alimentos.

Receita de atacado (Cash & Carry). No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 a receita de atacado foi de R\$507.112 mil comparativamente a R\$298.602 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$208.510 mil ou 69,8%. No período de 30 de junho de 2021, o setor de alimentos apresentou crescimento de 64,1% e não alimentos em 304,2%, em comparação ao mesmo período de 2020.

Como comentado acima houve a migração de lojas do varejo para o atacado e no conceito mesmas lojas o crescimento foi de 3,1%.

Custos dos produtos e mercadorias vendidas

Custo dos produtos e mercadorias vendidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$3.146.729 mil, comparativamente a R\$3.049.096 mil no mesmo período em 2020, representando um aumento de R\$97.633 mil ou 3%. Esse aumento foi devido principalmente ao aumento do custo de aquisição de mercadorias para revenda em setores de alimentos e da performance de vendas do setor de eletro (eletrônicos e eletrodomésticos), que ficou menor em relação ao mesmo período do ano anterior.

Lucro bruto

Lucro bruto no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$877.507 mil comparativamente a R\$931.382 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$53.875 mil ou 6%. Lucro bruto representou 22% e 23% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Essa redução é atribuída principalmente ao aumento de custos de alimentos e a redução da performance em eletro (eletrônicos e eletrodomésticos), em 2020 houve reconhecimento maior de créditos tributários com impacto de 0,5%.

Despesas com vendas

Despesas com vendas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$520.330 mil comparativamente a R\$502.511 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$17.819 mil ou 4%, a consolidação dos projetos de eficiência operacional, tais como polivalência e cofre inteligente (redução de gastos de coleta de numerário), que foram implantados ao longo do período e minimizaram os efeitos inflacionários. Despesas com vendas representaram 13% da receita líquida em ambos os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

Despesas gerais e administrativas

Despesas com vendas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$520.330 mil comparativamente a R\$502.511 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$17.819 mil ou 4%, decorrente da consolidação dos projetos de eficiência operacional, tais como, implantação de cargos de multi-função (polivalentes) e cofre inteligente (melhor gerenciamento logístico da coleta de numerários) que foram implantados ao longo do período e minimizaram os efeitos inflacionários. Despesas com vendas representaram 13% da receita líquida em ambos os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras receitas, líquidas

Outras receitas, líquidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$22.069 mil comparativamente a receitas de R\$2.227 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$19.842 mil ou 891%. Esse aumento decorre do resultado das operações do Cartão Cencosud, através do acordo operacional com o Banco Bradescard S.A., em R\$ 7.549 mil, créditos por baixa de passivos de arrendamentos de contratos de locações encerrados R\$ 4.177 mil , menor baixa de ativos descontinuados R\$ 2.700 mil do menor efeito da variação cambial em R\$ 5.385 mil.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$94.405 mil comparativamente a R\$91.130 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$3.275 mil ou 4%. Resultado financeiro, líquido representou 2% da receita líquida em ambos os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020. Essa variação foi devida aos efeitos dos juros de antecipações de recebíveis e efeitos do IFRS16 na atualização de passivos de arrendamento, motivados pela elevação da taxa selic.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi lucro de R\$43.358 mil comparativamente a um prejuízo de R\$32.099 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$75.457 mil ou 235%. Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou 1% e -1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Esse aumento é atribuído à redução das despesas gerais e administrativas que impactou positivamente o resultado operacional em R\$ 132.608 mil e redução no lucro bruto em R\$ 53.875 mil.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$35.785 mil comparativamente a R\$37.430 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$1.645 mil ou 4%. Imposto de renda e contribuição social representou 1% e 0,9% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao reconhecimento do imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal referente a parcela da amortização do ágio fiscal e redução dos ativos fiscais diferidos ocasionada pela reversão de diferenças temporárias.

Lucro (prejuízo) no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Lucro (prejuízo) no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi um lucro de R\$7.573 mil comparativamente a um prejuízo de R\$69.528 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$77.102 mil ou 111%, em razão dos fatores mencionados acima. Lucro (prejuízo) no período representou 0,2% e -2% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Receita bruta de produtos e serviços	9.403.007	110%	8.595.612	110%	9%
ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS	49.602	1%	115.000	1%	-57%
Impostos sobre vendas e cancelamentos	-1.043.677	-11%	-906.223	-11%	15%
Receita líquida	8.408.932	100%	7.804.389	100%	8%
Custos dos produtos e mercadorias vendidas	-6.438.310	-77%	-6.160.817	-79%	5%
Lucro bruto	1.970.622	23%	1.643.572	21%	20%
Despesas com vendas	-1.019.994	-12%	-1.094.532	-14%	-7%
Despesas gerais e administrativas	-734.495	-9%	-700.810	-9%	5%
Outras receitas, líquidas	8.491	0%	25.716	0%	-67%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	224.624	3%	-126.054	-2%	278%
Resultado financeiro, líquido	-95.863	-1%	-282.554	-4%	-66%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	128.761	2%	-408.608	-5%	132%
Imposto de renda e contribuição social	-64.364	-1%	-22.306	0%	189%
Lucro (prejuízo) do exercício	64.397	1%	-430.914	-6%	115%

Receita bruta de produtos e serviços

Receita bruta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$9.403.007 mil comparativamente a R\$8.595.612 mil no exercício findo em 2019, o que representou uma variação de R\$807.395 mil ou 9,4%, principalmente devido ao crescimento nos setores de eletro +39,4%, bazar +13,1% e alimentos +6,0%, efeitos decorrentes das restrições advindas da pandemia de COVID-19, onde shoppings e lojas especializados nesses setores fecharam, enquanto nosso negócio permaneceu aberto como atividade essencial. O impacto do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS no período de exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$49.602 mil comparado a R\$115.000 mil no exercício findo em 2019. Impostos sobre vendas e devoluções no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.043.677 mil, comparativamente a R\$906.223 mil no exercício findo em 2019, representando uma variação de R\$ 137.454 mil ou 15,2%, em razão do aumento de vendas, como participação na receita líquida, o percentual foi de 11%, respectivamente para os dois períodos em referência.

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$8.408.932 mil comparativamente a R\$7.804.389 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 604.543 mil ou 8%. Este aumento é atribuído ao crescimento nos setores de eletro (39,4%), bazar (13,1%) e alimentos (6,0%), efeitos decorrentes das restrições advindas da pandemia de COVID-19, onde shoppings e lojas especializados nesses setores fecharam, enquanto nós estávamos abertos como atividade essencial.

Receita de varejo

Receita de varejo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$7.793.053 mil comparativamente a R\$7.222.961 mil em 2019, o que representou um aumento de R\$ 570.092 mil ou 8%. Todos os setores apresentaram crescimento com destaque para o setor de não alimentos, com crescimento total de 22,8% sendo 39,4% no eletro e 12,9% no bazar (em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019). Os setores de alimentos apresentaram crescimento de 6,0%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita de atacado (Cash & Carry)

Receita de atacado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$615.892 mil comparativamente a R\$581.487 mil em 2019, o que representou um aumento de R\$ 34.405 mil ou 6%. Este aumento é atribuído substancialmente aos setores de mercearia e perecíveis com crescimento de 12,1% e 7,4% respectivamente, parcialmente compensado pela redução de 8,7% das vendas do setor de bebidas, provocadas pelas restrições a venda de alguns produtos bem como pela redução no horário de funcionamento de lojas e circulação de pessoas.

Custos dos produtos e mercadorias vendidas

Custo dos produtos e mercadorias vendidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$6.438.310 mil, comparativamente a R\$6.160.817 mil em 2019, representando um aumento de R\$277.493 mil ou 5%. Esse aumento foi devido principalmente ao aumento do custo de aquisição de mercadorias em razão do aumento de 8% nas vendas. Os custos em relação à receita líquida caíram em sua representação passando a 77% contra 79%, respectivamente, em 2020 e 2019, representando uma redução de 2%.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.970.622 mil comparativamente a R\$1.643.572 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$327.050 mil ou 20%. Lucro bruto representou 23% e 21% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a uma melhor negociação comercial junto aos fornecedores e reduções de quebras/perdas nos inventários, resultantes de uma melhor gestão dos estoques, além da redução de promoções e descontos nos preços, uma vez que tivemos menos necessidade de incentivar as pessoas a irem às compras.

Despesas com vendas

Despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.019.994 mil comparativamente a R\$1.094.532 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$74.538 mil ou 7%, em razão de diversas ações que melhoraram a eficiência operacional, tais como implantação de polivalência operacional, cofre inteligente, mudanças nos processos de cartazamento nas lojas, dentre outros. Tais atividades geraram redução de gastos com pessoal, e, consequentemente, uma melhor gestão e controle de gastos, inclusive com a implementação de comitê de gastos responsável por revisar e desafiar todas as despesas; com a melhora na eficiência energética; e com o reforço na gestão matricial de despesas. Despesas com vendas representaram 12% e 14% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$734.495 mil comparativamente a R\$700.810 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$33.685 mil ou 5%. Esse aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas despesas com o plano de participação dos empregados nos lucros em função dos resultados obtidos no ano de 2020. No entanto, em termos de participação da receita líquida, as despesas gerais e administrativas ficaram em linha com o ano anterior, representando 9% nos dois períodos em referência.

Outras receitas, líquidas

Outras receitas, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$8.491 mil comparativamente a R\$25.716 mil em 2019, o que representou uma redução de R\$17.225 mil ou 67%. Essa redução é atribuída, principalmente, (i) aos resultados das operações do Cartão Cencosud, que são realizadas por meio do acordo operacional com o Banco Bradescard S.A., que reduziram em um total de R\$5.641 mil entre os períodos de 2019 e 2020, (ii) à variação cambial, no valor de R\$4.221 mil, e (iii) à redução no valor de R\$6.000 mil de correspondente a resultado na Venda/Baixa Bens Imobilizado (equipamentos, móveis, etc).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de uma despesa de R\$95.863 mil comparativamente a R\$282.554 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação positiva de R\$186.691 mil ou 66%. O resultado financeiro, líquido representou 1% e 4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Essa variação foi devida aos efeitos do IFRS16 na atualização de passivos de arrendamento e menor despesas de juros.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$128.761 mil comparativamente a um prejuízo de R\$408.608 mil em 2019, o que representou um aumento de R\$537.369 mil ou 132%. Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou 2% e -5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esse aumento é atribuído à redução das despesas gerais e administrativas que impactaram positivamente o resultado operacional.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$64.364 mil comparativamente a R\$22.306 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$42.058 mil ou 189%. Imposto de renda e contribuição social representou 1% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esse aumento é atribuído a amortização do ágio fiscal no ano de 2020 ocasionando um aumento do passivo fiscal diferido.

Lucro (prejuízo) do exercício

Lucro do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$64.397 mil comparativamente a um prejuízo de R\$430.914 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$495.311 mil ou 115%, em razão dos fatores mencionados acima. Lucro (prejuízo) do exercício representou 1% e -6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Receita bruta de produtos e serviços	8.595.612	110%	8.512.819	110%	1%
ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS	115.000	1%	-	-	-
Impostos sobre vendas e cancelamentos	-906.223	-11%	-817.931	-10%	11%
Receita líquida	7.804.389	100%	7.694.888	100%	1%
Custos dos produtos e mercadorias vendidas	-6.160.817	-79%	-6.086.970	-79%	1%
Lucro bruto	1.643.572	21%	1.607.918	21%	2%
Despesas com vendas	-1.094.532	-14%	-1.329.999	-17%	-18%
Despesas gerais e administrativas	-700.810	-9	-615.832	-8%	14%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25.716	0%	17.320	0%	48%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	-126.054	-2%	-320.593	-4%	-61%
Resultado financeiro, líquido	-282.554	-4%	-199.237	-3%	42%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-408.608	-5%	-519.830	-7%	-21%
Imposto de renda e contribuição social	-22.306	0%	983	0%	-2369%
Lucro (prejuízo) do exercício	-430.914	-6%	-518.847	-7%	-17%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita bruta de produtos e serviços

Receita bruta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$8.595.612 mil comparativamente a R\$8.512.819 mil no exercício findo em 2018, o que representou uma variação de R\$82.793 mil ou 0,9%, devido ao crescimento de vendas no setor de alimentos, impulsionado pelo setor de perecíveis que apresentou crescimento de 4,4% e bebidas com crescimento de 4,5% e negativamente nos setores de mercearia e higiene e limpeza com reduções de -2,1% e -5,5% respectivamente. O impacto do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS no período de exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$115.000 mil, no exercício findo em 2018 não houve efeito registrado em resultado. Impostos sobre vendas e devoluções no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$906.223 mil, comparativamente a R\$817.931 mil no exercício findo em 2018, representando uma variação de R\$88.292 mil ou 10,8%, em razão do aumento de vendas, como participação na receita líquida, o percentual foi de 11%, respectivamente para os dois períodos em referência.

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$7.804.389 mil comparativamente a R\$7.694.888 mil em 2018, o que representou um aumento de R\$109.581 mil ou 1%. Este aumento é atribuído principalmente ao crescimento de vendas no setor de alimentos, impulsionado pelo setor de perecíveis que apresentou crescimento de 4,4% e bebidas com crescimento de 4,5% e negativamente nos setores de mercearia e higiene e limpeza com reduções de -2,1% e -5,5% respectivamente.

Receita de varejo

Receita de varejo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$7.222.961 mil comparativamente a R\$7.122.009 mil em 2018, o que representou um aumento de R\$100.952 mil ou 1%, em razão do aumento de vendas no setor de alimentos.

Receita de atacado (Cash & Carry)

Receita de atacado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$581.487 mil comparativamente a R\$572.883 mil em 2018, o que representou um aumento de R\$ 8.604 mil ou 2%. Este aumento é atribuído principalmente ao crescimento das vendas dos setores de bebidas e perecíveis, que apresentaram crescimento de 3,6% e 10,1%, respectivamente.

Custos dos produtos e mercadorias vendidas

Custo dos produtos e mercadorias vendidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 6.160.817 mil, comparativamente a R\$6.086.970 mil em 2018, representando um aumento de R\$ 73.847 mil ou 1%. Esse aumento foi devido principalmente a performance de vendas do período. Os custos para os períodos de 2019 e 2018, representaram 79% da receita líquida.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.643.572 mil comparativamente a R\$1.607.917 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$35.654 mil ou 2%. Em termos de participação da receita líquida, o Lucro bruto permaneceu estável e representou 21% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, e 2018. Este aumento é atribuído substancialmente a redução de quebras (perdas).

Despesas com vendas

Despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.094.532 mil comparativamente a R\$1.329.999 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R\$235.467 mil ou 18%. Despesas com vendas representaram 14% e 17% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída a diversas ações que melhoraram a eficiência operacional, tais como início da implantação do projeto de polivalência em lojas e melhor gestão e controle de gastos, bem como aos efeitos da implantação do IRFS16 que geraram uma redução nas despesas com aluguéis em R\$ 222.466 mil, e recuperações de créditos tributários.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$700.810 mil comparativamente a R\$615.832 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$84.978 mil ou 14%. Esse aumento é atribuído substancialmente pelo efeito negativo da depreciação decorrente da implantação do IFRS16, sendo minimizada por ações de eficiência operacional e recuperações de créditos tributários. Despesas gerais e administrativas representaram 9% e 8% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Outras receitas, líquidas

Outras receitas, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$25.716 mil comparativamente a R\$17.320 mil em 2018, o que representou um aumento de R\$8.396 mil ou 48%. Este aumento é atribuído aos resultados das operações do Cartão Cencosud, através do acordo operacional com o Banco Bradesco S.A, e a outras receitas na operação de confirming.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi um prejuízo de R\$282.554 mil comparativamente a R\$199.237 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$83.317 mil ou 42%. Resultado financeiro, líquido representou 4% e 3% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Essa variação foi devida aos efeitos do IFRS16 na atualização de passivos de arrendamento que apresentou uma despesa adicional de R\$ 90.270 mil e menor despesas de juros.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi um prejuízo de R\$408.608 mil comparado a um prejuízo de R\$519.830 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R\$111.222 mil ou 21%. O Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou 5% e 7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Essa redução é atribuída substancialmente a performance operacional de R\$ 50.726 mil, compensação de créditos tributários de R\$ 38.857 mil e R\$ 21.639 mil como efeitos líquidos da implantação do IFRS16.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R\$22.306 mil comparativamente a um crédito de R\$983 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de despesa de R\$23.289 mil. Essa variação é atribuída à redução dos ativos fiscais diferidos ocasionada pela reversão de diferenças temporárias no ano. Imposto de renda e contribuição social não tiveram participação representativa da receita líquida para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Lucro (prejuízo) do exercício

Lucro (prejuízo) do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi um prejuízo de R\$430.914 mil comparativamente a um prejuízo de R\$518.847 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação positiva de R\$87.933 mil ou 17%, em razão dos fatores mencionados acima. Lucro (prejuízo) do exercício representou 6% e 7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	(em R\$ mil, exceto %)	30/06/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	30/06/2021 x 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
ATIVO												
Circulante												
Caixa e equivalente de caixa	1.616.084	28%	1.827.195	29%	1.711.031	27%	1.655.846	28%	-12%	7%	3%	
Contas a receber	410.403	7%	561.169	9%	408.790	6%	370.986	6%	-27%	37%	10%	
Estoques	20.010	0%	136.242	2%	74.758	1%	120.509	2%	-85%	82%	-38%	
Tributos a recuperar	869.078	15%	871.386	14%	900.687	14%	953.398	16%	0%	-3%	-6%	
Adiantamento a fornecedores	246.702	4%	200.042	3%	240.098	4%	114.188	2%	23%	-17%	110%	
Outros ativos	1.875	0%	1.274	0%	2.686	0%	2.173	0%	47%	-53%	24%	
Não Circulante	4.116.811	72%	4.557.162	71%	4.617.347	73%	4.198.011	72%	-10%	-1%	10%	
Tributos a recuperar	479.901	8%	505.318	8%	353.766	6%	448.486	8%	-5%	43%	-21%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	597.699	10%	633.483	10%	701.910	11%	617.066	11%	-6%	-10%	14%	
Depósitos Judiciais	57.528	1%	51.771	1%	54.028	1%	85.516	1%	11%	-4%	37%	

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R\$ mil, exceto %)	30/06/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	30/06/2021 x 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
Ativo de Indenização	49.290	1%	36.021	1%	38.942	1%	39.516	1%	37%	-8%	-1%
Imobilizado	703.072	12%	1.075.262	17%	1.275.556	20%	1.438.388	25%	-35%	-16%	-11%
Ativos de Direito de uso	696.442	12%	716.498	11%	639.054	10%	-	0%	-3%	12%	0%
Intangível	1.532.879	27%	1.538.809	24%	1.554.091	25%	1.569.039	27%	-0%	-1%	-1%
Total do Ativo	5.732.895	100%	6.384.357	100%	6.328.377	100%	5.853.856	100%	-10%	1%	8%
PASSIVO											
Circulante	1.946.483	34%	2.217.274	35%	1.970.026	31%	2.114.111	36%	-12%	13%	-7%
Fornecedores	1.455.739	25%	1.675.370	26%	1.469.199	23%	1.293.339	22%	-13%	14%	14%
Tributos a recolher	62.367	1%	71.634	1%	76.969	1%	57.986	1%	-13%	-7%	33%
Parcelamento de tributos	10.298	0%	11.638	0%	9.499	0%	420	0%	-12%	23%	2162%
Provisão para férias e encargos	94.408	2%	68.906	1%	71.588	1%	70.569	1%	37%	-4%	1%
Empréstimos e financiamentos	-	0%	-	0%	-	0%	500.420	9%	0%	0%	-100%
Partes relacionadas	533	0%	393	0%	2.309	0%	12.476	0%	36%	-83%	-81%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R\$ mil, exceto %)	30/06/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	30/06/2021 x 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
Participação dos empregados nos lucros	20.475	0%	70.809	1%	48.730	1%	46.881	1%	-71%	45%	4%
Receitas Diferidas	6.330	0%	6.317	0%	6.704	0%	7.104	0%	0%	-6%	-6%
Passivos de arrendamento	175.901	3%	185.589	3%	203.682	3%	-	0%	-5%	-9%	0%
Credores por aquisição de controladas	30.179	1%	29.158	0%	0	0%	36.912	1%	4%	0%	-100%
Outros Passivos	90.253	2%	97.460	2%	81.346	1%	88.004	2%	-7%	20%	-8%
Não circulante	1.042.916	18%	1.058.640	17%	1.047.136	17%	911.613	17%	-1%	-63%	15%
Empréstimos e financiamentos	-	0%	-	0%	-	0%	643.582	11%	0%	0%	-100%
Parcelamento de tributos	22.790	0%	27.840	0%	25.199	2%	302	0%	-18%	10%	8244%
Receitas diferidas	128.150	2%	131.286	2%	137.385	2%	144.228	2%	-2%	-4%	-5%
Provisões para contingências	126.121	2%	106.946	2%	107.729	2%	110.337	2%	18%	-1%	-2%
Passivos de arrendamento	751.227	13%	778.139	12%	714.526	11%	-	0%	-3%	9%	0%
Credores por aquisição de controladas	14.628	0%	14.429	0%	62.297	1%	13.466	0%	1%	-77%	373%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	30/06/2021 (em R\$ mil, exceto %)	AV 31/12/2020	AV 31/12/2019	AV 31/12/2018	AV 30/06/2021 x 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
Patrimônio Líquido	2.743.496	48%	3.108.443	49%	3.311.216	52%	2.828.132
Capital Social	2.717.229	47%	6.801.464	107%	7.068.634	112%	5.944.229
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-9.667	0%	-9.667	%	-9.667	0%	-9.667
Prejuízos Acumulados	35.934	1%	-3.683.354	-58%	-3.747.751	-59%	-3.106.430
Total do passivo e patrimônio líquido	5.732.895	100%	6.384.357	100%	6.328.378	100%	5.853.857
						-10%	1%
							8%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Ativo circulante

Em 30 de junho de 2021, o ativo circulante era de R\$1.616.084 mil, em comparação com R\$1.827.195 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 28% em 30 de junho de 2021 e 29% em 31 de dezembro de 2020. Esta redução, de R\$211.111 mil ou 12%, decorreu principalmente, dos seguintes fatores:

- Caixa e equivalentes de caixa: O saldo de caixa e equivalentes a caixa reduziu R\$ 150.766 mil ou 27% para R\$410.403 mil em 30 de junho de 2021, de R\$561.169 mil em 31 de dezembro de 2020, decorrente, principalmente da diminuição da geração de caixa das atividades operacionais, considerando a sazonalidade de final de ano, que apresenta maior volume de vendas, além do pagamento à fornecedores de compras efetuadas no último trimestre do ano e do pagamento de premiação pelos resultados a colaboradores em 2021 no montante de R\$71.612 mil.
- Contas a receber: O contas a receber de clientes reduziu R\$116.232 mil ou 85%, para R\$20.010 mil em 30 de junho de 2021, de R\$136.242 mil em 31 de dezembro de 2020, esta variação é motivada pelo elevado volume de vendas ao final de ano, além do aumento na antecipações de recebíveis em 30 de junho de 2021.
- Tributos a recuperar: O saldo de tributos a recuperar aumentou R\$46.660 ou 23% para R\$246.702 em junho de 2021, de R\$200.042 mil em 31 de dezembro de 2020, principalmente, em função do reconhecimento de créditos tributários de PIS e COFINS sobre despesas trabalhistas no montante de R\$34.014 mil em março de 2021.

Ativo não circulante

Em 30 de junho de 2021, o ativo não circulante reduziu R\$440.351 mil ou 10% para R\$4.116.811 mil, em comparação com R\$4.557.162 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 72% em 30 de junho de 2021 e 71% em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos seguintes fatores:

- Imposto de renda e contribuição social diferidos: O saldo de imposto de renda e contribuição social reduziu R\$35.784 mil ou 6%, para R\$597.699 mil em 30 de junho de 2021, de R\$633.483 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta variação decorre, principalmente, pela reversão de diferenças temporárias em 2021.
- Imobilizado e Intangível: O saldo do imobilizado e intangível reduziu em 30 de junho de 2021 no montante de R\$378.120 mil ou 14%, principalmente devido à baixa do imobilizado relativa a cisão de ativos no montante de R\$370.000 mil, além da depreciação e amortização do semestre no montante de R\$63.424 mil, parcialmente compensada pelas adições e baixas do período, no montante líquido de R\$56.990 mil.
- Ativos de Direito de Uso: O saldo de ativos de direito de uso apresentou redução de R\$20.056 mil em 30 de junho de 2021, em decorrência, principalmente da despesa com amortização do trimestre, no montante de R\$77.979, parcialmente compensada com ajustes por remensuração no montante de R\$57.923 mil.

Passivo circulante

Em 30 de junho de 2021, o passivo circulante era de R\$1.946.483 mil, em comparação com R\$2.217.274 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 34% em 30 de junho de 2021 e 35% em 31 de dezembro de 2020. Esta diminuição de R\$270.791 mil ou 12%, decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- Fornecedores: O saldo de fornecedores reduziu R\$219.631 ou 13% para R\$1.455.739 mil em 30 de junho de 2021, de R\$1.675.370 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta redução é justificada pelo maior volume de compras efetuado em novembro de 2020, em função da sazonalidade e consequente aumento de vendas do final do ano, e que são pagas no ano posterior.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Participação dos empregados nos lucros: O saldo de participação dos empregados nos lucros reduziu 71% ou R\$50.334 mil, em 30 de junho de 2021, comparado a 31 de dezembro de 2020. Esta diminuição decorreu, principalmente, do pagamento da participação dos empregados nos resultados de 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$71.612 mil, parcialmente compensado pelas provisões de pagamento de PPLR no montante de R\$20.475 mil referente aos resultados apurados nos seis meses findos em 30 de junho e 2021.

Passivo não circulante

Em 30 de junho de 2021, o passivo não circulante se manteve estável apresentando saldo de R\$1.042.916 mil, em comparação com R\$1.058.640 mil em 31 de dezembro de 2020, apresentando uma variação de R\$15.724 ou 1%. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 18% em 30 de junho de 2021 e 17% em 31 de dezembro de 2020. A variação não é relevante, contudo, houve aumento em contingências em R\$ 19.175 e redução de passivos de arrendamento, por amortização, de R\$ 26.909 mil.

Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2021, o patrimônio líquido era de R\$2.743.496 mil, em comparação com R\$3.108.443 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta diminuição, de R\$364.947 mil ou 12%, decorreu principalmente, da redução de capital no montante de R\$370.000 mil mediante cisão de ativos e restituição de capital aos acionistas em bens e moedas corrente nacional, e do lucro líquido consolidado em 30 de junho de 2021 no valor de R\$7.573 mil.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$1.827.195 mil, em comparação com R\$1.711.031 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 29% em 31 de dezembro de 2020 e 27% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$116.164 mil ou 7%, decorreu principalmente, dos seguintes fatores:

- Caixa e equivalentes de caixa: O saldo de caixa e equivalentes a caixa aumentou R\$152.379 mil ou 37%, para R\$561.169 mil em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 408.790 mil em 31 de dezembro de 2019, justificado, principalmente pelos efeitos positivos do resultado operacional, além da redução das despesas financeiras e melhoria nos prazos de pagamentos a fornecedores.
- Contas a receber: As contas a receber de clientes aumentaram 82%, para R\$136.242 mil em 31 de dezembro de 2020, de R\$74.758 mil em 31 de dezembro de 2019, devido ao crescimento no volume de vendas do ano e redução da antecipação de recebíveis.
- Tributos a recuperar: O saldo de tributos a recuperar reduziu R\$40.056 mil em 31 de dezembro de 2020, passando de R\$240.098 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$200.042 mil em 31 de dezembro de 2020, devido principalmente ao aumento de vendas da Companhia, gerando maior oportunidade de compensação de créditos tributários.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$4.557.162 mil, em comparação com R\$ 4.617.347 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 71% em 31 de dezembro de 2020 e 73% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução, de R\$60.185 mil, decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- Tributos a recuperar: Os impostos a recuperar aumentaram R\$ 151.552 mil ou 43% em 31 de dezembro de 2020, principalmente em função da reversão de provisões para *impairment* de créditos tributários de ICMS na base de cálculo do PIS COFINS e excedentes de ICMS ST.
- Imposto de renda e contribuição social diferidos: O saldo de imposto de renda e contribuição social reduziu R\$ 68.427 mil ou 10%, para R\$633.483 mil em 31 de dezembro de 2020, de R\$701.910 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta variação decorre, principalmente, da amortização do ágio fiscal no ano de 2020 e o efeito positivo da revisão na vida útil dos ativos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- **Imobilizado e Intangível:** O saldo do imobilizado e intangível reduziu R\$215.576 mil ou 8%, para R\$2.614.071 mil em 31 de dezembro de 2020, de R\$2.829.647 mil em 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente ao montante da depreciação e amortização em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$226.110 mil.
- **Ativos de Direito de Uso:** O saldo de ativos de direito de uso apresentou aumento de R\$77.444 mil em 31 de dezembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019, decorrente, principalmente de ajustes por remensuração no montante de R\$228.379 mil, parcialmente compensado pela despesa com depreciação no montante de R\$150.935.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$2.217.274 mil, em comparação com R\$1.970.026 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 35% em 31 de dezembro de 2020 e 31% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$247.248 mil ou 13%, decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- **Fornecedores:** O saldo de fornecedores aumentou R\$206.171 mil ou 14% para R\$1.675.370 mil em 31 de dezembro de 2020, de R\$1.469.199 mil em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente ao aumento do volume das vendas em 2020 e a melhoria nos prazos de pagamentos a fornecedores.
- **Participação dos empregados nos lucros:** O saldo de participação dos empregados nos lucros aumentou R\$22.079 mil ou 45% para R\$70.809 mil em 31 de dezembro de 2020, de R\$48.730 mil em 31 de dezembro de 2019, devido a à melhoria dos resultados no ano de 2020.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante se manteve estável apresentando saldo de R\$1.058.640 mil, em comparação com R\$1.047.136 mil em 31 de dezembro de 2019, variação de R\$11.504 mil ou 1%. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 17% em 31 de dezembro de 2020 e 17% em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$3.108.443 mil, em comparação com R\$3.311.216 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição, de R\$202.773 mil ou 6%, decorreu principalmente, da redução de capital no montante de R\$267.170 mil em 2020 à investidora Cencosud Internacional Ltda, mediante redução de quotas, parcialmente compensado pelo lucro líquido consolidado em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$64.397 mil.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$1.711.031 mil, em comparação com R\$1.655.846 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 27% em 31 de dezembro de 2019 e 28% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$55.185 mil ou 3%, decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo de caixa e equivalentes a caixa aumentou R\$37.804 mil ou 10%, para R\$408.790 mil em 31 de dezembro de 2019, de R\$370.986 mil em 31 de dezembro de 2018, principalmente em função do crescimento do caixa gerado por atividades operacionais, além da redução de despesas financeiras mediante a liquidação de empréstimos com recursos provenientes de aporte de capital pela investidora Cencosud Internacional Ltda.
- **Contas a receber:** As contas a receber de clientes diminuíram 38%, para R\$74.758 mil em 31 de dezembro de 2019, de R\$120.509 mil em 31 de dezembro de 2018, devido ao maior volume de antecipações de recebíveis.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- **Estoques:** O saldo de estoques apresentou redução de R\$52.711 mil ou 6%, para R\$900.687 mil em 31 de dezembro de 2019, de R\$953.398 mil em 31 de dezembro de 2018, principalmente, motivado pelo maior volume de vendas no período de 2019 aliada a melhoria na gestão do giro de estoques.
- **Tributos a recuperar:** O saldo de tributos a recuperar aumentou R\$125.910 mil em 31 de dezembro de 2019, passando de R\$114.188 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$240.098 mil em 31 de dezembro de 2019, principalmente devido ao reconhecimento de créditos tributários de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS no montante de R\$251.063 mil, parcialmente compensados pela provisão para perda baseada na análise de recuperabilidade dos créditos, no montante de R\$136.063 mil para créditos de PIS e COFINS e R\$94.923 para créditos de ICMS ST.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$4.617.347 mil, em comparação com R\$4.198.011 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 73% em 31 de dezembro de 2019 e 72% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$419.336 mil ou 10%, principalmente, dos seguintes fatores:

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentou aumento de R\$84.844 mil em 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente ao efeito da aplicação da norma técnica IFRS 16 em 2019, no montante de R\$107.150 mil, parcialmente compensados pela redução dos ativos fiscais diferidos devido da reversão de diferenças temporárias no ano no montante de R\$22.306 mil.
- **Ativos de direito de uso:** O saldo de ativos de direito de uso aumentou R\$639.054 mil em 31 de dezembro de 2019, decorrente da aplicação da norma técnica IFRS 16.
- **Imobilizado e Intangível:** O saldo do imobilizado e intangível reduziu R\$177.780 mil ou 6%, para R\$2.829.647 mil em 31 de dezembro de 2019, de R\$3.007.427 mil em 31 de dezembro de 2018, devido, principalmente ao montante da depreciação em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$244.550 mil, parcialmente compensada pelas adições e baixas do período, no montante líquido de R\$66.770 mil.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$1.970.026 mil, em comparação com R\$2.114.111 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 31% em 31 de dezembro de 2019 e 36% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução, de R\$144.085 mil ou 7%, decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- **Empréstimos e Financiamentos:** O saldo de empréstimos e financiamentos foi liquidado em 2019, apresentando redução de R\$500.420 mil em relação a 31 de dezembro de 2018.
- **Fornecedores:** O saldo de fornecedores aumentou R\$175.860 mil ou 14% para R\$1.469.199 mil em 31 de dezembro de 2019, para R\$1.293.339 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação decorreu principalmente, da melhora nos prazos de pagamentos a fornecedores e aumento do volume de vendas em 2019.
- **Passivos de arrendamento:** o saldo de passivo de arrendamento aumentou R\$203.682 mil em 31 de dezembro de 2020, decorrente da aplicação da norma técnica IFRS 16.
- **Credores por aquisição de controladas:** O saldo de credores por aquisição de controladas reduziu R\$36.912 mil em 31 de dezembro de 2019, devido a reclassificação para o não circulante do saldo a pagar aos ex-acionistas do Bretas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$1.047.136 mil, em comparação com R\$911.613 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 17% em 31 de dezembro de 2019 e 17% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$135.523 mil ou 15%, decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- **Empréstimos e Financiamentos:** O saldo de empréstimos e financiamentos foi liquidado em 2019, apresentando redução de R\$643.582 mil em relação a 31 de dezembro de 2018.
- **Passivos de arrendamento:** aumentou R\$714.526 mil em 31 de dezembro de 2020, decorrente da aplicação da norma técnica IFRS 16.
- **Credores por aquisição de controladas:** O saldo de credores por aquisição de controladas aumentou R\$49.133 mil em 31 de dezembro de 2019, devido a reclassificação para o não circulante do saldo a pagar aos ex-acionistas do Bretas.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$3.311.216 mil, em comparação com R\$2.828.132 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R\$483.084 mil ou 17%, decorreu, principalmente, do aporte de capital no montante de R\$1.124.405 mil pela investidora Cencosud Internacional Ltda e do Prejuízo líquido do exercício de R\$430.914 mil.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	30/06/2021	30/06/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	46.595	152.860	719.913	393.195	-224.278
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-56.989	-20.429	-35.051	-98.860	-90.590
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	-140.371	-130.664	-532.483	-256.531	574.581
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	-150.766	1.767	152.379	37.804	259.713

PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R\$46.595 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado à geração de R\$152.860 mil no mesmo período em 2020. Essa redução de R\$106.265 mil, é justificada, principalmente, pelo aumento nos ativos em R\$69.280 relacionados a créditos de recebíveis de bonificações, depósitos judiciais e ativos indenizatórios, com variações de impostos em R\$55.577 e variação relativa ao pagamento de bônus de funcionários em função das metas atingidas em 2020 de R\$19.998 mil, sendo mitigado pelo aumento do capital de giro em um valor de R\$42.288 mil, devido a maior volume de antecipações de recebíveis realizadas no último trimestre de 2021.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$56.989 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a R\$20.429 mil no mesmo período em 2020. Esse aumento de R\$36.560 mil, ou 179%, é justificada, principalmente, por maiores investimentos despendidos para fins de manutenção, reformas de lojas e do projeto de migração das bandeiras de Varejo para Atacarejo.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$140.371 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a R\$130.664 mil no mesmo período em 2020. Esse aumento de R\$9.707 mil, ou 7%, é justificado, principalmente, pela variação nos pagamentos de arrendamentos.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$719.913 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$393.195 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$326.718 mil, ou 83%, é justificado, pelos efeitos positivos do resultado operacional em R\$350.678 mil e menor despesas financeiras líquidas em R\$186.691 mil, pela variação negativa do capital de giro operacional em R\$ 112.180 decorrente de menores antecipações de recebíveis nesse ano e, variação negativa de R\$53.512 de tributos a recolher, redução das depreciações em R\$18.440 mil e baixas de ativos em R\$7.754 mil.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$35.051 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$98.860 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. O menor consumo de caixa em R\$63.809 mil, ou 65%, é justificada por menor investimento em manutenção e reformas de loja, no valor de R\$34.236 mil e aquisição de imóvel no valor de R\$23.404 mil ocorrida em 2019.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$532.483 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$256.531 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$ 275.952 mil, ou 108%, é justificado pelo aumento de capital em R\$1.124.405 mil em 2019, pela liquidação de dívida financeira no valor de R\$1.115.694 mil em 2019 e pela redução de capital da Companhia em 2020, no valor de R\$267.170 mil.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$393.195 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de R\$224.278 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$617.473 mil, ou 275%, é justificado, principalmente, (i) pela adoção da norma IFRS16, a qual gerou efeitos de R\$317.109 mil na amortização do direito do uso de contratos e despesas com juros sobre arrendamentos, (ii) pelo aumento da depreciação em R\$64.825 mil, realizado a fim de adequar a vida útil dos ativos, e (iii) pela melhor gestão do capital de giro, no valor de R\$ 247.124 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$98.860 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 90.590 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$8.270 mil, ou 9%, é justificado pela aquisição de imóvel no valor de R\$23.404 mil, e menores investimentos em reformas, no total de R\$15.500 mil.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$256.531 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$574.581 mil gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação positiva de R\$ 831.112 mil, é justificada, principalmente, pela liquidação total dos empréstimos junto a instituições financeiras, cujo valor foi de R\$1.525.350 mil, pela variação decorrente do aumento de capital de R\$959.480 mil e pelo pagamento de arrendamentos decorrentes da implementação do IFRS16 no valor de R\$265.242 mil.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi composta por receita de varejo, *Cash & Carry* e outras receitas. Para mais informações sobre a composição da receita, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

A tabela abaixo demonstra as receitas por segmento no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e nos três exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(em R\$ mil, exceto %)	Período de seis meses findo em		Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	30/06/2021		2020		2019		2018	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Varejo	3.517.272	87%	7.793.053	93%	7.222.961	93%	7.122.009	93%
Atacado	507.112	13%	615.892	7%	581.487	7%	572.883	7%
Receita líquida⁽¹⁾	4.024.384	100%	8.408.932	100%	7.804.389	100%	7.694.888	100%

⁽¹⁾ O valor total da receita líquida não considera eliminações entre varejo e atacado.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

- (i) *Acordo operacional com o Banco Bradescard S.A.:* A Companhia, em 8 de agosto de 2011, celebrou um acordo operacional com o Banco Bradescard S.A, para a operação do cartão de crédito Cencosud, antes privado e sob a denominação Credi-Hiper GBarbosa. Nos termos do acordo operacional, o Banco Bradescard S.A assumiu as seguintes obrigações: (i) desembolso de R\$ 100.000 mil em 16 de agosto de 2011, correspondentes à remuneração pela cessão de direito de participação de 50% no empreendimento em conjunto pelo prazo determinado de 16 anos; (ii) desembolso de R\$ 100.000 mil a título de antecipação de desempenho ("Primeiro Prêmio") em 16 de agosto de 2011; e (iii) pagamento de R\$ 100.000 mil mediante o cumprimento das metas relacionados ao Primeiro Prêmio, vinculados ao compromisso de atingimento de novas metas em bases já pre-estabelecidas no contrato. O reconhecimento contábil da receita referente aos recursos relacionados à remuneração pela cessão de direito de participação no empreendimento (R\$ 100.000 mil) está sendo efetuado de maneira proporcional ao período de 16 anos de contrato. O valor recebido a título de antecipação de desempenho (R\$ 100.000 mil) está sendo registrado no resultado do exercício de forma proporcional ao cumprimento das metas de contrato, considerando que é provável que a meta integral será atingida.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

- (ii) *Crescimento real do Produto Interno Bruto, poder de compra do consumidor e taxa de desemprego:* o consumo das famílias compõe mais de 60% do PIB brasileiro, que apresentou as seguintes variações nos anos de 2020, 2019 e 2018: -4,1%, 1,1% e 1,3%, respectivamente. Embora o setor de varejo de alimentos no Brasil tenha demonstrado, recentemente, resiliência através de ciclos econômicos adversos, a indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra do consumidor, especialmente em mercados de varejo de produtos não-alimentares. A taxa de desemprego também é um indicador com um impacto direto sobre o poder de compra dos nossos clientes. A taxa média anual de desemprego no Brasil em 30 de junho de 2021 foi de 14,7% (em comparação com 13,3% em 30 de junho de 2020). Um prolongamento da recessão atual poderia resultar em uma queda ainda maior do consumo do agregado familiar como resultado da elevada taxa de desemprego.
- (iii) *Inflação:* impactam diretamente nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis, frete e materiais de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente por meio de índices como IGP-M e IPCA. O IPCA, inflação oficial do Brasil, apresentou variação de 3,8%, 4,5%, 4,3%, 3,8%, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. O IGP-M, índice mais comum para reajuste de contratos de aluguel, apresentou variação de 7,3%, 23,1%, 7,3%, 7,5%, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.
- (iv) *Taxa de Juros:* a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados, uma vez que um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias.
- (v) *Câmbio:* A taxa de câmbio afeta diretamente nosso resultado operacional, sobretudo no custo de mercadoria vendida, formado em parte por produtos importados. Além disso, nossos fornecedores também são impactados pela taxa de câmbio, elevando nossos custos indiretamente.
- (vi) *Comportamento do consumidor:* Estamos constantemente monitorando as necessidades e as demandas de nossos clientes, bem como as tendências do mercado nacional e internacional, buscando antecipar as mudanças de comportamento de compra. Utilizamos dados, pesquisas de tendências, satisfação e entendimento do cliente para desenvolvimento de estratégias e para melhorar a nossa operação e a experiência de compra de nossos clientes em todos os canais.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações na receita do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estão descritas de forma detalhada no item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações nos custos dos nossos produtos. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação, por oscilações na taxa de câmbio, cotação de commodities, pela taxa de inflação ou pela taxa de juros.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

	30 de junho de		31 de dezembro de	
	2021	2020	2019	2018
Inflação (IGP-M) (%) ⁽²⁾	14,3%	23,1%	7,3%	7,5%
Inflação (IPCA) (%) ⁽³⁾	3,7%	4,5%	4,3%	3,7%
CDI Médio ⁽¹⁾ (%) ⁽⁴⁾	4,2%	2,8%	6,0%	6,4%
TJLP (%) ⁽⁵⁾	4,5%	4,9%	6,1%	6,7%
Taxa SELIC Média (%) ⁽⁶⁾	4,2%	1,9%	4,4%	6,4%
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%) ⁽⁷⁾	3,1%	-29,2%	-4,4%	-18,5%
Taxa de câmbio (fechamento) - R\$ por US\$1,00 ⁽⁸⁾	5,0022	5,1967	4,0307	3,8748

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Económática

(1) Fonte: Banco Central

(2) Inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

(3) A inflação (IPCA) é um índice de Preços ao Consumidor.

(4) Taxa CDI que lastreia as operações interbancárias.

(5) Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

(6) Taxa média ajustada e ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no sistema SELIC ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (dados do fim dos períodos). Fonte: Banco Central.

(7) Média das taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

(8) Taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos produtos. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto. Um aumento significativo do dólar norte americano encareceria os produtos eletroeletrônicos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução do dólar norte americano tornaria esses produtos ainda mais baratos, estimulando ainda mais suas vendas.

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de nossos fornecedores e, consequentemente, os preços para nossos clientes. Como vendemos milhares de produtos, fabricados por centenas de fornecedores em diversos segmentos de atuação, acreditamos que nossa exposição à variação de um único insumo seja bastante reduzida.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas. Por outro lado, nossas receitas de operações de crédito poderiam aumentar, na medida em que possamos repassar o aumento da taxa de juros para nossos clientes. Nesse cenário, nossas despesas financeiras também seriam afetadas negativamente, principalmente nas operações de varejo. O custo das operações de crédito, também seriam adversamente afetados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira, juros de empréstimos bancários e principalmente o custo com a antecipação dos recebíveis.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tampouco nos períodos de três e seis meses findos, respectivamente, em 31 de março de 2020 e 30 de junho de 2021, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 6.5 deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 ou durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia aplicou em 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas.

O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da pandemia do COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Durante o exercício de 2020, a Companhia aplicou o expediente prático com o registro de R\$8.601 mil de créditos lançados como redutores das despesas operacionais referentes a descontos obtidos junto aos locadores durante a pandemia do COVID-19.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos três últimos exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos três últimos exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas, assim como no exercício social corrente.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

I. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (impairment) do ágio e marcas com vida útil indefinida

Anualmente, a Companhia testa perdas (*impairment*) no ágio e nas marcas com vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.10. Os valores recuperáveis do grupo de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14). Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período de cinco anos.

Se a margem bruta orçada usada no cálculo do valor em uso para a UGC do varejo fosse 0,5% menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2020 (por exemplo 22,7% ao invés de 23,2% no primeiro ano e assim subsequente), o Grupo teria reconhecido saldo excedente de geração de caixa sob os ativos registrados em 87,12% ao invés de 100,28% no teste original.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC do varejo fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 8% ao invés de 7%), o Grupo teria reconhecido saldo excedente de geração de caixa sob os ativos registrados em 79,6% ao invés de 100,28% no teste original.

(b) Vida útil de ativos imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil estimada para utilização de cada bem. No caso do ativo imobilizado, a avaliação é feita pela administração e considera a forma de utilização desses ativos nas operações da Companhia. No caso de ativos intangíveis com vida útil definida, como carteira de clientes, softwares e fundo de comercio, a avaliação é feita com base no tempo médio de utilização desses ativos, que considera os termos dos contratos.

Em relação às benfeitorias de arrendamento em imóveis de terceiros, a amortização é calculada e registrada de acordo com o período dos contratos de aluguéis.

Os períodos de depreciação/amortização são revistos em cada período e, quando apropriado, ajustados prospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas contábeis. Mudanças de Estimativa e Correção de Erro.

A determinação do prazo de arrendamento dos contratos de acordo com CPC 06 (R2) / IFRS 16, possuem estimativas críticas, os quais são determinados pela alta administração da Companhia, utilizando como premissa básica o prazo do contrato vigente e a expectativa de permanência no imóvel.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em 30 de Junho em acordo com o CPC 27 o qual indica sob a possibilidade de revisão periódica da vida útil dos ativos, a Companhia efetuou trabalho de reavaliação das vidas úteis de seus ativos e concluiu sobre nova vida útil apoiada em laudo de especialistas. A Companhia também efetuou a reavaliação sobre o valor residual de suas benfeitorias em imóveis de terceiros com base em estudo realizado sob sua capacidade histórica de reembolsos em eventuais devoluções de imóveis.

Os impactos relativos as duas revisões efetuadas, foram lançados no exercício de 2021, onde a Companhia concluiu pelo reconhecimento das mudanças de forma prospectiva, em acordo com a norma contábil CPC 23.

(c) *Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos*

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à incidência de imposto de renda e contribuição sobre o lucro de suas operações.

A administração da Companhia e de suas controladas, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, bem como sobre as diferenças temporárias de apuração dos impostos.

A avaliação da realização desses créditos tributários envolve diversas variáveis e estimativas para atingir o lucro tributário esperado no futuro. A administração da Companhia, analisou a projeção de realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo em 31 de dezembro de 2020, e com base (i) no histórico de geração de lucro tributável em exercícios passados, e (ii) no plano de negócios aprovado pelos controladores da Companhia, concluiu que os critérios para reconhecimento dos impostos sobre a renda diferidos ativo estão adequados.

A partir do 4º trimestre de 2016 a administração decidiu por não reconhecer novos ativos diferidos advindos da apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social, foi realizada avaliação dos saldos dos tributos diferidos ativos de 2020 e em decorrência do Longo Prazo para a realização desses montantes, a administração da Companhia decidiu não constituir novos créditos sobre os prejuízos fiscais e está reconhecendo apenas os ativos diferidos relativos as diferenças temporárias nas apurações e o reconhecimento de Impostos Diferidos relativos a aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019.

(d) *Realização de créditos tributários relacionados ao imposto sob a circulação de mercadoria (ICMS) e as contribuições federais (PIS/COFINS)*

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à incidência de impostos sob a circulação de bens e serviços (ICMS) e contribuições federais sobre a receita operacional (PIS/COFINS), impostos possuem a característica não cumulativa dessa forma é possível a geração de créditos tributários sobre a operação de compras, transferências, devoluções entre outros.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui saldo acumulado referente a operação no valor consolidado de R\$688.470 mil (2019 - R\$ 530.153 mil), a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperabilidade de créditos tributários e na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura em período de até 4 anos.

A Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS e PIS COFINS a recuperar.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

(e) *Provisões para contingências*

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 17. São reconhecidas provisões relacionadas às contingências em que suas chances de perda são prováveis, de acordo com a avaliação da administração, em conjunto com seus assessores internos e externos. Adicionalmente, a Companhia reconheceu o valor justo das contingências das Companhias adquiridas avaliadas como de êxito possível e remoto, em atendimento às normas aplicáveis às combinações de negócios. A administração da Companhia acredita que suas avaliações, são apropriadas e razoáveis, embora possam diferir dos resultados efetivos, quando realizadas.

(f) *Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário*

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

II. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

(a) *Determinação do prazo de arrendamento*

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de galpões, lojas de varejo e equipamentos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disruptão nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos de equipamentos de escritórios e veículos não foi incluída no passivo de arrendamento porque o Grupo pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la).

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 30 de junho de 2021, os investimentos no segundo trimestre de 2021 totalizaram R\$ 25 milhões, 126,2% superior ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do semestre, o montante atingiu R\$ 45 milhões, o que representa um incremento de 125% versus o mesmo período do ano anterior, sendo direcionados principalmente para reformas e conversões de lojas.

Nos últimos anos os investimentos da Companhia vêm sendo direcionados à manutenção das suas operações.

Vale destacar que, conforme divulgado ao final de novembro de 2020, o Conselho de Administração da matriz no Chile anunciou o plano de investimento no Brasil na ordem de US\$180 milhões até 2023, com objetivo de reformar todas as lojas da Companhia, bem como de seguir com a expansão da operação da Companhia no Brasil.

Além disso, o plano de expansão prevê uma aplicação de cerca de R\$ 2 bilhões, valor a ser captado por meio da oferta pública inicial de ações da Companhia ("IPO"), para a concretização do plano de investimentos da Companhia.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional.

Para a concretização de seu plano de investimentos, a Companhia contará com (i) os recursos financeiros disponíveis em caixa; (ii) com sua própria geração de caixa; (iii) com as fontes tradicionais de financiamento de longo prazo. O sucesso no aumento de capital proposto pela Companhia, por meio de seu IPO, permitirá, adicionalmente, o recebimento de recursos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Até a presente data, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

Em setembro de 2020, iniciamos nossa operação de *e-grocery* e em março de 2021 lançamos nossa bandeira SPID35 no Rio de Janeiro, com foco especial em conveniência, proximidade e inovação, além de atendimento 100% digital. A bandeira SPID35 foi projetada para entregar produtos de conveniência de supermercados na porta da casa dos clientes em 35 minutos.

Também estabelecemos operações de *last mile* em parceria com a Rappi e a Cornershop; lançadas em fevereiro de 2019 e agosto de 2020, respectivamente.

10.8 - Plano de Negócios

Em julho de 2021, o Grupo Cencosud lançou a Cencosud Media, uma nova unidade de negócios que busca gerar estratégias publicitárias por meio de uma plataforma tecnológica com modelos avançados de analítica e inteligência artificial, seguindo a tendência dos principais varejistas dos Estados Unidos e Europa. A Cencosud Media será uma nova divisão de negócios regional que fará parte da estratégia digital que o Grupo tem desenvolvido. Além disso, esta nova unidade de negócio terá como objetivo maximizar os resultados de investimento publicitário das distintas divisões de negócio da Cencosud em todos os países.

Como parte de seu processo de evolução digital, a holding capacitará várias empresas de tecnologia emergentes a fortalecer seus canais de e-commerce, logística, fintech e serviços de varejo, fornecendo financiamento e know-how para acessar novos mercados.

Por último mas não menos importante, em agosto, o Grupo Cencosud anunciou a criação de uma unidade voltada ao capital de risco, denominada Cencosud Ventures, por meio da qual se conectará a empreendedores e startups latino-americanos, baseados em tecnologia e soluções digitais escaláveis, para crescer nos mercados do região.

O foco desta nova unidade será apoiar startups de tecnologia, acelerando a evolução digital que a Cencosud está promovendo, nas áreas de: E-Commerce, Logística e Supply Chain, Fintech e Retail Services.

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impacto do COVID-19

A pandemia do COVID-19 teve um impacto significativo na indústria de varejo no Brasil em 2020, gerando queda de vendas e alterações significativas nas tendências de consumo e demanda dos clientes em uma variedade de formatos de lojas.

O fator principal que afetou a indústria de varejo brasileira foi o fechamento de negócios não essenciais por várias semanas durante o pico de contágios da COVID-19. Isso resultou na suspensão temporária de operações de varejistas em vários formatos de loja, incluindo algumas unidades de varejo da Cencosud Brasil. Adicionalmente, depois que as lojas reabriram, muitas regiões do país impuseram protocolos de distanciamento social que dificultaram ou até impossibilitaram os varejistas de operarem em plena capacidade. Além disso, muitos consumidores ainda continuam relutantes em comprar em lojas físicas ou frequentar *shopping centers* por medo de contágio, o que dramaticamente suprime vendas potenciais. Como resultado, muitos canais de vendas de varejo baseados em lojas físicas registraram quedas consideráveis em vendas no ano de 2020.

Outra causa que pressionou significativamente o setor de varejo do Brasil em 2020 foi a situação econômica altamente desfavorável que se desdobrou ao longo do ano. A pandemia do COVID-19 provocou grave suspensão da atividade comercial em vários setores-chave da economia, causando demissões generalizadas e aumento da taxa de desemprego. Além disso, grande parte dos que conseguiram manter o emprego sofreram contração de renda, principalmente os pequenos empresários e os trabalhadores do setor de serviços. Isso levou os consumidores a se comportarem de forma altamente conservadora e cautelosa, com os gastos discricionários sob extrema pressão.

Com o varejo em loja física sob tal pressão, era inevitável uma mudança para o *e-commerce*. Muitos varejistas recorreram às mídias sociais e a aplicativos de mensagens para estabelecer vínculos diretos mais próximos e pessoais com seus clientes, na ausência de experiência na loja. As empresas, inclusive a Companhia, têm utilizado meios eletrônicos para dar assistência aos clientes que compram online, permitindo à equipe responder a dúvidas e solucionar dúvidas sobre produtos, pagamento e entrega.

A partir de 2021, espera-se que o impacto da pandemia do COVID-19 no setor de varejo seja gradualmente reduzido, devido a uma série de fatores, incluindo: vacinação da população, flexibilização das restrições a circulação, adaptação das empresas e profissionais ao trabalho no ambiente pós-pandemia e, em última instância, retomada da economia. O setor de varejo pode aproveitar o período de baixa atividade econômica para acelerar sua digitalização e, no caso da Cencosud Brasil, posicionar-se estrategicamente para capturar o crescimento “represado” que virá no futuro.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A estrutura administrativa da Companhia é constituída pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Nos termos do Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Companhia tem caráter não permanente, podendo ser instalado a pedido dos acionistas, na forma da lei. Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não está instalado.

Além destes órgãos, a Companhia possui também em sua estrutura administrativa o Comitê de Auditoria Não-Estatutário, os que possui as atribuições indicadas abaixo.

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração é composto por 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Sem prejuízo das demais matérias que lhe são atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social, competirá ao Conselho de Administração deliberar a respeito das seguintes matérias, por maioria de voto de seus membros presentes à respectiva reunião:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando diretrizes, objetivos básicos, plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle;
- (b) eleger e destituir os diretores da Companhia, assim como determinar organograma de cargos, suas funções e remuneração;
- (c) indicar para a Diretoria os administradores a serem eleitos nas sociedades controladas, coligadas ou investidas, bem como deliberar sobre a sua destituição;
- (d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas controladas e coligadas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas;
- (e) estabelecer a distribuição da remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os administradores, observado no Estatuto Social;
- (f) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (g) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
- (h) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;
- (i) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- (j) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (k) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (l) aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme o Estatuto Social.
- (m) escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;
- (n) autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas sociedades controladas;
- (o) convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;
- (p) aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;
- (q) aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia que possuam valores envolvidos superiores a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), quando classificadas como operação no curso normal dos negócios, em termos à política específica, ou que possuam valores envolvidos superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), quando não forem classificadas como operação no curso normal dos negócios;
- (r) avaliar o desempenho do Diretor Presidente e apreciar as avaliações de desempenho dos demais membros da Diretoria, bem como estruturar um plano de sucessão com relação ao Diretor Presidente e avaliar e supervisionar os planos de sucessão de membros da Diretoria;
- (s) aprovar a venda, hipoteca ou compromissos relativos a bens móveis, imóveis, inclusive ações/quotas das companhias controladas ou coligadas, bem como a cessão ou promessa de cessão de direitos à aquisição dos mesmos, quando os seus valores superem R\$50.000.000,00

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(cinquenta milhões de reais) por ato, estipulando prazos e demais condições;

- (t) contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da Companhia e de suas coligadas, controladas e subsidiárias em valor superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) por ato;
- (u) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;
- (v) aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;
- (w) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;
- (x) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos; e
- (y) aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

A Companhia possui um Regimento Interno do Conselho de Administração que foi aprovado pelo Conselho de Administração, podendo ser consultado no site www.ri.cencosud.com.br. De acordo com o regimento interno do Conselho de Administração, os Conselheiros exercerão as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem, atuando como guardiões dos valores tangíveis e intangíveis da Companhia e contribuindoativamente para que o Conselho de Administração cumpra, em sua totalidade, suas competências e atribuições.

Comitê de Auditoria Não Estatutário

A Companhia tem um Comitê de Auditoria composto por, no mínimo, 3 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) será conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

A Companhia possui um Regimento Interno do Comitê de Auditoria que foi aprovado pelo Conselho de Administração, que pode ser consultado no site www.ri.cencosud.com.br. De acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria, suas atribuições incluem: **(a)** opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; **(b)** supervisionar as atividades da auditoria independente; **(c)** avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; **(d)** acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; **(e)** avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a “Política de Gerenciamento de Riscos” da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

e **(f)** avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transações com Partes Relacionadas; e **(h)** aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração possui regimento interno aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de agosto de 2021. O regimento está disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (www.ri.cencosud.com.br).

Comitê de Auditoria Não Estatutário

O Comitê de Auditoria possui regimento interno aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de agosto de 2021. O regimento está disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (www.ri.cencosud.com.br).

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário. Uma vez que o comitê de auditoria não é estatutário, ele não segue as regras da Resolução CVM 23, de 25 de fevereiro de 2021.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditória com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditória com o auditor independente, é responsabilidade do Comitê de Auditoria opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente e do Conselho de Administração deliberar pela escolha e destituição desses auditores independentes, sendo que a empresa de auditoria externa reporta-se ao Conselho de Administração. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados. Adicionalmente, cabe também ao Comitê de Auditoria supervisionar as atividades da auditoria independente, nos termos do seu regimento e cujas atribuições encontram-se dispostas acima.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Diretoria será composta de no mínimo 2 (dois) membros e no máximo 5 (cinco) membros, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração ("Diretores"), sendo designados (i) um Diretor Presidente; (ii) um Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores; (iii) um Diretor Comercial; e os demais diretores sem designação específica, observado o disposto no Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis, sendo permitida a acumulação de mais de uma função.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

Compete à Diretoria:

- (a) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;
- (b) assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos do Estatuto Social da Companhia;
- (c) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
- (d) aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com subsidiárias integrais ou controladas da Companhia (sociedades em que a Companhia detenha, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um de participação no capital social);
- (e) abrir e encerrar filiais, agências ou sucursais, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia.

Diretor Presidente

Compete ao Diretor, além de demais atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração:

- (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;
- (b) zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;
- (c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (d) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social; e
- (e) definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas no Estatuto Social "ad referendum" do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Compete ao Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, além de demais atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração:

- (a) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;
- (b) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando pela saúde econômica e financeira;
- (c) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia;
- (d) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;
- (e) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e
- (f) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

Diretor Comercial

Compete ao Diretor Comercial, além de demais atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração:

- (a) elaborar o planejamento comercial da Companhia;
- (b) supervisionar as atividades de compra de produtos;
- (c) adotar uma política de preços competitivos;
- (d) estabelecer sortimento de produtos em consonância com as exigências do mercado;
- (e) coordenar as operações de lojas;
- (f) supervisionar as atividades promocionais;
- (g) estabelecer políticas de vendas;
- (h) gerir os produtos de marca própria e as importações; e
- (i) zelar pela satisfação e fidelização dos clientes da Companhia.

Os Diretores sem designação específica terão as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência de o Diretor Presidente fixar-lhe outras atribuições não conflitantes.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Conselho Fiscal da Companhia somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto na legislação aplicável e no Estatuto Social. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado e não há regimento interno próprio do Conselho Fiscal.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração e Diretor Presidente

O Conselho de Administração realiza no mínimo a cada 1 (um) ano a sua avaliação como órgão colegiado e de cada um de seus membros, individualmente, sendo que a avaliação deverá ser realizada ao menos 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do Conselheiro. Adicionalmente, o Diretor Presidente e membros dos comitês também são avaliados, individualmente, pelo Conselho de Administração.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração e Diretor Presidente que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, membros do Conselho de Administração, Diretor Presidente e membros dos comitês é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria especializada.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, dos Conselheiros e do Diretor Presidente serão divulgados a todos os membros do Conselho, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) do Presidente do Conselho e do Diretor Presidente serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Diretor Presidente serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria realiza no mínimo a cada 1 (um) ano as suas autoavaliações e as avaliações dos seus processos de funcionamento e as individuais de seus membros.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do comitê que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões (ordinárias) desde a última avaliação.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do comitê e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia e coordenador do Comitê de Auditoria.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, avaliação do próprio Conselho de Administração, do Diretor Presidente e dos comitês de assessoramento quanto órgãos colegiados. Além disso, os membros dos Comitês de Auditoria realizam sua autoavaliação e avaliação do próprio comitê de que participam.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, do Diretor Presidente e cada um dos comitês de assessoramento, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos comitês de assessoramento são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

Já o Diretor Presidente é avaliado de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, dos Conselheiros e do Diretor Presidente serão divulgados a todos os membros do Conselho.

Os resultados das avaliações individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho, sendo que os resultados das avaliações do Presidente do Conselho e do Diretor Presidente serão também disponibilizados a todos, como forma de fiscalização e estímulo aos demais membros. Os resultados das avaliações de cada Conselheiro e do Diretor Presidente serão discutidos em sessões de *feedback* individuais. Para assegurar isso, a avaliação deverá ser realizada ao menos 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do Conselheiro.

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, Conselheiros, Diretor Presidente, Comitê de Auditoria e de seus respectivos membros são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados por cada um dos membros do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da Diretoria.

Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos, comitês e membros da administração da Companhia. Os planos de ação compreendem, por exemplo, a definição de metas para o ano subsequente.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Em relação ao Comitê de Auditoria, os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros e ao Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Presidente do Conselho de Administração e ao seu Coordenador.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A avaliação de desempenho do Conselho de Administração, dos Conselheiros e do Diretor Presidente é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração e a avaliação de desempenho do Comitê de Auditoria é de responsabilidade do seu coordenador, sendo que poderá ser contratada empresa de consultoria para assessorar com o processo. Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de assessoria externa não haviam sido contratados.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária e na Resolução CVM nº 25, de 30 de março de 2021. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, conforme o Estatuto Social da Companhia e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações")

(b) Competências

Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei: (a) alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; (b) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (c) eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver; (d) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (e) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício; (f) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação; (g) fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; (h) autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; (i) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (j) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (k) aprovar planos de opções de ações (stock option) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias ; e (l) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: (www.ri.cencosud.com.br), no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Endereço Físico: na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 21º Andar, Brooklin Paulista, CEP - 04578-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

Adicionalmente, a Companhia possui uma política de transações com partes relacionadas, conforme descrita na seção 16 deste Formulário de Referência

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regra determinada a respeito de outorga de procuração para o exercício de voto, cabendo, na respectiva convocação da assembleia, a instrução específica sobre esse tema.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

À luz da Instrução da CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada ("[Instrução CVM 561](#)"), a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

Segundo o Art. 21-B da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("[Instrução CVM 481](#)"), o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância, valendo-se do sistema "Central de Inteligência Corporativa" (Ci.corp) mantido pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM 481, acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto à distância de **(i)** candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia, sempre que convocada Assembleia Geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto à distância, conforme §1º do art. 21-A, ou **(ii)** propostas de deliberação para as Assembleias Gerais Ordinárias da Companhia.

As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia **(a)** na hipótese (i) acima, de inclusão de candidatos ao Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, **(a.i)** em sendo Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou **(a.ii)** em sendo Assembleia Geral Extraordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação da referida Assembleia Geral Extraordinária e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral Extraordinária; e **(b)** na hipótese (ii) acima, de inclusão de propostas de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da Instrução CVM 481 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 21º Andar, Brooklin Paulista, CEP - 04578-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e ri@cencosud.com.br, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@cencosud.com.br.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

As reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão realizadas, em caráter ordinário, pelo menos 4 (quatro) vezes por ano, após o final de cada trimestre, e, em caráter extraordinário, sempre que os interesses sociais da Companhia exigirem.

As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, um conselheiro por ele nomeado como procurador, inclusive nos casos de ausência e/ou impedimento deste, observado o prazo mínimo de antecedência de 3 (três) dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer conselheiro poderá indicar outro conselheiro para representá-lo em uma reunião, via procuraçao.

A Companhia era uma sociedade limitada até 27 de janeiro de 2021 e, portanto, não realizou reuniões do Conselho de Administração no último exercício social.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável, pois não há acordo de acionistas vigente na presente data.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

As regras de identificação e administração de conflitos de interesses aplicadas pela Companhia se encontram previstas na legislação brasileira, na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse ("Política de Transações com Partes Relacionadas") e no Regimento Interno do Conselho de Administração.

Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, em caso de potencial conflito de interesse, os Conselheiros envolvidos devem manifestar seu conflito, ausentar-se das discussões sobre o tema, inclusive fisicamente, e abster-se de votar a respeito, devendo o impedimento constar da ata de reunião.

Adicionalmente, nos termos da Política de Partes Relacionadas, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que envolvam potencial conflito de interesses sejam tomadas no interesse da Companhia, sendo que, se tal transação necessitar de aprovação, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Cumpre salientar ainda que, caso solicitado pelo Conselho de Administração, os Conselheiros impedidos poderão participar parcialmente da discussão que envolve potencial conflito de interesse, visando apenas a proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas. Nesse caso, de qualquer forma, tais Conselheiros deverão se ausentar do processo de votação da referida matéria.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política de Partes Relacionadas, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração da Companhia.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. **órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui uma "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês" aprovada pelo Conselho de Administração. A Política pode ser consultada no *site*: www.ri.cencosud.com.br.

ii. **principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros**

O Conselho de Administração é um órgão colegiado, cujo desempenho depende do respeito e da compreensão das características de cada um de seus membros, sem que isso implique ausência de debates de ideias. Deve ser composto considerando a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e de gênero para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

O Conselho de Administração é composto por 7 (sete) membros efetivos, sem suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, sendo que 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Nos termos do artigo 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações, o Conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa na Assembleia Geral, aquele que (a) ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado e (b) tenha interesse conflitante com a Companhia. A indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia além dos requisitos legais, deve observar os seguintes critérios: (i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Ética e Conduta e suas políticas internas; (ii) integridade pessoal e reputação ilibada; (iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social; (iv) experiência profissional mínima, tendo

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação; (v) ser familiarizado em gestão financeira e demais áreas da administração de empresas, possuindo habilidades e experiências necessárias para o exercício do cargo; (vi) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e (vii) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, que poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 30 (trinta) dias antes da realização da Assembleia Geral que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia. Ainda, o acionista deve apresentar, no mesmo ato: **(i)** cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Instrução da CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e **(ii)** currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias.

Ainda, a proposta de reeleição dos Conselheiros deverá ser baseada nas suas avaliações individuais anuais.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem**12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Nos termos do seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de setembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Sebastian Dario Los 861.430.405-67	28/12/1976 Contador	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	27/08/2021 27/08/2021	2 anos Sim	0 0.00%
Diretor Presidente					
Alejandro Alberto Arruiz Calvete 235.173.008-96	01/06/1975 Contador	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Comercial	27/08/2021 27/08/2021	2 anos Sim	0 0.00%
Diretor Comercial					
Emilio Nunes de Carvalho 125.098.718-03	29/08/1972 Contador	Pertence apenas à Diretoria 13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	27/08/2021 27/08/2021	2 anos Sim	0 0.00%
Reynaldo Awad Saad 091.000.448-06	27/08/1965 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 29 - Outros Conselheiros 26 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/08/2021 27/08/2021	2 anos Sim	0 100.00%
Membro do Comitê de Auditoria					
Fernando de Castro Rodrigues 066.410.838-53	30/08/1946 Administrador de empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 29 - Outros Conselheiros 26 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/08/2021 27/08/2021	2 anos Sim	0 100.00%
Membro do Comitê de Auditoria					
Heike Paulmann Koepfer 000.000.000-00	15/02/1970 Engenheira comercial	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	27/08/2021 27/08/2021	2 anos Sim	0 100.00%
N/A					
Matías Germán Videla Solar 000.000.000-00	28/11/1972 Administrador de empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/08/2021 27/08/2021	2 anos Sim	0 100.00%
N/A					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Felipe Túlio Longo 304.169.388-76	29/10/1977 Engenheiro comercial	Descrição de outro cargo / função Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/08/2021	2 anos	0
N/A	Eduardo Peñailillo Henriquez 000.000.000-00	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/08/2021 27/08/2021	2 anos Sim	100.00%
Coordenador do Comitê de Auditoria					
Julio Moura Neto 468.948.027-34	30/04/1952 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/08/2021 27/08/2021	2 anos Sim	0 100.00%
N/A	Experiência profissional / Critérios de Independência				
Sebastián Dario Los - 861.430.405-67	Sebastián Dario Los é executivo da Companhia desde 2013. Graduado como Contador Público pela Universidade de Buenos Aires, Argentina e possui formação em diversos programas executivos no CEMA e IAE, Escuela de Negocios da Argentina. Com mais de 18 anos de trajetória na Cencosud, possui sólida experiência em Finanças e no Varejo. Desempenhou ao longo dos anos distintas funções na área de Administração e Finanças na Argentina e no Brasil. Em 2010 assumiu a área de M&A, em 2011 passou a ser o Gerente de Planificação e Controlor da Gestão Corporativa para o Grupo Cencosud com responsabilidade para os 5 países. Em 2013 assumiu a posição de Diretor Executivo Financeiro da Companhia e em 2018 assume como Presidente das operações no Brasil, cargo desempenhado atualmente.				
O Sr. Sebastián Dario Los não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 6/17/19.				
Alejandro Alberto Arruiz Calvete - 235.173.008-96	Alejandro Alberto Arruiz Calvete é executivo da Cencosud Brasil desde 2012. Graduado como Contador Público Nacional pela Universidade Católica da Argentina – CABA e possui formação no Programa Dirección de Retail (EDDE) na Argentina e Senior Management Program, IE (Instituto de Empresa) em Madrid, na Espanha. Com 23 anos de carreira desenvolvida no varejo, possui DNA comercial, e acumula passagens pelas áreas de operações e Estratégia Comercial. Alejandro iniciou sua carreira na Cencosud como Assistente Comercial no Jumbo Argentina em 1998, fez carreira na área Comercial, onde durante sua trajetória profissional se destacou como comprador em diversas categorias de produtos até assumir a posição de Gerente Comercial no Jumbo em 2005 até 2008. De 2008 a 2011 assumiu a Diretoria de Consumo Massivo na Cencosud Peru. No ano de 2012 inicia sua atuação na Cencosud Brasil assumindo a Diretoria Nacional de Estratégia Comercial. Em 2018 inicia sua atuação como Diretor do Negócio Bretas, cargo que desempenha atualmente.				
O Sr. Alejandro Alberto Ruiz não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 6/17/19.				

Emílio Nunes de Carvalho - 125.098.718-03

Emílio Nunes de Carvalho é executivo da Cencosud desde 2014, graduado em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas Campos Salles – SP, possui MBA em Gestão Industrial e Negócios pela Universidade de Taubaté - UNITAU e MBA Executivo Internacional em Finanças pela Saint Paul. Possui também formação em programas executivos como Asset, Liability & Treasury Management e Corporate Treasury Management, ambos certificados pelo New York Institute of Finance. Extensão em Gestão de Tributos pela Trevisan, além da participação em diversos outros cursos ao longo da carreira. Emílio é um executivo sênior, com mais de 33 anos de experiência, sendo 3 desses como Diretor e 13 como gerente, em empresas de grande, médio e pequeno porte, multinacionais e nacionais, em diferentes segmentos de mercado como Noveliais (transformação de alumínio, geração de energia e mineração), Panasonic (eletro-eletrônicos), Orica (química), PwC (auditoria e consultoria), Duratex (loucas, metais sanitários e chapas de madeira), dentre outras. Nesses empresas atuou como Controller Regional da América do Sul, Gerente de Contabilidade, Tributos e Controles Internos, Tributos e Controles Internos, Gerente de Administração e Finanças, Controller Brasil, Supervisor de Auditoria, dentre outras. Iniciou na Cencosud Brasil em 2014 como Controller Brasil, passou a ser responsável também pela Gerência de Tesouraria ao início de 2018, assumiu como Diretor Financeiro ao final de 2018 e em 2021 assumiu também Relações com Investidores, passando a atuar como Diretor Financeiro e RI, responsável por todos os sub-sistemas de Finanças.

O Sr. Emílio Nunes de Carvalho não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Reynaldo Awad Saad - 091.000.448-06

Reynaldo Awad Saad é graduado em Economia pela Universidade Mackenzie e em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista. Participou de programas como "Innovation and Disruption of the Industries and Environmental Impacts" da Yale University e "Executive Program Innovation" da Singularity University Brazil. Reynaldo construiu uma carreira de 31 anos na Deloitte, desenvolvendo experiência em serviços de consultoria e auditoria, focada majoritariamente na indústria de varejo e bens de consumo para empresas nacionais e multinacionais de grandes e médio porte. Foi designado como Líder da Indústria de Varejo e Consumo para o Brasil entre 2011 e 2019. Em 2013, foi designado Líder na América Latina para ambas as indústrias, posição na qual permaneceu até 2018. Ainda, atuou como membro do Comitê Executivo de Líderes Globais da Indústria de entre 2014 e 2018. Dentre as empresas em que liderou trabalhos de auditoria e consultoria, destaca-se o Walmart, Grupo Pão de Açúcar, Grupo Carrefour, Grupo DPSP e Nestlé. Além disso, com relação ao Grupão Cencosud, atuou como líder dos trabalhos de auditoria para emissão dos Laudos de Avaliação do Capital de Giro Negativo quando do Conselho Executivo do Supermercados Irmãos Bretas e Supermercados Presuncí, foi Advisory Partner para os trabalhos de consultoria realizados entre 2008 e 2015, e foi Co-Líder América Latina no atendimento ao Grupo entre 2016 e 2018.

O Sr. Reynaldo Awad Saad não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Fernando de Castro Rodrigues - 066.410.838-53

Fernando de Castro Rodrigues é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). No âmbito de sua formação educacional, participou de missões de estudos e trabalhos no exterior, em países como Espanha, França, Alemanha, Japão, Itália e China, sendo a maioria ligada ao varejo, entre 1980 e 2010. Participou, entre 2000 e 2020, de congressos e fóruns internacionais relacionados ao setor de varejo, como NRF, International Retail Summit, World Retail, etc. Sua experiência profissional engloba empresas do Grupo Saint-Gobain, ocupando cargos de CEO, VP Comercial e CFO entre 1979 e 1993. Já entre 1993 e 2000, atuou como Diretor de Estratégia e Desenvolvimento do Corporativo da América do Sul do Grupo Saint-Gobain. Entre 2000 e 2010 foi CEO da Telhanorte Ltda. Atualmente, atua como Diretor Conselheiro e Sócio da Tag Investimentos Ltda., onde passou a trabalhar em 2012, conselheiro da ABRAFATT Brazilian Paints Association e de membro do conselho executivo da IDV – Instituto de Desenvolvimento do Varejo.

O Sr. Fernando de Castro Rodrigues não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Heike Paulmann Koepfer - 000.000.000-00

Heike Paulmann Koepfer é executiva da Companhia desde 1999. Graduada como Engenheira Comercial pela Universidade do Chile, possui MBA pela Universidade Adolfo Ibáñez e mais de 22 anos de trajetória na Cencosud. Desempenhou ao longo dos anos distintas responsabilidades como membro do diretório, cargo que ocupou de 1999 a 2021, quando foi nomeada presidente. A Sra. Heike Paulmann Koepfer não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Matias Germán Videla Solar - 000.000.000-00

Matias Germán Videla Solar é executivo da Companhia desde 1997. Graduado em Administração de Empresas pela Universidad del Salvador (USA), possui um MBA Executivo pela IAE (Universidad Austral). Com mais de 24 anos de trajetória na Cencosud, desempenhou distintas funções desde a sua chegada como trainee, assumindo em seguida como chefe de Controle e Gestão de Supermercados na Argentina. Em 2003 foi nomeado Controlador da companhia e em 2009 promovido a Gerente Geral de Supermercados Argentinos. Em 2018 assumiu a Gerência da Divisão de Centros Comerciais Corporativo e posteriormente como Gerente Corporativo de Administração e Finanças. Foi presidente do C.A. da Cencosud S.A. e conselheiro da Hotel Costanera S.A. (Chile).

O Sr. Matias Videla Solar não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Felipe Túlio Longo - 304.169.388-76

Felipe Túlio Longo é executivo da companhia desde 2016. Graduado como Engenheiro Comercial pela Pontifícia Universidad Católica do Chile, possui MBA pela Universidad Católica do Chile, Gerente Geral Easy Chile e durante 03 anos anteriores atuou como Gerente Comercial e de Marketing Easy. Antes de atuar na Cencosud, Felipe foi Gerente Geral da British American Tobacco no Chile, Gerente de Estratégia e Desenvolvimento na mesma empresa, em Londres, e foi também consultor na McKinsey & Co durante 5 anos, especializando-se em Marketing e Vendas. Atuou como CEO da Cencosud S.A., conselheiro e CEO de outras sociedades do grupo.

O Sr. Felipe Túlio Longo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declaro que: (i) não estive sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CV/M e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Eduardo Peñailillo Henriquez - 000.000.000-00

Eduardo Peñailillo é executivo da companhia desde 2021. Graduado como Engenheiro Comercial pela Universidad del Biobío, conta com mais de 23 anos de experiência profissional nas áreas de auditoria, consultoria, contabilidade e riscos. Iniciou sua carreira como auditor externo na PricewaterhouseCoopers, onde permaneceu por 14 anos chegando a atuar como Senior Manager nas áreas de auditoria e consultoria. Posteriormente atuou por 5 anos como Gerente Corporativo de Auditoria num dos principais holdings da área de Centros Comerciais com presença em vários países da América Latina. Possui sólidos conhecimentos em temas de auditoria e riscos, temas financeiros contabeis, IFRS, US, GAAP, entre outros. Atuou como Manager Controller na Cencosud S.A.

O Sr. Eduardo Peñailillo Henriquez não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declaro que: (i) não estive sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CV/M e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Julio Moura Neto - 468.948.027-34

Julio Moura Neto é graduado engenheiro mecânica pelo Instituto Federal de Tecnologia de Zurich (ETH), com especialização em engenharia nuclear, e possui mestrado pelo MIT, Sloan School of Management. Atualmente, é membro do Conselho da Cencosud Chile, além de compor os conselhos da Brinox S.A. e da Exact Sales. Além disso, é socio fundador e presidente Vesper-Ventures. Em nível internacional, atuou na Suíça, como: membro do Conselho de Administração da Messerli AG e Aliva AG, Presidente do Conselho e CEO da Grupo Nueva, CEO da Elevadores Schindler Europa, e membro do Comitê Executivo da Sika S.A., a nível global. Trabalhou, também como Presidente do Conselho de multinacionais chilenas, como Terranova e Masisa. Por fim, sua experiência profissional inclui, dentre outros, cargos nos Conselhos de Administração da Amata Brasil, Adecoagro, e Natura Cosméticos, da qual também foi Presidente do Comitê Estratégico.

O Sr. Julio Moura Neto não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declaro que: (i) não estive sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CV/M e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Tipo de Condenação

Sebastian Dario Los - 861.430.405-67

N/A

Alejandro Alberto Arriuz Calvete - 235.173.008-96

N/A

Emilio Nunes de Carvalho - 125.098.718-03

N/A

Reynaldo Awad Saad - 091.000.448-06

N/A

Fernando de Castro Rodrigues - 066.410.838-53

N/A

Heike Paulmann Koepfer - 000.000.000-00

N/A

Matias Germán Videla Solar - 000.000.000-00

N/A

<hr/>	Felipe Túlio Longo - 304.169.388-76	
N/A		
<hr/>	Eduardo Peñailillo Henríquez - 000.0000.000-00	
N/A		
<hr/>	Julio Moura Neto - 4668.948.027-34	
N/A		

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Reynaldo Awad Saad 091.000.448-06	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	27/08/1965	27/08/2021	1 ano 100.00%
Fernando de Castro Rodrigues 066.410.838-53	Comitê de Administração	Administrador de empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	30/08/1946	27/08/2021	1 ano 100.00%
Membro independente do Conselho de Administração				27/08/2021	0	
Eduardo Peñailillo Henríquez 000.000.000-00	Comitê de Administração	Comitê de Auditoria Não estatutário Engenheiro comercial	Outros Coordenador do Comitê	15/11/1972	27/08/2021	1 ano 100.00%
Membro do Conselho de Administração						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Reynaldo Awad Saad - 091.000.448-06						
Reynaldo Awad Saad é graduado em Economia pela Universidade Mackenzie e em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista. Participou de programas como "Innovation and Disruption of the Industries and Environmental Impacts" da Singularity University Brazil. Reynaldo construiu uma carreira de 31 anos na Deloitte, desenvolvendo experiência em serviços de consultoria e auditoria, focada majoritariamente na indústria de varejo e bens de consumo para empresas nacionais e multinacionais de grandes e médio porte. Foi designado como Líder da Indústria de Varejo e Consumo para o Brasil entre 2011 e 2019. Em 2013, foi designado Líder na América Latina para ambas as indústrias, posição na qual permaneceu até 2018. Ainda, atuou como membro do Comitê Executivo de Líderes Globais da Indústria de entre 2014 e 2018. Dentre as empresas em que liderou trabalhos de auditoria e consultoria, destacam-se o Walmart, Grupo Pão de Açúcar, Grupo Carrefour, Grupo DPSP e Nestlé. Além disso, com relação ao Grupo Cenkosul, atuou como líder dos trabalhos de auditoria para emissão dos Laudos de Avaliação do Capital de Giro Negativo quando das aquisições do Supermercados Irmãos Bretas e Supermercados Presuncos, foi Advisor Partner para os trabalhos de consultoria realizados entre 2008 e 2015, e foi Co-Líder America Latina no atendimento ao Grupo entre 2016 e 2018. O Sr. Reynaldo Awad Saad não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.						
Declaro que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.						
Fernando de Castro Rodrigues - 066.410.838-53						
Fernando de Castro Rodrigues é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). No âmbito de sua formação educacional, participou de missões de estudos e trabalhos no exterior, em países como Espanha, França, Alemanha, Japão, Itália e China, sendo a maioria ligada ao varejo, entre 1980 e 2010. Participou, entre 2000 e 2020, de congressos e fóruns internacionais relacionados ao setor de varejo, como NRF, International Retail Summit, World Retail, etc. Sua experiência profissional engloba empresas do Grupo Saint-Gobain, ocupando cargos de CEO, VP Comercial e CFO entre 1979 e 1993. Já entre 1983 e 2000, atuou como Diretor de Estratégia e Desenvolvimento no Corporativo da América do Sul do Grupo Saint-Gobain. Entre 2000 e 2010 foi CEO da Telhanorte Ltda. Atualmente, atua como Diretor Conselheiro e Sócio da Tag Investimentos Ltda., onde passou a trabalhar em 2012, conselheiro da ABRAFATI Brazilian Paints Association e de membro do conselho executivo da IDV – Instituto de Desenvolvimento do Varejo.						
O Sr. Fernando de Castro Rodrigues não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.						
Declaro que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.						

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Eduardo Peñailillo Henríquez - 000.000.000-00	Eduardo Peñailillo é executivo da companhia desde 2021. Graduado como Engenheiro Comercial pela Universidad del Biobío, conta com mais de 23 anos de experiência profissional nas áreas de auditoria, consultoria, controladoria e riscos. Iniciou sua carreira como auditor externo na PricewaterhouseCoopers, onde permaneceu por 14 anos chegando a atuar como Senior Manager nas áreas de auditoria e consultoria. Posteriormente atuou por 5 anos como Gerente Corporativo de Auditoria num dos principais holdings da área de Centros Comerciais com presença em vários países da América Latina. Possui sólidos conhecimentos em temas de auditoria e riscos, temas financeiros contábeis, IFRS, US, GAAP, entre outros. Atuou como Manager Controller na Cencosud S.A. O Sr. Eduardo Peñailillo Henríquez não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação em processo administrativo da CVVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.
Reynaldo Awad Saad - 091.000.448-06	N/A
Fernando de Castro Rodrigues - 066.410.838-53	N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Heike Paulmann Koepfer Presidente do Conselho de Administração. <u>Pessoa relacionada</u>		Cencosud Brasil Comercial S.A.	39.346.861/0350-38	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Horst Paulmann Kemna Membro do Conselho de Administração da Cencosud S.A., acionista e controladora indireta da Companhia. <u>Observação</u>		Cencosud S.A.	09.167.004/0001-33	
N/A				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Heike Paulmann Koepfer Presidente do Conselho de Administração. <u>Pessoa relacionada</u>		Cencosud Brasil Comercial S.A.	39.346.861/0350-38	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Horst Paulmann Kemna Membro do Conselho de Administração da Cencosud Internacional SPA, controladora direta da Companhia. <u>Observação</u>		Cencosud Internacional SPA	09.167.003/0001-99	
N/A				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Heike Paulmann Koepfer Presidente do Conselho de Administração. <u>Pessoa relacionada</u>		Cencosud Brasil Comercial S.A.	39.346.861/0350-38	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Manfred Paulmann Koepfer Membro do Conselho de Administração da Cencosud S.A., acionista e controladora indireta da Companhia. <u>Observação</u>		Cencosud S.A.	09.167.004/0001-33	
N/A				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Heike Paulmann Koepfer Presidente do Conselho de Administração.		Cencosud Brasil Comercial S.A.	39.346.861/0350-38	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Manfred Paulmann Koepfer	09.167.003/0001-99	Cencosud Internacional SPA		
Membro do Conselho de Administração da Cencosud Internacional SPA, controladora direta da Companhia.				
<u>Observação</u>	N/A			
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Heike Paulmann Koepfer	39.346.861/0350-38	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)		
Presidente do Conselho de Administração.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Peter Paulmann Koepfer	09.167.004/0001-33	Cencosud S.A.		
Membro do Conselho de Administração da Cencosud S.A, acionista e controladora indireta da Companhia.				
<u>Observação</u>	N/A			
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Heike Paulmann Koepfer	39.346.861/0350-38	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)		
Presidente do Conselho de Administração.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Peter Paulmann Koepfer	09.167.003/0001-99	Cencosud Internacional SPA		
Membro do Conselho de Administração da Cencosud Internacional SPA, controladora direta da Companhia.				
<u>Observação</u>	N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Matías Germán Videira Solar			
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencosud S.A.	09.167.004/0001-33		
Presidente Executivo			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Matías Germán Videira Solar			
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencosud Internacional SPA	09.167.003/0001-99		
Presidente Executivo			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Felipe Túlio Longo	304.169.388-76		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Easy Retail S.A.			
Gerente Geral			
<u>Observação</u>			
A Easy Retail S.A. é uma sociedade do Grupo Cencosud, sediada no Chile e que não conduz negócios no Brasil. A empresa possui o mesmo controle societário que a Companhia, sendo detida pela Cencosud S.A. e pela Cencosud Internacional SPA.			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladores, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Julio Moura Neto	468.948.027-34	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencosud S.A.	09.167.004/0001-33		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Julio Moura Neto	468.948.027-34	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencosud Internacional SPA	09.167.003/0001-99		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Heike Paulmann Koepfer			
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencosud S.A.	09.167.004/0001-33		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Heike Paulmann Koepfer			Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada	09.167.003/0001-99		Controlador Indireto
Cencosud Internacional SPA			
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
N/A			
Exercício Social 31/12/2019			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Matías Germán Videira Solar		Prestação de serviço	
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada	09.167.004/0001-33		
Cencosud S.A.			
Presidente Executivo			
Observação			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Matías Germán Videira Solar		Prestação de serviço	
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada	09.167.003/0001-99		
Cencosud Internacional SPA			
Presidente Executivo			
Observação			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Felipe Túlio Longo	304.169.388-76	Prestação de serviço	Controlada Indireta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Cargo/Função</u>			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Easy Retail S.A.			
Gerente Geral			
<u>Observação</u>			
A Easy Retail S.A. é uma sociedade do Grupo Cencosud, sediada no Chile e que não conduz negócios no Brasil. A empresa possui o mesmo controle societário que a Companhia, sendo detida pela Cencosud S.A. e pela Cencosud Internacional SPA.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Julio Moura Neto	468.948.027-34	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencosud S.A.	09.167.004/0001-33		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Julio Moura Neto	468.948.027-34	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencosud Internacional SPA	09.167.003/0001-99		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Heike Paulmann Koepfer			
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Membro do Conselho de Administração</u>	09.167.004/0001-33	Prestação de serviço	Controlador Direto
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Heike Paulmann Koepfer			
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencosud Internacional SPA	09.167.003/0001-99		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
N/A			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Matías Germán Videira Solar			
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencosud S.A.	09.167.004/0001-33		
Presidente Executivo			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Matías Germán Videira Solar			
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cencosud Internacional SPA Presidente Executivo <u>Observação</u> N/A	09.167.003/0001-99		
<u>Administrador do Emissor</u> Felipe Túlio Longo Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Easy Retail S.A. Gerente Comercial e de Marketing <u>Observação</u> A Easy Retail S.A. é uma sociedade do Grupo Cencosud, sediada no Chile e que não conduz negócios no Brasil. A empresa possui o mesmo controle societário que a Companhia, sendo detida pela Cencosud S.A. e pela Cencosud Internacional SPA.	304.169.388-76	Prestação de serviço	Controlada Indireta
<u>Administrador do Emissor</u> Julio Moura Neto Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Cencosud S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> N/A	468.948.027-34	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<u>Administrador do Emissor</u> Julio Moura Neto Membro do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Cencosud Internacional SPA Membro do Conselho de Administração	09.167.004/0001-33		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladoras E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Heike Paulmann Koepfer		Prestação de serviço	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencosud S.A.	09.167.004/0001-33		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Heike Paulmann Koepfer		Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencosud Internacional SPA	09.167.003/0001-99		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
N/A			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia contrata, anualmente, apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando garantir aos seus administradores, diretores e/ou conselheiros o reembolso dos valores pagos a título de indenização, decorrentes de reparação de eventuais danos causados pelo segurado à própria Companhia.

A apólice foi contratada junto à AIG Seguros Brasil SA, vigente de 21 de novembro de 2020 até 21 de novembro de 2021, cujo limite máximo de garantia é de R\$ 32.500.000,00 (trinta e dois milhões e quinhentos mil reais). O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$ 133.437,29 (cento e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos) em 04 (quatro) parcelas com o primeiro vencimento em 26/04/2021. A apólice abrange integralmente a Companhia e todas as Controlada(s) e/ou Subsidiárias(s) da Companhia até a data do início da vigência do D&O e, adicionalmente a nova(s) subsidiária(s) em uma alíquota total de até 30% (trinta por cento).

A apólice não prevê o pagamento ou o reembolso de despesas incorridas pelos administradores em razão de danos causados a terceiros à Companhia ou do pagamento de multa. A apólice conta principalmente com (i) Cobertura A – Segurados: por meio da qual a AIG assegura pagar aos segurados (ou terceiros beneficiários) as perdas indenizáveis resultantes de uma reclamação coberta, até o limite máximo de garantia da apólice (ou limite máximo de indenização específico da cobertura), quando a Companhia deixar de indenizar diretamente os segurados; e (ii) Cobertura B – Reembolso à Companhia: por meio da qual a AIG se obriga a reembolsar à Companhia as perdas indenizáveis incorridas com reclamações cobertas propostas contra os segurados, nos casos em que a Companhia tenha previamente os indenizado, até o limite máximo de garantia da apólice (ou limite máximo de indenização específico da cobertura);

A Companhia não possui acordo de indenidade celebrado com seus administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos três últimos anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Reunião de Sócios nº 195	14/03/2018	100%	Não
75ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Cencosud Brasil LTDA	28/03/2018	100%	Não
Reunião de Sócios nº 196	23/07/2018	100%	Não
Reunião de Sócios nº 197	24/08/2018	100%	Não
Reunião de Sócios nº 198	31/08/2018	100%	Não
76ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Cencosud Brasil LTDA	28/08/2018	100%	Não
Reunião de Sócios nº 199	28/01/2019	100%	Não
77ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Cencosud Brasil LTDA	23/09/2019	100%	Não
Reunião de Sócios nº 200	28/01/2020	100%	Não
Reunião de Sócios nº 201	24/07/2020	100%	Não
78ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Cencosud Brasil LTDA	23/07/2020	100%	Não
79ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Cencosud Brasil LTDA	27/10/2020	100%	Não
80ª Alteração do Contrato Social e Transformação da Cencosud Brasil LTDA	27/01/2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	28/01/2021	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	15/06/2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	27/08/2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	27/08/2021	100%	Não

Segmento do Novo Mercado

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir voluntariamente melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

12.12 - Outras informações relevantes

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: emitir apenas ações ordinárias; manter em circulação, no mínimo, (i) 25% do capital social; ou (ii) 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações de emissão da Companhia se mantenha igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a Companhia e a B3, além da adaptação do estatuto social da Companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de remuneração formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2021, a qual pode ser encontrada na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.cencosud.com.br) ("Política de Remuneração").

Não obstante, os objetivos e práticas de remuneração da Companhia, estão alinhados às práticas de mercado, com o intuito atrair, reter, alinhar e motivar à força de trabalho que demonstrem qualificação, competência e perfil alinhado às características e necessidades da Companhia. Ainda, a Política de Remuneração tem, também, o propósito de alinhar a remuneração com o interesse dos acionistas, com vistas a obter rentabilidade sustentável, maximizar o desempenho sustentável da Companhia e garantir transparência ao processo de remuneração.

A Companhia busca remunerar adequadamente as competências e responsabilidades de nossos profissionais, por meio de práticas de remuneração alinhadas ao mercado com objetivo de atrair e manter profissionais altamente qualificados e engajados com vistas a garantir a rentabilidade sustentável da companhia.

A composição da remuneração fixa e variável dos Diretores Estatutários e Diretores não Estatutários se baseia em uma tabela salarial elaborada com base em uma metodologia de mercado que visa a definir o nível adequado dos cargos e das responsabilidades, critérios diferenciados de desempenho, periodicamente ajustada ao mercado de referência a fim de manter a competitividade a todos os colaboradores.

O componente variável da remuneração está vinculado a um conjunto de fatores inerentes ao desempenho individual e do negócio determinadas pelo nosso Conselho de Administração.

A Companhia oferece benefícios alinhados as práticas de mercado, incluindo benefícios como plano médico e odontológico, seguro de vida, vale refeição e descontos na compra de produtos das lojas da Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, quando instalado, e Comitês de assessoramento da Companhia poderá ser composta da seguinte forma:

Remuneração fixa:

Pró-labore mensal fixo: tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos nossos membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio.

Benefícios: visam complementar a remuneração com benefícios da assistência social de forma a dar uma maior segurança e permitir foco no desempenho de suas funções. Os benefícios oferecidos podem ser: (i) seguro de vida; (ii) plano de assistência médica e odontológica; (iii) vale refeição; (iv) estacionamento; e (v) treinamentos e cursos periódicos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Remuneração variável:

A remuneração variável é um elemento discricionário da remuneração, que deverá ser pautado no cumprimento de metas individuais e da Companhia, permitindo que seja oferecida retribuição adicional à Diretoria Executiva pelo seu desempenho e comportamento, refletindo a lucratividade e a situação financeira da Companhia. A composição da remuneração variável é composta por: (i) remuneração de curto e médio prazo, e/ou (ii) remuneração de longo prazo, conforme descritas abaixo.

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia deverá observar, em qualquer caso, os limites fixados em sede de Assembleia Geral, nos termos da legislação societária.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixa mensal, alinhada com práticas de mercado, sendo: salário fixo, pago mensalmente, treze vezes ao ano (mais um adicional de férias de um terço do salário mensal), além dos benefícios que visam complementar a remuneração.

Diretoria Executiva

Os membros da Diretoria Executiva têm sua remuneração dividida em:

- (i) Remuneração fixa alinhada às práticas de mercado, conforme descrita acima;
- (ii) Remuneração de curto e médio prazo, na forma de (i) plano de participação nos lucros, nos termos da Lei nº 10.101/2000, da Consolidação das Leis do Trabalho ou de outras leis aplicáveis à participação nos resultados, ou (ii) de gratificação excepcional, conforme determinado pelo Conselho de Administração;
- (iii) Remuneração de longo prazo, a qual pode eventualmente ser paga aos Diretores na forma de planos de opção de compra de ações, bonificação de ações ou planos de incentivo de longo prazo, que venham a ser devidamente aprovados pelos órgãos competentes, com o objetivo de reter talentos, fortalecer o compromisso com as estratégias corporativas, bem como reconhecer os resultados individuais aportados pelos diretores; e
- (iv) Pacote de benefícios, conforme descrito acima.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não está instalado. Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado, os membros receberão somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal serão obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Comitês

A Companhia possui o Comitê de Auditoria não estatutário instalado. Os membros do Comitê de Auditoria, na data deste Formulário de Referência, não recebem remuneração específica por tal função.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo apresentam a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

2020	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	37,66%	62,34%	0	100%
Comitê de auditoria	0%	0%	0%	0%

2019	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	58,84%	41,16%	0%	100%
Comitê de auditoria	0%	0%	0%	0%

2018	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	66,37%	33,63%	0%	100%
Comitê de auditoria	0%	0%	0%	0%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Para estabelecer a remuneração de nossos Diretores Estatutários e Diretores não Estatutários, realizamos pesquisas de mercado periódicas para avaliar se os critérios e condições relativos à remuneração que oferecemos são satisfatórias e alinhados as práticas de mercado que nos permitem atrair e reter os profissionais. As pesquisas são realizadas com consultores especializados, contratados por nós, que analisando práticas de remuneração correlatas aos nosso mercado de referência. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Nossas práticas de remuneração destinam-se a manter o equilíbrio entre os componentes de remuneração de curto e médio prazo, garantindo assim o alinhamento com os objetivos da companhia, competitividade de mercado e a capacidade de atrair, engajar e reter seus executivos, bem como remunerá-los de acordo com as responsabilidades atribuídas a seus cargos e desempenho individual.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Na data deste Formulário de Referência, os membros do Comitê de Auditoria não receberão remuneração por sua atuação em tal órgão. Alguns membros de tal Comitê participam também do Conselho de Administração e receberão remuneração da Companhia pela atuação em tal órgão.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores de desempenho da Companhia estão relacionados a fatores de referência do negócio como: EBITDA, Vendas Líquidas e Capital de Trabalho. Além disso, são determinados fatores de desempenho individuais correlatos a responsabilidade de cada cargo.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Na remuneração variável de curto prazo – participação nos lucros e resultados, os indicadores de desempenho são definidos a partir do plano estratégico da Companhia e subdivididos em: FRN – Fatores de Referência Negócio, com peso de 60%, e FRI – Fatores de Referência Individuais inerentes a responsabilidade do cargo, com peso de 40% bem como, elegibilidade a mérito considerando os níveis de desempenho nas competências condutas correlatas ao cargo, classificadas em: abaixo, dentro ou acima do esperado.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia, sendo estabelecido níveis de atingimento mínimo para cada indicador de desempenho.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Com base na Política de Remuneração da Companhia, o Conselho de Administração formulará a Proposta da Administração para a remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia a ser submetida à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, observado o disposto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

Caberá ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, dos membros dos Comitês instituídos pelo Conselho de Administração, e dos membros da Diretoria Executiva.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos em lei.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os executivos receberão salários base mensais, cuja referência de comparação da faixa salarial com o mercado de referência será a mediana, considerando a responsabilidade do cargo. A comparação com o mercado será através da remuneração total bruta anual incluindo salário base, remunerações garantidas e teórica de remunerações variáveis. A metodologia vigente de Valorização de Cargos é Global Grading System (GGS).

O posicionamento da remuneração considera a renda total anual bruta que se mede através do "CompaRatio" (CR) que indica a relação entre a renda bruta anual e o ponto médio da faixa salarial definido para o nível do cargo que ocupa. Um colaborador cujo CR está próximo à escala média é um profissional competente em suas funções e de bom desempenho.

A compensação deve ser externamente competitiva com um mercado de referência apropriado comparando tanto com grandes empresas, rentabilidade e giro similar, como com outras que competem pelos recursos humanos que a empresa requere.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente avaliamos a adequação da remuneração dos executivos, através da análise "CompaRatio" (CR) indicados na pesquisa salarial, considerando nosso mercado de referência. Ainda, a Diretoria de Recursos Humanos avaliará periodicamente a Política de Remuneração, tendo em vista as práticas de remuneração do mercado de referência, a fim de identificar possíveis discrepâncias e, assim, propor ao Conselho de Administração os ajustes e revisões necessários a Política.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,92	3,00	0,00	5,92
Nº de membros remunerados	2,92	3,00	0,00	5,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.418.667,00	2.746.883,64	0,00	4.165.550,64
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.887.781,98	0,00	3.887.781,98
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.418.667,00	6.634.665,62	0,00	8.053.332,62

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,00	0,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.989.262,77	0,00	1.989.262,77
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.293.065,00	0,00	3.293.065,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	5.282.327,77	0,00	5.282.327,77

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,00	0,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.951.607,35	0,00	1.951.607,35
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.365.205,00	0,00	1.365.205,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	3.316.812,35	0,00	3.316.812,35

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,00	0,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.700.716,64	0,00	1.700.716,64
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	861.797,00	0,00	861.797,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	2.562.513,64	0,00	2.562.513,64

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

**Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (a se encerrar em
31/12/2021)**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,92	3,00	0	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.887.781,98	N/A	3.887.781,98
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	2.077.318,32	N/A	2.077.318,32
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	N/A	0,00

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,00	0,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$3.407.531,33	N/A	R\$3.407.531,33
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$1.677.109,44	N/A	R\$1.677.109,44
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$3.293.065,00	N/A	R\$3.293.065,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	0	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	0	N/A	0

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,00	0,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$1.957.906,03	N/A	R\$1.957.906,03
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$1.631.588,36	N/A	R\$1.631.588,36
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$1.365.205,00	N/A	R\$1.365.205,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	0	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	0	N/A	0

Remuneração variável referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,00	0,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$1.103.985,14	N/A	R\$1.103.985,14
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$919.987,62	N/A	R\$919.987,62
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$861.797,00	N/A	R\$861.797,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	0	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	0	N/A	0

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nenhuma opção de compra de ações de emissão da Companhia foi outorgada pela Companhia aos seus administradores uma vez que não há plano baseado em ações atualmente aprovado.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção de compra de ações de emissão da Companhia em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações de emissão da Companhia foi outorgada pela Companhia aos seus administradores uma vez que não há plano baseado em ações atualmente aprovado.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

**13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a
13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações de emissão da Companhia foi outorgada pela Companhia aos seus administradores uma vez que não há plano baseado em ações atualmente aprovado.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Em 31 de dezembro de 2020, nenhum membro da Administração da Companhia detinha participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui planos de previdência aos membros do seu Conselho de Administração e Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	3.493.197,41	1.969.055,49	1.543.827,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.789.130,36	1.347.756,87	1.018.685,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	2.641.163,89	1.658.406,18	1.281.256,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

	Diretoria Estatutária
31/12/2020	O número de membros da Diretoria foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2019	O número de membros da Diretoria foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2018	O número de membros da Diretoria foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1 acima, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruture mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia em caso de desligamento de suas funções.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía administradores ou membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não aplicável, haja vista que, nos três últimos exercícios sociais, nenhum dos administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não receberam remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas nos três últimos exercícios sociais.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Em complemento às informações fornecidas nesta seção 13 do Formulário de Referência, informamos que a controladora da Companhia, a Cencosud S.A., possui um programa de remuneração baseado em ações elaborado com base na legislação chilena, por meio do qual seus administradores podem extraordinariamente receber opções de ações de sua emissão no Chile. Considerando que a Companhia tem/pode vir a ter administradores em comum aos da Cencosud S.A., é possível que administradores da Companhia detenham/venham a deter opções/ações de sua controladora.

A Companhia esclarece que tal programa, cujos termos e condições não estão no controle da Companhia, não impacta o seu resultado, não gera despesas ou tampouco pode ter impactos em sua diluição, visto que as opções que eventualmente podem vir a ser outorgadas seriam referenciadas em ações da Cencosud S.A.

Memória de Cálculo

Segue abaixo tabela de memória de cálculo dos números de membros e de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária apresentados nesta seção 13:

			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média
2021	Diretoria	Remunerado	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
		Não remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total Membros	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
	Conselho de Administração	Remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	2,92
		Não remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total Membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	2,92
2020	Diretoria	Remunerado	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
		Não remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total Membros	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
	Conselho de Administração	Remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Não remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total Membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	Diretoria	Remunerado	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
		Não remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total Membros	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
	Conselho de Administração	Remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Não remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total Membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	Diretoria	Remunerado	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
		Não remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total Membros	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
	Conselho de Administração	Remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Não remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total Membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

As informações prestadas nesta seção referem-se ao consolidado da Companhia e de suas controladas operacionais.

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

As tabelas a seguir evidenciam a composição do quadro de colaboradores da Companhia nas datas indicadas:

Atividade	30/06/2021									
	AL	BA	CE	GO	MG	PE	RJ	SE	SP	Total
Diretor	-	-	-	-	-	-	-	19 ⁽¹⁾	-	19
Gerente Administrativo	1	40	2	12	16	-	18	27	20	136 ⁽²⁾
Gerente Loja	17	100	7	32	69	2	31	53	-	311
Coordenador/Consultor/Profissionais	45	398	25	145	273	2	250	594	43	1.775 ⁽³⁾
Operacional	621	4.046	436	1.900	4.407	49	5.508	3.058	-	20.025
Total	684	4.584	470	2.089	4.765	53	5.807	3.751	63	22.266

⁽¹⁾ Um Diretor alocado em Sergipe está envolvido em atividades de compliance/controles internos da Companhia.

⁽²⁾ Um Gerente Administrativo alocado em Sergipe e um Gerente Administrativo alocado em São Paulo estão envolvidos em atividades de compliance/controles internos da Companhia.

⁽³⁾ No nível de Coordenadores/Consultores/Profissionais, a Companhia possui 15 envolvidos em atividades de Compliance/controles internos da Companhia, sendo 1 em Minas Gerais, 2 no Rio de Janeiro, 9 em Sergipe e 3 em São Paulo.

Atividade	31/12/2020									
	AL	BA	CE	GO	MG	PE	RJ	SE	SP	Total
Diretor	-	-	-	-	-	-	-	18	-	18
Gerente Administrativo	1	42	2	9	15	-	17	28	14	128
Gerente Loja	17	102	7	32	64	3	31	49	-	305
Coordenador/Consultor/Profissionais	49	426	28	146	283	3	251	607	37	1.830
Operacional	646	4.206	449	2.008	4.496	114	5.485	3.329	-	20.733
Total	713	4.776	486	2.195	4.858	120	5.784	4.031	51	23.014

⁽¹⁾ Um Diretor alocado em Sergipe está envolvido em atividades de Compliance/controles internos da Companhia.

⁽²⁾ Um Gerente Administrativo alocado na Bahia, 2 Gerentes Administrativo alocado em Sergipe e 1 Gerentes Administrativo alocado em São Paulo estão envolvidos em atividades de Compliance/controles internos da Companhia.

⁽³⁾ No nível de Coordenadores/Consultores/Profissionais, a Companhia possui 14 envolvidos em atividades de Compliance/controles internos da Companhia, sendo 2 em Minas Gerais, 2 no Rio de Janeiro, 10 em Sergipe.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	31/12/2019									
	AL	BA	CE	GO	MG	PE	RJ	SE	SP	Total
Diretor	-	-	-	-	-	-	-	21	-	21
Gerente Administrativo	1	44	2	13	15	-	18	29	13	135
Gerente Loja	17	106	7	33	71	2	30	49	-	315
Coordenador/Consultor/Profissionais	60	494	33	145	256	5	256	681	46	1.976
Operacional	682	4.420	493	2.561	5.208	142	5.549	3.387	-	22.442
Total	760	5.064	535	2.752	5.550	149	5.853	4.167	59	24.889

(1) Um Diretor alocado em Sergipe está envolvido em atividades de Compliance/controles internos da Companhia.

(2) Um Gerente Administrativo alocado na Bahia, Um Gerentes Administrativo alocado em Sergipe estão envolvidos em atividades de Compliance/controles internos da Companhia.

(3) No nível de Coordenadores/Consultores/Profissionais, a Companhia possui 14 envolvidos em atividades de Compliance/controles internos da Companhia, sendo 4 em Minas Gerais, 2 no Rio de Janeiro, 8 em Sergipe.

Atividade	31/12/2018									
	AL	BA	CE	GO	MG	PE	RJ	SE	SP	Total
Diretor	-	-	-	-	-	-	-	23	-	23
Gerente Administrativo	1	50	1	17	14	-	22	33	19	157
Gerente Loja	17	105	7	34	70	3	31	50	-	317
Coordenador/Consultor/Profissionais	49	456	27	172	259	5	254	675	52	1.949
Operacional	755	4.897	547	2.756	5.712	159	6.186	3.747	-	24.759
Total	822	5.508	582	2.979	6.055	167	6.493	4.528	71	27.205

(1) Um Diretor alocado em Sergipe está envolvido em atividades de Compliance/controles internos da Companhia.

(2) Um Gerente Administrativo alocado na Bahia, Um Gerentes Administrativo alocado em Sergipe estão envolvidos em atividades de Compliance/controles internos da Companhia

(3) No nível de Coordenadores/Consultores/Profissionais, a Companhia possui 16 envolvidos em atividades de Compliance/controles internos da Companhia, sendo 5 em Minas Gerais, 2 no Rio de Janeiro, 9 em Sergipe.

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Contratamos terceiros conforme a necessidade operacional que pode variar diante da demanda de cada uma das lojas, centro de distribuição e administração frente às sazonais, porém não é possível estabelecer o número exato de trabalhadores terceirizados que as empresas terceirizadas contratadas por nós utilizam para a prestação de serviços, pois nestes casos contratamos o serviço. A principais atividades terceirizadas estão relacionadas à: (i) limpeza; (ii) segurança; (iii) manutenção; (iv) serviços de tecnologia da informação e (iv) promoção de vendas.

(c) índice de rotatividade

30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
7,06%	13,6%	20,2%	19,3%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A estratégia de remuneração da Companhia procura equilibrar remuneração fixa e variável. Periodicamente, a Companhia define conjunto de regras e orientações aplicáveis à movimentação de cargos e salários, alinhadas a práticas de mercado com objetivo de atrair, reter, alinhar e motivar à força de trabalho da Companhia, com vistas a garantir o alcance de seus objetivos de curto, médio e longo prazo.

Os critérios definidos na prática de remuneração permitem aos gestores e Colaboradores da Companhia identificar com clareza: (i) suas respectivas atribuições e responsabilidades; (ii) os critérios para a variação da remuneração ao longo do ano; e (iii) os procedimentos para efetivação de uma movimentação na estrutura de cargos.

A remuneração variável considera fatores de desempenho individuais e do negócio. Neste sentido, a Companhia concede incentivos para aqueles que alcançarem ou superarem suas metas anuais, vinculadas ao seu programa de participação nos lucros e resultados. O bônus se expressará em número de salários brutos que corresponda ao nível hierárquico do cargo.

Também são concedidos ajustes por mérito e promoção, de modo a reconhecer e recompensar os desempenhos dos Colaboradores e progresso profissional, sempre com base nas avaliações de desempenho.

(b) política de benefícios

A Companhia oferta benefícios alinhados à prática de mercado, como cobertura médica e odontológica, seguro de vida, vale-transporte, refeições, desconto em mercadorias em suas lojas e descontos educacionais em parceira com instituições de ensino.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia realiza negociação de 72 (setenta e duas) Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho por ano, tendo participação ativa nestas negociações, que são conduzidas de forma ética, responsável e pautada na legislação brasileira.

A Companhia respeita todos os acordos pactuados com os sindicatos laborais aos quais seus Colaboradores estão vinculados, nos quais se estabelece principalmente os reajustes salariais, pisos da categoria, condições específicas de trabalho e plano de participação nos lucros e resultados, entre outros.

Nos últimos 10 anos, não houve paralizações ou greves em nossas lojas.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração CPF/CNPJ
Acionista Residente no Exterior				
Qtdde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtdde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtdde. total de ações (Unidades) %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)				
Classe ação	Qtdde. de ações (Unidades)	Ações %		
Cencosud S.A.				
09.167.004/0001-33	Chile	Não	Sim	31/12/2020
Sim	Sebastian Dario Los		Física	861.430.405-67
		0,410%	0	0,000%
		27.886.003		27.886.003
				0,410%
Cencosud Internacional SPA				
09.167.003/0001-99	Chilena	Não	Sim	31/12/2020
Sim	Sebastian Dario Los		Física	861.430.405-67
		99,590%	0	0,000%
		6.773.578.240		6.773.578.240
				99,590%
OUTROS				
	0	0,000%	0	0,000%
				0,000%
ACÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:				
	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL		100,000%	0	100,000%
	6.801.464.243		6.801.464.243	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLDORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA	CPF/CNPJ	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração				
Acionista Residente no Exterior									
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtdde. ações ordinárias (Unidades)		Ações ordinárias %	Qtdde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtdde. total de ações (Unidades)	CPF/CNPJ acionista	Total ações %	Composição capital social	
CONTROLDORA / INVESTIDORA									
Cencosud S.A.									
TOTAL									
						0,000	0,000	100,000	
						686.513.669	686.513.669	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLDORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA	CPF/CNPJ	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração				
Acionista Residente no Exterior									
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)		Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	CPF/CNPJ	Total ações %	Composição capital social	
CONTROLDORA / INVESTIDORA						acionista			
CENCOSUD RETAIL S.A.									
TOTAL						0,000	4.857.269.118	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLOADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Ação/CPF/CNPJ acionista		Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	CPF/CNPJ	Composição capital social
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtdde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtdte. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtdte. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLOADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista	
Cencosud S.A.					09.167.004/001-33	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000	0	0,000	0	0,000
FAMILIA PAULMANN						
		Não		Não		
		Não		Não		
					27/01/2021	
Classe ação	Qtdte. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000			42.422.294	33.210
Inversiones Quinchamalí Limitada						
		Não		Não		
		Sim		Jurídica		
		---		---		
Classe ação	Qtdte. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000			573.754,802	20.040
OUTROS						
					0	46.750
						0,000
						70.336.573
						46.750
						70.336.573

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLDORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA	CPF/CNPJ	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração				
		Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa		CPF/CNPJ			
Acionista Residente no Exterior									
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtdde. ações ordinárias (Unidades)		Ações ordinárias %	Qtdde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtdde. total de ações (Unidades)	CPF/CNPJ acionista	Total ações %	Composição capital social	
CONTROLDORA / INVESTIDORA									
Cencosud S.A.									
TOTAL									
						0,000	0,000	100,000	
						686.513.669	686.513.669	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA		ACIONISTA		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
		CPF/CNPJ acionista	Nome do Representante Legal ou Mandatário			CPF/CNPJ	
Acionista Residente no Exterior							
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades) %	Total ações %
CONTROLDORA / INVESTIDORA							Composição capital social
CENCOSUD INMOBILIÁRIA S.A.							
ACÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:							
	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000
Cencosud S.A.							
	09.167.004/0001-33	Chile					
	Sim	---					
	25.252.521	99,996					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000					
OUTROS							
	9	0,004	0	0,000	9	0,004	0,004
	25.252.530	100,000	0	0,000	25.252.530	100,000	100,000
TOTAL							

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/08/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

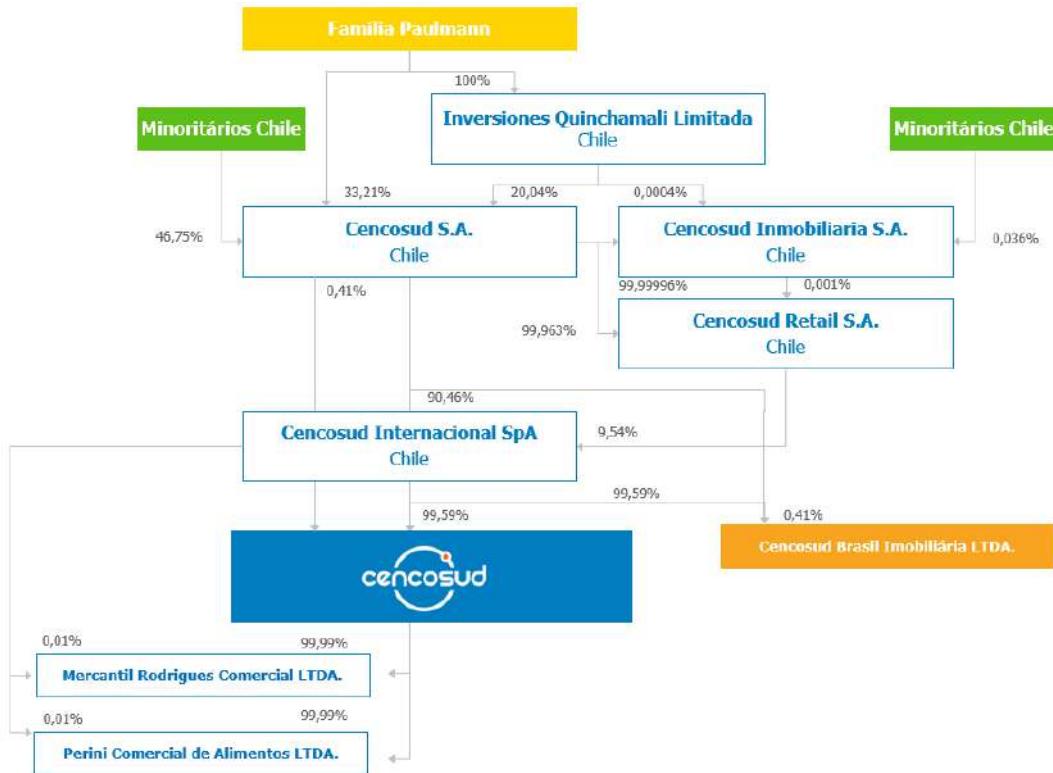
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor**15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Não foram realizadas alterações (aquisições ou alienações) relevantes, conforme definidas no artigo 12 da Resolução CVM nº 44/21, nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias

(a) evento	Aquisição da Cencosud Brasil Imobiliária S.A.
(b) principais condições do negócio	Em 30 de março de 2021, a Companhia adquiriu a L.J.Y.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. ("LJYSPE"). Após tal aquisição, a LJYSPE teve sua denominação social alterada para Cencosud Brasil Imobiliária Ltda. ("Cencosud Brasil Imobiliária") e seu capital social aumentado com o aporte de bens imóveis. Posteriormente, as quotas da Cencosud Brasil Imobiliária foram cedidas à Cencosud Internacional SpA. e Cencosud S.A.
(c) sociedades envolvidas	Cencosud Brasil Imobiliária Ltda, Cencosud S.A. e Cencosud Brasil Comercial S.A.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Alterações conforme item (e) abaixo.
(e) quadro societário antes e depois da operação	<p>Quadro societário antes da operação:</p> <pre> graph TD A[CENCOSUD S.A.] --> D[CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.] B[CENCOSUD INTERNACIONAL SpA] --> D </pre> <p>Quadro societário depois da operação:</p> <pre> graph TD A[CENCOSUD S.A.] --> D[CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.] B[CENCOSUD INTERNACIONAL SpA] --> D D --> E[CENCOSUD BRASIL IMOBILIARIA LTD.A.] </pre>
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Primeira Alteração ao Contrato Social da L.J.Y.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) evento	Cessão das quotas da Cencosud Brasil Imobiliária S.A.
(b) principais condições do negócio	Em 30 de março de 2021, a Companhia cedeu onerosamente as quotas da Cencosud Brasil Imobiliária à Cencosud Internacional SpA. e Cencosud S.A.
(c) sociedades envolvidas	Cencosud Brasil Imobiliária, Cencosud Internacional SpA e Cencosud S.A.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Alterações conforme item (e) abaixo.
(e) quadro societário antes e depois da operação	<p>Quadro societário antes da operação:</p> <pre> graph TD A[CENCOSUD S.A.] --> B[CENCOSUD INTERNACIONAL SpA] A --> C[CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.] B --> C C --> D[CENCOSUD BRASIL IMOBILIARIA LTDA.] </pre> <p>Quadro societário depois da operação:</p> <pre> graph TD A[CENCOSUD S.A.] --> B[CENCOSUD INTERNACIONAL SpA] A --> C[CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A.] B --> D[CENCOSUD BRASIL IMOBILIARIA LTDA.] C --> D </pre>
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em AGE de redução de capital da Companhia, realizada em 28/01/2021.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 15.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Cencosud Brasil Comercial S.A.” (“Política de Partes Relacionadas”), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia de 27 de agosto de 2021, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política de Partes Relacionadas define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

Os acionistas da Companhia e o Pessoal Chave da Administração, conforme definidos na Política de Partes Relacionadas, deverão informar a Diretoria Financeira e de Relações com investidores sobre quaisquer transações entre elas (ou os respectivos Membros Próximos da Família) e a Companhia de que tenham ciência.

Caso a transação informada constitua de fato uma Transação com Parte Relacionada, de acordo com julgamento a ser realizado pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da Companhia, a referida transação será submetida aos procedimentos da Política de Partes Relacionadas.

A Companhia, por meio de sua Diretoria Jurídica, sua Diretoria Financeira e de Relações com Investidores e de seu Conselho de Administração, conforme o caso, atuará de forma a garantir que toda e qualquer Transação com Parte Relacionada realizada pela Companhia seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios:

- i. a transação deve estar em Condições de Mercado ao tempo de sua aprovação;
- ii. devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e
- iii. as condições da Política de Partes Relacionadas deverão ser integralmente observadas.

As Transações com Partes Relacionadas classificadas como Operação no Curso Normal dos Negócios, deverão respeitar as seguintes alçadas de aprovação:

- i. Todas as Transações com Partes Relacionadas de valores inferiores a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) serão objeto de revisão mensal pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, não sendo necessária a aprovação prévia.
- ii. Todas as Transações com Partes Relacionadas de valores entre R\$500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo) e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) deverão ser previamente aprovadas apenas pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores.
- iii. Todas as Transações com Partes Relacionadas de valores entre R\$10.000.000,01 (dez milhões de reais e um centavo) e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores e, em seguida, pela Diretoria Jurídica, devendo obter validação de ambas.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

- iv. Todas as Transações com Partes Relacionadas de valores superiores a R\$50.000.000,01 (cinquenta milhões de reais e um centavo) deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

As Transações com Partes Relacionadas que não forem classificadas como Operação no Curso Normal dos Negócios, deverão respeitar as seguintes alçadas de aprovação:

- i. Todas as Transações com Partes Relacionadas não classificadas como Operação no Curso Normal dos Negócios de valores até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores e, em seguida, pela Diretoria Jurídica, devendo obter validação de ambas.
- ii. Todas as Transações com Partes Relacionadas não classificadas como Operação no Curso Normal dos Negócios de valores superiores a R\$10.000.000,01 (dez milhões de reais e um centavo) deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

Por fim, são vedadas as seguintes transações com partes relacionadas: (i) realizadas em condições que não sejam as condições de mercado; e (ii) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança): (a) aos administradores e membros dos conselhos fiscal ou administrativo ou comitês, estatutários ou não, e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as); (b) aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e (c) aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau, exceto nas situações expressas na Política de Partes Relacionadas.

É vedada, também, a participação de administradores e empregados em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente pelo site da Companhia (www.ri.cencosud.com.br).

Adicionalmente, a Companhia segue as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que estabelecem que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, deve abster-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, também, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado.

Código de Ética e Conduta

Aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o Código de Conduta da Companhia prevê que não serão aceitas quaisquer atividades e/ou situações que impliquem em ameaça à integridade dos valores, princípios e missões assumidos pela Companhia ou que possam levantar suspeitas sobre o exercício íntegro das atividades das empresas do grupo.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de juros cobrados
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	231.983,90	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controlada de acionista majoritário da Companhia.					
Objeto contrato		Contrato de locação não-residencial com pagamento de aluguel variável que corresponde a 2% do faturamento bruto mensal, celebrado entre Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., na qualidade de locadora, e CENCOSED BRASIL COMERCIAL S.A, na qualidade de locatária, de imóvel localizado à AV DOUTOR JOSE THOMAS DAVILA Nº 945, FAROLANDIA, ARACAJU/SE, CEP: 49.030-270, BANDEIRAG BARBOSA – LOJA 014.					
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção		Rescisão mediante pagamento de multa de 03 vezes o valor do último aluguel.					
Natureza e razão para a operação		Contrato de aluguel para operação de loja.					
Posição contratual do emissor		Devedor					
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	127.824,40	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controlada de acionista majoritário da Companhia.					
Objeto contrato		Contrato de locação não-residencial com pagamento de aluguel variável que corresponde a 2% do faturamento bruto mensal, celebrado entre Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., na qualidade de locadora, e CENCOSED BRASIL COMERCIAL S.A, na qualidade de locatária, de imóvel localizado à RUA DR ARIVALDO DE CARVALHO, Nº780, SOBRADINHO, FEIRA DE SANTANA/BA, CEP: 44.021-225, BANDEIRAG BARBOSA – LOJA 074.					
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção		Rescisão mediante pagamento de multa de 03 vezes o valor do último aluguel.					
Natureza e razão para a operação		Contrato de aluguel para operação de loja.					
Posição contratual do emissor		Devedor					
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	30/03/2021	92.246,48	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controlada de acionista majoritário da Companhia.					

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato		Contrato de locação não-residencial com pagamento de aluguel variável que corresponde a 2% do faturamento bruto mensal, celebrado entre Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., na qualidade de locadora, e CENCOSED BRASIL COMERCIAL S.A, na qualidade de locatária, de imóvel localizado à RUA COMENDADOR GOMES, S/N, PARQUE PANORAMA, FEIRA DE SANTANA/BA, CEP: 44.091-238, BANDEIRA G BARBOSA – LOJA 076.					
Garantia e seguros		N/A					
Rescisão ou extinção		Rescisão mediante pagamento de multa de 03 vezes o valor do último aluguel.					
Natureza e razão para a operação		Contrato de aluguel para operação de loja.					
Posição contratual do emissor		Devedor					
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	115.302,31	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controlada de acionista majoritário da Companhia.					
Objeto contrato		Contrato de locação não-residencial com pagamento de aluguel variável que corresponde a 2% do faturamento bruto mensal, celebrado entre Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., na qualidade de locadora, e CENCOSED BRASIL COMERCIAL S.A, na qualidade de locatária, de imóvel localizado à AV. MACEIÓ, S/N, TABULEIRO, MACEIÓ/AL, CEP: 57.061-110, BANDEIRA G BARBOSA – LOJA 086.					
Garantia e seguros		N/A					
Rescisão ou extinção		Rescisão mediante pagamento de multa de 03 vezes o valor do último aluguel.					
Natureza e razão para a operação		Contrato de aluguel para operação de loja.					
Posição contratual do emissor		Devedor					
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	179.251,06	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controlada de acionista majoritário da Companhia.					
Objeto contrato		Contrato de locação não-residencial com pagamento de aluguel variável que corresponde a 2% do faturamento bruto mensal, celebrado entre Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., na qualidade de locadora, e CENCOSED BRASIL COMERCIAL S.A, na qualidade de locatária, de imóvel localizado à AV SAN MARTIN, S/N, FAZENDA GRANDE DO RETIRO, SALVADOR/BA, CEP: 40.355-015, BANDEIRA GBARBOSA – LOJA 088.					
Garantia e seguros		N/A					

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	104.147,85	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	290.518,61	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de juros cobrados
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	242.658,38	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controlada de acionista majoritário da Companhia.					
Objeto contrato		Contrato de locação não-residencial com pagamento de aluguel variável que corresponde a 2% do faturamento bruto mensal, celebrado entre Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., na qualidade de locadora, e CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A, na qualidade de locatária, de imóvel localizado à AV OLIVA FLORES, S/N, CANDEIAS, VITÓRIA DA CONQUISTA/BA, CEP: 45.028-100, BANDEIRA G BARBOSA – LOJA 112.					
Garantia e seguros		N/A					
Rescisão ou extinção		Rescisão mediante pagamento de multa de 03 vezes o valor do último aluguel.					
Natureza e razão para a operação		Contrato de aluguel para operação de loja.					
Posição contratual do emissor		Devedor					
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	01/04/2021	152.719,80	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controlada de acionista majoritário da Companhia.					
Objeto contrato		Contrato de locação não-residencial com pagamento de aluguel variável que corresponde a 2% do faturamento bruto mensal, celebrado entre Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., na qualidade de locadora, e CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A, na qualidade de locatária, de imóvel localizado à AV RIO BRANCO, N°614 A, MANOEL TELES, ARAPIRACA/BA, CEP: 57.305-025, BANDEIRA G BARBOSA – LOJA 149.					
Garantia e seguros		N/A					
Rescisão ou extinção		Rescisão mediante pagamento de multa de 03 vezes o valor do último aluguel.					
Natureza e razão para a operação		Contrato de aluguel para operação de loja.					
Posição contratual do emissor		Devedor					
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	168.514,48	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controlada de acionista majoritário da Companhia.					

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato		Contrato de locação não-residencial com pagamento de aluguel variável que corresponde a 2% do faturamento bruto mensal, celebrado entre Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., na qualidade de locadora, e CENCOSED BRASIL COMERCIAL S.A, na qualidade de locatária, de imóvel localizado à AVENIDA LOMANTO JUNIOR, Nº786, PONTAL, ILHEUS/BA, CEP: 45.654-000, BANDEIRA G BARBOSA – LOJA 151.	N/A				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção			Rescisão mediante pagamento de multa de 03 vezes o valor do último aluguel.				
Natureza e razão para a operação			Contrato de aluguel para operação de loja.				
Posição contratual do emissor			Devedor				
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	112.281,88	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor			Controlada de acionista majoritário da Companhia.				
Objeto contrato		Contrato de locação não-residencial com pagamento de aluguel variável que corresponde a 2% do faturamento bruto mensal, celebrado entre Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., na qualidade de locadora, e CENCOSED BRASIL COMERCIAL S.A, na qualidade de locatária, de imóvel localizado à RUA JAYMÉ VIEIRA LIMA, Nº159, PAU DA LIMA, SALVADOR/BA, CEP: 41.235-010, BANDEIRA G BARBOSA – LOJA 153.	N/A				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção			Rescisão mediante pagamento de multa de 03 vezes o valor do último aluguel.				
Natureza e razão para a operação			Contrato de aluguel para operação de loja.				
Posição contratual do emissor			Devedor				
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	108.710,42	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controlada de acionista majoritário da Companhia.					
Objeto contrato		Contrato de locação não-residencial com pagamento de aluguel variável que corresponde a 2% do faturamento bruto mensal, celebrado entre Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., na qualidade de locadora, e CENCOSED BRASIL COMERCIAL S.A, na qualidade de locatária, de imóvel localizado à ESTRADA DAS BARREIRAS, Nº992, SÃO GONÇALO, SALVADOR/BA, CEP: 41.185-500, BANDEIRA G BARBOSA – LOJA 272.	N/A				
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção			Rescisão mediante pagamento de multa de 03 vezes o valor do último aluguel.				

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação		Contrato de aluguel para operação de loja.					
Posição contratual do emissor		Devedor					
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	78.382,96	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controlada de acionista majoritário da Companhia.					
Objeto contrato		Contrato de locação não-residencial com pagamento de aluguel variável que corresponde a 2% do faturamento bruto mensal, celebrado entre Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., na qualidade de locadora, e CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A, na qualidade de locatária, de imóvel localizado à SANTA LUZIA 1B, MANSOES, AGUAS LINDAS DE GOIAS/GO, CEP: 72.915-705, BANDEIRA BREITAS – LOJA BR575.					
Garantia e seguros		N/A					
Rescisão ou extinção		Rescisão mediante pagamento de multa de 03 vezes o valor do último aluguel.					
Natureza e razão para a operação		Contrato de aluguel para operação de loja.					
Posição contratual do emissor		Devedor					
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	90.006,59	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor		Controlada de acionista majoritário da Companhia.					
Objeto contrato		Contrato de locação não-residencial com pagamento de aluguel variável que corresponde a 2% do faturamento bruto mensal, celebrado entre Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., na qualidade de locadora, e CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A, na qualidade de locatária, de imóvel localizado à PRAÇA CORONEL JOSE JULIO MASCARE, N°98, CENTRO, CURVELO/MG, CEP: 35.790-000, BANDEIRA BREITAS – LOJA BR579.					
Garantia e seguros		N/A					
Rescisão ou extinção		Rescisão mediante pagamento de multa de 03 vezes o valor do último aluguel.					
Natureza e razão para a operação		Contrato de aluguel para operação de loja.					
Posição contratual do emissor		Devedor					
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	01/04/2021	375.695,01	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	246.528,69	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.	31/03/2021	18.192,01	N/A	N/A	20 ANOS	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados
Objeto contrato						Contrato de locação não-residencial com pagamento de aluguel variável que corresponde a 2% do faturamento bruto mensal, celebrado entre Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., na qualidade de locadora, e CENCOSED BRASIL COMERCIAL S.A., na qualidade de locatária, de imóvel localizado à RUA MELLO MORAIS FILHO, Nº475, FAZENDA GRANDE DO RETIRO, SALVADOR/BA, CEP: 40.352-000, BANDEIRA ELETROSHOW – LOJA 102.
Garantia e seguros						N/A
Rescisão ou extinção						Rescisão mediante pagamento de multa de 03 vezes o valor do último aluguel.
Natureza e razão para a operação						Contrato de aluguel para operação de loja.
Posição contratual do emissor						Devedor
Especificar						
Cencosud S.A.	24/05/2021	0,00	N/A	N/A	Indeterminado	NÃO
Relação com o emissor						Contratada de acionista majoritário da Companhia.
Objeto contrato						Contrato de licença de uso de marcas.
Garantia e seguros						N/A
Rescisão ou extinção						Rescisão em caso de descumprimento das obrigações contratuais quando não sanada em 60 dias de que for notificada para cumprimento.
Natureza e razão para a operação						Contrato de licença para utilização de marcas no território brasileiro.
Posição contratual do emissor						Devedor
Especificar						
Mercantil Rodrigues Comercial Ltda.	01/01/2018	0,00	29.000.646,08	N/A	Indeterminado	NÃO
Relação com o emissor						Controlada da Companhia Emissora.
Objeto contrato						Contrato de Conta corrente e de manutenção e administração de caixa único.
Garantia e seguros						N/A
Rescisão ou extinção						Qualquer uma das correntistas poderá retirar-se a seu exclusivo critério, desde que dê ciência da sua intenção à Companhia com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
Natureza e razão para a operação						Administração centralizada das disponibilidades.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Emprestimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor							
Especificar	Credor						
Perini Comercial de Alimentos Ltda.	01/01/2018	0,00	R\$ 69.506.987,43	N/A	Indeterminado	NÃO	0,0000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato			Contrato de Conta corrente e de manutenção e administração de caixa único.				
Garantia e seguros		N/A					
Rescisão ou extinção			Qualquer uma das correntistas poderá retirar-se a seu exclusivo critério, desde que dê ciência da sua intenção à Companhia com antecedência mínima de 90 (noventa dias).				
Natureza e razão para a operação			Administração centralizada das disponibilidades.				
Posição contratual do emissor							
Especificar	Credor						
Mercantil Rodrigues Comercial Ltda.	01/12/2016	0,00	R\$61.019.569,63	N/A	Indeterminado	NÃO	0,0000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato			Controlada da Companhia Emissora.				
Garantia e seguros		N/A					
Rescisão ou extinção		N/A	Contrato de prestação de serviços centralizados pela Cencosud Brasil Comercial S.A., com a cobrança de Notas de Débito à Mercantil Rodrigues Comercial Ltda referente a compartilhamento e rateio de custos e despesas.				
Natureza e razão para a operação			Compartilhamento de despesas				
Posição contratual do emissor							
Especificar	Credor						
Perini Comercial de Alimentos Ltda.	01/12/2016	0,00	R\$ 12.053.899,64	N/A	Indeterminado	NÃO	0,0000000
Relação com o emissor							
			Controlada da Companhia Emissora.				

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida cobrados
Objeto contrato						Contrato de prestação de serviços centralizados pela Cenkosud Brasil Comercial S.A., com a cobrança de Notas de Débito à Perini Comercial de Alimentos Ltda referente a compartilhamento e rateio de custos e despesas.
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação			Compartilhamento de despesas			
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificar						
Cenkosud S.A.	20/12/2019	0,00	R\$ 532.574,63	N/A	Indeterminado	NÃO
Relação com o emissor						Controlada de acionista majoritário da Companhia.
Objeto contrato						Prestação de serviços centralizados pela Cenkosud S.A., com a cobrança de Notas de Débito à Cenkosud Brasil comercial S.A. referente a compartilhamento e rateio de despesas.
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção			Não aplicável			
Natureza e razão para a operação			Compartilhamento de despesa.			
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificar						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado****(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

As transações divulgadas no item 16.2 acima, celebradas anteriormente à aprovação da Política de Partes Relacionadas, foram todas realizadas de acordo com nosso Estatuto Social e com as práticas estabelecidas em lei.

Conforme informado no item 16.1 deste Formulário de Referência, nos termos do conjunto de regras adotadas pela Companhia, constantes de sua Política de Partes Relacionadas e de seu Código de Conduta, os acionistas da Companhia, os administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar à Diretoria Jurídica da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Adicionalmente, as práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, são aplicadas pela Companhia. Segundo estas regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

Caso uma transação entre a Companhia e suas partes relacionadas exija aprovação prévia nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, a pessoa envolvida no processo de aprovação, que estiver em situação pessoal de conflito de interesses com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, anteriormente à abertura de capital da Companhia e à aprovação da Política de Partes Relacionadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses, tendo em vista o controle comum da Companhia e suas partes relacionadas. Não obstante, todas as transações com partes relacionadas descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência observam os padrões e condições de mercado aplicáveis, uma vez que foram celebradas considerando (i) os princípios e valores da Companhia que também norteiam sua Política de Partes Relacionadas; e (ii) os parâmetros, preços e condições de mercado. Para informações sobre riscos relacionados às transações celebradas pela Companhia com partes relacionadas, vide item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia age de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer vantagens, benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

A Companhia e suas controladas, ao celebrarem contratos ou estabelecerem relações comerciais com suas partes relacionadas, o fazem sempre observando as condições praticadas no mercado à época da transação, equivalentes às que seriam estipuladas entre partes independentes e não relacionadas, resguardando o caráter comutativo das condições pactuadas e o pagamento compensatório adequado. Além disso, a partir da data de aprovação da Política de Partes Relacionadas, todas as transações com partes relacionadas passam a seguir os procedimentos estabelecidos na referida política e serão devidamente submetidas à aprovação pelos órgãos decisórios, conforme aplicável.

Apresentamos abaixo informações sobre a natureza estritamente comutativa das condições pactuadas para cada grupo de transações com partes relacionadas celebradas pela Companhia e atualmente vigentes:

Locação de imóveis:

De forma a garantir que os valores referentes aos contratos de locação de seus imóveis comerciais sejam razoáveis e em linha com os preços praticados no mercado, para os imóveis operacionais, ou seja, com lojas em funcionamento, o valor da locação de tais imóveis era calculado com base no percentual do faturamento bruto mensal das lojas, sendo o montante de 2% para as lojas de varejo e 1,2% para as duas lojas de atacado (Mercantil Jabotiana e Mercantil Lauro de Freitas). Esses valores estão em linha com o praticado no mercado e pela Companhia nos demais contratos de locação por ela celebrados com contrapartes que não sejam a ela relacionadas. A Companhia esclarece que utiliza esse método de precificação regularmente também com terceiros.

Além disso, considerando que os termos de contratação de aluguel de imóveis celebrados com partes relacionadas estabelecem valores referentes ao faturamento da respectiva loja, a Companhia monitora constantemente a proporção do aluguel sobre o faturamento das lojas entre imóveis de parte relacionadas e terceiros, bem como o aluguel médio por loja entre imóveis de parte relacionadas e terceiros para verificação da manutenção das condições de mercado.

Destaca-se que não é raro ao setor de varejo aplicar valores de aluguéis como proporção da receita de cada loja, considerando que quanto maior o fluxo de consumidores que frequenta o imóvel, mais valorizado aquele imóvel é para o desenvolvimento de qualquer atividade de varejo. Assim, a Companhia esclarece que utiliza esse método de precificação também com terceiros.

Neste sentido, a Companhia entende que as contratações com partes relacionadas atendem aos seus melhores interesses, tendo sido celebradas em condições estritamente comutativas e com pagamento compensatório adequado.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**Compartilhamento de despesas e administração centralizada:**

Com relação às transações de compartilhamento de custos e administração centralizada e despesas entre a Companhia e suas controladas, a Companhia esclarece que tais custos se referem às despesas operacionais registradas nos custos centrais, que correspondem a despesas administrativas das áreas que são centralizadas, corporativas e atendem a todos os negócios (ex.: Finanças, TI, RH e jurídico). Ter áreas centralizadas reduzem os gastos administrativos e esses são repassados aos negócios proporcional as vendas. Ainda, esclarece que o critério considerando para fins de rateio de tais despesas entre a Companhia e suas controladas é o quanto das vendas líquidas foi advindo de cada empresa, levando em conta essa proporção para o rateio.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Informações complementares ao item 16.2

Dentre as transações com partes relacionadas informadas no item 16.2 acima, a Companhia apresenta os contratos de locação que celebrou com a Cencosud Brasil Imobiliária S.A. ("Cencosud Imobiliária"). A Cencosud Imobiliária era uma sociedade controlada pela Companhia até 30 de março de 2021, data na qual suas quotas foram adquiridas pelas sociedades controladoras da Companhia e em que se tornou uma empresa coligada à Companhia.

Tais contratos de locação, conforme melhor descrito nos itens 16.2 e 16.3 acima, têm o valor da locação calculado com base no percentual do faturamento bruto mensal das lojas, sendo o montante de 2% para as lojas de varejo e 1,2% para as duas lojas de atacado.

O saldo devedor em 30 de junho de 2021 é de R\$ 2.734 mil, correspondendo aos aluguéis dos períodos de abril a junho de 2021.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital					
Capital Emitido	2.717.228.506,96	N/A	6.801.464.243	0	6.801.464.243
Tipo de capital					
Capital Subscrito	2.717.228.506,96	N/A	6.801.464.243	0	6.801.464.243
Tipo de capital					
Capital Integralizado	2.717.228.506,96	N/A	6.801.464.243	0	6.801.464.243
Tipo de capital					
Capital Autorizado	0,00	N/A	6.801.464.243	0	6.801.464.243

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Rais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferências (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/03/2018	Reunião de Sócios	28/03/2018	164.925.000,00	Subscrição particular	164.925.000	0	164.925.000	0,02853717	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Considerando que na data do aumento a Companhia era organizada sob a forma de sociedade limitada, as quotas foram emitidas por seu valor nominal (R\$1,00).										
Forma de integralização										
Em moeda corrente nacional por sua sócia Cencosud Internacional Limitada (antiga denominação de Cencosud International SpA).										
Critério para determinação do preço de emissão										
Considerando que na data do aumento a Companhia era organizada sob a forma de sociedade limitada, as quotas foram emitidas por seu valor nominal (R\$1,00).										
Forma de integralização										
Em moeda corrente nacional por sua sócia Cencosud Internacional Limitada (antiga denominação de Cencosud International SpA).										

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve bonificação, desdobramento ou grupamento de ações da Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
24/07/2020	27/10/2020	267.170.001,00	267.170.001	0	267.170.001	0,03779700	1,00
Forma de restituição							CANCELAMENTO DE (I) 266.071.137 QUOTAS DE TITULARIDADE DA SÓCIA CENOSUD INTERNACIONAL SpA; E (II) 1.098.864 QUOTAS DE TITULARIDADE DA SÓCIA CENOSUD S.A., MEDIANTE PAGAMENTO DO MONTANTE AO SEU RESPECTIVO TITULAR.
Razão para redução							CONSIDERANDO QUE NA DATA DA REDUÇÃO DE CAPITAL A COMPANHIA ERA ORGANIZADA SOB A FORMA DE SOCIEDADE LIMITADA, O CAPITAL FOI REDUZIDO POR SER CONSIDERADO EXCESSIVO EM RELAÇÃO AO OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA, CONFORME FACULTA O ARTIGO 1.082, II DO CÓDIGO CIVIL.
28/01/2021	29/03/2021	370.000.000,00	0	0	0	0,05440000	0,00
Forma de restituição							REDUÇÃO DE CAPITAL SEM CANCELAMENTO DE AÇÕES, MEDIANTE RESTITUIÇÃO DE CAPITAL AOS ACIONISTAS EM BENS E MOEDA CORRENTE NACIONAL, PROPORCIONALMENTE ÀS SUAS PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS NO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA.
Razão para redução							REDUÇÃO DE CAPITAL POR SER CONSIDERADO EXCESSIVO EM RELAÇÃO AO OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA.
15/06/2021	15/06/2021	3.714.235.736,04	0	0	0	0,57751000	0,00
Forma de restituição							REDUÇÃO DE CAPITAL SEM CANCELAMENTO DE AÇÕES PARA ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS NOSSOS TERMOS DO ARTIGO 173 DA LEI 6.404/76.
Razão para redução							REDUÇÃO DE CAPITAL PARA ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS DA COMPANHIA.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas da Companhia é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Competência da Assembleia Geral da Companhia que deverá determinar a fórmula de cálculo do valor de resgate.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social.
Outras características relevantes	A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral. A OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública**18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que obriguem os acionistas a realizarem oferta pública de aquisição de ações, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto**18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas.

Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação**18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela distribuição pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não há valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	27/08/2021
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	O(s) Acionista(s) Controlador(es), direto(s) e indireto(s), os Administradores, os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os Associados com Acesso a Informação Privilegiada ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

O propósito da "Política de Negociação de Valores Mobiliários" ("Política de Negociação") é estabelecer regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de Valores Mobiliários (conforme abaixo definido) de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de Informações Privilegiadas, definida como todo e qualquer Ato ou Fato Relevante que ainda não tenha sido divulgado ao público investidor, nos termos da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021 ("Resolução CVM 44").

A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Neste website, acessar, na página inicial, em acesso rápido, "Companhias – Informações Periódicas e Eventuais de Companhias" e digitar "Cencosud Brasil Comercial S.A." no campo disponível, posteriormente selecionar a Política no campo categoria; (ii) da Companhia (<http://ri.cencosud.com.br>); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 21º andar, Edifício Plaza Centenário, Brooklin, São Paulo – SP, CEP 04.578-000.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Pendência de Divulgação de Fato Relevante

É vedada a negociação de valores mobiliários por Pessoa Vinculada que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia até que ela a divulgue ao mercado na forma de ato ou fato relevante, conforme a política de divulgação de ato ou fato relevante. Também se aplica quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia; e estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou sociedade sob controle comum; ou houver sido outorgada opção ou mandato para isso.

Após Divulgação de Ato/Fato Relevante

Nesses casos, mesmo após a divulgação de ato/fato relevante, prevalecerá a proibição de negociação se ela puder interferir nas condições dos negócios com valores mobiliários, acarretando dano à Companhia/acionistas. Tal restrição deve ser informada pelo DRI.

Período Anterior à Divulgação de ITR, DFP e Distribuição de Resultados

Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários no período de 15 dias anterior à divulgação/publicação das informações trimestrais e demonstrações financeiras anuais, inclusive no próprio dia de sua divulgação, enquanto não forem publicados. Tais restrições não se aplicam na hipótese de plano de investimento que atenda aos requisitos aplicáveis. Pessoas Vinculadas também não podem negociar valores mobiliários em período determinado pelo DRI, desde a decisão de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Companhia

O conselho de administração não poderá aprovar programa de recompra enquanto não forem divulgadas ao público informações sobre a celebração de acordo ou contrato para a transferência do controle acionário; outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle; ou existência de intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia. Caso após a aprovação de programa de recompra ocorra fato que se enquadre em qualquer das 3 hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com seus valores mobiliários até a divulgação do respectivo ato/fato relevante.

Ex-Administradores

Os ex-administradores que se afastarem da administração antes da divulgação pública de ato/fato relevante relativo a negócio/fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo de 3 meses ou até que tal ato/fato relevante tenha sido divulgado, o que ocorrer por último. Se a negociação com os valores mobiliários, mesmo após a divulgação do ato/fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios em prejuízo da Companhia/de seus acionistas, os ex-administradores não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo mínimo de 6 meses após seu afastamento, devendo tal restrição adicional ser informada pelo DRI.

Vedações Adicionais

As vedações também se aplicam às negociações realizadas direta ou indiretamente por Pessoas Vinculadas caso estas negociações se deem por intermédio de pessoas ligadas; terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira ou de negócio fiduciário; ou qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de informação privilegiada, por meio de Pessoa Vinculada, sabendo que esta ainda não foi divulgada ao mercado. Não são consideradas negociações indiretas e não estão sujeitas à vedação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas acima, desde que não sejam exclusivos; e as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de qualquer forma ser influenciadas por seus cotistas.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 20.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela política de divulgação de ato ou fato relevante ("Política de Divulgação"), a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM 480 e Resolução CVM 44, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Resolução CVM 44 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando, ainda, quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;
- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia www.ri.cencosud.com.br; bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 21º andar, Edifício Plaza Centenário, Brooklin, São Paulo – SP, CEP 04.578-000.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), aprovada em reunião do conselho de administração da Companhia em 27 de agosto de 2021 tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Resolução CVM 44.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do diretor de relações com investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no website de Relações com Investidores da Companhia www.ri.cencosud.com.br em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do diretor de relações com investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o diretor de relações com investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O acionista controlador, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, que tenham firmado termo constante da Política de Divulgação, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre ato ou fato relevante, conforme o item 4.3 da Política de Divulgação, serão responsáveis por comunicar ao diretor de relações com investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do diretor de relações com investidores, que promoverá sua divulgação.

A comunicação ao diretor de relações com investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço: ri@cencosud.com.br.

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do diretor de relações com investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o ato ou fato relevante – nos termos da Política de Divulgação – tais pessoas deverão comunicar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do diretor de relações com investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o diretor de relações com investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

As pessoas inquiridas na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do diretor de relações com investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o diretor de relações com investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço: ri@cencosud.com.br.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado, sempre que possível 1 hora antes do início ou após o encerramento dos negócios nas entidades do mercado.

Quando os valores mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível 1 hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 21.